

TRABALHOS DE
ANTROPOLOGIA
E ETNOLOGIA

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1988

28



SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Fundada em 1918. Instituição colectiva de utilidade pública (D.R. n.º 89, 2.ª série, de 16/4/1987). Inscrita na Conservatória do Registo C. do Porto sob o n.º 49. Contribuinte n.º 501663614.

Sede: Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4000 Porto (Portugal)

Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral: *Presidente* — Vítor Manuel de Oliveira Jorge;
Secretários — Manuel Ferreira Coelho; Orlando de Castro Ferreira de Sousa.

Direcção: *Presidente* — Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge;
Vice-Presidente — Domingos de Jesus da Cruz; *Secretária* — Crisanda Tavares Urbano Unsworth; *Tesoureiro* — António Alberto Huet de Bacelar Gonçalves; *Vogais* — Maria Manuela dos Reis Martins; Augusto Ernesto dos Santos Silva; Raquel Maria de Rosa Vilaça.

Conselho Fiscal: *Presidente* — José João Mateus Rigaud de Sousa; *Secretários* — Mário Armando Nogueira Pereira de Brito; João Pedro Paiva Gomes da Cunha Ribeiro.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

Capa: Falcata de ferro do povoado de S. Julião, Vila Verde. Antigas escavações. Colecção do Museu Pio XII.



DePL.

D. C. T. F.

N.º reg. ... 228

Cota

TRABALHOS DE 2005.09.16
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOL. XXVIII (Fasc. 3-4)

Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular

(PORTO — BAIÃO, 22 a 24 de Setembro de 1988)

A C T A S

Vol. II

PROTO-HISTÓRIA, ROMANIZAÇÃO, IDADE MÉDIA

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1988

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

publicação da

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

(Registada na D. G. da Comunicação Social sob o nº 112408)

Ano 70^o vol. XXVIII fasc. 3-4 1988

Coordenação deste volume

Vítor Oliveira Jorge

Comissão Organizadora

Vítor Oliveira Jorge (Presidente); António Huet Gonçalves (S.P.A.E.); Joel Alves Cerqueira Cleto (G.E.A.P.); Suzana Faro da Costa (G.E.A.P.)

O Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular foi uma realização conjunta da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto.

Edição e Propriedade

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Faculdade de Ciências do Porto

Praça Gomes Teixeira

4000 Porto (Portugal).

Composição, Impressão e Acabamento

Litografia A.C., de Pedro Jorge Tavares Candeias

R. Conselheiro Lobato, 179 — 4700 Braga. Telefone 7 29 67

Dezembro de 1989.

Tiragem: 1.000 exs.

Preço de Capa: 2.000\$00

Distribuição gratuita aos membros da S.P.A.E.

Depósito Legal nº 27405/89

ISSN: 0304 - 243 X

Apoios concedidos ao Colóquio (organizações e Actas)

Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica; Instituto Nacional de Investigação Científica; Câmara Municipal de Baião; Fundação Calouste Gulbenkian; Governo Civil do Porto; Reitoria da Universidade do Porto; Banco Português do Atlântico; Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis; Fundação Eng^o António de Almeida; Instituto de Botânica da Univ. do Porto; Serviços Sociais da Univ. do Porto; Caves Ramos Pinto; Cafés Delta; Liv. Leitura.

Agradece-se à pintora Manuela Bacelar a concepção do Cartaz do Colóquio, e ao Dr. Lino Augusto Tavares Dias a visita guiada à estação do Freixo.

A realização deste Colóquio não teria sido possível sem a participação, no Secretariado, de cerca de uma dezena de jovens, colaboradores do G.E.A.P. e da S.P.A.E.

Solicita-se permuta — Nous souhaitons établir l'échange — Exchange wanted — Tauchverkehr erwünscht — Sollicitiamo intercambio.

Comemoração dos

70 Anos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

e dos

10 Anos do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira

SUMÁRIO

<i>Programa do dia 23 de Setembro de 1988</i>	9
<i>A Arqueologia dos Castros no Norte de Portugal: balanço e perspectivas de investigação</i> , por Manuela Martins	11
<i>Debate</i>	37
<i>Arqueoloxia Medieval en Galicia: unha aproximación</i> , por Francisco Fariña Busto & José Suarez Otero	49
<i>Debate</i>	79
<i>Notas para o estudo do período Castrejo-Romano no Concelho de Arouca</i> , por António Manuel dos Santos Pinto da Silva	85
<i>Aplicación de un modelo etnoarqueolóxico a la agricultura castreña</i> , por J. M. Vázquez Varela	99
<i>La industria lítica tallada en la cultura castreña del suroeste de Galicia</i> , por Juan Antonio Cano Pan	107
<i>Los objetos metálicos del Castro de Torroso (Mos, Pontevedra)</i> , por Antonio de la Peña Santos	113
<i>Dos modelos de habitat castreño: Castro de Troña y Castro de Fozara</i> , por Jose Manuel Hidalgo Cuñarro & Eugenio Rodríguez Puentes	133
<i>Debate</i>	145
<i>Que áreas de produção e de distribución de fíbulas do tipo transmontano e do tipo Meseta no nosso país?</i> por Salete da Ponte	157
<i>Problemas de compartimentación espacial do castrexo galaico</i> , por L. Xulio Carballo Arceo, Juan L. Naveiro Lopez & Pepa Rey Castineira	167
<i>Caixas-relicário medievais de S. Torcato (Guimarães) (Resumo)</i> , por Mário Jorge Barroca & Manuel Luís Real	185
<i>Escavações arqueológicas na Igreja de S. Mamede (Torre de Moncorvo)</i> , por Alexandra Cerveira Lima, Miguel Rodrigues, Nelson Rebanda, Paulo Dórdio Gomes & Ricardo Teixeira	187
<i>Ferrarias medievais do Norte de Portugal</i> , por Mário Jorge Barroca	211
<i>Escavações arqueológicas de Dume (S. Martinho) — resultados preliminares</i> , por Luís Fernando de Oliveira Fontes	243
<i>Fragments de dos piezas con decoración visigoda de Santianes de Pravia (Asturias)</i> , por Paloma García Díaz	257
<i>Debate</i>	269
<i>A área de abastecimento de recursos pétreos na cultura castrexa: o caso do Val do Deza</i> , por Luis Xulio Carballo Arceo & Manuel Lopez Cota	275
<i>Vía romana nos concellos do Pino e Boimorto (Á Coruña — Galicia): vestixios arqueolóxicos e probable trazado</i> , por Fermín Pérez Losada	291

<i>Prospeccion electrica en zona urbana: aplicacion al estudio del trazado de la muralla romana de Gijón (Zona este),</i> por M. C. Hernández Lucendo, M. E. Cámara Moral, C. Fernández Ochoa & P. García Días	313
<i>Datos paleontológicos sobre la ganadería de la cultura castreña en Galicia,</i> por Rafael Penedo Romero	325
<i>Arqueosub en el Atlántico: prospecciones subacuáticas en la Galicia meridional,</i> por Javier Francisco Luaces Anca & Maria Cristina Toscano Novella	341
<i>Debate</i>	347
<i>Participantes nos debates</i>	348
<i>Sessão de encerramento. Alocução,</i> por Vítor Oliveira Jorge	349
<i>Alocução,</i> por Fernando Real	353
<i>Alocução final,</i> por Artur Carvalho Borges	355

PROGRAMA DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 1988

CONFERÊNCIAS

- V. 9 h. — Conferência sobre ARQUEOLOGIA CASTREJA DO NORTE DE PORTUGAL, pela Doutora Maria Manuela Martins, professora da Universidade do Minho.
9,30 h. — Debate sobre a conferência anterior.
- VI. 10 h. — Conferência sobre ARQUEOLOGIA CASTREJA DA GALIZA, pelo Doutor Fernando Acuña Castroviejo, professor da Fac. de Geografía e História da Univ. de Santiago de Compostela.
10,30 h. — Debate sobre a conferência anterior.
- VII. 11 h. — Conferência sobre ARQUEOLOGIA MEDIEVAL DO NORTE DE PORTUGAL, pelo Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, professor da Faculdade de Letras do Porto.
11,30 h. — Debate sobre a conferência anterior.
- VIII. 12 h. — Conferência sobre ARQUEOLOGIA MEDIEVAL DA GALIZA, pelos Dr.^{os} Fariña Busto, director do Museu Prov. de Orense, e José Suarez Otero, do Museu Nac. das Peregrinacions (Santiago de Compostela).
12,30 h. — Debate sobre a conferência anterior.

COMUNICAÇÕES

19. 15 h. — António da Silva Pereira, «O Castro do Cruito (Baião)»
20. 15,15 h. — António Manuel S. Pinto da Silva, «Notas para o estudo do período castrejo-romano na região de Arouca»
21. 15,30 h. — J.M. Vázquez Varela, «Aplicación de un modelo etnoarqueológico a la agricultura castreña»
22. 15,45 h. — J.A. Cano Pan, «La industria lítica tallada castreña»
23. 16 h. — António de la Peña Santos, «Los orígenes del Castro de Torroso (Mós, Pontevedra), a través del estudio de sus hallazgos metálicos»
24. 16,15 h. — José Manuel Hidalgo Cuñarro e Eugenio Rodríguez Puentes, «Consideraciones generales sobre la cultura castreña en los valles del Tea (Pontevedra, España)»
16,30 h. — Debate sobre as comunicações apresentadas
17 h. — *Intervalo*
25. 17,30 h. — Xosefa Rey Castiñeiras, Xoan Naveiro Lopez e L. Xúlio Carballo Arceo, «Problemas de compartimentación espacial

- no castrexo galaico»
26. 17,45 h. — Mário Jorge Barroca e Manuel Luís Real, «Caixas-relicário medievais de S. Torcato (Guimarães)»
 27. 18 h. — Alexandra Pinto, Miguel Rodrigues, Nelson Rebanda, Paulo Dórdio, Ricardo Teixeira, «Escavações arqueológicas na Igreja de S. Mamede (Torre de Moncorvo)»
 28. 18,15 h. — Mário Jorge Barroca, «Ferrarias medievais do Norte de Portugal»
 29. 18,30 h. — Luís O. Fontes, «Escavações arqueológicas de Dume (S. Martinho) — resultados preliminares»
 30. 18,45 h. — Paloma García Díaz, «Fragmentos de dos piezas con decoración visigoda de Santianes de Prauia (Astúrias)»
- 19 h. — Debate sobre as Comunicações apresentadas

COMUNICAÇÕES

31. 21,30 h. — L. Xúlio Carballo Arceo e Manuel Lopez Cota, «O territorio de explotación de recursos pétreos na cultura castrexa: o caso do Val do Deza»
 32. 21,45 h. — Fermín Perez Losada e Gonzalo Meijide Cameselle, «Via romana nos concellos de O Pino e Boimorto: vestixios arqueoloxicos e probable reconstituición»
 33. 22 h. — Carmen Fernandez Ochoa e Carmen Hernandez, «Prospección geoeléctrica en zona urbana: aplicación al estudio del trazado de la muralla romana de Gijón (Astúrias)»
 34. 22,15 h. — Rafael Penedo Romero, «Datos paleontológicos sobre la ganadería de la cultura castreña en Galicia»
 35. 22,30 h. — Pedro Clementino Vilas Boas Tavares, «Apontamento arqueológico sobre os castros da região de Basto»
 36. 22,45 h. — Javier Francisco Luaces Anca e M^a Cristina Toscano Novella, «Arqueologia suacuática en la Galicia meridional»
- 23 h. — Debate sobre as comunicações apresentadas.

Nota: As diferenças entre este programa e o conteúdo do presente volume resultam de circunstâncias exteriores à vontade dos organizadores do Colóquio. Referimo-nos nomeadamente à não publicação de conferências ou comunicações anunciadas e não apresentadas, ou cujos textos não nos foram remetidos, apesar das dilatações dos prazos inicialmente previstos. Uma comunicação inicialmente incluída no programa do dia 22 (vol. I) é agora aqui publicada.

A ARQUEOLOGIA DOS CASTROS NO NORTE DE PORTUGAL: BALANÇO E PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO

por

Manuela Martins *

INTRODUÇÃO

Realizar um balanço da investigação relativa aos castros do Norte de Portugal não constitui uma tarefa fácil. Trata-se de um domínio com uma longa tradição de pesquisas¹, que envolve um número considerável de investigadores, servido por uma extensa bibliografia e, mais recentemente, por algumas sínteses que dão conta de avanços significativos no conhecimento destes povoados².

Por outro lado, se perspectivarmos o conjunto dos trabalhos vindos a lume nos últimos quinze anos, verificamos também uma significativa renovação metodológica, quer no âmbito do trabalho de campo, quer na abordagem dos problemas. Uma crescente valorização da cronologia, um maior esforço na definição das etapas de desenvolvimento dos castros, o reconhecimento da existência de sub-áreas, na grande área de expressão da Cultura Castreja e os primeiros estudos de âmbito regional, constituem, a nosso ver, os indicadores mais positivos da actual investigação.

* Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

¹ A história da investigação dos castros do NO tem sido focada por vários autores, quer em Portugal, quer na Galiza, mas quase sempre de forma retrospectiva e pouco crítica (FARIÑA BUSTO *et alii* 1983, 87-95; SILVA 1986, 19-23; HÖCH 1986; MARTINS 1987, 28-37).

² Referimo-nos concretamente ao trabalho de Armando C. da Silva sobre a Cultura Castreja do Norte de Portugal (1986), ao de Martin Höck, igualmente incidente sobre o conjunto do território a Norte do Douro (1986), ao de Manuela Martins, sobre o vale do Cávado (1987) e ao de C. A. Brochado de Almeida, que aborda sobretudo a problemática dos povoados de baixa altitude da bacia do Lima (1987).

Parte desse esforço pode imputar-se ao crescimento dos meios postos ao dispor da pesquisa arqueológica, mas sobretudo ao desenvolvimento dos primeiros projectos consequentes de média e longa duração ligados às Universidades³.

Não poderíamos ignorar também todo um conjunto de estudos temáticos recentes, realizados de ambos os lados da fronteira, que valorizaram e questionaram aspectos como o habitat, a cerâmica, a ourivesaria, a economia, ou a organização social das comunidades castrejas. Uma extensa bibliografia dá conta do estado das pesquisas nesses domínios, representando um instrumento de trabalho indispensável a qualquer investigador⁴.

Face a uma acumulação tão significativa de dados pareceria desadequado efectuar neste breve espaço um balanço dos conhecimentos, por demasiado extenso, mas também porque a leitura dos trabalhos referidos será certamente mais enriquecedora. Também não julgamos conveniente proceder aqui a uma enumeração sistemática dos problemas que se colocam à investigação futura, pois as temáticas são variadas e as questões sugeridas necessariamente diversificadas.

Entendemos sim que o avanço dos conhecimentos permite olhar actualmente o universo dos castros de um modo mais amplo, que ultrapassa mesmo o quadro, algo limitativo, da génese e evolução da Cultura Castreja. Com efeito, os resultados mais recentes fornecidos pela arqueologia dos castros do Norte de Portugal permitem perspectivar a ocupação humana do 1º milénio a.C., em termos de povoamento, desenvolvimento económico e complexidade social, aspectos que não deixam de oferecer distorções cronológicas acentuadas e regionalismos importantes.

Foi precisamente este ponto de vista que presidiu à elaboração deste pequeno trabalho, mais dominado por preocupações de carácter metodológico, do que pela tentativa de ser exaustivo na focagem dos problemas. Assim, num primeiro ponto procuraremos proceder a um breve balanço crítico das pesquisas, reservando-se um segundo à enunciação de algumas questões de âmbito metodológico e programático, que podem orientar linhas de acção futura.

³ Destaque-se a este propósito o importante contributo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com um número significativo de projectos incidentes na ocupação dos castros do Norte de Portugal (SOEIRO 1984; MARQUES 1984; SILVA 1986; ALMEIDA 1987), bem como a investigação realizada no âmbito da Universidade do Minho, circunscrita à bacia do Cávado (MARTINS 1987).

⁴ Sem pretendermos ser exaustivos gostaríamos de salientar, sobre os domínios referidos, os trabalhos de C. A. Ferreira de Almeida (1974a, 171-197; 1984, 35-42; 1986, 161-172), de Armando C. da Silva (1981/82, 83-94; 1982, 361-399; 1986), de Romero Masiá (1976), de J. M. Vázquez Varela (1980, 197-204; 1983, 147-158) e de Pérez Outeiriño (1982).

A EVOLUÇÃO DAS PESQUISAS

As questões que se têm colocado tradicionalmente no âmbito do estudo dos castros do NO tiveram por base a sua inserção no mosaico cultural peninsular, a definição do quadro étnico das populações, o estabelecimento de filiações e influências da cultura material e a tentativa de traçar a sua evolução⁵. Este conjunto de problemas teve em vista o reconhecimento do NO como área cultural específica, no quadro da Proto-História peninsular, incidindo, por conseguinte, numa macro-escala. A sua abordagem implicou o recurso sistemático a generalizações e uma excessiva valorização da entidade NO, em prejuízo do estudo dos sítios e de micro-regiões⁶.

Reconhecida a originalidade dos castros, em termos topográficos e arquitectónicos, foi fácil individualizar a sua área de expressão no contexto peninsular, cedo definida como área da Cultura dos castros⁷. Lentamente, o acaso, a prospecção e a escavação somaram vestígios e permitiram sistematizar a ergologia desta cultura, da qual merecem destaque a ourivesaria, a metalurgia, a estatuária e a arte ornamental. Estes aspectos, mau grado alguns regionalismos evidentes, foram usados para demonstrar a homogeneidade da cultura material, muito embora a unidade da Cultura castreja tenha sido, e seja ainda, definida basicamente pelo tipo de habitat.

A definição do quadro étnico das populações que estariam na origem desta cultura mereceu um lugar de destaque na investigação. De uma exagerada importância dada à componente céltica no povoamento da região, sublinhada sobretudo na primeira metade do séc. XX⁸, passou-se a uma visão mais mitigada e realista dessa influência e a uma maior valorização da repartição

⁵ A inserção peninsular dos castros do NO deve-se a P. Bosch Gimpera (1921, 248-300). Muitos autores procuraram posteriormente traçar a cronologia e evolução da Cultura Castreja, a sua filiação étnica e influências exteriores. Entre outros, será justo sublinhar os contributos de Mendes Correia (1924), P. Bosch Gimpera (1932; 1933; 54-72; 1939), J. M. Santa Olalla (1946), F. López Cuevillas (1953), J. Maluquer de Motes e Blas Teracena (1954, 1-299), A. Blanco Freijeiro (1960, 179-195), Mário Cardoso (1962, 5-37), J. Maluquer de Motes (1975, 269-284), F. Acuña Castroviejo (1977, 235-253), A. Tranoy (1981), C. A. Ferreira de Almeida (1983, 70-74) e A. C. da Silva (1983/84, 121-129; 1986).

⁶ A bibliografia arqueológica sobre os castros revela a escassez de estudos monográficos e uma quase total ausência de trabalhos de âmbito regional. Em contrapartida dominam as sínteses, que usam muitas vezes dados parcelares, nem sempre convenientemente enquadrados, de um vasto número de escavações. Apenas nos últimos anos se visualiza um real esforço para ultrapassar esta situação, sobretudo na Galiza, onde se tem tentado publicar de forma sistemática as escavações mais recentes.

⁷ Esta definição deve-se a P. Bosch Gimpera (1921, 248-300). A delimitação geográfica da área dos castros tem sido abordada por vários autores (LOPEZ CUEVILLAS 1933, 99-107; ROMERO MASIÁ 1976; TRANOY 1981; SILVA 1986).

⁸ Entre outros podemos referir os trabalhos de P. Bosch Gimpera (1921, 248-300; 1932; 1933, 54-72; 1939), Mendes Correia (1924), M. Santa Olalla (1946) e F. Lopez Cuevillas (1953).

geográfica dos povos referidos pelos autores romanos aquando da conquista⁹.

A quase total ausência de escavações estratigráficas¹⁰ favoreceu, entretanto, estudos da cultura material feitos com base em achados descontextualizados, para os quais se procuravam estabelecer filiações e influências de natureza exógena. Valorizaram-se deste modo aqueles objectos que permitiam conexões com outras áreas culturais e que serviam simultaneamente à fixação da cronologia de evolução dos castros.

Uma análise crítica da bibliografia revela bem como a sistematização da Cultura castreja foi elaborada, durante muito tempo, com base em achados sem contexto, que se distribuíam em quadros cronológicos presumidos basicamente a partir de factos históricos, fossem eles as migrações indo-europeias, a expedição de *D. Junius Brutus*, ou a pacificação de Augusto¹¹. Estes serviam simultaneamente para explicar o povoamento e pautar a evolução cultural do NO peninsular.

A situação periférica desta região justificava os arcaísmos de certos aspectos da cultura material, tão avaros de informação cronológica, bem como o seu atraso tecnológico em relação a outras áreas culturais, sobretudo no que respeita à tardia vulgarização do ferro¹²: o NO afirmava-se como uma região relativamente isolada e marginal, na qual apenas alguns achados deixavam perceber influxos continentais e mediterrânicos. Se aos primeiros se adequava um modelo explicativo de tipo migracionista de populações em deslocação desde a Europa Central, pelos Pirinéus e Meseta, já as influências meridionais eram sobretudo explicadas por imigração de populações originárias do Sul da península, ou por comércio, recentemente mais valorizado em função da descoberta de produtos mediterrânicos na orla litoral do NO¹³.

⁹ Nesta linha inserem-se as recentes contribuições de A. Tranoy (1981) e A. C. da Silva (1986).

¹⁰ Salientamos como excepções os trabalhos realizados entre 1944/46 no Castro de Cameixa, em Orense, que podem ser considerados como as primeiras escavações com resultados estratigráficos documentados num castro do NO peninsular (LOPEZ CUEVILLAS e LORENZO FERNANDEZ 1948, 288-305; LOPEZ CUEVILLAS 1952) e os trabalhos de C. Hawkes em Sabroso, Guimarães (CARDOSO 1958, 439-454). Estas duas estações representaram até aos anos setenta uma referência obrigatória para situar a evolução dos castros, sendo valorizadas ainda em sínteses recentes (TRANOY 1981; HAWKES 1984, 187-193).

¹¹ É essa a estrutura que preside à fixação da cronologia nas propostas de Blanco Freijeiro (1960, 179-195), M. Cardoso (1962, 5-37), ou ainda noutras mais recentes (MALUQUER DE MOTES 1975, 269-284; ACUÑA CASTROVIEJO 1977, 235-253; TRANOY 1981; SILVA 1983-84, 121-129; HAWKES 1984, 187-193).

¹² Embora se aceite o conhecimento do ferro no NO desde meados do 1º milénio a.C., pelo menos atendendo à cronologia dos punhais de antenas (SCHÜLE 1969, 81-89; RUIZ GALVEZ PRIEGO 1980, 85-111; 1984), constata-se a sua tardia vulgarização, uma vez que ele é pouco expressivo anteriormente aos finais daquele milénio (ACUÑA CASTROVIEJO 1976, 325-330; SILVA 1986; MARTINS 1987).

¹³ A identificação de fragmentos de cerâmicas púnicas, gregas e campanienses, em povoados do litoral do NO (HIDALGO CUÑARRO 1984, 371-387; SILVA 1986, 135-136; CARBALLO

Este quadro de conhecimentos manteve-se praticamente até aos anos 70, altura em que o estudo dos castros sofre um considerável incremento, quer em Portugal, quer na Galiza. Vários aspectos parecem concorrer então para uma renovação das pesquisas: o aparecimento das primeiras datas de C14, que ampliam a cronologia de ocupação dos povoados; a realização de escavações com metodologias mais rigorosas; a valorização da cerâmica como elemento de datação relativa; os estudos tipológicos de vários materiais, que permitiram, em muitos casos, a sua revisão cronológica.

Será justo considerar que a investigação mais recente se apoia nos primados da cronologia e da tipologia dos objectos, sem dúvida uma etapa fundamental na evolução dos conhecimentos. Dela transparece um notável esforço em organizar e sistematizar os dados acumulados ao longo de praticamente um século de pesquisas, recorrendo aos resultados de novas escavações. No entanto, não se questionaram ainda as asserções que presidiram ao longo de décadas à estruturação do conhecimento sobre os castros do NO: seja a aceitação tácita de uma Cultura castreja, entendida como área geográfica e cultural homogénea; seja a valorização de dados históricos para pautar as grandes etapas de desenvolvimento cultural; seja ainda o recurso aos fenómenos de migração e difusão para explicar as alterações do registo arqueológico e a evolução cultural.

Concebidos inicialmente como uma manifestação inserida na 2ª Idade do Ferro europeia, os castros viriam a revelar, a partir de recentes escavações, uma cronologia bem mais antiga. A articulação de achados do Bronze Final com estes habitats e a identificação de materiais reportáveis a esse período nalguns deles, permitiram estabelecer uma ponte entre dois universos culturais, até então tão individualizados, quanto divorciados: o Bronze Final Atlântico e a Cultura castreja¹⁴. Enquadrava-se deste modo a florescente metalurgia do

ARCEO 1987, 141-142), tem levado a uma valorização de contactos marítimos entre o Mediterrâneo e o NO, sublinhando uma via de penetração de influências técnicas e estilísticas perceptíveis sobretudo na ourivesaria.

¹⁴ Embora a maioria dos investigadores tenha sublinhado que os castros representavam uma certa continuidade cultural em relação ao período anterior, só a partir da década de 70 se começa a recuar a cronologia da Cultura Castreja (MALUQUER DE MOTES 1975, 269-284; CALO LOURIDO e SIERRA RODRIGUEZ 1983, 19-85; ALMEIDA 1983, 70-74). Para o efeito contribuíram as escavações que forneceram achados atribuíveis ao Bronze Final, como as do Castro de O Neixón Pequeno (ACUÑA CASTROVIEJO 1976, 325-330), Santo Estevão da Facha (ALMEIDA *et alii* 1981), Castromao (FARIÑA BUSTO *et alii* 1983, 116-126), as primeiras datas de C14, como as do castro do Borneiro, na Coruña (EIROA 1973, 48) e Penarrubia (ARIAS VILLAS 1979, 613-622) e a revisão de achados metálicos do Bronze Final, aparecidos fora de contexto (KALB 1980, 25-29; RUIZ GALVEZ PRIEGO 1984; COFFYN 1985). A estes dados acrescente-se os resultados das escavações do povoado da Senhora da Guia, Baiões (KALB 1978, 112-138), e, mais recentemente, as do Coto da Pena, Caminha (SILVA 1986), S. Julião e Barbudo, Vila Verde (MARTINS 1987; 1988a; 1989), cuja cronologia e materiais servem de indicadores para referenciar a ocupação do Bronze Final de vários povoados fortificados do NO.

bronze do NO, conhecida sobretudo por achados soltos, definindo-se simultaneamente, uma fase de formação da Cultura castreja, anterior ao séc. V a.C., altura a partir da qual as características mais evidentes dos castros (muralhas e casas de pedras) teriam emergido em conexão com uma cultura material original, com traços de reconhecida influência continental e mediterrânica.

A cronologia de ocupação dos castros foi assim consideravelmente ampliada, passando a abarcar praticamente todo o 1º milénio a.C. No entanto, tal ampliação, hoje aceite pela generalidade dos investigadores, levanta várias questões que não foram minimamente discutidas. Entre outras podemos apontar: a impropriedade do termo castro aplicado aos povoados com ocupação do Bronze Final, nos quais não se reconhecem quaisquer estruturas pétreas¹⁵, a existência de acentuados desfasamentos cronológicos na ocupação dos povoados, sendo alguns abandonados ainda no Bronze Final, enquanto que outros parecem conhecer uma longa sequência de ocupação¹⁶; a existência de uma considerável variabilidade na organização e estrutura dos povoados, eventualmente reveladora de tradições culturais diferenciadas¹⁷ e de uma adaptação multiforme à geomorfologia do NO.

Questão não menos importante é a que se prende com a formalização de quadros evolutivos generalizáveis ao conjunto do NO, que subentende uma aceitação implícita da unidade cultural do 1º milénio a.C., naquela vasta região. De facto, embora alguns autores reconheçam a existência de uma área meridional da Cultura castreja, basicamente deduzida da estatuária e da cerâmica¹⁸, nunca se questionou se o conceito de Cultura castreja seria

¹⁵ O termo castro foi inicialmente aplicado a povoados fortificados com ocupação da Idade do Ferro, que manifestavam um evidente aparato defensivo, traduzido por vários circuitos de muralhas e por uma arquitectura residencial particular, que compreendia casas de pedra de planta circular ou oval, por vezes com vestíbulo. A tardia expressão destas características, em grande número de povoados, justificaria pelo menos uma reflexão quanto à validade deste conceito, uma vez que ele é usado para designar realidades bastante diferentes, nomeadamente topográficas, culturais e cronológicas.

¹⁶ Entre os que parecem ser abandonados podemos referir os casos de Castelo de Matos, Baião (QUEIROGA 1984, 110-113), Alto da Caldeira, Baião (JORGE 1981, 67-76), Sra. da Guia, Baiões, Beira Alta (KALB 1978, 111-138), Penalba, Pontevedra (ALVAREZ NUÑEZ 1986) e Penarrubia, Lugo (ARIAS VILLAS 1979, 613-622). Dos que conhecem continuidade de ocupação serão de destacar, entre outros, os casos de Sto. Estevão da Facha, Ponte de Lima (ALMEIDA *et alii*, 1981), Faria, Barcelos (ALMEIDA 1982, 79-88), Monte do Padrão, Santo Tirso (MARTINS 1985, 217-230), Coto da Pena, Caminha (SILVA 1986), S. Julião, Vila Verde (MARTINS 1988a) e Santa Marta da Falperra, Braga (dados inéditos).

¹⁷ Referimo-nos concretamente às diferenças no tipo de estruturas defensivas e domésticas do Bronze Final. No Coto da Pena, Caminha (SILVA 1986), assinalam-se estruturas pétreas desde cedo, enquanto que em S. Julião, Vila Verde, encontramos simples cabanas, definidas por toscos alinhamentos de pedras, cercadas por uma muralha de terra e por um fosso (MARTINS 1988a).

¹⁸ Esta área é referida por C. A. Ferreira de Almeida (1974a, 171-197; 1981, 111-116; 1983, 70-74; 1986, 161-172), tendo por base a repartição da estatuária antropomórfica e a cerâmica e por A. C. da Silva (1986), que valoriza ainda outros critérios, nomeadamente o desenvolvimento atingido pelos povoados da região do NO português.

adequado para caracterizar a evolução cultural de todo o NO, no último milénio antes da nossa era.

E, no entanto, não é difícil percebermos diferenças marcantes entre regiões, quer no âmbito da cultura material, quer nos sistemas de defesa, quer ainda na organização dos povoados. Mesmo aceitando-se que a unidade da Cultura castreja repouse basicamente no tipo de habitat, o que é manifestamente insuficiente à luz do que seria necessário para definir uma Cultura no sentido antropológico do termo, teremos que reconhecer a existência de acentuadas discrepâncias entre povoados, em termos topográficos e estruturais, que afastam por completo os castros da região do Minho, daqueles que conhecemos, por exemplo em Trás-os-Montes.

Os raros estudos regionais, que se cingem no território português às bacias fluviais da província do Minho¹⁹, mostram, entretanto que os povoados desta área ocidental oferecem também uma notável variedade topográfica e cronológica, que se alarga a outras manifestações culturais, nomeadamente àquelas consideradas tradicionalmente como mais típicas do habitat castrejo, sejam as fortificações, ou as casas²⁰. O confronto dos dados disponíveis, embora escassos, permite perceber diferenças e assimetrias cronológicas nos sistemas de construção, que dificultam a aceitação de critérios gerais à escala de vastas regiões.

Por outro lado, verifica-se que os esquemas evolutivos propostos para esta cultura continuam a valorizar, em termos de periodização, certos factos de natureza histórica, sobretudo migrações e batalhas²¹, cujo impacto nunca foi devidamente discutido. Recorre-se mais às consequências de presumíveis factores exógenos, cuja incidência poderia ter sido circunscrita, do que à dinâmica interna de toda uma vasta região. Nega-se deste modo a própria vitalidade das comunidades, aceitando-se implicitamente que o NO só evoluiu por impulsos externos, resultem eles de imigração ou contactos²².

¹⁹ Em particular os que abordam as bacias do Minho (MARQUES 1984), do Lima (ALMEIDA 1987) e do Cávado (MARTINS 1987).

²⁰ Referimo-nos ao polimorfismo das defesas em vários povoados da bacia do Cávado, em períodos cronológicos semelhantes (MARTINS 1987), ainda mais acentuado se comparado com o que se conhece nos vales do Minho e Ave (SILVA 1986). Também no que respeita ao sistema de construção das casas verificamos acentuados desfasamentos cronológicos, nomeadamente na utilização da pedra. Esta parece ser bastante antiga no povoado do Coto da Pena (SILVA 1986), remontando aí ao Bronze Final. Já no povoado de Sto. Estevão da Facha datará do séc.IV a.C. (ALMEIDA *et alii* 1981), não sendo anterior ao séc. II a.C. nos povoados de S. Julião e Barbudo, no vale do Cávado (MARTINS 1987; 1988a; 1989).

²¹ Cfr. nota 11.

²² Este modelo de abordagem da evolução cultural, que dominou a interpretação arqueológica a nível europeu durante boa parte do séc. XX, tem sido criticado por vários autores, que vêm sublinhando a necessidade de se valorizarem os factores internos de mudança na explicação da transformação cultural (BINFORD 1964; CLARKE 1968; SHERRAT 1973; RENFREW 1973; 1977, 59-112; 1982; HODDER 1978; 1982; SHENNAN 1978, 113-140).

Uma das razões que justifica esta posição decorre talvez do escasso número de sítios escavados com metodologias aceitáveis. Como exemplo, bastará referir que do cômputo global de castros apresentado por A. C. da Silva para o Norte de Portugal, incluindo apenas a região a Norte do Douro, que se cifra em 825, apenas uma escassa meia centena foi objecto de escavações recentes, que usaram a estratigrafia como meio de estabelecer a evolução dos sítios²³. Mas mesmo desses não dispomos, na maioria dos casos, senão de curtas notícias, escasseando os estudos monográficos publicados. Não dispomos, por conseguinte, à escala do Norte de Portugal, de elementos suficientes ou minimamente divulgados, para estabelecer a evolução dos povoados e da sua cultura material, sendo praticamente impossível comparar sequências de diferentes estações. Esta situação favorece necessariamente uma manipulação abusiva, tanto de dados históricos, como de certos achados, em prejuízo da evidência arqueológica.

Os dados disponíveis, mesmo para as regiões mais sistematicamente estudadas, como o Entre-Douro-e-Minho, são ainda parcelares, quer à escala regional, quer inter-regional. Mas outras áreas existem onde esses estudos são praticamente inexistentes, como acontece com a quase totalidade do território transmontano²⁴. Neste sentido, e no quadro dos conhecimentos actuais, não nos parece existirem elementos que demonstrem uma unidade cultural evidente, nem um quadro evolutivo comum à escala de amplas regiões.

O reconhecimento de uma variabilidade no âmbito da organização dos povoados, que se estende a outros aspectos da cultura material e que necessita de ser valorizada, questiona necessariamente as visões de síntese e revela a fragilidade dos modelos interpretativos usados para definir a evolução cultural do NO. É este o quadro que permite delinear novas perspectivas de investigação, que terão de ser construídas com base nos dados disponíveis, mas apelando a novas metodologias de trabalho, a uma pesquisa interdisciplinar e a uma maior regionalização dos problemas.

Um importante ponto de partida poderá residir na aceitação de que o NO não constitui uma unidade geográfica orgânica, sendo antes uma região com diferentes ecologias e recursos, que terão condicionado de modo distinto a evolução das comunidades do 1º milénio a.C.. E, embora o relevo do NO não ofereça barreiras intransponíveis, sendo de presumir uma natural mobilidade

²³ Incluímos neste cômputo o estudo dos povoados de Romariz, Terroso, Coto da Pena, Briteiros, Sabroso e Sanfins, que embora não organizado de forma monográfica, foi apresentado globalmente na tese de doutoramento de A. C. Silva (1986). Fora estes casos, temos os estudos de Monte Mózinho (ALMEIDA 1974b; 1977; SOEIRO 1984), de Sto. Estevão da Facha (ALMEIDA *et alii* 1981), de S. Julião, Barbudo e Lago, no vale do Cávado (MARTINS 1987; 1988a; 1988b; 1989) e ainda aqueles que C. A. Brochado de Almeida realizou em povoados da bacia do Lima, incluídos num trabalho de conjunto (ALMEIDA 1987).

²⁴ Aí apenas possuímos referências ao povoado de S. Juzenda, Mirandela (HÖCK 1980, 55-70; 1986) e ao do Muro da Pastoria, Chaves (SOEIRO 1985-86, 21-28).

das populações, favorável ao desenvolvimento de traços culturais comuns, a verdade é que tudo indica estarmos perante uma região aberta a influências muito diversificadas, que não terão que ser generalizáveis, necessariamente, a áreas muito amplas. Mas, independentemente das influências exteriores que marcaram a evolução tecnológica das comunidades, será de esperar que a vida das populações, a sua economia, ou a sua mentalidade possam ter conhecido um desenvolvimento diferenciado, apesar do seu tipo de habitat ser semelhante.

Mais do que uma realidade cultural única, entendida como traço recorrente de uma Cultura, ou período cronológico, os povoados fortificados do NO parecem traduzir uma modalidade de ocupação bem adaptada aos seus condicionamentos geográficos.

O QUADRO DOS PROBLEMAS

1. Questões de metodologia

As questões que se levantam ao estudo das comunidades pré e proto-históricas estão intimamente relacionadas com os modelos interpretativos usados pelos investigadores, sejam eles explicitados ou não. Por outro lado, elas dependem da escala de abordagem dos fenómenos, sendo evidente que as questões que se colocam na macro-escala não têm muitas vezes qualquer sentido no âmbito de estudos regionais ou de sítio.

Sem pretendermos discutir aqui a validade dos modelos interpretativos usados em Arqueologia, ou a pertinência das questões que têm sido tradicionalmente colocadas ao estudo dos castros, gostaríamos de sublinhar a necessidade de se definirem diferentes níveis de análise, aos quais correspondem problemas específicos.

Tal formalização parece tanto mais óbvia, quanto verificamos que a investigação dos castros tem descurado sistematicamente os estudos de carácter monográfico e regional. Trata-se de uma grave limitação, sobretudo se confrontarmos os avanços realizados noutros países, no âmbito da interpretação das relações estruturais, ao nível dos sítios, e da dinâmica das comunidades, em longos períodos de tempo, em termos de estudos regionais.

Muito embora exista um número razoável de povoados escavados de forma extensa, é um facto que pouca atenção tem sido votada ao seu estudo sistemático. As razões que justificam tal atitude prendem-se com a complexidade estratigráfica destas estações, ocupadas muitas delas ao longo de séculos e com a sua dimensão. No entanto, tais dificuldades não deverão inviabilizar uma tentativa séria de reconstituição antropológica dos sítios. Ela será exequível pelo menos nalgumas fases, nomeadamente nos finais do 1º milénio

a.C., momento em que um registo arqueológico mais expressivo favorece análises detalhadas da organização espacial das comunidades²⁵.

No entanto, não se esgotam aí as questões que se relacionam com o estudo dos sítios. Cada povoado possui uma história própria, sendo necessário definir a sua cronologia e evolução. As características de cada fase devem ser valorizadas em termos de relações dinâmicas entre construções, objectos e recursos, sendo imprescindível que se precisem as suas áreas funcionais, bem como as estruturas de organização económica e social dos povoados. Os problemas suscitados numa abordagem a este nível exigem, naturalmente, escavações extensas, em área, e uma metodologia rigorosa que permita a recuperação das múltiplas inter-relações que definem uma ocupação, nomeadamente no âmbito da cultura material, da economia, dos recursos, do território e da estrutura social.

Um outro nível de abordagem deverá compreender como entidade de análise a região com características homogéneas. Embora crescentemente valorizados, os estudos regionais têm-se circunscrito praticamente à formulação de quadros cronológicos. Todavia, eles possibilitam uma grande variedade de observações, permitindo perspectivar as esferas de interacção entre os povoados em termos diacrónicos e sincrónicos. Uma vez que as questões que se colocam estão agora relacionadas com a articulação dos povoados entre si e destes com a região, importará definir padrões de comportamento no âmbito da escolha dos sítios, da exploração dos recursos, da circulação de produtos e informações, da definição dos territórios e da hierarquização entre os diferentes povoados.

As abordagens a este nível implicam intervenções complexas que articulam prospecções, escavações e estudos ambientais. No entanto, a recuperação do significado de um povoamento estruturado em habitats fortificados, cruzando um amplo período cronológico e diferentes etapas tecnológicas, no qual assistimos ao desenvolvimento de sociedades complexas, poderá depender em grande medida de um investimento considerável neste tipo de trabalhos.

Um último nível de abordagem compreende como objecto de estudo a área habitualmente considerada como nuclear da Cultura castreja. As questões que se colocam nesta escala são em grande medida aquelas que têm sido tradicionalmente abordadas: especificidade cultural do NO no contexto peninsular; composição étnica; influências exógenas na cultura material. No entanto, a análise de tais questões beneficiaria seriamente com bons estudos regionais, pois só estes podem permitir a definição de fronteiras culturais, ou até mesmo étnicas.

É nesta escala que se poderá entender a organização sócio-económica das comunidades do Bronze Final e o impacto que o fim dos corredores de

²⁵ O único autor que tentou proceder a uma análise deste tipo foi Armando C. da Silva, limitada contudo à citânia de Sanfins (SILVA 1986).

circulação do bronze terá tido no desenvolvimento da região. Será ainda neste nível que importará observar se a repartição dos povos referidos pelos autores clássicos tem definição no registo arqueológico, ou seja, se a etnicidade representa um padrão de comportamento comum a um determinado grupo, ao ponto de se traduzir na cultura material. É também nesta esfera de interpretação que os regionalismos tecnológicos e culturais ganham pleno sentido e que podemos compreender a dinâmica diferenciada do processo de romanização do NO peninsular.

2. A evolução cultural do 1º milénio a.C.: alguns problemas

Não iremos abordar aqui o universo cultural do 1º milénio a.C. perspectivado em termos de formação e desenvolvimento da Cultura castreja, como é habitualmente feito pela generalidade dos investigadores, pois julgamos que o estado dos conhecimentos não favorece de momento uma avaliação correcta dos traços de unidade cultural na região do NO. No entanto, aceitamos que o carácter parcelar e truncado dos dados disponíveis torne necessário o recurso a uma sistematização de tipo culturalista, sobretudo se considerarmos as dificuldades em precisar quadros evolutivos em termos de Bronze Final/Idade do Ferro, atendendo à escassez e tardia generalização daquele último metal.

De qualquer modo entendemos que as sequências evolutivas propostas mais recentemente²⁶ deverão ser olhadas como ponto de partida, mas nunca como um pressuposto de uma unidade cultural demonstrada, na qual podem ser ordenados os vestígios que são descobertos.

Parece-nos, por isso, mais aceitável traçar a evolução cultural do 1º milénio a.C. em termos de grandes fases, ou mesmo em termos tecnológicos, sem recorrer a designações de tipo cultural.

Por outro lado, consideramos ser incorrecta a aplicação do termo castro a todos os povoados do 1º milénio a.C. que manifestam preocupações defensivas, sejam ou não fortificados. Como já salientámos anteriormente as características que tipificam o castro constituem uma realidade tardia na evolução cultural do Noroeste. E, ainda que alguns possam ter conhecido mais cedo que outros essas manifestações, elas não podem ser generalizadas, por ora, a qualquer momento cronológico preciso, uma vez que os dados disponíveis apontam para consideráveis distorções cronológicas na generalização da arquitetura em pedra²⁷.

²⁶ Em especial F. Fariña Busto *et alii* (1983, 116-126), C. A. Ferreira de Almeida (1983, 70-74), A. C. da Silva (1986) e M. Martins (1987).

²⁷ Esse quadro de diversidade foi constatado, por exemplo, no vale do Cávado (MARTINS 1987), tendo-se verificado que apenas na fase III os povoados se estruturam por padrões mais ou menos semelhantes.

Postas estas considerações passamos a discutir alguns problemas que entendemos pertinentes, em termos da evolução cultural do 1º milénio a.C.. Eles colocam-se sobretudo no âmbito de estudos de carácter regional e de sítio e têm por base os resultados mais relevantes dos trabalhos dos últimos anos.

1. A primeira questão que se coloca ao estudo do povoamento do 1º milénio a.C. relaciona-se com o fenómeno da emergência dos habitats fortificados no quadro da evolução cultural da região do NO. Com efeito, a investigação arqueológica mais recente permitiu verificar que os inícios daquele milénio correspondem a um momento de alteração da estratégia de ocupação do território. Se por um lado se constata a existência de povoados abertos, sem delimitação espacial evidente, caracterizados essencialmente por estruturas perecíveis e larga quantidade de fossas²⁸, verificamos, também, a emergência de um tipo de habitat que assinala preocupações estratégicas e defensivas dominantes, complementadas, por vezes, por um investimento na construção de defesas artificiais²⁹. Ambos os tipos de povoados revelam descontinuidade em relação ao povoamento anterior³⁰. No entanto, desconhecemos até que ponto o fenómeno é sincrónico em amplas áreas do NO, ou em que medida ele comporta acentuados desfasamentos cronológicos.

Será difícil compreender o aparecimento dos primeiros povoados fortificados, no quadro do Bronze Final, sem os inserir numa continuidade de ocupação do território. Aparentemente a dicotomia povoados abertos/povoados com preocupações defensivas poderá traduzir a sobrevivência de um tipo de habitat, característico do IIº milénio a.C., num momento em que parece emergir uma clara necessidade de definição territorial por parte de algumas

²⁸ Com excepção do povoado de Pedroso, Celorico de Basto, cujos resultados foram apenas sumariamente noticiados (LEMONS *et alii* 1981) e do da Colina de Maximinos, em Braga, apenas parcialmente escavado, este tipo de estações está sobretudo documentado na Serra da Aboboreira onde tem vindo a merecer uma particular atenção dos investigadores desde 1978 (GONÇALVES *et alii* 1978; 1980; JORGE 1988).

²⁹ Os únicos sítios em que se observou com clareza a existência de defesas associadas a uma ocupação do Bronze Final estão representados por S. Julião, Vila Verde (MARTINS 1988a) e Coto da Pena, Caminha (SILVA 1986). Em muitos outros, como Barbudo, Vila Verde (MARTINS 1989), Monte do Padrão, Santo Tirso (MARTINS 1985, 217-230), Sto. Estevão da Facha, Ponte de Lima (ALMEIDA *et alii* 1981), ou Castelo de Matos, Baião (QUEIROGA 1984, 110-113), essas defesas não foram ainda observadas.

³⁰ Tem-se verificado a ocorrência de cerâmicas profusamente decoradas, datadas do Calcolítico e Bronze Inicial, em locais onde se instalam, no Bronze Final, povoados com preocupações defensivas, nomeadamente em Faria, S. Julião e Póvoa de Lanhoso, no vale do Cávado, Sta. Marta da Falperra, Briteiros e Sabroso, no vale do Ave e Vila Pouca de Aguiar, no vale do Corgo (JORGE 1986). No entanto, é desconhecida qualquer evidência de ocupação atribuível ao Bronze Médio neste tipo de estações. São igualmente desconhecidos vestígios anteriores ao Bronze Final em povoados de fossas (JORGE 1988).

comunidades³¹. Estas revelam ainda preocupações evidentes pelo controlo estratégico das bacias fluviais, que passam a desempenhar um papel mais relevante na estrutura do povoamento do NO³².

Os escassos dados que possuímos para compreender o povoamento no contexto do Bronze Final são contudo ainda parcelares, referindo-se a regiões um pouco distanciadas. Com efeito, os povoados fortificados estão assinalados sobretudo ao longo dos principais vales fluviais do Minho³³, enquanto que os povoados abertos têm sido investigados, quase exclusivamente, na Serra da Aboboreira³⁴.

A comparação destas duas realidades levanta assim vários problemas de âmbito cronológico, económico e cultural. Ignoramos até que ponto a sincronia dos dois tipos de povoados não representará um regionalismo, ou seja, em que medida os povoados abertos não terão sido abandonados mais cedo numas zonas do que noutras. Com efeito, é possível que o aparecimento de povoados em cabeços de média altitude, bordejando os vales, obedecendo a ditames estratégicos e defensivos, resulte de um abandono generalizado de áreas de montanha, onde a prática agrícola poderia ter desempenhado anteriormente um papel significativo, em benefício agora de uma economia mais diversificada, na qual o pastoreio poderia representar a principal fonte de aprovisionamento alimentar. Por outro lado, não podemos ignorar a existência de uma certa diversidade de estilos cerâmicos nos dois tipos de povoados, ainda que seja possível encontrar alguns que são comuns³⁵. As manifestações cerâmicas do Bronze Final parecem mesmo assinalar tradições culturais diferenciadas, ainda que subentendam também uma forte interacção de âmbito regional.

³¹ Os objectivos da defesa são complexos podendo ligar-se à organização do território (MARTIN 1972, 436; ROWLANDS 1972, 447-462) e à centralização do poder (CHAMPION 1982, 61-66), traduzindo também situações de competição entre comunidades (CHAMPION E CHAMPION 1986, 60-62).

³² A situação topográfica da generalidade dos povoados com ocupação do Bronze Final, distribuídos ao longo dos grandes vales fluviais, é de clara dominância sobre a região envolvente, sendo frequente que ocupem remates de esporão (MARTINS 1987).

³³ Entre aqueles que foram escavados e noticiados encontram-se os povoados do Coto da Pena, no vale do Minho (SILVA 1986), Sto. Estevão da Facha, no vale do Lima (ALMEIDA *et alii* 1981), Faria (ALMEIDA 1982, 79-88), Roriz (ALMEIDA e SOEIRO 1980, 32-35), S. Julião (MARTINS 1988) e Barbudo (MARTINS 1989), no vale do Cávado e Monte do Padrão (MARTINS 1985, 217-230), no vale do Ave.

³⁴ V. nota 28.

³⁵ A análise das cerâmicas de diferentes estações, com ocupação do Bronze Final, fornece-nos um quadro estilístico heterogéneo, que entrecruza vários tipos de cerâmicas, nomeadamente de largo bordo horizontal (JORGE 1988), cerâmicas com decoração em cordões (JORGE 1988; GONÇALVES 1981, 77-81), cerâmicas com decoração tipo «Baiões» (JORGE 1988; MARTINS 1987; 1988a; 1989), cerâmicas carenadas, habitualmente designadas por tipo «Alpiarça» (ALMEIDA e SOEIRO 1980, 35, Est. IV, 1-3; ALMEIDA *et alii* 1981, fig. 3); (QUEIROGA 1984, 110-113, fig. 11; MARTINS 1985, 220, Est. III; SILVA 1986, 118-122) e cerâmica Boquique tipo Cogotas I (MARTINS 1985, Est. V; JORGE 1988).

O significado da diversidade cultural e possivelmente económica que transparece da sobreposição de duas realidades de povoamento distintas, no quadro do Bronze Final do Noroeste português, dificilmente pode ser avaliado correctamente, em função dos escassos dados disponíveis e da evidente distância entre os sítios a que se referem actualmente.

Seria fundamental que se procurasse questionar estes problemas em projectos de âmbito regional, tendo por base uma investigação consequente nos dois tipos de povoados, de modo a definir as suas sincronias e esferas de interacção.

2. A segunda questão relaciona-se com o problema de continuidade/descontinuidade de ocupação dos povoados do 1º milénio a.C..

Alguns povoados com preocupações defensivas dominantes, instalados no Bronze Final, não parecem conhecer uma ocupação muito prolongada³⁶. Outros existem porém, fundados na mesma época, que aparentam possuir uma notável continuidade de ocupação, ao longo de todo o 1º milénio a.C., sobrevivendo, por vezes, até momentos avançados dos tempos históricos³⁷.

A explicação desta dicotomia não se afigura fácil, tendo em conta que lidamos com dados obtidos em áreas diferentes, com resultados muito parcelares e com cronologias ainda grosseiras.

O estudo dos povoados que parecem conhecer continuidade de ocupação entre o Bronze Final e a Idade do Ferro, revela uma alteração do registo arqueológico em meados do 1º milénio a.C., que afecta as áreas ocupadas, as estruturas e a cultura material, que se torna de um modo geral mais pobre³⁸. Aparentemente o colapso da metalurgia do bronze parece ter afectado bastante desigualmente as comunidades, levando nalguns casos ao próprio abandono dos povoados e noutros, unicamente a alterações visíveis de âmbito tecnológico e económico.

Mas as motivações para a continuidade de uns e o abandono de outros, podem ser complexas e multicausais, prendendo-se com as potencialidades oferecidas por diferentes ecologias e com o grau de organização atingido pelas comunidades nos finais da Idade do Bronze. Aparentemente os povoados que conhecem uma longa sequência de ocupação localizam-se em locais que favoreciam o controlo de recursos variados, que seriam explorados em esporões, vertentes e vales. No entanto, desconhecemos em que medida a diversidade de fontes de aprovisionamento alimentar terá sido a condição fundamental que justifica a longa sobrevivência de alguns povoados.

³⁶ Cfr. nota 16.

³⁷ Cfr. nota 16.

³⁸ Esta é a panorâmica geral da maioria dos povoados neste período, excepção feita àqueles que, mais próximo da orla litoral, foram tocados por alguns produtos exteriores (ALMEIDA *et alii* 1981; SILVA 1986).

Não podemos deixar de sublinhar que as sequências de ocupação dos séculos VII/VI/V a.C. são bastante mal conhecidas, correspondendo-lhes um registo arqueológico pouco expressivo na maioria dos povoados. As dificuldades em caracterizar este período são agravadas pela ausência de datações por C14, pelo desaparecimento quase total de objectos metálicos e pela alteração da cerâmica. Só o estabelecimento de cronologias mais finas permitirá a formulação de um quadro evolutivo relativamente seguro, pois nada obsta a que alguns povoados, que parecem conhecer longas sequências de ocupação, tenham sido de facto abandonados temporariamente, ainda que por curtos períodos de tempo.

De qualquer modo, será desejável que se ampliem os conhecimentos, que se afinem os quadros cronológicos e, sobretudo, que se confrontem resultados fornecidos por regiões com características homogéneas.

3. Uma outra questão diz respeito à diversidade topográfica e cronológica dos povoados fortificados, que parece definir uma estrutura hierárquica no povoamento, representativa do sistema de organização das comunidades do 1º milénio a.C..

Os trabalhos dos últimos anos permitiram constatar a existência de diferentes tipos de povoados fortificados que correspondem a etapas distintas na ocupação sistemática das bacias fluviais, documentando um aproveitamento inteligente do relevo característico dos grandes vales do Minho: esporões, colinas e pequenos cabeços.

Os mais antigos, e simultaneamente os mais duradouros em termos de ocupação, são sobretudo povoados de esporão, situando-se sempre em locais com um assinalável controlo geo-estratégico sobre os vales³⁹. Ocupados normalmente desde o Bronze Final, parecem manter-se ao longo de todo o 1º milénio a.C., atingindo uma extensão e desenvolvimento consideráveis, num período que medeia entre o séc. I a.C. e o séc. I da nossa era. A maioria destes povoados sobrevive à romanização, sendo o seu abandono bastante variável em termos de cronologia. Embora a sua base económica possa ter variado ao longo dos séculos, será de admitir que o acesso a recursos diversificados e complementares tenha constituído uma condição fundamental para a sua sobrevivência.

Encontramos ainda povoados de colina, desligados da montanha, aparentemente mais dependentes dos recursos do vale. A sua origem não parece anterior a meados do 1º milénio a.C., mas a cronologia deste tipo de povoados terá que ser melhor documentada. No entanto, eles não parecem conhecer uma

³⁹ No vale do Cávado encontramos vários povoados nestas condições (MARTINS 1987, 914-929). No entanto, podemos observar o mesmo tipo de povoados no vale do Ave, como é o caso de Sta. Marta da Falperra, Braga, ou Monte do Padrão, Santo Tirso.

romanização intensa, sendo de presumir que o seu abandono possa situar-se predominantemente no séc. I da nossa era.

Um terceiro grupo de povoados ocupa pequenos cabeços, localizados em pleno vale, oferecendo uma topografia e organização específicas. Parecendo documentar uma forma de exploração sistemática dos vales, constata-se que a cronologia da sua implantação, bem como do seu abandono é bastante variável segundo as regiões⁴⁰.

Seria importante verificar se este padrão de povoamento, observado por exemplo no vale do Cávado, se repete noutras zonas e se efectivamente esta tipologia de povoados obedece a parâmetros cronológicos mais ou menos homogêneos. Se assim fosse, estaríamos perante uma correlação importante (topografia/recursos/cronologia), que poderia permitir avaliar o problema da territorialidade dos povoados, bem como a sua presumível hierarquia.

4. A quarta questão diz respeito à evolução cultural do 1º milénio a.C., constatada a partir do registo arqueológico dos últimos anos.

Os povoados que parecem registar continuidade de ocupação revelam a existência de longas sequências de estabilidade e momentos de alteração da cultura material. Estes últimos podem ser situados provisoriamente em meados do 1º milénio a.C. e nos finais do séc. II a.C..

Assim, a primeira metade daquele milénio, embora registando uma certa variabilidade da cerâmica entre estações de tipo diferente, caracteriza-se, nos povoados fortificados, por uma certa estabilidade, que se traduz na ocupação dos mesmos espaços e por uma cerâmica, cujos estilos, formas e técnicas parecem manter-se ao longo de alguns séculos⁴¹. Tudo indica que a componente agrícola destas comunidades tenha sido importante na alimentação, a avaliar por achados paleobotânicos⁴² e pela concentração sempre significativa de mós nos níveis de ocupação deste período.

Num momento que fixamos a título provisório em meados do 1º milénio a.C. regista-se o aparecimento de novos tipos de cerâmica, uma restrição do reportório de formas e uma notável escassez de produtos indicadores da existência de trocas, em particular de metal⁴³. Esta mudança faz-se acompanhar, pelo menos nalguns povoados, por uma alteração das áreas de ocupação e pela construção de novos recintos defensivos. O quadro fornecido pelo registo arqueológico denota agora uma maior auto-suficiência das comunidades

⁴⁰ Veja-se a este propósito C. A. Brochado de Almeida (1987) e M. Martins (1987).

⁴¹ Veja-se por exemplo, as sequências de cerâmica de S. Julião I (MARTINS 1988a).

⁴² Nomeadamente trigo, milho miúdo, cevada, ervilhas e favas, no povoado de Sra. da Guia, Baiões, Beira Alta (SILVA 1976), trigo, ervilhas e favas, no Coto da Pena, Caminha (SILVA 1986, 34, nota 187, 112) e sementes de cereais, em Penalba, Pontevedra (ALVAREZ NUÑEZ 1986, 81).

⁴³ Veja-se a este propósito A. Castroviejo (1976, 325-330), A. C. da Silva (1986) e M. Martins (1987; 1988a; 1989).

e um empobrecimento da cultura material, que caracteriza o período situado entre o séc. VI/V a.C. e o séc. II a.C.

A partir daquele último século observa-se um significativo desenvolvimento tecnológico e económico dos povoados, à escala de uma vasta região⁴⁴. Ele vai traduzir-se pelo reordenamento de áreas habitacionais e pela construção e ampliação das muralhas, erguidas agora com notável aparato. No âmbito da cultura material assistimos a uma maior diversificação técnica e morfológica da cerâmica, que regista a utilização da roda de oleiro, a uma maior produção e circulação metálica⁴⁵. Tudo indica que as comunidades são agora estruturas sociais complexas, centralizadas e estratificadas, com um alto grau de coesão a nível regional, inserindo-se em quadros territoriais e sócio-políticos relativamente vastos, que aparecem prefigurados na hierarquia dos *castella* e *populi*, à data da sua integração no mundo romano⁴⁶.

Este quadro evolutivo tem sido sistematizado por vários autores, sendo possível dividi-lo em três grandes fases (I, II e III)⁴⁷. Os momentos de alteração do registo arqueológico acima referidos têm sido explicados por alguns autores, pelo fenómeno das migrações para NO de Célticos e Túrdulos, em meados do 1º milénio a.C., e por contactos mais intensos com o Mediterrâneo e, no séc. II a.C., pela expedição de *D. J. Brutus* e pela maior abertura da região ao comércio com o Sul da Península.

No entanto, tais explicações não parecem totalmente satisfatórias face aos dados disponíveis. A alteração da cultura material num período que se segue ao Bronze Final parece alicerçar-se, antes de mais, em mudanças económicas profundas das comunidades a nível regional. Depois está por discutir o impacto de eventuais imigrações em meados do 1º milénio a.C., sendo igualmente questionável até que ponto um comércio litoral com púnicos e gregos poderá ter tido repercussões profundas na vida das comunidades à escala das regiões amplas. Esse comércio parece ser aliás pouco consequente, pois a presença de materiais exógenos é de momento pouco significativa⁴⁸, parecendo afectar

⁴⁴ Este desenvolvimento parece comum aos povoados da região do Minho e caracteriza o período melhor conhecido dos castros. Sobre ele podem encontrar-se numerosas referências nos trabalhos de A. C. da Silva (1983-84, 121-129; 1986, 43-65), C. A. Ferreira de Almeida (1974a; 1977; 1983, 187-198; 1984, 35-42; 1986, 161-172), Romero Masiá (1976) e Teresa Soeiro (1984).

⁴⁵ Veja-se a este propósito A. C. da Silva (1986), que apresenta um bom balanço dos objectos metálicos característicos deste período.

⁴⁶ Veja-se sobre o assunto A. Tranoy (1981) e A. C. da Silva (1986).

⁴⁷ Em especial A. C. da Silva (1986) e M. Martins (1987).

⁴⁸ Seria de esperar uma amostragem mais significativa se efectivamente tivesse ocorrido um comércio importante com o Mediterrâneo, à semelhança do que acontece noutras zonas da Europa Central, durante a 1ª Idade do Ferro (WELLS 1980; CHAMPION e CHAMPION 1986, 59-68). A raridade de materiais exógenos, sobretudo de ânforas, que constituem o principal indicador da existência de comércio, poderá explicar-se antes por expedições prospectivas, que terão deixado a sua marca, mas que não conduziram de facto à implementação de uma corrente comercial consequente.

apenas a franja litoral do NO⁴⁹. A maioria dos povoados parece ter evoluído perfeitamente à margem desse comércio, não sendo perceptível que ele possa ter actuado como estímulo no desenvolvimento global da região.

Depois, importaria saber que produtos, ou matérias primas dispunha a região do NO para oferecer ao exterior, pois embora se aceite generalizadamente uma procura de metal por parte das civilizações mediterrânicas, a verdade é que se constata precisamente uma ausência sistemática de produtos metalúrgicos na maioria dos povoados, entre os sécs. VI e II a.C..

A aparente austeridade da vida económica das comunidades durante esses séculos parece assim bastante contraditória com a tese de uma região envolvida, de forma generalizada, num comércio de longo curso com o Mediterrâneo.

De qualquer modo, trata-se de um período muito mal conhecido. Escasseiam as datas de C14 e os materiais que se lhe referem, reduzidos por vezes à cerâmica de fabrico local, não têm sido devidamente valorizados. Por outro lado, será de esperar que existam zonas mais dinâmicas do que outras, como pode ter acontecido com a faixa litoral, em relação ao interior, e, conseqüentemente, uma certa variabilidade ao nível do registo arqueológico da fase II. Só um melhor conhecimento da estrutura económica e social das comunidades em meados do 1º milénio poderá permitir compreender as motivações subjacentes a uma mudança tão profunda da cultura material, como aquela que caracteriza os povoados ocupados desde o Bronze Final.

O desenvolvimento testemunhado pelos povoados fortificados na região do Minho, num período compreendido entre o séc. I a.C. e meados do séc. I da nossa era (fase III), tem sido basicamente atribuído à maior abertura desta área meridional e ocidental, na sequência da sua precoce pacificação. Ela explicaria a circulação comercial intensa, pelo menos nos finais do séc. I a.C.⁵⁰, a concentração monetária de numismas republicanos⁵¹, o desenvolvimento tecnológico, que se traduz por algumas inovações, nomeadamente a roda de

⁴⁹ Sobre os quantitativos e contexto desses materiais veja-se A. Castroviejo (1976, 325-330), J. M. Hidalgo Cuñarro e J. Costas Goberna (1978, 61-62), C. A. Ferreira de Almeida *et alii* (1981, 66-68), F. Fariña Busto *et alii* (1983, 120), J. M. Hidalgo Cuñarro (1984, 374), A. C. da Silva (1986, 42, nota 252, 135-136) e L. X. Carballo Arceo (1987, 141-142).

⁵⁰ Esta circulação está sobretudo representada por ânforas da forma Haltern 70, datadas a partir do último quartel do séc. I a.C. (COLLS *et alii* 1977), presentes em numerosos povoados da costa portuguesa (Coto da Pena, Santa Luzia, Sto. Estevão da Facha, Romariz), mas também em povoados interiores (Faria, S. Julião, Barbudo, Briteiros, Sabroso, Monte do Padrão, Santo Ovídio e Alvarelos, entre outros).

⁵¹ Em especial nos tesouros de Sanfins (Paços de Ferreira) (PAÇO e JALHAY 1965, 189-275) e Alvarelos (Santo Tirso) (TORRES 1978-79, 15-250). Existem ainda moedas republicanas em tesouros mais tardios, como o de Moure (Vila Verde), escondido no reinado de Augusto (PEREIRA *et alii* 1974, 200) e outras, que ocorrem de forma esporádica nalguns povoados litorais, como denários de César, na Cividade de Âncora (49-48 a.C.) e um denário de *Brutus*, em Romariz (54 a.C.) (SILVA 1986, 50-53, nota 305).

oleiro e por novos sistemas de trabalhar a pedra, e ainda o crescimento considerável dos povoados, que vão conhecer nalguns casos fenómenos de proto-urbanização⁵².

Sem pretendermos diminuir a importância dos estímulos exteriores e das novidades técnicas assinaladas na região, que denotam, de resto, a capacidade das comunidades as absorverem, não podemos deixar de considerar que o desenvolvimento observado parece repousar antes de mais na sua dinâmica interna. Em grande número de povoados em que esse desenvolvimento é perceptível não se documentam quaisquer vestígios de comércio, ou de trocas que ultrapassem o âmbito regional. Estes aparecem a partir de finais do séc. I a.C., quando começam a ser abundantes as ânforas e a surgir sigillata itálica.

Existem, por conseguinte, muitos povoados que, embora tocados apenas tardiamente por contactos comerciais, demonstram uma enorme vitalidade económica ao longo de todo o séc I a.C..

Por outro lado, os grandes trabalhos públicos de reordenamento e fortificação dos povoados, que caracterizam a fase III, não podem ser vistos apenas como uma consequência de contactos com o exterior. Eles retratam comunidades que manipulam largos excedentes alimentares, só possíveis com uma economia bem organizada e com uma estrutura sócio-política hierarquizada e estratificada. Tais trabalhos parecem traduzir uma forte competição entre as comunidades, correspondendo simultaneamente a um momento em que se estrutura uma integração complexa das mesmas em termos inter-regionais. A procura de itens exóticos, decorrentes do comércio, poderá mesmo ter servido a emulação competitiva das comunidades e a valorização de *status*, quer dentro dos povoados, quer entre eles.

De qualquer modo, é possível que a organização das comunidades do NO tenha conhecido assimetrias e regionalismos, que necessitam de ser convenientemente valorizados⁵³.

5. Finalmente gostaríamos de sublinhar uma última questão que se prende com o fenómeno da persistência dos povoados fortificados em época romana.

Aparentemente poderá existir uma correlação entre a topografia dos povoados e a sua maior ou menor romanização. No vale do Cávado verificamos que são os povoados implantados em esporões, que exerciam o controlo estratégico do vale, que irão manter-se durante o Alto Império. A sua persistência pode ter sido importante para a própria administração romana, mas é

⁵² Especial destaque merece o caso da citânia de Sanfins, em Paços de Ferreira, estudada por A. C. da Silva (1986).

⁵³ Nem todos os povoados parecem ter atingido nesta época o mesmo grau de desenvolvimento e complexidade. No vale do Cávado constatámos que só os povoados com boa localização geo-estratégica parecem conhecer um importante surto construtivo, acompanhado por um evidente enriquecimento da cultura material (MARTINS 1987; 1988a; 1989).

possível que ela se articule também com o estatuto político desses povoados a nível regional.

Por outro lado, constatamos que os pequenos povoados de baixa altitude vão conhecer um marcado êxito nos primeiros momentos da romanização, nalguns vales do Minho. É o que parece acontecer no vale do Lima⁵⁴, contrariamente ao vale do Cávado, onde assinalamos um precoce abandono de alguns povoados deste tipo⁵⁵, em benefício da instalação de *villae* e casais. Esta categoria de povoados oferece também uma cronologia tardia em certas zonas da Galiza e Astúrias, sendo mesmo interpretados como o resultado de uma política romana de dispersão populacional⁵⁶.

Observa-se deste modo uma acentuada discrepância de situações regionais, que não permite a formulação de um cenário único para a Romanização. Mais uma vez julgamos que só no quadro de uma investigação regional e, neste caso, em articulação com o estudo de novas formas de habitat de tipo romano, poderemos compreender devidamente as assimetrias e modalidades de uma romanização das populações indígenas, que prima, antes de mais, pela diversidade de soluções e distorção cronológica.

A situação observada, por exemplo, no vale do Cávado, intimamente relacionada com a fundação de Bracara Augusta e o lançamento da rede viária, não pode ser generalizada a outras áreas, que conhecerão, em função dos imperativos da administração romana e do nível de desenvolvimento atingido pelas próprias comunidades, outras situações específicas, que talvez se tenham tornado mais homogêneas no Baixo Império.

BIBLIOGRAFIA

- ACUÑA CASTROVIEJO, F. (1976) — Excavaciones en el castro de "O Neixón". Campaña de 1973, *NAH-Prehistoria*, 5, pp. 325-330.
- Idem* (1977) — Panorama de la Cultura Castrexa en el NO de la Península Ibérica, *BA.*, 31, pp. 235-253.
- ALMEIDA, C. A. B. (1982) — Castelo de Faria. Campanha de escavações de 1981 *Barcelos- Revista*, 1 (1), Barcelos, pp. 79-88.
- Idem* (1987) — *Proto-História e Romanização da bacia inferior do Lima*. Porto.

⁵⁴ Veja-se sobre o assunto C. A. Brochado de Almeida (1987).

⁵⁵ É o caso do povoado do Lago, em Amares, cujo abandono se situará em meados do séc. I a.C. (MARTINS1988b).

⁵⁶ Veja-se a este propósito C. Fernandez Ochoa (1986).

- ALMEIDA C. A. B. e T. Soeiro (1980) — Sondagens nos castros de Abade do Neiva e Roriz, Barcelos, 1978, *SANP*, 2, pp. 29-35.
- ALMEIDA, C. A. F. (1974a) — Cerâmica Castreja, *R.G.*, 84 (1-4), pp. 171-197.
- Idem* (1974b) — *Escavações em Monte Mozinho* (1974), Centro Cultural Penafidelis, Penafiel.
- Idem* (1977) — *Escavações em Monte Mozinho* (1975-1976), Centro Cultural Penafidelis, Penafiel.
- Idem* (1981) — Nova estátua de guerreiro galaico-minhoto (Refojos de Basto), *Arqueologia*, 3, Porto, pp. 111-116.
- Idem* (1983) — Cultura castreja. Evolução e Problemática, *Arqueologia*, 8, Porto, pp. 70-74.
- Idem* (1984) — A casa castreja, *MA*, 6, pp. 35-42.
- Idem* (1986) — Arte Castreja, *Arqueologia*, 13, Porto, pp. 161-172.
- ALMEIDA, C. A. F.; T. Soeiro; C. A. B. Almeida; A. J. Baptista (1981) — *Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha*, Arquivo de Ponte de Lima, Ponte de Lima.
- ALVAREZ NUÑEZ, A. (1986) — *Castro de Penalba. Campaña 1983*, Arqueología/Memorias, 4, Santiago de Compostela.
- ARIAS VILAS, F. (1979) — El castro de Penarrubia (Lugo) y la novedad de su datación por C14, *XV CAN*, Lugo, pp. 613-622.
- BINFORD, L. R. (1964), A consideration of Archaeological Research Design, *American Antiquity*, 29, pp. 425-441.
- BLANCO FREIJEIRO, A. (1960) — La Cultura Castreña, *I Symposium de Prehistoria Peninsular*, Pamplona, 1959, pp. 179-195.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1921) — Los Celtas y la Civilización Céltica en la Península Ibérica, *Boletín de la Sociedad Española de Excursiones* Año 29, pp. 248-300.
- Idem* (1932) — *Etnología de la Península Ibérica*, Barcelona.
- Idem* (1933) — Los Celtas en Portugal y sus caminos, *HMS*, pp. 54-72.
- Idem* (1939) — *Two Celtic waves in Spain*, Proceedings of the British Academy, London.
- CALO LOURIDO, F. e X. Sierra Rodríguez (1983) — As orixenes do Castrexo no Bronze Final, *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia* — Santiago de Compostela, pp. 19-85.
- CARBALLO ARCEO, L. X. (1986) — *Castro da Forca. Campaña 1984*, Arqueología/Memorias 8, Santiago de Compostela.
- CARDOSO, M. (1958) — Missão inglesa de escavações num «castro» do Norte de Portugal (Sabroso), (3 a 11 de Abril de 1958), *R.G.*, 68 (3-4), pp. 439-454.
- Idem* (1962) — Alguns problemas da cultura dos castros no Norte de Portugal, *XXVI CLEPC*, 2 (5), pp. 391-423.
- CHAMPION, T. (1982) — Fortification, Ranking and Subsistence, *Ranking, Resource and Exchange*, C. Renfrew e S. Shennan (eds.), Cambridge University Press, pp. 61-66.

- CHAMPION, T. e S. CHAMPION (1982) — Peer polity interaction in the European Iron Age, *Peer polity interaction and socio-political change*, C. Renfrew e J. F. Cherry (eds.), Cambridge University Press, London, pp. 59-68.
- CLARKE, D. L. (1968) — *Analytical archaeology*, Methuen, London.
- COFFYN, A. (1985) — *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Difusion du Boccard, Paris.
- COLLS, D.; R. Etiénne; R. Lequément; B. Lion; F. Mayet (1977) — *L'épave Port-Vendres et le commerce de la Bétique à l'époque de Claude*, *Archaeonautica*, 1, CNRS, Paris.
- CORREIA, M. (1924) — A cultura dos castros, sua origem e a sua significação etnológica, *Os povos primitivos da Lusitânia*, Porto.
- EIROA, J. (1973) — Unha fecha radiocarbonica para el NW peninsular, *Estudios*, 2, Zaragoza, pp.48.
- Idem* (1980) — Notas sobre la cronologia de los castros del Noroeste de la Península Ibérica, *SANP*, 1, pp. 71-83.
- FARIÑA BUSTO, F.; F. Arias Vilas; A. M. Romero Masiá (1983) — Panorâmica general sobre la cultura castrexa, *Estudios de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, pp. 87-126.
- FERNANDEZ OCHOA, C. (1986) — El impacto romano sobre el habitat del Noroeste (Estado de la cuestión sobre los fenómenos de transición y articulación del território), *Coloquio de Proto-história e História Antiga da Península Ibérica*, Santiago de Compostela (pré-tiragem polic.).
- GONÇALVES, A. H. B. (1981) — A estação pré-histórica do Monte do Calvo - Baião. Notícia preliminar, *Arqueologia*, 3, Porto, pp. 77-87.
- GONÇALVES, A. H. B.; S. O. Jorge; V. O. Jorge (1978) — Fossas abertas no saibro do concelho de Baião. I - Bouça do Frade e Tapado da Caldeira, Porto, *TIANC*, 34, Porto.
- Idem* (1980) — Fossas abertas no saibro do concelho de Baião. II - Monte Calvo e Vale de Quintela, Porto, *TIAMC*, 37, Porto.
- HAWKES, C. F. C. (1984) — The castro culture of the Peninsular North-West: fact and inference, *Papers in Iberian Archaeology*, T. F. C. Blagg, R. F. Jones e S. J. Keay, *BAR* - 193 (1), pp. 187-193.
- HIDALGO CUÑARRO, J. M. (1984) — El castro de Vigo y el comercio atlantico romano en el Noroeste Peninsular, *R. G.*, 94, pp. 371-384.
- HIDALGO CUÑARRO, J. M. e F. J. Costas Goberna (1979) — El Castro «A Cidade» de Caneiro, Fozara (Ponteareas), *EMP*, 33, pp. 151-228.
- HÖCH, M. (1980) — Corte estratigráfico no castro de S. Juzenda (concelho de Mirandela), *SANP*, 2, Guimarães, pp. 55-70.
- Idem* (1986) — *Studien zur sogenannten castro-kultur in Nord Portugal*, Marburg (tese de doutoramento polic.).
- HODDER, I. (1978) — *The Spatial organisation of culture*. Duckworth, London.
- Idem* (1982) *Symbols in action. Ethnoarchaeological Studies of material culture*,

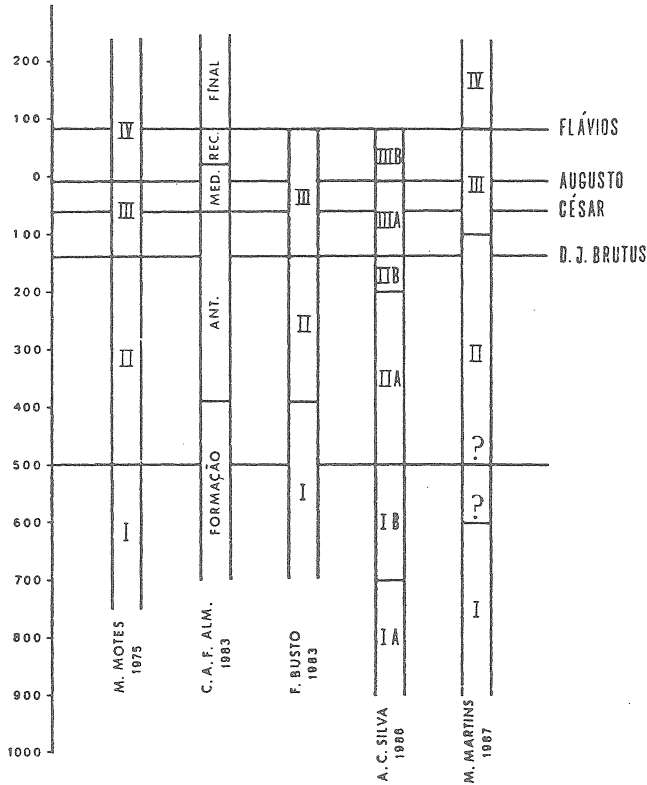
Cambridge University Press.

- JORGE, S. O. (1981) — Sondagens arqueológicas na estação do Alto da Caldeira (Baião), *Arqueologia*, 3, Porto, pp. 67-76.
- Idem* (1986) — *Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves - V. Pouca de Aguiar*, Porto.
- Idem* (1988) — *O povoado da Bouça do Frade (Baião), no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Monografias Arqueológicas, 2, GEAP, Porto.
- KALB, P. (1978) — Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabung auf einer Höhen siedlung Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *MM*, 19, pp. 111-138.
- Idem* (1980) — Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *Germania*, 58, Frankfurt, pp. 25-59.
- LEMOS, F. S.; M. Martins; M. Delgado (1981) — *Actividade arqueológica, 1976-1980*, Braga.
- LOPEZ CUEVILLAS, F. (1933) — A área xeográfica da cultura norte dos castros, *HMS*, pp. 99-107.
- Idem* (1952) — Castro de Cameixa (Carballiño), Campaña de 1944, *NAH*, 1, pp. 82-91.
- Idem* (1953) — *La civilización céltica en Galicia*, Santiago de Compostela.
- LOPEZ CUEVILLAS, F. e J. Lorenzo Fernandez (1948) — Notas arqueológicas do Castro de Cameixa, *R.G.*, 58 (3-4), pp. 288-305.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1975) — La cultura castreña de la Edad del Hierro, *JMACH*, 1, pp. 269-284.
- MALUQUER DE MOTES, J. e B. Taracena (1954) — Pueblos de la España Céltica, *História de España*, 1, Menendez Pidal (dir.), Madrid, pp. 1-299.
- MARTIN, R. D. (1972) — Concepto of human territoriality, *Man Settlement and Urbanism*, P. J. Ucko, R. Tringham e G. Dimbleby (eds.), Duckworth, London, pp. 427-445.
- MARTINS, M. (1985) — Sondagens arqueológicas na castro do Monte do Padrão, em Santo Tirso, *CA*, Série II, 2, Braga, pp. 217-230.
- Idem* (1987) — *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Braga (tese de doutoramento polic.).
- Idem* (1988a) — *A citânia de S. Julião, em Vila Verde: memória dos trabalhos realizados entre 1981 e 1985*, Cadernos de Arqueologia - Monografias, 2, Braga.
- Idem* (1988b) — *O povoado fortificado do Lago, Amares*, Cadernos de Arqueologia — Monografias, 1, Braga.
- Idem* (1989) — *O castro de Barbudo, Vila Verde. Resultados das campanhas realizadas entre 1983 e 1985*, Cadernos de Arqueologia — Monografias, 3, Braga.
- PAÇO, A. e E. Jalhay (1965) — Tesouro monetário da Citânia de Sanfins, *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, 6, Lisboa, pp. 189-275.
- PEREIRA, I.; J. P. Bost; J. Hiernard (1974) — Les Monnaies, *FC*, III, Diffusion du Bocard, Paris.
- PEREZ OUTEIRIÑO (1982) — *De ourivesaria castreña, I. Arrecadas*, Boletín Auriense (anexo 1).

- QUEIROGA, F. (1984) — Escavações arqueológicas em Castelo de Matos. Notícia preliminar, *Arqueologia*, 9, Porto, pp. 105-116.
- RENFREW, C. (1973) — *The explanation of culture change*, Duckworth, London.
- Idem* (1977) — Space, Time and Polity, *The Evolution of Social Systems*, J. Friedman e M. J. Rowlands (eds.), Duckworth, London, pp. 89-112.
- Idem* (1982) — Socio-economic change in ranked societies, *Ranking, Resource and Exchange*, C. Renfrew e S. Shennan (eds.), Cambridge University Press, pp. 1-8.
- ROMERO MASIÁ, A. (1976) — *El habitat castreño*, Santiago de Compostela.
- ROWLANDS, M. J. (1972) — Defense: a factor in the organization of settlement, *Man, Settlement and urbanism*, P. J. Ucko, R. Tringham e G. W. Dimbleby (eds.), pp. 447-462.
- RUIZ-GALVEZ PRIEGO, M. (1984) — *La Península Ibérica y sus relaciones con el Organisation of culture*, I. Hodder (ed.), Duckworth, London, pp. 113-140.
- SHERRAT, A. G. (1973) — The interpretation of change in European Prehistory, *The Explanation of Culture Change. Models in Prehistory*, C. Renfrew (ed.), University of Pittsburg Press.
- SILVA, A. C. da (1981/82) — Novos dados sobre a organização social castreja, *Portugália*, (N/S), 2-3, pp. 83-94.
- Idem* (1982) — Organizações gentílicas entre Leça e Ave, *Colóquio de História Local e Regional*, Santo Tirso, pp. 381-399.
- Idem* (1983/84) — A cultura castreja do Noroeste de Portugal. Habitat e cronologias, *Portugália*, (N/S), 4-5, Porto, pp. 121-129.
- Idem* (1986) — *A Cultura Castreja no Noroeste Português*, Paços de Ferreira.
- SILVA, A. R. P. (1976) — Carbonized grains and imprints in ceramics from the castrum of Baiões (Beira Alta, Portugal), *Folia Quaternaria*, 47, Krakon.
- SOEIRO, T. (1984) — *Monte Mozinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana*, Penafiel.
- Idem* (1985/86) — Muro da Pastoria, Chaves. Campanha de escavação de 1982/83, *Portugália*, (N/S), VI/VII, Porto, pp. 21-28.
- TORRES, J. (1978/79) — Tesouro monetário do castro de Alvarelhos. *Santo Tirso — Boletim Cultural*, 1, (2-3), pp. 15-250.
- TRANOY, A. (1981) — *La Galice Romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Peninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion du Boccard, Paris.
- VAZQUEZ VARELA, J. M. (1980) — Los testimonios economicos, *Estudios de Cultura Castreña e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, pp. 147-158.
- WELLS, P. S. (1980) — *Culture contact and culture change; Early Iron Age in Central zados entre 1981 e 1985*, Cadernos de Arqueologia - Monografias, 2, Braga.

ABREVIATURAS

- BA = Bracara Augusta, Braga
- CA = Cadernos de Arqueologia, Braga
- CAN = Congresso Nacional de Arqueologia, Braga
- CLEPC = Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Lisboa
- EMP = El Museo de Pntevetra, Pontevedra
- HMS = Homenagem a Martins Sarmento, Guimarães
- JMACH = Jornadas de Metodologia Aplicada a las Ciencias Históricas, Santiago de Compostela
- MHA = Memórias de História Antigua, Oviedo
- MM = Madrider Mitteilungen, Madrid
- NAH = Noticiário Arqueológico Hispanico, Madrid
- R. G. = Revista de Guimarães, Guimarães
- SNAP = Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, Guimarães
- TIAMC = Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correa, Porto



Propostas de evolução da ocupação dos castros.

DEBATE

Armando Coelho Ferreira da Silva — Quero agradecer as referências que fizeste ao meu trabalho, e fazer um ou outro apontamento. Não possuo muitos dados para discutir mais do que aquilo que apresentei na minha tese de doutoramento; aliás, foi a última elaboração que realizei. De qualquer modo, relativamente àquilo que propões, nomeadamente quando referes o povoado do Coto da Pena, nota que ele não é um povoado de esporão, mas um povoado de vale, e tem todavia uma ocupação vastíssima durante um milénio. Portanto, não podemos pegar simplesmente nesse modelo e aplicá-lo; em determinadas regiões, as soluções podem ter sido diferentes. O que me parece efectivamente é que o Coto da Pena tem, acessível, um conjunto de recursos permanentes e está em situação excepcional, na bacia do Coura, para controlar todo um núcleo estanhífero importante que é o do vale daquele rio. Julgo que está também situado de forma excepcional para controlar circuitos dos metais, a produção e circulação dos metais, e tem ainda um conjunto de recursos económicos — de agricultura, caça, pastoreio, etc. — disponíveis, dadas as condições em que está localizado. Esta talvez seja a fortuna deste povoado, e não o facto de ser um povoado de esporão ou não. Relativamente à cronologia geral que apresentei, e sobretudo à fase final, resolvi na fase III também colocar uma viragem com Augusto. Foi o registo arqueológico que o motivou e não qualquer outro dado. Ao ver romanos instalados no Monte Murado, através de pactos de hospitalidade, construindo uma casa romana no interior do povoado, e ao verificar no Castelo de Gaia uma outra casa absolutamente idêntica na época de Augusto — portanto uma infiltração similar dos romanos para o interior dos próprios povoados —, eu entendi que, efectivamente, e por elementos que recolhi noutros sítios, o registo arqueológico muda a partir de Augusto. Entendo que são dados suficientes para que nessa fase entrássemos pelo menos numa sub-divisão cronológica. Adoptei o mesmo critério para as outras fases; foi a mudança do registo arqueológico que se me manifestou ter uma certa concordância com alguns factos políticos, históricos, conhecidos das fontes clássicas, e não o contrário. É evidente que tinha o conhecimento desses factos, mas não os «encaixei» propositadamente. Por ex., quando criei um período comprido e um curto na segunda fase, ou seja, respectivamente, as fases IIA e IIB, foi porque verifiquei que houve a introdução da roda de oleiro e entendo que esse facto é extremamente importante no registo arqueológico. Acabei assim por

verificar que há uma certa coincidência entre mudanças do registo arqueológico e influências ou relações estranhas. Entendo que não podemos estranhar isto, tanto mais que, para mim, foi absolutamente evidente a influência púnica que verifiquei ao longo dessa fase IIA. Ainda na escavação de Cidadelhe (situada no interior, a cerca de 100 Km. do Porto), no ano passado, encontrei inúmera cerâmica púnica. Portanto, não é só no litoral que aparece este tipo de cerâmica, mas também nos sítios do interior, onde o acesso é mais possível. De resto, a distribuição das jóias já tinha manifestado essa penetração, sobretudo pelo rio Douro acima. Isto foi só para justificar um pouco o meu ponto de vista de que foi o registo arqueológico — que foi extremamente abundante, muitos milhares de fragmentos de cerâmica e muitos objectos de metal e jóias que no conjunto tive de avaliar — que me levou a fazer a proposta que apresentei. Esta foi inicialmente em 1983 no Colóquio Serpa Pinto e não em 1986, com poucas variantes até esta última data. Simultaneamente apareceram outras duas propostas: a do Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida na revista *Arqueologia* (tendo eu tido conhecimento dela só posteriormente e não podendo por isso ter sido influenciado pela mesma), e a proposta galega que aparece simultaneamente ao Colóquio Serpa Pinto, mas que também foi separada da minha. Isto só para dizer que o registo arqueológico foi o grande motivador das minhas cronologias. Relativamente à data do Coto da Pena, considero que as datas em torno de 1.000, pelos metais que aparecem, são um bocado arcaizantes, e foi por esse motivo que resolvi escolher o ponto mais baixo, mais próximo de nós, ou seja, a data de 900, porque se adequava melhor à cronologia. Não foi outro critério. Os dados foram retirados de sementes e portanto de objectos que não têm uma perduração, que são perecíveis, têm aquela data exacta, facto que não acontece relativamente aos carvões. A data do castro de Romariz também é do estrato inferior e usei aqui o mesmo critério, colocando a data no ponto mais baixo, mais próximo de nós. Isto porque assim me aconselhava todo o registo de objectos de cerâmica púnica e até um fragmento de cerâmica grega que encontrámos no estrato superior.

Maria Manuela Martins — Só queria responder a duas questões. Em primeiro lugar, acho bastante importante que tenhas salientado o facto de o povoado do Coto da Pena poder ser considerado um povoado de vale, porque isso só acentua um aspecto que eu venho sublinhando: o povoamento dos vales não se processou da mesma maneira. O que parece realmente importante no Coto da Pena, e que de resto vem sublinhar uma ideia minha, é que estes povoados dispõem de recursos alimentares muito diversificados e não especializados (o Coto da Pena, em particular, está muito ligado a recursos de âmbito fluvial e marítimo). Em relação ao problema do registo arqueológico mudar, eu só gostaria de colocar uma questão. Tu dizes que fizeste uma divisão por volta dos finais do séc. III (a fase IIIA), com a introdução da roda de oleiro. Ora, um dos

problemas que parece existir é a dificuldade em datar exactamente esse fenómeno, quer dizer, calculamos que ela tenha sido introduzida entre finais do séc. II, inícios do séc. I, mas é difícil precisar, a não ser que se disponha de datações de carbono 14, para situar o fenómeno com rigor.

A.C.F.S. — Eu já expliquei o critério que utilizei. Numa estratigrafia do Castro de Terroso encontrei, num nível de abandono que datei hipoteticamente do período de Decimus Junius Brutus, uma mó giratória. Ora, considero que o sistema da roda de oleiro é absolutamente idêntico ao da mó giratória e que uma inovação poderá ter acompanhado a outra. Para essa fase as datações que consegui foram a partir dos dados fornecidos pela introdução da cerâmica campaniense A.

M.M.M. — Bom, mas é natural que a roda de oleiro tenha sido introduzida nos povoados em momentos cronológicos distintos.

A.C.F.S. — Foram períodos diferentes, mesmo. Também verifiquei que nesse sítio (castro de Terroso) e nesse mesmo estrato, no interior da mesma casa, havia três vasos com paredes muito finas e muito regulares que devem ter sido feitos numa roda rudimentar. Mas nada disto decide a questão; são apenas propostas.

Suzanne Daveau — Queria fazer duas perguntas muito curtas, sobre aquele mapa muito interessante, do povoamento do vale do Cávado, que apresentou. Se bem percebi, os castros de altitude continuaram a funcionar quando os outros apareceram. Segundo ponto: qual a sua hipótese para esta descida do povoamento, que para mim, ignorante destes assuntos, me parece muito precoce, pois tinha ficado com a ideia de que a descida era feita sobretudo no período romano, e agora estou a ver que é muito anterior.

M.M.M. — Até ao momento o povoado de baixa altitude mais antigo é precisamente um povoado estudado no vale do Cávado, cuja origem deve remontar ao séc. III a.C. Curiosamente, ele é abandonado em meados do séc. I, portanto anteriormente à romanização. No vale do Lima, assistimos a um fenómeno diferente: esses povoados parecem ter uma cronologia mais tardia, aparecendo desde meados do séc. I a.C., alguns já na viragem do milénio, e outros mesmo no período da romanização. Na Galiza e nas Astúrias eles parecem ter ainda uma cronologia mais tardia, e portanto não podemos considerar um painel cronológico comum para estes povoados. Penso que esse é um aspecto importante, porque de facto pode ter havido uma desigualdade de desenvolvimento das regiões e no fundo esses povoados, a que alguns autores não hesitam em chamar povoados ou castros «agrícolas», estão ligados à exploração sistemática dos vales, podendo ou não ser controlados por povoados mais importantes. Aliás, eles encontram-se fora dos territórios teóricos de

influência de grandes habitats, mas não coexistentes; e é difícil entender a existência de unidades de produção especializadas como poderiam ser estes povoados, fora de relações interactivas, e com certeza de grande complexidade, a nível social e económico, entre eles. De resto, haveria que perguntar onde é que os grandes povoados, que revelam um considerável desenvolvimento tecnológico a partir do séc. I a.C., que remodelam por completo as suas estruturas, que petrificam sistematicamente as casas, vão buscar os excedentes alimentares, para manter uma tão vasta população ligada a tarefas não produtivas, obviamente.

S.D. — É um problema de grande interesse, sem dúvida. Achei o seu mapa uma hipótese já muito importante, uma evolução do povoamento. É a primeira vez que vejo uma coisa deste género.

M.M.M. — É uma modesta contribuição, porque infelizmente eu não disponho de dados cronológicos sistemáticos para um grande número de povoados. Confesso mesmo que, em termos de habitats de baixa altitude, apesar de existirem cerca de 17, só pude escavar um, e portanto tenho mais dúvidas do que certezas. Mas, de qualquer modo, eu não chamo a estes povoados «agrícolas» pois de facto não encontrei aí sementes, se bem que as condições de preservação nem sempre são fáceis. São povoados cujos estratos são extremamente húmidos; situam-se sobre níveis de terraço, existindo portanto um conjunto de factores que podem ter afectado o registo arqueológico, e que não permitem grandes ilacções, ou pelo menos exigem uma certa prudência nas mesmas. Mas julgo realmente que a problemática destes povoados, e da sua relação com os sítios de altura, é uma das mais interessantes que se nos coloca. É uma das questões mais importantes da investigação dos castros nos próximos anos, ou pelo menos deveria ser.

Francisco Fariña Busto — Eu queria permanecer um pouco na linha da pergunta anterior: se existe uma certa hierarquização territorial, quais as razões dessa hierarquização? Existem uns povoados de altitude com uma cronologia que é paralela em dado momento aos povoados de vale. Haverá uma relação de dependência no sentido de que a implantação do povoado de vale depende hierarquicamente ou funcionalmente dos povoados de altitude, ou representa uma nova fórmula dos sistemas produtivos em interacção com esse castro já existente e que, como era pré-existente, permitiu o estabelecimento do de vale? Este é um tema, o outro será: se efectivamente há, como parece, um corte, se como suponho não há continuidade entre o material que define as culturas do Bronze Final e a cultura a que se vinha chamando castreja, não seria oportuno manter o termo «castrejo», na linha da última proposta, para o que se vinha denominando tradicionalmente «castrejo», marcado precisamente por essa ruptura?

M.M.M. — Ora bem, em relação ao problema da hierarquização do povoamento, digamos que isto que apresentei é mais uma hipótese do que uma certeza. O que parece existir de facto são povoados cujo espectro económico seria extremamente diversificado, que se desenvolvem bastante na última fase, sendo esse desenvolvimento correlativo do aparecimento ou da pulverização de povoados na zona de vale. São duas realidades com as quais nós temos de lidar. Se ao tentarmos traçar os territórios potenciais dos povoados mais antigos, precisamente esses que arrancam do Bronze Final, verificamos que de facto os povoados surgem fora desses territórios de influência, quer dizer, aparentemente para a exploração de recursos que poderiam ser manipulados por outros povoados mais antigos, mas que seria agora mais intensa. Digamos, eu veria estes povoados como uma extensão dos habitats mais antigos que desempenhariam, digamos, o papel de controlo estratégico dos vales. No entanto, isto é mais uma hipótese de trabalho, do que uma rigorosa formulação de um quadro existente. É necessário não só confrontar os dados cronológicos dos diferentes povoados (e aí muitas vezes apenas existe a cerâmica para correlacionar), mas definir a interacção desses sítios, o que quer dizer que temos de trabalhar, segundo penso, com uma grelha de modelos teóricos para aceder a esse significado. É evidente que se parte da ideia de que esses povoados constituem uma trama, em princípio coerente, e que não estão isolados, ou seja, não sofrem um desenvolvimento independente uns dos outros. No vale do Cávado, que é a realidade que eu mais conheço, existem cerca de 16 povoados de altitude, cerca de 10 povoados de colina e 17 de vale. Todos esses 16 sítios de altura têm um desenvolvimento semelhante, quer dizer, não há nenhum que se possa considerar mais importante que os outros, pelo menos à luz dos dados actuais. Digamos que isto é uma hipótese de trabalho e não deve ser considerada como mais do que isso. Em relação ao problema da continuidade ou descontinuidade de ocupação dos povoados em relação ao Bronze Final, os materiais, ou o registo arqueológico dos sítios com ocupação do Bronze Final que eu estudei, revelam uma alteração, uma mudança sobretudo técnica no fabrico das cerâmicas, uma alteração no repertório de formas, que vai no sentido de uma menor diversificação funcional da cerâmica. Digamos que a cerâmica posterior ao Bronze Final reduz-se a três ou quatro tipos, enquanto que no Bronze Final eu encontrei, pelo menos em S. Julião, dez tipos morfológicos distintos. Mas algumas formas que persistem, podem ser consideradas evoluções da cerâmica do Bronze Final. Não há uma descontinuidade tão radical: há uma descontinuidade técnica, há um fabrico diferente de pastas, sobretudo com a introdução da mica na cerâmica, e principalmente há uma descontinuidade física das estruturas. No Bronze Final encontrei vestígios de cabanas, uma muralha de terra batida e um fosso; as muralhas que eu assinalo na Idade do Ferro são de pedra (embora não do tipo que aparece na fase final), mas de pedra partida, utilizando ainda muita terra, toscas, e as estruturas

habitacionais continuam a ser de materiais perecíveis. Quer dizer, há de facto uma descontinuidade cultural, que não é muito fácil de explicar, até porque em S. Julião eu admito uma continuidade de ocupação, ou seja, foram as mesmas comunidades que ali continuaram a viver... De resto, a esse propósito, gostaria de salientar o seguinte aspecto: a presença de mica nas cerâmicas é um grande indicador para incluir um certo número de materiais já na Idade do Ferro. Surge em S. Julião na última fase do Bronze Final, acrescentada a cerâmicas de tipologia perfeitamente característica do Bronze Final, como sejam as taças carenadas. Portanto digamos que existem alguns aspectos tecnológicos de certos materiais que apontam para uma característica que vai ser comum às cerâmicas da generalidade da Idade do Ferro. Mas eu não discuto de momento o alcance desse aspecto, aliás seria impossível fazê-lo, uma vez que isso só foi verificado no povoado de S. Julião, e porque me parece pouco consequente para já.

F.F.B. — Voltando ao tema das hipóteses de hierarquização e de correlação dos povoados de vários níveis de altitude: existiria a possibilidade de marcar a territorialidade de cada um deles tomando como referência os métodos que se utilizam na geografia aplicada, como seja fazer uma ou duas horas de caminho a pé e a partir dessa experiência ver se existem interferências nas áreas de actuação de cada um desses castros? E consequentemente ver se há ou não interferências claras entre eles ou não.

M.M.M. — Eu posso mostrar o mapa outra vez. Temos aqui que definir territórios potenciais de povoados. O mapa limitou-se, após várias tentativas, a deixar definidos os territórios de influência dos povoados mais altos, que são simultaneamente os mais antigos, e verificámos que a 2 horas de caminhada todos os territórios se intersectam. Digamos que territórios sem interferência existem a 1 hora, quer dizer, a uma hora do centro do povoado toca-se o território de outros povoados. No entanto, é perceptível na zona jusante do vale que esses territórios poderiam ser ligeiramente maiores, de 1,5 h. Portanto, na área mais montanhosa, é predominantemente o território de 1 h. que não se intersecta com o de outros povoados, enquanto que na zona jusante é um território de 1,5 h., pelo menos, no caso de alguns sítios como Faria, Roriz, etc. Por outro lado, tentámos também proceder à definição dos territórios de influência de povoados mais pequenos, a que chamámos «povoados de colina», e verificámos que eles surgem normalmente na periferia de outros. Só num caso, em Barbudo, existe um sítio de habitat dentro do território de influência desse povoado mais importante. Isso faria com que, se estes povoados controlassem, digamos, automaticamente territórios, fossem dessa forma restringir os territórios de povoados mais antigos. Daí que surja a questão: se estes habitats não representarão já uma aproximação em relação à exploração dos recursos de vale, situando-se portanto na dependência de territórios de

povoados mais antigos. Em relação aos povoados de baixa altitude, na medida em que podemos admitir a sua função especializada, será difícil saber se o seu território não seria extremamente restrito, e portanto não teria qualquer significado estar a definir territórios de 2 h. ou de 1 h., porque, se o fizéssemos, eles iriam abarcar os territórios dos povoados da bordadura do vale. Atribuímos um certo significado cronológico a esta possível hierarquização, uma franja de povoados mais antigos que remontam hipoteticamente ao Bronze Final, depois o aparecimento de povoados de colina e de vale numa época posterior, e foi nessa ordem de ideias que procurámos compreender esta estrutura, a partir de povoados que seriam mais importantes. De resto, devo sublinhar que são esses os povoados que se vão manter durante a romanização, enquanto que os outros parecem desaparecer. Existem mesmo, no caso do vale do Cávado, exemplos de sítos romanos que surgem muito perto de povoados de vale: possíveis vilas, casais, etc. É necessário investigar muito mais para ter certezas. Estes são povoados que, para além da sua grande antiguidade, desenvolvem uma arquitectura aparatosa do ponto de vista fortificativo, que de resto pode traduzir uma grande competição entre os diferentes povoados, pela disputa de territórios, mesmo numa fase avançada, ou como uma forma de demonstrar o prestígio dessas comunidades. Por outro lado, são eles também que se vão manter na romanização, porque controlam o vale, controlam as portelas por onde passarão as vias e terão portanto uma função útil durante os primeiros tempos da romanização.

F.F.B. — A minha pergunta é a seguinte: tendo em conta essa nova implantação, aparece nos castros de altura alguma remodelação nas muralhas, que tecnicamente nos possa fazer pensar numa correlação com as novas implantações que se fazem no vale, ou não existe essa possibilidade de verificação?

M.M.M. — Uma correlação a nível das muralhas?

F.F.B. — Não. Refiro-me a que tratando-se de novas implantações, pode supor-se que existem novas técnicas de trabalho da pedra, de montagem de novas muralhas, nesses povoados. Pergunto se existe nos povoados pré-existentes alguma remodelação com utilização de novas técnicas que se aplicam nos povoados de recente implantação.

M.M.M. — As remodelações das muralhas, até com a utilização generalizada de pedra picada (que utiliza o pico de ferro) são sobretudo evidentes nos grandes povoados de altura. Não se conhece em pormenor as fortificações dos outros povoados (normalmente são constituídas por uma só linha de muralha). No povoado do Lago a muralha é de pedra partida com um acrescento, uma reparação que resultou de uma fase de derrube da muralha e que utiliza já pedra picada. Esse acrescento será provavelmente dos inícios do séc. I da nossa era.

Mas não é possível estabelecer uma correlação directa de tipos de estruturas de povoados de altura com os de vale, pelo menos por agora.

Susana Oliveira Jorge — Queria em primeiro lugar dizer que gostei muito do que disseste sobre este tema; queria manifestar isso desde já, porque acho que tocaste em problemas sensíveis em vários aspectos. Sendo breve, gostaria de colocar uma série de questões. A primeira diz respeito ao facto de quando tu te referes aos povoados que se situam nos bordos das bacias fluviais e sobrevivem na Idade do Ferro, isso acontecerá, segundo a tua opinião, porque eles acederiam a uma certa diversidade de recursos. Eu penso por exemplo no povoado da Bouça do Frade, que não sobreviveu na Idade do Ferro, e creio que esse sítio, apesar de se encontrar numa situação diferente dos povoados que tu estudaste, localizados, como dizes, numa área de montanha, também teria acesso a recursos muito diversos, de «montanha» — para a actividade pastoril — e agrícolas (embora se tratasse de uma agricultura praticada num vale encaixado na «Serra» e não no grande vale principal, o do rio Ovil). Portanto o meu problema situa-se apenas a este nível: penso que há efectivamente um grande regionalismo de situações e pergunto-me se não existirão razões exteriores à subsistência que estejam na base da sobrevivência dos povoados do Bronze Final, durante a Idade do Ferro, na região que tu estudaste.

M.M.M. — Não é a região que eu estudo, mas a área cronológica que eu estudo, porque esse fenómeno não existe só no vale do Cávado.

S.O.J. — Sim. Eu pergunto, por exemplo, em relação ao vale de Ovil, que está numa situação eventualmente paralela ao vale do Cávado, nomeadamente no que toca ao povoado de Castelo de Matos...

M.M.M. — Castelo de Matos fica numa zona de montanha ainda, enquanto que o castro do Cruito está situado cá em baixo.

S.O.J. — Mas o castro do Cruito é um povoado que não foi ocupado durante o Bronze Final.

M.M.M. — Sim, sim.

S.O.J. — Portanto, o que eu pergunto é o seguinte: disseste que havia um elo de ligação na sobrevivência dos povoados do Bronze Final para a Idade do Ferro e que esse elo poderia estar na diversidade de recursos disponíveis aos habitantes desses povoados...

M.M.M. — Sim, mas também relacionado, e se calhar não frisei a ideia, com o carácter estratégico dos povoados, que a Bouça do Frade não tem. Portanto, a emergência de factores de ordem estratégica — que também estão presentes em povoados do Bronze Final que são abandonados — correlacionada com uma

diversidade de recursos, poderá ter sido uma condição para a preservação desses povoados.

S.O.J. — Eu penso precisamente que esse aspecto estratégico é fundamental e é exterior às razões de subsistência pura.

M.M.M. — E ele mantém-se durante todo o 1º milénio...

S.O.J. — Uma segunda questão que eu gostaria de colocar é a seguinte: estes povoados do Bronze Final, que recursos explorariam nos tais vales importantes a que te referes: pastoreio? agricultura? E, neste caso da agricultura, os seus habitantes já teriam uma tecnologia suficientemente sofisticada para fazerem uma agricultura em vales? (provavelmente seriam vales florestados; não sei quais eram as condições de vegetação nesses vales). Mas, eles já poderiam fazer no Bronze Final uma agricultura nesses vales? Não sei. É outra questão a que não sei responder e que, se calhar, tu também não sabes. Mas pergunto: de que recursos é que eles poderiam dispor nesses vales de grandes rios, no Bronze Final?

M.M.M. — Esse é todo um outro conjunto de problemas, que são os dos solos do Minho, e que exigem tratamento especial, em termos de drenagem, de irrigação, etc., etc...

S.O.J. — Achas que é já possível uma agricultura nesta fase, nesses vales?

M.M.M. — Agricultura de vales, não. Eu adianto no meu trabalho, como aliás tu sabes bem, que uma agricultura de vale provavelmente está associada ao aparecimento dos pequenos povoados de baixa altitude, e intensificar-se-á com a romanização, na medida em que exige já uma tecnologia do ferro, que parece ausente nos povoados mais altos, durante as etapas mais antigas da Idade do Ferro. E por outro lado, eu também ponho outra questão: é fácil desmatar nas zonas de montanha e de vertente (o que se faria através do processo da queimada), mas muito mais difícil seria nas zonas de vale, em que as matas ribeirinhas seriam abundantes e cerradas e onde só o trabalho manual em larga escala permitiria abrir clareiras. De resto, é sabido que ainda na Idade Média havia bastantes extensões de floresta nas zonas baixas. Mas isso é um problema que é fácil formular, mas cuja resolução exige estudos ambientais. De toda a maneira, e respondendo à tua questão, penso ter sido mais possível, durante o Bronze Final, uma agricultura de chãs montanhosas, do que no vale ou até de vertente.

S.O.J. — Queria pôr uma última questão. Essa tua fase do Bronze Final, se eu bem compreendi pelo esquema, tinha um corte em cerca de 600, e depois uns pontos de interrogação até 500. Mas, apesar de tudo, se bem entendi a tua tese,

tu dizes que há uma descontinuidade ao nível dos materiais durante essa fase. Ou não há?

M.M.M. — O registo arqueológico altera-se entre o Bronze Final e aquilo que pode ser, em termos genéricos, a Idade do Ferro, e altera-se em termos de cerâmica, de fabricos, de redução das formas, e em termos de descontinuidade dos espaços ocupados e de estruturas defensivas.

S.O.J. — Portanto nós temos dados, indícios pelo menos, para a região que estudas, de uma descontinuidade ao nível dos materiais e também ao nível de algumas estruturas defensivas e habitacionais e até em áreas de ocupação. Há uma outra coisa que eu ontem afirmei e que penso não oferecer dúvidas, ou seja, que há um abalo no sistema económico e social do Bronze Final a partir do séc. VII. Bom, relativamente à chamada «cultura castreja», estamos perante uma expressão que tem a ver com o conceito de cultura em Arqueologia, que era muito interessante ser aqui discutido, porque ainda não o foi. O que é uma cultura? Como se pode definir, por ex., uma cultura do Bronze Final ou da Idade do Ferro? Eu penso que uma cultura tem de integrar vários *items*: a estrutura económica, o tipo de habitat, etc, etc. Se há descontinuidades, a diversos níveis da realidade arqueológica, que apontam para descontinuidades a um nível estrutural, mais profundo, porque é que não havemos de ensaiar a hipótese de que a chamada «cultura castreja» tenha início não no Bronze Final, mas numa fase indefinida, embora posterior ao Bronze Final, ou seja, posterior aos finais do séc. VII? Por que é que há tantas dúvidas sobre o término do Bronze Final e o início da chamada «cultura castreja»? Por que é que se pensa que o início da «cultura castreja» pode remontar a uma época onde quase tudo é diferente? Desculpa a vivacidade desta intervenção, mas penso que é um problema fundamental que é sistematicamente escamoteado.

M.M.M. — Permito-me não responder e deixar em aberto a questão.

S.O.J. — Não era só para ti esta questão, era também para outras pessoas que estão nesta sala.

M.M.M. — Se alguém quisesse intervir nesse sentido, seria óptimo.

Não identificado — Não vou entrar nessa discussão, porque seria longa. Queria especificar um aspecto. Quando falas de agricultura, falas de agricultura de arado? Muitas vezes, quando aplicamos certas palavras, pensamos na realidade actual, e podem não ser comparáveis.

M.M.M. — Não, não. De modo algum. Aliás, talvez seja impróprio falar de agricultura sem arado. Mas isso é outra questão... nós abusamos por vezes dos termos, mas de qualquer maneira não tenho dúvida de que não seria uma

agricultura com arado, anteriormente aos últimos dois séculos do 1º milénio a.C.

F.F.B. — Mas, considerando a implantação das novas estações na zona de fundo de vale, poderia pensar-se que ele era então já conhecido...

M.M.M. — Sim, sim. Poderia apontar para uma correlação desses povoados com o aparecimento do arado, não demonstrado arqueologicamente de maneira nenhuma.

F.F.B. — Claro. Porém, isso dar-nos-ia de novo um argumento para pensar que há algumas razões lógicas, de fundo económico mas ao mesmo tempo infra-estruturais, de comportamento...

M.M.M. — Sim, sim, técnicas...

F.F.B. — ...para pensar que há uma estrutura, digamos, do que é a «cultura castreja», que permite circunscrever de alguma maneira aquilo que se conhece melhor de tal «cultura»... [*intervenção parcialmente inaudível*].

Martin Höck — O tema, na sua formulação vasto, da conferência, foi aparentemente abandonado na discussão. Um repto lançado no fim da conferência não foi quase aceite: tendo sido mencionado brevemente durante a discussão (F. Fariña), só no fim, e com o tempo a escassear, foi feita a tentativa de entrar na discussão do conceito da «cultura castreja». Esta tentativa (de S.O. Jorge) partiu de uma perspectiva muito crítica quanto a este conceito, que está em concordância com a da conferencista, sendo menos radical do que a minha própria opinião, negativa quanto à solidez da sua formulação, e à sua utilidade como instrumento de trabalho científico actual. Um dos quadros, por cuja imperfeição a oradora pediu desculpa, serve de exemplo para explicitar a minha opinião sobre a discussão realizada. O quadro em causa confronta vários modelos evolutivos para os castros do NW. Começa pelo de Maluquer de Motes — baseado em escassíssimos contextos seguros então conhecidos — passa por várias outros propostos por autores que efectuaram novas escavações em diversos pontos do vasto território atribuído tradicionalmente à «cultura castreja», e termina com a hipótese de trabalho que a própria Manuela Martins propõe para a área que concretamente estuda — e não para a globalidade do Noroeste. Eis uma imperfeição — seria lógico confrontar um modelo regional com outros regionais e a partir daí construir um ou vários globais. Porém a imperfeição não é do quadro, mas da investigação tal como foi conduzida: ele até é perfeito a demonstrar isso. Se este quadro deu uma ideia duma evolução da actividade investigadora, o desvio da discussão do tema da conferência na sua formulação vasta pode ser sintomático: centrou-se nos achados e contextos que estão na base do modelo proposto pela autora (e de outro, proposto por A. Coelho da

Silva). Sendo isso sintomático, significa à-vontade com resultados de escavação e, em contrapartida, um certo mal-estar com os conceitos que se pretendem válidos para áreas grandes e neste momento ainda não suficientemente conhecidas [*intervenção escrita, entregue no final do debate*].

ARQUEOLOXIA MEDIEVAL EN GALICIA: UNHA APROXIMACION

por

Francisco Fariña Busto
José Suarez Otero

Na arqueoloxía medieval de Galicia hai un enorme baleiro no que sobresaen algúns fitos referenciais, cun polo de atracción de primeira magnitude: *Santiago de Compostela*, como xacemento, cidade e culto relixioso cristián. Xa que logo, a situación da arqueoloxía medieval galega apenas ten variacións respecto da sucinta valoración acometida hai dez anos¹ na que se resaltaba que a panorámica é máis unha definición de obxectivos, lagoas e boas intencións que síntese do coñecemento, situación que se evidencia tamén, naquelas mesmas datas, nas escasas referencias a Galicia no apéndice de M. Riú ó Manual de M. de Bouard². Emporiso, e a pesares dos fulgores repentinos motivados en descubertas, as máis das veces tinxidos do escándalo nos xornais ou do veraniego interés pola arqueoloxía³, coidamos que algúns traballos recentes animan ó optimismo e nesa liña queremos contribuir con esta panorámica xeral, como punto do estado da cuestión e de reflexión, ó inicio de novos traballos.

¹ AA.VV., Prehistoria e arqueoloxía de Galicia. Estado da cuestión. Lugo, 1977. Lugo, Sección de arqueoloxía e prehistoria do I.P.S.E.G. 1979, esp. 101 ss.

² MICHEL DE BOUARD, Manual de arqueología medieval. De la prospección a la historia, con un apéndice sobre Arqueología medieval en España por MANUEL RIÚ. Barcelona, 1977. As referencias a Galicia cinguense a un epigrafe «necropolis suélicas» (422), unha cita de Castela no tema das cruces de término onde se descoñece a obra de X. Ferro Couselo, Los petroglifos de término y las insculturas rupestres de Galicia. Ourense, 1952; e as citas de Villaamil e Castro ó tratar do mobiliario litúrxico amais de destacar, como corresponde en xusticia, a obra de A. LOPES FERREIRO.

³ Foi o caso do achado das pezas do Coro do Mestre Mateo reutilizadas nas escadas do Obradoiro como sillares no ano 1982 ou o recente con motivo do inicio dunhas obras na rúa da Azabachería, que deu paso a unha intervención de salvamento. Cfr. La voz de Galicia julio-agosto 1987.

HISTÓRIA DA INVESTIGACIÓN

As primeiras informacións documentais e de búsqueda da sistemática vencellanse dende o primeiro momento a Santiago de Compostela e ó culto de Xacobe en Galicia. Así aparece a obra de Mauro Castellá Ferrer⁴ e volverá a suceder xa no século XVIII cos estudos de Fr. Martín Sarmiento, anque neste caso haxa tamén outros puntos de referencia como os sartegos⁵. Tamén Santiago é o eixo da obra de Fr. Bernardo Foyo⁶, como volverá a selo, cen anos despois, da man do grande investigador e primeiro sistematizador da arqueoloxía medieval galega don Antonio Lopez Ferreiro⁷. Ní encontramos o primeiro e sistemático excavador tanto da *Catedral de Santiago* como en *Iria Flavia* e noutras prospeccións vencellables, dun xeito ou doutro, ca propia tradición que trata de afirmar sen posible contestación a identificación dos restos de Santiago o Maior descubertos na basílica compostelana⁸.

Os seus anos de traballo fructífero nos finais do século XIX apenas terán continuación se exceptuamos as publicacións e estudos de Angel del Castillo Lopez, con múltiples e interesantes informacións, pero que non son resultado dunha investigación arqueolóxica propiamente dita⁹. Pola contra abundan as noticias, moitas sen confirmación nin contraste, de descubertas casuais que só

⁴ Historia del Apostol de Iesus Christo, Patrón y Capitán General de las Españas. Madrid, 1610, onde hai interesantes datos sobre Santiago, Padrón e moitos outros xacementos galegos de moi distinto carácter e cronoloxía.

⁵ Fr. MARTÍN SARMIENTO, Viaje a Galicia, 1745. Tex., ed. y notas de J.L. PENSADO TOMÉ. Pontevedra, 1975. Na obra inédita de Sarmiento hai ademais múltiples noticias de grande interés sobre as que preparaba un importante traballo Alfredo García Alén cando a morte nolo levou. Sobre os traballos de Sarmiento cfr. J.L. PENSADO TOMÉ, SARMIENTO, Fr. Martín, S. V. *Gran Rencido pedra Gallega*, 28, 82 ss. Tamén J. FILGUEIRA VALVERDE, *Idea y sistema de la historia en Frey Martin Sarmiento*. Discurso de ingreso en la Real Academia de la Historia, 1981.

⁶ Fr. BERNARDO FOYO, Discurso sobre el altar y arapritiva erigida sobre el sagrado cuerpo del Apostol Santiago el Maior, que se venera en Compostela, 1783. Ed. y notas de J. GUERRA CAMPOS en *Compostellanum* I, 4 (1956) 350-362; II, 2 (1957) 236-282 e III, 2 (1958) 119-124.

⁷ Podese ver unha semblanza bibliográfica en F. ACUÑA CASTROVIEJO «A arqueoloxía na obra de López Ferreiro» CEGAL XXXII, 96-97 (1981), 57-80. Tamén se pode ver A. MAGARIÑOS «Biografía e bibliografía de Antón López Ferreiro» Encrucillada III, (1978), 227-240.

⁸ No tocante a arqueoloxía medieval compre destacar Lecciones de Arqueología Sagrada, Santiago, 1889; Santa Maria de Trasmonte, El Porvenir, 1889, e o libro primeiro da Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela, Santiago, 1898.

⁹ Dende as suas primeiras colaboracións na prensa ou nas revistas especializadas xa en 1906, destacando como visións de conxunto: La arquitectura cristiana en Galicia, Lugo, 1906. Riqueza monumental y artística de Galicia, La Coruña, 1921. Sobre a súa obra e bibliografía podese ver a introducción e bibliografía de J. FILGUEIRA VALVERDE en A. DEL CASTILLO LOPEZ, Inventario de la riqueza monumental y artística de Galicia, Santiago, 1972. Dentro das series de artigos, no que afecta a Edade Media son as tituladas «Iglesias gallegas» e «fortalezas gallegas».

en casos excepcionais son seguidas de exploracións arqueolóxicas, anque de non moito rigor, como foi o caso de algúns sartegos de *Castroverde*¹⁰. Debemos agardar ata 1946 para que prosiga o labor arqueolóxico sistemático, anque nas restauracións efectuadas nalgúns monumentos como *Santa Comba de Bande* realizáronse exploracións complementarias que serviron para revelar datos sobor da súa estrutura orixinaria, pero tratase máis de excepcións que de feitos normais, situación que aínda ocorre actualmente en moitos casos¹¹.

No ano 1946 decidese o traslado e retirada do coro renacentista existente nos primeiros tramos na nave central da basílica compostelana, traballos que permitiran algunhas descubertas que estimulan o inicio de excavacións sistemáticas da Catedral e o seu entorno; traballos acometidos dun xeito discontinuo ó longo de catro campañas; na primeira, dirixida como as seguintes por don Manuel Chamoso Lamas con varios colaboradores, excavouse a nave na zona do coro e do altar maior (1946-50); na segunda, o brazo norde do cruceiro (1953); na terceira, a xirola e mailas naves do brazo sur do cruceiro (1955); na cuarta, a nave principal do templo románico, dende o coro ata a chamada «Catedral Vella», obra do século XII alicerce do Pórtico da Gloria (1957-59). Amáis destas campañas realizáronse outras con posterioridade que abranguen á Corticela (1961) e a Quintana, tanto por baixo das escaleiras como frente da Torre do Reloj (1964), das que non se publicaron relatorios¹².

¹⁰ Cfr. MIGUEL G. TREIJEIRO, *Sartegos de la comarca de Castroverde de Lugo*. Migajas histórico-arqueológicas. Lugo, 1920.

¹¹ M. GOMEZ MORENO «Exploraciones en Santa Comba de Bande», BCPMHAOR. 14 (1943-44), 47-51. Sobor deste monumento interesa tamén recollendo a bibliografía anterior do meirande interés L. CABALLERO ZOREDA, *La iglesia y el monasterio visigótico de Santa Maria de Melque (Toledo)*. Arqueología y arquitectura. San Pedro de la Mata (Toledo) y Santa Comba de Bande (Orense). Madrid. E.A.E. 109. Madrid, 1980.

¹² As referencias a Santiago como xacemento corresponden a zonas distintas dentro da área urbana, anque o esforzo investigador centrase no ameto da Catedral e o seu entorno inmediato. Podese consultar A. LOPEZ FERREIRO, *Historia de la S.A.M. Iglesia de Santiago de Compostela*. I. Santiago, 1898. M. CHAMOSO LAMAS, «Excavaciones arqueológicas en la Catedral de Santiago. 1945-1950», COMPOSTELLANUM, I, 2 (1956), 5-48.; «Excavaciones arqueológicas en la Catedral de Santiago (segunda fase)», COMPOSTELLANUM, I, 4 (1956), 275-328; «Excavaciones en la Catedral de Santiago (tercera fase)», COMPOSTELLANUM, II, 4 (1957), 225-330. E unha obra imprescindible J. GUERRA CAMPOS «excavaciones en la Catedral de Santiago», *La Ciencia Tomista*, 273-274 (1960), 97-168 e 269-324. Do mesmo autor a síntese máis lograda dos traballos realizados, *Exploraciones arqueológicas en torno al Sepulcro del Apóstol Santiago*. Santiago, 1982, pero se bota de menos unha descripción detallada dos materiais medievais atopados, na que, ó parecer e segundo noticias directas a ún de nós, traballada don Manuel Chamoso cando faleceu.

Resulta tamén de interés para o tema da catedral, anque non especificamente do mundo medieval I. MILLAN GONZALEZ-PARDO, «El mosaico del pavimento superior del edículo de Santiago y su motivo floral. Aportaciones al estudio de la tradición jacobea». I., COMPOSTELLANUM, XXVIII (1983), 3-4, 173-371.

Recentemente apareceu o traballo de Fernando LOPEZ ALSINA, *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*. Santiago, 1988, con interesantes aportacións sobre a

Pero cos descubrimentos realizados na Catedral compostelana outros xacementos ata entón pouco apreciados cobraron novo interés. É o caso da necrópole aparecida en *Santa Olaia de Tíns* onde en 1951 excavou o propio Chamoso Lamas unha necrópolis semellante à compostelà, ou a reinterpretación dos resultados dos traballos efectuados algúns anos antes (1948) no *Forno da Santa*, en Armeà, *Santa Mariña de Augas Santas*¹³. Estas exploracións animaron novos traballos, practicamente todos da màn ou ca participación de

localización e forma dos monumentos e do desenvolvemento da cidade, das súas defensas e da súa propia articulación urbana.

Do conxunto dos traballos realizados deducece a existencia dun conxunto de edificios de época romana (séc. I) e unha necropolis da mesma época, pero con desenvolvemento máis amplo, artellada en torno a un monumento sepulcral. Unha segunda necropolis, de época hispano-sueva, continua o proceso con tumbas feitas con muretes, laxes de cantos e, sobre todo, un importante conxunto de sarteago exentos con laude lisa ou decorada. Duas construcións importantes, as basílicas de Alfonso II e de Alfonso III, relacionadas pola súa banda con outra necropolis, as destrucións de época de Almanzor e a construción da fàbrica romànica do XII. Con independencia da valoración da necropolis e construcións romanas cabe sinalar o volumen de enterramentos medievais descubertos, a seriación tipolóxica dos enterramentos e a posibilidade de contar con materiais referidos a uns niveis de cronoloxía precisa: construción da basílica de Alfonso II, derribo desta a fins do século IX, construción da basílica de Alfonso III (899), destrución de Almanzor (997), reconstrución de San Pedro de Mezonzo, construción da eirexa romànica actual e destrución da basílica de Alfonso III (1112). As excavacións permitiron tamén coñecer algunhas obras de fortificación de época de Sisnado e Cresconio — torre, muralla e foso (¿).

Dos resultados das excavacións na Quintana, onde hai referencias a varios edificios paxegos é magoa non ter información.

¹³ Os traballos en Tíns, resultado dunha descuberta casual do ano 1950 e as excavacións do ano seguinte, permitiron recoñecer un aréa cimerial de grandes sarcofagos con tapa decorada, asentada sobre unha rica e ampla construción romana na que se recoñeceu un hypocaustum. Tamén se localizou unha interesante estela funeraria de época romana, que Díaz e Díaz considera un dos testemuños iniciais do cristianismo en Galicia. Amàis dos sarteagos hai tumbas feitas con laxes graníticas e outras con material constructivo romano reaproveitado. As laudes presentan motivos decorativos moi variados que Chamoso xuzga como «de insospechado alcance simbólico». Como bibliografía bàsica ver M. CHAMOSO LAMAS, Sobre las necropolis paleocristianas ultimamente descubiertas en Galicia, en A.E.M. Barcelona, I (1965), 433-450; IDEM, «Sarcofagos y laudes de época suévica en Galicia», BRACARA AUGUSTA, XI-XII (1960-61), 137-161.; IDEM, «Nuevas noticias sobre necrópolis paleocristianas y germànicas de Galicia», COMPOSTELLANUM, XVII (1971), 201-212.; IDEM, «Excavaciones en Santa Eulalia de Tines», CEGAL, XXII (1967).

Tocante a Santa Mariña de Augas Santas debe señalarse que se trata do monumento coñecido como BASÍLICA DA ASUNCION o lugar das excavacións do ano 1948, que se encontra inmediato ó importante xamiento castrexo, moi romanizado, de Cidà de Armea e que na súa orixe se trata dun dos chamados monumentos con forno da cultura castrexa, que no século XIII se convertiu na cripta. No interior desta, pero fora do forno localizaronse unha mancha de tampas sepulcrais reutilizadas como solado e, neste, no que era tanque de auga un conxunto de xarriñas ceràmicas de tipo vótico. Parte destas pezas restauraronse no ICROA de Madrid, outras — cento cincuenta — conservase na casa parroquial do lugar e dúas máis figuran nos fondos do Museo de Ourense. X. LORENZO FERNANDEZ, «El monumento funerario de Augas Santas y los ritos funerarios de los castros», CEGAL, III, 1948, 157-211; M. CHAMOSO LAMAS, «Santa Mariña de Augas Santas», CEGAL, X, 1955, 41-88.

Chamoso Lamas, quen centralizara na práctica os traballos desas décadas ata os anos setenta. Así as excavacións de *Torres do Oeste* (Catoira), *San Tirso de Oseiros* (Coruña), *San Martín de Mondoñedo* e *Iria Flavia* acometidas nos anos seguintes¹⁴.

Paralelamente ós traballos de Chamoso Lamas, outros investigadores abrían novos frentes; no *Castelo de Ribadavia* Xaquín Lorenzo e M. R. García Álvarez exploraban unha necrópolis aberta na rocha¹⁵ e J. M^a Luengo o

¹⁴ Sobre San Tirso de Oseiros, M. CHAMOSO LAMAS, «Noticia arqueologica de los alrededores d la Coruña», en REVISTA del Instituto Jose Carnide de Estudios Coruñeses, II, 1966, 95-103, esp. 98 ss.

As Torres de Oeste constituen unha das fortalezas máis importantes das que se levantaron para defensa da Terra de Santiago cando dos ataques piráticos de sarracenos e normandos, pero que soio terá na época de Xelmirez as características dunha fortaleza estruturada. Dos primeiros traballos efectuados no xacemento apenas podemos sinalar máis que afectaron a caseque todo o recinto, na torre de entrada e nas que forman a núcleo forte, destacando unha especialmente que Chamoso chamou «romana». Dos materiais recolleitos apenas se fai mención anque presentan unha certa riqueza decorativa e formal, correspondendo fundamentalmente a cerámicas grises. M. CHAMOSO LAMAS, «Excavaciones en Torres de Oeste», CEGAL, VI (1951); IDEM «Algunas muestras constructivas del primer románico en el Norte Peninsular», CEGAL, XXXIV (1969), 49-55.; F. FARIÑA BUSTO, «Contribución ao estudo da cerámica medieval en Galicia», CEGAL, XXIX, (1974-75), 51-64.

San Martín de Mondoñedo é un xacemento situado no entorno dunha das primeiras eirexas románicas galegas que reaproveita materiais de construcións máis antigas, materiais que deron as pistas para os primeiros traballos arqueolóxicos. Das excavacións o máis destacado é a localización dunha serie de tampas de estola e seis tumbas, unha de ladrillos e as outras de laxes moi coidadas con forma antropoide lograda na cabeceira con laxes e ladrillos laterais. Tamén se descubriron os alicerces de «importantes edificaciónes con orientación distinta de la iglesia actual y que penetran bajo ella, incluso bajo la sacristía que se tiene por construida en el siglo X». O material lo integran «fragmentos de terra sigillata, ladrillos, imbrices y tegulas» así como fragmentos dun sartego granítico e parte dunha laude decorada e con inscrición. Por todo esto o autor dos traballos identifica o lugar c Monasterio Maximi, sede dun dos obispos britones que asisten ó Concilio de Lugo. Cfr. M. CHAMOSO LAMAS, «Las primitivas diócesis de Britonia y de San Martín de Mondoñedo a la luz de recientes descubrimientos», BRACARA AUGUSTA, XXI (1967), 356-360, e outros traballos do mesmo autor sobre necropolís.

En IRIA FLAVIA proseguiu M. CHAMOSO os traballos de Lopez Ferreiro, en dúas xceiras de traballos, das que a primeira permitiulle localizar no interior da eirexa varios niveis que corresponden a dous niveis de ocupación distinto dos actuais, un deles claramente romano, así como localizar no exterior lateral da mesma unha necropolis de sartegos con tampa de estola. M. CHAMOSO LAMAS, «Noticia sobre la importancia arqueologica de Iria Flavia (Pádrón, La Coruña) AEAq. (1972-74), 45-57, 125-137. Nunha segunda e máis recente etapa Chamoso explorou a adro da eirexa, descubriendo novas facianas da necropolis de sartegos, os alicerces dun gran edificio con material romano reaproveitando e outras estruturas, dos que non chegou a publicar os resultados, anque nos últimos tempos J. CARROTERO traballou con él no estudo da necropolis, agardando a publicación destes datos.

¹⁵ M. CHAMOSO LAMAS «Descubrimiento de una necropolis medieval en el castillo de Ribadavia», CEGAL VIII (1953), 439-440. Hai notas e croquis dos traballos realizados por Lorenzo e García Álvarez no arquivo do Museo de Ourense. Tamén é de interés sobre o monumento A. DEL CASTILLO LÓPEZ «El castillo de los condes de Ribadavia», BRAG, IV, 55.

No interior do pazo dos Condes, que conserva restos de fábrica dos séculos XIII-XV e un interesante alxibe e condución de augas, descubriron se restos de unha necropolis de inhumación

*Castelo de Aranga*¹⁶, Alonso del Real, excavaba en *San Vicente de Castellóns*¹⁷ e algúns anos despois Lorenzo e Taboada exploraban a necrópolis de *Castrelo do Val*¹⁸ e mailo interior da eirexa prerrománica de *Santa María da Mixós*¹⁹.

Xa nos finais da década dos sesenta, Chamoso Lamas excava a necrópolis medieval e villa romana de *San Xián de Moraime*²⁰, explora os restos de

formada por tumbas de forma trapezoidal e antropomorfas abertas directamente na rocha, así como dous grandes sartegos apoiados sobre soportes de columnas pareadas de feitiño románico, un deles parcialmente embebido na fábrica dunha das murallas interiores que ten arcos apuntados. A súa existencia vencellase ca existencia de unha eirexa, a de san Xés, que nalgúns documentos se considera que é dos primeiros pobladores da vila. Cfr. sobre este tema a obra citada ó falar de Francelos.

¹⁶J. M. LUENGO MARTINEZ «Exploraciones en el castillo de Aranga», CEGAL, XXIII, (1968), 21-36. Na documentación hai citas do castelo nos séculos X-XI. O castelo aproveita un bolo granítico como base, abundando o material, fundamentalmente cerámica, pero tamén algúns obxectos de ferro nas grietas entre as rochas.

¹⁷M. CHAMOSO LAMAS, «Sobre hallazgos arqueológicos en Castellones», BCPMLugo VI, 213-215.; M. VAZQUEZ SEIJAS, «Sartegos», BCPMLugo, VII. O xacemento, moi importante como estación galaicorromana ten continuidade na época medieval a xurgar polos enterramentos encontrados nos que existen unhas das escasas estelas discoideas do NW. da Península, con cruces gravadas no disco.

¹⁸X. TABOADA CHIVITE e X. LORENZO FERNANDEZ, «Excavaciones arqueológicas en el Castro de Cabanca (Castrelo do Val)», Not. Arq. Hisp. VI (1962). Madrid, 1964, 129-134. Exploración parcial dunha necropolis chamada do Campo de San Martiño, onde a carón de sartegos con laude de estola e oco interior antropomorfo aparecen enterramentos de laxes facendo caixas rectangulares.

¹⁹X. LORENZO FERNANDEZ, «La iglesia prerrománica de Mixós», BAur. II, 1972, 75-110, coa bibliografía anterior, LORENZO FERNANDEZ e TABOADA CHIVITE, Memoria de las excavaciones efectuadas en Santa María de Mixós. Agosto-septiembre, 1960. Os resultados dos traballos efectuados neste templo datado a finais do século X e reformado en datas posteriores permitiu averiguar a existencia de pilares marcando tres naves e un pequeno recinto ós pés de eirexa. Apenas se recuperou material, anque entre este compre resaltar a existencia de dúas aras romanas no lugar, unha delas como base de altar.

²⁰M. CHAMOSO LAMAS, «Excavaciones arqueológicas en San Julian de Moraime (mugia, La Coruña)», Not. Arq. Hisp. Arqueología 4. Madrid, 1976, 337-350.; J. CARRO OTERO, «Tres esqueletos de la necropolis galaico-visigótica de San Xiao de Moraime (Muxia, La Coruña)», CEGAL, 101XXXVI (1988), 7-53.

En marzo de 1972 un achado casual favoreceu a excavación dunha extensa necropolis superposta a unha villa romana con diversos muros, un hypocausto e unha fonte monumental. Amáis destes restos localizaronse outros muros de técnica constructiva distinta que se considera poden pertencer ó antigo mosteiro altomedieval existente no lugar. As tumbas son de planta ovoide e construídas con muretes de mampostería e segundo o autor «acusaba una época germánica bien manifiesta en los tipos cerámicos tan característicos de los yacimientos ya estudiados en Galicia de época suevica» (Chamoso, 338). Documentase tamén un broche visigótico e unha cruz con ástil, que no seu estudo Carro considera da mesma época e atribue unha cronoloxía entre os séculos V e VIII a necropolis. Tamén resulta de interese sinalar a presenza de numerosos fragmentos de vidros planos, engrosados no reborde, circulares e que Chamoso chama «platos planos» estimando unha finalidade litúrxica.

varias construcións e necrópolis de *Santa María de Bretoña*²¹ e a gran necrópolis de *San Bartolomé de Rebordáns*, Tui²², para seguir logo con novas exploracións no adro de *Santa María de Iria* e escomenzar en *San Guillermo de Fisterra*²³.

Coincidindo con esta renovación da actividade de Chamoso Lamas prodúcese a incorporación do Prof. Alberto Balil à cátedra de arqueoloxía de Santiago, baleira dende a xeira do Prof. Pericot nos anos vinte e unha renovación nas prácticas de arqueoloxía de campo, que alcanza tamén ó mundo medieval pois Balil dirixe tres campañas en *Torres do Oeste* (Catoira)²⁴. Pouco

²¹ M. CHAMOSO LAMAS, «Avance informativo sobre las excavaciones arqueológicas realizadas en Bretoña (Lugo) durante las campañas de 1970 y 1971» *Not. Arq. Hisp. Prehistoria*, 4, Madrid, 1975, 265-272.; IDEM, Excavaciones recientes en Galicia, *BELLAS ARTES* 72. A. GARCIA GARCIA, «Dos visitas a Bretoña», *COMPOSTELLANUM* XXIII (1978), 165-189. A localización dunha tumba de laxes de pizarra dou pé a unha excavación que permitiu localizar novos enterramentos e unha construción singular de planta semicircular, en sillarete de pizarra, que corresponde a unha ocupación altomedieval, anterior a eirexa actual e que se identifica ca sede de Britonia do bispo Maeloc que asistiu o Concilio de Lugo de 599.

²² M. CHAMOSO LAMAS, «Excavaciones recientes en Galicia. San Bartolomé de Rebordáns», *BELLAS ARTES*, 72. M. CHAMOSO LAMAS e J. FILGUEIRA VALVERDE, «Excavaciones arqueológicas en la iglesia y atrio de San Bartolomé de Rebordanes»; de Tuy (Pontevedra), *Not. Arq. Hisp. Arqueología*, 4 (1976), 325-333. As excavacións realizadas nos anos 1970 e 71 permitiron o descubrimento de muros e estruturas de época romana e medieval así como unha necrópolis con tumbas de época romana e xermánica, con cerámicas abundantes, moedas e unha curiosa e interesante estela funeraria; das poucas coñecidas de Galicia, moi diferente das de Castillóns e Mougàs e con moitas semellanzas ca estela de Mondariz no Museo de Pontevedra. As catas realizadas no atrio da eirexa deixaron ver unha importante estrutura absidada que non se datou e non se continuou excavando.

²³ Cfr. datos da nota 14. San Guillermo de Fisterra é unha capela vencellada cunha tradición complementaria da pelerinaxe xacobea. Hai só información de prensa dos traballos.

²⁴ Os traballos de A. BALIL permitiron establecer a existencia dunha ocupación de época romana e tardorromana, pero non hai probas de continuidade entre ésta e a ocupación medieval do lugar. A ocupación medieval corresponde a etapa ben documentada do lugar como fortaleza da mitra de Santiago, séc XI-XV que resulta destruída na revolta irmandiña, data que a documentación nos traslada algunhas descripcións incluídas nas testemuñas do proceso Tavera-Fonseca (Cfr. A. RODRIGUEZ GONZALEZ, *Las fortalezas de la Mitra Compostela e los «Irmandiños»*, 2 vols., Santiago, 1984). A súa orixe vencellase co zocalo rectangular da capela e as construcións adosadas no recinto interior. Das descripcións das que falamos podese determinar o número das torres en sete, das que seis corresponderían o recinto interior, cunha central isolada do resto anque con construcións adosadas e cinco perimetrais sobre o río e o interior unidas por barbacana; a existencia dun campo con algunhas construcións cercado por unha muralla — que na excavación aparece como ancha, de 2,5 m. de comprimento, e con un a xeito de contrafortes cada pouco e paramentos exteriores ben construídos con pedra seca e encintado e recheo de pedras de dimensións variables —, adosada a porta de entrada, coñecida como Torre de Lugo, que resulta anterior o muro de peche perimetral. Nun punto inmediato a esta torre existiron diversas construcións, sucesivamente refeitas e remodeladas entre as que destaca unha de planta absidada lixeiramente ultrasemicircular e cronoloxías variables, unhas cicais romanas, outras medievais. No recinto principal evidenciase ó menos dúas etapas constructivas. Os materiais son cerámicas grises, algúns ferros e algunhas pezas de cerámica con vedrio de procedencia foránea. A. BALIL, «Excavaciones en Torres de Oeste (Catoira, Pontevedra)», *Not.*

despois F. Fariña realiza sondeos na área medieval da *Lanzada*, antiga fortaleza da mitra compostelana²⁵; P. Acuña dirixe os sondeos na *Torre de Meira* (Moaña)²⁶ e F. Acuña Castroviejo con membros do departamento de Historia Medieval, fundamentalmente M^a. C. Pallares e J. M. Puente, excavan no poboado abandonado no século X de "*Villabidualdi*" e no *Castelo da Rocha*²⁷.

Xa na década dos oitenta os traballos de campo relacionados co mundo medieval frenanse, anque descubertas casuais facilitan intervencións de urxencia en puntos moi dispares; *Praza Maior de Allariz*²⁸, interior da parroquial de *Santa Mariña de Augas Santas*²⁹, *San Xés de Francelos*³⁰, *Praza da Magdalena*

Arq. Hisp. XIII-XIV (1969-70), Madrid, 1971, 300-304; IDEM, Torres de Oeste (Catoira, Pontevedra), 1973. Not. Arq. Hisp. 5 (Madrid, 1977), 379-385.

²⁵ F. FARIÑA BUSTO e J. FILGUEIRA VALVERDE «Excavaciones en A Lanzada» Not. Arq. Hisp. Arqueología, 3, Madrid, 1975; F. FARIÑA, a «A Lanzada. Introducción histórica», EMP. XXVIII (1974), 73-121; IDEM, «Excavaciones en A Lanzada (campana 1973). Informe preliminar», EMP. XXVIII (1974), 83. Os traballos na area medieval da torre fortaleza da mitra compostelana, que ten restos considerados como da época de Sisnado, vencellados tamén a exploración das salinas inmediatas, permitiron establecer unha secuencia cronolóxica con niveis dos séculos IX ó XII na zona dianteira da capela, construción romanica avanzada, onde formando parte dos seus alicerces descubriuse a laude dun sartego. Os materiais inclúen algunhas pezas metálicas, inclasificables, cerámicas grises e outras de pastas cerámicas tardorromanas.

²⁶ P. ACUÑA FERNANDEZ et alii, Prospecciones arqueológicas na Torre de Meira, BAUR. VI, 1976, 183-198. Estudo dunha torre, asentada no espolón do castro das Cidades. Localizáronse os alicerces da torre, cuadrangular, cun antepatio defendido por unha grosa muralla e con construción adosadas na parte interior. Os materiais cerámicos e metálicos suxiren unha cronoloxía nos séculos XIV-XV.

²⁷ M. C. PALLARES e J. A. PUENTE MIGUEZ, «Villa Bidualdi. Un despoblado del siglo X. Aproximación arqueológica», CEGAL, XXXII, 1981, 475-485. Describen os resultados dos traballos coa localización dun ángulo dunha construción e algúns materiais que non se describen. No castelo da Rocha os traballos permitiron examinar o foso con abundantes materiais e estratigrafía e un area interior onde se descubriu un solado con zalujo semmelantes os que procedente deique se conservan en Pontevedra, cfr. M. CASAMAR, Catálogo de los azulejos del Museo de Pontevedra, EMP, XXXVI, 1983, 457-499.

²⁸ B. PEREZ OUTEIRÑO e F. FARIÑA, «Excavación de urxencia na Praza Maior de Allariz», BAUR, XI (1981), 9-47. As obras de remodelación no ousó da eirexa de Santiago deixaron ó descuberto unha serie de tumbas infantís de inhumación, unha delas cunha tampa datable pola súa inscrición, que se asentaban nun nivel de ocupación romana como atestiguan os materiais atopados. No lateral esquerdo unha necropolis aberta na rocha, con restos de tampas, sobre da que se asentan os alicerces da eirexa de Santiago, construída no século XII.

²⁹ Os traballos de restauración da eirexa parroquial permitiron a realización dunhas catas, que permitiron a localización do pavimento orixinal románica na ábside. Nos alicerces e zanja de cimentación apareceu un fragmento de cerámica gris en retícula pintada bermella e cerámica gris, datables no século XII avazado. No interior da nave localizaronse moitas escorias e restos que parecen ser atribuíbles a un forno de fundición de cronoloxía incerta. F. Fariña e F. Espino «Catas no interior da eirexa parroquial de Santa Mariña de Augas Santas», BAUR no prelo.

³⁰ J. RODRIGUEZ GONZALEZ e A. SEARA CARBALLO San Xés de Francelos. Anexos do BAUR. 4, Ourense, 1985.

de Ourense³¹, *Panxón*³², Cidade de Lugo³³, rúa da *Azabachería* en Santiago³⁴, na *Buchería* da Catedral compostelana³⁵, entorno das *Burgas* en Orense³⁶, Ansemil³⁷, Soutomaior³⁸, Pontevedra³⁹, etc..., aunque noutros casos os achados non teñen continuación como en *San Salvador das Rozas* (Medeiros) ou os sartegos de *Vilar de Astrés* como nos de *Castrelo de Abaixo*⁴⁰. Frente a tanto

³¹ Traballos de excavación de urxencia co resultado da localización dunha necropolis, que alcanza dende o século IX, sepulcros abertos na rocha, até o século XVI con tampas señoriais e gremiais. Tamén se localizaron os alicerces dun gran edificio e un pozo, moi profundo e rehecho con materiais de época romana. No edificio que alberga o Museo, antigo pazo do bispo, coñecido na idade media como Tores, Pazos e Curral do Bispo de Ourense, se localizou un nivel de época románica, a orixe do edificio, e outro de época romana, aunque sen continuidade entre ambas. Nun pozo, a aterro incluía materiais dos séculos XII-XIII e outros xa do século XV-XVI. F. FARÍÑA, Torres, Pazos e Curral do Bispo de Ourense. Catálogo de exposición, en prensa.

³² Con motivo das obras de consolidación dos restos visigóticos realizáronse unhas excavacións dirixidas por A. GARCIA ALEN. O arco visigótico de Panxon, Vigo, Asociación de amigos de los pazos. 1982.

³³ Con motivo das obras duns aparcadeiros subterráneos, polémicos innecesarios e destructores, realizáronse traballos de prospección e, logo, excavación. Segundo as informacións de prensa, moi abundantes, El Progreso, La Voz de Galicia, etc. febrero-maio 1987, apareceron materiais de época medieval e sobre todo romana, que son os máis chamativos.

³⁴ Na Azabachería, no interior dunha das casas ali existentes con motivo de obras de reforma apareceron elementos escultóricos que se identificaron con restos do coro mateino. A polémica de prensa deu paso a realización dunha excavación na que se evidenciou unha torre e muralla da antiga muralla, que cando ficou fora de servizo recibiu construcións adosadas. Os materiais encontrados corresponde a unha cronoloxía entre os séculos IX e XIII.

³⁵ Na Buchería da Catedral compostelana efectuáronse recentemente traballos de exploración que permitiron descubrir o enlousado dunha rúa madieval e as construcións inmediatas, en disposición ortogonal. Os materiais están aínda a ser estudados.

³⁶ No ano 1987 ao remodelar o entorno deste chamativo manantial acuífero apareceron restos constructivos de época medieval e romana. Unha excavación emprendida seguidamente con dirección de A. SEARA localizou novas estruturas, as canalizacións de augas quentes e abondoso material que aínda está pendente de estudo e pode proporcionar unha interesante secuencia medieval amais de establecer o nexo entre o habitat romano e os dos séculos medios. C. FERNANDEZ IBAÑEZ e A. SEARA CARBALLO, *Las Burgas en los orígenes de la ciudad de Orense*, Revista de Arqueología, nº 94, feb. 1989.

³⁷ Localidade onde xa se fixeran algunhas catas con anterioridades: R. GIMENO GARCIA-LOMAS, *Excavación con carácter de urgencia en la Iglesia de San Pedro de Ansemil* (1985), EMP, en prensa. Sobre traballos anteriores R. Yzquierdo Perrin, *San Pedro de Ansemil: un monasterio gallego del siglo X*, BAur. VII, 1977, 83-117.

³⁸ R. GIMENO GARCIA-LOMAS, *Prospección arqueológica en el Castillo de Soutomaior*, EMP. XXXIX, 1983, 143-156.

³⁹ Cidade onde ós traballos realizados no seu día no solar do Teatro Principal — anteriormente eirexa de San Batolomé o vello — compre engadir os recentes achados na Ponte do Burgo que anovan as suxerencias realizadas no seu día por don Casto Sampedro sobre as descubertas de que fala GONZALEZ ZUÑIGA (Cfr. Pontevedra. *Planteamiento histórico y urbanístico*. Diputación de Pontevedra, 1988; A. DE LA PEÑA SANTOS, *Excavaciones arqueológicas de urgencia en la Provincia de Pontevedra durante el año 1981*, EMP. XXXVI, 1982, 67-90.

⁴⁰ B. PEREZ OUTEIRIÑO, X. RODRIGUEZ GONZALEZ e X. A. VAZQUEZ URTIAGA, Interesante descuberta arqueolóxica en Medeiros, La Región, 9. 5. 84 e 12. 5. 84. E. RIVAS QUINTAS, La necropolis de San Salvador da Roza, Medeiros. Ourense, 1984. Sobre ASTRES,

achado sómentes dúas exploracións sistemáticas, *Ouvigo* (Blancos) onde traballa A. Rodríguez Colmenero⁴¹ e *Adro Vello* de San Vicente do Grove, onde J. Carro Otero continúa as excavacións iniciadas pola sección de Arqueoloxía do I.P.S.E.G. algúns anos antes⁴².

Agora ben, esta panorámica da investigación ficaría incompleta de non engadir aqueles estudos non propiamente arqueolóxicos pero que atinxen a elementos da vida material medieval que son analizados dende puntos de vista diferentes, sobor de todo aqueles que teñen un valor constructivo ou decorativo, estudos artísticos, principalmente de templos e algunhas monografías que abaranguen aspectos moi diversos, dende os camiños à cerámica ou os epígrafes.

Todo este àbano de datos e referencias permite albergar esperanzas de que novos estudos e as informacións existentes permitan sustentar sólidas bases do coñecemento da arqueoloxía medieval galega. Con todo, e denantes de analizar algúns problemas concretos quixeramos suliñar algunhas características xerais de que condicionan grandemente a investigación.

X. C. RIVAS FERNANDEZ, «Vestigios de algunos antiguos eremitorios orensanos», BAur. XI, 1981. 50.

⁴¹ A. RODRIGUEZ COLMENERO, «Un probable oratorio paleocristiano en Ouvigo», Blancos, Ourense, en ACTAS do XV C.A.N. Victoria, 1975. Aragoz, 1977. 1209-1213. IDEM, «Excavaciones arqueológicas en Ouvigo», Blancos (Ourense) (campañas 1977-1981) Not. Arq. Hisp. 24, 265-387.

No entorno dun edificio, cunha orixe tardorromana, desenvólvese unha necropolis que alcanza até ó século X. O autor dos traballos considera posible a existencia dun templo tardorromano, cristián, con sucesivas transformacións deica o século XX. A tipoloxía dos enterramentos é moi variada e destaca a presenza dunhas laudes, unha de estola e outras doutro tipo e unha con inscrición. Os materiais cerámicos son variados e destacan algúns fragmentos de sigillatas tardías, cerámicas grises, outras feitas a mán e decoradas con peiteado e pulido e outras vidradas en verde, de procedencia foránea. As formas son variadas, con dominio das oliñas, pero hai tapadeiras, queixeiras e pezas abertas, cicais fontes e cuncas. Entre o material metálico destaca unha pixide do século XII con esmalte; unha chave, semellante a do castelo de Ribadavia, e unha plaquita sobredorada.

⁴² M. C. GARCIA MARTINEZ e J. M. VAZQUEZ VARELA, La necropolis de Adro Vello (S. Vicente do Grove), COMPOSTELLANUM, XIII, 1967, Os traballos máis importantes até agora sobre o tema J. CARRO OTERO, Los esqueletos bajo-romanos de San Vicente do Grove, CBGAL. XXVI, 1971, 129-153. IDEM, Moneda del rey Don Fernando II de Galicia-Leon y «ceca» compostelana con el tema de la «traslación» del cuerpo del apostol Santiago (1157-1188), COMPOSTELLANUM, XXXII, 1987, 575-594.

Neste xacemento, do que àerá noticia Fr. Martin Sarmiento, cabe sinalar a existencia de catro grandes conxuntos segundo o seu excavador: 1, unha villa romana da que hai muros, material cerámico, moedas e um epigrafe. 2, Necropolis de inhumación pluriestratificada que abrangue ós séc. V-VII ó XVIII en reximen continuo, no que cabe advertir un conxunto de tumbas feitas de laxes, de paredes en forma de arco de paréntesis, cobertura de laxes e tamén por veces reutilización de materiais romanos. Outras son «fosas simples», as veces, poucas, con laude máis/menos trapezoidais, sin surcos (agás unha gremial dos séculos XIII-XIV) e un só, polo de agora, sartego monolítico. 3, Unha eirexa medieval de nave e abside de planta rectangular. Un conxunto de materiais pétreos e placas decoradas, etc. e algúns metálicos permiten considerar a súa orixe no século VII, posterior ó comenzo da necrópole. 4, Torre, situada ó leste da eirexa, planta cuadrada e vencellada a un sistema de muros que enlazan con aquela, datable no século XII-XIII.

Unha primeira, cicais a de máis rápida solución, estriba na carencia dun programa de intervención coherente e continuado, e isto anque a insistencia en torno ó tema xacobeo, en lugares e temas, poidera facer pensar o contrario. Unha segunda, vencellada parcialmente à primeira, e de índole político cultural, é a **necesidade de prantexar medidas de protección** nos puntos onde os restos existentes fan sospeitar a existencia de datos de interés para a investigación e que calquer obra que se realice teña un previo traballo arqueolóxico, que permita recuperar asisadamente a información existente denantes da súa perda absoluta como ocorre con certa frecuencia lamentablemente.

Unha terceira consideración é a **insistencia no mundo xacobeo, como eixo da articulación de Galicia** e cunha visión en boa medida lastrada polo radical convencemento de que os datos aportados pola investigación deben de apoiar e sustentar a tradición. Este lastre é maior en tanto o interés en apuntalar datos nesta dirección levou a insistir en temas concretos (materiais de época romana, laudes de estola e o seu carácter «suevico», etc...) namentras se obviaba moita información xeral ou descriptiva daqueles materiais ou niveis arqueolóxicos que non tiveran implicación directa ca orixe ou momento inicial do tema, polo que con frecuencia se observa unha detención obsesiva nos materiais de época romana e unha xeralización absoluta nos medievais. O exemplo dos relatorios das excavacións da Catedral é, por obvio, exemplarizante⁴³ o que resulta aínda máis duro e negativo por canto eses materiais

⁴³ Indudablemente son moitas as facianas que se poden abrir nun tema tan ricaz como o que abordamos neste punto pero como resumo sobre o estado das cuestións e aportacións máis recentes podemos engadir sobre as que xa figuran nas notas anteriores, sen pretensións de exhaustividade senon millor de base de orientación, as seguintes ordenadas por campos:

Arquitectura: J. FONTAINE, *L'Art prerroman hispanique* 2 vols. 1973 y 1977; M. NUÑEZ RODRIGUEZ, *A arquitectura prerrománica*. COAG, Santiago, 1977.; J. C. RIVAS FERNANDEZ, *Algunas consideraciones sobre el prerrománico gallego y sus arcos de herradura geminados*, BAur. I, 1971, 61-126; as múltiples referencias às eirexas de Lugo: M. VAZQUEZ SACO, *Papeletas de arte románico lucense. Iglesias románicas*, BCPM Lugo vols. I-IX (1945-1978), así como nos volúmenes editados pola Fundación Pedro Barrié de la Maza dentro da serie do Inventario Artístico de Galicia: I. BANGO TORVISO, *El románico de la provincia de Pontevedra*. 1979; R. YZQUIERDO PERRIN, *Arquitectura románica de la provincia de Lugo al oeste del Miño*, 1982; J. C. VALLE PEREZ, *La arquitectura cisterciense en Galicia*, 2 vols. 1982, así como a serie de artigos publicados nas revistas Cuadernos de Estudios Gallegos (CEGAL), Boletín de la Comisión de Monumentos Histórico-Artístico de Orense (BCPMAOr.) e Archivo Español de Arte (AEArt.) por M. CHAMOSO LAMAS, J. M. PITA ANDRADE e J. RAMON E FERNANDEZ-OXEA (Ben-Cho-Sei). Tamén é de interés *Arquitectura gótica en Galicia*. COAG. Santiago, 1986. Unha faciana moi particular en J. R. ESTEVEZ, *Sinagoga y barrio judío de Ribadavia*. Gerona, 1987.

Camiños e pontes: As comunicacións teñen unha importancia decisiva e amais dos múltiples estudos sobre un eixo básico como é o Camiño de Santiago cunha ampla bibliografía contamos hoxendia con outras aportacións que valoran o conxunto dos camiños medievais galegos. E o caso de E. FERREIRA PRIEGUE, *Los caminos medievales*. Anexos do BAur., 9. Ourense, 1988. Tamén M. CHAMOSO LAMAS, *Puente y lugar de San Clodio*, CEGAL. X, 1955.; IDEM, *El*

aparecen secuenciados dun xeito que poderían ser fitos básicos para o establecemento dunha secuencia cronolóxica e máis evolutiva, que, polo de agora, non se pode aproveitar.

Outro feito que consideramos importante destacar a nivel xeral é a pobreza real que se nos mostra en moitos xacementos explorados e cofecidos, sobor de todo castelos e asentamento de fortalezas, como se nos encontrasemos nun mundo onde a propia supervivencia non permitise apenas rasgos de excedentes de produción ou signos de riqueza, que parecen ficar reservados ós obxectos litúrxicos ou de mobiliario dos moi nobres.

Outra consideración que compre establecer é a continuidade/descontinuidade do mundo medieval verbo dos seus antecedentes. A favor dunha existencia de continuidade está o feito concreto da presenza de sustratos romanos en moitos dos xacementos, dende a Catedral compostelana a Ouvigo, de Adro Vello a Praza Maior de Allariz. Emporiso noutros casos, o establecemento parte de cero e, ademais, agás a continuidade do asentamento non estan claras as correlacións nos materiais, tanto máis canto o noso cofecimento da realidade galaicorromana presenta tantos ou máis baleiros que os que temos do mundo medieval, ata o punto de seren menos os xacementos obxecto de excavación que os propios medievais. Esta situación, e o feito de nalgúns casos producirse a recuperación de espazos castrexos como na Torre de Meira ou en Liboreiro, fai mais comprensible que por veces se estableza unha continuidade respecto do mundo castrexo, que se ve reforzado polo feito do *encastelamento*, anque no noso xuicio nin técnica nin funcionalmente poida existir concordancia con esta etapa cultural.

Finalmente, dentro destas consideracións xerais, o feito de que moitos materiais teñen sido obxecto de investigación e valoración máis artística, descontextualizados, que arqueoloxicamente o que provoca por veces distorsións funcionais evidentes.

punte romano de Orense CEGAL XI, 1956, 5-30; S. ALVARADO e M. DURAN, Inventario de puentes de Galicia (en prensa), e Y. BARRIOCANAL, *Pazos de Arenteiro*. Ourense, 1988.

Epigrafía. Non contamos ainda cun corpus completo pero hai contribucións de interés como à de M. NUÑEZ, Algunas inscripciones de la Galicia prerromànica, *BAur.* 7, 1977, 173-194. Prepara a súa tese doctoral sobre este tema J. L. SACO CID, Inscripciones latinas medievales de Galicia.

Numismática: A carón dos traballos clasicos de W. REINHART sobre as moedas suévicas e as aportacións de F. MATEU LLOPIS, podemos sinalar para as acuñacións máis recentes os traballos de F. BOUZA BREI, Tesorillo de monedas medievales de vellón, de Ribadavía, *CEGAL*, 19, 1964, 251-256, e A. OROL PERNAS, autor de diversos traballos de particular interés para Galicia entre os que destacon *Ordenación cronológica de las acuñaciones coruñesas de Alfonso XI Numisma* 1974; e *Numismática gallega Numisma*, 163-164, 1980.

C. TORRES, *El reino de los suevos*. Serie Galicia histórica. Santiago, 1977; os artigos de X. TABOADA CHIVITE, A reconquista e a súa consolidación na bisbarra de Barancelli. *CEGAL*, 28, 1973, e X. FERRO, Monjes y eremitas en las margenes del Miño, Braga, 1967.

A CONSTRUCCIÓN DUN HABITAT

A hora de estudar a disposición do habitat, é cecais onde máis acusadamente nos atopamos coas eivas que vimos de sinalar, a unha investigación pouco desenrolada hai que sumarlle a tendencia da mesma a concentrarse en aspectos como o castelo ou a necrópole, que si ben van a xogar un importante papel na reconstrucción da paleoexografía humà fannos dun xeito mediatizado pola súa específica significación, ligados às estruturas ideolóxicas e políticas, non son, salvo o castelo para un grupo social determinado, fórmulas propiamente habitacionais, aínda que sí indicativos primordiais da territorialidade. O problema agrávase se temos en conta que o tratamento que se lle deu tende a valorar ós aspectos formais dos mesmos fronte a calisquer outro tipo de consideración. Non podemos, a pesares das limitacións impostas por datos parciais e/ou indirectos así como mal coñecidos, deixar de facer uns breves apuntes sobre o tema da evolución das formas do habitat, tentando salir ó paso dalgúns lugares comúns que conforman as escasas aportacións sobre o tema.

Un destes lugares comúns afecta, como se contou no capítulo anterior, ós cambios que neste eido se producen na transición do mundo antigo ó medieval, e está motivada polo fenómeno da habitación en enclaves con ocupación en tempos protohistóricos ou parecendo seguir, cando son creados agora, modelos dese intre: trátase do problema da continuidade no ámeto castrexo⁴⁴. Non cabe dúbida da existencia de elementos para pensar nunha ocupación serodia nalgúns castros, especialmente no Norte de Portugal⁴⁵, aínda que no ámeto galego⁴⁶, chegando a plantexar datacións como a de Mohias⁴⁷ e a

⁴⁴ Situación referida abondosamente na bibliografía arqueolóxica do NW, unhas veces ó tratar o poboamento no mundo tardorromán e inicios do medieval, outras simplemente para resaltar a prolongada existencia do castro e/ou a súa forte implantación no NW, e o correlato da forte perduración da cultura a el asociada, téses indixenistas e visións inmovilistas do mundo galego nos primeiros séculos da nosa era. Non é o intre de nos achegar à valoración destas posicións e às súas implantacións, como tampouco de dar unha cita detallada dunha postura que se pode atopar en distintos traballos, da simple nota ó libro de vulgarización do coñecemento histórico.

⁴⁵ C. A. FERREIRA DE ALMEIDA, «A propósito de "Galicia Sueva" de Casimiro Torres», *Gallaecia*, 5, 1980, 306. Para Galicia, P. ACUÑA e F. ARIAS, «Galicia bajorromana», *Gallaecia*, 3/4, 1979, 92-94.

⁴⁶ Un problema deste tipo pareceo plantexar Viladonga, aínda que sigue a ser excavado. F. ARIAS, «Castro de Viladonga. Campaña de 1983». *Arqueoloxía/Memorias*, 2, 16.

⁴⁷ Trátase das tantas veces referida datación do 570 d.C.. J. MARTINEZ, «Resultados de una investigación geocronológica», *Bol. Inst. Est. Ast.*, 73, 1971, 355-356. A relación desta data cunha ocupación serodia do poboado é criticada por J. L. MAYA, «Habitat y cronología de la Cultura Castreña es Asturias», *Portugalia*, IV-V, 1983-4, 188, aínda que este mesmo autor sinala a existencia de materiais de cronoloxía semellante noutros poboados asturianos, cfr. mesmo artigo, *passim*.

recente cuestionable proposta de interpretación da arte castrexa⁴⁸, entre outras, parecen apuntar nesta dirección.

Agora ben falta por definir o xeito de implantación no castro desas ocupacións dos séculos V ó VII, como tamén, se o castro é agora a entidade poboacional como foi na protohistoria, cál é a relación co seu entorno no que sabemos existen outras formas ocupacionais: esta relación incidiría na interpretación a facer de dita ocupación. Así ésta pode ter unha significación distinta a que se supón a súa precedente. En vista de tal situación entendemos negativo insistir sobre esa suposta continuidade posto que oscurece a reconstrucción do habitat nos tempos tempráns medievais, dado que un dos seus compoñentes, os asentamentos en altura e/ou fortificados, están interpretativamente condicionados por unha categoría ahistórica e puramente formal como é a do castro⁴⁹. Sendo imprescindible revisar todas esas ocupacións à luz das súas propias características: configuración e ergoloxía (unha cerámica do século V nun castro, non ten por que interpretarse, e menos dun xeito prioritario, que o castro segue a ser usado, senon que no século V bótase man con un fin habitacional ou doutro tipo non especificado dun determinado enclave); así como en relación ós outros enclaves que se poden pensar para o mesmo momento: «villas», necrópoles, asentamentos en chairas ou en altura non susceptíbeis de asimilar à idea de castro (cousa difícil pola ambigüidade de que ésta se ve afectada).

Moito mais desafortunada parécenos aínda a idea de vencellar o castro a realidades mais lonxanas como à da fortaleza medieval ou o dun lugar actual, casos ambos que se dan pero con evidente solución de continuidade, e cun contido que se hemos de inscribir no seu propio marco histórico, como no caso anteriormente comentado propuña, ten moi pouca relación, e ésta pódese entender como produto dunha recurrencia ahistórica e non dun endémico inmovilismo do noroeste⁵⁰.

O mesmo problema da continuidade versus discontinuidade afecta às «villae» tardorromanas, pensar na súa continuidade no mundo inmediatamente posterior non resulta difícil⁵¹, aínda que existen claras probas de que esto non é xeralizable. Preocupanos mais, sin embargo, a situación desencadenada pola implantación de necrópoles altomedievais no mesmo *locus*: a casuística galega

⁴⁸ Unha postura bastante polémica, pero que citamos aquí en canto plantexa este tema, non só nas súas controvertidas conclusións, senon na argumentación. M. HÖCK, «Verzierte Bauteile aus Castros in Nodrwesten der Iberischen Halbindel», *Madridrer Mitteilungen*, 26, 1985, 243-256, esp. 249 e ss.

⁴⁹ Estàmonos a referir a unha categorización derivada do tratamento do termo «castro», non a unhas características implícitas ó mesmo como realidade obxetiva.

⁵⁰ Unha tendencia xa citada na nota 45, necesitada dun amplo traballo ela mesma.

⁵¹ Resulta difícil definir esta situación polo escaso coñecemento da ergoloxía atribuíble a esa etapa.

resulta abondosa en tal sentido, lembremos os casos de Moraime⁵²...que volta a plantexar a posibilidade dunha continuidade nun longo período de tempo. Esa suposta ligazón, a pesares de que aquí a significación do superposto parece a primeira vista facilmente diferenciable, necesita, dada a súa recurrencia, dunha explicación. Para a cal necesítase dunha definición precisa de ambos horizontes: o calificativo de “villa” usouse con excesiva facilidade, poidendo agachar realidades distintas, e a necrópole pode ir ou non asociada a unha construción relixiosa e/ou a un establecemento humán; ó tempo cunha boa delimitación da súa relación na estratigrafía, algo difícil pois nos exemplos coñecidos hai unha imbricación de ambas, carecendo de cesura reflexada estratigráficamente⁵³, o que impide coñecer o posible lapsus de tempo que mediou entre ambos usos do enclave.

Quiseramos apontar, a pesares da dificultade, unha proposta para explicar esa sucesión arqueográfica. Proposta centrada no posible rol articulador do territorio que poideron xogar a vila, no mundo tardo-román, e a necrópole, para o altomedieval, ben como tal necrópole ou en función da *ecclesia* asociada. Esta solución ubícase nun marco interpretativo diferente da realidade material, avalaría así unha certa continuidade na territorialidade ó longo cando menos dos cinco primeiros séculos do altomedievo, que se pode apoiar para a metade norte do noroeste con feitos como a perduración da fragmentación espacial de base xentilicia, a continuidade toponímica: denominación dun espacio, e a abundante referencia na documentación à delimitación dalgunhas entidades territoriais, dun tipo básico como é a «vila», «per terminos antiquos»⁵⁴.

Continuidade pois na territorialidade, pero non no habitacional. A «vila» de tipo tardorromano parece desaparecer progresivamente entre os séculos V e VII⁵⁵, onde se poden ubicar as máis serodias ocupacións de enclaves fortificados⁵⁶, outros tipos de ocupación tampouco parecen ir máis alá.

A partires do século VIII un vacío que só se empeza a encher cando dende o século IX e mais do X a documentación empézase a referir, aínda que dun xeito non moi claro a feitos habitacionais e/ou territoriais como o «casal», a «vila» ou o «castelo».

Arqueolóxicamente só as necrópoles e as construcións relixiosas asociadas, cando existen, permiten plantexar algunhas consideracións sobre o habitat neste momento. Si por un lado a necrópole de certa entidade e gran perduración parece ser un forte elemento articulador daquel, que en algúns

⁵² Pódense engadir casos como Tíns, Castellóns ou Adro Vello, cfr. notas à HISTORIA DA INVESTIGACION.

⁵³ Calquera das citadas nota anterior vale como exemplo.

⁵⁴ Estos elementos pódense ver en F. ALSINA, «La ciudad de Santiago...», 196 e ss.

⁵⁵ Non parece existir unha desaparición rápida, poi si ben o final para algunhas sobrevenlle no s. d. J., outras perdurarán nos séculos seguintes.

⁵⁶ Xa antes nos referimos a este tema (vid, infra).

casos levanos do núcleo habitacional tardorromàn, vila ou outro, a eirexa romànica ligada xa a implantación do parroquial no XII e à definición da estruturación do territorio⁵⁷. Esta nunhas áreas aínda por determinar, dado que non sería extraña unha rexionalización nuns momentos onde a inestabilidade é característica primordial.

Doutra banda pequenas necrópoles aparecen diseminadas por todo o agro galego, especialmente coñecidas aquelas compostas por sepulturas excavadas na rocha e/ou sartegos pétreos exentos, dándonos idea dunha situación máis fluída onde as pequenas celulas de tipo familiar, xogan un rol importante. Si ben algunhas delas están claramente en relación a un centro e/ou comportamento relixioso, outras parecen estalo a pequenos grupos de poboación dispersos con eirexa propia ou non^{57 BIS}. Segundo as propostas de datación para este tipo de necrópole podemos pensar que reflexan unha situación propia dos séculos IX o XI, aínda que poideron retrarse as súas orixens, o que fai ambas realidades coetáneas, cun maior forte desenrolo das de gran tamaño en momentos como o s. V-VII e XI-XII, onde o habitat parece mellor definido en condicións de maior estabilidade (vid. infra capítulo adicado as necrópolis).

Das construcións propias destes enclaves habitacionais referidos territorialmente ou inmediatamente à necrópole, carecemos de calisquer dato, só os alicerces de pobre mampostería asociada a «Vila Bidualdi»⁵⁸ fàlanos do uso da pedra xa nese intre, pero non rompe a idea dunha gran pobreza neste eido dada pola precariedade na construción dos castelos, indicativo do cal será o aproveitamento das oquedades graníticas incluso como lugares de habitación (vid. infra cap. «castelos»), situación que se repite no mundo rural afectado por condicións de forte inseguridade: as razzias vikingas ou sarracenas na costa. Situación que explicaría a escasez de restos que poideran ser interpretadas como asentamentos rurais deste intre, e que parece afectar a todos os grupos sociais, tanto ó castelo ou ó palacio como à vivenda rural. Esta impresión vese tamén apoiada pola ergoloxía.

O precedente pouco máis que engadir, xa que carecemos totalmente de datos para o mundo rural a partires do XII, cando temos a parroquia actual xa consolidada, tan só a aparición de novos elementos como as granxas monacais⁵⁹ ou a inclusión, as veces ligadas às anteriores, da torre no ámeto habitacional campesiño. Componentes de distinto carácter, como poden ser as salinas, especialmente coñecidas no Salnés⁶⁰, ou as ferrerías citadas na documentación; a posible existencia de explotacións mineiras e núcleos humans a elas asociadas; as comunidades relixiosas das que coñecemos os edificios conservados

⁵⁷ F. LOPEZ ALSINA, «La ciudad de Santiago...», 167 e ss.

⁵⁸ Vide nota.

⁵⁹ Así os celeiros de Partovia, Gomariz e Barra. X. C. RIVAS FERNANDEZ, «Granxas monacais medievais en Ourense», Bol. Aur., no prelo.

⁶⁰ Cfr. nota 25.

pola *História da Arte*, pero que carecen dunha aproximación arqueolóxica.

Todos eles formaban parte desa paisaxe predominantemente rural do medioevo galego, onde hai que engadir o fenómeno castral e as áreas de enterramento a tratar seguidamente. Predominantemente pero non exclusivamente rural, o mundo urbán tamén xogou un importante papel; o caso de Santiago resulta suficientemente expresivo. Pero a pesares dos traballos realizados neste derradeiro (vide supra: HISTÓRIA DA INVESTIGACIÓN) carecemos dunha visión arqueolóxica do desenrolo do mesmo, como tampouco os traballos realizados en Iria ou Lugo permitennos coñecer a evolución deste fenómeno no momento da transición ó mundo medieval. Nembargantes, os traballos recentemente realizados tanto en Santiago como en Lugo, Ourense, e máis recentemente Pontevedra (citados tamén no primeiro capítulo, o cal nos remitimos), abren novas perspectivas cara ó futuro, pero tamén reflexan a problemática complexa da arqueoloxía urbán, especialmente na súa faciana medieval: os seus niveis vense polo xeral máis afectados polas distintas remodelacións do núcleo urbán ó que pertence.

TORRES E FORTALEZAS: O PROCESO DE ENCASTELAMENTO

O castelo, compoñente definidor da paisaxe e núcleo articulador do cotidian, niños sostén do dominio/explotación do home sometido, en fin, as estruturas encorsetadas do tópico e/ou ambigüedad do mítico, aparécenos hoxe como elemento clave para entender, como moi ben di Fossier⁶¹, a articulación económico-social máis que ideolóxico-político dos tempos medievais. Neste senso o achegamento arqueolóxico está a abrir toda unha serie de novas posibilidades na comprensión do amplo e complexo fenómeno do encastelamento: reenchedo lagoas textuais, valorando definicións formais, na súa funcionalidade e/ou temática, achegándose a articulación dos espazos e dos xestos nos que a forteza se inscribe.... Posibilidades reflexadas dende fai tempo en amplas áreas do continente europeo, pero que na península están en gran medida aínda por descubrir.

No caso galego a situación é, tal como se reflexou pàxinas atrás, de vacío caseque total. A pesares dos intentos citados *Aranga*, *Torres*, *A Lanzada e Meira*, ó marxen dunha tradición que concluía na síntese de *Taboada Chivite*⁶², seguimos enfrentados a un coñecemento fragmentario dunha realidade ampla, lembremos que no pleito *Tavera-Fonseca*⁶³ recóllense ó redor das cen

⁶¹ R. FOSSIER, «La infancia de Europa. Aspectos económicos y sociales», Barcelona, 1984, Tomo I, 87.

⁶² M. TABOADA CHIVITE, «Los Castillos», Cuad. Art. Gall., 21, Vigo 1963.

⁶³ A. RODRIGUEZ GONZALEZ, «Las fortalezas de la Mitra Compostelana y los "Irmandiños"», Santiago, 1981.

fortalezas e/ou torres; e parcial, nos escasos exemplos coñecidos, falta a publicación exhaustiva dos traballos alí realizados, así como dos aspectos configuradores e/ou definidores, v. gr. a ergoloxía. Pouco axuda neste senso a publicación recente do texto do *Pleito Tavera-Fonseca* (vid. nota anterior), xa citado ou os traballos realizados accidentalmente no *Castelo de Fervenza*⁶⁴, tendo que basearnos pois nun conxunto disperso e desigual de notas e datos, ademais dos datos inéditos e/ou traballos en curso propios para intentar paliar esta dita pobreza.

Un área concreta, de lindes ben determinados e dimensións suficientes, como é a *península do Morrazo*⁶⁵, pódenos permitir un achegamento a evolución do encastelamento nalgunhas das súas formas máis significativas.

A primeira delas estaría representada no *monte do Liboreiro*, sita nun antigo castro será a expresión de fortalezas de gran valor xeostratéxico ó tempo que de gran dificultade de acceso. A súa configuración está claramente diferenciada con respecto as estruturas protohistóricas, e viria definida por dous circuitos sucesivos de valos rectos con esquinas redondeadas que conflúen no punto máis elevado: a antiga coroa do castro, onde é presumible a existencia dunha construción tipo torre. Cronoloxicamente reflexa un horizonte de fortificacións bastante antigo, ó tempo que de vida breve. Atendendo ós materiais: cerámicas con claros referentes nas tradicións de época xermánica, inexistencia das producións grises e presenza dun broche de cinturón datable no século X; non parece poder ir máis alá de principios do século XI, sendo máis difíciles de delimitar as súas orixens, debéndose remontar cando menos a finais do século IX.

A interpretación deste horizonte do encastelamento xira en torno a defensa/control dun territorio amplo, expresando ó tempo a desarticulación do mesmo: a amplitude da fortaleza fai pensar nunha plurifuncionalidade da mesma (habitacional?), o que está en contradición cos fortes costes implícitos na súa relación coas terras circundantes. Esta interpretación vencellaríao ó terror creado pola piratería nórdica dende mediados do século IX⁶⁶, a cronoloxía proposta para o mesmo lévanos a pensar que a súa construción cabría relacionala con aquela primeira oleada de castelos que en tempos de *Alfonso III* tentan

⁶⁴ Dentro dos traballos que está a realizar X. CARBALLO ARCEO nos castros do Val do Deza, e a quen agradecemos a información, xurdir este castelo sito no concello de Silleda, onde xunto coa presenza de ergoloxía castrexa apareceron restos de clara adscripción medieval.

⁶⁵ Situada entre as rías de Vigo e Pontevedra e na que se está a realizar un estudo de detalle desta índole.

⁶⁶ A piratería vai a afectar à costa galega dende o 849, data da primeira incursión coñecida, ata o..., cando sucede o episodio dos cruzados ingleses, coa altibaixos ó longo de toda esta etapa. Sucédense as presencias vikinga, normanda e sarracena. Especialmente destacable é o período dende finais do s. X e principios do XI para a presenza nórdica, así como na continuidade do XII parece pesar máis a actividade pirática musulmana.

oporse a razzias vikingas na costa do reino astur⁶⁷.

Si a estas conclusións atiradas a propósito do *Liboreiro* teñen expresión noutras áreas de Galicia, o que ocorre na costa cantábrica⁶⁸, e o problema suscitado en torno a «terra de Castela» no extremo NO. da provincia de Ourense parece apuntar nese sentido, negaríase o suposto xurdimento explosivo do encastelamento a finais do X/principios do XI⁶⁹. Apuntando así para un desenrolo gradual con distintas etapas do proceso de creación de fortalezas, tendo que pensar nesa explosión constructiva mais como unha crise de crecemento ca como punto de arranque, dado que parecen conxugarse a aparición dunhas fortalezas e a desaparición doutras⁷⁰.

O segundo caso estaría representado polo *Castelo de Darbo*, que si ben presenta algunhas concomitancias co anterior: ocupa un antigo sitio protohistórico e segue a xogar unha importante rol estratéxica; ubícase nunha cota máis baixa sendo o acceso menos difícil, dous rasgos estes que o poñen en contacto máis inmediato coas terras circundantes. Resulta difícil coñecer a súa configuración que viría definida polo rochedo granítico no que se asentaba. Cronolóxicamente temos constancia da existencia deste castelo xa a fins do século XI⁷¹, voltando a aparecer no século XV⁷², o que nos fala da súa posible continuidade ou reaparición, sempre en relación coa mitra compostelana.

Este segundo caso hai que entendelo xa como un produto dese despegue castral que tratábamos anteriormente, e ó cal hai que remitir boa parte das fortalezas galegas que hoxe coñecemos e que presentan características semellantes. No locacional a ubicación en puntos de boa defensa natural, polo xeral en elevacións nas que se ocupa a cima adaptándose a configuración da mesma, así os casos no que aquela está conformada pola penedía granítica atopámonos cun aproveitamento da morfoloxía do terreno: o rochedo aparécenos ben como un complemento do espazo habitacional, emprego das súas oquedades como habitación, silo ou basureiro, ou como sustentador dese espazo, cimentacións,

⁶⁷ Traballos recentes sobre o encastelamento asturián parecen poñer de manifesto a existencia dun grupo de fortalezas deste momento cunhas características propias.

⁶⁸ O caso do Castelo de Camargo, perto da costa, cunha vida que según datacións radiocarbónicas extenderíase dende fins do s. VIII ata mediados do XI. R. BOHIGAS e P. M. SARABIA, «El castillo de Camargo y los castros altomedievales de Cantàbria», II Con. Arq. Med. Esp., Tom. III, 314-326. O feito de seren tan só dúas datas, así como o propio problema da aplicación do C14 a unha época ten recente, fainos ser cautos coa antigüidade proposta, aínda que a reproboación acometida por Alfonso I nesa área pareza apoiada historicamente.

⁶⁹ Como apunta, entre outros, A. LOPEZ ALSINA, «La ciudad de Santiago...», e C. A. FERREIRA, «A propósito...», esta contradición sitúanos de diante dunha polémica xa presente no ámbito europeo occidental, como recolle FOSSIER, op. cit., 42, e nota 170.

⁷⁰ Pódese sinalar o caso da fortaleza inédita do Castelo de Mós, que presenta unha cronoloxía en parte coincidente coa de Liboreiro, o que lle otorga unha datación semellante aínda que algo máis moderna do s. X a fins do XI.

⁷¹ Citado na Historia Compostelana, edición de Fr. Manuel SUAREZ, 135, 137 e ss.

⁷² Abondosamente citado no pleito Tavera-Fonseca; vide nota 64.

escadas, alxibes, etc.⁷³; o primeiro fálanos das limitacións constructivas de estruturas onde a sinxela mampostería e/ou a madeira xogarían un papel fundamental, e da limitación dos espazos así definidos.

No constructivo, os esquemas parecen reducirse polo xeral a un recinto ou recintos de tendencia variable segun das condicións do lugar onde se asenta, pero con claro predominio da liña recta, que acolle no seu interior unha torre de planta cuadrangular. Os primeiros definirían espazos de uso diverso, mentras que na torre localizaríase o espazo doméstico señorial. Loxicamente contamos con exemplos dunha maior complexidade co anteriormente apuntado, o caso de *Torres do Oeste* sería paradigmático⁷⁴.

Unha importante serie destas fortalezas, como a aquí tratada, a citada de *Torres do Oeste* e a de *A Lanzada* na Ria de Arousa, *Cedofeita* na Ria de Pontevedra, *Pontesampaio* na Ria de Vigo, ou as de *Faro* e o *Monte do Pindo* no norte (actual provincia da Coruña) incríbense nun sistema defensivo artellado pola *Mitra Compostelana* para contrarrestar a piratería normanda e sarracena que infestaba a costa galega entre os séculos X e XII, sistema este que creado en diferentes etapas: *Sisnado II*, *Cresconio* e finalmente *Xelmirez*, constituía unha barreira ó longo dos límites occidentais da terra de *Compostela*, especialmente desenvolada nas vías de acceso a cidade do Apostol (vid. not 68).

Non podemos esquecer aquí a relación destas fortalezas coa rede de vías de comunicación, tanto de orixen natural como artificial, sobre as que exercían o seu control, as veces como nos indica a documentación dun xeito abusivo⁷⁵. Como tampouco a existencia a partires deste intre da torre como elemento plenamente individualizado que aillado vai a xogar un papel de complemento das fortalezas, torres-vixía das que en xeral apenas queda o recordo toponímico e que se asentaban en puntos claves no control dun territorio determinado.

O terceiro exemplo estaría representado na *Torre de Meira*, o único por outra banda no que se realizaron excavacións arqueolóxicas. Topográficamente atópase xa a distancia dos anteriores, nun espolón a media ladeira, de cota 120m. de altitude e con boas defensas naturais, ten na cima inmediata ubicado un asentamento protohistórico, o que incide na apuntada ruptura con respecto ós casos anteriores. Sin dominar un gran territorio, controla o rico val no que se asenta a actual poboación de Moaña, o que tamén parece indicar unha territorialidade diferente. A súa configuración resulta bastante sinxela, constando de torre cuadrangular e dúas liñas de defensa concéntricas que definen espazos reducidos, en relación coas reducidas dimensións do conxunto. A cronoloxía ralaciónao con tempos baixomedievaes xa que a ergoloxía non

⁷³ Unha boa expresión témola no castelo de Cans (Porriño-Pontevedra).

⁷⁴ Vide nota 24.

⁷⁵ Citas na *Compostelana* ó «latrocinio» que exercía dende este castelo contra os viandantes.

permite retrasas as súas orixens máis alá do século XII avanzado, aparecendo documentalmente no tantas veces citado *pleito Tavera-Fonseca*⁷⁶, e vencellado sempre a un dominio laico.

Estamos pois diante dun proceso de encastelamento señorial laico de marco territorial máis restricto que se parece desenrolar a partires fundamentalmente dos séculos centraes da Edade Media (séculos XII-XIII). As Torres de Teis⁷⁷, no outro lado da ría (concello de Vigo), o *castelo de Fervenza* (vid. not.), no interior da provincia de Pontevedra, serían outros exemplos a sinalar.

Non podemos descartar neste derradeiro grupo a existencia de torres-fortaleza semellantes as descritas nas zonas baixas dos vales, aproveitando unha discontinuidade do terreo, como pode ser unha afloración granítica, ou ben construindo esa mesma discontinuidade, o que nos situaría diante do problema das «motas». A existencia destas últimas non resulta, a pesares das irregularidades da topografía, descartable pois están aparecendo noutras áreas da península⁷⁸ onde o relieve tampouco parece facer necesario este tipo de sobreelevación artificial do terreno.

Un derradeiro matíz a resaltar deste conxunto é a importancia que nel acadada a torre, pasando o recinto, en xeral de dimensións reducidas, a ocupar un papel subordinado. Esta característica acentúase conforme avancemos no tempo ó desgaxarse, xa en plena Edade Media, a torre da fortaleza para asociarse a unha construción de carácter estrictamente agrícola tanto na súa funcionalidade como na súa configuración, que inclúe a elección dun lugar alleo as necesidades defensivas pero non as propias ó carácter que lle atribuímos: inmerso nas terras cultivadas⁷⁹. Este tipo ou subgrupo parece estar en relación co xurdimento da casa señorial de época moderna, coa que coincide nas características locacionais e funcionais, non sendo raro os exemplos de continuidade entre ambas formas, o que explicaría a existencia nalgúns pazos de elementos formais bastante antigos (non debe confundirse isto coa reaparición tardía da torre asociada ó pazo, onde ésta respostará a unha formulación puramente decorativa formal).

Un derradeiro tema que non podemos deixar de mencionar, aínda que so moi sucintamente é o da relación da torre/fortaleza con núcleos poboacionais dunha certa entidade. Isto levaríanos a reflexionar sobre o papel xogado por

⁷⁶ Vide nota 61, *passim*.

⁷⁷ Hoxe inédita, aínda que como a anterior, tamén referida no *pleito Tavera-Fonseca*. Presenta torre cuadrada cun pequeno e único recinto ó longo de dous dos lados da anterior, ó que se engade un foso excavado onde o espolón onde asenta se une às ladeiras colindantes. O esquema, pois, resulta tamén semellante ó de Meira.

⁷⁸ O caso do «Castrejón de las Enestrosas» en Cantàbria, excavado por R. BOHIGAS, M. GARCIA e P. GATABIA. Contamos cunha noticia sobre o mesmo en *Arqueología* 84-85, 1987, 47-48.

⁷⁹ Como exemplos propoñemos a torre de Outeiro de Fafián no Vale do Camba (terras interiores da provincia de Pontevedra) ou o pazo de Castro Amarante.

algunhas fortalezas no xurdimento de núcleos urbàns no interior de Galicia: Monforte, Castro Caldelas, Ribadavia e outras; ou o rol a atribuirlle ó castelo dentro deses núcleos e noutros que non acadan o estatuto de urbàns.

NECRÓPOLIS, SARTEGOS E TAMPAS

As necrópolis e os sartegos constitúen, como xa comentamos noutras ocasións, un dos temas máis debatidos na arqueoloxía medieval galega. Xa sinalamos como Fr. Martín Sarmiento chamou a atención sobor duns e doutros, incidindo basicamente na decoración dos de *Tomezá*, *Lerez e tambo*, datandoos a partir da lectura da inscrición que figuraba na tampa sepulcral de *Ermengonda* datable na era DCLII (ano 614) e interpretando a decoración que levaba⁸⁰. Dende enton os sartegos e as laudes seguen a ser un dos eixos de controversia frecuente, anque no noso xuício mixtúranse elementos e asuntos diversos. Con todo, é indudablemente o tema verbo do que se coñecen máis referencias, anque de moi desigual calidade, pois considérase igual un sartego, con ou sin laude, que as laudes ou tampas, e mesmo os sartegos abertos na rocha⁸¹.

Entendemos que cabe distinguir realidades distintas e diste xeito consideramos por unha banda as necrópolis asentadas sobre núcleos poboacionais máis antigos e doutra aquelas que non teñen antecedentes inmediatos, que son, con frecuencia, necrópolis de sartegos abertos directamente na rocha formando conxuntos unitarios, pero tamén necrópolis con tumbas feitas de laxes de canto ou mampostería.

As primeiras presentan habitualmente varios tipos de tumbas, sempre con enterramentos de inhumación, tumbas nas que aparecen reutilizados materiais de época romana (ladrillos e tégulas) formando parte das paredes laterais, fondo ou cuberta; outras con laxes de canto, mellor ou peor colocadas, ou formando muretes, con planta variable: trapezoidal, fusiforme (os chamados por algúns dos autores citados como de «arco de paréntesis»), rectangulares ou antropoides; e, fundamentalmente, sartegos exentos, tanto de feitura paralelepédica ou de «bañeira» (esto é coas esquinas redondeadas) com interior antro-

⁸⁰ Vide nota 5.

⁸¹ Amais das reseñadas nas notas descritivas dos xacementos podemos engadir traballos que recollen bibliografía anterior, como o de M. VAZQUEZ SEIJAS, «Sartegos», BCPMLugo, VII, 138-150, con inventario de Lugo; J. DELGADO GOMEZ, «Cuatro nuevos sartegos», BCPMLugo, VIII, 82-86; id. «Sepulturas antropoides», BCPMLugo, IX, 1972-76, 223-224; J. FILGUEIRA VALVERDE e A. GARCIA ALEN, «Materiales para la Carta Arqueológica de la Provincia de Pontevedra», EMP, VIII, 1955, passim, e adicións posteriores. De grande importancia polos datos que engloban L. MONTEAGUDO. Hispania Germànica, noticiario Turístico, Madrid, 196... passim, que non se cingue só a este tema, pois abrangue totalas facianas do mundo xermànico galego.

pomorfo ou non e con tampa ou laude, lisa ou decorada. *Moraime, Tins, Compostela, Ouvigo, Castrelo do Val* son bós exemplos desta forma de presentación que evidencia unha certa complexidade cronolóxica e un amplo desenrolo temporal non sempre ben definido.

Un segundo grupo corresponde as necrópolis onde sómente ou dun xeito casi absoluto hai sartegos con tampa. Nalgúns casos superpóñense a restos anteriores (*Santiago*), pero con frecuencia están nos adros actuais de eirexas de fábrica románica (*Lourizán*⁸², *San Tirso de Oseiros, Suevos*, etc.) pero noutros hai só unha ermida de difícil precisión cronolóxica (*San Salvador de Rozas*).

Un terceiro grupo corresponde ós sartegos abertos directamente na rocha, grupo no que só incluímos aqueles que responden a un programa claro de enterramento e non as fosas abertas na rocha base pola carencia de terras. Dentro deste grupo aparecen con nitidez varios subgrupos, dos que a razón da súa existencia e diferenciación pode servir para unha aproximación a reestruturación poboacional nos séculos IX-XI, como xa se sinalou, anque se necesitan novos estudos que completen os inventarios parciais existentes. Moitos destes conxuntos deixaron a súa impronta na toponimia, polo que resulta de interés unha enquisa sistemática na procura da súa localización.

O cuarto grupo correspondente a sartegos abertos na rocha dun xeito aillado ou formando pequenas concentracións de catro ou cinco, con ou sin tampa, e que se abren en rochas moi destacadas na paisaxe. Poden pertencer a comunidades eremíticas ou ser restos de pequenas comunidades de «repopoación» que non tiveron continuidade no momento da reorganización territorial e social que está na orixe das parroquias. Dátanse algúns nos séculos VIII e IX pero dos que aparecen aillados algúns poderían ser anteriores.

Os problemas das cronoloxías, por si e máis en relación coas tipoloxías, son aínda cuestións abertas nas que comprende analizar caso por caso. Respecto da valoración cronolóxica dos tipos de enterramentos parece posible, con todo, sinalar algúns datos para os sartegos abertos na rocha, con dúbidas para os que están aillados que poderían ser máis antigos. Os grupos parecen iniciarse no século IX, nalgúns casos vencellables a grupos de repoboación, como cabe deducir dalgúns con tampa epigráfica e chegan até o século XI, quedando fora de servizo logo da construción das eirexas románicas. A pesares doutras valoracións, como as feitas por A. Castillo e colaboradores para Castela⁸³ ou as de Riu e Bolós para Catalunya⁸⁴, un detalle máis polo miúdo, en razón das

⁸² LOURIZAN. Descubriron alí, na base dos muros da ermida existente tampas e sartegos. Nota personal e ficha informativa no Museo de Pontevedra.

⁸³ A. DEL CASTILLO YURRITA, «Excavaciones altomedievales en la provincia de Soria, Logroño y Burgos». EAE, 74, Madrid, 1972. E de moito interés A. ZAMORA, «Excavaciones en el atrio norte de San Millán de Segovia», Not. Arq. Hisp., 6, Madrid, 1979, 523-542.

⁸⁴ M. RIU, «Alguns costums funeraris de l'Estat Mitjana a Catalunya» en *Necrópolis i sepultures medieval de Catalunya. Acta Medievalia. Annex. 1*, Barcelona 1982, 29-57.

tipoloxías específicas das formas das plantas ou das cabeceiras, necesita en Galicia de novas excavacións e estudos sistemáticos.

As tumbas de laxes aparecen tamén en varios momentos, e unha comprobación é evidente na Catedral compostelana, onde segundo Guerra aparecen tanto nas necrópolis medievais como nas hispano-suevas, pois Guerra distingue dúas necrópolis medievais⁸⁵. Unha, dos séculos IX-XI, con superposición de tumbas e en relación con niveis arqueolóxicos documentados. Os tipos son das que chama «de murete» e «fusiformes», pero hainas tamén do tipo de laxes verticais e forma rectangular e unha excavada na rocha dos tempos de Alfonso II. A carón delas hai laudes de sartegos monolíticos, con inscrición, normalmente en varias liñas lonxitudinais, datables entre 847 (laude de *Teodomiro*) e 1072 (*Laude de Menindus*). A segunda, o cementerio do período hispano-suevo segundo Guerra caracterízase por ser de sarcófagos exentos enterrados en fosa e cubertos por laude monolítica visible e cãseque sempre decorada, mentras as caixas son trapezoidais con esquinas redondeadas e o interior cãseque sempre de forma antropoide. Aparecen sellados polas construcións de Alfonso II e Alfonso III o que os fai anteriore õ século IX, polo que pódese considerar oportuna unha datación «de tiempo bajorromano o del germánico».

Os sartegos exentos presentan tamén os seus problemas por fañlla de tipoloxías e estudos de detalle. Por un lado encontramos sartegos nun primeiro momento en liña de continuidade co mundo tardorromano — presente en pezas como o sartego de Temes, o liso da Catedral de Tui, etc. — que tería a súa continuación en pezas como o sartego de Avito, do Museo de Ourense. Aparece así unha certa continuidade e os sartegos sa asocian as chamadas «laudes de estola» xunto coas que conforman o que se chama habitualmente necrópolis suélicas, cunha cronoloxía que abrangue os séculos VI-VII⁸⁶. Emporiso, os sartegos exentos continuaron en uso, cicais cunha valoración sociolóxica distinta xa que das excavacións parece deducirse que nesta época suélica eran enterrados e so ficaba visible a tampa ou laude, namentras que nun período posterior os sartegos reciben decoración na caixa como se aprecia no chamada sepulcro de San Wintila (Punxín) onde a inscrición nos leva os finais do século IX, nas caixas de San Salvador das Rozas ou nos, lamentablemente perdidos, de Mandràs cunha roseta hexapetala no testeiro e unha roda destroxira nun lateral. Esta serie terà a súa continuación no tipo dos grandes sepulcros ou monumentos funerarios que nos séculos seguintes marcan unha distinción

⁸⁵ GUERRA CAMPOS. Excavaciones. cit. 2ª parte, sección IV e V, 443-482, esp. 446 e 473 e ss.

⁸⁶ Esa é a opinión xeral. Con todo, sobre a orixe e engarce dos sartegos cf. H. SCHLUNCK «Ein Sarkophag aus Dume im Museum in Braga», M. M., 9, 1968, 424-458, esp. 438 e ss. Así-mesmo ID. «Spätromische und germanische kunst in Galicien». Primeira Reunión Gallega de Estudos Clásicos (Santiago-Pontevedra, 2-4 julio 1979). Ponencias y comunicaciones. Santiago de Compostela, 1981, 277-317, esp. 281 ss.

social evidente⁸⁷.

As laudes non se cinguen ó tipo de estola anque éste resultase o máis chamativo e servise para caracterizar unha época. Con todo compre decir que o tema tivo unha longa vida, máis do que ven considerando, pois coñecemos algunhas datables no século X⁸⁸. Doutra banda debemos insistir na ricaz e variada decoración que mostran os sartegos e as laudes, mesmo as dalgunha das necrópolis consideradas «suévicas» como a de Tins, con temas xeométricos, cruces, etc., incluso «orantes» menos estilizados que os que segundo Chamoso están na orixe da propia estola como o dunha tampa de Ouvigo que ten asimesmo paralelos nunha peza de Pazó⁸⁹ e cunha cronoloxía, no noso xuicio semellante.

Outro grupo de laudes presenta como tema decorativo unha cruz equilàtera e patada, como unha cruz asturiana, inclusive nalgún caso con àstil ó xeito das cruces procesionais: Santiago, Augas Santas, coto de Astrés ou a curiosa pola súa inscrición de San Pedro do Viñao (Punxín)⁹⁰, cunha cronoloxía entre os séculos IX e XII, data da peza de Allariz⁹¹.

A tradición das laudes continua tamén na baixa idade media, pero cunha transformación de interés como son as tampas gremiais tan coñecidas como as de Noia, Pontevedra, Tui, Ribadavia e mesmo da Praza da Magdalena de Ourense⁹², que poideran ter un antecedente nas estranas figuras dalgunhas laudes de Tins⁹³.

Finalmente, dentro destas consideración, destacar a rareza das estelas funerarias, que se cinguen as discoideas de Castillóns con cruces gravadas, outra tamén discoidea de Mougàs e a figurada de san Pedro de Rebordàns⁹⁴.

O ritual é a inhumación e por regra xeral non aparecen nin ofrendas nin axuares, anque algúns aprecene como as cunchas dalgunhas tumbas compostelàns ou a ola ceràmica asociada à cabeceira dunha tumba de imbrices da Praza da Magdalena de Ourense⁹⁵. Resulta frecuente encontrar reutilizacións contínuas dos enterramentos, tanto sartegos como tumbas de laxes ou abertas

⁸⁷ Serie estudiada por M. CHAMOSO LAMAS, *Escultura funeraria en Galicia*, Ourense, 1979, e M. NUÑEZ RODRIGUEZ, *La idea de inmortalidad en la escultura gallega (La imagen funeraria del caballero, s. XIV-XV)*, Ourense, 1980.

⁸⁸ X. C. RIVAS FERNANDEZ, «Importante epitafio en tampa sepulcral del siglo X con mención del rey de Galicia D. Sancho Ordóñez», *BAur.*, XIV-XV, (1985-86), 59-70.

⁸⁹ X. C. RIVAS FERNANDEZ, «Un inédito e interesante vestigio de la iconografía visigótica en Galicia, precedente de la iglesia prerrománica de San Martiño de Pazó», *BAur.*, VI, (1976), 169-182.

⁹⁰ X. C. RIVAS FERNANDEZ, «Vestigios prerrománicos de algunos olvidados monasterios y eremitorios orensanos», *BAur.*, XI, (1981), 49-100.

⁹¹ Cfr. nota 28.

⁹² Cfr. nota 31.

⁹³ Cfr. nota 13.

⁹⁴ Cfr. notas 17 e 22.

⁹⁵ Cfr. nota 31.

na rocha, anque non coñecemos as razóns do feito que se ten explicado como se se tratase de nichos familiares⁹⁶. Tamén se pode destacar como nalgúns casos as tumbas infantís se sitúan no ousó do templo.

Por último compre advertir que a pesares da acidez dos chans é frecuente a recuperación dos osos, e practicamente hainos en totalas necrópolis consideradas, agás excepción. Dos análises realizados, sobre todo estudos do Dr. Carro Otero dedúcese a existencia dunha etnia meclada, destacando a presenza dalguns esqueletes atribuíbles o tipo racial alpino na Catedral compostelana⁹⁷.

OS MATERIAIS

A situación dos estudos sobre os materiais de época medieval é aínda insatisfactoria, pois xa sinalamos que as máis das veces non se dá descripción deles senon referencia da súa existencia. Os millor coñecidos son aqueles que polas súas características formais podense apreciar como obxectos artísticos, tanto se se trata de pezas de metal ou elementos en pedra, namentras os elementos da vida cotidiana apenas teñen merecido algunhas contribucións moi específicas. Con estes datos non pode resultar estrano que non teñamos series ben documentadas nin referencias precisas dende o punto de vista cronolóxico. Con todo e comoquer que tal como xa indicamos coidamos de interés reseñar os datos actualizados abordamos seguidamente unhas breves referencias daqueles que coñecemos.

Metais

A reactivación da miñeiría no NW Penínsular na tardarromanidade acadou tamén os primeiros tempos da Edade Media nunha forma singular xa que as explotacións auríferas galaicas parecen servir o material para as acuñacións monetarias suevo-visigóticas⁹⁸. Amáis desta manifestación, na primeira etapa, apenas podemos sinalar a existencia dalgunha pezas de orfebrería como os broches de Moraime, Boimorto e un pendente do Museo de Lugo⁹⁹. Tamén

⁹⁶ RIU, Apéndice, cit.

⁹⁷ J. CARRO OTERO, «Anatomía antropológica del pueblo gallego», Galicia Clínica, XIII, 6, Santiago. ID. s.v. ANTROPOLOGIA en Gran Enciclopedia Gallega. s.a.

⁹⁸ Cfr. sobre el tema W. REINHART, Historia del Reino Hispánico de los Suevos, Madrid, 1952. Con toda la bibliografía sobre el tema C. TORRES RODRIGUEZ, Galicia Sueva, La Coruña, 1977, destacando os traballos de MATEU LLOPIS e GIL FARRÉS. Máis recentemente X. BARRAL i ALTET...

⁹⁹ M. VASQUEZ SEIJAS, «Interesante broche de cinturón visigótico», BCPMLugo, VI, 176-177.; J. GUERRA MOSQUERA, «Algunos restos visigótico-maazàrabes de la Provincia de

compre engadir as pezas de metal procedentes de Moraima con paralelos en San Vicente do Grove e a xarriña e patena litúrxicas do Museo de Lugo, así como o bidente da Estrada, no Museo de Pontevedra.

Logo hai un enorme baleiro no tempo e somentes no século XI encontramos algúns obxectos metálicos asociados a enterramentos como algún bronce de aneis da necrópolis da Praza Maior de Allariz, ou de Francelos. Posteriores serán as chaves aparecidas en Ouvigo e Ribadavia, a píxide de Ouvigo con labor de esmalte. Sin unha fecha concreta contamos coas puntas de lanza de Aranga e Bretoña¹⁰⁰ e de cronoloxía nos lindes xa do mundo medieval co puñal morisco da Cova do Rei Cintolo¹⁰¹, e un estribo de Bretoña. Non son raras as cruces de metal esmaltadas do século XII e outras pezas de uso relixioso como cruces e incensarios xa góticos.

Vidro

Numéricamente os achados de pezas de vidro son aínda máis escasos que as de metal pero comprende sinalar a presenza nalgúns xacementos, como Moraima ou no Pazo do Bispo de Ourense, de unha serie de vidros planos, circulares e co borde engrosado pola dobladura sobre si mesmo, que Chamoso considera poden ser platos litúrxicos¹⁰², aunque pola súa propia abundancia relativa resulta algo estrano, parecéndonos que poidera tratarse millor de vidros para fiestras. Nas excavacións da Catedral de Santiago apareceron algúns vidros que se consideraron pezas de importación¹⁰³.

Oso

A pesares do seu emprego documentado polas informacións escritas os restos conservados son escasos, pero pola súa natureza coidamos de interés reseñar a súa existencia. Trátase do remate de báculo e dos peites litúrxicos que están no chamado «Tesoro de San Rosendo» que procedente do mosteiro de Celanova se garda na Catedral de Ourense¹⁰⁴.

Lugo», BCPMLugo, IX, 17-24.; M. NUÑEZ RODRIGUEZ, «Las artes metálicas de la Galicia prerrománica», BCPMLugo, IX, 283-291.

¹⁰⁰ Materiais inéditos procedentes das excavacións de Chamoso Lamas.

¹⁰¹ J. TRAPERO PARDO, «De la Prehistoria Lucense. El puñal de la cueva del Rey Cintolo», BCPMLugo, II, 197-199.

¹⁰² Cfr. nota 20.

¹⁰³ GUERRA CAMPOS, Excavaciones, cit.

¹⁰⁴ M. CHAMOSO LAMAS, El Museo de la Catedral de Orense, Ourense, 1958.

Madeira

Anque non son tampouco moitos os úteis conservados deste material hai que reseñar algúns pertencentes a cachas de navalla, fragmentos de pratos e cuncas e, sobor de todo, algunhas caixas de reliquias¹⁰⁵ que nos sitúan ante o feito da madeira como elemento da vida cotidián dun xeito moi activo.

Pedra

Os materiais pétreos son do millor conservado e a súa análise estilística permite afinar unha maior aproximación cronolóxica para as pezas que son elementos constructivos, pero non consideramos agora estas pezas, senon aquelas que forman parte do utillaxe habitual. Nesta liña soio cabe destacar a existencia de unha serie de pezas pequenas, esquistos e pizarras, nas que se abriron cuños de formas xeometrizadas: rosetas, círculos, sogueados, etc., e que deben de servir para o repuxado de pequenas pezas metálicas. Compre destacar a súa presenza entre os fondos do Museo de Lugo — sen procedencia definida — e no Museo de Ourense.

Ceràmica

Sen dúbida é o material máis abundante, pero as dificultades de poder establecer series son moi grandes pois si cabe sinalar a súa presenza en todos os xacementos e mesmo en bó número doutros somentes prospectados, as descripcións son escasas. Recentemente elaboramos unha aproximación ó tema polo que non consideramos de interés repetir in extenso a presentación realizada¹⁰⁶, razón que nos leva a tentar unha visión por riba do tema.

As ceràmicas da primeira etapa presentan unha evidente continuidade con mundo tardorromano, son practicamente às mesmas, pero pronto a carón delas aparecen outras especies que retoman algúns motivos decorativos que xa coñecemos do mundo castrexo pero moi simplificados.

Nos séculos IX ó XI podemos recoñecer tres grupos ceràmicos. Un constituído por ceràmicas de coloracións roxizas/acastañadas, feita a máñ pero non rugosas polo acabado por espatula ou mesmo pulido. A única forma é unha «xarra/botella» do Monte Liboreiro e unha pàtena e caliz de San Pedro de

¹⁰⁵ Cfr. a título de exemplo B. PEREZ OUTEIRIÑO, «A ara de San Mamede de Urrós», BAur., IX, (1979), 295-300.

¹⁰⁶ J. SUAREZ, F. FARIÑA y R. GIMENO, «La ceràmica altomedieval en Galicia». En prensa.

Visma (Coruña). O segundo, pouco definido polo de agora, é semellante ó anterior, pero a cor das pastas é gris con diversas tonalidades; non existen formas completas nin decoradas. O terceiro e último grupo, que está representado por pezas do Castelo de Mós, Pena Goia, tamén recoñecible en Liboreiro e «abrigos» do Morrazo; nas formas dominan as oliñas de borde exvasado con labio plano vertical ou oblicuo, pero tamén hai xerras e xarriñas. Decorativamente predominan as impresións de dedos e unhas sobre o borde ou cordons aplicados; hai tamén peiteados e tamén incisións de liñas continuas e onduladas.

A partires do século XI, anque sen moita precisión de detalle, evidenciase na ceràmica galega un notorio cambio na súa aparencia externa e incluso tecno-formal, marcado pola presenza de producións de cor gris, con matices pero nas que domina o gris perla, que van a agalvanizar a ceràmica galega até o século XIII e unha forte implantación cara ó futuro. Trátase de ceràmica feita con lume reductor, anque irregular, con deficiencias no modelado, que parece feito a man e regularizado con torno logo. Formalmente encontramos unha meirande variedade formal, con fondos planos e corpos globulares, anque hai tamén algunhas formas abertas como se se tratase de fontes. No grupo das xarras/xerras continúan con corpo globular, pero con boca pinzada e pico vertedeiro. Hai tamén abondosas formas perforadas, coladores o queixeiras, do mesmo que algunhas tapadeiras recoñecible na súa decoración de ondas e o típico botón de asir central. As decoracións, anque máis variadas na súa combinación segue a ser corta nos temas e formas; emporiso aparecen agora unha serie de materiais con pintura bermella aplicada sobre a pasta gris e por veces con pintura branca por riba.

Para o mundo baixomedieval, peor coñecido, citar a continuidade das ceràmicas grises, que neste momento acadan a súa millor calidade, a aparición de producións a lume oxidante aínda sen definir, e a presenza progresivamente notoria das louzas vidriadas, cuns primeiros exemplos de orixe andalusí na etapa anterior e continuidade agora con importación de louza nazarí e especialmente mudejar (cecais ó final do medievo aparezan os primeiros vedríos locais).

DEBATE

Fermín Perez Losada — Queria fazer uma série de três perguntas, tanto ao Prof. Ferreira de Almeida como aos Dr.^{es} Fariña e Suarez Otero. A primeira refere-se à base do povoamento da Alta Idade Média e da chamada Antiguidade Tardia, ou seja, a época germânica, época suévica, no que toca à organização do espaço, tipologia dos povoados, ocupação dos território. Tem como base por um lado o povoamento de tipo castrejo, evidentemente aqueles castros romanizados que sobrevivem durante a época romana ou aqueles que foram reocupados, pelo menos os que foram reocupados no séc. IV e de que parece haver bastantes — isso por um lado. Por outro, o povoamento, vamos chamar-lhe estritamente romano, e neste aspecto estou-me referindo às *villae*, por um lado, aos casais, inclusivamente aos *vici*, esse tipo de povoamento de criação estritamente romana, e por último o contributo especificamente medieval. A minha pergunta é: seria possível quantificar — isso é difícil — mas, pelo menos, discernir no povoamento alto-medieval do NW, que elementos provêm do povoamento castrejo romanizado, que elementos do povoamento estritamente romano, e que elementos são de criação especificamente medieval? Se não quantificar, pelo menos tentar dizer qual é desses três factores o que mais influi no povoamento medieval. A segunda pergunta diz respeito à palavra *villa*. Como bem sabem, *villa* em época romana serve para designar uma casa de campo, com dupla função, ou seja, uma função habitacional onde vive o *dominus* e uma função de tipo agro-pecuário, ou seja, uma granja. Mas esta palavra na época medieval não tem esse significado, quer dizer simplesmente uma aldeia, um agrupamento de casas rurais. Seria possível saber quando se produz essa mutação de significado? Por ex., em todos os documentos famosos (estou-me a lembrar do documento do bispo D. Ario, de Lugo, salvo erro datado do séc. VII, e em toda uma série de documentos publicados nos *Diplomata et Chartae* e estudados por Alberto Sampaio na sua famosa tese sobre as *villae* no Norte de Portugal), quando falam nessas *villae* «per sus terminus antiquus», vocês interpretam essa palavra, utilizada nesse contexto, já com o significado medieval, como uma aldeia, ou crêem que nesse momento ainda se está a falar de *villa* com o significado estritamente romano? A terceira pergunta tem que ver com a questão do cristianismo. Quero saber se estão de acordo com as teorias tradicionais — por ex., há um artigo de Blanco Freijeiro que fala disto — em que a implantação do cristianismo, dos primeiros cristãos na zona do Noroeste hispânico, se faz «à revelia» das *villae* romanas e, de acordo com

a teoria do eremitismo, através da instalação de indivíduos em locais isolados, ou antes, como outra corrente parece indicar, a extensão do cristianismo faz-se preferentemente pela cristianização dos castros, daqueles evidentemente que tinham ainda vida na época romana, como parecem indicar certos estudos que incidem sobre a cristianização dos castros, a implantação de ermidas na parte superior, etc.

José Suarez Otero — Respondendo à primeira pergunta: dado que me concentrei mais no que era programatização, do que na descrição de certos factos, posso não ter deixado claro que quando falávamos desses problemas (de ocupações, etc.) estávamos a referir-nos a um possível habitat dos tempos do imediato início da Idade Média, que não têm nada que ver com os povoados alto-medievais. Neste momento, com os dados que temos, constatamos que uma realidade não tem nada a ver com a outra. Em princípio parece haver uma ruptura importante na implantação do povoamento no séc. VIII, embora haja variações regionais. Entre outras coisas, não entendemos que a *villa* alto-medieval seja uma aldeia, mas um território. Apesar da confusão a que se presta a documentação, parece que as referências constantes a elementos adicionais, inclusivamente elementos de espaços de aproveitamento, faz pensar que a *villa* é mais um território do que uma aldeia, a qual estaria mais ligada à ideia de casal e outros termos desse tipo. No que se refere exclusivamente — estou a falar em relação à Alta Idade Média em sentido estrito, ou mudança de milénio, sécs. XI, X inclusivamente séc. IX — ao registo arqueológico, que foi o que visámos aqui, a realidade tipo ocupacional desse momento tem muito pouco ou nada que ver com a de um momento anterior. Salvo nos casos que citei antes, omde há um aproveitamento de um mesmo lugar por duas realidades distintas, como seja uma ocupação por um núcleo de camponeses ou por um senhor em época romana e depois na Alta Idade Média. Afirmei que evidentemente essas são duas realidades materiais distintas, mas que podem ter por detrás uma explicação que não solucione especificamente essa recorrência. Há uma grande diferença arqueológica, na realidade física da ocupação, entre os dois mundos.

Carlos Alberto Ferreira de Almeida — De entre as três grandes questões que colocou, eu tenho, no território português, algumas achegas. De resto, para se responder às suas perguntas é preciso investigar e certamente os nossos netos ainda terão coisas para descobrir. Quanto à evolução do povoamento romano-alti-medieval, há efectivamente falta de escavações. Devemo-nos ater a um documento que já tive a necessidade de estudar, o Paroquial Suévico, e que não tem sido muito aproveitado para estas fases. O Paroquial Suévico, mais ou menos datável à volta de 580, dá para a diocese do Porto 25 igrejas (não paróquias — o documento chama-se Paroquial mas creio que está mal intitulado) matrizes, com pia baptismal, certamente chefiadas por um presbítero,

tendencialmente até por um bispo. Destas 25 igrejas, 7 estão, como diz o documento, «*in pago*», num terreno agrícola de povoamento disperso, e as 18 restantes estão «*in vicino*», estão em *vicus*. Curiosamente alguns destes *vicus* (caso de «Villa Gomedei», caso por ex. de Meinedo) foram na época romana, segundo tudo indica, vilas, meras vilas. Portanto suponho que há certamente uma redução nas cidades, mas há certamente um certo desenvolvimento de povoados, dos *vici* que, como diz Isidoro de Sevilha — são aglomerados arruados sem defesa. Suponho que possa ter havido um certo desenvolvimento deste tipo de povoado depois da queda do império romano. Acerca das vilas, recordou Alberto Sampaio; pois recordêmo-lo. Ele colocou as vilas medievais como tema nuclear de investigação, ao qual nunca mais se voltou a sério. São problemas que nos afectam ainda hoje. Alberto Sampaio resolveu a questão baseado num livro clássico da jurisprudência romana e na documentação do tempo. Resolveu mal, mas foi um grande homem, que colocou, como disse, esse problema fulcral no centro de um livro de investigação. Creio que entre a vila romana, a da primeira reconquista e a vila do séc. XII há enormes diferenças. Concretamente conhecemos da documentação dos princípios do séc. X duas vilas, vilas «*eclesias*», mormente uma, que é sumamente importante, a do documento nº13 dos *Diplomata et Chartae*, de 906. Nós podemos localizar perfeitamente esta vila, ocupando todo um pequeno vale do rio Covo, mais ou menos com 5 km. por 4. Portanto, talvez uns 2.000 ha. de terra. Esta *vila-eclesia* de Santa Eulália, de 906, com igreja na parte mais alta, vai ter 7 *eclesias* nos fins do séc. XI, princípios do séc. XII, segundo Avelino de Jesus da Costa, e vai formar 5 paróquias modernas. Contudo, a partir daí, por ex. em Canedo, temos documentado no séc. XII o lugar de Vilares (vilar, vilal, o terreno da vila), em que vila significa casa, um casal, um lugar de aldeia, há efectivamente uma redução cada vez maior e uma polissemia da palavra. Mas a documentação que nós temos para Portugal do séc. X — para rio Covo e para S. João de Ver («*dão à vila*») — da reconquista, certamente uma coisa própria do Norte de Portugal, um terreno que foi ermado, uma terra que sofreu ermamento maior ou menor conforme as regiões e, num grau discutível, a vila foi cada vez mais, à medida que a Idade Média foi avançando, reduzindo o seu espaço. No séc. XII, a palavra começa a significar também um aglomerado tendencialmente arruado. Quanto ao cristianismo, eu suponho que é mais um fenómeno das elites, mais relacionado com os latifúndios, a partir do séc. V. É um fenómeno de clientelismo. Converte-se o senhor e todos os seus clientes, toda a pessoa se converte. É a minha ideia, e não há dúvida nenhuma disso, a partir dos fins do séc. IV, princípios do séc. V.

Francisco Fariña Busto — Em relação ao cristianismo penso que os estudos de referência para o âmbito galego são os de Diaz e Diaz que repetidamente retomou o tema da origem, introdução e das tradições de santos, ou das tradições literárias e dos restos arqueológicos antes utilizados na definição da

introdução do cristianismo. Parece-me que qualquer pessoa que entre nesse tema deveria ir na linha desse autor, com artigos publicados desde o Colóquio Milenário de Lugo em diante, e nos últimos anos dentro do programa universitário de investigação «Galiza antes de 1.500», de que têm saído no «Compostelano» uns 20 trabalhos nessa mesma linha. Em relação às vilas há também que recordar que a definição de vila romana resulta de um acordo de investigação obtido numa reunião em Londres em que se acordou chamar «vila» a um conceito relativo a uma realidade edificada, com uns determinados tipos de pavimentos, mosaicos e com uns âmbitos de expressão concretos e consequentemente poderíamos ir por aí também. De qualquer modo, na esteira do contributo de Alberto Sampaio, com umas visões completamente distintas mas manejando toda a documentação dos cartulários de Celanova, temos os estudos de Ruben, Garcia Alva (há dois livros sobre a Galiza e os galegos na Idade Média que recolhem e sintetizam todos os estudos que ele tem publicado nas revistas de especialidade sobre o problema da vila, da quinta, etc.). São contributos para a definição do que é um lugar, do que é um território. A informação sobre um dos povoados do séc. X, que é a «vila vildualbi», inclui uma descrição de entidades correspondentes a tipos de propriedade diferentes, e marca a conceptualização de um território definido, e a definição é por «terminus antiquus», o que significa que equivale a uma territorialização senhorial (ou pré-feudal, de que se tem falado muitas vezes a partir do séc. III)...

C.A.F.A. — Eu suponho mesmo que para o Noroeste, em vez da vila romana — nesta época da Alta Idade Média e mesmo na época romana — sobre a qual temos o conceito de um território extenso, contínuo, valesse mais o conceito de *fundus* («fundus cantabriano», etc.) — e o Paroquial Suévico é um bom testemunho disso, embora cite algumas vilas. O *fundus* certamente não equivale a esse conceito de «vila», de território contínuo. Mas há que ver realmente isso, porque o Paroquial Suévico cita diversos *fundus* que deram origem a paróquias suélicas.

F.F.B. — Finalmente, pela minha parte, vou ultimar a minha intervenção. Quanto a quantificar, estamos quantificando realmente misérias; com os dados que temos, fazer estatísticas não serviria para nada. É que nos estamos a referir, não estritamente a aspectos de povoado alto-medieval definido, mas a materiais com uma cronologia atribuída ao mundo dos sécs. VI-VII aparecidos noutros meios arqueológicos melhor definidos, e que aqui não se articulam com elementos concretos. Dou um exemplo muito evidente: as escavações de Chamoso em Bretoña, em San Martín de Mondoñedo, evidenciaram uma realidade arqueológica muito precisa. Além das sepulturas das necrópoles que estão por cima de uma estrutura anterior, aparece uma outra estrutura que Chamoso considera «mosteiro máximo», mas o único dado que temos sobre um

«mosteiro máximo» é o facto de que um bispo de um «mosteiro máximo» aparece a assinar num concílio de Lugo no ano de 599. Quantificar? Pois estamos a dizer que há 3 fragmentos de não sei que tipo de materiais que apareceram no castro de Fiães, outros que apareceram em Lugo e outros que apareceram em Viladonga. Estamos a manejar indícios de povoamento. E procuramos aproximar-nos de uma realidade interpretativa do território a partir desses indícios. Portanto, a quantificação pode ser uma teoria muito divertida mas não é mais do que construir na água.

Víctor Polo Sánchez — Podemos assinalar diferenças entre a Arqueologia medieval do Norte de Portugal e a da Galiza? Não vem isto corroborar o que disse o Presidente do nosso Colóquio, Doutor Vítor, no sentido de que se devia unir os estudos de portugueses e espanhóis em Arqueologia? Não há diferenças?...

F.F.B. — Portugal é uma realidade política a partir de Afonso Henriques, no séc. XII. Estamos a falar de uma realidade operativa unitária bastante mais clara anteriormente. Quer dizer, há diferenças, estamos na mesma linha do que se dizia antes quando se falava de castrejo. Há indubitavelmente diferenças — de materiais, de relação topográfica das estações com a paisagem agrária, etc. Não é crer num determinismo geográfico, mas há respostas a condições concretas que dão morfologias distintas, ainda que possam corresponder a afirmações e ideias concretas e operativas a nível geral.

F.L.P. — Serei muito breve. Referi-me ao artigo de Blanco Freijeiro sobre cristianismo, apresentado num Colóquio sobre Prisciliano. Sei que quantificar é muito mais difícil, mas queria perguntar se se pode dizer que o povoamento alto-medieval e da Antiguidade Tardia, época germânica, tem continuidade em relação à época romana, ou há um hiato claro, uma ruptura? Há uma criação estritamente medieval ou continuidade com a época romana?

C.A.F.A. — Tudo indica que, culturalmente, em termos de habitat, a Alta Idade Média, no seu primeiro período, visigótico e suévico, é em tudo uma perduração e uma evolução em relação à época tardo-romana. Isso aparece ao nível da cerâmica, e em tudo. É a minha ideia.

J.S.O. — Simplesmente diria que a partir daí a ruptura também parece clara. As possíveis coincidências ou convergências que pode haver em aspectos determinados não implicam que se possam identificar ou correlacionar ambos os povoamentos. Estou a falar a partir do séc. VIII em diante.

C.A.F.A. — E eu diria mais: os testemunhos suévicos nórdicos, merovíngicos, aparecem sobre jazidas que também dão coisas locais e tardo-romanas. Quer em Cerveira, quer na Facha, quer em Fiães.

NOTAS PARA O ESTUDO DO PERÍODO CASTREJO-ROMANO NO CONCELHO DE AROUCA

por

António Manuel dos Santos Pinto da Silva *

O concelho de Arouca localiza-se na faixa beirã situada entre os rios Douro e Vouga.

Ocupa uma área genericamente montanhosa e de cobertura florestal, sendo as altitudes dominantes as situadas entre os 200 e os 600 metros, com excepção da parte meridional do concelho, que abrange parte da Serra da Freita. Com efeito, para sul do Arda, os relevos ultrapassam rapidamente os 600 m. até às superfícies aplanadas culminantes da Freita, serra que com as do Arestal e da Arada forma o que desde Amorim GIRÃO (1922) se vem designando por Maçico da Gralheira e que tem altitudes máximas perto da cota dos 1100 metros.

Do ponto de vista litológico, a região divide-se genericamente entre zonas de xistos e de granitos, ou, mais concretamente, por áreas de rochas integráveis no chamado complexo xisto-grauváquico (xistos, quartzitos, grauvaques, etc.), usualmente considerado de idade câmbrica e precâmbrica superior (FERREIRA, 1978: 15); e zonas formadas por granitos de orogenia hercínica, alcalinos ou mais geralmente de tendência alcalina (CORDEIRO, 1986 a: 7; PEREIRA, 1980), destacando-se ainda a grande mancha de quartzodioritos biotíticos que integram o maçico de Arouca (*id.*).

Além da constituição litológica, razões de ordem tectónica estrutural e morfoclimáticas determinaram o modelado dos relevos da região de Arouca, como o demonstrou Rochette CORDEIRO (1986a), na sequência, aliás, de trabalhos anteriores (FERREIRA, 1978).

No aspecto hidrográfico, são dois os principais rios que cruzam o concelho: o Arda e o Paiva. Se bem que ambos integrados na bacia hidrográfica do Douro, características diversas os diferenciam. O Paiva, que em Arouca cumpre apenas uma etapa do seu longo traçado desde a Serra da Nave, atravessa

* Centro de Arqueologia de Arouca, Ap. 39 — 4540 AROUCA

a parte leste do concelho. Profundo e frequentemente caudaloso, corre geralmente encaixado com numerosos meandros e quedas de declive. O Arda, formado na veiga de Arouca pela confluência de diversos ribeiros, apresenta ao longo do seu curso um caudal mais modesto, apesar da multiplicidade de linhas de água que a ele afluem. Para a drenagem desta região contribui ainda o Caima, que nasce na Serra da Freita, mas em ínfima proporção, uma vez que o seu curso se orienta para SW e só em escassos quilómetros percorre as terras de Arouca (Fig. 6).

A região mais litoral entre o Douro e o Vouga encontra-se extremamente carenciada de trabalhos arqueológicos de metodologia científica moderna, seja no domínio da arqueologia castrejo-romana, seja no tocante a outras épocas.

Após os esforços pioneiros de homens como Alberto SOUTO (1942) ou Rocha MADAHIL (1941) e além dos trabalhos de Albuquerque e Castro e outros arqueólogos em meados do século, no domínio do megalitismo (CASTRO, 1957), só recentemente se vem assistindo ao reavivar da investigação arqueológica sistemática, mas apenas para zonas muito localizadas¹.

No capítulo que particularmente nos interessa — o conhecimento do período castrejo e da romanização — bastam os dedos de uma mão para enumerar as estações arqueológicas intervencionadas com metodologia adequada; cálculo que diz respeito, note-se, a uma área correspondente a cerca de uma dúzia de concelhos, para sul de Gaia até ao Vouga. Nomeadamente, devemos indicar a escavação dos castros de Romariz (SILVA, A. C. F., 1982; 1986) e Fiães (ALMEIDA, 1971; 1972a-b), na Feira e de UI, em Oliveira de Azeméis (MARQUES, 1986; 1987), além de alguns outros trabalhos que por diversas razões resultaram inconsequentes ou não tiveram a necessária continuidade². Todas estas escavações, por outro lado, têm incidido em povoados, olvidando estações doutras tipologias.

Desta forma, a região de Arouca encontra-se numa área em que o conhecimento sobre a época castrejo-romana é ainda muito lacunar.

Interessa, assim, obter informação que permita relacionar melhor a cultura castreja e a romanização desta região com os dados conhecidos para a área a Norte do Douro, por um lado; e por outro que possibilite a compreensão do modo como a Beira Litoral Norte se articula com a proto-história da Beira Alta e com as estações similares mais meridionais da zona do Mondego.

É no sentido de contribuir para a clarificação de toda esta problemática que temos em curso na região de Arouca um projecto de investigação em

¹ Como é o caso de Arouca, onde nos últimos cinco anos se vem procedendo a trabalho arqueológico sequente e planificado para o estudo do megalitismo. Cfr., por exemplo, SILVA, F.A.P., 1986, 1987a, 1987b.

² Cfr. MADAHIL, 1941; BRANDÃO, F.A., 1982; VAZ, 1982, 1983.

relação ao povoamento castrejo-romano.

Na verdade, o concelho de Arouca exemplifica bastante bem o panorama que traçamos para a globalidade da região envolvente. Embora estejam referenciados há bastante tempo alguns castros e, pelo menos, uma necrópole importante (Alvariça, Espiunca), só no presente ano se iniciaram trabalhos arqueológicos prévios numa dessas estações, o Castro de Valinhas, na freguesia de S.^{ta} Eulália³.

Além de referências avulsas de autores antigos ou monógrafos locais (PINHO LEAL, 1873-90; SIMÕES JÚNIOR, 1959; SILVA, F.A.P., s/ d), os estudos publicados relacionados com este período cronológico incidem particularmente em trabalhos de natureza epigráfica (ALMEIDA, 1959; LAMBRINO, 1959-60; BRANDÃO, 1961a-b; 1962a; 1987) ou noticiam achados isolados de peças metálicas proto-históricas (SIMÕES JÚNIOR, 1962; BRANDÃO, 1962b). Recentemente, intentámos a revisão de toda a informação publicada, tendente a um primeiro balanço da investigação arqueológica naquele domínio (SILVA, 1987b). Por outro lado, importa acrescentar que a investigação tem avançado noutras áreas cronológicas, particularmente no tocante ao megalitismo⁴, mas também em aspectos relacionados com a arqueologia medieval (GUIMARÃES, 1987; SILVA, 1987a; 1988).

No presente trabalho voluntariamente omitimos a referência aos monumentos epigráficos, bem como aos achados avulsos (como os de natureza numismática) e ainda à problemática ligada à viação romana⁵. Preferimos, de facto, fazer incidir a nossa atenção nos espaços habitacionais e necrópoles, por entendermos serem linhas de estudo axiais para compreender o povoamento antigo de uma região.

Começando pela referência às áreas cemiteriais já detectadas dentro dos limites do concelho, sem dúvida que a necrópole mais relevante, ao momento, é a de Alvariça, na freguesia de Espiunca.

Aí apareceu nos meados do século um cemitério romano com abundante espólio cerâmico e epigráfico. As sepulturas eram «quadrangulares e formadas por lâminas de xisto» (SILVA, F.A.P., s/d) e neste mesmo material se achou um interessante conjunto de sete estelas funerárias que serviram de cabeceiras de sepultura» (BRANDÃO, 1962a). O rito de enterramento praticado foi a incineração (*id.*) e o espólio funerário das sepulturas era composto por bilhas, púcaros e pratos, alguns ostentando grafitos, além de um numisma datado da época de Galieno (SIMÕES JÚNIOR, 1959). Os materiais cerâmicos asseme-

³ Trabalhos de nossa responsabilidade, com a competente autorização do IPPC, que decorreram em Agosto de 1988.

⁴ V. nota 1.

⁵ Aspectos que já abordámos em trabalho precedente (SILVA, 1987b).

lham-se aos habitualmente encontrados em necrópoles tardo-romanas e a necrópole de Alvariza vem sendo datada, sobretudo a partir dos caracteres epigráficos das estelas, dos séculos IV ou V (BRANDÃO, 1962a). Se as epígrafes foram já, pelo menos parcialmente, publicadas por D. Domingos de Pinho BRANDÃO (1962a; 1987), o espólio cerâmico, conservado no Museu do Seminário Maior do Porto, aguarda estudo e publicação, o que esperamos venha a suceder proximamente⁶.

Na freguesia de Escariz, em Vale Lameiro, foi detectado na abertura de um caminho, há cerca de 30 anos, um outro conjunto de sepulturas. A necrópole, situada a uma cota de cerca de 490 metros, ocupa uma área ligeiramente sobre-elevada em relação aos terrenos envolventes, de lameiro. Foi ainda possível em 1987 documentar uma das sepulturas cavadas na rocha (Figuras 1 e 2). Uma vez que a descoberta desta necrópole ocorreu há já algumas décadas, a memória local não é muito precisa acerca do estado das sepulturas na altura do seu achado. Todavia, há recordação de cerca de seis sepulturas, cobertas por lajes de pedra e, pelo menos alguma, forrada internamente de telha; algumas (?) conteriam um vaso. Acrescente-se a existência de uma tradição que liga o sítio à localização de uma antiga igreja⁷.

Estão ainda assinaladas necrópoles noutras locais do concelho, como junto à capela de S. Tiago de Valinhas (S.^{ta} Eulália), onde há cerca de duas décadas se encontraram «túmulos graníticos», parte dos quais, pelo menos, foram destruídos na altura (SILVA, F., 1986); ou em Belece, S. Miguel do Mato, onde sepulturas, segundo a tradição com espólio cerâmico, foram igualmente desmanteladas para a abertura de um caminho⁸, mas aqui, como em Vale Lameiro, só acções de escavação arqueológica, previstas, aliás, a médio prazo, solucionarão as questões que se levantam, mormente no tocante à sua datação.

No respeitante à localização dos espaços habitacionais, temo-nos defrontado com algumas dificuldades. Na verdade, a cobertura florestal de grande parte do concelho⁹, o facto de só nos últimos cinco anos vir a efectuar-se actividade arqueológica sistemática no concelho e outras razões (SILVA,

⁶ Por carta que D. Domingos de Pinho Brandão nos remeteu em 25 de Julho de 1988 (assinada por Manuel Joaquim Moreira da Rocha, um dos seus mais directos colaboradores), temos conhecimento que D. Domingos tencionava efectuar a publicação «ainda este ano» de um conjunto de estudos relacionados com materiais arqueológicos de Arouca. Aquela carta explicita ainda que o próprio M. J. Moreira da Rocha se encarregaria de tal trabalho se a saúde de D. Domingos não lhe permitisse realizar tais planos.

⁷ Agradecemos ao nosso amigo e colega Fernando Augusto Pereira da Silva a informação sobre esta necrópole, bem como a cedência das fotos incluídas neste trabalho.

⁸ Agradecemos a Miguel Silva Pinho, estudante da Universidade Portucalense, que se tem revelado particularmente interessado na arqueologia da região.

⁹ Segundo dados de 1978, 15 094 dos 32 800 ha da superfície do concelho eram constituídos por áreas florestadas (MAI, 1981).

1987b) dificultam muito o trabalho de prospecção que temos vindo a realizar. Na realidade, a maior parte das áreas de monte encontram-se cobertas por uma espessa camada de deposição vegetal, o que torna extremamente rara a detecção de materiais de superfície ou de quaisquer estruturas.

Naturalmente, em muitos locais a microtoponímia parece fornecer indicações bastante interessantes, e nalguns deles a própria topografia do terreno ajusta-se modelarmente às estratégias de implantação castreja que para outras regiões têm sido enunciadas. Todavia, após o reconhecimento de muitos desses locais, constata-se frequentemente que só a escavação ou o acaso de um achado fortuito poderão comprovar, ou infirmar, o interesse arqueológico desses sítios.

Caso que nos parece curioso é a aparente verificação de que a destruição completa das estruturas visíveis desses locais ocorreu há já alguns séculos.

Na realidade, referindo-se ao Castro de Valinhas, parcialmente sobreposto por uma ocupação medieval, as informações do pároco local às *Memórias Paroquiais* de 1758 afirmam laconicamente que «houve no sítio de S. João de Valinhas (...) um castelo que fora dos mouros, mas dele não há vestígio algum» (BRANDÃO, 1956-57).

A propósito do Monte Castêlo de Mansores, local rico de tradições e topónimos e onde Pinho Leal indica terem aparecido materiais metálicos (SILVA, 1987b), as mesmas *Memórias Paroquiais* registaram para a história a informação de «um castelo que dizem houve dos Mouros que já dele nada existe só o sítio» (*id.*).

Finalmente, acerca do Monte Curuto, em Escariz, o autor do *Portugal Antigo e Moderno*, que aliás morou nas proximidades (SILVA, 1987b), informa em meados do século passado: «Examinei muitas vezes o Cruto com todo o vagar e não vejo alli o minimo vestígio de qualquer casta de edificios» (PINHO LEAL, 1873-90: II, 451).

E no entanto, o Monte Curuto é das estações da região que fornece mais material cerâmico de superfície. Trata-se de um cabeço cónico, em grande parte esventrado por pedreiras, a uma cota de 510 metros e cuja implantação domina uma grande área em redor. Cerâmicas de aspecto medieval (algumas, eventualmente, castrejas) têm aparecido juntamente com fragmentos de cerâmica carenada e utensilagem em sílex que podem, eventualmente, indiciar ocupação da Idade do Bronze (SILVA, F.A.P., 1988). Nas imediações ocorreu também um achado monetário, atribuído na altura à Baixa Idade Média (PINHO, s/d).

No Monte Valinhas (Fig. 3) efectuámos este ano trabalhos de limpeza e levantamento que permitiram detectar uma espessa camada pétreia de derrube e abundantes fragmentos cerâmicos de tipo medieval e castrejo, o que, pelo menos, torna algo estranha a informação remetida em meados do século XVIII para as *Memórias Paroquiais*.

Embora os trabalhos arqueológicos que vimos realizando em Arouca estejam ainda numa fase muito incipiente, algumas questões se poderão colocar, particularmente no tocante à localização do *habitat* castrejo.

Por um lado, o número relativamente pequeno de castros referenciados até ao momento pode sugerir uma baixa densidade populacional no período proto-histórico, à semelhança, aliás, do que sucede hodiernamente¹⁰.

Para esta circunstância concorre decerto o carácter montanhoso do concelho e a fraca percentagem de solos com aptidão agrícola. Na realidade, apenas cerca de 10% dos solos de Arouca têm capacidade agrícola, dos quais, só cerca de 3%, situados nalguns «fundos de vale sedimentares», são classificáveis como solos de tipo A (MAI, 1981). Desta forma, julgamos que a localização do *habitat* castrejo em Arouca poderá ter menos que ver com factores altimétricos e mais com o domínio sobre as áreas agrícolas associadas às principais linhas de água, como aliás sínteses recentes para esta área cronológica têm salientado (SILVA, A.C.F., 1986: 23), adaptando-se multiformemente à geomorfologia da região (MARTINS, 1988: 4), sem optar, necessariamente, pelos locais mais elevados.

Ora, uma das características geomorfológicas mais marcantes no concelho é a existência de diversas formações de tipo areolar, relacionadas por Rochette CORDEIRO (1986a: 56) com processos morfogenéticos do domínio subtropical. E é precisamente no grande alvéolo de Arouca que poderemos eventualmente testar a hipótese operatória que acima enunciamos. Trata-se de um vale amplo e fértil, irrigado pelo rio Arda e linhas de água afluentes (Figuras 4 e 5).

Nesta zona verdadeiramente fulcral das terras de Arouca situam-se duas estações que podem exemplificar o que atrás dissemos: o Monte Valinhas e a Cidade de Urrô. São estações situadas em cabeços com cotas na ordem dos 400-450 metros, resultantes de níveis de erosão pliocénicos (CORDEIRO, 1986a). Valinhas domina visualmente toda a parte leste do alvéolo; o monte da Cidade situa-se precisamente numa área que controla a «entrada» do alvéolo, num local onde o Arda rompe uma garganta escarpada. E poderemos ainda mencionar o Monte da Senhora da Mó, no topo Este do mesmo alvéolo, onde não é de todo improvável vir a encontrar-se também ocupação proto-histórica.

Outra questão que certamente merecerá reflexão atenta à medida que a informação arqueológica para a região vá aumentando é a relação entre duas actividades económicas que poderão ou não ter sido complementares: a agricultura e a pastorícia. Na verdade, interessará equacionar o posicionamento dos povoados em função destes dois vectores fundamentais: a prática agrícola nas terras irrigadas das veigas e a criação de gado mais ou menos itinerante nas

¹⁰ Na verdade, o concelho de Arouca é de longe o de menor densidade populacional da região — 73 habitantes/km², segundo dados de 1970 (MAI, 1981) — e a tendência demográfica da última década aponta para um decréscimo da população.

ambiências de montanha.

Por outro lado, importa relevar o papel que a existência de jazidas metalíferas na região pode ter tido na eventual atracção de populações, particularmente na época romana. De facto, relativamente perto da área NE do concelho de Arouca, na zona de Paiva, registam-se jazidas de prata e ouro, com eventuais vestígios de exploração romana (MEDEIROS, 1964: 53); e mais a sul, em Regoufe, existe o estanho (*id.*). Para Oeste do concelho de Arouca situa-se a área do «filão metalífero» conhecido desde o século passado (RIBEIRO, 1861) e onde existe também tradição de mineração romana, particularmente nas Minas do Pintor, a sul de São João da Madeira (PEREIRA, 1980: 58, 66)¹¹.

Duas notas finais de carácter metodológico.

Na tentativa de superar a dificuldade de localização superficial de estruturas arqueológicas, levámos a cabo recentemente, com a colaboração da Universidade de Aveiro, trabalhos de prospecção no Monte Valinhas utilizando meios geofísicos. Concretamente, foi efectuado mapeamento magnético e prospecção pelo método da resistividade eléctrica¹². Trabalhos de escavação agendados para 1989 permitirão, segundo esperamos, aferir da eficácia desse tipo de prospecção naquele local.

Por outro lado, realizámos também no corrente ano uma acção de levantamento toponímico no terreno, que abrangeu áreas de quatro freguesias do concelho. Este trabalho, que teve ainda carácter experimental, contou com a colaboração de jovens integrados em programas OTL e OTJ e foi executado pela técnica do inquérito oral. Resumindo os resultados atingidos, presentemente em fase de tratamento e exploração, podemos adiantar que cerca de metade dos topónimos e microtopónimos registados e localizados não estavam ainda cartografados em qualquer das cartas disponíveis para a região, sendo alguns deles bastante sugestivos do ponto de vista daquilo a que pode chamar-se a «toponímia arqueológica». Todavia, interessa sublinhar que não entendemos o inquérito toponímico propriamente apenas como «pista» para a detecção de novas estações; mais do que isso, ele é fundamental para a compreensão da paisagem natural e para a descodificação da forma como através da linguagem ela foi sendo humanizada, o que constitui condição essencial para o conhecimento do povoamento em épocas antigas.

¹¹ Agradecemos a A. C. Ferreira da Silva ter-nos chamado a atenção para este aspecto, inicialmente omitido na apresentação pública desta comunicação nas sessões do Colóquio.

¹² Esses trabalhos foram efectuados por uma equipa dirigida pelo Prof. Senos Matias, do Departamento de Geociências da Univ. de Aveiro. Serão objecto de uma comunicação a apresentar às III Jornadas de Teledetecção e Geofísica Aplicadas à Arqueologia, a decorrer em 1989.

Finalmente, apresentamos um mapa de conjunto (Fig. 6) que resume o que para o concelho de Arouca se conhece sobre o período castrejo-romano¹³.

Arouca, 16 de Setembro de 1988

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1959), «Duas Inscrições Romanas da “Civitas Sanctae Mariae”», *Douro Litoral*, 9ª Série, I, Porto.
- Idem* (com E. dos Santos) (1971), «O Castro de Fiães», *Revista da Fac. de Letras. Série de História*, 2, Porto.
- Idem* (com E. dos Santos) (1972a), «O Castro de Fiães (II)», *Revista da Fac. de Letras. Série de História*, 3, Porto.
- Idem* (1972b), «Cerâmica romana de Fiães», *Revista da Fac. de Letras. Série de História*, 3, Porto.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1956-57), «Conheça a sua Terra», *Defesa de Arouca*, números 36 a 86, Arouca.
- Idem* (1961a), *Lápide sepulcral luso-romana de Fervedo-Arouca*, sep. LVCERNA, I,1, Porto.
- Idem* (1961b), *Ainda a inscrição de Fervedo*, sep. LVCERNA, I, 2, Porto.
- Idem* (1962a), *A Epigrafia latina do concelho de Arouca e alguns dos seus problemas*, sep. «I Colóquio Portuense de Arqueologia», Porto.
- Idem* (1962b), *Achados soltos de cobre e bronze no concelho de Arouca*, sep. «I Colóquio Portuense de Arqueologia», Porto.
- Idem* (1987), «Oito inscrições latinas funerárias do concelho de Arouca» in *Actas das I Jornadas de História e Arqueologia do concelho de Arouca*, Arouca.
- BRANDÃO, Francisco Azevedo (1982), «Notícia da localização do Castro de Ovil em Paramos», *Espinho. Boletim Cultural*, IV (14), Espinho.
- CASTRO, Luís Albuquerque e, O.V. Ferreira e A. Viana (1957), «Acerca dos monumentos dolmênicos da Bacia do Vouga», in *XXIII Cong. Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, t.VIII, Coimbra.
- CORDEIRO, António M. Rochette (1985), «Formas e formações crio-nivais na Serra da Freita», in *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*, I, Lisboa.
- Idem* (1986a), *Evolução de vertentes na Serra da Freita*, Coimbra.
- Idem* (1986b) «Análise de declives em estudo de pormenor», in *Actas do IV Colóquio Ibérico de Geografia*, Coimbra.

¹³ O mapa do concelho que aqui apresentamos reproduz o publicado em SILVA, 1987b e destina-se a indicar a distribuição de estações e achados em Arouca para o período estudado.

- FERREIRA, António de Brum (1978), *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira. Estudo de Geomorfologia*, «Memórias do C. E. G.», 4, Lisboa.
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1922), *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico*, Coimbra.
- GUIMARÃES, Gonçalves (1987), «O povoamento medieval da Terra de Arouca — Contributo para a elaboração da sua Carta Arqueológica», in *Actas das I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca*, Arouca.
- LAMBRINO, Scarlat (1959-60), *Le nom Aefus et la Cité d'Avobriga en Lvsitaniae*, sep. do «Bulletin des Études Portugaises», XXII, Lisboa.
- MAI, Ministério da Administração Interna/Comissão de Coordenação da Região do Norte (1981), *Subsídios para a Caracterização e Ordenamento do Agrupamento de Municípios de Entre Douro e Vouga*, Porto.
- MADAHIL, António G. da Rocha (1941), *Estação luso-romana do Cabeço do Vouga...*, sep. «Arquivo do Distrito de Aveiro», VII, Coimbra.
- MARQUES, José A. Maia (1986), «Castro de Ul», *Informação Arqueológica*, 7, Lisboa.
- Idem* (1987), «Castro de Ul», *Informação Arqueológica*, 8, Lisboa.
- MARTINS, Manuela (1988), *A arqueologia dos castros no norte de Portugal. Balanço e perspectivas de investigação* (conferência ao Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular, policop.), Porto, (neste vol.).
- MEDEIROS, Artur Cândido de, L.Pilar e A.P. Fernandes (1964), *Carta Geológica de Portugal na Escala de 1/50 000. Notícia explicativa da Folha 13-D — Oliveira de Azeméis*, Lisboa.
- PINHO, Miguel Silva, Isabel Vilas Boas e M^a de Fátima Pinto (s/d), *Subsídios para o inventário arqueológico de Escariz de Arouca*, policop., inéd., Porto.
- PINHO LEAL, Augusto S.A.B. de (1873-90), *Portugal Antigo e Moderno...* 12 vols., Lisboa.
- RIBEIRO, Carlos (1861), «Memória sobre um grande filão metalífero, que passa ao nascente de Albergaria-a-Velha e Oliveira de Azeméis», *Memória da Academia Real das Ciências*, t.2 (parte 2), Lisboa.
- SILVA, António Manuel dos Santos Pinto da (1987a), *O Memorial de Santo António (Sta. Eulália, Arouca) e os «marmoirais» medievais: revisão da sua problemática e propostas para uma análise globalizante*, sep. das «Actas das I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca», Arouca.
- Idem* (1987b), «Introdução ao estudo do povoamento castrejo-romano na região de Arouca», in *Actas do VI Colóquio Portuense de Arqueologia*, Porto, no prelo.
- Idem* (1988), «Algumas notas para a arqueologia medieval do concelho de Arouca», in *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, no prelo.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da e Rui Centeno (1982), «1^a Campanha de Escavações arqueológicas no Castro de Romariz (Vila da Feira, Aveiro) - 1980. Notícia sumária», *Humanidades*, 1, Porto.
- Idem* (1986) *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.
- SILVA, Filomeno (1986), «Quem protege o Castro de Valinhas?», *Jornal de Notícias*, 20 de Abril, Porto.
- SILVA, Fernando Augusto Pereira da (recolha e compilação) (s/d), *Notas sobre arqueologia recolhidas nos apontamentos inéditos, dactilografados, do Dr. Simões Júnior...*, dactilografado, inédito.
- Idem* (1986) «Monumentos megalíticos da freguesia de Escariz (Arouca). Ponto da

- situação à luz dos primeiros trabalhos», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 26 (1-4), Porto.
- Idem* (1987a), «Características do Megalitismo na freguesia de Escariz (Concelho de Arouca)», in *Actas das I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca*, Arouca.
- Idem* (1987b), «Escavação da Mamoa 2 da Aliviada (Aliviada) — Escariz. Arouca, 1984», *Arqueologia*, 15, Porto.
- Idem* (1988), «Economia e sociedade na região de Arouca, de meados do IV milénio a.C. até finais do I milénio a.C.»..., *Defesa de Arouca*, n.ºs 657-8, Arouca.
- SIMÕES JÚNIOR, Manuel Rodrigues (1959), «Arouca (Subsídios para a sua monografia)», in Vergílio Pereira, *Cancioneiro de Arouca*, Porto.
- Idem* (1962), *Pulceira celta? sep.* das *Actas do I Colóquio Portuense de Arqueologia*, Porto.
- SOUTO, Alberto (1942), *Romanização no Baixo-Vouga (Novo «oppidum», na zona de Talábriga)*, Extracto dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», IX, Porto.
- SOUTO, Dulce Alves (1958), «Subsídios para uma carta arqueológica do Distrito de Aveiro no período da romanização», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, XXIV, Coimbra.
- VAZ, João Inês, 1982 «Primeira campanha de escavações em Cristelo da Branca», *Boletim da Assoc. de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro (ADERAV)*, 6 e 7, Aveiro.
- Idem* (1983), *Escavações no Cristelo da Branca - Breves notas*, sep. «Munda», 5, Coimbra.

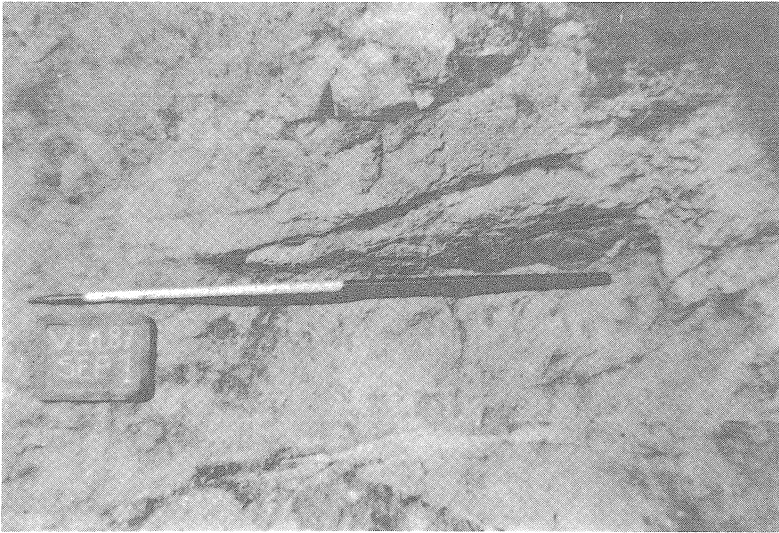


Fig. 1 — Necrópole de Vale Lameiro (Escariz).
Sepultura escavada na rocha (vista lateral).

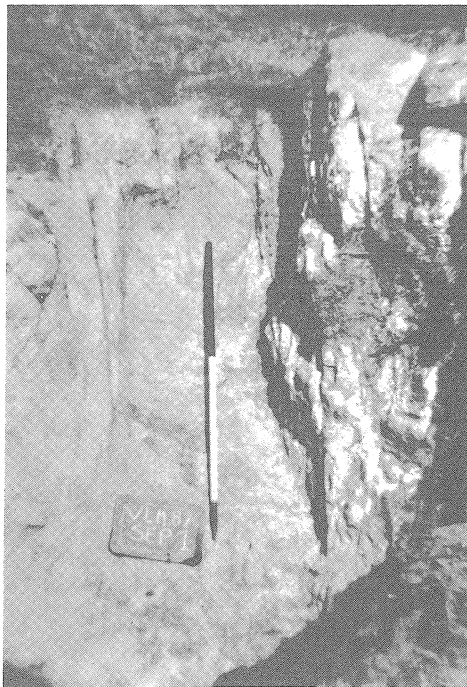


Fig. 2 — Necrópole de Vale Lameiro.
A mesma sepultura vista de topo.



Fig. 3 — Localização de Castro do Monte Valinhas (S.¹a Eulália).



Fig. 4 — Aspecto do Vale de Arouca (vista sensivelmente de SW).

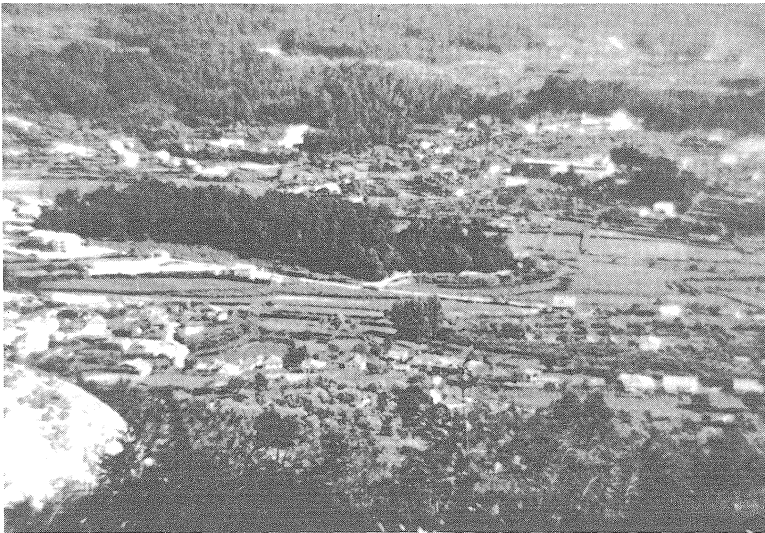


Fig. 5 — Pormenor do Vale de Arouca, visto do Monte Valinhas.

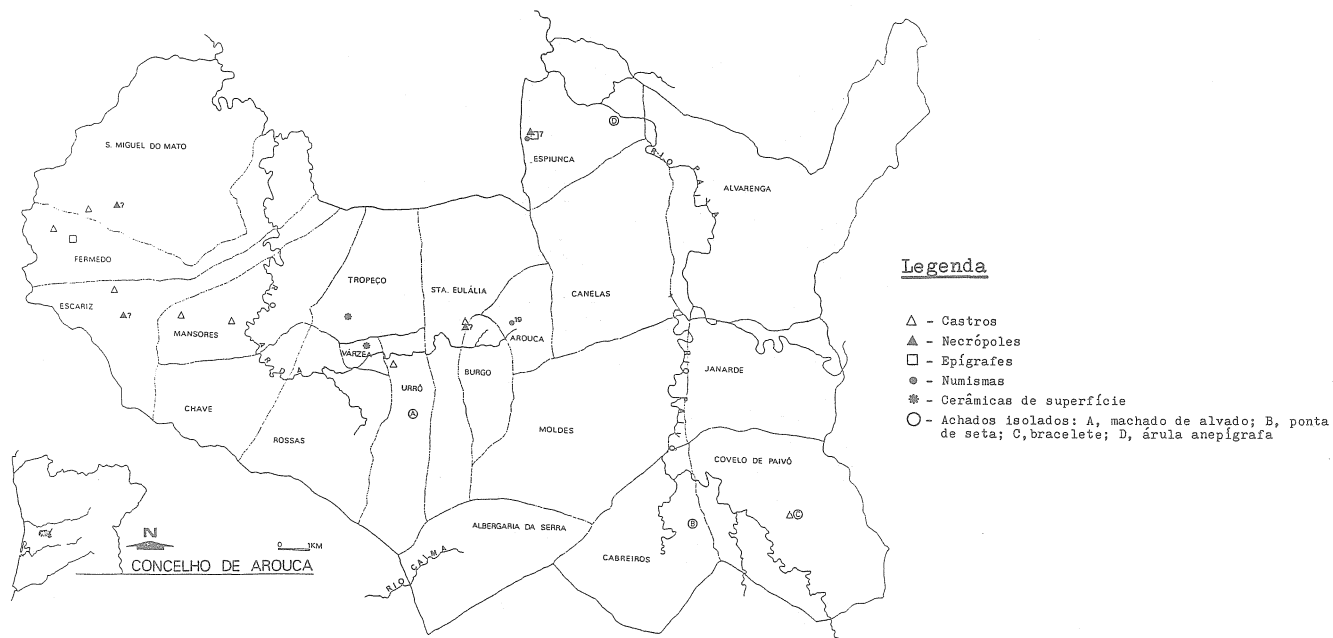


Fig. 6 — Mapa do Concelho de Arouca com a localização de estações e achados relacionáveis com período castreja-romano.

APLICACIÓN DE UN MODELO ETNOARQUEOLÓGICO A LA AGRICULTURA CASTREÑA

por

J. M. Vázquez Varela *

El creciente grado de información sobre la agricultura castreña permite diseñar hipótesis de trabajo interpretativas de algunos aspectos de esta actividad económica.

Los datos de tipo paleobotánico, infinitamente mucho más fidedignos que las fuentes literarias clásicas, y los materiales arqueológicos han enriquecido nuestro conocimiento a través del estudio del polen hallado en sedimentos arqueológicos castreños, en depósitos naturales formados en esta época y de los análisis de los restos de frutos y semillas macroscópicas localizados en las excavaciones arqueológicas a veces debido a la simple casualidad o a la aplicación de alguna técnica de recuperación de la materia orgánica, tal como la flotación.

El resultado de los análisis de frutos y semillas, es, con mucho, el que ofrece mayor información cuantitativa y cualitativa sobre los productos de la recolección y la agricultura castreña.

Si bien aún no ha concluido el largo estudio paleobotánico sobre una amplia muestra de los restos citados, procedentes de alrededor de una docena de castros, los resultados de los que disponemos son lo bastante sólidos como para iniciar la labor de interpretación.

Para el análisis de la actividad económica de los yacimientos, es totalmente necesario el conocimiento del contexto de aparición de los documentos relativos a este tema. Después del análisis contextual se usan en segundo término y como elemento menos riguroso en cuanto a la metodología de la interpretación, los paralelos bien de tipo arqueológico o etnográfico.

En este caso se van a proponer interpretaciones derivadas del estudio de las prácticas agrícolas y recolectoras de los campesinos gallegos actuales o pertenecientes al período histórico posterior a la Edad Media.

* Dpto. Historia-1. Universidad de Santiago. Galicia. España.
Grupo de Estudios Prehistóricos «Padre Carballo».

Nuestro punto de partida teórico es que el empleo de los paralelos señala analogías y no identidades entre el uso de los materiales pertenecientes al pasado y los actuales y que por lo tanto bajo ningún concepto se puede extrapolar la función y significado del cultivo de una planta actual al pasado, ya que, aunque ésta sea la misma, se encuentra en cada momento distinto de la historia en el marco de sociedades muy diferentes y puede tener muy distintas funciones y significados en los diversos contextos históricos en que fué empleada. Por ejemplo, en la cultura castreña se documenta el cultivo de un cereal de primavera, el mijo, millo miudo en gallego, *Panicum miliaceum* L., pero es evidente que el tipo de contexto técnico, económico y social de éste en la Protohistoria, es muy diferente al que había en la Galicia inmediatamente anterior a la difusión del cultivo del maíz, que arrinconó al primero o el que juega actualmente en una agricultura muy compleja donde se cultiva como una curiosidad o entretenimiento con unos fines totalmente distintos a los que tenía hace cincuenta años.

Si mediante los documentos históricos, testamentos, foros, catastros, padrones, etc., y la tradición oral, que alcanza con cierto rigor mas allá del comienzo de este siglo, se puede apreciar cómo una misma planta ha desempeñado posiciones muy distintas desde el siglo dieciseis, en cuanto a las características de su cultivo y de su uso, cabe preguntarse que validez interpretativa tiene el método de los paralelos etnográficos, ya que al menos de las diferentes coyunturas que podemos señalar para este cultivo, ninguna es igual al contexto en que éste se desarrolló en la Protohistoria de Galicia y por tanto ninguna parece más próxima que las otras a los posibles usos de la planta en el mundo castreño.

A pesar de las diferencias del valor del mijo en las cuatro distintas coyunturas de la planta, el momento anterior a la expansión temprana del maíz por el territorio, la época inmediatamente posterior a ésta, la de comienzos de siglo y la actual, hay una serie de elementos en común, unos derivados de las características biológicas de la planta y otros relacionados con los usos culturales de la misma. Sobre los primeros está claro que han permanecido invariables a lo largo de este tiempo, dado el corto espacio temporal transcurrido y las no excesivas variaciones ambientales, de acuerdo con los datos disponibles.

De modo que por el momento solo se pueden extrapolar al pasado algunas propiedades biológicas de las plantas como generalidades, pero teniendo en cuenta que un entorno distinto ha podido modificar el producto final del desarrollo de éstas. Se puede extrapolar de un modo aproximado la época de siembra, floración, madurez, la posible época de la siega, algunas de las características que debiera reunir la técnica de siega, malla, almacenamiento y elaboración del producto en alimento, pero siempre en términos muy genéricos.

Las posibilidades de extrapolar las técnicas de cultivo y el rol que juega éste en la cultura, son mucho mas limitadas por cuanto se puede comprobar en las fuentes citadas, histórica, escrita, tradición oral y etnografía, las variaciones que se han sucedido en un breve lapso de tiempo y aun dentro de una de estas épocas se puede apreciar, cuanto la documentación es valiosa, asi mismo la variabilidad del tratamiento cultural de la planta de unas áreas a otras. Por ello en modo alguno la visión actual se puede aplicar mecánicamente en la reconstrucción del pasado.

A al vista de lo expuesto parece que se ha realizado un análisis demasiado riguroso del método de los paralelos y que éste nos lleva al callejón sin salida de un hipercriticismo paralizante, ante lo que cabe responder que si esto fuese así, mas vale desde el punto de vista científico el abstenerse de juicios que legitimar teorías profundamente dañadas en su base metodológica.

De todos modos la situación es mas positiva de lo que a primera vista parece en el caso del tipo de paralelos que estamos utilizando, los del empleo de una misma planta en un mismo territorio en sus diversas formas, a través de la diacronía y de la variabilidad espacial.

En el uso de los paralelos en general puede tener valor la comparación con formas culturales alejadas en el espacio y el tiempo, pero ésto implica que tengan mayor validez los mas cercanos a las dimensiones citadas y sobre todo, si la geografía es la misma, los cambios ambientales pequeños y conocidos y la distancia temporal no es muy grande. Estas características de mayor fiabilidad del paralelo etnográfico próximo en los aspectos señalados, medio ambiental y cronológico, son de gran interés porque el medio ambiente impone cierto tipo de constricciones a todos los cultivos que se han desarrollado en el territorio a través del tiempo. El tipo de suelos, clima, vegetación, relieve, están ahí omnipotentes, favoreciendo algunos aspectos de la naturaleza y la cultura y por otro lado están frenando otros. Esto favorece una cierta convergencia en algunos aspectos de todas las culturas que se han sucedido en el territorio. En el caso del cultivo de la planta que hemos tomado como objeto de la reflexión, está claro que su uso a lo largo de todo el período de tiempo que se ha documentado, desde un momento temprano dentro del subperíodo climático subatlántico hasta el presente, ha sufrido o disfrutado, dentro de las diferencias de cada momento, de unas características ambientales mas o menos semejantes, aunque sobre ésto queda mucho por matizar, lo que ha favorecido una cierta tendencia común a lo largo del tiempo, en cuanto a las características biológicas de la planta, algunas de las cuales van a condicionar los mecanismos culturales relacionados con la misma. Pero esta constricción biológica y cultural, puede ser leve, de modo que el rol del cereal en los diferentes momentos históricos de su uso en el Noroeste ha podido ser desigual, así en el mundo castreño se cultiva al lado del trigo y de las leguminosas junto, con un papel de cierta importancia, de la recolección. En la época anterior a la

introducción del maíz, tiene bastante importancia en una agricultura donde se cultivan, entre otros cereales, el trigo, el centeno y la cebada, sin que tengamos noticias sobre la recolección de las bellotas de las diferentes especies del género *Quercus*, roble, encina, etc.

A partir de la difusión del maíz adquiere un carácter marginal tanto en el espacio como en el contexto de la producción agrícola, pero aún se emplea para la alimentación humana.

Actualmente es una curiosidad y su destino fundamental es la alimentación de la docena de gallinas dedicadas al autoabastecimiento de las familias rurales.

Así dentro de un contexto ambiental relativamente parecido, el período climático subatlántico, las variaciones en el contexto cultural han podido pesar más en los aspectos del aprovechamiento de la planta que las constricciones ambientales, por ello aunque la proximidad geográfica y ecológica del paralelo cuanto mayor sea, ofrece mas posibilidades de semejanza, no hay que olvidar que sobre un mismo medio ambiente o un medio ambiente parecido cambiante, han actuado factores culturales muy diversos y que el dato etnográfico actual tiene tras de si una larga historia.

Cuestión estrechamente relacionada con la anterior es la de la proximidad temporal, que se puede formular de la siguiente manera «cuanto mas próximos en el tiempo sean los términos de la comparación, mas semejantes serán». Muchos etnógrafos del pasado, aquellos para los que la cuestión de las sobrevivencias, «survivals», era un punto fundamental de la etnología, pensaban que en las zonas rurales poco alcanzadas por el impacto de la revolución industrial se encontraban numerosas manifestaciones culturales de tipo técnico, ritual, etc., que eran, sin más, sobrevivencias de la Préhistoria de aquel territorio.

El ejemplo brevemente descrito sobre el mijo permite dejar en evidencia la flojedad del aserto o el poco valor de la sobrevivencia. Si disponiendo solo de los datos etnográficos de hoy, no podemos saber el papel que ocupaba la planta en la región hace doscientos años, se plantea como infinitamente mas difícil el reconstruir el cultivo de ésta en la Protohistoria. Además en muchos casos la semejanza entre manifestaciones culturales de hoy en día y las de la Protohistoria pueden deberse a convergencias sin que exista continuidad entre unas y otras.

Señaladas de un modo somero las objeciones que se plantean al uso de los paralelos como analogías, conviene investigar que posibilidades encierra este método del comparativismo etnográfico, del cual hacía ya uso Tucñides en su faceta de historiador.

El valor fundamental del uso de los paralelos, es doble, por una parte su conocimiento enriquece las perspectivas de observación del investigador, muy limitadas por su trayectoria personal y la tradición académica a la que pertenece

de modo que pasa a contemplar los datos desde una perspectiva unilineal, la de su formación cultural y académica, a otra mas amplia en la que caben a menudo numerosas posibilidades de enfoque sobre el tema. Esta nueva visión del problema genera el segundo aspecto valioso de los paralelos, la posibilidad de elaborar hipótesis de trabajo a partir de aquellos, con la finalidad de contrastarlas con los datos derivados del trabajo arqueológico. A menudo la opacidad del registro arqueológico no permite establecer un contraste fiel de las diferentes hipótesis de trabajo, a veces complementarias, otras veces excluyentes entre sí y en algunos casos ni siquiera es posible establecer un orden jerárquico, indicando el diferente grado de probabilidad de las distintas lecturas propuestas. Realmente hay ocasiones en que nos movemos en un círculo vicioso, ya que la ambigüedad del contexto no permite interpretar los datos y se ha de acudir a los paralelos a partir de los cuales se generan hipótesis de trabajo que nos remiten necesariamente al contexto, para proceder a su contraste, que a veces es insuficiente a causa de su ambigüedad, condición que anteriormente nos obligaba a acudir a los paralelos.

Hai ocasiones en que este juego de ida y vuelta que parece mas propio de discípulos de Penélope, que teje y desteje, que de cultivadores del arte de Clio, nos lleva a un resultado «seguro» y confortante para el investigador.

En otras, no encontramos solución al problema y para disimular se recurre a la frase ritual: «futuros trabajos basados en nuevos hallazgos permitirán, sin duda, la solución del tema». Aún en estos casos, aparentemente negativos, la labor de acudir del contexto al paralelo y de éste a aquél, tiene el efecto positivo de hacernos comprender la complejidad de las cuestiones investigadas y por tanto nos pone en el camino de la solución del problema que a veces queda soslayado por respuestas fáciles, mas apoyadas en los tópicos en vigor en cada una de las diferentes escuelas que en un verdadero rigor metodológico.

Tras esta breve introducción al problema pasamos a ver algunas cuestiones relativas a la agricultura castreña desde la perspectiva de los paralelos etnográficos de la agricultura gallega en lo que va de siglo. Los datos proceden de la literatura y documentos de la época, la tradición oral y la observación directa durante varias campañas de trabajo de campo realizadas desde la segunda parte de los años sesenta hasta nuestros días. Dados los límites de la comunicación, nos reduciremos al estudio del aprovechamiento de las bellotas de diferentes tipos de roble.

Las bellotas de las distintas variedades de roble, actualmente casi non tienen ningún tipo de valor, pero dentro del margen cronológico al que hemos aludido se pueden documentar los siguientes usos:

- 1) Alimento para los cerdos.
- 2) Alimento para los hombres.

La recogida de bellotas para alimentar a los cerdos en casa o bien con destino a la venta en las ferias, con idéntico fin, ha tenido cierto desarrollo, si

bien en varias zonas de Galicia se acudía con los cerdos a los robledales para que éstos comiesen los frutos en el mismo lugar donde se encontraban.

La labor de recolección de las bellotas, bien para el consumo doméstico o bien para la venta, suponía recoger los frutos caídos, varear el árbol y poner a secar lo recogido antes de guardarlo en sacos para el transporte a casa y a las ferias. Este tipo de aprovechamiento implicaba, en algunos casos, cuidados del árbol para mejorar su productividad, lo cual junto con la labor de plantar robles con objeto de disponer de abundante madera con fines bélicos, comerciales, etc., nos indican el cultivo de estos árboles, al menos desde la Edad Moderna. Cientos de documentos se refieren a los cuidados de los robledales como fuente de madera con destino a la construcción naval y otros fines durante siglos.

Las referencias al empleo de la bellota en la alimentación humana son escasas e inseguras. A pesar del manejo de la documentación relativa a algunas de las crisis de hambre que afectaban a Galicia en el Antiguo Régimen, no hemos encontrado referencias explícitas al empleo de la bellota ni tan siquiera en los momentos de mayor necesidad en los que según la documentación se empleaban hierbas y plantas silvestres como últimos recursos para engañar el hambre.

F. López Cuevillas (1986) hace referencia a que los vecinos de alguna aldea del interior de Ourense metían en la boca bellotas como golosinas, pero fuera de este detalle solo disponemos de la tradición oral sobre la recogida, secado, molturación y panificación de los frutos del roble en un Ayuntamiento del Noroeste de la provincia de Pontevedra. La información la recogimos de una persona de cuarenta y cinco años, a quién su madre, que actualmente tiene cerca de noventa años, se lo había contado en la infancia. Pese a las pesquisas hechas en la zona, la pérdida de la memoria de la persona de mayor edad nos impidió comprobar la veracidad del aserto.

De lo expuesto hay que destacar los dos posibles usos complementarios de la bellota, en la alimentación de un animal doméstico y humana, al lado de la existencia del cultivo del roble con diferentes finalidades. Lo útil de estos datos para nuestra investigación es tratar de buscar el modo de comprobar si el contexto de los hallazgos de bellotas en los yacimientos castreños, confirma, rechaza o es ambiguo, en cuanto al posible uso de las bellotas. La posibilidad del cultivo de los robles es un extremo especialmente interesante por cuanto la frecuencia de aparición de bellotas en los castros y su importancia frente a los cultivos de cereales y leguminosas, indica una especialización y una intensidad en la recolección que deja abierta la posibilidad del cultivo del roble, lo cual tal vez puede comprobarse mediante detallados análisis paleobotánicos y de arqueología experimental.

De esto modo los paralelos sirven como poderosos generadores de hipótesis que orientan la investigación por nuevos derroteros, a veces insospechados, en la comprensión de los comportamientos del hombre prehistórico.

Los límites de la comunicación impiden extenderse sobre las valiosas indicaciones sugerentes de hipótesis que se derivan del estudio de los paralelos históricos y etnográficos de la agricultura y recolección en el Noroeste y que, de comprobarse o rechazarse por el contexto arqueológico, nos irán aclarando con precisión las pautas económicas del mundo castreño. Pero para ésto es necesario que los excavadores de los castros tomen conciencia del extremado rigor necesario en las excavaciones arqueológicas para contextualizar lo mejor posible cada hallazgo, en este caso los restos de tipo paleobotánico, de los que a menudo la falta de información precisa sobre las condiciones del mismo, los hace perder gran parte de su valor.

El estudio detenido desde el punto de vista paleobotánico y contextual de los hallazgos prehistóricos y la contrastación de las hipótesis derivadas del estudio de los paralelos etnográficos y históricos del Noroeste, está comenzando a arrojar nueva luz sobre el difícil tema de la economía castreña.

BIBLIOGRAFIA

- LOPEZ CUEVILLAS, F. y LORENZO FERNANDEZ, X. (1986), *Castro de Cameixa. Campañas 1944-46*. Arqueoloxia/Memorias. Xunta de Galicia. Santiago de Compostela.

LA INDUSTRIA LÍTICA TALLADA EN LA CULTURA CASTREÑA DEL SUROESTE DE GALICIA

por

Juan Antonio Cano Pan *

El presente estudio es una puesta al día de los trabajos que hemos efectuado hasta el momento sobre este tema, para ello nos basamos en los dos únicos reportorios industriales que por su amplitud numérica y por proceder de excavaciones recientes reúnen los requisitos necesarios para ser analizados.

Estos conjuntos se recuperaron en los castros de Santa Trega y da Forca, sitios ambos en el monte de Santa Trega (A Guarda/Pontevedra). Existen otros reportorios como son, entre otros, los procedentes de los castros de Bandeira, Coto da Caldeiriña, pero éstos, solo proporcionaron escasas piezas que se recogieron en superficie, por lo que no son válidas para este estudio.

El castro da Forca está situado en el extremo sur de la franja costera pontevedresa. Se emplaza sobre una pequeña prolongación, a modo de suave espolón, que se extiende en la falda norte del monte de Santa Trega. La colección lítica, que está compuesta por ciento treinta y siete piezas proviene de la excavación realizada en 1984, bajo la dirección de Xulio Carballo, el cual data el inicio de la ocupación en la primera mitad del s. IV a.C. y un abandono a fines del s. II a.C.

El castro de Santa Trega está situado en el mismo monte que el anterior, pero a mayor altitud. El conjunto lítico está formado por seiscientos veintitres piezas que proceden de las excavaciones que en 1983, 84, 85 y 86 realizó Antonio de la Peña Santos, que cronológicamente sitúa la zona excavada en los años inmediatos al cambio de era, dentro de la dinastía Julio Claudia.

* Departamento de Historia I, Universidad de Santiago (Galicia, España). Grupo de Estudios Prehistóricos «Padre Carballo».

La composición de estas colecciones es la siguiente:

	Forca		Sta. Trega		Total	
	Piezas	%	Piezas	%	Piezas	%
Cantos rodados	0	0	124	19,90	124	16,31
C.T. Rodados	1	0,72	8	1,28	9	1,18
Fragmentos	27	19,79	203	32,58	230	30,26
Percutores	1	0,72	19	3,04	20	2,63
Artefactos nucleares	42	30,65	126	20,22	168	22,10
Nucleos	1	0,72	0	0	1	0,13
Útiles sobre lasca con morfología de artefactos nucleares	0	0	7	1,12	7	0,92
Útiles sobre lasca	0	0	5	0,80	5	0,65
Lascas sin transformar	65	47,44	119	19,10	184	24,21
Varios	0	0	0	0	0	0
Total	137	99,95	623	99,96	760	99,96

Desde el punto de vista cuantitativo las dos muestras son algo desproporcionadas debido a que los materiales del castro de Forca proceden de una sola campaña de excavación mientras que los de Santa Trega son de cuatro. A esto hay que añadir que sus composiciones están alteradas por las metodologías de excavación llevadas a cabo. Así, en Forca no se recogieron los cantos rodados, que aparecieron de forma abundante, mientras que en Santa Trega sí se hizo, aunque no todos. De todas formas la composición, a pesar de estas distorsiones, es bastante semejante. Así, en ambos castros hay una gran importancia de los artefactos nucleares frente a cualquier otra clase de útiles sobre lasca, que solo están presentes en Santa Trega y suponen el 1,92% del total.

Esta semejanza es mucho más clara si se tiene en cuenta la subdivisión en grupos de los artefactos nucleares:

	Forca		Sta. Trega		Total	
	Piezas	%	Piezas	%	Piezas	%
Grupo unifacial	29	69,04	91	72	120	71,42
Grupo Bifacial	3	7,14	12	9,52	15	8,92
Pesas	10	23,81	23	18,25	33	19,64
Total	42	99,99	126	99,99	168	99,98

La mayoría de los cantos tallados tienen talla unifacial, y entre éstos dominan aquellos con poca extensión periférica tallada, como son los cantos con talla unifacial somera, extensa y final. Otros tipos como los convergentes y los protodiscos, que tienen una talla periférica más desarrollada, son poco frecuentes.

Dentro de los unificiales hay un dominio de los volúmenes largo-aplanados y de transición entre estos y los aplanados que corresponden a los que tienen los cantos de los cantales de la costa. La inclinación de los desprendimientos es fundamentalmente simple y semiabrupta, mientras que la plana es prácticamente inexistente. La penetración, como corresponde al tipo dominante, el c. t. u. somero, es mayoritariamente marginal, seguida de la profunda que se deriva de los c. t. u. extensos. La forma del borde tallado que esta mejor representada, derivada del número de c. t. u. someros y extensos, es la convexa. La angular, de los c. t. u. convergentes, y la semicircular de los protodiscos, son poco numerosas. La delineación del filo es denticulada en más de la mitad de las piezas, pero hay una gran representación de las regulares. La arista sagital, como es normal en la talla unifacial de cantos rodados, es en la inmensa mayoría de las piezas curva. La sinuosa es casi nula y corresponde a algunas piezas que tienen desprendimientos en la cara posterior debidos al empleo de los artefactos.

A los bifaciales, a pesar de estar desigualmente representados en las colecciones, les une el hecho de ser muy minoritarios en los dos yacimientos, ya que en ningún caso llegan a alcanzar el 10% de los artefactos nucleares. Dentro de éstos destacan los c. t. b. someros. El volumen mínimo predominante es el largo-aplanado. En su cara A la extensión periférica esta repartida entre las piezas en las que ocupa un cuadrante y en las que ocupa dos, y a continuación está la intermedia entre ambos. En ningún caso sobrepasan los dos cuadrantes. En la inclinación de los desprendimientos dominan las piezas que la tienen simple, seguidas de las que la tienen semiplana, semiabrupta, plana y abrupta. La penetración en la mayor parte de las piezas es profunda, a estas le siguen las que la tienen marginal y muy profunda. En la cara B la extensión periférica es en la mayoría de un cuadrante. La inclinación que predomina es la simple, a ésta le sigue la semiplana y, por último, estan la abrupta y semi-

abrupta, pero muy poco representadas. La penetración de los desprendimientos es en casi todas marginal. Los bordes tallados en la mayor parte son convexos, con una delineación denticulada y una arista sagital sinuosa.

Los filos de estos cantos tallados estan gastados por el uso e incluso astillados. En bastantes casos se aprecian desprendimientos que se deben a su utilización como elementos de corte por percusión. Este empleo deja a los bordes agudos con una forma roma, que es la que esta presente en muchos útiles.

Las pesas II son, despues de los cantos con talla unifacial somera, el tipo más numeroso. Entre éstas destacan las de la variante C, que son las que técnicamente son cantos con talla alterna. La funcionalidad de las pesas, tal y como postulamos, no era la de ser pesas de red sino que, posiblemente, servían como contrapesos de telares o algo similar.

Dentro de los productos de desbastado se aprovecharon las lascas de primer orden de grandes dimensiones, que en Forca se utilizaron en bruto y en Sta. Trega sirvieron para obtener algunos útiles sobre lasca con morfología de artefactos nucleares. También se encontraron algunos útiles sobre lasca, pero éstos son muy minoritarios y constituyen una excepción más que una regla. El número de lascas recogidas no es excesivo, en ninguno de los yacimientos llega a sobrepasar las 1,5 lascas por artefacto. Esta proporción posiblemente se deba a que las técnicas de excavación empleadas en estos yacimientos no propician la recogida de las lascas. Dentro de las lascas, las de tercer orden son prácticamente inexistentes, y las que se recogieron corresponden a lascas de reavivado por lo que el talón que teoricamente sería cortical no lo es debido a los desprendimientos que se produjeron durante la utilización del artefacto. El grupo más numeroso de lascas son las de segundo orden; en éstas predominan los talones corticales, la presencia de bulbos, la existencia de superficies corticales en la cara dorsal y las fracturas. Los talones corticales son normales en la talla de cantos rodados y las fracturas son muy frecuentes en esta cuarcita. Entre las lascas de segundo y tercer orden hay un grupo importante que corresponde a lascas de reavivado, en Forca el 43,13% son de este tipo y en Sta. Trega es el 53,92%. La existencia de este gran número de lascas de reavivado implica que los cantos tallados de estos yacimientos, lejos de tener un período de uso corto, tenían una perduración en el tiempo larga, devolviendoles la funcionalidad a los filos que eran inservibles por medio de nuevas extracciones. Este proceso de transformación del soporte original se comprueba con algunos tipos a los que se les ha extraído gran parte de su masa original.

CONSIDERACIONES FINALES

Estos útiles líticos se realizaron casi en su totalidad, la excepción la constituye una escotadura que se confeccionó sobre una plaqueta de cuarzo,

sobre cantos rodados de cuarcita que proceden de los cantales existentes, aun hoy día, en la franja costera próxima a A Guarda. Una prueba de esta procedencia es que entre los cantos rodados que se recogieron para trasladarlos al yacimiento había algunos que eran cantos tallados rodados, lo que certifica que la composición de los cantales era similar en la época de los castros y en la actualidad en que se mezclan artefactos líticos más o menos con los cantos rodados.

Los cantos no se cogían al azar sino que se seleccionaban por su estructura interna y por su tamaño. En lo relativo al tamaño, hay dos grupos claros que se corresponden tanto con los soportes de la industria como con los que aparecieron sin alterar, por un lado están los medianos, que son los que se emplearon para tallar los artefactos de bordes cortantes y por otro cantos pequeños que sirvieron de soporte para hacer las pesas.

Las técnicas de talla se reducen a la percusión directa con percutor duro. Los percutores eran tanto activos como pasivos.

A la vista del repertorio de tipos y de las características que éstos tienen, se aprecia que existe una clara similitud entre los dos conjuntos. En ambos las cadenas operatorias prácticamente tenían el mismo fin, la elaboración de artefactos nucleares, que se dividen en dos grupos bien definidos. Uno en el que los artefactos presentaban una arista cortante, y otro con cantos de menor tamaño a los que se realizaban dos pequeñas muescas para poder suspenderlos como contrapesos.

Las diferencias que se observan entre los dos conjuntos, que básicamente se resumen en la presencia de determinados tipos en la colección de Sta. Trega se puede explicar por la menor cantidad de piezas existentes en Forca, por lo que es muy probable que si se continúan las excavaciones en este yacimiento se encuentren tanto útiles sobre lasca como útiles sobre lasca con morfología de artefactos nucleares.

El hecho de realizar un análisis comparativo entre las industrias castreñas y las costeras ha perdido en gran parte su coherencia debido a los avances conseguidos en el conocimiento de los artefactos costeros, ya que en la actualidad las piezas costeras han dejado de ser consideradas como un conjunto homogéneo, producto de un determinado momento o período cronológico, para ser interpretadas como un grupo de útiles procedentes de diversos momentos cronológicamente dispares.

A través de estos estudios se configuraron una serie de horizontes cronológicos, cuyas piezas se fueron progresivamente integrando en el repertorio costero, de los que el castro da Forca corresponde al Horizonte Castreño Prerromano y Santa Trega al Castreño Romanizado.

BIBLIOGRAFIA

- CANO PAN, J. A.; VAZQUEZ VARELA, J. M. (1986): *Nuevas aportaciones al estudio de las industrias del Suroeste de Galicia: la prospección de 1984*. «Studia Zamorensia Histórica» VII, Salamanca.
- CANO PAN, J. A. (1987): *La industria lítica castreña y su relación con el camposanquiense*. «Pontevedra Arqueológica» II, Pontevedra.
- CANO PAN, J. A. (1987): *La industria lítica castreña: los tipos y sus técnicas de talla*. «Gallaecia», 9/10, Santiago.
- CANO PAN, J. A. (1987): *La industria lítica tallada, dentro de la memoria de excavación Castro da Forca. Campaña 1984* de Xulio Carballo Arceo. «Arqueoloxia Memorias». 8, Santiago.
- CANO PAN, J. A. (1988): *La industria lítica tallada en la cultura castreña de Galicia*. «Actas del primer congreso peninsular de Historia Antigua Santiago 1986». Santiago.
- CARBALLO ARCEO, X. (1987): *Castro da Forca: campaña 1984*. «Arqueoloxia/Memorias», 8. Santiago.
- CARBONELL, E.; GUILBAUD, M.; MORA, F. (1983): *Utilización de la lógica analítica para el estudio de tecno-complejos a cantos tallados*. «Cahier Noire», 1. Girona.
- PEÑA SANTOS, A. de la (1987): *Tres años de excavaciones arqueológicas en el yacimiento galaico-romano de Santa Trega (A Guarda — Pontevedra): 1983-1985*. «Pontevedra Arqueológica», número II (1985-1986). Pontevedra.
- VAZQUEZ VARELA, J. M. (1980): *Nuevos datos y perspectivas sobre el camposanquiense de Galicia*. «Museo de Pontevedra», XXXIV. Pontevedra.

LOS OBJETOS METÁLICOS DEL CASTRO DE TORROSO (MOS, PONTEVEDRA)

por

Antonio de la Peña Santos *

1. INTRODUCCIÓN

El Castro de Torroso se sitúa en el municipio de Mos, provincia de Pontevedra (Fig. 1). Las excavaciones que el Museo Provincial de Pontevedra, con autorización y financiación de la Xunta de Galicia, viene realizando desde 1984 en el yacimiento, han puesto de relieve la presencia en el mismo de seis niveles de ocupación datados por C-14 (sin corregir), a todo lo largo del siglo VII a.C. (PEÑA SANTOS, e/p, a-f). En la fase más reciente aparece plenamente implantada la arquitectura de mampostería, con estructuras de planta circular, «espiral» o polilobulada y algunos muros rectos esquinados; precisamente, de este nivel de abandono proceden los abundantes objetos de bronce y de hierro que constituyen la base de esta comunicación:

Bronce: Cinco colgantes amorcillados (Fig.2: 84/131-134 y 86/051).

Dos colgantes atrompetados (Fig. 2: 84/144 y 88/099).

Un colgante fusiforme (Fig. 2: 84/135).

Un colgante esférico (Fig. 2: 87/101).

Una aguja de cabeza plana enrollada (Fig. 2 : 84/146).

Un asa de caldero completa (Fig. 2: 86/050).

Un fragmento de asa de caldero (Fig. 2: 84/136).

Seis fragmentos de recipiente con remaches planos y piramidales (Fig. 2: 84/65-67 y 87/105).

Un fragmento de borde de vaso (Fig. 2: 84/712).

Una argolla (Fig. 2: 87/104).

Numerosas contas de collar (Fig. 2: 84/294-295).

Un remate cónico hueco (Fig. 2: 86/053).

* Museo de Pontevedra

Un remate de pie de fibula enrollado (Fig. 2: 86/052).

Una anilla de hacha (Fig. 2: 87/102).

Fragmento de unas tenacillas (Fig. 2: 87/103).

Una placa de cinturón damasquinada (Lám. I).

Gran cantidad de escorias y de rebabas de fundición.

Varios fragmentos de crisoles.

Hierro: Una hoja de hoz o podón (Lám. II).

Varios fragmentos de láminas muy oxidados.

2. COMENTARIO

2.1. Bronces

El remate de pie de fíbula enrollado sobre sí mismo es un detalle que afecta principalmente a los tipos peninsulares más antiguos, como los de codo, los de doble resorte y los de bucle. Entre los primeros lo encontramos en los ejemplares de Valdenovillos y Alpasenque (CABRÉ/MORÁN, 1977: 113) y en el de Ojo Guareña (ORTEGA/MARTÍN, 1986: 357-360), si bien este último presenta resorte bilateral. Por lo que respecta a las fíbulas de doble resorte, mencionaremos las procedentes de la Palma (NAVARRO, 1970: 33 y 40; RUÍZ ZAPATERO, 1983: 952; MALUQUER, 1984: 75-78), Carabias (CABRÉ/MORÁN, 1977: 119), La Olmeda (CABRÉ/MORÁN, 1977: 119), Cortes PIIB (MALUQUER, 1954: 135; SCHÜLE, 1961: 55-69; CUADRADO, 1963: 20-21; ENRÍQUEZ, 1982: 178; RUÍZ ZAPATERO, 1983: 952), La Pedrera, Cruz de la Muela y Morredón (RUÍZ ZAPATERO, 1983: 953), Kutzxemendi-Olarizu y la Hoya (CAPRILE, 1986: 80, 156 y 217) o Altikogaña (CASTIELLA, 1986: 148).

Entre las fíbulas de bucle señalaremos las de Tossal Redó (CUADRADO, 1963: 16; NAVARRO, 1970: 47; RUÍZ ZAPATERO, 1983: 957), Cortes PIb (SCHÜLE, 1961: 55-69 y 1969: 145; CUADRADO, 1963: 16; ENRÍQUEZ, 1982: 178; RUÍZ ZAPATERO, 1983: 957), La Torraza (CUADRADO, 1963: 16; NAVARRO, 1970: 48; ENRÍQUEZ, 1982: 178; RUÍZ ZAPATERO, 1983: 957), La Mercadera (SCHÜLE, 1961: 61-62 y 66, y 1969: 144; CUADRADO, 1963: 16), Carabias (CABRÉ/MORÁN, 1977: 122) y Navarra (ENRÍQUEZ, 1982: 178).

La fíbula acodada parece ser el tipo más antiguo en la Península (NAVARRO, 1970: 51; DELIBES, 1978: 244-246). Desde Almagro Basch (1957: 7-46 y 1966: 216), la generalidad de los autores considera que en Sicilia y en el Mediterráneo Oriental se encuentra la cuna del modelo (CUADRADO, 1963: 12; NAVARRO, 1970: 51); llegarían a la Península hacia el siglo X a.C. y

disfrutarían de gran aceptación en el mundo indígena, que las imitará durante largo tiempo. Su cronología parece abarcar del siglo X al V a.C.

Las fíbulas de doble resorte pertenecen, al igual que las de codo, a uno de los modelos más antiguos en la Península (RUÍZ ZAPATERO, 1983: 952), y entre sus características más acusadas están su gran dispersión geográfica y su duración (CUADRADO, 1963: 19). Será precisamente esta amplitud cronológica lo que provoque la aparición de variantes formales, una de las cuales será, a decir de varios autores (NAVARRO, 1970: 27-28; RUÍZ ZAPATERO, 1983: 952) exponente de su máximo desarrollo evolutivo: el pie largo enrollado sobre sí mismo.

El lugar de origen de las fíbulas de doble resorte no ha dejado de motivar controversias. Sí para Schüle (1961: 32) estaría en el Languedoc, para Cuadrado (1963: 19-27) en Italia y para Ponte (1973: 165) en Sicilia, desde el estudio de Almagro (1966: 224) parece claro que hay que situarlo en el Mediterráneo Oriental. Llegarían a la Península a través del comercio jonio-cretense y fenicio, y desde sus costas se difundirían rápidamente hacia el interior (NAVARRO, 1970: 39; ARGENTE, 1974: 153-154; RUÍZ ZAPATERO, 1983: 955). Es significativa la aceptación que el modelo encontró entre las gentes de los Campos de Urnas tardíos, por lo que constituye uno de los elementos más característicos de la Primera Edad del Hierro en la Península (CUADRADO, 1963: 19; NAVARRO, 1970: 27), y testimonio de los contactos con el mundo orientalizador (ROMERO CARNICERO, 1985: 103).

En cuanto a su cronología, en líneas generales todos los autores parecen estar de acuerdo en suponer que se originarían hacia mediados del siglo VII a.C., perdurando hasta mediados del V (SCHÜLE, 1961: 32; CUADRADO, 1963: 23; PONTE, 1973: 162 y 165; ARGENTE, 1974: 148), si bien Romero Carnicero (1984: 69) retrotrae el nacimiento de los tipos más sencillos al primer cuarto del siglo VI. Tomando como base la supuesta evolución formal de estas fíbulas, tanto Navarro (1970: 40) como Ponte (1973: 163) o Ruíz Zapatero (1983: 952) sitúan los ejemplares de pie largo enrollado en un momento tardío, de fines del VI a mediados del V a.C.

Por lo que respecta a los modelos de bucle, responden a idéntico fenómeno tanto en origen, que se ha venido estableciendo en las fíbulas *ad occhio* (CUADRADO, 1963: 18; NAVARRO, 1970: 48; RUÍZ ZAPATERO, 1983: 957), como en distribución geográfica — que a grandes rasgos coincide con las de doble resorte — como en cronología, si bien en este caso y como ya hemos visto para las de doble resorte, parece ser que los pies largos enrollados habría que situarlos en un momento final de su proceso evolutivo, en torno al siglo V a.C. (CUADRADO, 1963: 27).

De cualquier forma y como conclusión, tanto nuestro fragmento haya formado parte de una fíbula de codo, de doble resorte o de bucle, parece claro que se trata de un hallazgo de gran interés por su carácter de elemento-guía para

el estudio de las relaciones existentes en este momento entre nuestra zona geográfica y otros focos culturales peninsulares; por otro lado, nuestro ejemplar podría obligar a modificar en cierta medida las cronologías que en la actualidad se vienen defendiendo para estos modelos, al menos para los ejemplares dotados de pie largo enrollado.

Los cinco colgantes amorcillados macizos proceden del interior de la cabaña de planta circular. En el área galaica se conocen los ejemplares descontextualizados del yacimiento de A Lanzada y, sobre todo, la pieza del depósito del Río Sil (ALMAGRO BASCH, 1954: 21-27 y 1960; RUÍZ GÁLVEZ, 1984: 100-101; COFFYN, 1985: 39 y 201), datado por C-14 sin corregir en el 930 ± 70 a.C. (ALONSO y otros, 1978: 167). Este colgante fue sometido a un reciente análisis metalográfico que reveló la existencia de un trabajo de forja sorprendente para un tipo de objeto que en principio siempre fue considerado como adorno y no como útil (RUÍZ GÁLVEZ, 1987: 256).

Los prototipos para estos modelos aparecen en el Mediterráneo Oriental (RADDATZ, 1969: 116-122; BUCHHOLZ/KARAGEORGHIS, 1973: 166-167; BRANIGAN, 1974: 45-46), si bien, acaso por su evidente simplicidad formal, serán corrientes en Centroeuropa y Occidente tanto en los momentos finales de la Edad del Bronce como durante el Hierro (COFFYN, 1985: 201). En la Península presentan una distribución geográfica marcadamente occidental (SCHÜLE, 1969: Kt. 17; FERNÁNDEZ/BARRETO, 1983: 287-300), con una fuerte amplitud cronológica. Así, aunque el ejemplar del Río Sil habría que situarlo en torno a los siglos X-XI a.C. a tenor de su datación radiocarbónica no corregida parece que existe una cierta desorientación en los autores cuando tratan esta cuestión: siglos VI-V a.C. (MALUQUER, 1957: 241-256), IX-VIII (SAVORY, 1974) o bien VIII-VI (CAVALEIRO, 1981: 234 y 1983, 273-286), datación esta última que encajaría bien para nuestro caso. De todas formas, por tratarse de piezas tan sencillas, es lógico pensar que su fabricación y empleo hubieron de darse en momentos y culturas diferentes como atestiguarían los ejemplares procedentes del poblado galaico-romano de Santa Tegra (MERGELINA, 1944-1945: Lám.L).

El colgante fusiforme nos sitúa ante un tipo de objeto relativamente común en los Campos de Urnas centroeuropeos (GIMBUTAS, 1965: 123; RIDGWAY, 1979: fig. 48, 8), con presencia peninsular (ESPARZA, 1986: 256) en necrópolis tardías relacionadas con aquella cultura: Griegos (SCHÜLE, 1969: Lám. 70), Navazo (GALÁN, 1980: Fig. 12 y 15) o Molina de Aragón (CERDEÑO y otros; 1967: Fig. 1). Su simplicidad formal provocará perduraciones, como se detecta en el poblado galaico-romano de Santa Tegra. Todo lo dicho puede ser aplicado a los colgantes atrompetados y a los esféricos.

Los prototipos para la gran aguja de cabeza plana enrollada los localizamos en el Mediterráneo Oriental desde fechas muy tempranas de la Edad del Bronce (RYCHNER, 1979, I: 65; BRANIGAN, 1974: 35); serán ejemplares

comunes en las culturas europeas del Bronce Pleno, preferentemente alemanas (LAUX, 1976; KUBACH, 1977), francesas (SOUTOU, 1959: 344-357; AUDOUZE/COURTOIS, 1970; GUILAINE, 1972), suizas (RYCHNER, 1979, I: 65) e itálicas (CARANCINI, 1975), y estarán presentes asimismo en Halls-tatt. En la Península los encontramos en yacimientos de la transición Bronce-Hierro como en el Castro de las Peñas de Oro (UGARTECHEA y otros, 1965: fig. 18 y 44; COFFYN, 1985: 179), Cerro del Berrueco (MALUQUER, 1956: fig. 10; COFFYN, 1985: 179). Su presencia puede indicar, pero no necesariamente, una relación con los grupos tardíos de Campos de Urnas peninsulares (ALMAGRO GORBEA, 1987: 318). En Galicia conocemos tan solo los ejemplares inéditos procedentes de los castros de Alobre y A Peneda que se conservan en el Museo Provincial de Pontevedra.

El remate cónico fragmentado por el pedúnculo, de no pertenecer al extremo distal de un colgante atrompetado, podría tratarse de la cabeza de un alfiler del tipo *Villa Nessi*, característicos de necrópolis de incineración lombardas datadas en el siglo IX a.C. (CARANCINI, 1975: 255) o bien del remate de un brazalete penanular de tipo irlandés (HERITY/EOGAN, 1978: 199; EOGAN, 1983).

Los restos de recipientes de bronce con remaches planos y piramidales podrían ser puestos en relación con el mundo de los calderos remachados cuyo origen parece situarse en las Islas Británicas hacia los siglos IX-VIII a.C. (HAWKES/SMITH, 1957) — aunque recientemente S. Gerloff (1986: 84-115) propone para los calderos del tipo A (LEEDS, 1930: 1-36) un origen más antiguo, del último cuarto del segundo milenio a.C. — y que en la Península ofrece muestras como los ejemplares de Cabárceno (SCHUBART, 1961: 35-54), Sanchorreja (MALUQUER, 1958: Fig. 19; GONZÁLEZ TABLAS/ARIAS, 1988), La Mazada (ESPARZA, 1986: 274), Picu Castiello y Tineo (BLAS CORTINA, 1983: 189-190), A Peneda (BLANCO FREIJEIRO, 1957), Hío (RUÍZ GÁLVEZ, 1979: 141-145), O Neixón (ACUÑA, 1976: 327-330), Coto da Pena (COELHO, 1986: 34 y 199), o el recientemente descubierto en el castro pontevedrés de Taboexa. Por proximidad geográfica y cronológica, será el del depósito de Hío, datado por M. Ruíz-Gálvez (1979: 141-145) hacia el siglo VII a.C., el que más nos interese como paralelo, dado que es harto sabido que vasos de bronce remachados perviven incluso hasta época romana tardía (DELGADO, 1970: 15-43; FERNÁNDEZ MANZANO, 1984: 19), fecha en la que creemos que habría que situar, entre otros, los ejemplares de A Peneda y Taboexa. Los modelos clásicos se inscriben dentro de las relaciones «comerciales» y culturales del mundo atlántico en los momentos de apogeo de la Edad del Bronce.

Intimamente relacionadas con los recipientes remachados cabe suponer a las asas de caldero localizadas hasta la fecha: una completa y el fragmento de otra, ambas de tipo sencillo. Lo mismo cabría decir del trocito de borde de vaso,

si bien lo minúsculo del fragmento y su delicado estado de conservación nos impiden mayores precisiones.

La aparición de la anilla de hacha, perteneciente a un ejemplar de tope o tubular, además de ponernos en presencia de las más típicas producciones de la metalurgia atlántica, parece dar a entender que su función sería la de chatarra para ser refundida. Este destino es el que suponemos para otros objetos en claro desuso como los fragmentos de asa y de recipientes remachados. Por lo que respecta a la argolla y a las cuentas de collar, su propia sencillez formal dificulta su adscripción precisa; tan solo dejaremos constancia de que elementos de este tipo se encuentran excepcionalmente representados en depósitos atlánticos de la transición Bronce-Hierro como los de Vénat (COFFYN y otros, 1981; COFFYN, 1985) y Baiões (TAVARES, 1980: 172-177; RUÍZ GÁLVEZ, 1984: 212-214; COELHO y otros, 1984: 73-95). Del fragmento de posible tenacilla poco es lo que podemos decir salvo su probable relación con las actividades metalúrgicas desarrolladas en el poblado.

Por fín, la gran placa de cinturón con damasquinado presenta una indudable problemática al tratarse de un ejemplar sin paralelos conocidos. El esquema decorativo — una metopa ajedrezada — responde a una idea que encontramos presentes no solo en algunas cerámicas de este mismo castro sino en gran parte de la cerámica mediterránea de la época y en el mundo de la retícula bruñida del sudoeste peninsular. Los restos de óxido de hierro que se aprecian junto a alguno de los orificios para los remaches colaboran en la fijación cronológica de la pieza. Por otro lado, la técnica decorativa de plaquitas incrustadas por los bordes es originaria y típica del Mediterráneo oriental.

2.2. Metalurgia del bronce

Parece confirmarse que en el poblado se desarrolló una importante actividad metalúrgica del bronce, tal y como atestiguan los numerosos fragmentos de crisoles y de rebabas de fundición localizados hasta la fecha, sin olvidar un pequeño trozo de molde en piedra serpentina.

No deja de ser curioso comprobar cómo el crisol de fundición es un elemento que apenas sufre variaciones formales a lo largo de las primeras fases de la metalurgia, idea ya apuntada por diferentes autores (TYLECOTE, 1962: 130-133; RAURET, 1976: 64-68). Los fragmentos de nuestro castro parecen idénticos a los documentados en asentamientos calcolíticos pontevedrenses como O Fixón (GARCÍA LASTRA, 1984: 130), con cerámicas campaniformes, o Lavapés (PEÑA SANTOS, 1984: 161), con cerámicas metopadas incisas del tipo Penha. Esta semejanza se repite en los ejemplares galaicos pertenecientes al mundo castreño como los de Baroña (LUENGO, 1969-1970: 258; GUITIÁN/VÁZQUEZ VARELA, 1975: 109-118), O Neixón (LÓPEZ

CUEVILLAS/BOUZA, 1926: 36) y A Lanzada, y otros hallados en asentamientos de la fase Soto de Medinilla como los del yacimiento epónimo (RAURET, 1976: 64-68) o los de Zorita (MARTÍN VALLS/DELIBES, 1978: 219-230). Sin embargo, en todos los casos se trata de crisoles de reducido tamaño, por lo que seguimos preguntándonos, como recientemente se ha hecho (MOHEN, 1984-1985: 91), dónde están los crisoles capaces de contener el metal suficiente para fundir, por ejemplo, un hacha de tope o una espada.

Por lo que respecta a la composición de los bronce, se han efectuado análisis espectrográficos de veinte piezas con los resultados siguientes:

Nº ANÁLISIS	PIEZA	Nº REGISTRO	Fe	Ni	Cu	As	Ag	Sn	Sb	Pb
PA-0309	Asa de caldero	86/050	0'25	0'37	46'72	0'75	0'059	46'26	0'188	3'79
PA-0310	Colgante fusiforme	84/135	0'53	0'30	29'52	1'37	0'030	23'82	0'137	42'33
PA-0311	Aguja de cabeza enrollada	84/146	0'20	0'47	46'85	N D	0'065	23'22	0'192	26'51
PA-0312	Remate pie de fíbula	86/052	0'50	0'62	48'27	1'19	0'044	29'82	0'209	15'00
PA-0313	Colgante atrompetado	84/457	0'19	0'35	13'60	N D	0'021	23'14	0'550	60'87
PA-0314	Frag. caldero de remaches	84/064	0'16	0'16	80'86	0'135	0'019	15'19	0'042	1'78
PA-0315	Cabeza de alfiler	86/053	0'14	0'94	33'45	2'70	0'057	41'68	0'173	18'30
PA-0357	Resto de fundición	86/133	0'11	0'19	37'89	N D	0'014	25'24	0'112	36'14
PA-0358	Cuenta de collar	84/290	0'43	0'65	52'53	1'11	0'063	25'60	0'643	16'56
PA-0381	Arito de un collar	84/294	1'18	0'58	69'25	0'85	0'025	22'85	0'258	2'10
PA-0382	Colgante amorcillado	84/131	0'28	0'44	59'37	0'71	0'046	36'93	0'227	0'85
PA-0383	Colgante amorcillado	84/132	0'33	0'42	61'68	0'61	0'032	33'82	0'259	0'93
PA-0384	Colgante amorcillado	84/133	0'21	0'32	50'31	N D	0'066	45'65	0'256	1'46
PA-0385	Colgante amorcillado	84/134	0'27	0'39	52'20	0'62	0'059	43'30	0'235	1'28
PA-0396	Colgante amorcillado	86/051	0'25	0'32	58'76	0'27	0'052	36'95	0'186	0'90
PA-0397	Placa de cinturón	85/315	0'078	0'34	39'43	0'30	0'092	31'38	0'185	26'00
PA-0398	Resto de Fundición	86/134	0'46	0'53	16'91	N D	0'024	57'46	N D	20'67
PA-0399	Fragmento de crisol	86/130	4'59	0'67	27'11	N D	0'009	51'83	0'342	13'82
PA-0400	Fragmento de crisol	86/131	3'48	0'69	38'78	N D	0'018	53'17	0'290	2'18
PA-0401	Grapa sobre cerámica	85/499	0'17	0'030	N D	N D	0'006	N D	0'007	99'14

Las composiciones, como se aprecia en el listado precedente y, sobre todo, en el diagrama ternario Cu-Sn-Pb de la figura 3, ofrecen no pocos detalles de interés. Uno de ellos es el altísimo porcentaje de estaño, superior al 25% en la mayoría de las piezas analizadas. En cuanto al cobre, los porcentajes son, por contra, más bajos de lo que cabría esperar; por su parte, el plomo aparece en forma desigual.

A la elevada proporción de estaño detectada en la mayoría de las muestras analizadas ha podido coadyuvar el hecho de que gran parte de las piezas se encuentren fuertemente mineralizadas lo que puede haber provocado que en el análisis el contenido de estaño quede algo sobrevalorado con respecto a la

aleación original y, como compensación, el contenido en cobre se vea reducido, tal y como señala el profesor Rovira LLoréns en las notas que adjunta a los análisis. Sin negar ni mucho menos tal posibilidad, el hecho de que los resultados del análisis de varias piezas del conjunto en perfecto estado de conservación no difieran sustancialmente de los restantes, parece indicar que las aleaciones originales podrían asemejarse bastante a las detectadas por la espectrografía.

Pese a tan curiosos porcentajes, parece que estamos en presencia de una metalurgia ternaria acorde con la cronología propuesta y en la que se detecta la problemática «comercial» del momento (RUÍZ GÁLVEZ, 1987: 251-264). Sin embargo, ciertos objetos utilitarios (el recipiente remachado y el asa de caldero) y de adorno (los colgantes amorcillados y los aritos de collar) parecen haber sido fundidos empleando una aleación ternaria en la que el plomo aparece en porcentajes inferiores al 4%, al igual que ocurre con la escoria adherida al crisol 86/131.

La comparación entre los porcentajes de los crisoles, las rebabas y el resto de las piezas parece indicar que una buena parte de estas pudo muy bien haber sido fundida en el propio poblado.

2.3. Hierros

De los seis niveles de ocupación detectados hasta ahora en el yacimiento, únicamente en el superior encontramos restos de objetos de hierro, la mayoría en un estado de corrosión tan avanzado que dificulta o incluso impide su adecuada identificación.

Además de los restos de óxido junto a los orificios para los remaches de la placa de cinturón y de varios fragmentos de láminas — alguna de ellas remachada —, la pieza más relevante es la hoja de una pequeña hoz o podón (Lám. II), lisa y con tope final, que recuerda a los modelos en bronce del tipo Rocanes (HORTA PEREIRA, 1971: 165-182), muy abundantes en Portugal (COFFYN, 1978: 366-368; RUÍZ GÁLVEZ, 1984: 294-295) y documentados también en el depósito sardo de Sa-Idda (TARAMELLI, 1921: 49-50). No obstante, como detalle característico y además del metal utilizado, nuestra pieza presenta, en la cara opuesta al tope, un tubo soldado abierto en sentido contrario al del filo, lo que lo aleja de las tipologías tradicionales (NICOLAR-DOT/GAUCHER, 1975: 89-100).

La aparición de estas manufacturas en hierro en un contexto habitacional de finales del VII a.C. obliga a revisar los postulados tradicionales con respecto al área galaica. Su procedencia ha de ser forzosamente meridional, y su llegada a estas tierras con toda seguridad habrá que suponerla producto de unos intercambios «comerciales» por vía marítima a los que no pueden ser ajenos los fenicios.

3. CONSIDERACIONES FINALES

Los materiales metálicos del nivel de finales del VII a.C. del Castro de Torroso, merced a su diversidad, informan con bastante precisión sobre las características culturales de la población que lo habitó y sobre las relaciones, esencialmente «comerciales», que mantenía con otros focos peninsulares.

El carácter de esta población parece marcadamente autónomo, propio de una de las culturas atlánticas de la fase de apogeo de la Edad del Bronce en su transición hacia el Hierro, con una base económica esencialmente agrícola y fuerte implantación de la actividad metalúrgica del bronce. Sobre esta población se perciben influencias foráneas debido a contactos con otras áreas: un tanto difusas las procedentes de los grupos tardíos de Campos de Urnas peninsulares y mucho más evidentes las recibidas del mundo orientalizante y fenicio del Suroeste.

Las posibles relaciones del mundo castreño del Noroeste en su origen con ciertos grupos tardíos de Campos de Urnas peninsulares han sido apuntadas por algunos autores en fechas recientes (ESPARZA, 1983: 117; HAWKES, 1984: 187-203) y dirigidas con preferencia hacia el grupo Soto de Medinilla, en el cual se observa también una fuerte filiación cultural indígena que recibe influencias foráneas tanto de los grupos de CC. UU. del Valle del Ebro como del mundo orientalizante (ROMERO CARNICERO, 1985: 94-95). Ciertos bronceos, como ya se ha dicho, apuntarían en esta dirección.

Otro numeroso grupo de piezas, sobre todo los objetos de hierro, creemos que hay que entenderlo como indicativo de contactos con el Sur de la Península. No olvidemos que en las fechas en que nos movemos el «comercio» atlántico peninsular parece estar en manos de los fenicios, que ya controlan el paso del Estrecho (AUBET, 1983: 824; GASULL, 1986: 194; RUÍZ GÁLVEZ, 1986: 27 y 34).

Hasta qué punto estas relaciones hayan podido influir sobre la población de la fase de apogeo de la Edad del Bronce en el Noroeste provocando su paulatina sedentarización y la edificación de los primeros poblados estables es un tema sobre el que la investigación apenas ha comenzado a rodar pero que creemos clave para el estudio de la protohistoria galaica.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ACUÑA CASTROVIEJO, F. (1976): *Excavaciones en el castro de O Neixón. (Campaña 1973)*. «Noticiero Arqueológico Hispánico», 5. Madrid, 327-330.
- ALMAGRO BASCH, M. (1954) : *Un nuevo depósito del Bronce Final del Río Sil*. «Memorias de los Museos Arqueológicos», XV. Madrid, 21-27.
- (1957): *Las fíbulas de codo de la ría de Huelva. Su origen y cronología*. «Cuadernos de

- Trabajo de la Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma», IX. Roma, 7-46.
- (1960): *Inventaria Archeologica*, 5, E2-E5. Madrid.
- (1966): *Sobre el origen posible de las más antiguas fíbulas anulares hispánicas*. «Ampurias», XXVIII. Barcelona, 215-236.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1987): *La celtización de la Meseta: Estado de la cuestión*. «Actas del I Congreso de Historia de Palencia», I. Excm. Diputación Provincial de Palencia. Valladolid, 313-344.
- ALONSO, F.; CABRERA, V.; CHAPA, T. y FERNÁNDEZ MIRANDA, M. (1978): *Índice de fechas cronológicas de C-14 para España y Portugal*. «C-14 y Prehistoria de la Península Ibérica». Fundación Juan March, serie Universitaria, nº77. Madrid, 155-183.
- ARGENTE OLIVER, J. L. (1974): *Las fíbulas de la necrópolis celtibérica de Aguilar de Anguita*. «Trabajos de Prehistoria», 31. Madrid, 143-216.
- AUBET SEMMLER, M. E. (1983): *Aspectos de la colonización fenicia en Andalucía durante el siglo VIII a.C.* «Atti del I Congreso Internazionale di Studi Fenici e Punici». P. BARTOLINI ed. Roma, 815-824.
- AUDOZUE, F. y COURTOIS, J. C. (1970): *Les épingles du Sud-Est de la France*. «Prähistorische Bronzefunde», XIII, nº1. München.
- BLANCO FREIJEIRO, A. (1957): *Origen y relaciones de la orfebrería castreña*. «Cuadernos de Estudios Gallegos», XII, nº36-38. Compostela, 5-28, 137-157 y 267-301.
- BLANCO FREIJEIRO, A.; FUSTÉ ARA, M. y GARCÍA ALÉN, A. (1967): *La necrópolis galaico-romana de La Lanzada (Noalla, Pontevedra)*, II. «Cuadernos de Estudios Gallegos», XXII, nº66. Compostela, 5-23.
- BLAS CORTINAS, M. A. (1983): *La prehistoria reciente de Asturias*. «Estudios de Arqueología Asturiana», 1. Fundación Pública de Cuevas y Yacimientos Prehistóricos de Asturias. Oviedo.
- BRANIGAN, K. (1974): *Aegean metalwork of the Early and Middle Bronze Age*. Oxford.
- BUCCHOLZ, H. G. y KARAGEORGHIS, V. (1973): *Prehistoric Greece and Cyprus*. New York.
- CABRÉ DE MORÁN, E. y MORÁN CABRÉ, J. A. (1977): *Fíbulas en las más antiguas necrópolis de la Meseta Oriental hispánica*. «Revista de la Universidad Complutense», XXVI. Madrid, 109-143.
- CAPRILE, P. (1986): *Estudio de los objetos de adorno del Bronce Final y Edad del Hierro en la provincia de Álava*. «Estudios de Arqueología Alavesa», 14. Victoria, 7-416.
- CARANCINI, G. L. (1975): *Die Nadeln in Italien. Gli spilloni nell'Italia continentale*. «Prähistorische Bronzefunde», XIII, nº2. München.
- CASTIELLA RODRÍGUEZ, A. (1986): *Nuevos yacimientos protohistóricos en Navarra*. «Trabajos de Arqueología Navarra», 5. Pamplona, 133-173.

- CAVALEIRO PAIXÃO, A. (1981): *Ein neus Grab mit Skarabäus in der Eisenzeitlichen Nekropole Olivar do Senhor dos Mártires Alcácer do Sal Portugal*. «Madrider Mitteilungen», 22. Berlin, 229-235.
- (1983): *Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)*. «O Arqueólogo Português», Série IV, nº1. Lisboa, 273-286.
- CERDEÑO, M. L.; GARCÍA HUERTA, R. y PAZ, M. de (1981): *La necrópolis de Molina de Aragón (Guadalajara). Campos de Urnas en el Este de la Meseta*. «Wadal-Hayara», 8. Guadalajara, 9-67.
- COELHO FERREIRA DA SILVA, A. (1986): *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*. Câmara Municipal de Paços de Ferreira. Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins. Paços de Ferreira.
- COELHO FERREIRA DA SILVA, A. TAVARES DA SILVA, C. y BAPTISTA LÓPES, A. (1984): *Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do castro de Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu)*. «Lucerna». PORTO, 73-95.
- COFFYN, A. (1978): *Une Faucille de l'Âge du Bronze a Conimbriga*. «Revista de Guimarães», LXXXVIII. Guimarães, 366-368.
- (1985): *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Publications du Centre Pierre Paris, 11. Paris.
- COFFYN, A.; GOMÉZ, J. y MOHEN, J. P. (1981): *L'apogée du Bronze Atlantique. Le dépôt de Vénat*. «L'Âge du Bronze en France», 1. Paris.
- CUADRADO, E. (1963): *Precedentes y prototipos de la fíbula anular hispánica*. «Trabajos de Prehistoria», VIII. Madrid.
- DELGADO, M. (1970): *Elementos de stúlas de bronze de Conímbriga*. «Conímbriga», IX. Coimbra, 15-43.
- DELIBES DE CASTRO, G. (1978): *Una inhumación triple de facies Cogotas I en San Román de la Hornija (Valladolid)*. «Trabajos de Prehistoria», 35. Madrid, 225-250.
- ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J. J. (1982): *Los objetos de adorno personal en la Prehistoria de Navarra*. «Trabajos de Arqueología Navarra», 3. Pamplona, 157-202.
- EOGAN, G. (1983): *The hoards of the Irish Later Bronze Age*. University College. Dublin.
- ESPARZA ARROYO, A. (1983): *Sobre el límite oriental de la Cultura Castreña*. «Actas del II Seminario de Arqueología del Noroeste». Ministerio de Cultura. Madrid, 103-119.
- (1986): *Los castros de la Edad del Hierro del Noroeste de Zamora*. Diputación Provincial. Zamora.
- FERNÁNDES GÓMES, J. J. y BARRETO DOMINGOS, J. B. (1983): *A xorca da Serra das Ripas (Alenquer)*. «O Arqueólogo Português», Série IV, nº1. Lisboa, 287-300.
- FERNÁNDEZ MANZANO, J. (1984): *Armas y útiles del Bronce Final en la Meseta Norte*. «Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología», L. Valladolid, 5-25.

- GALÁN SAULNIER, C. (1980): *Memoria de la primera campaña de excavaciones en la necrópolis de El Navazo, La Hinojosa (Cuenca), 1976*. «Noticiario Arqueológico Hispánico», 8. Madrid, 141-209.
- GARCÍA-LASTRA MERINO, M. (1984): *Primeros resultados de las campañas de excavaciones arqueológicas 1982 en el yacimiento de O Fixón (Hío, Cangas de Morrazo)*. «Pontevedra Arqueológica», 1. Pontevedra, 113-144.
- GASULL, P. (1986): *Problemática en torno de la ubicación de los asentamientos fenicios en el Sur de la Península*. «Aula Orientalis», IV, n.º1-2. Barcelona, 193-201.
- GERLOFF, S. (1986): *Bronze Age Class A Cauldrons: Typology, origins and chronology*. «Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland», 116. Dublin, 84-115.
- GIMBUTAS, M. (1965): *Bronze Age Cultures in Central and Eastern Europe*. The Hague.
- GONZÁLEZ-TABLAS SASTRE, J. y ARIAS GONZÁLEZ, L. (1988): *Sobre la cronología de los calderos de bronce con remaches en el centro de la Cuenca del Duero*. Comunicación presentada al «I Colóquio Arqueológico de Viseu». Viseu, 28 de abril de 1988 (en prensa).
- GUILAINE, J. (1972): *L'Âge du Bronze en Languedoc Occidental, Roussillon, Ariège*. «Mémoires de la Société Préhistorique Française», 9. Paris.
- GUITIÁN RIVERA, F. y VÁZQUEZ VARELA, J. M. (1975): *Contribución al estudio de la metalurgia del bronce en la Cultura Castreña*. «Gallaecia», 1. Compostela, 109-118.
- HAWKES, Ch. (1984): *The Castro Culture of the peninsular North-West: Fact and inference*. En «Papers in Iberian Archaeology», editado por T. F. C. BLAGG, R. F. J. JONES y S. J. KEAY. «British Archaeological Reports-International Series», 193 n.º 1. London, 187-203.
- HAWKES, C. F. y SMITH, M. A. (1957): *On some buckets and cauldrons of the Bronze and the Early Iron Ages*. «The Antiquaries Journal», XXXVII. London, 131-198.
- HERITY, M. y EOGAN, G. (1978): *Ireland in Prehistory*. Southampton.
- HORTA-PEREIRA, M. A. (1971): *O esconderijo do Bronze Final de Coles de Samuel*. *Source*: «Arqueologia e História», III. Lisboa, 165-182.
- KUBACH, W. (1977): *Die Nadeln in Hessen und Rheinhessen*. «Prähistorische Bronzefunde», XIII, n.º 3. München.
- LAUX, F. (1976): *Die Nadeln in Niedersachsen*. «Prähistorische Bronzefunde», XIII, n.º 4. München.
- LEEDS, E. T. (1930): *A bronze cauldron from the River Cherwell, Oxfordshire, with notes on cauldrons and other bronze vessels of allied types*. «Archaeologia», 80. London, 1-36.
- LÓPEZ CUEVILLAS, F. y BOUZA BREY, F. (1926): *Prehistoria gallega: O Neixón*. «Boletín de la Real Academia Gallega», XVI, n.º181-185. Coruña, 1-11, 32-38, 56-61, 76-83 y 103-108.
- LUENGO MARTÍNEZ, J. M. (1969-1970): *Excavaciones en el castro céltico de Baroña*

- (La Coruña). Campañas 1969-1970. «Noticiario Arqueológico Hispánico», XVI. Madrid, 245-264.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1954): *Yacimiento hallstático de Cortes de Navarra. Estudio crítico I*. Pamplona.
- (1956): *La técnica de incrustación de Boquique y la dualidad de tradiciones cerámicas en la Meseta durante la Edad del Hierro*. «Zephyrus», VII. Salamanca, 179-206.
- (1957): *Un interesante lote de bronce hallado en el castro de Sanchorreja, Ávila*. «Zephyrus», VIII. Salamanca, 241-256.
- (1958): *El castro de los Castillejos en Sanchorreja, Ávila*. Ávila-Salamanca.
- (1984): *La necrópolis protoibérica de Mas de Mussols, Tortosa (Tarragona)*. «Programa de Investigaciones Protohistóricas», VIII. Barcelona, 31-110.
- MARTÍN VALLS, R. y DELIBES DE CASTRO, G. (1978): *Die Hallstattzeitliche Siedlung von Zorita bei Valoria la Buena (Prov. Valladolid)*. «Madrider Mitteilungen», 19. Heidelberg, 219-230.
- MERGELINA, C. de (1944-1945): *La citania de Santa Tecla*. «Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología», XXXVII-XXXIX. Valladolid, 15-54.
- MOHEN, J. P. (1984-1985): *Les outils des métallurgistes de l'Âge de Bronze en France*. «Antiquités Nationales», 16. Saint-Germain-en-Laye, 89-96.
- NAVARRO, R. (1970): *Las fibulas en Cataluña*. Instituto de Arqueología y Prehistoria de la Universidad de Barcelona. Col. «Publicaciones Eventuales», nº 16. Barcelona.
- NICOLARDOT, J. P. y GAUCHER, G. (1975): *Outils*. «Typologie des Objets de l'Âge du Bronze en France», V. Paris.
- ORTEGA MARTÍNEZ, A. I. y MARTÍN MERINO, M. A. (1986): *La arqueología del karst de Ojo Guareña*. «Kaite», 4-5, 331-389.
- PALOL, P. de (1958): *La necrópolis hallstática de Agullana (Gerona)*. «Bibliotheca Praehistorica Hispana», I. Madrid.
- PEÑA SANTOS, A. de la (1984): *Yacimiento de Lavapés (Cangas de Morrazo). Balance de las excavaciones 1981-1982*. «Pontevedra Arqueológica», 1. Pontevedra, 149-178.
- (e/p, a): *Castro de Torroso. Campañas 1984 y 1985*. «Arqueoloxía — Memorias». Xunta de Galicia. Compostela.
- (e/p, b): *Castro de Torroso. Campaña 1986*. «Arqueoloxía — Memorias». Xunta de Galicia. Compostela.
- (e/p, c): *El Castro de Torroso (Mos, Pontevedra). Breve noticia*. «Homenaje a Cuevillas». Ourense.
- (e/p, d): *El Castro de Torroso (Mos, Pontevedra). Resumen de tres años de excavaciones*. «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», XXVII. Porto.
- (e/p, e): *Excavaciones en el Castro de Torroso (Mos, Pontevedra)*. «Pontevedra Arqueológica», III. Pontevedra.
- (e/p, f): *Castro de Torroso, Campañas 1987 y 1988*. «Arqueoloxía — Memorias».

- Xunta de Galicia. Compostela.
- PONTE, S. da (1973): *Fíbulas pré-romanas e romanas de Conímbriga*. «Conímbriga», XII. Coimbra, 159-197.
- RADDATZ, K. (1969): *Die Schatzfunde der Iberischen Halbinsel*. «Madri der Forschungen», 5, 2 vols. Berlín.
- RAURET DALMAU, A. M. (1976): *La metalurgia del bronce en la Península Ibérica durante la Edad del Hierro*. Instituto de Arqueología y Prehistoria de la Universidad de Barcelona, col. «Publicaciones Eventuales», 25. Barcelona.
- RIDGWAY, D. (1979): *The Este and Golasecca Cultures: a chronological guide*. En RIDGWAY, D. y F. R. eds.: «Italy before the romans». London — New York — S. Francisco, 419-487.
- ROMERO CARNICERO, F. (1985): *La Primera Edad del Hierro. El afianzamiento de la sedentarización y la explotación masiva del medio*. «Historia de Castilla y León», 1. Valladolid, 82-103.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1979): *El depósito de Hío (Pontevedra) y el final de la Edad del Bronce en la fachada atlántica peninsular*. «El Museo de Pontevedra», XXXIII. Pontevedra, 129-150.
- (1984): *La Península Ibérica y sus relaciones con el círculo cultural atlántico*. Universidad Complutense, Col. «Tesis Doctorales», 139/84. 2 vols. Madrid.
- (1986): *Navegación y comercio entre el Atlántico y el Mediterráneo a fines de la Edad del Bronce*. «Trabajos de Prehistoria», 43. Madrid, 9-42.
- (1987): *Bronce Atlántico y «Cultura» del Bronce Atlántico en la Península Ibérica*. «Trabajos de Prehistoria», 44. Madrid, 251-264.
- RUIZ ZAPATERO, G. (1983): *Los Campos de Urnas del Nordeste de la Península Ibérica*. Universidad Complutense, Col. «Tesis Doctorales», 83/85, 2 vols. Madrid
- RYCHNER, V. (1979): *L'Âge du Bronze Final a Auvernier (Lac de Neuchatel, Suisse)*. «Cahiers d'Archéologie Romande», 15, 2 vols. Lausanne.
- SAVORY, H. N. (1974): *Espanha e Portugal*. Ed. Verbo. Porto.
- SCHUBART, H. (1961): *Atlantische Nietenkessel von der Pyrenäenhalbinsel*. «Madri der Mitteilungen», 2. Heidelberg, 35-54.
- SCHÜLE, W. (1961): *Las más antiguas fíbulas con pie alto y ballesta*. «Trabajos del Seminario de Historia Primitiva del Hombre», II. Madrid.
- (1969): *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel. Mediterrane und Eurasische elemente in Früheisenzeitlichen Kulturen Südwesteuropas*. «Madri der Forschungen», 3, 2 vols. Berlin.
- SOUTOU, A. (1959): *Les épingles à tête enroulée du Midi de la France*. «Bulletin de la Société Préhistorique Française», 56, n.º5-6. Paris, 344-357.
- TARAMELLI, A. (1921): *Il ripostiglio dei bronzi nuraghi di Monte Sa Idda di Decimoputzu (Cagliari)*. «Monumenti Antichi», XXVII. Roma, 7-98.
- TAVARES DA SILVA, C. (1980): *Contribuição para o estudo da Cultura Castreja na Beira Alta*. «Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste», II. Guimarães, 171-191.

- TYLECOTE, R. F. (1962): *Metallurgy in Archaeology. A prehistory of metallurgy in the British Isles*. London.
- UGARTECHEA, J. M.; LLANOS, A.; FARIÑA, J. y AGORRETA, J. A. (1965): *El castro de las Peñas de Oro*. «Boletín de la Institución Sancho el Sabio», IX, 217-261.

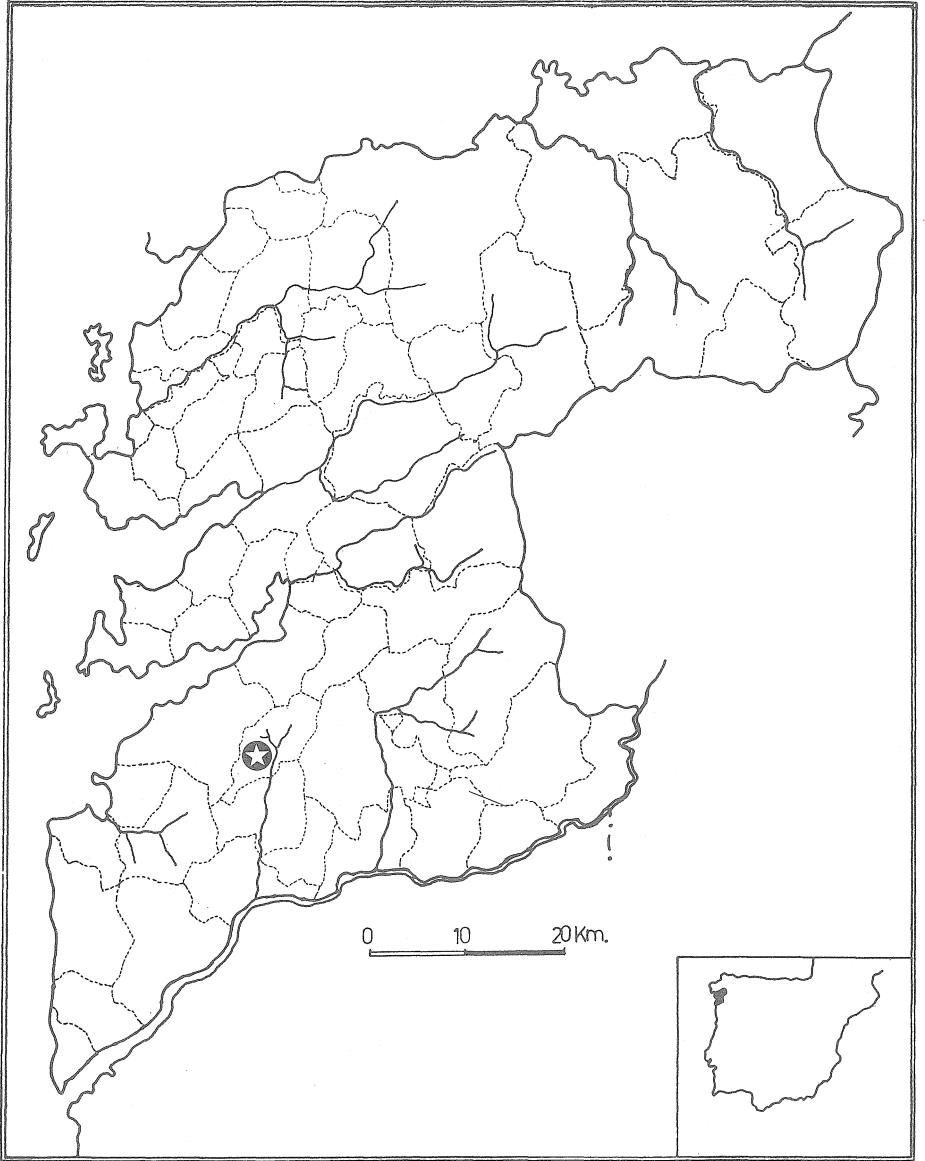


Fig. 1 — Situación geográfica del Castro de Torroso.

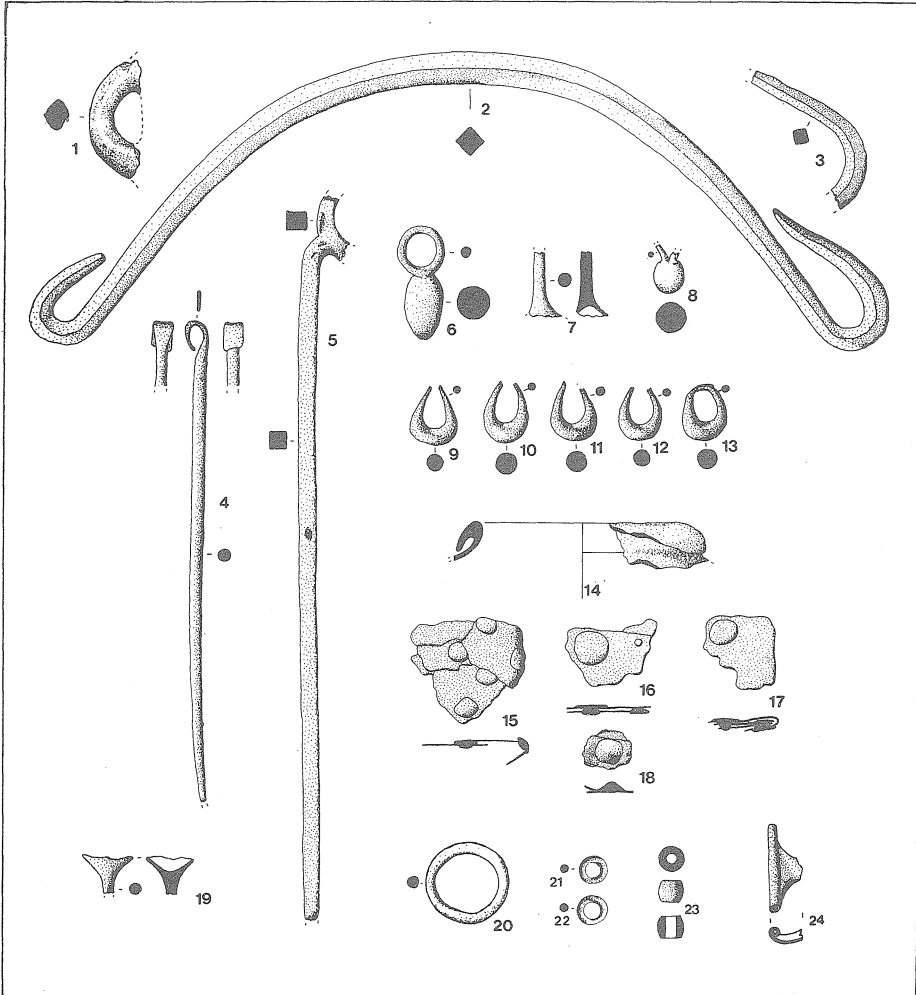


Fig. 2 — Castro de Torroso. Piezas de Bronce: 1 (87/102), 2 (86/050), 3 (84/136), 4 (84/146), 5 (87/103), 6 (84/135), 7 (84/144), 8 (87/101), 9 (84/131), 10 (84/132), 11 (84/144), 12 (84/134), 13 (86/051), 14 (84/712), 15 (84/065), 16 (84/066), 17 (84/067), 18 (87/105), 19 (86/053), 20 (87/101), 21 (84/294), 22 (84/295), 23 (84/290), 24 (86/052).

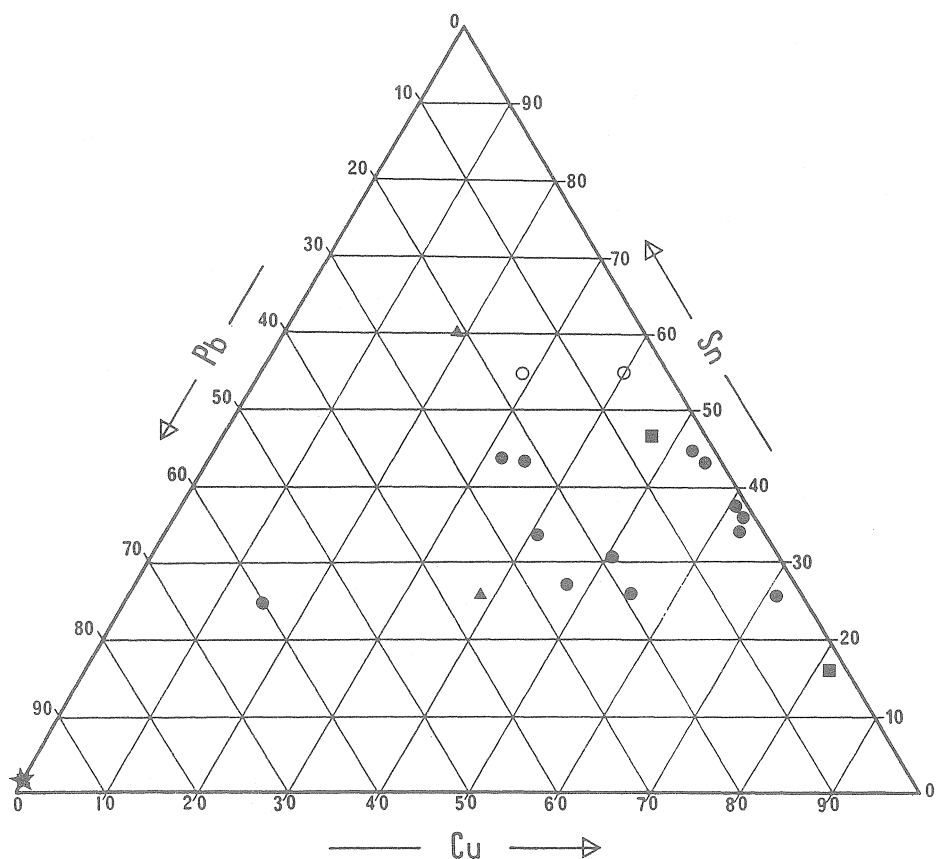


Fig. 3 — Diagrama ternario Cu-Sn-Pb de los objetos de bronce del Castro de Torroso. Puntos, piezas varias; círculos, fragmentos de crisoles; triángulos, restos de fundición; cuadrados, trozos de recipiente remachado; estrella, grapa de plomo.

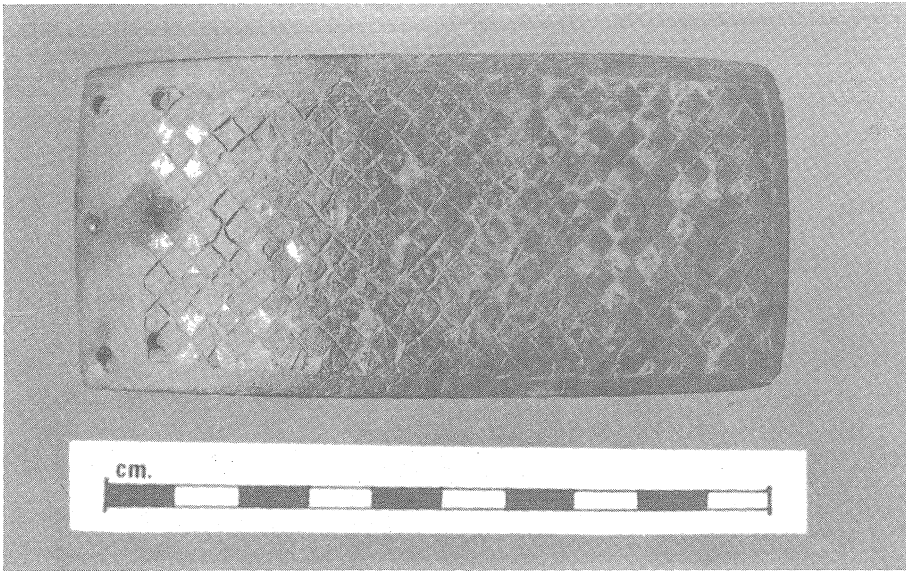


Foto 1 — Anverso de la placa de cinturón de bronce damasquinado.

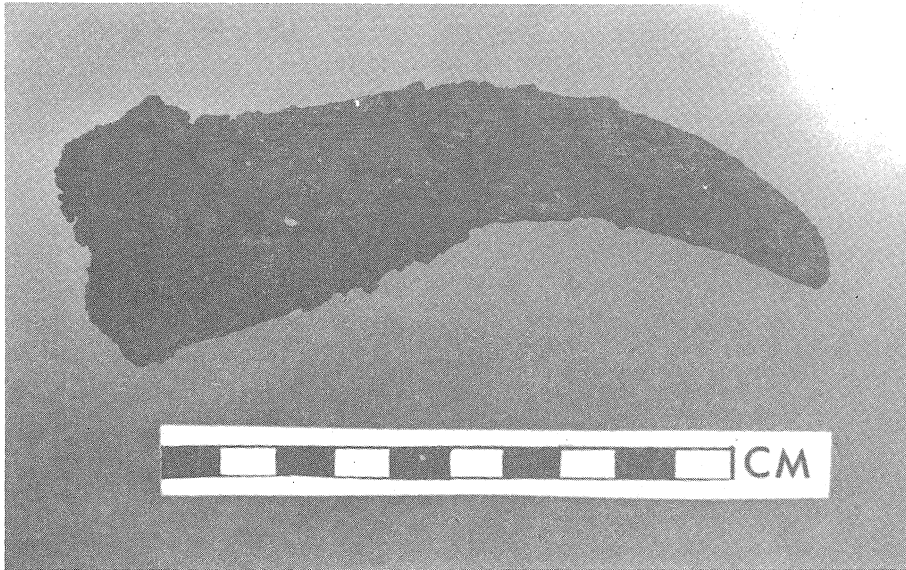


Foto 2 — Hoz o podón de hierro del nivel I.

DOS MODELOS DE HABITAT CASTREÑO: CASTRO DE TROÑA Y CASTRO DE FOZARA

por

Jose Manuel Hidalgo Cuñarro *
Eugenio Rodríguez Puentes *

1. INTRODUCCIÓN

La cultura material quizás sea lo más representativo o casi lo único que conocemos de la cultura castreña, aún así, nos encontremos en lo que pudiera denominarse el inicio de su conocimiento, con un aprendizaje basado en análisis tipológicos y su encuadre cronológico. Este tipo de análisis nos puede servir como base para una sistematización que nos permita acceder a otros niveles de conocimiento: sociales, económicos, culturales... una vez hemos analizado sus propiedades intrínsecas y sus interrelaciones, en un mismo asentamiento y/o entre varios sincrónicos.

Lo que pretendemos en el presente artículo es establecer una serie de analogías/diferencias entre dos yacimientos situados en el valle del Tea (Ponteareas/Pontevedra) (*Figura nº 1*) representativos, a nuestro entender, de dos modelos distintos de ubicación topográfica de este tipo de yacimientos: castro de ladera (200 metros s. n. m.) como es el Castro de Troña y de llanura (60-80 metros s. n. m.) el de Fozara, presentando niveles sincrónicos que nos permiten un estudio comparativo.

El contar con una secuencia de C-14 y un área amplia excavada del Castro de Troña (excavaciones sistemáticas de 1981 a 1987, ver planta general en *figura nº 2*) nos da juego para plantear la evolución del poblado en un extenso período (s. VI-V a.C. al s. I-II d.C.), con las fases de ampliación del mismo. Lo que contrasta con la secuencia probable menor del Castro de Fozara (s. III-I a.C.), según catas de sondeo realizadas en el año 1984, que presenta una cierta homogeneidad morfológica y cultural.

* Departamento de Prehistoria y Arqueología del Museo Municipal «Quiñones de León» de Vigo.

2. DINÁMICA DE CRECIMIENTO DEL CASTRO DE TROÑA

En este apartado intentaremos ofrecer las posibles fases de crecimiento que han ido transformando la morfología del Castro de Troña, durante un período cronológico amplio y en base a la dispersión de los hallazgos de los distintos niveles de ocupación¹, todo ello teniendo en cuenta que la visión que actualmente tenemos del yacimiento es parcial, ya que una de las áreas que creemos darían los resultados más positivos, para el curso de esta análisis, sería donde se sitúa la explanada que circunda la ermita, de difícil excavación dada su relación con la misma.

Para un mejor seguimiento de este apartado vease la figura 3^a, donde en punteado se señalan los lugares de hallazgos de cada fase, y en rayado la hipotética superficie del yacimiento, en base a las excavaciones realizadas.

No vamos a tener en cuenta el más que probable crecimiento gradual y los cambios sufridos en cada una de estas que denominamos «fases», y que en realidad abarcan varios siglos, en las diversas áreas de ocupación; ya que suponemos un crecimiento no repentino, ni pre-pensado ni trazado de antemano en cada una de estas. Tampoco es tema a tratar en este artículo, y carecemos de suficientes datos, intentar analizar una dinámica ocupacional y relaciones espaciales dentro de estas áreas.

Los hallazgos de más antigüedad se sitúan en el área norte y noroeste del primer recinto (figura nº3-A), y en los niveles inferiores que han dado una cronología de C-14 de 450±50 a.C.;² con cerámica incisa, bordes rectos (Figura nº 4: 1, 2 y 3), huecos de poste, pavimentos, hogares,... que nos hacen suponer la existencia de viviendas no petreas, con características similares a otros castros del noroeste, donde cada vez es más abundante la aparición de restos de escasa monumentalidad³ y, consecuentemente, más difíciles de definir. Esta fase cuyo inicio es incierto, pero si nos fiamos de la cronología de C-14 y el estudio comparativo de materiales con otros yacimientos, se sitúa en un marco

¹ Para más información sobre las excavaciones del Castro de Troña vease los trabajos de Hidalgo Cuñarro, J. M.: «Breve resumen de las excavaciones arqueológicas en el Castro de Troña (1981, 1982 y 1983)», Rev. ZEPHYRUS, vol. XXXVII-III, 1984-85, págs. 307-314; «Castro de Troña campaña de 1983» ARQUEOLOXIA/MEMORIAS, Santiago, 1985; «El Castro de Troña: noticia preliminar de las excavaciones arqueológicas de 1982», Rev. MUSEO DE PONTEVEDRA, vol. XXXIX, 1985, págs. 97-117 y «El castro de Troña: noticia preliminar de las excavaciones arqueológicas de 1985», Rev. GALLAECIA, 10/9, 1987, págs 27-60.

² Muestra tomada en la campaña del año 1984, nivel F: 2400± 50= 450± 50 a.C. Indicamos aquí que todas las muestras han sido tratadas en el Instituto Rocasolano del C.S.I.C. en Madrid.

³ Por ejemplo en trabajos como os de Fariña Busto, F. L. *et alii*, «Panorámica General sobre la cultura castrexa», en ESTUDIOS DE CULTURA CASTREXA E DE HISTORIA ANTIGA DE GALICIA, Santiago 1983, págs. 87-127; o los de Coelho Ferreira da Silva, A., «A cultura castreja no noroeste de Portugal: habitat e cronologías», PORTUGALIA, IV/V, Porto 1984/85, págs. 121-129; y A CULTURA CASTREJA NO NOROESTE DE PORTUGAL, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, 1986, donde se trata este tema.

cronológico que se aleja del considerado «castrexo clásico»,⁴ y se acerca a las fechas barajadas como inicio de la denominada «cultura castreña» del s. VI a.C. Esta parece de alguna forma ajustarse a unos compartimentos estancos donde hasta ahora se ha ceñido esta cultura, cuando en realidad aún estamos lejos de conocer el proceso de ocupación de poblados fortificados, y si estos serían tales en fechas tan lejanas, aunque en el caso de Troña unas piedras de gran tamaño (aparecidas en la zona Norte en la campaña de 1985) con cierta alienación y paralelas a la muralla conservada, nos hacen suponer la existencia de muralla en este momento, incluso de anchura mayor que la hoy visible. Es difícil poder definir el área de este, creemos, primer poblamiento, ya que los hallazgos han sido aislados y escasos, pero por lo mismo suponemos una ocupación poco densa en un área muy reducida del recinto castreño, que sería la situada sobre el valle.

El segundo período o «fase» se caracteriza por la abundancia de material indígena decorado, gran número de cerámica estampillada, incisa plástica, ... (Figura nº 4: 4, 5, 6, 7 y 8) y la existencia de construcciones de piedra. La cronología de esta fase, la más amplia, iría del s. IV a.C. a mediados s. II a.C.⁵ Se localizaron hallazgos de estos niveles en casi toda la zona Norte y Este del primer recinto (Figura 3-B), siendo abundante el material cerámico con una variada tipología, en concordancia con la cerámica tanto de los castros de la costa como del interior (sobre todo del sur de las provincias de Orense y Pontevedra). Es un período bastante largo en el cual no apreciamos diferencias formales o tipológicas claras en el material arqueológico, a no ser con respecto al período anterior. Desconocemos el sistema de defensa del recinto en esta fase pero probablemente estaría constituido por muralla y foso. Tanto la densidad como el área de ocupación sería mayor que en la fase anterior, ocupando ya gran parte de la superficie del primer recinto excepto, quizás, la zona suroeste donde hasta el momento no se han dado hallazgos significativos que denoten este período, aunque algunas de sus formas tipológicas continúan en fases posteriores, pero ya asociadas a material romano.

La clara contraposición con la fase vista anteriormente parece marcar una ruptura clara en la ocupación del yacimiento, no pareciendo haber demasiada vinculación entre una fase y otra, o mejor dicho un paso gradual, que sin caer en teorías evolucionistas, nos denoten una continuidad cultural, o unas fases intermedias en las cuales se aprecie un cambio relativo, en cuanto a cultura material se refiere. Esto «in mente» nos puede dar que pensar en contactos con otras culturas (aculturación, intercambio, ...) o un cambio socio-económico en la propia cultura, ya que aparentemente, según la estratigrafía y las fechas de

⁴ Fariña Busto, F. L. *et alii*, op. cit. nota³ pág. 120.

⁵ Muestras tomadas en la campaña de 1984, nivel E: $2330 \pm 50 = 380 \pm 50$ a.C.; nivel D: $2230 \pm 50 = 280$ a.C.; nivel C: $2160 \pm 50 = 210$ a.C.

C-14, no hay una ruptura cronológica, es decir un salto en el tiempo entre una fase y otra realmente grande. Por otra parte tenemos que el tipo de asentamiento es el mismo, situación, morfología, ..., y que por tanto, aparentemente, no existe tal corte en cuanto a tipo de habitat, o lugar geográfico, es decir de espacio. Si tenemos en cuenta que en las excavaciones llevadas a cabo no hay muestras de ocupación anterior a estas fases a que nos referimos, es decir a los siglos V ó VI a.C., también tenemos que suponer que la «elección» de tal espacio como lugar de habitat es reciente y posiblemente producto de una serie de cambios socio-económicos y de formas de pensamiento. Aunque, como ya advertimos, notemos entre las dos fases cambios realmente importantes, en cuanto a materiales y monumentalidad interior del habitat, como para diferenciar claramente los dos períodos sin más nexo que la situación topográfica, desconociendo el resto de los vínculos.

Y entramos, así, en los niveles a partir de los cuales aparece el material romano asociado claramente al indígena, y en los que el poblado sufre las mayores transformaciones, con un crecimiento progresivo en un corto espacio de tiempo. Será a partir de fines del s. II a.C. (Figura 3-C), y sobre todo s. I a.C., cuando el primer recinto es ocupado en su totalidad y se construye la muralla que actualmente es visible; y a continuación, y posiblemente en un corto período de tiempo, se ocupa lo que constituye el segundo recinto (Figura 3-D), rodeado también de muralla, donde en las excavaciones, por el momento, aparece un único nivel de habitación⁶. La ocupación total del yacimiento, con la construcción de las murallas, es decir con la morfología que conserva actualmente, se produce entre el s. I a.C. y el s. I d.C. Se advierte también un cambio en los materiales, sobre todo cerámicos (Figura nº5), aunque hay perduraciones de formas y motivos anteriores, y en las tipologías de las construcciones (más variada: elípticas, redondas, rectangulares, ... alguna con vestíbulo, y más complejas: enlosados, umbrales, aljibes, ...), lo que da mayor complejidad y monumentalidad interior.

A partir de esto momento parece evidente el abandono del yacimiento, y únicamente señalar hallazgos ocasionales de algunas monedas, en niveles revueltos, de los s. III-IV d.C., posiblemente producto de una ocupación ocasional, y no de una habitacionalidad continuada.

⁶ Muestras tomadas en la campaña de 1985, nivel C (2º recinto): $2010 \pm 50 = 60 \pm 50$ a.C.; nivel D (2º recinto): $2030 \pm 50 = 80 \pm 50$ a.C.; y campaña de 1986, nivel B (1º recinto): $1920 \pm 45 = 30 \pm 45$ d.C.; y nivel C: $1930 \pm 45 = 20 \pm 45$ d.C. Y también hacemos referencia en la figura nº 3-D a las excavaciones de este recinto de Pericot García, L. y López Cuevillas, F.: «Excavaciones en la citania de Troña (Pontearreas/Pontevedra)» JUNTA SUPERIOR DE EXCAVACIONES Y ANTIGUEDADES, nº 115, 1930; y «Un barrio inédito del Castro de Troña», CUADERNOS DE ESTUDIOS GALLEGOS, tomo XXI, 1950.

3. UNA OCUPACIÓN SINCRÓNICA: EL CASTRO DE FOZARA

Cuando se plantea la comparación entre dos yacimientos que han sido desigualmente excavados, no es con el propósito de establecer una serie de conclusiones que nos llevan al engaño, sino más bien intentar ofrecer unas hipótesis, que en base a nuestros estudios, marquen unas pautas de comprensión de la ocupación castreña en el valle del Tea, y que al mismo tiempo nos indiquen posibles vías de análisis de la cultura castreña en geral.

Del castro de Fozara se conserva actualmente lo que podría ser la mitad del yacimiento, debido a labores extractivas de arcilla. Antes de las excavaciones de 1984 ya se habían hecho importantes hallazgos arqueológicos⁷, pero nos vamos a referir sobre todo a estas excavaciones para realizar nuestro análisis⁸.

La riqueza de hallazgos de este castro no se dió en el interior del recinto, sino más bien en la ladera del mismo y en una zona que creemos «extra» muralla, aunque, debido a las alteraciones sufridas por el yacimiento es difícil de precisar.

Aunque en este yacimiento hemos constatado tres momentos de ocupación del mismo, con sus correspondientes construcciones, no se ha apreciado un cambio en el material arqueológico que es bastante homogéneo, las fechas de C-14, 160±50 a.C. y 170±50 a.C.⁹, para toda el área excavada, nos apoyan en el relativo corto espacio de tiempo en que se han desarrollado estos niveles. Por otro lado el material romano aparecido ha sido escaso y nada significativo (en niveles superficiales); por lo que la ocupación del castro se tendrá que situar principalmente en la primera mitad del s. II a.C., y probablemente s. III a.C., aunque hay que suponerle una vida más dilatada por algunos hallazgos aislados (no producto de excavaciones arqueológicas), como es la moneda de la «caetra» que nos lleva al s. I a.C., o cerámica de barniz negro, espada de antenas, ...que pueden retrotraer la primera ocupación incluso al s. IV a.C. Al mismo tiempo, un estudio comparativo de materiales (tanto cerámicos como tipología de estructuras habitacionales) nos lleva a situar a Fozara en la fase que hemos visto como B de Troña.

Pero lo que más nos interesa, para el presente análisis, es que este yacimiento no sufre la ampliación que hemos visto en el castro de Troña en

⁷ Hidalgo Cuñarro, J. M. y Costas Goberna, F. J.: «Importantes hallazgos en el castro "A Cidade" de Caneiro (Fozara/Ponteareas)», Rev. MUSEO DE PONTEVEDRA, vol XXXII, 1978, págs 61-67; y «El castro "A Cidade" de Caneiro, Fozara (Ponteareas)», Rev. MUSEO DE PONTEVEDRA, tomo XXXIII, 1979.

⁸ Hidalgo Cuñarro, J. M. y Rodríguez Puentes, E.: «Castro de Fozara, Campaña de 1984». Serie ARQUEOLOXIA/ MEMORIAS, nº 9, Santiago 1987.

⁹ De la campaña de 1984, muestras del interior del recinto, niveles C y E: 2110±50=160±50 a.C. (misma cronología para los dos niveles); y del exterior nivel B: 2120±50=170±50 a.C.

época romana, sobre todo del s. I a.C. al s. I d.C., y que posiblemente es abandonado, al menos como lugar de habitat intenso, mientras en Troña se están produciendo una serie de transformaciones que lo van a convertir en un gran poblado con un auge constructivo y riqueza de materiales.

Aunque no se han realizado excavaciones en su sistema defensivo hay que suponerlo correspondiente a esta ocupación, al menos del s. II a.C., y en el podemos ver que se trata de un sólo recinto, bastante llano, rodeado de muralla (que actualmente sólo se conserva en su parte Norte y Noroeste), foso y varios parapetos (con sus correspondientes fosos) formando una estructura compleja sobre todo en el lado norte. En el resto aprovecha las defensas naturales de la pendiente y de los rios. Se muestra así como un conjunto cerrado, sin ampliaciones, y encajonado en la unión de dos rios de los cuales el propio yacimiento constituye una terraza.

4. APROXIMACIÓN A UN ANÁLISIS COMPARATIVO

Hemos visto, en este sucinto estudio, dos yacimientos próximos en el espacio geográfico, en un mismo valle, y en una situación topográfica diferencial, que presentan momentos de sincronía reflejados en la similitud de materiales arqueológicos, constructivos (en el tipo de estructuras interiores del yacimiento), y por dataciones de C-14. Lo que más nos ha llamado la atención ha sido la situación topográfica de cada uno de estos asentamientos: por un lado el castro de Troña aprovecha un espolón de una cadena montañosa, a media ladera, para situarse sobre el valle y dominarlo en casi su totalidad; y por otro lado el de Fozara se sitúa en la confluencia de dos rios, en una terraza fluvial en pleno valle, donominando una via de paso como es el rio Tea (afluente del Miño en su margen derecha). Así aunque su situación topográfica sea diferente cumplen una función estratégica similar y ambos están próximos a los recursos del valle, con ello no pretendemos establecer un determinismo económico-defensivo en la situación del habitat castreño ya que posiblemente haya que tener en cuenta otros factores por el momento desconocidos.

En cuanto a la evolución de ambos yacimientos, ya hemos visto que el de Troña presenta una secuencia más amplia, y refleja el paso de una ocupación poco densa y en un espacio reducido a sucesivas ampliaciones y una ocupación más intensa, con un desarrollo de la monumentalidad interior del yacimiento, manteniéndolo a lo largo de su dilatada existencia como habitat un sistema defensivo compuesto de muralla, foso y probablemente parapetos (que actualmente, y a falta de su excavación, no podemos situar cronológicamente) que lo hace visible desde el valle. En el castro de Fozara también se puede apreciar ese desarrollo de la monumentalidad interior, con la aparición de huecos de poste y muros poco consistentes en los niveles inferiores, y construcciones

bien acabadas en los superiores; y al mismo tiempo un sistema defensivo complejo, muralla, fosos y parapetos, en los lugares de más accesibilidad, pero en contraposición con Troña su visibilidad desde el exterior es menor. Lo que si es evidente es la distinta evolución que presentan ambos yacimientos a partir, sobre todo, del s. I a.C., ya que mientras el castro de Troña es ampliado y presenta un gran apogeo, el de Fozara parece sufrir un decaimiento con su posterior abandono. Desconocemos las causas que provocaron el abandono de un castro de valle y el auge de uno de ladera, pero una situación similar parece que se da en otros yacimientos de similares características, Castro de Forca y Tecla¹⁰, donde parece que hay un traslado de población. Es este un fenómeno que requerirá un estudio exhaustivo para una mejor comprensión de la evolución de la cultura castreña, ya que no es un fenómeno aislado, en recientes excavaciones se han constatado yacimientos que son abandonados o decaen en estos momentos (Castro de Pedra Moura¹¹, Toralla¹²,...) y otros que surgen o tienen su auge poblacional (San Cibrán das Las¹³, Castro de Vigo¹⁴, Tecla¹⁵,...).

Sera necesario la realización de sondeos en el resto de los castros del valle del Tea, al mismo tiempo que un análisis territorial más exhaustivo, para llegar a comprender la dinámica y evolución del poblamiento en época castreña en el mismo¹⁶.

¹⁰ Carballo Arceo, L. X.: «Castro da Forca. Campaña de 1984». Serie ARQUEOLOXIA/MEMORIAS, nº 8, Santiago, 1987, pag. 141.

¹¹ Excavaciones realizadas durante la «Prospección con catas de sondeo de Val Miñor» año 1985, por V. Tomás Botella, J. C. Abad Gallego y E. Rodríguez Puentes. Inédito.

¹² Informe preliminar inédito entregado a la Dirección Xeral do Patrimonio da Xunta de Galicia por Hidalgo Cuñarro, J. M.: «Excavación de urgencia en la isla de Toralla», 1986; y tesis de licenciatura inédita «Estudio de los materiales arqueológicos de la isla de Toralla (Vigo/Pontevedra)», 1983.

¹³ Perez Outeiriño, B.: «A Cidade de San Cibrán de Las. Obxectivos e resultados das últimas intervencións arqueolóxicas (1982-1983)». SEMINARIO LUSO-GALAICO, Caminha 1984, En prensa.

¹⁴ Hidalgo Cuñarro, J. M.: «Excavaciones arqueológicas en el castro de Vigo», *Publicaciones del Museo Municipal «Quiñones de León»*, nº 6, Vigo 1983; y «Castro de Vigo. Campaña de 1983», serie ARQUEOLOXIA/MEMORIAS, nº 3, Santiago 1985.

¹⁵ Peña Santos, A. de la: «Yacimiento Galaico-romano de Santa Trega. Campaña de 1983», serie ARQUEOLOXIA/MEMORIAS, nº 5, Santiago 1986.

¹⁶ Las excavaciones arqueológicas de los Castros de Troña y Fozara han sido subvencionadas por la Xunta de Galicia, Dirección Xeral do Patrimonio. Las figuras que acompañan al presente artículo han sido realizadas por Jose Manuel Rodríguez Sobral y M^a del Mar Perez Dominguez, a los cuales agradecemos su colaboración.

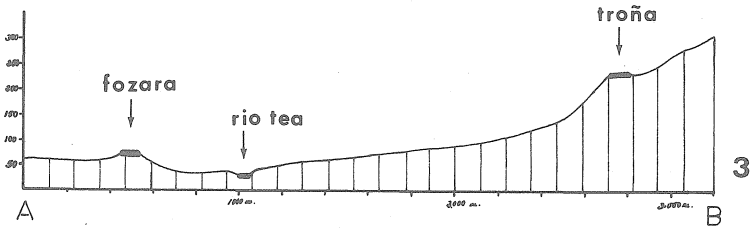
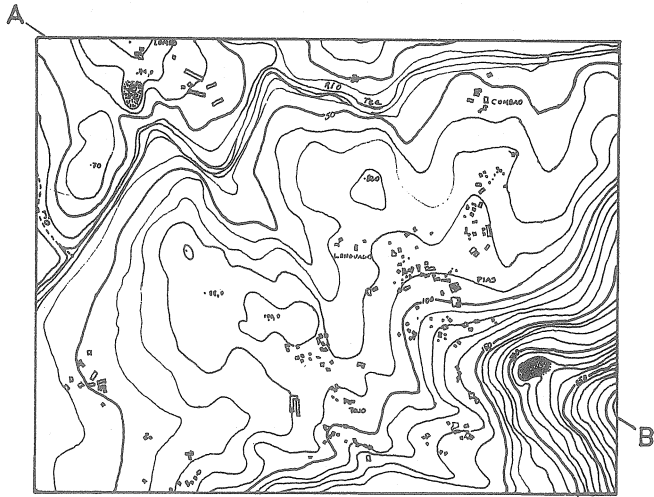
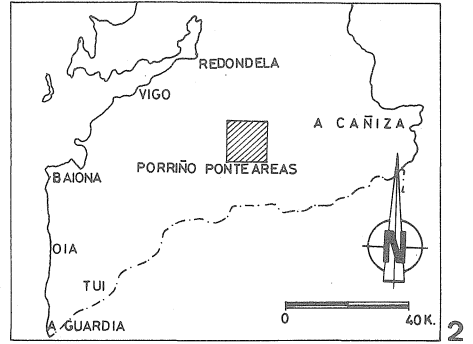
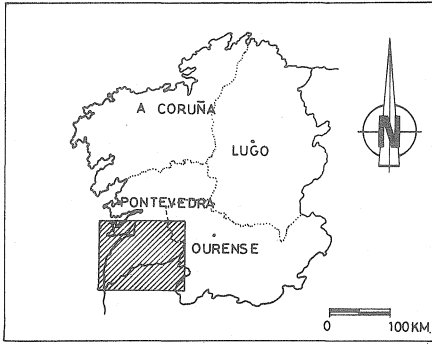


Fig. 1 — Localización geográfica del Castro de Troña y Fozara.

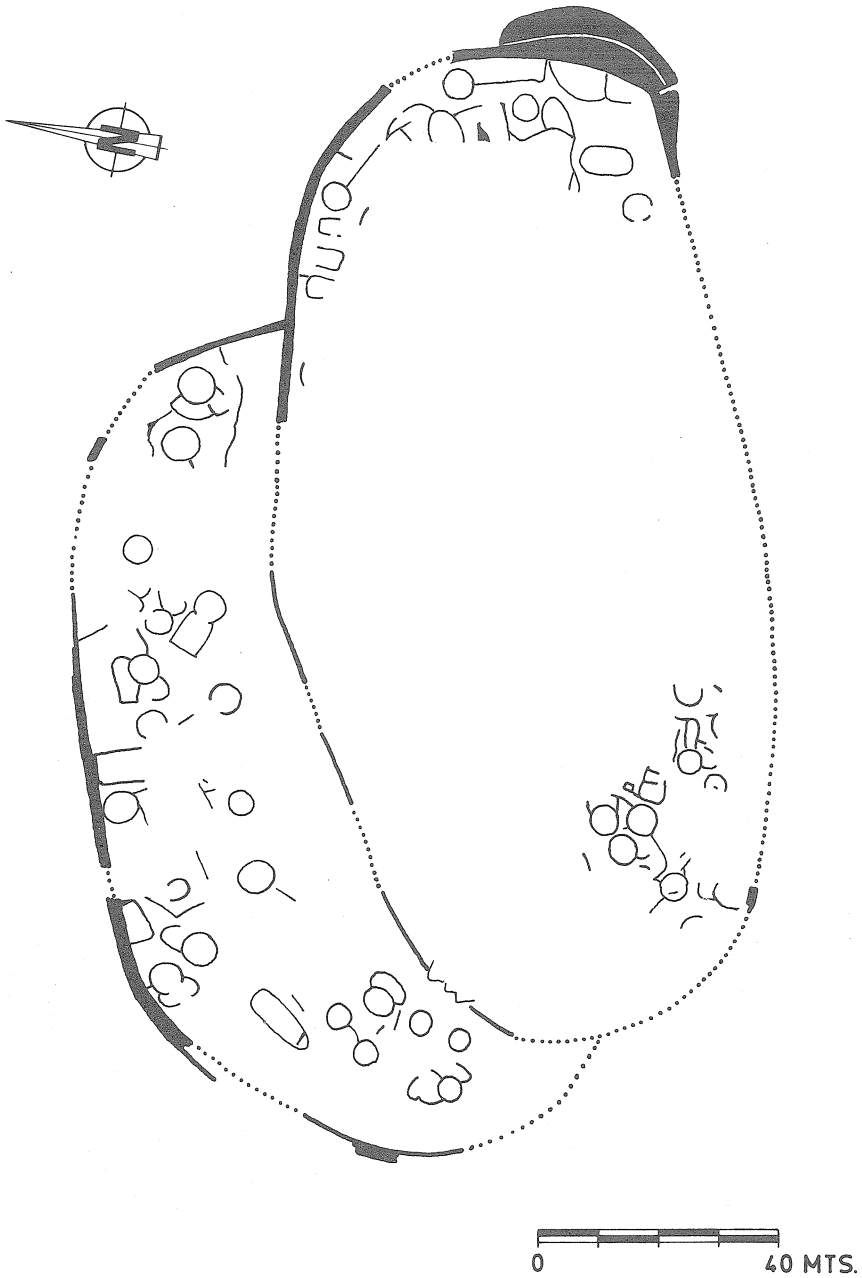


Fig. 2 — Planta general del Castro de Troña.

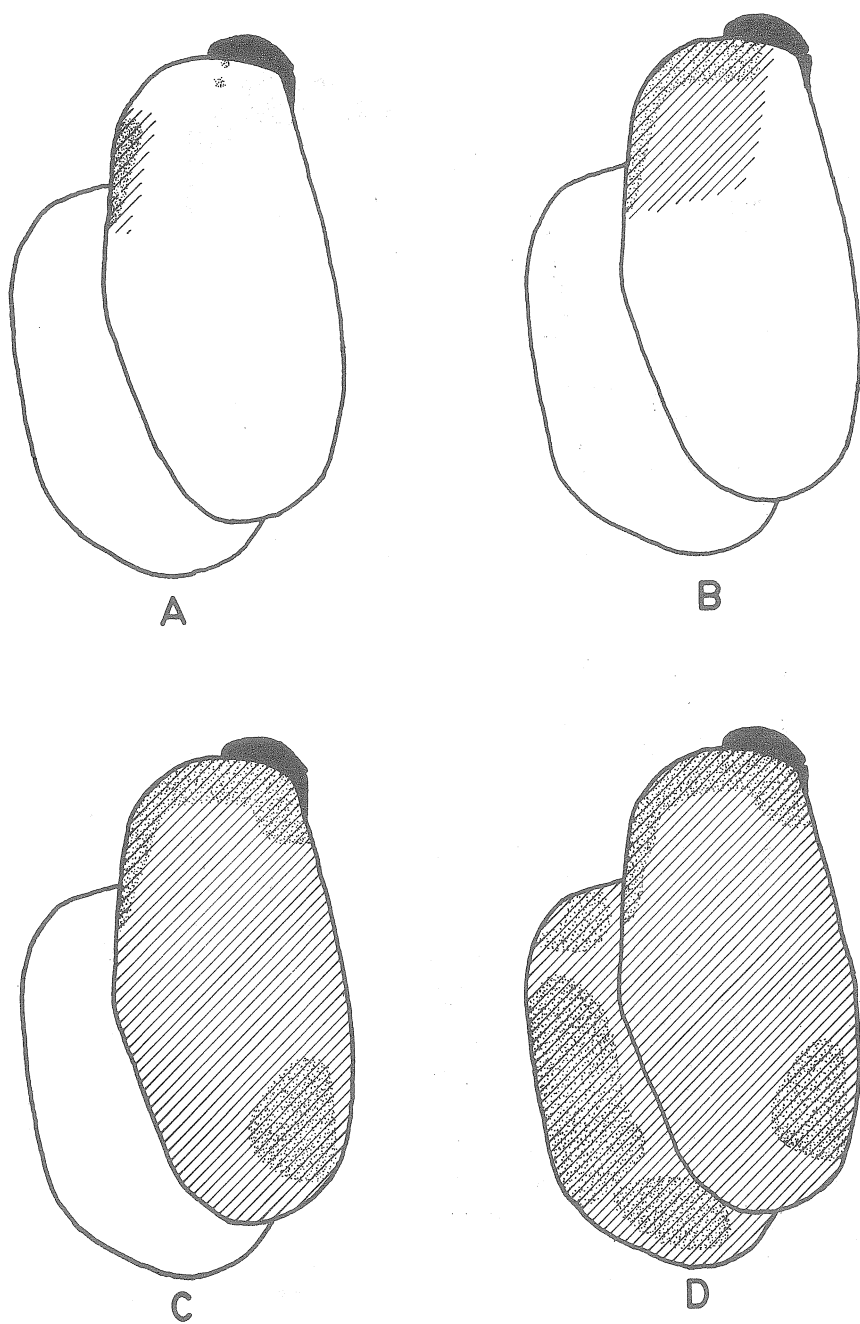


Fig. 3 — Fases de ocupación del Castro de Troña.

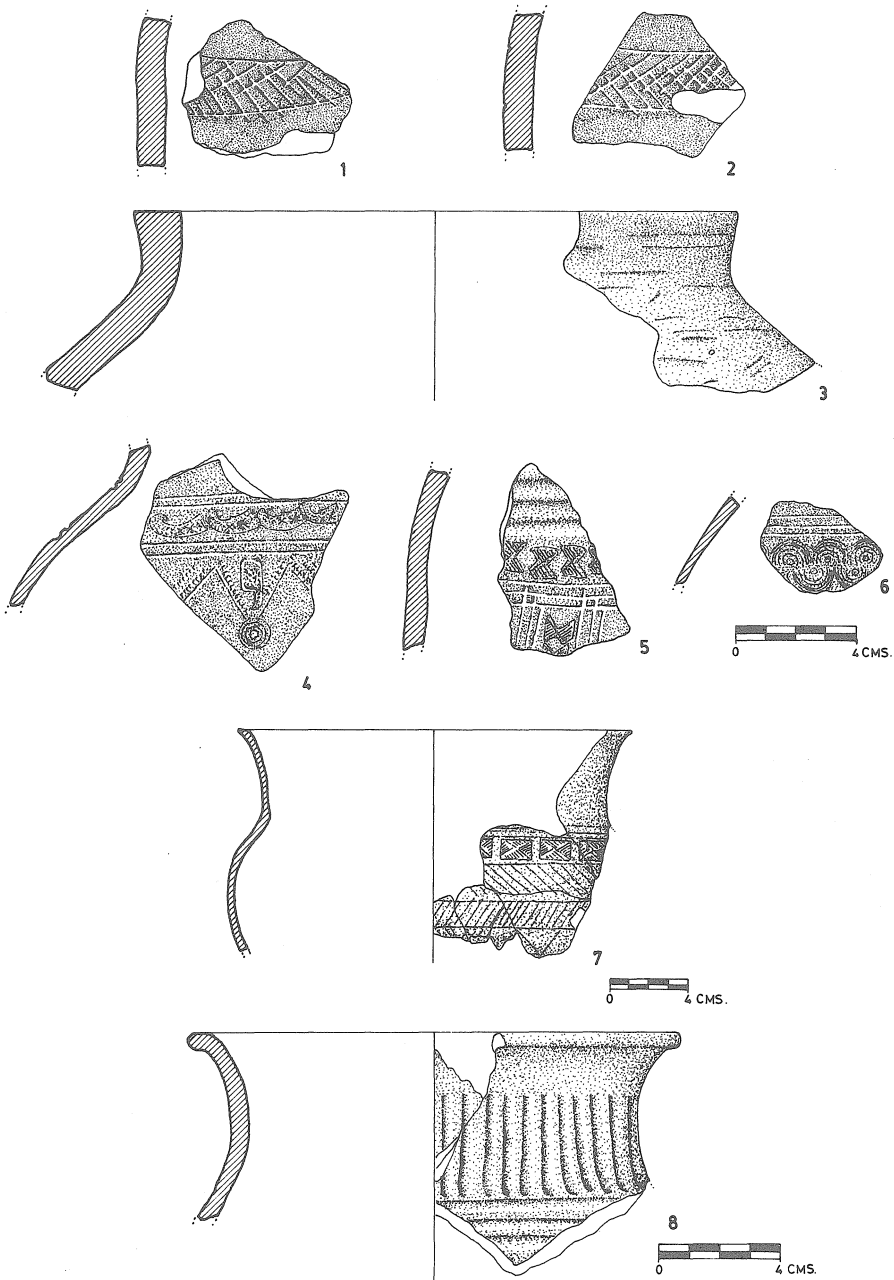


Fig. 4 — Cerámica del Castro de Troña.

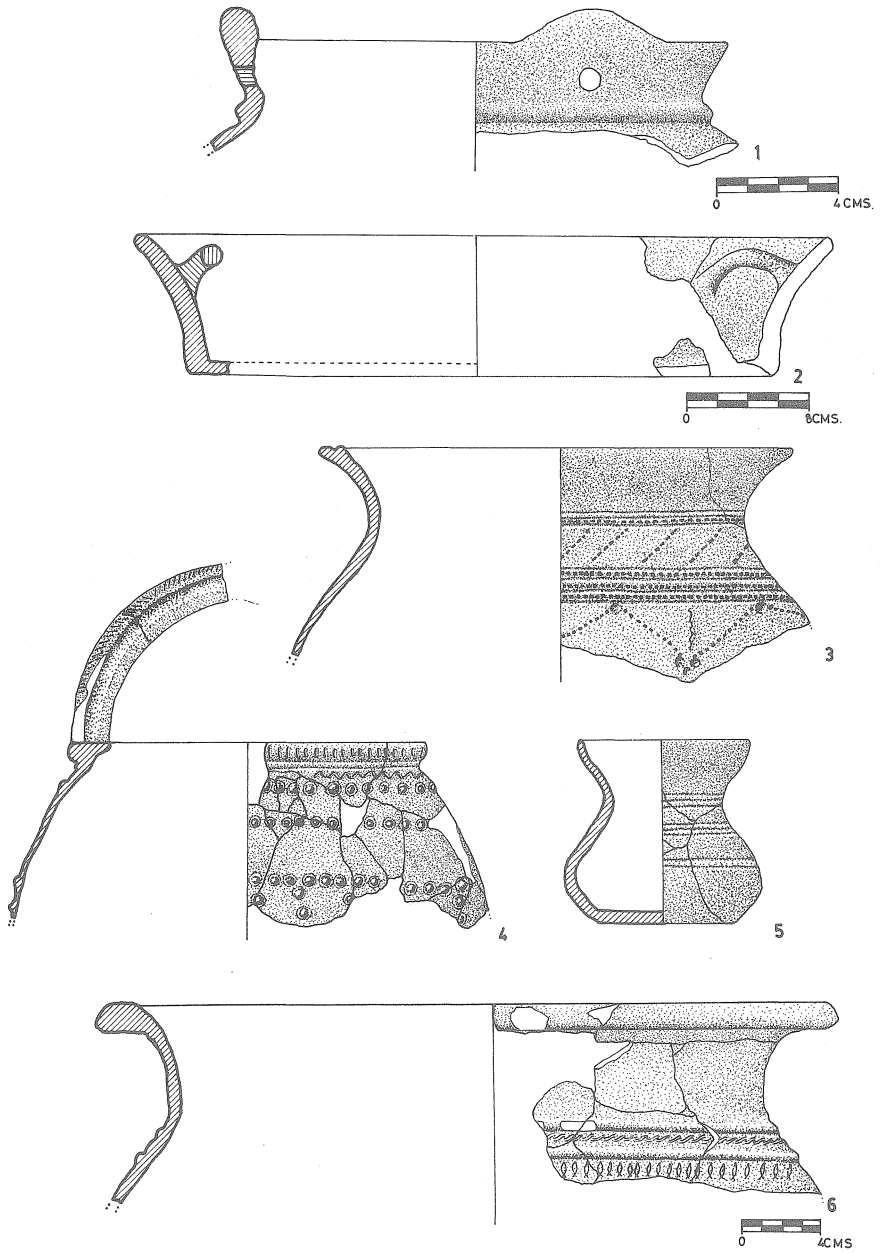


Fig. 5 — Cerámica del Castro de Troña.

DEBATE

Vítor Oliveira Jorge — Uma curta intervenção: há pouco falou-se aqui do concelho de Arouca e citou-se o nome de D. Domingos de Pinho Brandão. Queria aproveitar a oportunidade para lhe fazer uma pequena homenagem, que é lembrar aqui o seu nome, visto que faleceu há alguns dias e (a seu modo e no seu tempo) foi um impulsionador da Arqueologia do Norte de Portugal. Acho que essa homenagem lhe é devida neste momento.

Armando Coelho Ferreira da Silva — Queria assinalar a importância que a comunicação de Peña Santos representa para resolver em parte muita da problemática que hoje se pôs de manhã e que tem vindo a retardar-se. É o problema das origens da cultura castreja, das suas origens no Bronze Final ou na Idade do Ferro e com relações a que tipo de horizontes, Bronze Final ou outros. Efectivamente este povoado, pelos resultados que deu, não aparece como sendo do Bronze Final, aparece como sendo da Iª Idade do Ferro, até com materiais de ferro inequivocamente demonstrados e com inúmeros materiais absolutamente paralelos, iguais, aos do Coto da Pena. Era curioso que se verificasse agora as composições metalográficas — incluindo as do Coto da Pena —, designadamente os pendentes, quer os acampanados, quer aqueles em sanguessuga, e os restos de caldeiros, etc., que justificaram que eu dividisse a Iª fase em IA e IB em torno de 700, o que de certo modo, no meu entender (só agora lendo a comunicação), justifica que no séc. VII e VI se possa falar de influências orientalizantes, ou do horizonte orientalizante, nesta região — de influências ou de relações, conforme se queira. É mais um elemento a comprovar a minha perspectiva; até este momento eu era o único que tinha apresentado esses dados e vejo agora com prazer que essa minha posição sai confirmada. Relativamente à comunicação de António Silva sobre Arouca, não sei até que ponto ele deveria ter também em atenção a presença de minas de ouro na região, sobretudo na parte sul, na zona de Regoufe e Paivô, e não só valorizar a componente agrícola, porque para a territorialidade do povoamento é extremamente importante a componente mineralógica, como é de todos sabido. Eu próprio possuo amostras de Regoufe onde análises feitas pela Direcção Geral de Minas detectaram um teor baixo de ouro, e nessa região apareceu um bracelete num castro. Relativamente à toponímia, ele utilizou o inquérito oral. Eu aconselhava-o, apesar de tudo, a fazer esse estudo através das matrizes prediais. É mais barato, é mais exacto e dá mais dados do que as pessoas

andarem de terra em terra a perguntar aqui e acolá. As matrizes prediais são muito mais exactas, são muito mais previdentes e fornecem efectivamente muitos elementos. Já experimentei isso para alguns concelhos e os resultados valorizaram o trabalho que fizemos.

Susana Oliveira Jorge — Poderias dizer quais são as formas e os estilos decorativos da cerâmica local do castro de Torroso que estão associados ao material metálico?

António de la Peña Santos — Na área já escavada até agora, temos 3 formas básicas, 3 grandes grupos de formas cerâmicas. O principal, o mais abundante, são vasos de tamanho médio, de corpo mais ou menos tronco-cónico com a parte alta da pança muito marcada, o colo recto, ligeiramente extrovertido e o lábio plano também ligeiramente extrovertido. O diâmetro do interior do colo deve ser praticamente semelhante ao diâmetro da base. As bases normalmente têm um rebordo reentrante. As pastas são muito pouco depuradas. Não há mica. Não são micácias, mas arenosas. Uma segunda forma seriam as taças. Um tipo de taças de grande tamanho de paredes baixas, com pastas depuradas de tonalidades amareladas e que se caracterizam por possuírem asas interiores, tanto verticais como horizontais. Este ano apareceram umas horizontais. Uma terceira forma, que apareceu este ano, que é apenas um fragmento, será um prato, com uma pasta bastante fina. Tanto as taças como este prato representam uma percentagem mínima relativamente ao resto. No que diz respeito às decorações, o normal é uma faixa incisa sobre a parte alta da pança com enxadrezados interiores, ou seja, com linhas cruzadas. Também há triângulos com puncionamentos internos, triângulos com linhas internas incisadas, impressões de espátula, sem que saibamos contudo o esquema decorativo, porque os fragmentos são muito pequenos. Há cerâmica brunida, não a de «retícula bruniada», mas decoração brunida externa, linhas simplesmente brunidas. Há alguns fragmentos com caneluras, mas também não os podemos definir muito bem, porque não sabemos a que parte do vaso correspondem.

S.O.J — Esse conjunto de cerâmicas de que estás a falar, parece-te que tem alguma coisa a ver com as cerâmicas do Bronze Final que encontras na Galiza? Ou que tem algo que persiste, que sobrevive, do Bronze Final?

A.P.S. — Quais são as cerâmicas do Bronze Final na Galiza?

S.O.J. — Não sei. Tu é que sabes.

A.P.S. — É que o problema é esse. Tradicionalmente tem-se classificado como cerâmicas do Bronze Final na Galiza uma série de formas muito semelhantes.

a estas, mas eu não sei, porque são estações ou pouco escavadas, ou mal escavadas, ou achados casuais. São em qualquer caso estações não datadas, nem ergonomicamente nem por sistemas químicos.

S.O.J. — Não há cerâmicas decoradas daquelas que nós chamamos aqui de «tipo Baiões»?

A.P.S. — Eu diria que não, mas em Torroso há uma sugestão que nos leva até Baiões porque, entre outras coisas, também não há formas carenadas, mas há uma sugestão nestes desenhos geométricos. Também há alguns fragmentos (não sei se os viste...) que nos poderiam levar ao mundo calcolítico, com esses triângulos com puncionamentos internos.

S.O.J. — Sim, e até me perguntei se não haveria ali um nível calcolítico.

A.P.S. — E no entanto não existe um tal nível. O problema é que começamos a ver um mundo que tem de estar muito bem representado...

S.O.J. — Não tem referências...

A.P.S. — As referências mais próximas têm que estar nas cerâmicas do castro de Penalba, em Campo Lameiro. É um castro que também corresponde mais ou menos a esta época, que é um pouco mais moderno, e, curiosamente, não apresenta arquitectura doméstica em pedra, apenas fundos de cabanas com lareiras, mas que tem umas formas cerâmicas até certo ponto semelhantes. O que se passa é que neste castro já aparecem decorações com impressão de molas, o que creio é um dado inédito na Galiza e em todo o Noroeste. A decoração com impressão de molas é típica dos Campos de Urnas do vale do Ebro. Não a conheço a não ser neste caso e é mais um ponto a favor dessas possíveis relações.

S.O.J. — É curioso que haja formas novas em relação ao reportório de formas que eu conheço do Bronze Final — dos povoados que eu escavei — como, por ex., vasos com asas interiores. Por outro lado, nesses sítios que eu estudei, as cerâmicas ainda não são micáceas (embora pelos vistos existam noutros povoados...).

A.P.S. — O aparecimento de mica não é intencional, quer dizer, a pouca mica que possa existir é simplesmente porque não desapareceu na cozedura. O material do lugar é de origem granítica, e por isso alguma mica que haja não desaparece na cozedura. A mica não funcionou aqui como desengordurante. Os desengordurantes são grãos de areia e de quartzo, de grande tamanho.

S.O.J. — É muito interessante, porque é um povoado que precisamente estabelece a transição. No fundo, o âmago de toda esta discussão que nós tivemos aqui durante dois dias, que é saber quais são os povoados que fazem transição do chamado Bronze Final para o Ferro. Penso que realmente tudo se encaixa um pouco, porque o aparecimento de objectos de inspiração orientalizante nesta fase, sécs. VII, VI...

A.P.S. — Sim. Este nível é de finais do séc. VII em datas de C14, não calibradas. Calibrando-o, levar-nos-ia para meados do séc. VII, porém as tabelas de correcção...

S.O.J. — O fundamental para mim é tentar definir o contexto indígena em que se dá o aparecimento desses materiais de origem orientalizante.

A.P.S. — O curioso é que esses metais tenham sido fundidos na estação, excepto o ferro, claro.

S.O.J. — Sim, sejam eles de origem local, ou não.

A.C.F.S. — Era só para esclarecer que a forma de vaso de asas interiores de Baiões...

S.O.J. — Que também aparece no Coto da Pena, não?

A.C.F.S. — Não aparece no Coto da Pena. São extremamente grandes, grossos, e eu julgo que são para o trabalho de metais; e apareceram junto daquele depósito de fundidor. É natural que em povoados que não tenham essa componente, eles não apareçam. Pelo menos eu não vejo outra explicação para aquele tipo de vasos que não têm qualquer aspecto de carácter funcional, muito grosseiros, uma cerâmica muito porosa diferente da dos outros, que é mais compacta.

S.O.J. — Não aparecem bordos horizontais em Torroso? [*resposta inaudível*].

Maria Manuela Martins — Queria assinalar o carácter excepcional dos materiais do povoado de Torroso e fazer um voto de que os resultados sejam rapidamente publicados e os materiais também. Gostaria de sublinhar ainda um outro aspecto que me parece igualmente bastante importante, que é o aparecimento de estruturas de pedra neste povoado, que vem mostrar realmente que na zona do vale do Minho e na zona de Pontevedra o fenómeno de petrificação das casas parece bastante mais antigo, quando encontramos outras zonas, por ex., como em Romariz, onde no séc. VI não existem ainda casas de pedra. Trata-se

pois de um regionalismo da petrificação; de certo modo penso que é um dado importante na medida em que corrobora a grande antiguidade também das casas do Coto da Pena. Gostaria só de perguntar uma coisa. Pareceu-me estranha a dimensão de algumas estruturas que foram apresentadas e queria perguntar se serão efectivamente casas ou recintos com funcionalidade particular.

A.P.S. — Creio que teremos os dois tipos. Há duas construções. A construção de planta circular e a construção também circular mas parecida com uma espiral; trata-se indubitavelmente, em ambos os casos, de arquitectura doméstica, visto que no interior apareceram restos de lareira. Não uma lareira arquitectónica, mas um lugar no centro com uma base de argila queimada sobre a qual estava a cinza. Mas a terceira construção, aquela cuja escavação não foi ainda concluída, e que tem 17 metros de extensão com uma espécie de «ábside» semi-circular, e outra construção anexa, ao lado, evidentemente não creio que seja doméstica ou habitacional. Não sabemos. Não apareceu nenhum tipo de estrutura do género lareira, nem sequer uma fogueira. O pavimento interior estava quase completamente «varrido». Apareceu muito pouco material, excepto um pendente de bronze e 3 ou 4 fragmentos de cerâmica. Isto põe problemas sobre a cobertura. Como se cobre uma estrutura tão complexa? Não há buracos de poste. Aparenta ser um espaço comunitário, um «recinto». Creio que não saberemos nunca para que servia.

M.M.M. — Um aspecto que ontem foi sublinhado também aqui é de que realmente os povoados que se conhecem do Bronze Final, nesta zona, são relativamente pequenos. Não sei se percebi mal, mas trata-se de um povoado realmente extenso, este.

A.P.S. — O diâmetro de extremo a extremo é irregular, mas é de cerca de 100 a 120 metros. Quer dizer, não contando com a base do montículo, mas só com a zona habitada do mesmo. Também não é muito grande. Tem umas medidas bastante semelhantes às do castro de Penalba, que apresenta uma problemática diferente. No castro de Penalba, por ex., as peças de bronze que aparecem não são tanto objectos de adorno como os que vemos aqui, mas pontas de lança de tipo Bronze Final, machados tubulares, ou seja, uma indústria completamente diferente, sendo praticamente contemporânea, e uma arquitectura doméstica diferente, estando as duas estações relativamente próximas uma da outra.

M.M.M. — De toda a maneira o castro de Penalba é um pouco mais antigo. A datação aceite não é do séc. VIII?

A.P.S. — Não, porque há um problema com as datações de radiocarbono. As primeiras datações C14, as que foram publicadas, são do laboratório da

Universidade de Tóquio e são completamente absurdas porque, concretamente, eu tenho para o castro de Torroso 3 datações dos dois primeiros níveis que o colocam no séc.XV-XVI a.C., mas com a curiosidade de duas amostras do primeiro nível coincidirem na datação: 1470 a.C. É claro que é um problema que afecta este laboratório. A Xunta de Galicia publicará, não sei quando, os relatórios de todas estas campanhas e proximamente nos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* sairá um resumo e em outras publicações também.

M.M.M. — Já agora, quais são as datas aceites para Penalba?

A.P.S. — As datas são: a mais moderna, que define a data de abandono, é de 595 ± 30 . São todas ± 30 , do Laboratório de Gröningen. O nível 2 é 605 e o nível 4 (o 3 está ainda sem datar) é 685 e o 6º nível dá 3000 e não sei quê a.C., mas é um fragmento de carvão que provavelmente correspondente a um incêndio dessa época. É um tronco queimado que não tem a ver com a estação. Apareceu na própria base do sítio. No que respeita à arquitectura doméstica, neste nível de transição, de finais do séc. VII, já aparecem estruturas em pedra. Nos níveis anteriores, muros de suporte em pedra bastante toscos, simplesmente para sustentarem terra, e fundos de cabana semi-circulares, apenas constituídos por umas pedras colocadas sobre o pavimento, com estruturas de combustão. Não podemos chamar-lhes lareiras porque não têm restos arquitectónicos, nos níveis anteriores. Isto viria também, até certo ponto, corroborar a ideia de petrificação progressiva, mas tomando-se esta ideia com muito cuidado.

S.O.J. — É interessante ver um «castro», que não tem ocupação anterior e também não tem posterior, pelos vistos. É um povoado fortificado, com fossos e aterros, não é? E muralha, não tem? ...portanto, é um povoado fortificado, chame-se ele «castro» ou não, não é verdade? Aliás, na palavra «castro» pode haver uma conotação com a «cultura castreja».

M.M.M. — Uma vez que introduziste essa questão de castro ser igual a povoado fortificado... é que também há quem conote o castro com uma ocupação da Idade do Ferro e com um fenómeno de petrificação particular, com a existência de estruturas domésticas de pedra e digamos que esses critérios não se encontram presentes ao longo de toda a seqüência cronológica do 1º milénio. Portanto, talvez por prudência seja melhor as pessoas usarem a expressão povoado fortificado. Digamos que esta foi uma questão que eu pus à discussão hoje de manhã e a que as pessoas não responderam. Não sei. Talvez seja eu a única que não estou esclarecida sobre o assunto.

A.C.F.S. — Eu julgo que se trata de uma questão mais de tipo linguístico do que de Arqueologia. É efectivamente uma questão de sinónimos. O que é que

significa a palavra castro? É uma palavra que tem origem latina e que significava uma zona fortificada. No plural *castra*. Os latinos, relativamente a nós, chamavam aos povoados fortificados reduzidos, *castellum* e é efectivamente essa cultura de *castella* que nós temos entre nós. Porque na Idade Média se resolveu chamar «castro», por qualquer motivo, na toponímia. «Castro» ou «castelo», e muitas outras coisas. Não vejo, nem sei até que ponto será oportuno estarmos a introduzir esta questão agora, porque também não iremos a parte nenhuma. Eu, pelo menos, não tenho grandes argumentos. Agora, que a palavra castro significa povoado fortificado, julgo que não há ninguém que possa ir contra isso. Ter pedra ou não ter pedra... pode não ter pedra e ser fortificado, pode ter fossos, pode ser uma defesa natural. O que interessa é que o cuidado defensivo esteja ali evidente.

M.M.M. — Bom, nem sempre se reconhecem sinais de defesas, embora os povoados possam ocupar posições estratégicas e defensivas dominantes. Por ex., há alguns povoados, concretamente ali na zona de Baião, o Alto da Caldeira, o Castelo de Matos, onde não está demonstrada minimamente a existência de estruturas defensivas.

A.C.F.S. — Mas são povoados abertos.

M.M.M. — Não, não. O Alto da Caldeira não é um povoado aberto, nem tão pouco o Castelo de Matos.

A.C.F.S. — Eu julgo que o Castelo de Matos é um povoado defensivo; julgo que é um castro.

M.M.M. — O problema está exactamente aí. Então temos que dividir os campos, temos que usar critérios diferentes para designar povoados efectivamente fortificados, e só esses poderão ser chamados castros, e povoados com preocupações defensivas, ainda que ocupem posições semelhantes, do ponto de vista topográfico, às dos outros que são fortificados. É isso que está em causa.

A.C.F.S. — É natural que com o tempo essas diferenças venham a ser importantes, com a análise sistemática. Mas eu não sei...

M.M.M. — Bom, eu penso que já são importantes, porque, por exemplo, a Susana refere-se na conferência dela a povoados do Bronze Final e a povoados castrejos, muitas vezes em relação a estações como S. Julião, que são fortificadas. Quer dizer, não é que eu julgue que esta é a questão mais importante a discutir, mas penso que nos devíamos entender quanto à terminologia. Se de facto castro é igual a povoado fortificado, então só quando estamos de facto em

presença de um povoado com fortificações, seja do Bronze Final ou da Idade do Ferro, é que devemos chamar-lhe castro.

A.C.F.S. — Fortificado, ou com cuidados defensivos.

M.M.M. — Ou do Calcolítico: S. Lourenço, por exemplo, será um povoado fortificado. Aliás, esse critério etimológico é que serviu também para no Sul chamarem aos povoados da Estremadura portuguesa tipo Pedra de Ouro, Zambujal, etc., castros, o que me parece uma coisa extremamente extemporânea e pouco correcta. De facto, será correcto chamar então castro a todos os povoados fortificados?

A.C.F.S. — Quando digo «fortificado», pode-se estender perfeitamente a todo o povoado que tenha cuidados defensivos evidentes.

M.M.M. — Digamos que isso é o critério etimológico.

A.C.F.S. — Um castelo medieval, o castelo de Rio Frio em Arcos de Valdevez, por exemplo, é um amontoado de pedras, e é um castelo. As pessoas, apesar de tudo, chamam àquilo um castelo. Não tem muralha nenhuma; em princípio, os castelos têm todos a sua torre amuralhada... E as pessoas chamam a isso um castelo. Porquê? Porque efectivamente tem características defensivas, independentemente de ter muralhas ou não ter muralhas. O povo — e os eruditos — diferencia as torres. Mas há também castelos e estes têm todos muralha, embora o povo não distinga isso. O povo chama castelo a tudo aquilo que tenha cuidados defensivos, e um castro pode ser um povoado fortificado ou ter apenas preocupações defensivas. Se estas são evidentes, se as pessoas se refugiaram lá para estarem melhor defendidas, numa boa posição estratégica, etc., eu julgo que o conceito se aplica perfeitamente bem. É escusado estarmos a dizer: é um povoado fortificado, é um povoado aberto em posição defensiva... Ou então como é que o caracterizamos? Acho que a palavra castro se adequa com rigor. Pode ser um preciosismo andarmos a procurar sinónimos... Agora, que a palavra castrejo signifique pura e simplesmente construção de pedra, ou até de fossos, é que eu acho um bocado anormal. Antes de se descobrir que os castros tinham fossos, só eram castros aqueles que possuíam muralhas de pedra e outras construções de pedra. Os fossos já não entravam no sistema defensivo. Portanto, um castro tem cuidados defensivos e pode ser que a sua posição, a simples posição natural, seja suficiente para o tornar defensivo, ou pelo menos as pessoas consideram-se em lugar seguro quando lá viviam. É o que eu entendo. Relativamente à palavra castro, julgo que é um bocado especioso andarmos a fazer uma discussão em torno de castros, povoados fortificados, povoados abertos. Então temos uma infinidade de nomes...

M.M.M. — Eu não a julgo assim uma questão tão pouco correcta de ser abordada, na medida em que, ao alargar o leque de ocupação, sobretudo no Bronze Final, nos surgem variados tipos de povoados. Portanto, é bom que nos entendamos quanto àquilo que pretendemos designar com as palavras, e eu agradeço o teu contributo de âmbito etimológico...

A.C.F.S. — Pode não ser o mais seguro, não sei.

M.M.M. — Mas é um contributo.

Manuela Delgado — Só queria chamar a atenção para uma coisa, e estou bem colocada para isso porque sou ignorante nestes assuntos que têm estado aqui a ser discutidos. Tenho ouvido falar muito deles, não sou totalmente estúpida, e acho que estou bem colocada para dizer que, de facto, aqui há uma enorme confusão. Porque quando um leigo, ou até uma pessoa pouco informada sobre este período, ouve falar de castros, pode pensar que é um sítio onde se desenvolveu uma «cultura castreja» e quando se fala de «cultura castreja» pode-se pensar que é uma cultura que existiu nos castros. Ora isto é qualquer coisa de profundamente mal definido, porque, quando se fala aqui de «cultura castreja», eu, na minha ignorância, associo a uma cultura que se desenvolveu nos castros, mas como sei que nos castros houve um período do Bronze Final, depois houve um período numa época romana e depois um período medieval, a certa altura já não sei, quando as pessoas falam em «cultura castreja» de que período, é que estão a falar. E não sei, a menos que depois conheça um pouco dos materiais que ele apresenta e aí me possa localizar. Quer dizer, eu sei o que é um sítio fortificado, mas se introduzem a palavra castro eu associo à cultura castreja e, ao associar à cultura castreja, eu já não sei de que estão a falar, porque a própria cultura castreja é qualquer coisa que não está definido, porque não sei exactamente quando é que se pode falar numa cultura castreja, porque se ela é aquela que se desenvolveu nos castros, nos castros houve várias épocas que lá se desenvolveram, várias épocas de ocupação. Eu penso que seria óptimo para todos, e não estou aqui a defender uma posição ou outra, reconhecer que de facto isto não é uma discussão académica, é um problema essencial para que a investigação neste campo possa ser desenvolvida em termos metodológicos correctos, e possa ser perceptível a quem quer que esteja de fora e a ouça. Para mim, volto a dizer que contínuo a não saber o que é uma «cultura castreja», e, como continuo a não saber, apesar de ter lido muitas coisas sobre isso e sobretudo ouvido muito interessada todos estes problemas, e não sendo eu totalmente estúpida, é porque alguma coisa não está clara, e daí eu pensar que a definição de castro e a definição de «cultura castreja» para mim seria objecto não de um Colóquio, mas seria objecto de facto de uma discussão em que, durante dois dias, as pessoas não falassem de outra coisa até se entenderem

sobre a terminologia que, em termos científicos, é absolutamente essencial. Porque não há nenhuma ciência que avance sem que as pessoas que nela se ocupam não saibam do que estão a falar rigorosamente, e isto no campo das verdadeiras ciências já há muito está absolutamente estabelecido.

M.M.M. — Eu acrescentaria só uma coisa. É que quando me falam de Bronze Final eu sei de que é que estão a falar. Agora, quando me falam em castros e em «cultura castreja» (embora esteja um pouco mais dentro do assunto do que a Manuela)... julgo que continua a haver uma certa imprecisão, pelo que acho um tema extremamente pertinente e não desajustado.

A.C.F.S. — Ora bem, não se pode estar a identificar uma cultura com um período cronológico. Isso fez muita gente dizendo que aqui em Portugal havia Hallstatt e La Tène I e II, e 2ª Idade do Ferro, sem qualquer espécie de critério. A cultura desenvolveu-se no final de um período arqueológico, no final da Idade do Bronze, continuou durante a Idade do Ferro e tem sobrevivências depois da época romana. Que tipo de cultura é? É uma cultura com determinadas formas económicas e sociais especificadas, que efectivamente têm faltado à discussão nestes colóquios, porque nós aqui só temos debatido temas de carácter arqueológico específico, de vez em quando vem uma ou outra consideração de carácter económico, mas prescindimos em absoluto da componente social e cultural que a cultura castreja propriamente significa. Ora bem, no meu entender, tudo aquilo que é característico das formas económicas, dos seus produtos, etc., aparece num determinado momento e acaba noutra determinado momento. Foi uma tese que fiz; outras pessoas poderão ter feito outra. Não tratei das sobrevivências. Entendo que todo e qualquer povoado desse período, nessas circunstâncias, se pode chamar castro mesmo que não tenha muralhas, mesmo que não tenha fossos, desde que tenha cuidados defensivos. E digo mais: muito daquilo que aparece ao redor é da cultura castreja, porque eles ocupavam os vales, eles ocupavam as zonas exteriores, há santuários, há lugares que nós desconhecemos, que pertencem à cultura castreja e que não estavam no interior das muralhas, e portanto em meu entender são castrejos, durante este período. De outro modo não se pode efectivamente compreender (a não ser que nós, que nascemos desde o tempo de Afonso Henriques para cá, tendo nascido em Portugal, não digamos que somos portugueses e que temos uma determinada identidade...). Neste período, a partir de determinada idade e momento, desenvolveu-se uma cultura que numa época cobriu toda a área, teve determinadas formas económicas e sociais e que, portanto, se identifica totalmente com este tipo de cultura que se convencionou chamar castreja pelo facto de o castro ser um ponto de referência importante. Agora, pelo facto de não ter uma muralha ou de não ter um fosso... se um sítio tem posições defensivas, em meu entender é um castro. É o que a palavra quer dizer.

Martin Höck — Correndo o risco de manifestar aqui a minha ignorância, e depois daquilo que acaba de se dizer, o que é um castro e o que não pertence, neste sentido lato, à cultura castreja? Eu não vejo razão nenhuma para excluir, neste caso, se aceitamos um conceito tão vasto, um povoado fortificado por exemplo do Calcolítico. E se levamos este conceito até ao fim, então onde quer que haja um povoado com as características que acabamos de ouvir, mesmo que não seja fortificado, temos «cultura castreja» por todo o lado. Desde os Campos de Urnas, por ex., na Europa Central, temos povoados fortificados, que são, por ex., do Bronze Final, de diversas épocas da Idade do Ferro, etc. Mas isso não une estas ocupações todas na mesma cultura. É óbvio que uma cultura se desenvolve. É óbvio que, por ex., na Alemanha ou na Suíça pode haver ainda reminiscências de coisas que já havia na época de La Tène. No entanto, não vamos considerar a cultura suíça actual como sobrevivência de La Tène I ou II. É óbvio que, por ex., no Levante espanhol até há pouco tempo pode ter havido práticas agrícolas que fossem muito semelhantes a coisas que se faziam na época de El Argar, mas isso não significa que nós demos um nome comum àquilo tudo.

V.O.J. — Estão aqui em discussão dois conceitos de cultura...

M.H. — Talvez eu precisasse melhor dizendo que, para nos entendermos quando falamos sobre materiais arqueológicos, e portanto reminiscências materiais que nos servem como fonte histórica, deveríamos definir cultura arqueológica como conjunto de restos materiais que se nos apresentam num contexto. Isso não nega minimamente que haja uma evolução de populações, ou de uma região, ou se quiserem da humanidade, que atravessa vários períodos cronológicos e várias culturas materiais, ou várias épocas definidas por nós, por deficiência de acesso a melhores fontes, através de culturas arqueológicas. Portanto, não entendendo uma cultura arqueológica como um fim mas sim como um passo necessário para compreendermos os restos arqueológicos como fonte histórica. Eu não vejo que fazer a delimitação entre as diversas culturas que se sucedem na mesma região ou no mesmo sítio, seja uma negação de uma continuidade histórica sequer. Mas a bem da clareza terminológica e a bem da clareza do próprio pensamento, acho que seria preferível este conceito um pouco mais restrito de cultura arqueológica.

V.O.J. — Ora não há dúvida de que estão aqui em confronto, no melhor sentido do termo (e é para isso que se fazem estes colóquios), dois conceitos de cultura, aplicados particularmente a esta época. Acho isso importante, porque ainda não tinha visto as pessoas que trabalham em «castrejo» do NW discutirem em comum este tema na mesma sala. Portanto, acho isso já um progresso. Penso que não vamos aqui esgotar o assunto.

QUE ÁREAS DE PRODUÇÃO E DE DISTRIBUIÇÃO DE FÍBULAS DO TIPO TRANSMONTANO E DO TIPO MESETA NO NOSSO PAÍS? *

por

Salete da Ponte

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objectivo enumerar as questões que estes pequenos objectos de adorno pessoal colocam aos especialistas, quanto ao seu real valor arqueológico, e consequente evolução tipológica, num quadro geográfico bastante vasto e complexo, como o do Noroeste Peninsular.

Os numerosos objectos achados por anteriores gerações de escavadores não comportam os indicadores correspondentes ao contexto arqueológico, em que se inseriam. Esta lacuna obsta a uma rigorosa interpretação científica. No entanto, a divulgação geral deste reportório, constitui o indicador indispensável para a distinção e caracterização de novos critérios de linguagem: descritiva, cronológica, tipológica, tecnológica e sócio-cultural. Por outro lado, os relatórios recentes de escavadores, fornecem-nos achegas preciosas para o estudo destas espécies, não como meros exemplares materiais dissociados do seu habitat, mas imbricados a um mundo espacial restrito e/ou amplo.

2. TIPO TRANSMONTANO

2.1. Morfologia

Este modelo apresenta características estruturais distintas¹, das que figuram nos múltiplos tipos contemporâneos. O recorte técnico e decorativo do

* Comunicação não apresentada no Colóquio, mas anunciada no programa (dia 22), tendo o seu texto sido enviado posteriormente (N.E.).

¹ Cf. Ponte (Salete da), *Fíbulas de Sítios a Norte do Rio Douro*, «Centro de Estudos Humanísticos», Porto, 1984, p. 111-114(p. 144).

arco são os principais atributos do tipo transmontano, tornando-o num dos objectos de adorno pessoal mais característicos da «cultura material castreja do Noroeste»².

Há exemplares que, pela volumetria e decoração geométrica do arco³ denunciam um apuramento técnico e estilístico bem marcantes da cultura do Noroeste Peninsular.

2.2. Fabrico

O fabrico destas fíbulas constitui ainda uma questão em aberto para os investigadores. Não há dados suficientes para afirmarmos categoricamente, qual o processo de fabrico adoptado pela metalurgia local, enquanto não forem estudados diversos elementos paleometalúrgicos existentes nas reservas dos museus⁴. A detecção de moldes cerâmicos, de pedra e de metal podem constituir uma preciosa achega para o estudo das matrizes que foram usadas para o fabrico destas fíbulas.

Os únicos moldes peninsulares conhecidos provêm, respectivamente de Ullastret (Gerona)⁵, de Huesca e de Saragoça⁶. São de pedra arenisca e serviam, respectivamente para a fundição do arco-apêndice caudal e do fusilhão de aro. Para além disso, a futura análise metalográfica das fíbulas de tipo transmontano concorrerá para o estudo da sua estrutura metálica, da técnica de fabrico e do tipo ou tipos de produção. No entanto, a construção destas peças apontam para duas operações técnicas essenciais: uma compreendendo o fabrico de peças por fundição em moldes de areia ou bivalves de material refractário, ou pelo método da cera perdida; a outra, por meio dos processos de martelagem, de estiragem, de cinzelagem e de puncionagem do metal.

Os elementos estruturais de maior robustez e perfeição técnica, eram certamente obtidos por fundição em moldes⁷; o eixo, por sua vez, era feito a partir de um fio de metal forjado, que, depois de aquecido ao rubro era cortado

² Cf. Silva (Armando Coelho Ferreira da), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 1986, p. 186.

³ Cf. Ponte (S. da), *op. cit.* (v. nota 1), p. 130-131, nº 22-25; Cf. Ponte (Salette da), *Fíbulas de Vaiamonte (Monforte)*, «Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas», Salamanca, 1985, p. 137-158 (p. 149), Est. I, nº 15.

⁴ Cf. Silva (A.C.F.), *op. cit.*, (V. nota 2), p. 169 e p. 192.

⁵ Cf. Dalmau (Ana Maria Rauret), *La Metalurgia del Bronce en la Peninsula Ibérica durante la Edad del Hierro*, «Instituto de Arqueología y Prehistoria», Barcelona, 1976, p. 1-152 (p. 103-105), Est. XX.

⁶ Cf. Aragon (Isidro Aguilera), *Sobre dos Moldes para Fundir Agujas de Cabeza de Aro del Museo de Zaragoza*, «Boletín Museo de Zaragoza», Saragoça, 1986, nº 5, p. 143-155 (p. 144, fig. 1 e p. 146, fig 2).

⁷ O arco e o apêndice caudal, os botões terminais do eixo e o fusilhão de aro.

e afeiçãoado; a mola bilateral⁸, seguindo o mesmo processo metalúrgico do eixo, era, depois de cortada, sujeita a uma ligeira torsão para o enrolamento contínuo do fio, formando um número de espiras simétricas.

2.3. Cronologia

Este fabrico insere-se na vasta produção artística do Noroeste Peninsular entre os sécs. III a.C. e o I d.C.⁹, encontrando-se bem representado em Las Cogotas¹⁰, Monte Mozinho¹¹ e Conimbriga¹²; o seu largo horizonte cronológico revela que a estrutura e a função deste modelo, obedeceram a premissas lógicas e específicas, que consistiam na união perfeita de um tecido, por meio de fusilhão, que repousava no descanso. A mola bilateral, por sua vez, regulava o vaivém do fusilhão. Este novo processo técnico surge na Meseta Oriental nos finais do séc. V a.C., em fíbulas do Hallstatt Final¹³. Na Meseta Ocidental ocorrem no período post-hallstático nos inícios do séc. IV a.C., mormente em Numância¹⁴.

Em Portugal, mais propriamente no Noroeste do território, este processo técnico teria sido veiculado pelo vale do rio Ebro. Os subtipos e as diversas variantes do tipo transmontano são, por assim dizer, etapas evolutivas do esquema clássico que acabam por transformar lentamente o modelo inicial.

2.4. Contexto cultural

A prática da metalurgia nos povoados castrejos do Noroeste é atestada pela ocorrência de vários tipos de moldes¹⁵, desde o período final do Bronze Atlântico. Tal facto, leva-nos a supôr que a região do Noroeste Português detinha o monopólio de produção e distribuição do tipo transmontano, graças

⁸ Cf. Maire (Jean-Luc); *Essai sur la Metallurgie des Fibules Gauloises*, «Revue Archeologique de Picardie», nº 1, 1983, p. 162-164 (p. 163, nºs 2-3).

⁹ Cf. Ponte (S. da), *op. cit.*, (V. nota 1), p. 114-115; Cf. Silva (A.C.F.), *op. cit.*, (V. nota 2), p. 189-190.

¹⁰ Cf. Moure Romanillo (J.A.) e Orteaga Mateos (L.), *Fíbulas con Esquema de La Tène procedentes de Paredes de Nava* (Palencia), «Numantia», 1981, p. 133-146 (p. 139).

¹¹ Cf. Almeida (Carlos Alberto B.), *Escavações no Monte Mozinho*, 2 (1975-1976), Penafiel, 1977, p. 16; Cf. Soeiro (Teresa), *Monte Mozinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega*, «Boletim Municipal de Cultura», 3ª série, 1, Penafiel, 1984, p. 201, Est. XCIV, 1.

¹² Cf. Ponte (S. da), *Les Fibules*, «Fouilles de Conimbriga», VII, Paris, 1979, p. 115.

¹³ Cf. Sanmartín (Angel Iniesta), *Las Fibulas de la Region de Murcia*, Murcia, 1983, p. 96-97; cf. Navarro (Rosario), *Las Fibulas en Cataluña* (Publicaciones Eventuales, nº 16), Barcelona, 1970, p. 75.

¹⁴ Cf. Sanmartín (A.I.), *op. cit.* (V. nota 13), p. 96.

¹⁵ Cf. Silva (A.C.F.), *op. cit.*, (V. nota 2), p. 165-166.

à abundância de escória e de peças inacabadas existentes nos povoados recentemente escavados; em abono desta opinião, está a detecção de elementos metalúrgicos provenientes de oficinas locais, existentes nas reservas do Museu Martins Sarmiento¹⁶. Por outro lado, estas fíbulas aparecem com abundância nos castros galaico-portugueses¹⁷, tornando-se a região entre os rios Douro e Tejo Sul, numa zona de influência dos centros produtores do Noroeste Português. Além disso, as relações comerciais e culturais existentes entre a zona nuclear Entre-Douro-Minho, e as áreas astur-galaica e leonesa contribuíram para a criação e desenvolvimento do modelo clássico¹⁸. Em suma, a existência de escória e de outros elementos relativos a oficinas locais, demonstram que esta actividade artesanal poderia ter duas vertentes: uma, a de abastecimento básico de objectos de adorno pessoal, de que a comunidade local necessitava; a outra, a de produção industrial para abastecimento do mercado interno e externo.

3. TIPO MESETA

3.1. Morfologia

O apêndice caudal é o elemento que melhor define este tipo. É robusto e figurativo, com uma decoração geométrica, incisa ou impressa¹⁹; forma com o arco um corpo maciço, encontrando-se no mesmo plano de projecção vertical; o pé converte-se num simples elemento de união do arco e do apêndice caudal; o descanso, então de feição triangular, evolui para uma robusta placa quadrangular, dobrada em U, ou meia cana fechada. As espiras da mola bilateral tornam-se mais volumosas e menos numerosas²⁰.

3.2. Fabrico

Estas fíbulas são certamente objectos fundidos em moldes²¹, que revelam um labor metalúrgico perfeito. O motivo geométrico era obtido a frio, por meio

¹⁶ Cf. *id. ibidem.*, p. 192.

¹⁷ Cf. Ponte (Salette da), *A Génese das Fíbulas do Noroeste Peninsular*, «Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular», vol. II, Barcelos, 1980, p. 111-119 (p. 115); Cf. Ponte (S. da), *op. cit.*, (V. nota 1), p. 130-132, nºs 22-31; Cf. Silva (A.C.F.), *op. cit.*, (V. nota 2), p. 189-190. Est. CIV, nºs 7-13.

¹⁸ Cf. Ponte (S. da), *op. cit.*, (V. nota 17), p. 115.

¹⁹ Cf. Ponte (S. da), *op. cit.*, (V. nota 1), p. 116.

²⁰ Cf. Schüle (W.), *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel*, Berlim, 1969, p. 148-150.

²¹ Cf. Dalmau (A.M.), *op. cit.* (V. nota 5), p. 103-105; Cf. Nájera (M.S.Sanz), Llorens (S. Rovira) e Clemente (J. L. Fraile), *La Fibula del poblado de Valmaton*, «Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología», Madrid, nº 10, 1978, p. 25-30 (p. 26).

de diversas ferramentas: lima, raspador, punção, cinzel e troquel; umas, alisavam a superfície da peça (lima e raspador), enquanto que outras (punção), preparavam o esboço do desenho definitivo, para que aquele esboço fosse cinzelado e impresso por meio de cinzel e troquel.

O fabrico da mola e do eixo fazia-se por meio de um fio metálico forjado, enquanto que o fusilhão de aro era obtido pelo processo de fundição em moldes de areia ou bivalve.

3.3. Cronologia e contexto cultural

Este modelo é frequente no centro e Nordeste Peninsular, não ultrapassando a zona de influência a sul do Tejo²²; no território português, este modelo circunscreve-se à região transmontana. Este fabrico ocorre na Meseta Castelhana (antiga região Vaccea) no séc. IV a.C., atingindo o apogeu nos sécs. II — inícios do I a.C.²³.

Estes padrões geométricos provêm de escolas regionais de joalheria, centradas na Meseta Castelhana, que aglutinaram as culturas híbridas post-hallstáticas e que contribuíram para o desenvolvimento da joalheria de ouro e de prata, produzida no Noroeste Peninsular²⁴. Esta actividade acabou por influenciar a produção metalúrgica de objectos de adorno, em bronze.

4. PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

4.1. Observações

Ilustramos um mapa (Fig. 1) com a distribuição dos dois tipos no território português, omitindo conscientemente as eventuais zonas de produção e de influência daqueles modelos da 2.^a Idade do Ferro. As razões prendem-se necessariamente pela carência de dados arqueológicos e metalográficos. O estudo paleometalúrgico do acervo existente em museus, e dos elementos provenientes das actividades metalúrgicas recolhidas em escavações sistemáticas, fornecerão pistas seguras para o estabelecimento de oficinas de produção e para o conhecimento dos circuitos comerciais. Por outro lado, esta metodologia, não deverá subestimar uma regra tão comum no fabrico destes objectos de

²² Cf. Schüle (W.), *op. cit.* (V. nota 20), p. 148, fig. 59 (Schüle 4h); Cf. Ponte (S. da), *op. cit.*, (V. nota 1), p. 116.

²³ Cf. Schüle (W.), *op. cit.*, (V. nota 20), p. 73-74.

²⁴ Cf. Savory (H.N.), *Espanha e Portugal* (trad.), «Historia Mundi», vol. 14, Lisboa, 1969, p. 254-256.

adorno — a sua própria refundição por motivos de amortização do metal²⁵.

No entanto, a abundância destes modelos em regiões bastante precisas, sugerem eventualmente duas zonas de produção: uma, correspondente ao tipo transmontano (região a norte do rio Douro); outra, ao tipo Meseta, que se circunscreveria à Meseta Castelhana.

As zonas de influência no território português, corresponderiam, respectivamente, às regiões entre os rios Douro e Tejo, e à região transmontana.

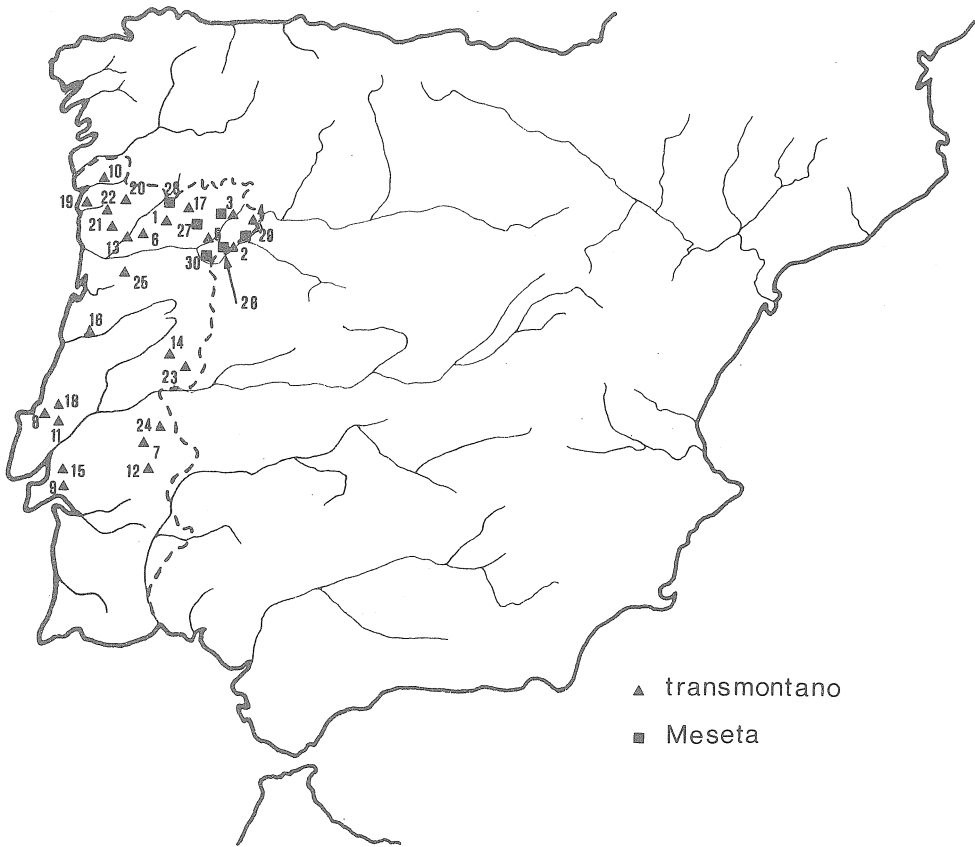
ÍNDICE GEOGRÁFICO E BIBLIOGRAFIA

- Cabeço de Vaiamonte (Monforte): Santos (Farinha dos), *Fíbulas Recolhidas no Cabeço de Vaiamonte*, «Anais», 2ª série, 22, 1973, p. 189-201, nº 126, 28-37, 40-67; Cf. Ponte (S. da), *Fíbulas de Vaiamonte* (Monforte), «Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas», Salamanca, 1985, p. 137-158 (p. 149-151), figs. 9-37.
- Castelo (Castelo Branco): Ponte (Salette da), *Nove fíbulas de Castelo Branco*, «Trebaruna», vol. II, Castelo Branco, 1986, p. 29-38 (p. 37), nº 3.
- Castelo da Lousa (Dist. Évora): 1 exemplar inédito pertencente à coleção do coronel Afonso do Paço (Cf. Ponte, 1980, *op. cit.* (V. nota 17), p. 118).
- Castro da Aldeia Nova (M. do Douro): Cf. Ponte (S. da), 1984, *op. cit.*, (V. nota 1), p. 132, fig. 35; Cf. Silva (A.C.F.), *op. cit.*, (V. nota 2), p. 190, Est. VII, nº 44.
- Castro de Argozelo (Vimioso): Cf. Fortes (J.), *As Fíbulas do Noroeste Peninsular*, «Portugália», 2, Lisboa, 1905-1908, p. 15-33 (p. 21 e 30, fig. 19); Cf. Lopo (Albino Pereira), *Museu Municipal de Bragança*, «O Archeologo Português», vol. V, Lisboa, 1900, p. 336-337, nº 2; Cf. Serpa Pinto (Ruy de), *As Fíbulas do Museu Regional de Bragança*, «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», Porto, 1931, V, p. 90-95; Cf. Höck (Martin) e Coelho (Luís), *Materiais Metálicos da Coleção Arqueológica do Museu de Abade de Baçal em Bragança*, «O Archeologo Português», série III, Vol. VI, Lisboa, 1972, p. 219-250, nº 4; Cf. Ponte (S. da), *op. cit.*, (V. nota 1), p. 130, fig. 22; Cf. Silva (A.C.F.), *op. cit.* (V. nota 2), p. 189, Est. VII, nº 38.
- Castro de Cendufe (Arcos de Valdevez): 1 exemplar inédito no M.N.A.E. com o nº de Inv. 11930C, referido por Ponte (S. da), 1980, *op. cit.*, (V. nota 17), p. 118; Cf. Silva (A.C.F.), *op. cit.*, (V. nota 2), p. 189, Est. VII, n 5.
- Castro da Cocolha (Vimioso): Cf. Fortes (J.), 1905-08, p. 20, fig. 22 (tipo transmontano) e p. 21-22, fig. 22 (tipo Meseta); Cf. Serpa Pinto, 1931, p. 94; Cf. Höck e Coelho, 1972, p. 225-226, nº 6 (tipo transmontano) e fot. 7 (tipo Meseta); Cf. Ponte (S. da), 1984, *op. cit.*, (V. nota 1), p. 132, fig. 36 (tipo Meseta); cf. Silva

²⁵ Cf. Silva (A.C.F.), *op. cit.* (V. nota 2), p. 168.

- (A.C.F.), 1986, *op. cit.*, (V. nota 2), p. 189-190.
- Castro da Estrada (M. de Cavaleiros): Cf. Ponte (S. da), 1984, *op. cit.*, (V. nota 1), p. 132, fig. 33; Cf. Silva (A.C.F.), *op. cit.*, (V. nota 2), p. 190, Est. VII, nº 37.
- Castro de Fiães (Vila da Feira): Cf. Silva (A.C.F.), *op. cit.*, (V. nota 2), p. 189, Est. VII, nº 46.
- Castro de Maximinos (Braga): Cf. Ponte (S. da), 1984, *op. cit.* (V. nota 1), p. 132, fig. 31; Cf. Silva (A.C.F.), 1986, *op. cit.*, (V. nota 2), p. 189, Est. VII, nº 9 e Est. CIV, nº 11.
- Castro de Paradela (Bragança): 1 exemplar inédito existente no M.N.A.E.; Cf. Ponte (S. da), 1980, *op. cit.*, (V. nota 17), p. 118; Cf. Silva (A.C.F.), 1986, *op. cit.*, (V. nota 2), p. 189, Est. VII, nº 41.
- Castro do Picote (Miranda do Douro): Cf. Fortes (J.), 1905-1908, p. 20, fig. 17; Cf. Höck e Coelho, 1972, p. 226, nº 7; Cf. Silva (A.C.F.), 1986, *op. cit.*, (V. nota 2), p. 189, Est. VII, nº 45.
- Castro de S. Juzenda (Mirandela): Cf. Fortes (J.), 1905-1908, p. 20-21, fig. 18 e 21; Cf. Höck e Coelho, 1972, p. 219-250, nº 2; Cf. Silva (A.C.F.), 1986, *op. cit.*, (V. nota 2), p. 189, Est. VII, nº 31.
- Castro de S. Luis (Pedrão, Setúbal): Cf. Ponte (Salete da), *Algumas Fíbulas do Distrito de Setúbal*, «O Arqueólogo Português», série IV, 1, 1983, p. 315-322 (p. 320), fig. 1.
- Castro de S. Ovídio (Fafe): Cf. Ponte (S. da), 1984, *op. cit.*, (V. nota 1), p. 131, fig. 27; Cf. Silva (A.C.F.), 1986, *op. cit.*, p. 189, Est. VII, nº 13 e Est. CIV, nº 7.
- Castro de S. Salvador (Cadaval): Cf. Ponte (S. da), *Uma Coleção de Fíbulas da Estremadura*, «Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa», série III, nº 88, tomo I, Lisboa, 1982, p. 3-10 (p. 9, figs. 4-5).
- Castro da Solhapa (Duas Igrejas — Miranda do Douro): Cf. Ponte (S. da), 1984, *op. cit.*, (V. nota 1), p. 132-133, fig. 37; Cf. Silva (A.C.F.), 1986, *op. cit.*, (V. nota 2), p. 190, Est. VII, nº 44.
- Castro de Vinhais (Vinhais): Cf. Beça (Celestino), *Antigualhas Transmontanas*, «O Archeologo Português», vol. X, Lisboa, 1905, fig. 1, A-E; Cf. Ponte (S. da), 1984, *op. cit.*, (V. nota 2), p. 132, fig. 34; Cf. Silva (A.C.F.), 1986, *op. cit.*, p. 190, Est. VII, nº 32.
- Chibanes (Palmela): Cf. Höck e Coelho, 1972, p. 222; Cf. Ponte (S. da), 1980, *op. cit.*, (V. nota 17), p. 119.
- Citânia de Briteiros (Guimarães): Cf. Cardozo (Mário), *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso*, Guimarães, 6ª ed., 1971, Est. XXXII, 1.; Cf. Silva (A.C.F.), 1986, *op. cit.*, (V. nota 2), p. 189, Est. VII, nº 11.
- Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira): Cf. Ponte (S. da), 1984, *op. cit.*, (V. nota 1), p. 132, fig. 30; Cf. Silva (A.C.F.), 1986, *op. cit.*, (V. nota 2), p. 189, Est. VII, nº 20 e Est. CIV, nºs 12-13.
- Citânia de Terroso (Póvoa do Varzim): Cf. Ponte (S. da), 1984, *op. cit.*, (V. nota 1), p. 131, fig. 25; Cf. Silva (A.C.F.), 1986, *op. cit.*, (V. nota 2), p. 189, Est. VII, nº 16, e Est. CIV, nº 9.
- Conimbriga (Condeixa-a-Nova): Cf. Ponte (S. da), *Fíbulas Pré-Romanas e Romanas de Conimbriga*, «Conimbriga», vol. XII, 1973, p. 159-197, Est. II-III, nºs 5-10; Cf. Ponte (S. da), 1979, *op. cit.*, (V. nota 12), p. 115, Est. XXV, nºs 20-27.

- Distrito de Bragança: Cf. Serpa Pinto, 1931, p. 92; Cf. Höck e Coelho, 1972, p. 222, nº 3, fot. 4; Cf. Ponte (S. da), 1984, *op cit.*, (V. nota 1), p. 131, figs. 23-24; Cf. Silva (A.C.F.), 1986, *op cit.*, (V. nota 2), p. 189, Est. VII, nº 35.
- Distrito de Chaves: Cf. Ponte (S. da), 1984, *op cit.*, (v. nota 1), p. 131, fig. 28; Cf. Silva (A.C.F.), 1986, *op cit.*, (V. nota 2), p. 189, Est. VII, nº 25 e Est. CIV, nº 8.
- Fraga do Seixo (Estevais, Mogadouro): Cf. Fortes (J.), 1905-1908, p. 21 e 30, fig. 20; Cf. Lopo (Albino Pereira), *Estevães do Mogadouro*, «O Archeologo Português», vol. V, Lisboa, 1900, p. 249-253; Cf. Serpa Pinto, 1931, p. 91; Cf. Höck e Coelho, 1972, p. 224-225, nº 5; Cf. Ponte (S. da), 1984, *op cit.*, (V. nota 1), p. 131, fig. 26; Cf. Silva (A.C.F.), 1986, *op cit.*, (V. nota 2), p. 189, Est. VII, nº 40.
- Herdade da Chaminé (Dist. de Portalegre): Cf. Ponte (Salette da), *Algumas peças metálicas de necrópoles romanas dos distritos de Portalegre e de Évora*, «Conimbriga», vol. XXV, 1986, p. 99-129, (ps. 115 e 118), nº 28. 9.
- Monte Mozinho (Penafiel): Cf. Almeida (C.A.F), 1977, *op cit.*, (V. nota 11), Est. I, nº 3; Cf. Ponte (S. da), 1984, *op cit.*, (V. nota 1), p. 131, fig. 29; Cf. Silva (A.C.F.), 1986, *op cit.*, (V. nota 2), p. 189, Est. VII, nº 21 e Est. CIV, nº 10.
- Outeiro da Assenta (Óbidos): 2 exemplares inéditos existentes no M.N.A.E., respectivamente com os nºs de Inv. 13581 A e 13581 B, referidos por Ponte (S. da), 1980, *op cit.* (V. nota 17), p. 118.
- Povoado de S. Martinho (Castelo Branco): Leitão (Manuel), *Uma Fíbula tipo Transmontano do Povoado de S. Martinho. Castelo Branco* (Beira Baixa), «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. XXV, fasc. 2-4, Porto, 1985, p. 407-409.
- Pragança (Cadaval): Cf. Schüle (W.), 1969, *op cit.*, (V. nota 20), Est. 111, nº 12; Cf. Ponte (S. da), 1982, figs. 3 e 6.
- Vila Chã da Barciosa (Miranda do Douro): Cf. Leite de Vasconcelos (J.), *Religiões da Lusitânia*, vol. III, Lisboa, 1913, fig. 55; Cf. Ponte (S. da), 1984, *op cit.*, (V. nota 1), p. 132, fig 32; Cf. Silva (A.C.F.), 1986, *op cit.*, (V. nota 2), p. 190. Est. VII, nº 43.



**MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DOS TIPOS
Transmontano e Meseta:**

1. Castro de S. Juzenda, Vale de Prados, Freg. de Múrias (Mirandela); 2. Castro do Picote (Miranda do Douro); 3. Castro da Cocolha (Vimioso); 4. Paradela (Bragança); 5. Fraga do Seixo (Estevais, Mogadouro); 6. Citânia de Briteiros (Guimarães); 7. Cabeço de Vaiamonte (Monforte); 8. Outeiro da Assenta (Óbidos); 9. Castro da Serra de S. Luís (Pedrão, Setúbal); 10. Castro de Cendufe (Arcos de Valdevez); 11. Pragança (Cadaval); 12. Castelo da Lousa (Distrito de Évora); 13. Monte Mozinho (Penafiel); 14. Castelo de Castelo Branco; 15. Chibanes (Palmela); 16. Conimbriga (Condeixa-a-Nova); 17. Castro de Argozelo (Vimioso); 18. S. Salvador (Cadaval); 19. Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim); 20. Castro de Santo Ovídio (Fafe); 21. Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira); 22. Castro de Maximinos (Braga); 23. Povoados de S. Martinho (Castelo Branco); 24. Herdade da Chaminé (Freg. de Vila Fernando, distrito de Portalegre); 25. Castro de Fiães (Vila da Feira); 26. Vila Chã da Barciosa (Miranda do Douro); 27. Castro da Estrada (Macedo de Cavaleiros); 28. Castro de Vinhais (Vinhais); 29. Castro da Aldeia Nova (Miranda do Douro); 30. Castro da Solhapa (Duas Igrejas — Miranda do Douro).

PROBLEMAS DE COMPARTIMENTACIÓN ESPACIAL DO CASTREXO GALAICO

por

L. Xulio Carballo Arceo
Juan L. Naveiro Lopez
Pepa Rey Castineira

Xa desde hai anos na bibliografía galega e portuguesa véñense destacando as diferéncias observadas nalguns materiais arqueolóxicos da área meridional da cultura castrexa, respecto á septentrional. Mesmo, algúns autores (Ferreira, 1986: 164-167) cren que estas subáreas coincidirían coas posteriores divisións administrativas dos conventos Lucence e Bracarense.

A pesar de estar claras as diferéncias entre as subáreas meridional e septentrional, existen, non obstante, matices que convirá ter en conta en investigacións futuras; hai que falar por exemplo de diferéncias entre a costa e o interior e despois, dentro dela, entre a Norte e a Sur. As bacías dos ríos xogan tamén en todo isto un papel primordial. Entrar a comentar algúns dos aspectos que atinxen a esta compartimentación espacial da cultura material castrexa, sera pois o obxectivo fundamental deste traballo.

Ante tal intento aparece um grande inconveniente, de momento insoslaíavel. E o grande vacío documental existente na totalidade da provincia de Lugo e na parte oriental da de Ourense, con contadas excavacións, das que nunca foron dados a coñecer os seus materiais.

Por outra parte, a aínda incipiente periodización do castrexo, con problemas na atribución definitiva dos materiais e con fortes descompensacións entre os datos correspondentes a cada unha delas, fai aínda máis difícil unha argumentación estruturada ao completo, sobre todo no que se refire á parte galaica.

Deixamos claro pois que a nosa análise refírese á metade occidental galaica, por ser a zona que ten datos suficientes.

No que se refire ao aspecto cronolóxico, seguimos a periodización de Coelho (1986: 37) e a de Fariña (1983: 120) coas súas tres grandes fases. Pero, debido aos escasos asentamentos excavados da fase inicial da cultura castrexa,

que non permiten de momento atisbar diferéncias significativas de cara a definir subáreas culturais, a nosa análise vaise centrar exclusivamente nas fases II e III. A fase II, ou castrexo pleno, comenzaría a inicios do século V a.C., cun desenrrolo no IV, e o seu remate a comenzos do terceiro tércio do s. II a.C., cos primeiros contactos co mundo romano, a traves da campaña de Décimo Junio Bruto. Para esta etapa posuimos abundantes xacementos, moitos deles de excavación recente, que presentan unha distribución bastante uniforme por todo o territorio galego.

A fase III, ou castrexo final, comprendería desde fins do s. II a.C. até a segunda metade do s. I d.C., en que as reformas flavianas darían paso á cultura galaico-romana. Se ben hai datos importantes e significativos desta fase, de maneira contrária ao que puidera semellar aparentemente, coñecemos moi poucos castros dos que se poidan aillar os seus materiais respecto á fase precedente, tanto porque se trata de excavacións antigas, como porque se encontran sen publicar.

Devido a todos os problemas enumerados, seguramente este traballo sexa, en certo sentido, prematuro; pero, a nosa intención non é máis que pretender esbozar as diferéncias rexionais existentes dentro da área cultural comun, que sobrepasan as xa observadas con anterioridade para unha subárea meridional e outra septentrional. Somos conscientes, non obstante, que terán que pasar moitos anos antes de que un tema tan complexo como este poida ter un comenzo de solución definitiva. Para iso tera que suceder, entre outras cuestións, que sexan excavados máis castros de cada fase cultural en cada unha das comarcas máis representativas da totalidade da área cultural castrexa.

Desde o punto de vista da distribución dos castros no territorio, obsérvase unha maior concentración de asentamentos nos vales abertos dos principais ríos e nas zonas litorais, en clara consonancia cunha maior capacidade agrícola e cunha topografía máis favorábel, que non é aquí o caso estudar. As zonas de maior concentración de asentamentos castrexos devem ser provabelmente as que soportaron unha maior densidade de poboación, e, por conseguinte, as que gozaron dunhas condicións máis propicias para o dinamismo cultural. Estes factores, xuntamente coas liñas de fluxo exterior, reveladas polos materiais importados, son quizais os dous grandes conxuntos causais que permiten explicar o comportamento pluridireccional das diferentes subáreas culturais.

Para a nosa análise escolleremos como elementos de estudo a cerámica, en primeiro lugar, por ser o fósil máis abundante e o que se presta aos máis variados matices, — polo tanto o máis representativo —, xunto coa escultura e a arquitectura, porque quizais eles tres son os significantes máis activos dos posíveis comportamentos locais ou rexionais. Outros elementos como os bronzes, os materiais de pasta vítrea e a orfebrería, ao ser, a maior parte das veces obxectos de prestíxio, poden non resultar tan expresivos de cara a posíveis zonalizacións. De feito, no referente á produción metalúrxica parece haver

certas contradicións. Entre os produtos de bronce existen obxetos, como as sítulas con decoración xeométrica (Carballo, 1983), cun reparto por todo o territorio galego, tanto de Norte a Sur como de Este a Oeste, excepto, quizais, a zona central da provincia de Lugo e a oriental da de Ourense; vacio que hai que achacar, en principio, ao descoñecimento dos materiais dos castros desas zonas, por falta de excavacións.

Por outra parte, no campo das fíbulas das fases II e III, existen diferéncias. As de tipo Sabroso e Sta. Luzía teñen unha distribución exclusivamente meridional (Ponte, 1980)¹; as de longo travessao sem espira (Fariña, 1979) e de tipo transmontano (Ponte, 1980), están repartidas por toda Galiza².

No mundo da armeria detéctanse diferéncias Norte-Sur; mentras os puñais de antenas posúen un reparto septentrional, na subárea meridional predominan os puñais afalcados.

No tocante á orfebrería parecen existir diferéncias, tamén, entre o Sur e o Norte; concretamente nas arracadas, Perez Outeiriño (1982: 180) detecta tipos que aparecen na parte septentrional, pero que non se documentan a partir do sur da bacia media e baixa do río Miño, e viceversa.

No que se refire á cerámica indíxena, albíscanse formas ou tipos cerámicos estandarizados nos seus diversos aspectos (perfil, tamaño, motivos e estrutura decorativa, sistema de cocción etc.), que demostran, se non a existencia dunha produción centralizada en talleres puntuais neste momento — posto que para falar disto habería que dispor doutro tipo de probas como análises de pastas, achados de fornos, etc. —, si unha grande comunión nos seus modos de facer, e que se agrupan insistentemente en áreas xeográficas concretas.

Nas excavacións antigas, se ben dispoñiamos de datos suficientes para demostrar este feito, as aportacións dos últimos anos, ademais de ratificar os espacios xeográficos xa antes delimitados³ e mesmo amplialos⁴, aportan unhas referencias cronolóxicas que permiten analizar a repartición no espacio deses tipos cerámicos nas súas fases correspondentes.

É certo que as estratigrafías até agora recompostas non supoñen un número suficiente como para consideralas representativas, e mesmo hai problemas para determinar con exactitude cando os materiais son característicos dun

¹ As fíbulas tipo Sabroso aparecen en Galiza unicamente nos castros de Sta. Trega e Oia, e as de tipo Sta. Luzía, em Sta. Trega, Troña e A Lanzada.

² As fíbulas de longo travessão sem espira estudadas por Fariña hai que agregar, as dos castros de Baroña, Borneiro, Montaz (Silleda), A Forca, Fozara, Vigo e Viladonga. As fíbulas tipo trasmontano recollidas por S. da Ponte hai que sumar as dos castros de Borneiro, Cameixa, Cortegada (Silleda), A Lanzada, Meirás, Sta. Trega, Troña, Vigo e Viladonga.

³ Sobre este tema remitímonos a Rey Castiñeira (en prensa).

⁴ Até o de agora tiñamos coñecemento claro da bacia média e baixa do Miño e do litoral das Rías Baixas. Hoxe, a zona do interior correspondente, ás Terras de Melide e Trasdeza, converteuse nunhas das partes galaico-castrexas mellor coñecidas.

ou doutro período, sobre todo no referente á cerámica, onde as porcentaxes teñen moito que dicir na recomposición completa do proceso de formación, desenvolvemento e decadencia de cada un dos tipos. Aceptamos que para iso se necesita máis documentación e una mellora na metodoloxía das excavacións que se están a realizar. Non obstante, hai datos que convén salientar.

Salvo os xacementos excavados na Terra de Trasdeza, Terra de Melide e Ortigueira, que supuxeron o coñecemento dunha zona practicamente inédita e que ilustraron fundamentalmente a fase II e III do castrexo, o resto dos traballos arqueolóxicos recentes seguíronse a facer en maior número dentro da zona litoral das Rias Baixas e na cunca média e baixa do Miño, de maneira que a rede de puntos coñecidos, dende hai anos, agora é máis mesta, e dáse a circunstancia de que algúns xacementos distan entre eles poucos quilómetros (Vigo, Toralla, Cies) ou incluso metros (Forca, Trega), coa vantaxe de que cada un deles rexistra con maior intensidade unha fase determinada do castrexo (Forca, Cies, Toralla: Fase II; Trega, Vigo: fase III). Por esta razón a súa comparanza, na que esta garantizada sen lugar a dúbida, a pertenza, á mesma subárea cultural, lévanos a recompor cronoloxicamente as variacións que se producen na súa cultura material e fundamentalmente na cerámica.

FASE II

Para ilustrar esta fase do castrexo, son importantes os xacementos de Toralla e Cies na Ria de Vigo, e o castro da Forca, na beira do Trega, na desembocadura do Miño. Nestes tres xacementos destacan, sobre todo nos dous primeiros, dúas formas cerámicas que significativamente non aparecen nos castros de Vigo e Trega, e que, non obstante, se dan aquí nunha alta porcentaxe. Referímonos ás xerras tipo Toralla de perfil en «S» con decoración estruturada en bandas e cunha asa adornada con surcos profundos⁵ (fig. 1, nº1) e as grandes vasillas («Borde tipo Cies») co colo moi estrangulado e o lábio ensanchado cun reforzo que lle confire unha sección trapezoidal moi peculiar (fig. 1 nº 2). Estas sempre levan no corpo dous cordóns horizontais paralelos entre si, e partindo deles, outros máis planos que percorren a panza en sentido vertical; asociados a eles están diversos motivos estampillados, que flaquean ou se sobrepoñen aos cordóns horizontais paralelos entre si, e partindo deles outros máis planos. Tamén o lábio ten ás veces a mesma decoración. Ambas as dúas formas rexístranse coa mesma claridade en todo o litoral das Rias Baixas e polo que até agora coñecemos non superan este ámeto (fig. 2). No castro de Recarea (Mazaricos) rexistráronse tres xerras, pero en Borneiro non apareceu nengun dos dous tipos. En dirección Este, os puntos máis ao interior están nos

⁵ Sobre elas véxase o traballo de Rey Castiñeira (1982).

castros de Piñeiro e Cascaxide (Silleda), pero en realidade trátase de dúas asas ailladas de xerras, que xa pouco teñen que ver coas costeiras. Cara ao Sur é importante dicir que non superan a raia do Miño.

No castro da Forca hai ademáis outras pezas cerámicas que escasean en Toralla e que non apareceron en Cies, nen en todo o litoral das Rias Baixas. A súa dispersión xeográfica céntrase da ría de Vigo cara ao Sur, entrando en Portugal, e ao longo da bacia média e Baixa do Miño (fig. 2). Trátase de dúas formas semellantes no seu perfil en «S», no tamaño e tamén nas superficies brillantes, cubertas de engobe ou ás veces brunidas con grande uniformidade. Non obstante, diferéncianse na decoración. Unha delas, a «tipo Castromao» (fig. 1, nº 3), sempre leva o colo acanalado verticalmente, dous sulcos na parte interior do lábio, e outros tantos no nacemento da base; o ombro adórnase cunha banda reticulada incisa da que xorden, en perpendicular, feixes de liñas incisas ou brunidas que transcorren en paralelo pola panza ou formando triángulos. A vasilla «tipo A Forca» (fig. 1, nº 4) ten o colo liso e no ombro van unha ou dúas cenefas cheas de motivos estampillados, sobre todo SSS entrelazados que se enmarcan con liñas puntilladas. A panza adórnase co mesmo motivo das xa descritas, ou ben con triángulos de poca altura e base ampla recheos de liñas puntilladas, e dos vértices dos cales colgan un o varios círculos concéntricos estampillados. Cando son varios agrúpanse en forma de medallón triangular.

A converxencia de tipos nos castros da Forca, Peneda do Viso, Fozara e Troña — se ben nos dous últimos rexístranse con maior intensidade os correspondentes a Bacia do Miño — demostra que no tramo da desembocadura conflúen elementos das dúas subáreas, fundamentalmente nas zonas máis próximas ao litoral (fig. 2).

Fora desas dúas subáreas ben definidas, a das Rias Baixas e a do Médio-Baixo Miño, o resto do territorio ten máis dificultades na análise. Os castros excavados estan moi espallados, e a súa enmarcación cronolóxica ten problemas sérios.

Os recentemente excavados nas terras de Trasdeza e Melide, en total uns oito, fan un número importante para valoralos no seu conxunto. A súa análise deixa claro que en absoluto son partícipes dos tipos cerámicos das zonas anteriormente comentadas. Vese tamén entre eles unha uniformidade nos seus gustos e na forma de traballar o barro. Todos rexistran unha alta porcentaxe de vasillas cos bordes aristados (fig. 1, nº 5). Dase neles un **borde reforzado tipo Corredoiras** (fig. 1, nº 6), parecido aos marítimos da fase III, con baquetón exterior máis achatado e sen incisións que o decoren, coa cara superior sempre horizontal e plana, habitualmente decorada con follas de acácia estruturadas en metopas; o seu perfil non é en absoluto dunha grande vasilla globular-cerrada como as litorais, senon a de vaso aberto. Outra característica notábel é a escasez de vasillas decoradas, sobre todo é impor-

tante o pouco número de casos estampillados⁶. Prefiren as incisións, fundamentalmente as liñas quebradas. Os motivos plásticos fan tamén acto de presenza; as puntas de diamante son as máis representativas, van dispostas na panza en vertical ou debuxando retículas.

En moitas das características que atinxen ao conxunto anterior, son partícipes os castros situados na costa Norte, xa desde o castro de Recarea — que se ben participa, do caso das xerras, propio da subárea das Rias Baixas —, o resto das súas pezas son máis afíns ás do interior do val do Tambre-Ulla. Ten coma eles moitos bordes reforzados Tipo Corredoiras, abundan os aristados, escasean as decoracións, etc.

O mesmo se pode dicer dos castros de Elviña e Meirás, con todos os seus problemas de delimitación cronolóxica e de escasez de datos.

O castro de Borneiro presenta unha problemática difícil de solucionar. Aportou grande cantidade de cerámica, na que se poden delimitar tipos claros, algúns deles correspóndense cos xa citados para este ámeto (o abundante número de aristados, a esporádica aparición de estampilla e as fiadas de «puntas de diamante» compostas en retícula). Non aparecen os bordes reforzados tipo Corredoiras, e para outros non atopamos paralelos. Tamén sucede que algunhas pezas se relacionan con outras pertencentes á fase III. Plántase con iso unha contradición co encadre cronolóxico até agora proposto (fase II).

FASE III

Para a zona sur son xacementos representativos os castros de Vigo, e do Trega. Nestes castros hai tipos cerámicos que nada teñen que ver cos da Forca, Toralla e Cies. Son as vasillas globulares, cerradas, sen colo e con groso borde reforzado en baquetón, que vai decorado con sulcos verticais profundos, prolongándose, cara adentro, en pico (fig. 1, nº 7). Está moi decorada por todo o seu corpo a base de motivos plásticos e estampillados. Habitualmente vímoslle chamando «bordes reforzados marítimos» por estar totalmente vinculados á costa das rias Baixas (fig. 3), coincidindo coa zona da fase II.

Tamén nos dous xacementos citados se dan as coñecidas fontes con asas interiores (fig. 1, nº 8), que neste caso, aínda que afectan con maior intensidade a toda a zona do Miño á ría de Vigo, repiten claramente a mesma distribución que os vasos tipo Forca ou Castromao (fig. 3).

Na zona Norte hai unha grande vasilla de colo subcilíndrico con dobre reborde (Fig. 1, nº 9), ben representado en Corredoiras e en Borneiro, que se estende prioritariamente por esa área, pero aparece tamén no castro de S.

⁶ En xeral para o tema do estampillado, véxase Rogríguez Puentes (1986).

Cibran das Lás⁷ da subárea do Miño. (fig. 3). Esta mesma distribución reproducécese coas decoracións cordadas ondulantes (fig. 1, nº 10).

As asas de orella (fig. 1, nº 11) teñen un reparto eminentemente meridional (bacias do Miño e Rias Baixas), pero tamén se estenden cara o Norte unicamente pola costa (fig. 3).

Outro caso interesante é a dispersión das vasillas con decoración perlada (fig. 1, nº 12), que contrariamente a todo o exposto, teñen un reparto xeralizado (fig. 3).

Por outra parte, dentro da arquitectura existe un elemento definidor da subárea meridional na fase III. Trátase dos vestíbulos das construcións curvas ou angulares, característicos da fase final da cultura castrexa (Ferreira de Almeida, 1983; 71). Este elemento aparece unicamente en Galiza, na bacia média e baixa do río Miño, segun o estado presente do noso coñecemento da arquitectura castrexa (Romero, 1976; 61).

Para Ferreira de Almeida (1983; 71) o vestíbulo nas construcións aparece nun momento moi avanzado da cultura castrexa, en torno ao século I a.C., mentras que para Coelho (1986; 42) xa se iniciaría na parte final da fase II, en torno á primeira metade do s. II a.C.

Calo (1983; 161 ss) sinala que, a traves do estudo da arte castrexa da última fase se observa unha diferenza esencial entre os conventos lucence e bracarense. A decoración arquitectónica de cordados, rosáceas, esvásticas, etc., así como a estatuaria de guerreiros e figuras sedentes, ten a súa área de dispersión polo convento bracarense unicamente. Na Galiza aparecen estes elementos nos castros de Sta. Trega, Troña, S. Cibran das Lás, Rubiás, Armeá, Vilar de Barrio e Castromao, entre outros; todos nas bacias média e baixa do Miño e alta do Limia.

CONTACTOS EXTERNOS

Unha vez expostas as diferenzas detectadas entre os materiais de produción local ou rexional para as distintas áreas, pode resultar significativo salientar o grao de incidencia nas mesmas dos contactos exteriores.

Ao respecto conven considerar as cerámicas de importación presentes nos xacementos castrexos, se ben isto reflexará tan só un aspecto parcial nos intercambios e comunicacións do NW, dado o seu carácter de bens de prestíxio. Productos de luxo son, evidentemente, as cerámicas finas, pero tamén as cerámicas comúns que na súa maior parte serviron de envases a materias

⁷ O castro de S. Cibran das Lás co seu desenrolo pleno na fase III é unha boa referencia para situar cronoloxicamente algunhas cerámicas.

orgánicas de consumo restrinxido (aceites, unguentos, perfumes, viños ou salsas de pescado).

Cando menos dende os s. IV-III a.C. chegan a Galiza manufacturas cerámicas moi difundidas polos mercados do Mediterráneo Occidental (Fariña, 1983; 119-120). Pezas «púnicas», gregas ou campanienses, mostran unha distribución semellante e acorde, que revela a existencia de comunicacións marítimas entre o SW peninsular e a costa galaica até mediados do s. I a.C. (fig. 4). Foron recoñecidos varios fragmentos de cerámicas púnicas ou máis ben ibero-púnicas, entre os que predominan os envases masivos, tipo grandes urnas ou ánforas, e as pastas porosas de tonalidades ocre-amarelas ou beixe-alaranxadas, ás veces decoradas con franxas horizontais pintadas. Outros fragmentos corresponden a cerámicas finas de «barniz negro», que polas súas reducidas dimensións e mal estado de conservación, non sempre poden atribuírse con seguridade á produción ática, á campaniense ou ás múltiples imitacións. No caso das campanienses, son absolutamente maioritarias as formas abertas e baixas, tipo plato ou pátera (Lamb. 36 e Lamb. 5).

A reducida proporción destas pezas nos xacementos, así como a dispersión dos mesmos, permiten supor que os contactos aínda que pouco intensos deberon ter certa regularidade. A costa da provincia de Pontevedra, ou mellor as Rías Baixas, foron o foco de atracción principal, dende o cal os produtos mediterráneos penetraron en certa medida polas principais artérias fluviais (Miño e Ulla) ou remontaron a costa até o golfo ártabo (rias Ferrol-Coruña). Esta situación manterase sen cambios importantes até vésperas da conquista militar romana, (é dicir durante toda a fase II e a primeira parte da fase III). Nen as grandes transformacións políticas (guerras púnicas, destrución de Cartago), nen os conflitos máis próximos (guerras lusitanas, campaña de D.J. Bruto) parecen alterala.

Non se poden descartar os contactos coa Meseta pola falta de materiais «característicos», especialmente nas zonas Este e Sur da provincia de Ourense, xa sexa pola bacía do Sil, ou ben via Tras-os-Montes.

As cerámicas de importación non bastan para valorar as transformacións derivadas da integración política no Imperio Romano, tales como a imposición dunha complexa administración, o comezo da circulación monetaria ou o trazado da rede viaria. Pero estes materiais poden documentar unha faceta do proceso de aculturación que sufriu o mundo castrexo, e da xénese do galaico-romano.

Dispomos dunha ampla gama de produtos foráneos desde fins do s. I a.C. até época flávia, entre os que escollimos as ánforas e a terra sigillata por ser estes os máis abundantes e representativos.

As ánforas itálicas (maioritariamente da forma Dressel I) presentan unha distribución costeira moi semellante á das cerámicas do período anterior, alcanzando algún punto máis ao Norte. Quizais haxa que supor unha continui-

dade dos médios e canles de distribución, polo, menos até finais da época augústea. En comparación, as ánforas hispánicas (sobre todo Haltern 70) con datacións centradas na primeira metade do s. I d.C., teñen unha dispersión moito maior e chegan a varias zonas do interior (Naveiro, 1986). Non obstante, as Rias Baixas seguirán sendo o principal foco de atracción do tráfico marítimo, agora tan intenso que fará posíbel a formación de enormes vertedeiros de testos como os que apareceran nos castros de Sta. Trega, Vigo, A Lanzada e Neixón Grande entre outros (fig. 5).

A terra sigillata itálica está representada principalmente polo productos aretinos de formas clásicas e avanzadas (Goudineau 27, 38 e 39), que cobren o período comprendido desde pouco antes do cambio de Era até época de Claudio. Salvo algunhas excepcións, a súa distribución mostra unha notoria preferencia pola vía marítima (Caamaño, 1983; 229-230). As rutas terrestres, en cambio, parecen ser as preferentes no caso da terra sigillata gálica, cuxos productos (Drag. 15/17, 24/25 e 29) se datan entre o reinado de Nerón e a época Flavia (Caamaño, 1983; 232-233). Están moi ben representados na bacía média do Miño, a onde puideron chegar quizais desde o núcleo bracarense, utilizando xa o trazado da vía XVIII do Itinerario de Antonino (fig. 6).

As moedas, a terra sigillata hispánica e outros materiais suliñan a progresiva importancia das vías terrestres, e o aumento do fluxo cara os vales do Douro e do Ebro. A estrutura administrativa sera o determinante, integrando ao NW na provincia H. Citerior/ Tarraconense e deseñando a rede viaria en función das capitais de conventus, que se converterán ás veces en importantes centros comerciais, como parece ser o caso de Bracara Augusta.

CONCLUSIONS

Nas conclusións desta comunicación, de acordo co seu título, deberíase afrontar a compartimentación de todo o territorio galaico, pero os condicionamentos xa expostos que sofre o rexistro arqueolóxico revelan prematura tal intención. Non obstante xuzgamos significativas as diferencias observadas entre a bacía do Miño e a franxa litoral das Rias Baixas, por canto ambas subáreas si estan ben documentadas:

1.^a A zona litoral centrada nas Rias Baixas, presenta claros elementos propios, especialmente na cerámica local, ao tempo que recibe contactos meridionais vía marítima, moi intensos na fase III, que deberon de motivar un maior dinamismo cultural.

2.^a A bacía do Miño tamén presenta conxuntos cerámicos bastante definitorios (ademais das particularidades da arquitectura e escultura citadas), tendo influxos marítimos pero tamén outros interiores, sobre todo na bacía média, que aínda non podemos valorar.

Tampouco podemos polo momento fixar uns límites precisos entre esas subáreas, límites que dificilmente existiron a xuzgar polo grau de desenvolvemento político que alcanzou a cultura castrexa. Isto plantea o problema de considerar zonas de transición ou transferencia. É o caso do Baixo Miño, que comparte moitos elementos coa bacía média, aínda que resulta innegábel a presenza do influxo marítimo que caracteriza á subárea das Rías Baixas.

Polo que respeita á parte septentrional, só diremos que está claramente diferenciada destas dúas subáreas, pero existen algúns indicios máis que significativos dunha provábel zonificación, que haberá que concretar con futuras investigacións. Recentes excavacións na bacía média do Ulla presentan conxuntos cerámicos homoxéneos e diferenciábeis dos procedentes das subáreas xa caracterizadas. Ao mesmo tempo, estes conxuntos tampouco poden paralelizarse cos doutros xacementos septentrionais, tales como Recarea, Borneiro, Elviña, etc., aínda que teñan elementos relacionábeis. Con todo, é moi cedo para pretender definir esta zona.

A lóxica compartimentación da cultura castrexa ven condicionada, dunha parte polas acusadas variacións do medio xeográfico, e doutra, pola existencia de unidades de carácter, se non político, marcadament territorial (*populi*), que tiveron que repercutir na «rexionalización» da cultura material.

Desde un punto de vista topográfico, a dorsal média galega, así como outros elementos da orografía, deveu representar un papel determinante. Non sabemos se entre as bacías altas dos ríos Lerez e Verdugo-Oitavén, e a bacía do Miño, esta dorsal cumpriu unha función separadora, aínda que dispomos de elementos suficientes para pensar que este fenómeno sucede entre as bacías medias do Ulla e do Miño. Aquí vense claras diferéncias entre castros por exemplo da zona de Silleda, no vale do río Deza, e outros nos vales dos ríos Avia e Arenteiro, como Cameixa ou Coto do Mosteiro, distantes menos de 25 Qm. dos anteriores.

O fenómeno de zonalización hai que enténdelo dentro dun complexo abanico de causas, que aínda non estamos en condicións de explicitar. Factores como o mencionado anteriormente, a intensidade das comunicacións, o arraigo das tradicións locais, etc., tiveron que influir certamente no mesmo. Algunhas zonas definidas (bacía do Miño e Rías Baixas) presentan, sen dúbida, un maior dinamismo cultural; dinamismo que hai que explicar non só a traves de causas endóxenas, senón tamén en virtude dos influxos exercidos polos contactos e intercámbios exteriores⁸.

⁸ Agradecemos aos nosos compañeiros das áreas de Prehistoria e Arqueoloxía do Departamento de Historia I da Universidade de Santiago as suxerencias feitas para a elaboración deste traballo.

BIBLIOGRAFIA

- CAAMAÑO GESTO, J. M. (1983): «Cerámicas finas de importación en la época romana en Galicia». *Estudos de cultura castrexa e da História Antiga de Galicia*. Pereira, G. (ed.). Compostela; pp. 225-246.
- CALO LOURIDO, F. (1983): «Arte, decoración, simbolismo e outros elementos da cultura material castrexa. Ensaio de síntese». *Estudos de cultura...*; pp. 159-185.
- CARBALLO ARCEO, L. X. (1983): «Aportación al estudio de la sítulas en el Occidente de la Península Ibérica». *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XXXIV; pp. 7-32.
- COELHO FERREIRA DA SILVA, A. (1986): *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira.
- FARIÑA BUSTO, F. (1979): «As fíbulas de "longo travessao sem espira" nos castros do N.W. peninsular». *Boletín Auriense*, IX; pp. 27-49.
- FARIÑA BUSTO, F. et alii (1983): «Panorama general sobre la cultura castrexa». *Estudos de cultura...*; pp. 87-127.
- FERREIRA DE ALMEIDA, C. A. (1983): «Cultura castreja. Evolução e problemática». *Arqueologia*, nº 8. Porto; pp. 70-74.
- FERREIRA DE ALMEIDA, C. A. (1986): «Arte castreja. A sua lição para os fenómenos de assimilação e resistência á romanidade». *Arqueologia*, nº 13. Porto; pp. 161-172.
- NAVEIRO LOPEZ, J. L. (1986): «El comercio marítimo en el N.W. durante época romana a través de la ánforas». *Revista de Arqueología*, nº 57. Madrid; pp. 40-45.
- PEREZ OUTEIRIÑO, B. (1982): *De ourivesaria castrexa. I. Arracadas*. Boletín Auriense, anexo 1. Ourense.
- PONTE, S. da (1980): «A génese das fíbulas do N.W. peninsular». *Actas do I Seminário de Arqueologia do N.W. Peninsular*, vol. II. Guimarães; pp. 111-119.
- REY CASTIÑEIRA, P. (en prensa): «Algunas consideraciones sobre cerámica castreña». *I Coloquio Internacional de la Edad del Hierro en la Meseta Norte* (Salamanca, 1984).
- REY CASTIÑEIRA, P. (1982): «Avances sobre a tipoloxía da cerámica castrexa: as xerras». *El Museo de Pontevedra*, XXXVI; pp. 3-38.
- RODRIGEZ PUENTES, E. (1986): *La cerámica estampillada castreña (aportación a su estudio)*. Tese de licenciatura, inédita. Universidade de Santiago.

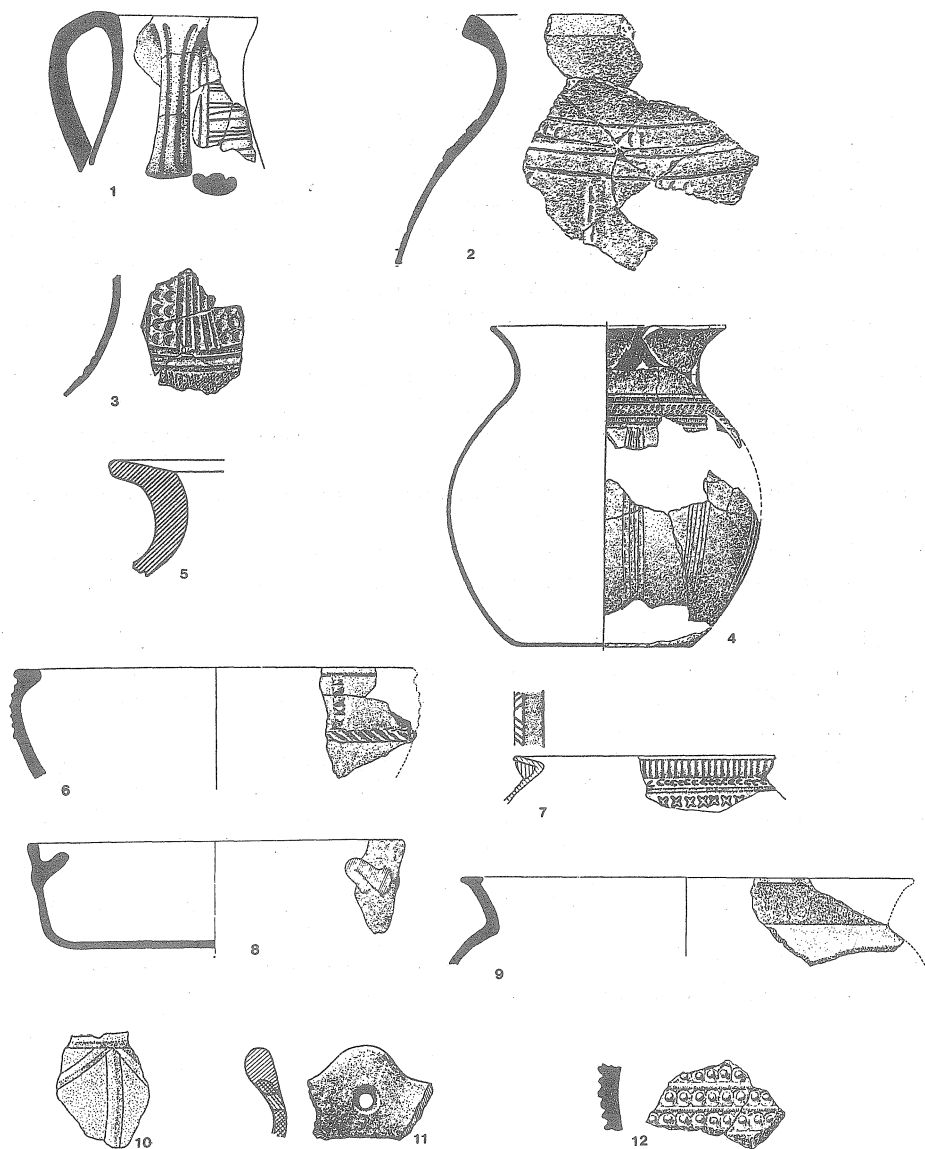
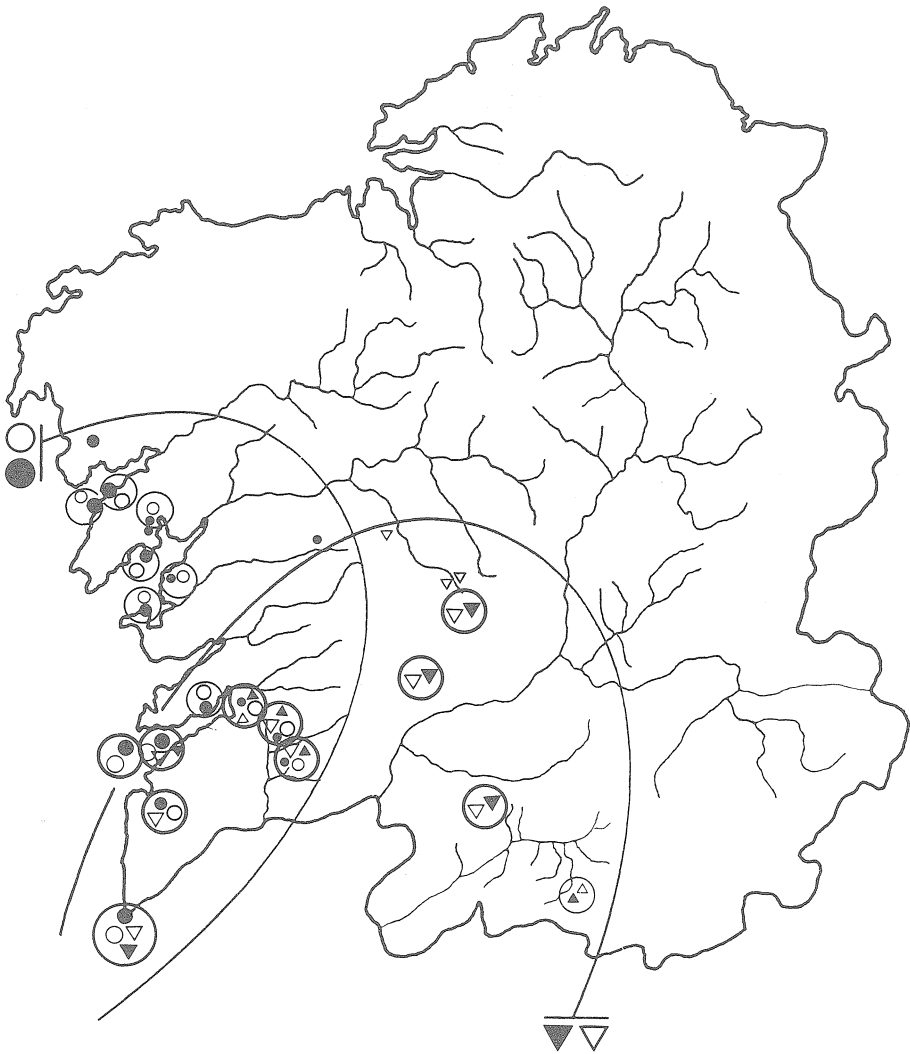


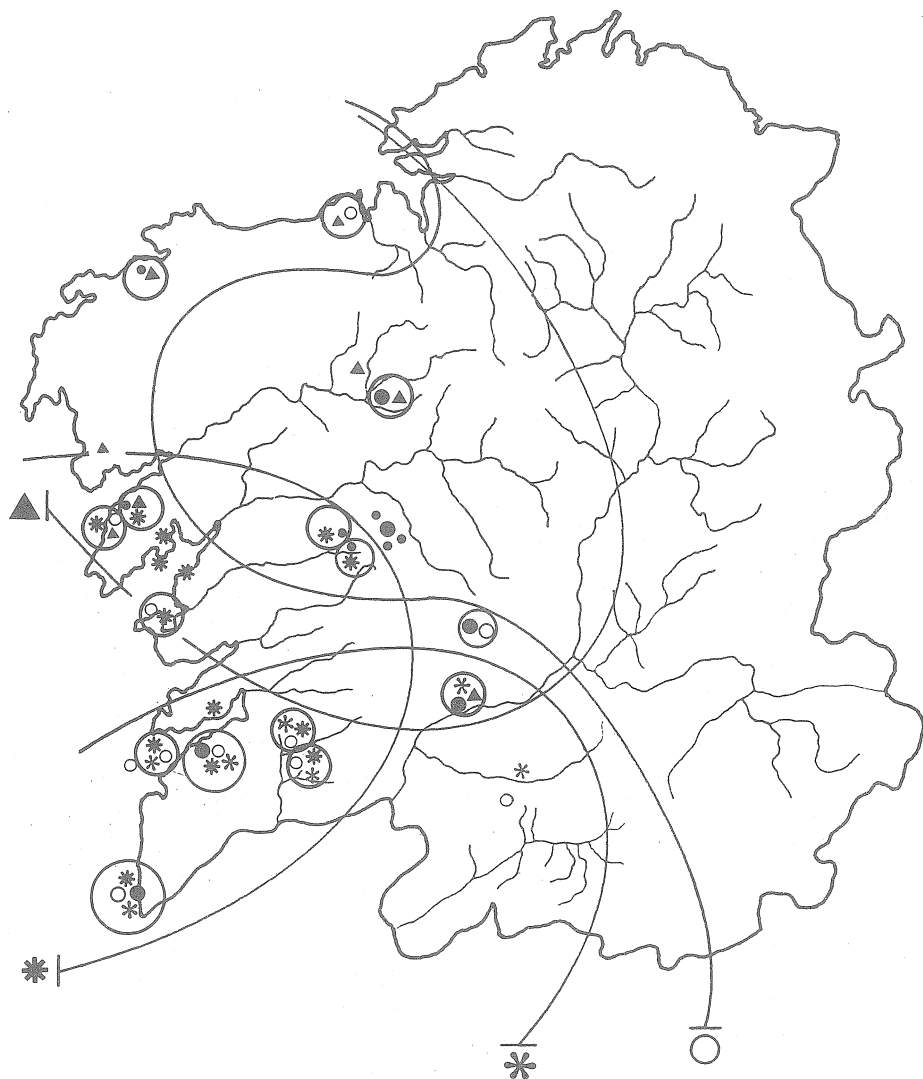
Fig. 1 — Tipos cerâmicos representativos das fases II (1. xerras tipo Toralla; 2. bordes tipo Cies; 3. vasos tipo Castromao; 4. vasos tipo A Forca; 5. aristados; 6. bordes reforzados tipo Corredoiras) e III (7. borde reforzado marítimo; 8. fonte de asas interiores; 9. lábio com dobre reborde; 10. cordóns ondulados; 11. asas de orella; e 12. decoración perlada).



FASE II

- XERRAS TIPO TORALLA
- BORDES TIPO CIES
- ▽ VASOS TIPO A FORCA
- ▼ VASOS TIPO CASTROMAO

Fig. 2 — Distribución de vasos cerámicos castrexos da Fase II.



FASE III

- VASOS CON DECORACIÓN DE PERLAS
- VASOS CON ASAS EN ORELLA
- ▲ DOBLE REBORDE
- * BORDE REFORZADO MARÍTIMO
- * FONTE DE ASAS INTERIORES

Fig. 3 — Distribución de vasos cerámicos castreos da Fase III.



- ▼ CERAMICA GREGA
- CAMPAIENSE E AFINS
- CERAM. IBERO-PUNICA

Fig. 4 — Mapa de distribución de cerámicas áticas, ibero-púnicas e campanienses.

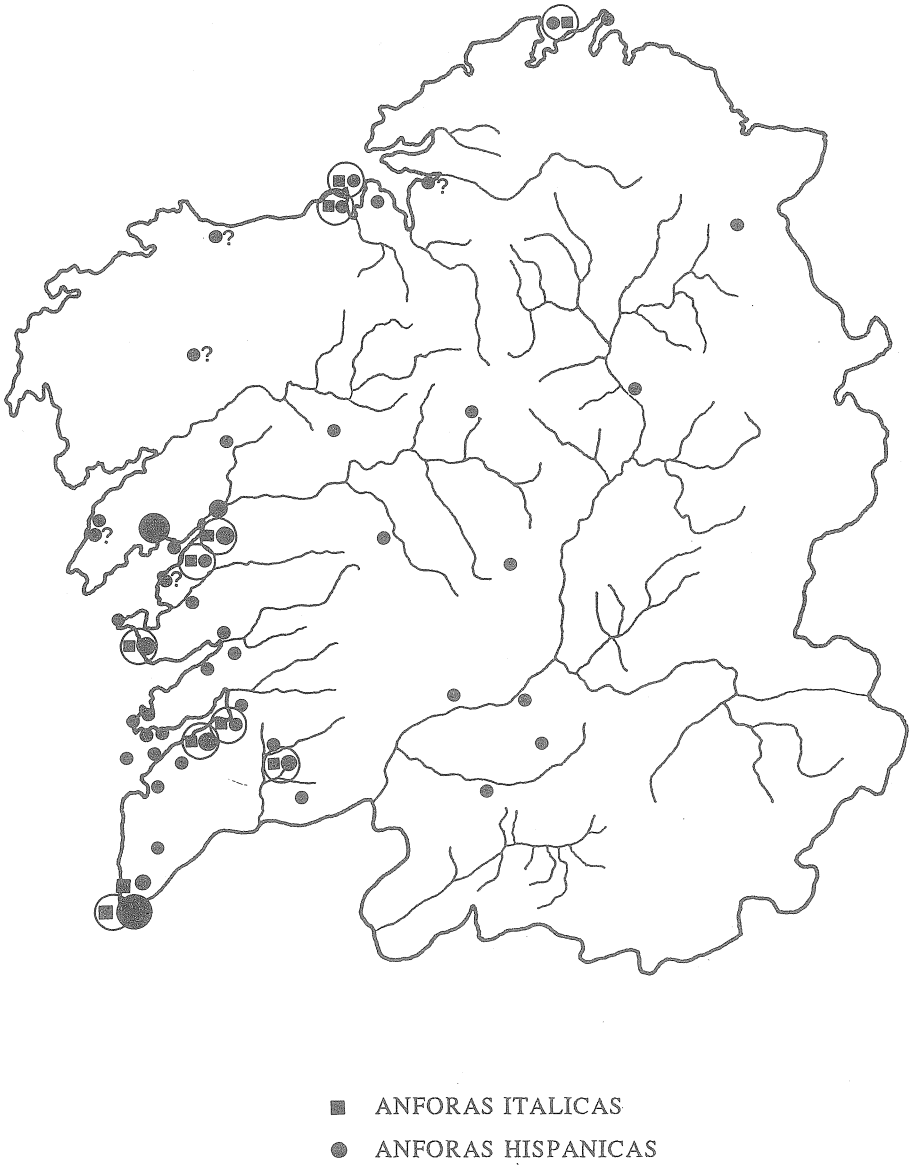
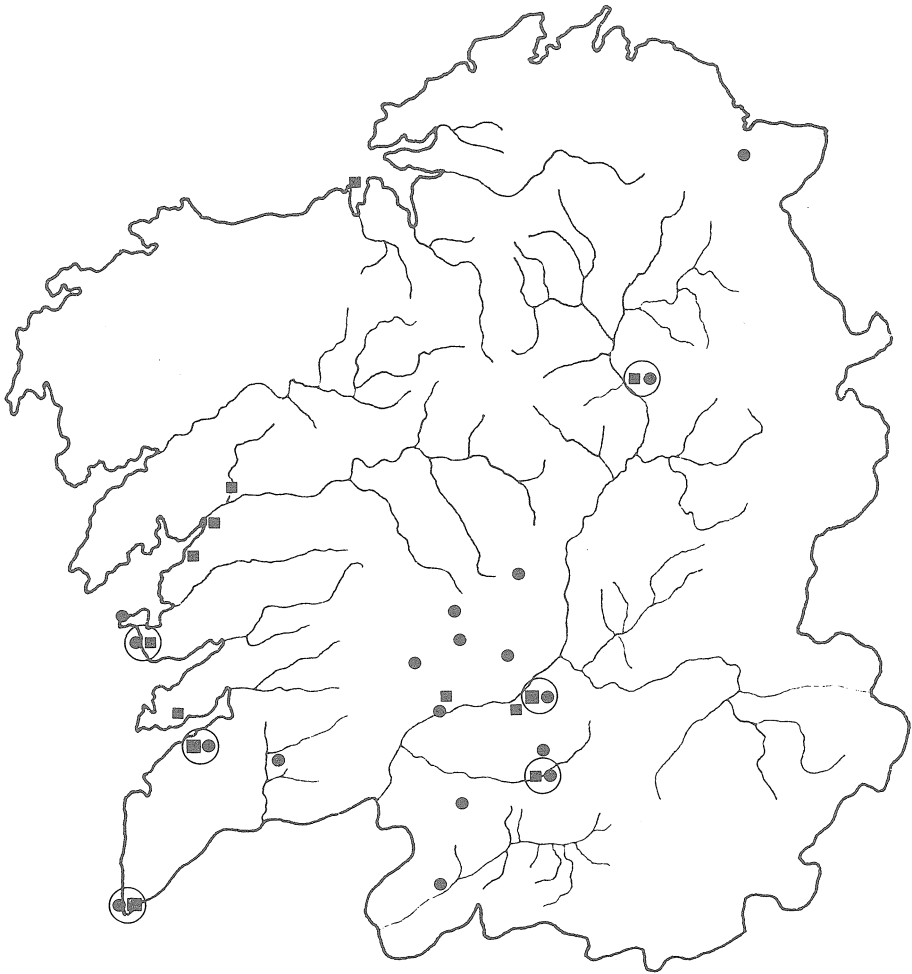


Fig. 5 — Mapa de distribución de ânforas itálicas e hispánicas.



- TERRA SIGILLATA ITALICA
- TERRA SIGILLATA GALICA

Fig. 6 — Mapa de distribución de sigillata itálica e gálica.

CAIXAS-RELICÁRIO MEDIEVAIS DE S. TORCATO (GUIMARÃES)

(Resumo)

por

Mário Jorge Barroca
Manuel Luís Real

Os autores estudam um conjunto de oito pequenas caixas em madeira, destinadas a resguardar as relíquias que consagravam o altar principal de S. Torcato, com cronologia compreendida entre os séculos X-XI e XIV, aparecidas recentemente durante os trabalhos de restauro daquele conhecido templo.

ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NA IGREJA DE S. MAMEDE (TORRE DE MONCORVO)

por

Alexandra Cerveira Lima
Miguel Rodrigues
Nelson Rebanda
Paulo Dordio Gomes
Ricardo Teixeira

A associação Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo (PARM)¹ decidiu implementar em 1986, através dos cinco elementos signatários, um plano de estudos sobre a Idade Média na região envolvente de Torre de Moncorvo (Alto Vale do Douro) e, grosso modo, definida pelos termos dos concelhos medievais de Urros, Mós, Alva, Freixo de Espada à Cinta e Santa Cruz da Vilariça. O seu objectivo amplo é resolver questões relacionadas com a reconstituição da paisagem e da sociedade².

Com base na escassa documentação publicada sobre esta região e nos elementos arqueológicos revelados pelos trabalhos de Carta Arqueológica desenvolvidos por equipas do PARM³, possuía-se um conhecimento da sua história durante a Idade Média e da riqueza dos vestígios arqueológicos por explorar conservados dessa época. Assim, ainda em 1986, optou-se por dar prioridade ao estudo da estação arqueológica do Baldoeiro (freguesia de Adeganha, concelho de Torre de Moncorvo)⁴ na qual se inserem as ruínas da Igreja de S. Mamede.

¹ O PARM desenvolve desde 1983, actividade de estudo, defesa e valorização do património na região tendo-se constituído com existência legal sob a forma de associação cultural em 21 de Novembro de 1986.

² A Região de Moncorvo na Idade Média (Projecto regional de investigação em arqueologia e história medieval). Encontra-se no prelo a publicação do texto deste projecto numa edição do SRAZN/ IPPC.

³ A publicação dos resultados dos trabalhos de Carta Arqueológica que se desenrolaram com o apoio financeiro do IPPC e da C. M. de Torre de Moncorvo, encontra-se em preparação.

⁴ MAGALHÃES, 1845; VASCONCELOS 1896; CABRAL 1910; SANTOS JÚNIOR 1931 e 1975; BAÇAL 1934, Vol. IX, p. 479-483; RODRIGUES E BRANDÃO 1961.

A leitura de descrições do local datadas do século XVII, XVIII e XIX, permitia conceber a existência de um templo românico⁵ que se viria a localizar num amontoado de escombros de onde provinham pedras decoradas já conhecidas⁶. Por outro lado, numerosas visitas ao local vieram revelar-nos um conjunto de elementos de feição arcaizante dentro da Idade Média, incluindo vestígios de habitação, um «castelo» roqueiro (com uma torre quadrangular de 8 m. de lado assinalada pelos encaixes escavados na rocha), no alto de um grande penedo, e sepulturas escavadas na rocha, conjunto situado numa apertada depressão entre grandes blocos graníticos na encosta do planalto da Adega-nha, sobranceiro ao Vale da Vilariga e defronte da colina onde se implanta a cerca amuralhada da Vila Velha de Santa Cruz, cabeça de um extenso concelho e julgado no século XIII⁷.

Realizou-se, então, no Verão de 1987, uma primeira campanha de escavações a que se seguiu, no Verão de 1988, uma segunda campanha, ambas tendo como principal objectivo pôr a descoberto e compreender a evolução das estruturas pertencentes à igreja deste povoado, a Igreja de S. Mamede, e da necrópole que a envolve⁸.

É intenção do presente texto apresentar alguma da problemática levantada e que enquadra o projecto de investigação que desenvolvemos⁹, bem como alguns dos resultados e das dúvidas que se colocam após estas duas campanhas de escavações arqueológicas.

PODERES REGIONAIS NUMA TERRA DE FRONTEIRA AO TEMPO DA RECONQUISTA

Apesar da inexistência de informação documental alti-medieval para a região que estudamos, se alargarmos a nossa investigação ao espaço envolvente (o Alto Douro) encontramos alguns interessantes documentos, datados dos séculos X e XI, que nos permitem começar a levantar algumas questões.

⁵ RODRIGUES E BRANDÃO 1961 é o primeiro a chamar a atenção para a existência de um templo românico.

⁶ Como por exemplo dois frisos com motivos encanastrados e silhares siglados integrados na pequena capela da Sra. da Encarnação, do século XVII localizada 800 m a sul.

⁷ P.M.H. — Leges, pp. 601-604 (Foral); P.M.H. — Inq. 1258, pp. 1274-1277.

⁸ As actividades do PARM têm contado com os apoios do IPPC, da C. M. de Torre de Moncorvo, do FAOJ, do Governo Civil de Bragança e dos Programas OTL e OTJ. Aproveitamos para agradecer publicamente a colaboração prestada pelo Sr. Joaquim J.A. Morais Vaz, proprietário da Quinta da Portela onde se situa a Igreja de S. Mamede.

⁹ O estudo e publicação do importante núcleo de pergaminhos medievais do Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo e as escavações arqueológicas do castelo da mesma vila, são outras iniciativas em curso no âmbito deste Projecto.

No reinado de Afonso III (866-910), é alcançada a linha do Douro. As conquistas de Chaves e Porto em 868 e de Coimbra, em 878, mostram uma progressão mais acentuada para sul da zona ocidental. Em 939, dá-se a importante vitória de Simancas, de Ramiro II (931-950) e seus aliados, frente às tropas do Califa de Córdoba, em consequência da qual se produz um novo avanço da ocupação das terras situadas ao sul do Douro. A fronteira ultrapassa o rio Tormes e Ramiro II repovoa Salamanca e Ledesma, ao mesmo tempo que Fernão González (930-970), conde de Castela, ocupa a zona contígua a oriente, tomando Sepúlveda¹⁰.

Desta época e em conexão com este movimento de repovoamento ou, mais provavelmente, com o movimento de expansão da área de dominação das famílias condais galegas, datará a presúria de terras de fronteira no Alto Vale do Douro (Trancoso, Moreira, Longóbria, Numão, *Uacinata*, Almendra, Penedono, *Alcobria*, Sernancelhe (?), Caria e outras)¹¹ que Dona Chamôa Rodrigues, sobrinha de Mumadona Dias e bisneta de Afonso *Betote* — repovoador do Minho inferior na época de Afonso III e, provavelmente conde de Tui, além de conde de Deza (região de Lalim na Galiza)¹², — doa em 960 ao Mosteiro de Guimarães.

São presúrias realizadas em terras de fronteira (*in ipsa stremadura*) de que resulta a posse de dez castelos (*castella*) com outras *penelas* e *popalaturas* por um membro da aristocracia condal. Coexistem assim nesta região, em meados do século X, a grande propriedade condal e o incastelamento.

O final do século regista as incursões muçulmanas de Almançor que fazem recuar a área controlada pelos reis leoneses para norte do Douro.

Com as conquistas de Fernando Magno, entre 1057 e 1064, as terras entre o Douro e o Mondego regressaram ao domínio do rei de Leão. É então que esse rei concede forais na região do Alto Vale do Douro aos castelos (*castella*) de S. João da Pesqueira, Paredes, Linhares, Penela e Ansiães¹³. Estes textos revelam a existência de comunidades autónomas capazes de negociar o seu estatuto com o rei, interessado em assegurar a sua fidelidade e evitar que se aliassem ao inimigo¹⁴.

O vazio de poder criado, após as invasões muçulmanas, no espaço entre a área controlada pelos reis astur-leoneses e aquela que era controlada pelo Califado de Córdoba, que se prolonga na época dos reinos Taifas, criou nas populações que aí perduraram ou para aí vieram habitar uma situação de auto-suficiência que as levou a continuar e/ou recuperar formas de organização

¹⁰ Díez 1985.

¹¹ P.M.H. — D.C., 81; identificação dos topónimos seg. LINDLEY CINTRA, 1984, p. XXXVII.

¹² MATTOSO 1981, p. 153.

¹³ P.M.H. — Leges, pp. 343-348.

¹⁴ MATTOSO 1986, I, p. 343.

política primitivas, baseadas no parentesco¹⁵.

Estamos perante uma evolução complexa em que, no espaço de um século e na mesma região, se nos deparam realidades tão diversas como a grande propriedade condal e a existência de comunidades camponesas autónomas. O tipo de implantação das populações na paisagem parece no entanto manter-se, tendo por base o fenómeno do incastelamento.

A documentação dos séculos XII e XIII permite-nos conhecer melhor os diversos poderes regionais. Por outro lado, desde a primeira metade do século XII, verifica-se o processo de implantação de uma autoridade supra-regional concorrente da do rei de Leão, a do Infante/ Rei de Portugal, pelo assegurar da fidelidade desses mesmos poderes regionais.

A política de Fernando Magno de divisão dos *territória das civitates em terras*¹⁶ poderá ter levado ao aparecimento da Terra de Bragança onde virá a dominar a linhagem dos Braganções. No entanto, a primeira referência concreta a essa Terra data de 1128, num documento do Infante D. Afonso confirmado por Fernão Mendes, tenente da Terra de Bragança (*Tenente Bragancia*), da linhagem dos Braganções¹⁷. Antes dessa data, verosimilmente o mesmo Fernão Mendes¹⁸, surge como tenente da terra de Chaves (*princeps ipsius terre* — referindo-se a Chaves — e *mandante Flavias*, respectivamente em 1072 e 1086)¹⁹, cargo que parece ocupar de modo não contínuo²⁰.

Surge depois, ainda que raramente, na corte portugalense a confirmar documentos do Conde D. Henrique e de D. Teresa²¹. É sobretudo após a vitória de Afonso Henriques em 1128 que os Braganções e, com eles, a região que dominavam, aparecem ligados a Portugal e ao seu futuro rei²². Com efeito, ainda em documentos dos inícios do século XII, essa região surge integrada nos territórios leoneses de Astorga e Zamora²³.

O filho de Fernão Mendes, Mendo Fernandes, governador de Bragança²⁴, foi alferes-mor de Afonso Henriques entre 1146 e 1147²⁵. O rei de Leão consegue porém atraí-lo para a sua corte tornando-o, entre 1157 e 1159, seu primeiro alferes-mor²⁶. Desde 1145 surge o filho de Mendo Fernandes, Fernão Mendes, como tenente da terra de Bragança²⁷. Por esses anos, casou com D.

¹⁵ MATTOSO 1986, I, p. 339.

¹⁶ ALMEIDA e LOPES 1981-82, p. 133; ver também MERÊA e GIRÃO 1948.

¹⁷ D.M.P. — D.R., I, 92, p. 116.

¹⁸ P.M.H. — Scriptores, p. 165.

¹⁹ L.F., 359-397 e 400.

²⁰ L.F., 410 e 412.

²¹ D.M.P. — D.R., I, 28, p. 38 e 67, p. 83 (F., 487).

²² MATTOSO 1985, p. 27.

²³ L.F., 6 e 410. Cf. MATTOSO 1986, I, 188 e os autores aí referidos.

²⁴ L.F., 419.

²⁵ D.M.P. — D.R., I, 214, p. 220 a 264, p. 271.

²⁶ D.M.P. — D.R., I, CXXII.

²⁷ D.M.P. — D.R., I, 210, p. 260.

Sancha, irmã de Afonso Henriques, que procurava assim reforçar a fidelidade deste senhor da fronteira²⁸.

O seu filho, Pedro Fernandes, novo senhor da Terra de Bragança, foi mordomo-mor do futuro rei Sancho entre 1169 e 1175²⁹. O sucessor da linhagem, Fernão Fernandes, foi tenente da Terra de Bragança, cargo que parece ter acumulado com a tenência das terras de Penaguião e Panoias³⁰. No entanto, em 1209, surge como *tenente en Estremadura* pelo rei de Leão, Afonso IX, ao confirmar os foros de Castelo Rodrigo, outorgados por este rei³¹. Regressa à vassalagem do rei de Portugal pois confirma, em 1217 com Afonso II o foral de Miranda da Beira³². Em 1218 era de novo tenente de Bragança³³ e, em 1225, ao confirmar o foral de Santa Cruz da Vilariça outorgado por Sancho II, surge como alferes-mor do rei³⁴.

A implantação regional desta linhagem, alargava-se para sul do Douro, o que está patente na carta de foral concedida por Fernão Mendes, *potestas in Bragança et Lampasas*, em 1130, aos habitantes da *civitate Noman (Numão)*³⁵. O seu neto, Fernão Mendes II, faz doação à Ordem do Templo do castelo de Longroiva que ele diz ter povoado na Estremadura, entre os castelos de Numão e Marialva e o rio Côa³⁶.

As Inquirições de 1258 testemunham também a implantação dos Braganções no Vale de Vilariça. Fernão Mendes II terá povoado a vila de Santo Estevão, por mandado do rei, e Pedro Fernandes, com sua mulher, doou ao mosteiro do Bouro a vila de Santa Comba da Vilariça³⁷.

No século XIII, sobretudo nos reinados de Afonso III e D. Dinis, dominados pelo processo de centralização política, verificam-se alterações na sucessão hereditária do cargo de tenente da terra³⁸. A autoridade do tenente esvaziava-se e «torna-se imprecisa ou meramente honorífica»³⁹. O governo do último Braganção detentor do cargo, Fernão Fernandes, é interrompido quando este apoia Afonso IX de Leão, sendo substituído por Ponço Afonso de Baião. Posteriormente, em 1233, era tenente da terra Vasco Mendes. Sucodem-lhe

²⁸ VITERBO 1962, II, p. 587, nota 1; L.F., 537-541; L.F., 540-567 (= D.M.P. — D.R., I, 222, p. 263).

²⁹ D.M.P. — D.R., I, 294, p. 384 e segs. até 323, p. 424.

³⁰ Bragança: D.S., 76, 121, 128; Penaguião: D.S., 102; Panoias: D.S., 126, 132 e 139.

³¹ LINDLEY CINTRA 1984, p. 128 e AZEVEDO 1962, p. 264, nota 37. Ver também LINDLEY CINTRA 1984, p. 133.

³² P.M.H. — Leges, p. 374.

³³ L.F., 494.

³⁴ P.M.H. — Leges, p. 604.

³⁵ P.M.H. — Leges, p. 368-370.

³⁶ VITERBO 1962, II, p. 581, nota 1.

³⁷ P.M.H. — Inq. 1258, p. 1274 e 1275.

³⁸ MATTOSO 1986, II, p. 127.

³⁹ MATTOSO 1986, II, p. 125.

Martins Afonso (1243), Fernando Lopes de Baião (1253), Afonso Teles (1256), Martins Afonso (1258) e Nuno Martins de Chacim (1266)⁴⁰. Os Braganções afastam-se da corte e isolam-se na sua região. São os Chacins, descendentes de Pedro Fernandes de Bragança por intermédio da bastarda Foilhe Nunes, que restabelecem a ligação à corte. Nuno Martins de Chacim, frequentemente citado nas actas dos inquiridores de 1258 como usurpador do património régio e concelhio nesta região, recebeu de Afonso III o cargo de meirinho-mor de Portugal⁴¹.

Sobretudo na parte meridional da terra que os Braganções governavam (no actual Alto Douro), mantinham-se poderosas as comunidades locais. Era um outro poder regional que importava ao rei enquadrar e garantir a fidelidade. Entre 1152 e 1182, Afonso Henriques outorga forais a Freixo de Espada à Cinta, Mós e Urros⁴². Confirma ainda e reforma os forais do Douro outorgados por Fernando Magno⁴³. Sancho I concede forais a Penas Roias, Bragança (ambos em 1187), Junqueira da Vilarça (1201) e Rebordãos de Bragança (1208) e doa (1200) aos povoadores de Mós um reguengo pelo bom serviço já prestado e a prestar por esse castelo⁴⁴.

De Afonso II data o foral de Vilarinho da Castanheira⁴⁵ e a confirmação dos forais do Douro de Fernando Magno⁴⁶. Sancho II concede forais a Santa Cruz da Vilarça e Abreiro (ambos em 1225)⁴⁷. Em 1236 doa ao concelho de Freixo, como sua aldeia, a povoação de Alva com a sua torre⁴⁸ e, possivelmente ainda nesse ano, autoriza o mesmo concelho a povoar e habitar Urros que estava ermo⁴⁹.

Nos reinados de Afonso III e D. Dinis, a política de centralização condiciona as relações do rei com as comunidades locais, tendendo a fazer desaparecer a sua autonomia ao mesmo tempo que as fazia integrar num espaço político mais vasto de feição nacional⁵⁰. Outra faceta destas relações é o papel que o rei assume agora de «protector» dos concelhos, que lhes permitiu resistir e mesmo consolidar-se frente à senhoriação⁵¹.

⁴⁰ BAÇAL 1934, I, p. 296 e segs.

⁴¹ MATTOSO 1981, p. 302.

⁴² P.M.H. — *Leges*, pp. 378-381 (Freixo), pp. 390-391 (Mós), pp. 424-436 (Urros).

⁴³ P.M.H. — *Leges*, pp. 343-348.

⁴⁴ D.S., 23, 24, 137, 179 e 127.

⁴⁵ P.M.H. — *Leges*, pp. 582-583.

⁴⁶ P.M.H. — *Leges*, pp. 343-348.

⁴⁷ P.M.H. — *Leges*, pp. 601-604 (Sta. Cruz), pp. 604-605 (Abreiro).

⁴⁸ *Mon. Lusit.*, Liv. XIV, p. 326. Ver também HERCULANO, IV, pp. 370-372.

⁴⁹ HERCULANO, IV, 371.

⁵⁰ MATTOSO 1986, II, p. 176.

⁵¹ MATTOSO 1986, I, p. 442, II, p. 173.

A leitura das Inquirições de 1258 elucida-nos sobre outros poderes regionais existentes nesta primeira metade do século XIII. Assim, os mosteiros de Castro de Avelãs, do Bouro, de S. Martinho da Castanheira e de Moreirola, estes dois últimos com sede em Leão, as Ordens militares do Hospital e do Templo e o Arcebispo de Braga, possuem numeroso património espalhado por toda a região. São também frequentes as referências a senhores nobres, alguns leoneses como, no julgado de Algosos, D. Nuno de Zamora e D. Pedro Ponço rico-homem de Leão e outros, numerosos, de pequena e média condição, responsáveis em parte pelo alastrar da senhoriação em Trás-os-Montes na primeira metade do século XIII⁵².

Da fidelidade destes diversos poderes regionais ao rei, surge a noção de fronteira, que se materializa numa rede de castelos, cujo controlo directo e independente do senhor da terra o rei procura assegurar através dos seus alcaides, a quem exige homenagem expressa⁵³.

O incastelamento parece ser uma realidade precoce em Tás-os-Montes, ainda que não esteja estudada a sua implantação e evolução. Carlos Alberto Ferreira de Almeida propôs para o Entre Douro e Minho um modelo de evolução dos castelos⁵⁴ segundo o qual, numa primeira fase que se iniciaria em meados do século X, em face das razzias árabes e das investidas normandas, cada núcleo de povoamento disporia de um frustre «castelo-refúgio» de iniciativa das comunidades rurais. Desde meados do século XI, notar-se-ia uma hierarquização entre estes montes defensivos, sendo evidente a sua subordinação aos castelos cabeça da «terra», ligados à ascensão de certas linhagens. São estes que vão ser transformados arquitetonicamente com a construção de cercas e torre de menagem, tornando-se obras dispendiosas que só a autoridade régia ou regional poderiam custear.

É possível esboçar para a região que tratamos um esquema de evolução semelhante, distinguindo uma primeira fase de construção de numerosos castelos-refúgio pelas comunidades locais autónomas, paralela à expansão dessas comunidades, e uma segunda fase, que se poderia situar na segunda metade do século XII, em que alguns destes locais de refúgio são abandonados, outros integrados como torres e atalaias nos sistemas defensivos dos castelos que agora emergem como hierarquicamente superiores: os castelos da fronteira

⁵² P.M.H. — Inq. 1258, pp. 1267-1272 (Julgado de Mirandela e Ledra), pp. 1272-1273 (J. de Ansiães), pp. 1273-1274 (J. de Vilarinho), pp. 1274-1277 (J. de Santa Cruz), p. 1277 (J. de Mós), pp. 1277-1278 (J. de Urros), p. 1278 (J. de Freixo), pp. 1278-1279 (J. de Mogadouro), p. 1279 (J. de Penas Róias), pp. 1280-1286 (J. de Algosos), pp. 1286-1290 (J. de Bragança), pp. 1301-1338 (J. de Lamas de Orelhão), pp. 1338-1344 (J. de Vinhais).

⁵³ MATTOSO 1986, II, pp. 141-143.

⁵⁴ ALMEIDA 1978a e ALMEIDA 1987, pp. 29-31.

de iniciativa régia, senhorial ou concelhia⁵⁵.

Se nos circunscrevermos agora no local em estudo (estação arqueológica do Baldoeiro), poderíamos, tomando como referência o quadro antes esboçado, ensaiar o seguinte esquema de evolução:

- a) Colocando de parte a questão da ocupação pré-histórica documentada arqueologicamente, podemos procurar na época de expansão de comunidades autónomas no Vale do Douro, talvez já no século VIII, o início de um povoado que aqui se estabelece, construindo o seu «castelo-refúgio» no alto de um grande penedo que domina, pelo leste, uma depressão apertada onde se instalariam as habitações e perto, um pouco mais abaixo, onde o terreno é mais plano, erguer-se-ia a igreja rudimentar com uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha em sua volta. Como esta comunidade, outras se instalariam não muito longe, na Junqueira, na Vila Maior e na Alfarela. (Fig. 2).
- b) Após a reconquista definitiva do Vale do Douro, os reis leoneses e, depois, os portugueses procuram enquadrar estas comunidades. A Junqueira da Vilarça, obtém uma carta de foral de Sancho I de Portugal onde se estabelece que «*homines de Iunqueira habuerint iudicio aut iuncta cum omnes de alias terras habeant medianedo in termino de Castro cum homines de Ferreira*». Ferreira seria então uma outra comunidade vizinha, pelo sul⁵⁶. Podemos perguntar-nos se proventura assim se chamaria o povoado que nos concerne. Se assim fosse, esta comunidade teria recebido uma carta de foral que serviria, aliás, de modelo ao foro outorgado aos homens da Junqueira da Vilarça⁵⁷.
- c) Se atendermos ao testemunho das Inquirições de 1258, a Vila da Santa Cruz teria sido povoada no reinado de Sancho I⁵⁸ com homens das vilas de Cernadela e de Cortiços (actual concelho de Macedo de Cavaleiros)⁵⁹. Esta vila receberia depois foral de Sancho II, em 1225, que lhe demarca um extenso termo abrangendo todo o Vale da Vilarça e incluindo nu-

⁵⁵ Estão documentados na região na 2ª metade do século XII ou nos inícios do século XIII pelo menos os seguintes castelos: Bragança, *Alvelia*, Rebordãos, Algos, Penas Róias, Mogadouro, Freixo, Mós, Alva, Urros, Santa Cruz, Vilarinho da Castanheira, Ansiães, Linhares, S. João da Pesqueira, Penela, Paredes, Numão, Longroiva e Marialva. Seria interessante investigar as diferenças arquitectónicas que parecem existir entre castelos de provável iniciativa municipal e outros de iniciativa senhorial ou régia.

⁵⁶ D.S., 137, p. 209. Dado o encadeamento nos topónimos localizáveis do termo da Junqueira é possível identificar o *Castro* com a Sra. do Castelo da Adeganha.

⁵⁷ D.S., 137, p. 213: «... *Et ideo hoc forum de Ferreira uobis do et concedo ut terram de Iunqueira quibus hoc forum do populetis'...*».

⁵⁸ P.M.H. — Inq. 1258, p. 1274.

⁵⁹ P.M.H. — Inq. 1258, p. 1271.

merosas outras comunidades como o já referido concelho da Junqueira da Vilarça.

A emergência da Santa Cruz na colina fronteira ao povoado que estudamos, traria como consequência a perda de importância deste local, que seria integrado no sistema defensivo do castelo de Santa Cruz como torre⁶⁰. Neste sistema defensivo estariam ainda integradas a torre de Moncorvo⁶¹, a torre da Junqueira⁶², o Castelo da Cizonha⁶³, o Castelo da Mina⁶⁴, a Alfarela⁶⁵ e a Sra. do Castelo da Adeganha⁶⁶ (Fig. 2).

- d) O despovoamento da Santa Cruz nos finais do século XIII ou inícios do século XIV, com a transferência das suas funções político-administrativas e militares para Torre de Moncorvo (que recebe foral de D. Dinis em data anterior a 1286), posteriormente partilhadas por outras duas novas fundações, Vila Flor e Alfândega da Fé (que recebem forais em 1286 e 1294, respectivamente)⁶⁷ arrastaria consigo uma mais completa decadência do povoado localizado no Baldoeiro, que não surge referido no Numeramento de 1530⁶⁸.

A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA IGREJA DE S. MAMEDE

Os trabalhos realizados iniciaram-se, na primeira campanha, com intervenções em dois sectores da zona quadriculada: sector SE, onde era visível um alinhamento de silhares que pareciam constituir a parede sul da ábside românica, e sector NO, onde aflorava um outro alinhamento sensivelmente paralelo ao anterior mas de estrutura muito diferente — mais estreito e integrando pedra de granito e xisto de tamanho irregular. — Na segunda campanha, os trabalhos desenvolveram-se no sentido de definir melhor a planta

⁶⁰ P.M.H. — Inq. 1258, p. 1275 (*Torre de Ferreira*).

⁶¹ P.M.H. — Inq. 1258, p. 1274 (*Torre de Menendo coruo*). As escavações arqueológicas em curso no Castelo de Torre de Moncorvo, cuja construção se iniciou no reinado de D. Dinis, poderão fornecer novas informações sobre a primitiva fortificação.

⁶² P.M.H. — Inq. 1258, p. 1274 (*Torre de Junqueira*). Esta torre poderia localizar-se no Castelo da Junqueira ou no Cabeço das Pombas onde, em ambos os locais, existem vestígios de fortificações.

⁶³ Recinto fortificado de forma ovalada em aparelho de xisto com uma cisterna no seu interior e que poderá identificar-se com a *turre de susaa de contra siladi* referida na Carta de Foral de Mós, P.M.H. — Leges, p. 391.

⁶⁴ Fortificação roqueira onde foram descobertas moedas portuguesas medievais.

⁶⁵ Conserva vestígios do que poderá ser uma torre de planta circular em aparelho de xisto no ponto mais elevado do cabeço.

⁶⁶ Foram descobertas neste local, onde existem vestígios de importantes fortificações, diversas moedas portuguesas medievais.

⁶⁷ MENESES 1986 e BAÇAL 1934, IV, pp. 324-325.

⁶⁸ FREIRE 1909, pp. 255-256.

das construções anteriormente detectadas.

Estruturas

Presentemente é possível definir, grosso modo, dois tipos de construção de relacionamento por vezes complexo:

- uma, de feição românica, constituída por paredes espessas (1,20 m e 1,50-a do arco triunfal) de faces compostas por fiadas de silhares, por vezes siglados e o cerne preenchido com fragmentos de granito e xisto consolidados com argamassa. Os tipos de siglas detectados foram a foicinha, a ferradura, o «P», o «I», o «R» e o «S». Este tipo de construção e aparelho, de que resta apenas uma ou duas fiadas, assentes directamente no afloramento ou, onde a topografia do terreno o impôs, numa sapata, definem a estrutura do templo românico ritualmente orientado com uma ábside rectângular (7.50 x 6.30) e uma única nave (largura 8.60m) não concluída: a parede norte da nave interrompe-se aos 2.70m e a parede sul aos 4,90m, ambas rematadas com silhares colocados transversalmente de modo a fechar e consolidar a construção.
- o outro tipo de construção detectado, bem distinto do anterior, é constituído por paredes de espessura variável (0.60m a 0.75m) de alvenaria de xisto e granito de tamanho e aparelho diversos a cujas diferenças de regularidade e composição correspondem talvez fases ou arranjos distintos:

De interpretação bem mais complexa, estas estruturas, que em certos pontos ainda apresentam uma altura considerável (cerca de 1.30m), concentram-se na área a W da construção românica e parecem estar relacionadas com ela, fechando deste lado a área definida pelas paredes da nave românica, de forma a criar um espaço sub-rectângular (9.10m x 4.50m) articulado com a ábside do templo e que poderá ter funcionado, em épocas diferentes, como adro ou espaço penderado.

Com o mesmo tipo de aparelho, detectou-se no sector NO um outro edifício (Casa 1) de planta quadangular (parede sul — a única definida — 5,90m) mas de funcionalidade ainda desconhecida.

Necrópole c.8. e c.a.

A necrópole, que se deverá estender pela zona envolvente do templo, não foi ainda objecto de escavação sistemática. As quinze sepulturas detectadas situam-se assim junto às estruturas da igreja: uma a E e duas a N da ábside,

cinco junto à parede N da nave, seis em volta da parede S e uma outra no extremo W da área escavada.

O seu reduzido número e o facto de apenas cinco se encontrarem integralmente escavadas, torna precoce qualquer espécie de análise conclusiva da sua tipologia ou âmbito cronológico. São sepulturas abertas no afloramento rochoso — xisto ou granito já que se trata de uma zona de contacto — ritualmente orientadas no sentido W-E. As suas formas variam entre o antropomórfico e trapezoidal e o sub-rectângular, destacando-se pela perfeição do seu lavor a Sepultura 1 que apresenta uma cavidade sepulcral de contorno rectangular e um fundo em que se recortam a cabeceira em arco ultrapassado e o encaixe para os pés de forma angulosa. Esta sepultura encontrava-se violada e era a única visível antes da intervenção arqueológica. As restantes, embora já não conservassem intactas as suas coberturas, revelaram vestígios osteológicos por vezes ainda «in situ».

Um crâneo e alguns outros fragmentos ósseos removidos para os pés do esqueleto na Sepultura 15, testemunham a prática comum de reutilização de sepulturas, o que neste caso pressupõe uma larga persistência, no tempo, na utilização deste espaço com fins funerários.

Junto à parede N da nave identificou-se um grande amontoado de ossadas, ainda em fase de escavação, aparentemente arrumadas a um dos lados de uma cavidade escavada na rocha (Sepultura 5). A Sepultura 6, ainda só em parte revelada, parece conservar intacta a sua cobertura constituída por várias lages de xisto e apresenta, junto à cabeceira, integrada na cobertura, uma lage colocada verticalmente que parece constituir uma estela sem qualquer motivo decorativo ou epígrafe. Do mesmo modo, mas já sem cobertura, a Sepultura 12 apresenta aos pés uma estela em granito encostada ao topo da parede sul da nave, com uma cruz de braços iguais grafitada na face voltada para a cabeceira.

Estratigrafia c.8 e c.a.

A área escavada apresenta, de uma forma geral, uma pequena potência de terras com grandes remeximentos causados sobretudo pelo saque de pedras aparelhadas. De facto, os maiores revolvimentos encontram-se na zona das paredes românicas cujos silhares bem trabalhados eram aliás escassos nas camadas de derrube.

Perfil 1 — W-E c.a e c.b

Camada 1 — Camada cuja espessura varia entre 15 e 50 cm, constituída por terra humosa com raízes que cobre toda a área. Apresenta, com maior den-

sidade na zona W, derrubes das paredes constituídas por grandes pedras de xisto e granito irregulares e alguns fragmentos de telha dispersos.

Esta camada, correspondente ao derrube do edifício e a remeximentos posteriores, apresenta diversas bolsas de violação. Uma delas, na Q.E3 — não visível no perfil apresentado —, continha três aduelas que, em conjunto com uma outra semelhante encontrada na mesma camada mas na Q.E4, constituem o arco de uma pequena abertura, ainda não identificada, com cerca de 50 cm de largura. Na Q.B3, a bolsa 1A — apresentada no perfil — é constituída por pedra miúda granítica, terra de coloração esbranquiçada e saibro, testemunhando o desmonte da parede Norte da cabeceira românica.

Camada 2 — Constituída por terra castanha pouco compacta com pedra miúda e abundantes fragmentos de telha, a ela se associa a maioria das pedras trabalhadas, de fábrica românica. Para além destas pedras, muito fragmentadas, continha grande quantidade de argamassa, alguns pregos, diversas moedas (uma de D. Dinis, duas de D. João I, outra de D. Afonso V e uma quarta de D. João III)⁶⁹ e a maioria do espólio cerâmico.

Corresponde ao abandono e ruína do edifício, bem como a importantes remeximentos provocados pelo saque das pedras da construção que deverá também ter provocado a destruição dos níveis de ocupação.

Camada 3 — Camada de terra escura, com alguns carvões, cuja espessura oscila entre 15 e 22 cm. Com escasso espólio cerâmico, esta camada continha abundantes pedras de granito e xisto de tamanho médio, irregulares, cuja disposição parece revelar a intenção de nivelar o solo para preparar a construção de um piso (Piso 2) cuja superfície de circulação desapareceu.

Camada 4 — Com uma espessura que oscila entre os 6 e os 20 cm, é constituída quase exclusivamente por fragmentos de telha sobrepostos assentes sobre um piso (Piso 1). Corresponde a um nível de destruição originado pelo abatimento de um telhado.

Piso 1 — Definido pelo afloramento irregular e algumas lages de xisto.

No sector W (Qs E3 e F3) a ampliação do adro ou espaço alpendrado para ocidente, num momento posterior ao reinado de D. João III, obrigou a vencer o pendor do solo natural pela construção do Muro 2 e deposição de uma camada de terras de nivelamento (C5) sobre a camada de terra negra argilosa (C6) formada no contacto com o xisto desagregado.

⁶⁹ A classificação das numismas foi efectuada pelo Eng. Paulo Ferreira de Lemos, a quem aproveitamos para agradecer publicamente.

Camada 5 — Camada com uma potência máxima de 45 cm, constituída por terra cinzento claro com muita pedra miúda e saibro, contendo abundante espólio cerâmico muito fragmentado, diversos metais, alguma telha e duas moedas dos reinados de D. Afonso IV (?) e D. João III.

No sector E (Q C4 e B3) a Camada 2 sobrepunha-se directamente ao afloramento ou a pequenas bolsas de terra negra argilosa (C6).

Perfil 2 — N-S c.a e c.b

O segundo perfil apresentado é transversal ao primeiro e intercepta a parede Norte (Parede 3) da nave junto da extremidade inacabada.

Camada 1 — Camada com cerca de 30 cm de espessura e que cobre toda a área. É constituída por terra humosa com raízes e apresenta pedras irregulares de xisto e granito e alguns fragmentos de telha dispersos.

Embora muito remexida, constitui uma camada particularmente rica em espólio ceramológico no espaço contíguo à parede, no exterior, onde surgiram também pesos de cerâmica e pedra, um cossoiro, um tabuleiro de jogo em xisto e diversos materiais metálicos. Nesta camada surgiram também duas moedas, uma de D. Manuel I na Q. D5 e outra de D. João I na Q. D4. A bolsa 1A, à semelhança da do Corte W-E, é constituída por pedra miúda granítica, terra de coloração esbranquiçada e saibro, correspondendo também ao desmonte das paredes.

Camada 2 — Esta camada, embora com características diferentes, está presente de ambos os lados da parede. É constituída quase exclusivamente por fragmentos de telha sobrepostos, atingindo uma espessura que varia entre os 8 e os 18 cm. Na zona a S da parede os remeximentos são mais notórios e a quantidade de telha é menor.

Esta camada testemunha o abandono e derrube dum telhado a que se seguiram grandes remeximentos provocados pelo saque das pedras da construção. Corresponde à Camada 2 do Perfil W-E.

Camada 3 — Idêntica à Camada de igual número do Perfil W-E, corresponde pois à preparação de um piso (Piso 2) que aqui se articula com a soleira da porta da parede Norte e, no exterior, com a superfície de circulação da Camada 5, selada pelo derrube de um telhado.

Camada 4 — É a mesma Camada que a de igual número do Perfil W-E, resultante do derrube de um telhado sobre o Piso 1.

Piso 1 — Constituído pelo afloramento irregular e lages de xisto.

Camada 5 — Camada ainda não totalmente escavada, assentando directamente sobre a rocha e escostando à Parede 3. Revelou alguns fragmentos cerâmicos, telha e abundantes restos osteológicos que correspondem à violação de sepulturas aí existentes. Sobre a sua superfície deveria existir um piso de que não restam vestígios.

ALGUMAS CONCLUSÕES E HIPÓTESES DE TRABALHO

Neste momento da nossa investigação são mais as dúvidas suscitadas do que conclusões obtidas. O prosseguimento dos trabalhos arqueológicos na Igreja de S. Mamede, por forma a obter cortes estratigráficos mais explícitos bem como materiais datáveis em contextos selados e o alargamento da investigação às zonas do povoado e da torre roqueira, já previsto, permitirá confirmar algumas das hipóteses e dissipar múltiplas dúvidas que se nos colocam.

Parece-nos agora⁷⁰ que a construção românica não terá sido terminada. Provavelmente, depois de concluída e consagrada a ábside⁷¹, a obra foi interrompida quando se lançava a primeira fiada das paredes da nave, como se infere do facto das paredes se mostrarem interrompidas e rematadas e não existirem vestígios da imensa sapata necessária para vencer o acentuado desnível do terreno a W.

A construção e povoamento já referidos da Santa Cruz, nos inícios do século XIII, na colina em frente, pode ter provocado uma decadência do povoado que estudamos, o que ajudaria a explicar a interrupção da obra, facto aliás comum a outras igrejas da mesma época em que, no entanto, a parte inicialmente construída é completada depois segundo um novo programa⁷².

Aqui, a decadência do povoado, que já se encontrava abandonado em 1530, terá determinado a não conclusão da obra, permanecendo apenas a ábside de fabrico românico, transformada depois em ermida ou capela de que nos falam as descrições a partir do século XVII⁷³ realçando a qualidade da construção, pouco comum para uma capela.

Apresentando já acentuada ruína no século XVIII⁷⁴ é descrita, pelos vestígios que dela restavam, no século seguinte, como sendo um templo «(...) pequeno, porém mui bem construído... todo de boa cantaria bem

⁷⁰ Ao contrário do que deixávamos sugerir em trabalho anterior, PINTO *et alii* 1988.

⁷¹ ALMEIDA 1978b, II, p. 22.

⁷² ALMEIDA 1978b, II, p. 13.

⁷³ CRUZ 1935, p. 28; COSTA 1706, I, p. 426; MORAIS e MAGALHÃES 1986, pp. 29-30.

⁷⁴ Dicionário Geográfico.

lavrada (...)»⁷⁵.

As aduelas descobertas na escavação e as informações fornecidas pela descrição oitocentista⁷⁶ permitem-nos ensaiar uma reconstituição do arco triunfal, aqui com funções de pórtico: «(...) assentava em duas meias colunas redondas cujos capiteis eram primorosamente lavrados (...)». A decoração das suas aduelas era constituída por um toro encimado por uma série contínua de folhas lanceoladas, intervaladas na base por um ovado, a que sobrepunha outra aduela com duas bandas de óvulos, desencontradas e separadas de uma faixa de linhas paralelas quebradas, por três caneluras contínuas. À semelhança de outras igrejas, a arquivolta devia assentar em impostas decoradas com motivos cordiformes de que se encontrou um exemplar completo e dois fragmentados.

Um fragmento surgido na escavação e outros, reutilizados na capela da Sra. da Encarnação e decorados com motivo encanastrado, pertenciam certamente a um friso que, segundo as descrições, existia internamente.

Estes elementos ajudam a integrar a construção nas correntes do românico bracarense representado na região pela igreja de S. Salvador de Ansiães com a qual mostra, aliás, estreitas afinidades. Os finais do século XII ou princípios do seguinte, poderão assim constituir balizas cronológicas prováveis para o início da construção⁷⁷. No entanto, esta igreja não surge referenciada nas Inquirições de 1258 nem no catálogo das Igrejas de 1320-1321⁷⁸. Por outro lado, nenhuma datação segura foi proporcionada pela escavação, dado que o desmonte das paredes ocasionou grandes revolvimentos, não tendo sido detectado qualquer piso, ou sequer a sua preparação no interior da ábside, mas tão só camadas de abandono e destruição com grande mistura de materiais onde surgiram moedas de D. Dinis e de Afonso V.

Em frente da ábside, para W, onde estaria projectada a construção da nave românica. Uma das descrições oitocentistas, em que nos vimos apoiando, menciona um «átrio ou alpendre» embora não adiante a sua forma por existir já só ao nível do alicerce. Segundo os vestígios arqueológicos detectados, é possível considerar, pelo menos, dois momentos distintos no arranjo deste espaço alpendrado.

Numa primeira fase, teria uma forma quadrangular e seria delimitado a Oeste por alguns grandes blocos de pedra e, a Norte, pelo muro situado no alinhamento da parede românica, em que se abria uma porta (PORTA 1) — são visíveis a soleira e a ombreira com encaixes para a tranca — que dava acesso

⁷⁵ MAGALHÃES 1845.

⁷⁶ À descrição referida na nota anterior, acrescente-se a descrição do General Pery, transcrita in VASCONCELOS, 1896.

⁷⁷ Embora seja comum atribuir cronologias tardias para o românico transmontano, haverá necessidade de rever essa posição à luz de novos trabalhos monográficos, aspecto para o qual nos chamou a atenção o Dr. Manuel Luis Real a quem publicamente agradecemos.

⁷⁸ *Catálogo*.

ao piso térreo do alpendre (Camada 3).

Numa segunda fase, quando se quis ampliar este espaço para Oeste, houve necessidade de vencer o grande declive do terreno. Foi então construído um muro de contenção (MURO 2) e o terreno nivelado com enchimento de terra e pedras (Camada 5 e 5A). De acordo com os numismas encontrados nestes sedimentos, este arranjo deverá ser posterior a D. João III.

De interpretação mais complexa é o Piso 1, constituído por um lageado de xisto (LAGEADO 1) e pelo próprio afloramento rochoso onde este se encontra mais elevado. De facto não foi ainda possível estabelecer qualquer associação directa entre este piso e as paredes existentes, mesmo as românicas, pois situa-se a uma cota inferior à base da primeira fiada de silhares. Neste momento, o único dado seguro é que o espaço definido por este piso era coberto por um telhado que se abateu directamente sobre ele (Camada 4). Parece testemunhar até agora a ocupação mais antiga do local.

Finalmente, dada a existência de um abundante espólio cerâmico, sobretudo nas camadas mais superficiais, não é de excluir a hipótese de ter existido uma ocupação do local, como habitat, numa época bastante mais recente (séc. XIX?) a que poderão corresponder também a parede Sul, não românica, de construção e aparelho menos cuidados e a própria estrutura designada como CASA 1.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA 1978a — ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das origens a 1220*, Porto, 1978.
- ALMEIDA 1978b — ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, 2 vols., Porto 1978.
- ALMEIDA 1987 — ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Alto Minho*, Lisboa, 1987.
- ALMEIDA e LOPES 1981-82 — ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, e LOPES, Francisco Gaspar de Almeida, «Eja (Entre-os-Rios). A Civitas e a Igreja de S. Miguel», *Portugália*, Nova Série, vol. II/ III, Porto 1981-82, pp. 131-136.
- Dicionário Geográfico — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Dicionário Geográfico de Luis Cardoso, Tomo XIV, fl. 572, «Esteveas».
- AZEVEDO 1962 — AZEVEDO, Rui Pinto de, «Ribacoa sob o Domínio de Portugal no Reinado de D. Afonso Henriques», *Anais da Academia Portuguesa de História*, 12, Lisboa, 1962, pp. 229-298.
- BAÇAL 1934 — ALVES, Francisco Manuel, *Memória Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, II vols., Bragança 1934.
- CABRAL 1910 — CABRAL, Afonso Pereira, «Castrum Baniensium», *Ilustração Transmontana*, Porto 1910, pp. 59-64.
- Catálogo — *Catálogo de todas as Igrejas, Comendas e Mosteiros... de 1320-21* (publicado por ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, 2ª Ed., IV, Porto 1971, pp. 90-144.

- COSTA 1706 — COSTA, P^o António Carvalho da, *Corographia Portugueza*, 3 vols., Lisboa 1706.
- CRUZ 1935 — CRUZ, António, *Um inédito de António Coelho Gasco sobre Antiguidades de Trás-os-Montes*, Coimbra 1935.
- DÍEZ 1985 — DÍEZ, Carlos Estepa, «El Nacimiento de Leon y Castilla (Siglos VIII-X)», *História de Castilla y Leon*, dir. por Julio VALDEÓN, 3, Valladolid 1985.
- D.M.P. — D.R. — *Documentos Medievais Portugueses — Documentos Régios*, ed. Rui de AZEVEDO, vol. I, Lisboa 1958-1961.
- D.S. — *Documentos de D. Sancho I*, ed. Rui de AZEVEDO, Avelino Jesus da COSTA e Marcelino PEREIRA, Coimbra, 1979.
- FREIRE 1909 — FREIRE, Anselmo Braancamp, «Povoação de Trás-os-Montes no Século XIV», *Archivo Histórico Português*, vol. VII, Lisboa 1909, pp. 241-290.
- HERCULANO — HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal*, 9^a Ed., 8 vols., Lisboa s/ d.
- L.F. — *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, Ed. Avelino Jesus da COSTA, 2 vols., Braga 1965-78.
- LINDLEY CINTRA 1984 — CINTRA, Luis Filipe Lindley, *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, 2^a Ed., Lisboa 1984.
- MAGALHÃES 1845 — MAGALHÃES, Francisco António Carneiro de, «Achado de uma Antiqualha Curiosa em Traz-os-Montes», *Revista Universal Lisbonense*, vol. IV, Lisboa 1845. pp. 545-546.
- MATTOSO 1981 — MATTOSO, José, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa 1981.
- MATTOSO 1985 — MATTOSO, José, *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa 1985.
- MATTOSO 1986 — MATTOSO, José, *Identificação de um país. Ensaio sobre as Origens de Portugal 1096-1325*, 2^a Ed., 2 vols., Lisboa 1986.
- MENESES 1986 — MENESES, Miguel Pinto de, *Foral de Vila Flôr*, Vila Flôr 1986.
- MERÊA e GIRÃO 1948 — MERÊA, Paulo e GIRÃO, Aristídes Amorim, «Territórios Portugueses do século XI», *Revista Portuguesa de História*, vol. 3, Coimbra 1948, pp. 255-263.
- MORAIS e MAGALHÃES 1986 — MORAIS, João Pinto de, e MAGALHÃES, António de Sousa Pinto, *Memórias de Ansiães*, Carrazeda de Ansiães 1986.
- Mon. Lusit. — Monarquia Lusitana* 4^a Parte, Fr. António BRANDÃO, 1^a Ed., Lisboa 1632.
- PINTO et alii 1988 — PINTO, Alexandra Cerveira, Rodrigues, Miguel, Rebanda, Nelson, Gomes, Paulo Dordio e Teixeira, Ricardo, «Escavações Arqueológicas da Igreja de S. Mamede (Torre de Moncorvo) — Notícia Preliminar», *Arqueologia* n^o 17, Porto Junho de 1988, pp. 231-235.
- P.M.H. — D.C. — *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*.
- P.M.H. — Inq. — *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*.
- P.M.H. — Leges — *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*.
- P.M.H. — Scriptorum — *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptorum*, Livro Velho de Linhagens.
- RODRIGUES e BRANDÃO 1961 — RODRIGUES, Adriano Vasco e BRANDÃO, Pinho «Missão de Estudo Arqueológico na Região da Vilarça, Moncorvo»,

I Colóquio Portuense de Arqueologia, Porto 1961.

SANTOS JÚNIOR 1931 — JÚNIOR, J.R. Santos, «As serpentes gravadas do Castro do Baldoeiro», XV. ^éme Congrès International d'Antropologie & d'Archéologie Préhistorique, Paris 1931.

SANTOS JÚNIOR 1975 — JÚNIOR, J.R. Santos, *Os Berrões Proto-Históricos do Nordeste de Portugal*, Porto 1975.

VASCONCELOS 1896 — VASCONCELOS, José Leite de, «Inscrição Romana de Moncorvo», *O Archeologo Português*, 1^a Série, vol. II, Lisboa 1896, pp. 168-172.

VITERBO 1962 — VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário...* 3^a Ed., 2 vols., Porto 1962.

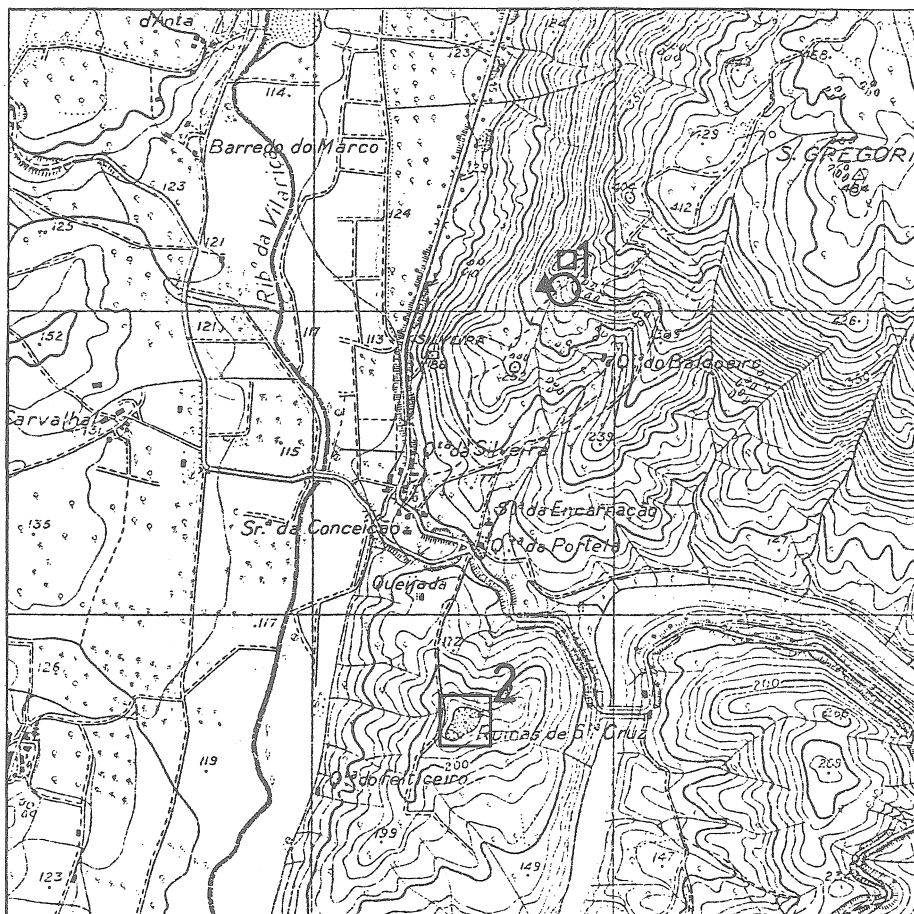


Fig. 1 — 1. Estação Arqueológica do Baldoeiro (quadrado, torre; círculo, povoado; triângulo, igreja de S. Mamede e Necrópole).

2. Cerca amuralhada da Santa Cruz da Vilarica. Carta dos Serviços Cartográficos do exército, Esc. 1:25 000, folha 118 — Castedo.

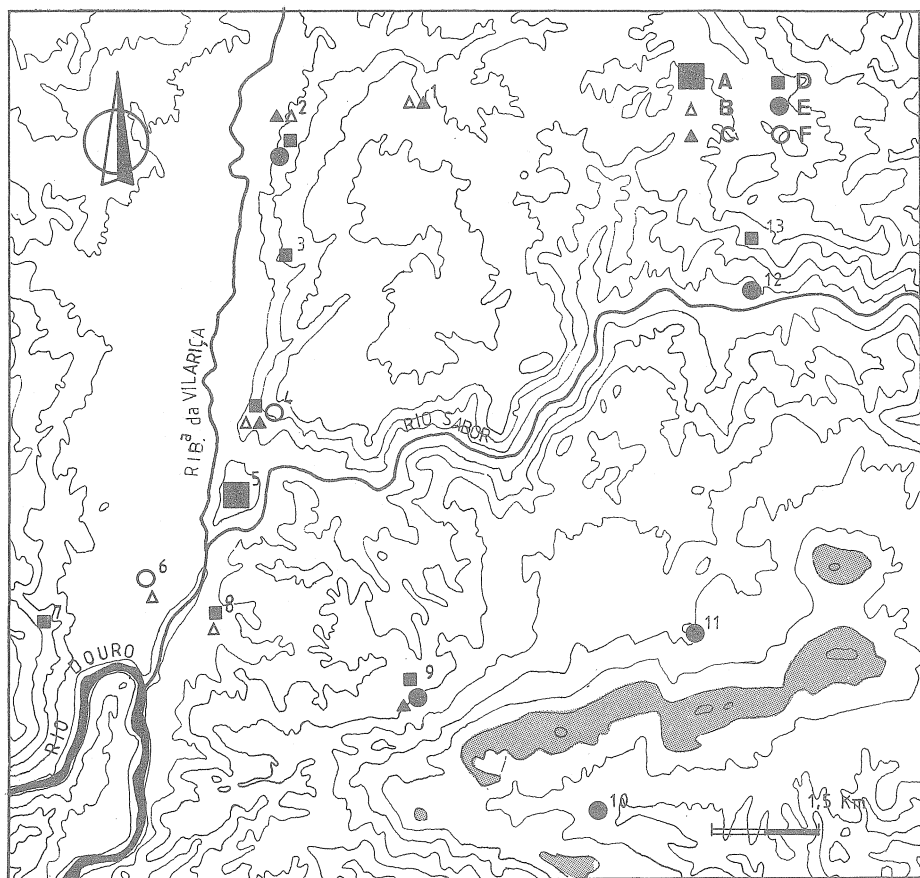


Fig. 2 — Mapa do povoamento medieval (até meados do século XIII) no baixo vale do Sabor e Vilarça.

Símbolos: A — Povoação com igreja e cerca amuralhada; B — Sepulturas escavadas na rocha; C — Igreja; D — Torre ou outro local fortificado; E — Povoação mencionada na documentação medieval, com ou sem vestígios arqueológicos; F — Habitat testemunhando apenas por vestígios arqueológicos.

Núcleos de povoamento: 1. Adeganha; 2. Junqueira; 3. S.^{ra} do Castelo da Adeganha; 4. Baldoeiro; 5. Santa Cruz da Vilarça; 6. Vila Maior; 7. Castelo da Mina; 8. Alfarela; 9. Torre de Moncorvo; 10. Felgueiras; 11. Lamelas; 12. Cilhaes; 13. Castelo da Cizonha.

Superfície sobreada: Serra do Rebrede (cota superior a 750 m.).

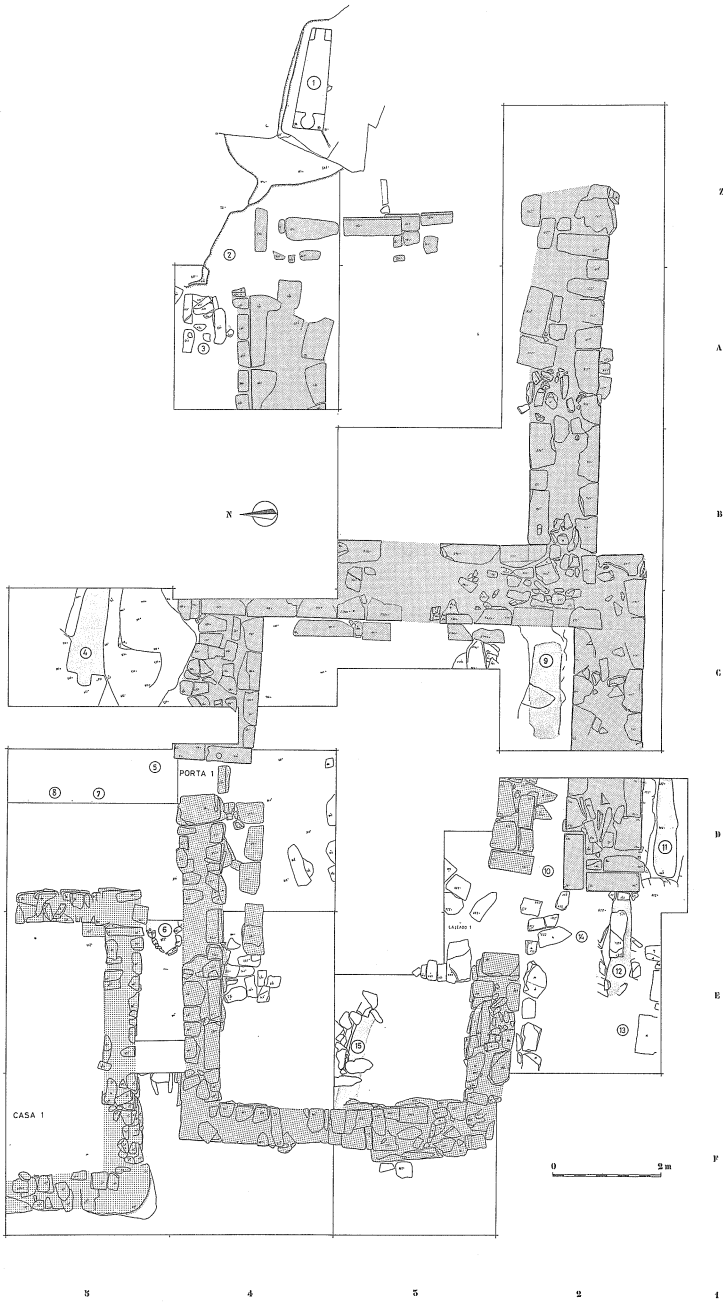


Fig. 3 — Planta geral da escavação da Igreja de S. Mamede.

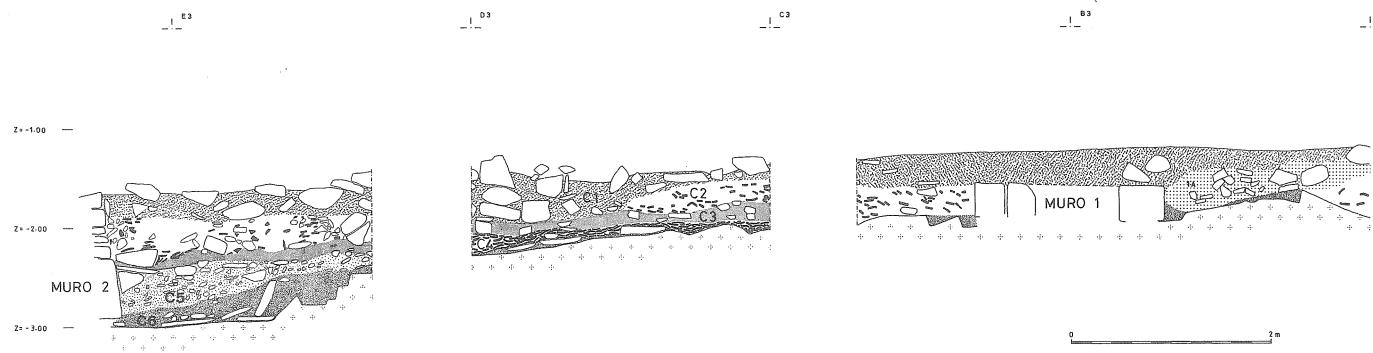


Fig. 4 — Perfil 1 W-E. Estratigrafia descrita no texto.

D5

D6

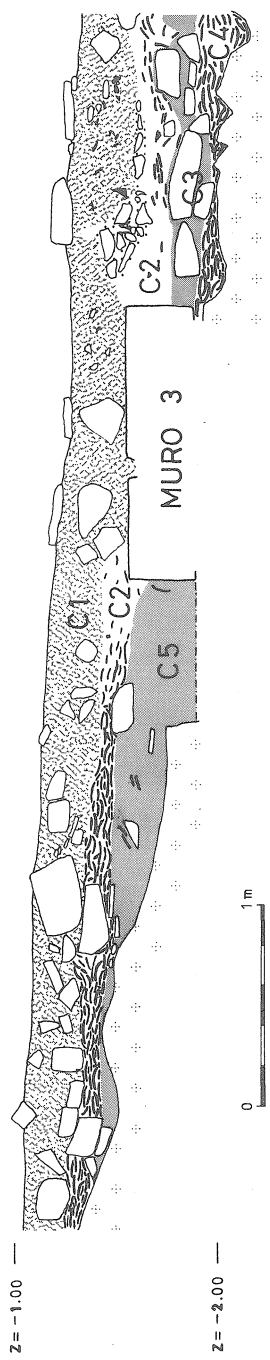
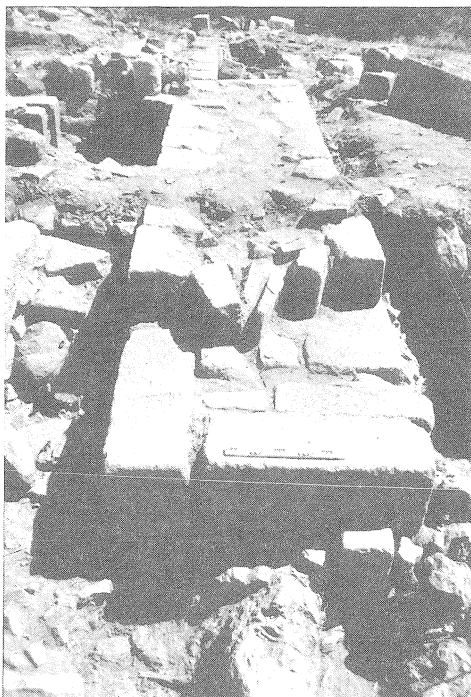


Fig. 5 — Perfil 2 N-S. Estratigrafia descrita no texto.



Fot. 1 — Parede sul da nave, inconcluída, vendo-se em primeiro plano a estela da sepultura 12 encostada à pedra de remate da parede.



Fot. 2 — Reconstituição parcial provável do arco triunfal.

FERRARIAS MEDIEVAIS DO NORTE DE PORTUGAL

por

Mário Jorge Barroca *

No quadro de um Projecto de Investigação submetido ao Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural, propusemo-nos estudar vários aspectos da *Civilização Material do Noroeste de Portugal* referentes aos tempos medievais¹. Nesse Projecto de Investigação integrava-se o estudo de materiais mediévi­cos recolhidos em Museus, provenientes de prospecções e de algumas escavações, bem como a sua articulação com elementos complementares fornecidos por representações iconográficas coevas, procurando-se, deste modo, obter uma imagem mais fiel da sua inserção no quotidiano medié­vico. Por outro lado, dentro da mesma linha de actuação, propunhamo-nos estudar de forma sistemática a cerâmica medieval do Noroeste, elaborando uma primeira abordagem de síntese (no prelo) e proceder ao estudo de vários objectos metálicos. Complementarmente, procedemos a uma análise documental, partindo de fontes coevas publicadas, tendo em vista uma caracterização das áreas de produção de olaria e as principais manchas de extracção e trabalho do ferro. O estudo dos principais centros oleiros, circunscrito por ora ao Entre-Douro-e-Minho, conjugando os resultados de prospecções de superfície, de escavações e da análise documental, encontra-se actualmente no prelo. O presente trabalho, seguindo a mesma linha metodológica, procura contribuir para uma melhor caracterização da actividade de extracção e trabalho do ferro na zona geográfica a Norte do Douro. Muito embora ainda se encontre numa fase de levantamento, cremos que ele permite desde já retirar algumas ilações, a primeira das quais aponta para uma intensa actividade ferreira no Norte de Portugal nos meados do século XIII, suficientemente importante para suscitar o interesse e a cobiça a alguns dos mais poderosos da zona.

* Assistente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, do Instituto de Arqueologia da FLUP e do Instituto de Documentação Histórica Medieval da FLUP.

¹ Publicado em *Projectos de Investigação em Arqueologia*, Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, Janeiro de 1989, pp. 97-103, sob o título «Civilização Material e Estratégias de Ocupação do Espaço de Entre-Douro-e-Minho (Séculos X a XV)».

1. O FERRO E A MINERAÇÃO NO PORTUGAL MEDIEVAL

Não são muito profundos os conhecimentos sobre o papel da mineração em Portugal durante os tempos medievais e o seu real peso no contexto da economia da época. A documentação coeva não abunda e a maior parte dos autores que, de uma forma directa ou em notas à margem de outras temáticas, se debruçaram sobre o assunto têm-se limitado a referir os mesmos diplomas. Uma boa síntese encontra-se na clássica obra de Gama Barros², pelo que não nos iremos alongar muito aqui. Posteriormente à saída da obra de Gama Barros, Virginia Rau teve o privilégio de divulgar um dos documentos mais ricos e importantes sobre a mineração do ferro em tempos medievais³. Trata-se, quanto sabemos, do documento que se reporta de uma forma mais explícita e pormenorizada a uma oficina de fundição do ferro, que se implantava em Rio Maior (Santarém). Em carta de 7 de Abril de 1250 D. Fernando Mendes, Abade de Alcobaça, concedia a D. Estevão Anes, chanceler de Afonso III,

«... domos. vineas. hereditates. et furnos. et molendina. possessiones. et quicquid habemus. vel de iure hereditario debemus in villa de Riuolo maiore...».

O Abade ressalvava, no entanto, os direitos do mosteiro de Alcobaça sobre a mineração de ferro:

«... reseruamus nobis mineriam ferri que est in hereditate quam habemus de Domna Urraca fernandi. et domos in quibus sunt strumenta ad ferrum fundendum.»⁴.

O Mosteiro reservava para si os direitos de continuar a extrair o ferro dos vieiros metalíferos da zona, que R. Durand localiza nas imediações de Espadanal⁵, e de o transformar em instrumentos, contando para tanto com várias domos onde estava instalada a linha de fundição e de transformação do metal, com os *strumenta* indispensáveis. O interesse do Mosteiro de Alcobaça pela exploração de ferro, certamente para a manufatura de instrumentos agrícolas, ficaria de novo patente quando em 1259 o Mosteiro deu carta de povoamento a Rio de Moinhos, uma área mineira de importância algo inferior à de Rio Maior, reservando os monges uma vez mais o seu direito sobre as minas. Cinco anos mais tarde, em 1264, ao ser dada nova carta de povoamento para Rio de

² Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2ª Ed., vol. VI, Lisboa 1949, pp. 103-106 e sobretudo pp. 120-124.

³ Virginia Rau, «A exploração de ferro em Rio Maior no século XIII», *Revista Portuguesa de História*, vol. III, Coimbra, 1947, pp. 199-202. Reeditado in Virginia Rau, *Estudos de História Medieval*, Lisboa 1986, pp. 24-27.

⁴ Cf. Virginia Rau, *op. cit.*, 1947, p. 202. Também referido por Iria Gonçalves, *O Temporal do Mosteiro de Alcobaça*, vol. I, Lisboa 1984, p. 383, e por Robert Durand, *Les Campagnes Portugaises Entre Douro et Tage aux XII^{ème} et XIII^{ème} Siècles*, Paris 1982, p. 202.

⁵ Robert Durand, *op. cit.*, 1982, p. 202.

Moinhos, uma vez mais se colocava em situação de excepção os direitos sobre a mineração, sendo então referido um *ingenium*, estrutura que certamente estaria relacionada com essa actividade⁶.

Se exceptuarmos o diploma particular de 1250, que Virginia Rau estudou, mais nenhuma referência tão explícita pode ser apontada para a exploração de ferro no Portugal medieval. Tal situação levou Gama Barros a classificar de «bem deficiente» o teor de documentação nacional sobre o tema⁷ e Virginia Rau a afirmar que «poucos são os nossos documentos medievais que se referem à exploração do ferro durante a primeira dinastia»⁸. No entanto, se é certo que as referências tão claras são muito escassas, temos de reconhecer, com Gama Barros⁹, que muitas outras referências, menos directas e explícitas, podem testemunhar o dinamismo que se desenvolveu em torno da extracção do ferro sobretudo a partir do século XIII. Escreveu recentemente Robert Durand:

«Que les Portugais des XII.^{ème} et XIII.^{ème} siècles aient porté une grande attention aux problèmes du fer, depuis l'extraction du mineral jusqu' à la transformation du métal, c'est ce qu'atteste clairement la documentation. Mais la quantité des documents ne supplée pas toujours à la qualité: les descriptions précises sont rares et les représentations iconographiques rarissimes»¹⁰.

Esta ausência de referências documentais mais ricas nos diplomas emanados do poder central é tanto mais estranha quanto sabemos que a extracção de metais e a actividade de mineração faziam parte dos chamados «Direitos Reais». Diz Gama Barros que «a exploração de vieiros e metais era direito da coroa, mas esta concedia a particulares o seu exercício mediante uma certa partilha no producto das pesquisas»¹¹. D. Duarte consagraria formalmente o princípio na Lei dos Direitos Reais¹², que nas Ordenações Afonsinas encontra a seguinte redacção:

«26. Item. Direito Real he argentaria, que significa veas d'ouro, e de prata, e qualquer outro metal, os quaaes todo home poderá livremente cavar em todo lugar, com tanto que ante que o comece a cavar, d'entrada paque a ElRey oito scropulos d'ouro, que vallem tanto, como hũa coroa

⁶ Iria Gonçalves, *op. cit.*, I, 1984, p. 382; Robert Durand, *op. cit.*, 1982, p. 203.

⁷ H. Gama Barros, *op. cit.*, I, 1949, VI, p. 120.

⁸ Virginia Rau, *op. cit.*, 1947, p. 199.

A escassez de dados sobre a mineração de ferro em Portugal é bem patente no trabalho de Miguel Gual Camarena, «El Hierro en el Medievo Hispano», *VI Congreso Internacional de Minería*, vol. I, Catedra de San Isidoro, Leon 1970, pp. 275-292, onde o autor, ao fazer um ponto da situação dos conhecimentos para o território português apenas cita os trabalhos de Gama Barros e Virginia Rau (p. 276 e nota 6).

⁹ H. Gama Barros, *op. cit.*, 1949, VI, p. 121.

¹⁰ Robert Durand, *op. cit.*, 1982, p. 201.

¹¹ H. Gama Barros, *op. cit.*, 1949, VI, p. 103.

¹² H. Gama Barros, *op. cit.*, 1949, VI, p. 103.

d'oura cada huu; e aallem destes oito scropulos d'ouro, que assy há de pagar d'entrada, por assy cavar qualquer metal, aquelle que cavar ouro, por seer en sy mais nobre, e mais excellente metal, que outro nenhuu, pagará mais em cada hüu ano ao dito Senhor sete scropulos d'ouro; e quando tirar qualquer outro metal, que nom seja ouro, cavar, pagará em cada huu anno huã libra de quatorze onças; e aalem desto pagará mais a ElRey de todo metal, que purificar, duas dizimas, se o dito metal for cavado em terra d'ElRey; e seendo cavado em terra, que seja d'alguã privada pessoa, pagará ao dito Senhor hüa dizima. e outra pagará ao Sednhor da terra, e toda a outra maioria será daquelle, que o houver cavado.»¹³.

A aplicação deste direito real é, no entanto muito mais recuada. D. Dinis, que vários autores responsabilizam por um incremento da actividade mineira¹⁴, usou-o várias vezes. Num célebre diploma de 1282, assinado em Coimbra em 12 de Dezembro, D. Dinis serviu-se desse seu direito para conceder a Sancho Peres e seus sócios o privilégio de explorarem o ferro e o aço, mediante certos pagamentos:

«... concedo quod Sancius petris et sui soccii et sui successores saquent et faciant fferrum et açum in tota mea terra tam in portugalía quam in algarbio tali pacto quod dent mihi et meis successoribus inde quintam partem in salvo de primo ferro quod sacaverit et de aço et de ferro tendudo decimam in salvo et paguent portagines et costumagines et alios foros...»¹⁵.

O Monarca recebia, portanto, a quinta parte do metal extraído, ainda por trabalhar e um décimo do aço e do ferro que fosse trabalhado («tendudo»).

Mas também para este aspecto dos direitos reais sobre os vieiros metalíferos poucos mais documentos existem que nos testemunhem o uso dessa prerrogativa pelos nossos Monarcas. Anotemos, apenas, que D. Dinis promulgou uma autorização para que Mem Martins abrisse minas de estanho em Jales, Tresminas e Montenegro¹⁶, e a que A.H. de Oliveira Marques refere num

¹³ *Ordenações Afonsinas*, vol. II, F.C.G. 1984, Título XXIV, Parag. 26, p. 215-216. Vd. também H. Gama Barros, *op. cit.*, 1949, VI, p. 104-105, e Iria Gonçalves, *op. cit.*, 1984, I, p. 381-382.

¹⁴ Cf., entre outros, *Dicionário de História de Portugal*, vol II, pp. 565-566 (Vb. Ferro).

¹⁵ João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronológicas e Críticas...*, vol. III, Parte 2ª, 2ª ed., Lisboa 1857, p. 89, doc XXXIII.

¹⁶ A.N.T.T., Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 87: «*Dom Denis pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve a vos Lourenço Meendiz de Vila Real saude. Sabede que Meem Martinz morador em Mu[r]ça veo a mym e disse-mi que queria tirar estanho em vieiros que achava em Jales e em Trasmires e em Montenegro se a mim paguesse e que me daria ende o meu direito e a mim praz que o tire e que mi de ende o quinto em salvo por que voz mando que voz recebades pera mim todo o meu direito que el a mim ha de dar deste estanho perante huum tabalião e que*

diploma assinado por D. João I em 1411, pelo qual autorizava Gonçalo Lourenço a estabelecer engenhos hidráulicos no Liz para fazer ferro, serrar madeira, pisar burel e fazer papel¹⁷, sintoma de proximidade de explorações mineiras.

O estudo da mineração em Portugal — um capítulo do nosso passado que está por escrever — parece, portanto, ter de se contentar com referências curtas, incompletas e muitas vezes indirectas.

A consulta de documentação mediéfica publicada e a curiosidade de, enquanto arqueólogo, tentar saber de onde proviriam uma parte dos artefactos em ferro exumados em escavações, levou-nos a coligir uma série de referências a ferrarias que procuram aclarar um pouco a situação que, neste domínio, se vivia no território português a Norte do rio Douro.

2. METODOLOGIA E FONTES

O levantamento cartográfico que ora se apresenta tem por base referências documentais predominantemente do século XIII, retiradas sobretudo das Inquirições de 1220 e de 1258. Exceptuam-se algumas referências mais antigas recolhidas no Censual do Bispo D. Pedro e no Censual do Cabido da Sé do Porto, relativas ao aro de Braga e do Porto, e algumas, infelizmente muito escassas, referências presentes em forais outorgados a núcleos populacionais da zona. Para o caso particular de Moncorvo cartografam-se duas referências tardias, uma do tempo de D. Duarte outra de D. Afonso V. Deste modo, a imagem obtida neste levantamento cartográfico diz respeito, antes do mais, ao século XIII. Se por um lado tal facto limita o alcance do trabalho ensaiado, por outro lado não deixa de lhe conferir uma certa coerência e unidade permitindo uma análise quase sincrónica para uma vasta área.

As fontes utilizadas apresentam, por outro lado, características distintas, que convirá desde já ressaltar.

Os Censuais corporizam o pagamento devido por cada sede paroquial à respectiva Sé, não permitindo saber em que área do seu território se localizavam as explorações, nem o seu número. Por outro lado, embora sejam fontes relativamente antigas, a sua aplicação estendeu-se por um lapso de tempo bastante grande. E, por último, convém não esquecer que estamos perante

mho gardedes muy bem. E enviade nos dizer o que hy acha e como obra desto. E deffendade de mha parte que nenhuum nom no mbargue nem lhy faça mal neur faça a el nem aos que estiverem em esto com el enquanto hy estiverem so pena de os meus encoutos. E o dito Meem Martinz tenha esta carta. Dante em Lixboa xxvii dias de Juyngo el Rey o mandou pelo aribi Johan Domingues a fez. Era M^a. IIIc. LII [?]. El Rey a vyo.»

¹⁷ A.H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa 1986, p. 52-53. Veja-se nas pp. 57-58 e 113-114 outros dados sobre o ferro em Portugal nos séculos XIV e XV.

pagamentos devidos à Igreja e não ao Monarca. Por isso algumas das referências presentes nos Censuais não encontram eco nas Inquirições régias que D. Afonso II e D. Afonso III mandaram executar.

As Inquirições gerais, por seu turno, são fontes extremamente ricas mas ao mesmo tempo de tratamento bastante ingrato. Quem percorrer as várias Alçadas que abrangem o Norte de Portugal apercebe-se rapidamente que os Inquiridores régios utilizavam questionários distintos, privilegiando numas áreas aspectos que são ignorados ou relegados para plano secundário noutras zonas. A ausência de uma mesma matriz de questionário leva-nos a encarar com certa precaução a cartografia conseguida, já que ela pode — e deve — reflectir disparidades que na realidade seriam menos flagrantes. A quase ausência de referências a ferrarias no Entre-Douro-e-Minho, pelo menos uma boa parte do seu território, pode ser em parte explicada por esse motivo, da mesma forma que a exaustividade das referências à terra de Panoias e de Celorico sugere que os Inquiridores entenderam que esse aspecto da vida económica daquelas áreas era de primordial importância, tendo inquirido sobre ele de uma maneira directa e mais sistemática. Por outro lado, as Inquirições de 1220 e de 1258 não abrangem toda a área geográfica em análise. Toda a área a Norte do Lima está ausente nas Inquirições de 1220 e 1258 e, para Trás-os-Montes possuímos apenas elementos para a Terra de Panoias e de Aguiar da Pena (parte da 4ª Alçada) e para a Terra de Barroso e de Chaves (parte da 5ª Alçada). Estes territórios correspondem, *grosso modo*, ao que poderíamos designar por Trás-os-Montes Ocidental, e toda a zona oriental do território encontra-se por caracterizar. Sabe-se que, pelo menos no que diz respeito à zona de Moncorvo, a actividade mineira é bastante anterior ao século XV, e não será de excluir a hipótese de na área de Guadramil ter existido mineração de ferro. Outros possíveis centros ferreiros dessa vasta zona escapam-nos perante o silêncio da documentação consultada que, sublinhamos uma vez mais, apenas comportou fontes publicadas.

As referências documentais que apresentamos e cartografamos não dizem respeito a simples ferreiros ou ferradores, que recebiam o metal e o trabalhavam ou que comerciavam artefactos férreos, mas a núcleos de extracção de ferro e de manufactura com alguma importância. A própria natureza dos bens a pagar leva-nos a pensar que em muitos casos seriam oficinas onde se procedia a um primeiro tratamento do minério. Atente-se que não se tratam de bens excessivamente elaborados mas sim de lingotes, ferraduras, cravos, instrumentos agrícolas simples. Objectos de manufactura mais cuidada e complexa deveriam ser elaborados por oficinas especializadas¹⁸. É por demais evidente

¹⁸ O *Livro dos Regimentos dos Officiaes Mecanicos*, de Lisboa, datado de 1572, que Vergilio Correia publicou (Coimbra 1926) dá-nos uma boa perspectiva sobre a especialização atingida em inícios da Idade Moderna nos officios ligados ao trabalho dos diversos metais.

que pequenas oficinas de ferreiros existiam dissimuladas um pouco por todo o Norte de Portugal, junto dos aglomerados populacionais. Não tentamos cartografar esse tipo de referências, que na documentação de centros urbanos se multiplica até à exaustão. Toda a cidade, vila ou aldeia possuía os seus ferreiros e ferradores. Da mesma forma não inventariámos nem cartografámos referências toponímicas ou antropónimicas que, em alguns casos, por certo podem traduzir concentrações de ferreiros ou a actividade profissional de alguém. Apenas levamos em linha de conta as referências documentais que testemunham o pagamento de derivados da actividade mineira e ferreira como imposto devido ao Monarca ou à Igreja, situação em que esse pagamento nos reflecte uma actividade de certa envergadura. Se a maior parte das referências registadas não se reportam explicitamente à prática de extracção, distinguindo-a do trabalho de metal, num ou outro essa distinção é feita, assegurando-nos que estamos perante actividade mineira.

3. BREVES COMENTÁRIOS À CARTOGRAFIA

3.1. Distribuição geográfica

O Mapa que acompanha o Levantamento Documental (Fig. 2) permite a individualização de quatro áreas de características distintas:

- 1^a — Uma mancha mais ou menos dispersa no coração do Entre-Douro-e-Minho, polarizada em torno de Vila Verde e, sobretudo, no eixo Vila Nova de Famalicão/Barcelos.
- 2^a — Uma mancha relativamente densa, concentrada junto ao aro urbano do Porto, abrangendo S. Pedro da Cova, Gondomar, Valbom, Jovim, Foz do Sousa, Gondim e S. Vicente da Queimadela, onde a documentação medieval distingue a actividade de extracção do minério, assegurando-nos a presença de minas. Esta mancha de ferrarias — à qual não faltam os micro-topónimos — devia abastecer sobretudo o núcleo urbano do Porto. Em S. Vicente da Queimadela, freguesia hoje desaparecida mas que deve corresponder sensivelmente a Alfena¹⁹, realizava-se uma feira

¹⁹ A freguesia de S. Vicente da Queimadela comportava, no século XIII as povoações de Alfena, Baguim, Cabeda, Ferraria e Trasleça. É provável que nunca tenha existido uma povoação com o pró pronome da freguesia. O actual orago de Alfena (S. Vicente) e o facto de ela se encontrar no centro das povoações que compunham essa freguesia medieval, sugere que a freguesia de Alfena seja a herdeira hodierna da mediéfica Queimadela, segundo Domingos A. Moreira porventura em função da importância que adveio ao local pela presença da leprosaría. Cf. Domingos A. Moreira e Nuno A. Maria Cardoso, *Alfena — A Terra e o seu Povo*, Alfena, 1973, p. 29, e *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. XXIII, p. 877.

medieval no lugar de Ferraria, que se extinguiu por força da concorrência da sua congénere do Porto, motivando a decadência do local²⁰.

- 3^a — Uma densa mancha de ferrarias que se estendia pela área Leste da Terra de Celorico e por toda a Terra da Panoias, resultante da exploração da segunda mais importante jazida de ferro do Norte de Portugal, implantada nas faldas do Marão e estendendo-se para Leste sob a forma de pequenos alvéolos e jazidas. Esta era, sem dúvida, a área de maior actividade mineira e aquela onde essa actividade se encontrava mais difundida. A cartografia conseguida é bem elucidativa da importância económica desta zona, e tudo leva a crer, como referimos, que os Inquiridores régios lhe reservaram particular atenção.
- 4^a — Duas referências documentais tardias, uma do tempo de D. Duarteoutra do tempo de D. Afonso V, testemunham-nos a ancestral actividade de mineração em redor de Moncorvo. Nessa que é a maior jazida de ferro em território português a actividade mineira remonta aos tempos da romanização²¹. É seguro que nos tempos medievais a mineração se manteve, mas o facto de as Inquirições de 1220 e 1258 não incluírem essa área impossibilita-nos de caracterizar melhor esse centro mineiro. Significativamente, o Dr. João de Barros registava, nos inícios do século XVI, que em Mós «... as mulheres estão dobando e fiando e tangem com os pés os folles enquanto os maridos fazem o ferro...»²².

A cartografia das ferrarias medievais do Norte de Portugal conseguida através das referências documentais, pese embora o facto de pecar seguramente por defeito, ignorando alguns centros mineiros, revelou uma quase total concordância entre as jazidas de ferro mais importantes do Norte de Portugal²³ e os centros ferreiros mediévicos. Se compararmos os dois mapas (respectivamente Fig. 1 e 2) verifica-se que a mancha de ferrarias mais ou menos dispersas que se implantavam no coração do Entre-Douro-e-Minho não se encontra muito longe de três jazidas de relativa importância, polarizadas em torno de Rates. É provável que essas ferrarias medievais explorassem pequenos afloramentos subsidiários. Curiosamente, no que diz respeito à mancha de ferrarias do aro urbano do Porto, abrangendo parte da Terra da Maia e a Terra de

²⁰ Virginia Rau, *Feiras Medievais Portuguesas*, 2^a Ed., Lisboa, 1982, p. 94. *Ferraria* é um pequeno local a Norte de Gandara.

²¹ Maria Assunção Carqueja Rodrigues e Adriano Vasco Rodrigues, «Subsídios para o estudo das ferrarias do Reboredo — Moncorvo», *Lucerna*, vol. II, nºs 1-2, Porto, 1962, p. 5 e 7.

²² Maria Assunção Carqueja Rodrigues e Adriano Vasco Rodrigues, *op. cit.*, 1962, p. 5.

²³ Cf. *Carta Mineira de Portugal*, Esc. 1:500.000, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1960, Folha 1.

Gondomar, não encontramos correspondente nas jazidas de ferro, já que a carta mineira de Portugal não recenseia na zona qualquer jazida. E, no entanto, os documentos medievais individualizam de forma explícita a actividade de extracção do metal (vd. nº 9). Toda a densa mancha de ferrarias da zona Oriental da Terra de Celorico e da Terra de Panoias polariza-se em torno daquela que é a segunda mais importante jazida de ferro a Norte do Douro, localizada nas faldas do Marão. Os vieiros de metal deviam estender-se para Leste, acompanhando as referências documentais que cartografamos. A área de Moncorvo onde se concentra cerca de 90% do ferro português, foi certamente alvo de exploração nos tempos mediévicos, muito embora as únicas referências que encontramos sejam muito tardias. De qualquer forma elas concordam com os dados da Carta Mineira de Portugal. Apenas para as jazidas de ferro da zona de Guadramil não possuímos referências documentais mediévicas. Não sabemos se seriam aí as ferrarias do Rei que nos surgem referidas como sendo «do termo de Bragança» em carta régia de 28 de Agosto de 1486²⁴.

A concordância dos elementos documentais inventariados com os dados da Carta Mineira de Portugal permite-nos testar a validade do levantamento encetado. Se, como referimos, esse levantamento peca por defeito, sendo de admitir a possibilidade de alguns núcleos de ferrarias não serem detectados através da documentação, cremos que essas situações serão mais ou menos excepcionais e que provavelmente não viriam alterar muito os resultados conseguidos. É de admitir, sobretudo, que no Entre-Douro-e-Minho, área de maior concentração senhorial, algumas dessas ferrarias fossem detidas por nobres ou se implantassem em terras imunes, da mesma forma que não nos custa admitir que na área de Valpaços existissem igualmente minas. No entanto, no que diz respeito ao Entre-Douro-e-Minho atente-se a que várias instituições monásticas desta zona, mormente Pombeiro, Caramos, Arnoia e Telões, possuíam interesses em ferrarias da Terra de Panoias, sintoma da carência de centros ferreiros na sua área ou da impossibilidade de eles satisfazerem cabalmente as necessidades da época. De resto, sabe-se que a produção férrea nacional era manifestamente insuficiente, e que em vários portos norte-nhos se registava a importação de ferro. Um diploma de D. Afonso III, datado de 17 de Março de 1254, documenta a entrada de ferro e outras matérias primas na barra do Douro:

«... et mando vobis quod de omnibus navibus et de omnibus Barcis et parvis que venerint de francia vel de Rupella [La Rochelle] vel etiam de alijs locis cum pannis vel cum maderia vel cum ferro vel cum quocumque alio metallo faciatis medietatem aportare in meam villam de Gaya et

²⁴ H. Gama Barros, *op. cit.*, 1949, VI, p. 124, nota 1.

aliam medietatem faciatis aportare in villam Ecclesie...»²⁵.

Este documento é tanto mais significativo quanto, nas imediações do Porto, como vimos, se implantava um relativamente bem documentado núcleo de ferrarias, por certo com alguma importância.

As Inquirições de 1258 registam igualmente a entrada de outros metais pelo porto de Vila do Conde:

«... de navibus et de bayxellis et de innibus alijs barcis, qui intrant per focem Ave et que ducunt panos vell plumbeum vel stannum vel linam vel sal...»²⁶.

A Inquirição que D. Afonso IV mandou realizar em 1339 sobre os privilégios do Bispo e da Sé sobre a cidade do Porto apresenta-nos, a dado passo, uma lista de alguns dos bens em metal que eram comerciados na feira portuense:

«... Item o que comprar ferro darado ou de exada, ou trepeens ou sar-taaen, ou pagará de cada peça hum djnheiro. E sse comprar sega ou greelhas, ferraduras ou cravos, ou palancas de ferro ou picooens ou marras ou cunhas pagará dous dinheiros do maravedi. E assy das caldeiras pagará dous djnheiros do maravedi. E se nom chegar a maravedi pagará da peça dous djnheyros. Item pagará de fouçe e de secho senhas mealhas. E esto se entende em aquelles que nom som vezinhos da dita cidade.»²⁷.

3.2 Pagamentos

As Inquirições de 1220 e de 1258 revelam-nos, também, que a diferentes zonas de ferrarias correspondiam pagamentos diversos.

As ferrarias de Entre-Douro-e-Minho pagavam ao Monarca sobretudo em ferraduras com seus cravos. Em 1258 o casal de *Chousela do Ferreiro* (nº 1) pagava «... às tertias do ano, iij, pares de ferraduras cavalaes cum XXXVI. cravos...»²⁸, revelando-nos que cada ferradura possuía seis cravos. É significativo, também, que se explicita tratar-se de ferraduras para cavalos, distin-

²⁵ João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*, vol. I, Lisboa 1944, doc. nº 10, p. 7.

²⁶ *Corpus Codicum*, vol. I, p. 237.

²⁷ *Corpus Codicum*, vol. I, p. 30.

²⁸ P.M.H. — *Leges*, p. 400.

guindo-as das ferraduras para bestas²⁹.

Por seu turno o núcleo de ferrarias do aro urbano do Porto caracterizava-se pelo pagamento em ferros de arado, embora em alguns casos se entregassem lingotes de ferro («*Palmum ferri*»).

Já na Terra de Celorico tanto se verifica o pagamento em ferros de arado como em «*ferros*». Caso particularmente significativo é o de S. Cristovão de Mondim, onde um único casal pagava ao Monarca 54 ferros (n.º 17). A antiga paróquia de S. Pedro de Ferreiros (hoje Vilar de Ferreiros) pagava 12 «*mallios tortos de ferro et ij. ij ferros de singulis palmis*» (n.º 18).

Na Terra de Panoias a larguíssima maioria dos pagamentos era feito — ou devia ser feito — em "*ferros de fogo*", nalguns casos em lingotes de ferro e raras vezes em ferros de arado. A expressão «ferro de fogo» foi interpretada por certos autores como sendo trempes ou tenazes. Viterbo entendeu que se referiam antes a «ferros» por cada «fogo» (casal), interpretação que talvez seja mais correcta³⁰.

3.3. Apropriações e abusos

É forte o contraste que se verifica entre o retrato que as Inquirições de 1220 fornecem para certas zonas e a imagem com que ficamos da leitura das Inquirições de 1258.

Efectivamente, enquanto que a larguíssima maioria das referências documentais de 1220 correspondem ao pagamento de foros ao monarca — pagamento que era, aparentemente, satisfeito com a devida regularidade —, numerosas referências de 1258 testemunham a prática de abusos e de apropriações indevidas dos direitos régios, sobretudo no que diz respeito à zona de Panoias. Curiosamente, a situação das ferrarias de Entre-Douro-e-Minho parece ser bastante diferente: nenhuma referência à prática de abusos foi detectada para essa zona e época. À medida que avançamos para interior os exemplos multiplicam-se. Na Terra de Celorico, uma zona de transição do Entre-Douro-e-Minho para Trás-os-Montes, já iremos encontrar dois casos em que no tempo de D. Afonso III não se satisfaziam os foros (n.ºs 18 e 21). Em ambos os casos a situação ficara-se a dever à intervenção de D. Gil Vasques, que as

²⁹ Os Foros e Costumes de Castelo Melhor, de 1209, revelam-nos o castigo reservado aos ferradores no caso do seu produto apresentar defeito: «*ferraduras que ante de IX dias quebrare ou cayere fierre otra vez sin preço, sinon peyte I morabitino*» (P.M.H. — *Leges*, p. 925). Para se avaliar da severidade da pena atente-se que se estabelecia no mesmo diploma que «*todos los ferradores ferrem III duzenas a morabitino*» (Idem, *Ibidem*). Idênticas disposições constam dos Foros de Castelo Rodrigo, de 1209 (P.M.H. — *Leges*, p. 881), de Alfaiates, datados de 1188-1230 (P.M.H. — *Leges*, p. 803) e de Castelo Bom, de 1188-1230 (P.M.H. — *Leges*, p. 757).

³⁰ Viterbo, *Elucidário*, II, p. 259.

próprias Inquirições de 1258 afirmam ter sido tenente de Celorico³¹ e que nessa altura já devia ter falecido, continuando os abusos a serem perpetrados por seus filhos. No entanto, a zona onde os desmandos eram regra é a Terra de Panoias, onde se verifica um impressionante movimento de apropriação indevida dos direitos régios (Vd. Quadro 1). Já em 1220 se verificavam quatro casos onde os foros não eram satisfeitos (n.ºs 26, 41, 42 e 43), mais um onde parte era paga e outra não (n.º 24). No entanto, se tomarmos em linha de conta o número total de referências recolhidas, a percentagem não era ainda particularmente significativa (26,3%). Em 1258, pelo contrário, 100% das referências recolhidas indicam-nos que «*nõ faze ende foro al Reij*» por motivos vários — abusos, apropriações, impedimento físico. Entre 1220 e 1258 a Coroa assistiu a um verdadeiro movimento de assalto aos seus direitos sobre a produção de ferro em Panoias, que devia ser, ao tempo, um dos centros mais dinâmicos e produtivos do território nacional. Não é de estranhar, portanto, que os Inquiridores régios tivessem o cuidado de registar pormenorizadamente a situação, que certamente não se verificaria apenas no que diz respeito às ferrarias. Efectivamente, nas Inquirições de D. Afonso III declara-se que:

«... *todo o regeego de Terra de Panoijas seeria pobrado se nõ fosse com medo dos cavaleiros mais no no ousam a pobrar...*»³²,

enquanto que outra testemunha

«... *disse que do tempo d'El Rey Don Sancho o velho de que sse acorda que sempre ouviu dizer a omees certos que a meya da terra de Panoyas era d' El Rey e a meya terra de Jales e ouviu dizer a muitos omees que sabiã que nosso senhor El Rey ha grã torto que nõ ha ende a meyadade.*»³³.

Algumas instituições religiosas — nomeadamente os mosteiros de Pombeiro, Arnoia, Telões, Caramos e Tarouca, bem como as ordens do Hospital e do Templo e alguns templos paroquiais — detinham interesses em ferrarias da Terra de Panoias, nuns casos de forma lícita, noutros menos legítima.

No entanto, a larga maioria das referências a abusos sobre os direitos reais das ferrarias de Panoias revelam que a responsabilidade dessa situação se ficava a dever a nobres. Não iremos aqui abordar monograficamente cada caso,

³¹ P.M.H. — *Inq.*, p. 629, 632, 1376, 1377, 1378 e 1379. Fora também tenente de Barroso antes de 1258 (P.M.H. — *Inq.*, p. 1510) e da Terra de Sousa entre 1228/29 e 1236 (P.M.H. — *Leges*, p. 608/610, 613/616, 616/618, e A. Herculano, *História de Portugal*, Ed. Crítica J. Mattoso, vol. II, p. 610 e 627).

³² P.M.H. — *Inq.*, 1258, p. 1233.

³³ P.M.H. — *Inq.*, 1258, p. 1254.

mas apenas realçar alguns exemplos. De entre os casos levantados merecem particular destaque aqueles que dizem respeito à actuação de membros da poderosa família dos Sousas, que detinham fortes interesses na terra de Panoias. As Inquirições de 1258 revelam-nos que em Arrabães (nº 25) e em Tuizendes (nº 27), os direitos não eram satisfeitos «*porque os defende Gonçalo Mendiz Ricome*». O impedimento ficava-se a dever, portanto, a D. Gonçalo Mendes de Sousa II, folho de D. Mendo de Sousa e de D. Maria Rodrigues, rico-homem que deteve, entre outros cargos da confiança do monarca, a tenência da Terra de Panoias entre 1256 e 1260³⁴. Antecedera-o nessas funções um sobrinho seu, D. Mem Garcia de Sousa, filho de D. Garcia Mendes de Sousa, que ocupou o cargo entre 1253 e 1255³⁵. Um irmão de D. Gonçalo Mendes de Sousa II, D. Rodrigo Mendes de Sousa, tinha ocupado essas funções em 1223³⁶, e em 1224 era tenente de Panoias um outro irmão seu, D. Vasco Mendes de Sousa³⁷. Este era, segundo as Inquirições de 1258, responsável pela apropriação de direitos em Vila Marim (nº 30) — onde tinha ferido o mordomo do rei quando este tinha ido reclamar os direitos — bem como em Escariz (nº 34), Paredes (nº 35) e S. Martinho de Antas (nº 46). Por outro lado, em Louredo (nº 28) dizem as Inquirições que quem se apropriara dos direitos fora «*Dona Orraca Fernandiz mulher que foij de João Garcia*», isto é, D. Urraca Fernandes de Lumiares II, que fora casada com D. João Garcia de Sousa, de alcunha «O Pinto», filho de Garcia Mendes de Sousa e, portanto, sobrinho de D. Gonçalo Mendes de Sousa II. Mais à frente, quando se inquiriu em S. Lourenço de Riba Pinhão, testemunhas revelam que em Fundões (nº 55) tinha «*dona T[areija] Veegas*» um casal que fora da «*condessa dona Elvira*». Julgamos tratar-se da Condessa D. Elvira Gonçalves da Faia, filha de D. Gonçalo Mendes de Sousa I, que casou com Soeiro Mendes Facha, «Mãos de Águia», e que era tia de D. Gonçalo Mendes de Sousa II e de seus irmãos. O avô de Soeiro Mendes Facha, pelo lado materno, o Conde D. Mendes Gomes de Pombeiro, é referido a propósito de Mondrões (nº 24). Ele era tio-avô de

³⁴ 1256: *Diss.*, vol. V, p. 344 e *P.M.H.* — *Leges*, p. 667.

1257: *P.M.H.* — *Leges*, p. 670/672.

1258: *P.M.H.* — *Leges*, p. 679/83, 684/86, 686/87, 687/89.

1258-62: *P.M.H.* — *Leges*, p. 690/93.

1260: *P.M.H.* — *Leges*, p. 693/95.

Acumulou o cargo com a tenência das vizinhas terras de Basto e de Celorico — Basto, 1260 (*Diss.*, I, p. 286/87); Celorico, 1255 (*Diss.*, I, p. 285/86), 1258 (*P.M.H.* — *Inq.*, p. 657), 1260 (*Diss.*, I, p. 286/87).

³⁵ 1253: *Cartulário de St^a Clara de Vila do Conde*, doc. 1.

1254: *P.M.H.* — *Leges*, p. 640/644, 644/645.

1255: *P.M.H.* — *Leges*, p. 648/649, 651/652.

[1245-1255]: *P.M.H.* — *Inq.*, 1258, p. 1214.

³⁶ *P.M.H.* — *Leges*, p. 598/599.

³⁷ A. Herculano, *op. cit.*, II, p. 606.

D. Elvira Gonçalves da Faia.

Também Nuno Martins de Chacim, filho de Martim Peres de Chacim e de Fruilhe Nunes de Bragança, descendente dos Braganções e responsável pelos mais variados desmandos na Terra de Bragança, nos surge na Terra de Panoias apropriando-se de direitos régios em Pena de Amigo (nº 36). Seu genro, Martim Anes do Vinhal, que casara em segundas núpcias com D. Urraca Nunes de Chacim, é apontado como em 1258 responsável por abusos sobre ferrarias em Sabroso (nº 41). Era filho de João Gomes do Vinhal e de Maria Pires de Aguiar [da Pena], e haveria de deter a tenência de Panoias em 1277³⁸.

4. INVENTÁRIO DAS FERRARIAS MEDIEVAIS DO NORTE DE PORTUGAL

Terra de Penela

- nº 1 — *Chouselas do Ferreiro* (hoje Chouselas, Duas Igrejas, Vila Verde)
 1220 — Inq. — Os habitantes de Duas Igrejas pagavam, entre outros bens, 4 pares de ferraduras com seus cravos («... *iiij. paria de ferraturis cum suis clavis...*» — PMH, p. 101).
 1258 — Inq. — O casal de Chousela do Ferreiro pagava três vezes por ano 3 pares de ferraduras com 36 cravos («... *iiij. pares de ferraduras cavalaes cum XXXVI cravos...*» — PMH, p. 400), o que dá 6 cravos por cada ferradura.
 Chousela do Ferreiro corresponde, hoje, a Chousela, lugar um pouco a Noroeste de Sta. Maria de Duas Igrejas (Vila Verde).

Terra de Penafiel de Bastuços

- nº 2 — *S. Salvador de Reguela* (hoje Regoela, Pousa, Barcelos)
 1220 — Inq. — Os habitantes de S. Salvador de Reguela pagavam três pares de ferraduras («... *tria tria paria de ferraturis...*» — PMH, p. 86).
 S. Salvador de Reguela, antiga freguesia, é hoje lugar da freguesia de Pousa, no concelho de Barcelos.
- nº 3 — *S. João de Areias* (S. João de Areias de Vilar, Barcelos)
 1220 — Inq. — A herdade de Didaco Ferreiro ferrava bestas, não pagando, por isso fossadeira: «... *et audierunt dicere quod de hereditate de Didaco Ferreiro ferrabant bestias ad pres-*

³⁸ P.M.H. — *Leges*, p. 734/736.

tamarium, et modo dant fossadeira pro inde, quia cambiarent ferraturas pro isto foro.» (PMH, p. 88).

nº 4 — S. Julião de Sequeira (Sequeira, Braga)

1220 — Inq. — Registam as Inquirições para *Sancto Juliano de Sequeira* que «... *est ibi talis consuetudo quod quot homines ibi habitaverint tot directuras dabunt, et dant omnes pro fossadeira xij. bracales et j. cubitum et terciam, et xiiij. denarios, et vj. paria de ferraturis cum clavis suis.»* (PMH, p. 88).

1258 — Inq. — Pagavam na «... *prima feria vj^o Madii annuatim xxj. bragaes et j. varam et terciam xiiij. denarios et v. paria de ferraturis com suis cravis pro fossadeira...»* (PMH, p. 1473).

Terra de Aguiar de Lima

nº 5 — S. Julião de Paços (S. Julião de Paços, Braga)

1220 — Inq. — *Sancto Juliano de Paazoo* pagava «... *iiij ferraturas de caballo cum suis clavis ...»* (PMH, p. 125).

1258 — Inq. — A herdade de *Ermeal*, de Gomez Viola, pagava ao rei o mesmo foro que se registava em 1220 («... *Item, da erdade d'Ermeal, de Gomez Viola, iiij ferraturas cum suis cravis...»* PMH, p. 325).

Terra de Vermoim

nº 6 — S. Felix de Gundunfelos (hoje Gondifelos, V.N.Famalicão)

Séc. XI — Censual do Bispo D. Pedro — No Censual de Braga dos fins do Séc. XI, que Avelino de Jesus da Costa estudou, regista-se que «*Sancto Felice de Gundulfelos*» pagava «*II^os ferros de IIIes IIIes St.*» (A.J.C., II, p. 21).

Sancto Felice de Gundunfelos corresponde hoje a S. Félix de Gondifelos (V.N.Famalicão).

Terra da Maia

nº 7 — *Guandim* (S. Salvador de Gondim, Maia)

Séc. XII — Censual do Cabido da Sé do Porto — A Igreja de *Santi Salvatoris de Guandim* pagava ao Cabido «*vij. Fferros de aratro*» (CCSP, p. 559).

Terra de Gondomar

nº 8 — S. Vicente de Queimadela (hoje, Alfena, Valongo)

Séc. XII — Censual do Cabido da Sé do Porto — A Igreja de *Santi Vincentij de Queimadela*, povoação hoje desaparecida que corresponde sensivelmente à actual Alfena, pagava ao Cabido da Sé portuense «vj. fferros de aratro. vel xxj. solidos» (CCSP, p. 565).

1258 — Inq. — Os inquiridores régios de 1258 recolheram testemunho em S. Tiago de Bougado que dizia que «... *de alio loco qui dicitur Ferraria que est circa Alfenam, solebant dare domino regi in quolibet mense unum palmum ferri...*» (PMH, p. 499; CC, p. 263).

1258 — Inq. — Na «*ville que vocatur Ferrarias et parrochianorum Ecclesie predicti Sancti Vicencii de Queimadela*» registam-se nas mesmas Inquirições de Afonso III que «... *solebant dare viijº denarios in quolibet mense Domino Regi quilibet per se, et singulos palmos ferri. Et dixit quod dabent annuatim Domino Regi aratri, equoniam dixit quod faciebant ibi feiram tocius ipsius terre. Et dixit quod tunc temporis non faciebant feiram in Portu et modo faciunt feiram in Portu, et ideo non faciunt forum sicut antea faciebant. Et locus est totus depopulatus, et fuerunt homines inde morari ad alios locus. (...) et dixit quod illi qui solebant morari in ipso loco fuerunt morari in Alfena et in Aguiar, et in aliis locis...*» (PMH, p. 506; CC, p. 273).

Esta passagem das Inquirições, que Virginia Rau já valorizou devidamente no seu clássico estudo sobre as *Feiras Medievais Portuguesas* (2ª Ed., 1982, p. 94), revela-nos dados sobre a importância que a feira de Ferrarias assumia como factor de incremento do povoamento da zona. Quando a Feira da cidade do Porto se começou a realizar, a sua congénere de Ferraria decaíu a ponto de o lugar se ter despovoado, pelo menos parcialmente. Curiosamente, a dispersão dos seus habitantes deu-se por lugares que, como veremos de seguida, também tinham tradição ferreira.

nº 9 — Fanzeres (Fanzeres, Gondomar)

1258 — Inq. — Os inquiridores régios registaram em Fanzeres que «... *quod quanti laboraverint ferrum in ipso Judicato de Gondemar ex clasto contra Dorium debent dare singulos aradoiros ferri Domino Regio annuatim, et ex Clasto contra*

Madium (debent) dare inter duos unum aradoiro (PMH, p. 523; C.C., p. 293).

nº 10 — *S. Pedro da Cova* (S. Pedro da Cova, Gondomar)

1258 — Inq. — Na zona de S. Pedro da Cova referem as Inq. de Afonso III que os homens do couto iam «... *extra cautum facere carbonem et pro barro ...*», mas «*Interrogatus si ipsi homines ipsius cauti faciunt ferrum extra cautum in terra devassa Domini Regis, dixit quod nom.*» (PMH, p. 519; CC, p. 288).

Muito embora não tenhamos uma comprovação segura, cremos que se poderá depreender com certa segurança que, dentro dos limites do couto de S. Pedro da Cova se procedia à exploração de ferro, tal como acontecia em várias localidades em seu redor.

As Inquirições apenas nos garantem que os homens que habitavam dentro dos limites do Couto, e que iam fora da sua área buscar barro e carvão, não o faziam para o ferro. No entanto, o facto de inquiridor régio se ter preocupado em esclarecer esse ponto pode ser interpretado como um reflexo de que as ferrarias da área também se estendiam para a área do Couto de S. Pedro da Cova.

nº 11 — *Valbom* (Valbom, Gondomar)

Séc. XII — Censual do Cabido da Sé do Porto — A Igreja de *S. Verissimi de Valle Bona* pagava ao Cabido «*duos fferros de aratro*» (CCSP, p. 566).

nº 12 — *Gondomar* (Gondomar)

1258 — Inq. — Dizem-nos as Inq. de Afonso III que «*omnes qui laboraverint ferrum in ista collacione dant annuatim Domino Regi unum ferrum aratri quilibet per se*» (PMH, p. 516; CC, p. 284).

nº 13 — *Stª Cruz de Jovim* (Jovim, Gondomar)

Séc. XII — Censual do Cabido da Sé do Porto — A paróquia de *Santae Crucis de Iovim* pagava ao Cabido «*vjfferros de aratro. vel xxj. solidos*» (CCSP, p. 565).

nº 14 — *S. João da Foz do Sousa* (Foz do Sousa, Gondomar)

Séc. XII — Censual do Cabido da Sé do Porto — A paróquia de *Santi Iohanis de Foz de Sousa* pagava ao Cabido «*vj fferros de*

aratro. vel xxj. solidos» (CCSP, p. 565).

- 1258 — Inq. — Registam que «... *omnes homines qui laboraverint ferrum in ista collacione debent dare de foro annuatim Domino Regi unum ferrum aratri...*» (PMH, p. 517; CC, p. 285).

Terra de Celorico

nº 15 — *Santiago de Ourilhe* (Ourilhe, Celorico de Basto)

- 1220 — Inq. — «*Sancto Jacobo de Orili*» pagava a Afonso II «... *j. ferro pro fossadeira...*» (PMH, p. 135).

- 1258 — Inq. — «*Item, dixit quod de hereditate Pelagii Barala dant inde annuatim Domino Regi unum aratorium de uno couto ferri.*» (PMH, p. 654).

nº 16 — *S. Pedro de Britelo* (Britelo, Celorico de Basto)

- 1258 — Inq. — Em «*Barrarius*» registam as Inquirições que «... *laborant hoc regalengum homines Militum et Ordinum, et debent dare annuatim Domino Regi medietatem milii et terciam outoni, et modo nom dant inde nisi iij. quarterios panis et iij. ferros aratri.*» (PMH, p. 639).

nº 17 — *S. Cristovão de Mondim* (Mondim de Basto)

- 1220 — Inq. — As Inquirições dizem-nos que «... *habet ibi dominus Rex unum casale heremum, et dant de illo Liiij. ferros...*» (PMH, p. 51), acrescentando, para além do tributo ao monarca, aqueles que eram devidos ao Senhor da Terra e ao Mordomo: «... *et debent dare Domino Terre v.v. ferros et unum legonem. Et maiordomo dant singulis mensibus ij. ferros et singulas mealas*» (PMH, p. 136).

nº 18 — *S. Pedro de Ferrarias* (Vilar de Ferreiros, Mondim de Basto)

- 1220 — Inq. — «... *in ista collatione erant pauci de vetero, et habebant pro foro quod dabant de unaquaque dono xij. xij. mallios tortos de ferro, et ij. ij. ferros de singulis palmis ad quem levabat ipsos alios ferros ad cellarium; et si isti vel aliquis illorum vellet levare suos ferros ad cellarium non dabat istos ij. ferros. Et dabant omnes insimul unas teazes de balneo Domino Regi, et pectam vocem et calumpniam. Et modo tornarunt illos ad forum quod dant singulos morabitanos, et v. v. ferros, et singulos legoes. (...) Et sunt ibi due mulieres vidue, que dant ij. ij. ferros.*» (PMH, p. 142).

- 1258 — Inq. — As Inquirições de Afonso III esclarecem que «... *os filhos de don Gil Vaasquiz teen muito regeengo ascondido en*

Cervha e nas Ferrarias que he no Julgado de Celorico e ora nō fazê ende foro a El Reij...» (PMH, p. 1236).

D. Gil Vasques fora tenente da Terra de Celorico conforme nos atestam as Inquirições de 1258 em numerosos passos (PMH, Inq. p. 629, 632, 1376, 1377, 1378 e 1379).

nº 19/20/21 — *Bilhó, Bobal e Ermelo* (Ermelo e Bilhó, freguesias de Mondim de Basto; Bobal, lugar de S. Salvador de Bilhó)

1196 — Carta de Aforamento — Na carta de aforamento que Sancho I dá em Abril de 1196 aos povoados de Ermelo e Bilhó, refere-se «... *in primis detis de unoquoque casali singulos morabitanos in ultima ldiel Maii per singulos annos et detis similiter de unoquoque casali sexferros...*» (Doc. Sancho I, nº 90, p. 145).

1220 — Inq. — Em «*Sancto Vicentio et Sancto Salvatore de Ermelo et de Oveloo*», as Inq. de Afonso II dizem, ao reportarem-se a Oveloo: «...*et in ipsa morantur modo xxij. homines, et habent pro foro quod quisque illorum det in quocumque anno j. morabitanum et v. ferros et j. legom.*» (PMH, p. 134).

1258 — Inq. — «...*e sabe que viij. casaes que an filhos de Dõ Gil Vaasquiz nas Fferrarias hu chamã o Bovaal que e termho de Celorico e j. casal que hija Arrnoija que forã regeëgos d'El Reij e sabe quando Dõ Gil Vaasqiz filhou esses viij. casaes aos pobladores d'El Reij de Quelhão e de Ermelo...*» (PMH, p. 1219).

Terra de Panoias

nº 22 — *Campeã* (Campeã, Vila Real)

1220 — Inq. — Os inquiridores régios ao percorrerem a paróquia de S. Miguel da Pena registaram o testemunho de que na «*villa de Campiaens*» para além de outros tributos e obrigações, davam «*singulos ferros*» (PMH, p. 121).

nº 23 — *Vilarinho* (lugar de freg. de Pena, Vila Real)

1258 — Inq. — Testemunhas de St^a Marinha de Vila Marim garantiram em 1258 que em «... *Vilarin an filhos de Pero Veegas de Loverigos j. casal que dava fferro de fogo e ora nono dá e a Ordẽ do Spital a hj ij. casaes que soyam a dar ferros de fogo e ora nonos dam e Tareija Pirez de Varzã ha y j. casal que soija a dar ferros e ora nonos dá e Poonbeiro ha y j. casal que soija a dar ferro e ora nono da e Sancha Ermigit*

e Orraca Ermigit an hy senhos casaes e soijam a dar ferros e ora nonos dā e o moñasterio de Telões ha y j. casal e soija a dar fferro e ora nono da, perguntado de que tempo os nō dā disse que nō sabia.» (PMH, p. 1213).

nº 24 — *Mondrões* (Mondrões, Vila Real)

1220 — Inq. — Testemunho recolhido em S. Miguel de Pena diz-nos que «... *omnes qui morantur in Mondraes dant singulos ferros, excepta quintana de Comite domno Gomecio...*» (PMH, p. 121).

nº 25 — *Arrabães* (Torgueda, Vila Real)

1258 — Inq. — Testemunhas de Stª Maria de Louredo revelaram que «... *en Teosindi lnº 27l e en Arravães davã fferros de fogo e ora no nos dā porque os defende Gonçalo Mendiz Ricomē ...*» (PMH, p. 1211).

Testemunho semelhante foi registado em S. Salvador de Torgueda na mesma altura: «... *iiij. casaes que o monasterio de Poonbeiro á en Toesendi lnº 27l que davam ferros de fogo e ida ao moordomo iij. vezes no ano e pectavam voz e coomha e vj. casaes que Poonbeiro a en Arravães faziã outro tal foro a El Rej e ora no no fazē ca os deffende todos Gonçalo Meendiz Ricomē ...*» (PMH, p. 1212).

Trata-se de D. Gonçalo Mendes de Sousa II, Rico-Homem que deteve, entre outros cargos da confiança do monarca, a tenência da Terra de Panoias, entre 1256 e 1260 (cf. PMH, Leges, 1256 p. 667; 1257 p. 670/672; 1258 pp. 679/683, 684/686, 686/687, 687/689; 1258-1262 p. 690/693; 1260 p. 693/695).

nº 26 — *Torgueda* (S. Salvador de Torgueda, Vila Real)

1220 — Inq. — Para *Sancto Salvatore de Torgaeda* registam as Inquirições de Afonso II que «... *dant xj. ferros. Et ille qui fuerit maiordomus et servicialis non dant ferros*» (PMH, p. 122).

nº 27 — *Tuizendes* (Torgueda, Vila Real)

1258 — Inq. — Vidé referências destas Inquirições já transcritas a propósito de Arrabães (nº 25). Para além dessas duas passagens, registem-se, nas mesmas Inquirições, mais as seguintes referências: «*André Martijnz de Toesendi iurado e perguntado ... disse que ouiju dizer a omēes que sabiã que na vila de Toesendj soija y a entrar o moordomo e davã ferros*

de fogo e ora nõ fazẽ ende foro al Reij.» (PMH, p. 1212) e «...dous casaes que Nuno Martjnz de Pinheiro a en Toesendi que dava j. desses casaes fferros de fogo e uiu o homẽ que o ende ia levou e ora nono dam.» (PMH, p. 1212).

nº 28 — *Louredo* (Louredo, Stª Marta de Penaguião)

1258 — Inq. — Testemunhas de Constantim de Panoias interrogadas pelos inquiridores régios de Afonso III revelaram que «... na vila de Louredo no casal de Soeijra pousar hij o moordomo e davanhi vida iij. vezes no ano e davam ferros de fogo e pectar vos e ora é de Dona Orraca Fernandi molher que foij de João Garcia e non fazẽ ende foro a El Reij...» (PMH, p. 1230).

Trata-se de D. Urraca Fernandes de Lumiares II, mulher de D. João Garcia de Sousa «O Pinto», filho de D. Garcia Mendes de Sousa.

nº 29 — *Parada de Cunhos* (Parada de Cunhos, Vila Real)

1258 — Inq. — Em Stª Maria de Paços (hoje Passos, Sabrosa) os Inquiridores registaram um testemunho que diz que «... de toda a Vila de Parada que ora he do monasterio de Poonbeyro soyã a dar ferros de fogo e essa vila he aalem Corrago e ora nõ faz ende foro al Reij.» (PMH, p. 1251).

A referência a ser a Vila de Parada «aalem Corrago» explica-se facilmente se atendermos a que os inquiridores de Afonso III se encontravam em Passos, a Oriente do Corgo, junto a Sabrosa, e a informação diz respeito a Parada de Cunhos, que se situa a Ocidente do vale do Corgo.

nº 30 — *Vila Marim* (Vila Marim, Vila Real)

1258 — Inq. — Em Stª Marinha de Vila Marim «... Petrus Annes de Refontoira iurado e perguntado disse que toda Vila Marĩ soijam a dar ferros de fogo ergo de duas quintaãs ca'ilhas tolheu Dõ Vasco Mendiz e feriu hy o moordomo porque os foijs sacar e des entõ nunca ende derõ esses fferros al Reij.» (PMH, p. 1213).

Trata-se de D. Vasco Mendes de Sousa, que em 1224 era tenente da Terra de Jales (cf. Herc., II, p. 606). Testemunho de conteúdo semelhante encontra-se igualmente nas Inq. de 1258, PMH, p. 1214.

nº 31 — *Montezelos* (Borbela, Vila Real)

1220 — Inq. — «... et omnes de Montezelos dant de foro V. Ferros»

(PMH, p. 124).

1258 — Inq. — Testemunhas de St^a Maria de *Borvela* declararam «... *que essa jgreia ha. j. casal foreiro en Montezelos e nõ da ende a El Reij mais de huũ ferro de fogo perguntado se soija a dar outro foro a el Reij que nõ sabia...*» (PMH, p. 1215).

n^o 32 — *Borbela* (Borbela, Vila Real)

1220 — Inq. — As Inquirições de Afonso II registam que «... *habet in Borvela regalengo, et dant inde quartam, et X. ferros, j. gallinam et x. ova...*» (PMH, p. 43). Noutro passo das mesmas Inquirições diz-se que «... *habet ibi dominus Rex unum Sautum unde dant illi vj. ferros*» (PMH, p. 124). Cremos que este *Sautum* se poderá identificar com o *Sautum Marvam* de uma outra referência, local que não conseguimos identificar: «... *in Sautum Marvam est unum casale in una heremita, et solebat esse domini Regis, et dabant inde quartam de pane, et ij. ferros, et j. quartarium de eira-digo...*» (PMH, p. 43).

1258 — Inq. — «... *e disse que essa jgreia tẽ j. casal foreyro na vila de Borvela e da ende huũ ferro de fogo a El Rey e nõ lhj faz ende outro foro.*» (PMH, p. 1214).

n^o 33 — *Outeiro* (Borbela, Vila Real)

1220 — Inq. — Em *Outeiro* «... *est ibi unum sautum et dant de illo ij. ferros.*» (PMH, p. 124).

1258 — Inq. — «... *do casal que essa jgreia ha na herdade foreira d'El Rey de Outeyro que soyam a dar fferro de fogo e ora no no dam...*» (PMH, p. 1215).

n^o 34 — *Escariz* (St^a Maria de Adaufe, Vila Real)

1258 — Inq. — Testemunhas de St^a Maria de Adaufe disseram «... *que davam fferros de ffogo d'Ascariz e de Paredes ln^o 35l e ora nõ fazẽ ende foro a El Rey.*» (PMH, p. 1216). O mesmo testemunho repete-se outra vez na mesma pág. das Inquirições, e um pouco mais adiante regista-se: «... *o regeengo que iaz no Chaão de Torgeenda l?! e teno a Ordem do Spital e que soijam ende a ffazer foro a El Reij e ora nõ lho fazẽ e sabe que ij. casaes que a Ordem do Spital ha en Paredes ln^o 35l e ij. casaes que a en Ascariz que soijam a dar ferros de fogo e ora no nos dan a El Reij...*» (PMH, p. 1217). Derradeira referência diz-nos «... *e oiju dizer a homẽes que sabiam que toda a vila d'Ascariz e de Paredes ln^o 35l soijã*

dar ferros de fogo e fazeos tolher Dom Vasco Mendiz e ora nom fazê foro a El Rej.» (PMH, p. 1231).

Este último testemunho, da responsabilidade de Pero Mendiz, ao tempo das Inquirições Porteiro da Terra de Panoias, refere D. Vasco Mendes de Sousa. Vd. nº 30.

nº 35 — *Paredes* (Stª Maria de Adufe, Vila Real)

1258 — Inq. — Vidé referências destas Inquirições já transcritas a propósito de Escariz (nº 34).

nº 36 — *Pena de Amigo* (Mouçós, Vila Real)

1258 — Inq. — «... o casal de Pena d'Amigo em que ora tẽ Stevam de Molles o celeiro soija a dar fferro de fogo e ora nono da e disse que a Ordem do Spital ha y j. casal que soija a dar ferro de fogo e ora no no da e sabe que o casal do Pereiro l?! de Nuno Martijnz de Chacin soija a dar fferro de fogo e ora no no da.» (PMH, p. 1224). As mesmas Inquirições registam ainda «... que a casaria que esta no Pereijto sobre Pena d'Amigo soija a dar ferro de fogo e ora morã hi dous serviçaes e nõ fazê ende foro a El Rej...» (PMH, p. 1224). Reporta-se a Nuno Martins de Chacim, nobre de forte implantação na Terra de Bragança, onde foi responsável pelos mais variados desmandos.

nº 37 — *Lage* (Mouçós, Vila Real)

1258 — Inq. — Testemunhas de Constantim de Panoias revelaram que «... a Igreja de Mouçoos lMouçól ha j. casal antre a Lagêa e a jgreia que soija a pectar voz e coomha e dava vida ao moordomo e xvij. dinheiros de pedida e pousava hj o moordomo e dava ferro de fogo e ora ermou essa jgreia per este foro que fazia a El Rej e disse que lavrava os terrões desse casal e nõ fazê ende foro a El Rej...» (PMH, p. 1230).

nº 38 — *Mateus* (S. Martinho de Mateus, Vila Real)

1258 — Inq. — «... e sabe que a quintã de Martim Gil d'Arco ese que ora ha en Avamores l?! que soija a dar ferro de fogo e portagem e ora nõ fazê ende foro a El Reij des quando Martim Gil fez essa quintã e ouuiu dizer a omêes que sabiã que o casal que Poonbeiro ha en Mateos soija a dar ferro de fogo e portagem e soijam a seer iij. casaes e davã senhos ferros de fogo e ora no nos dã...» (PMH, p. 1217). A propriedade do Mosteiro de Pombeiro volta a ser referida um

pouco adiante: «... o monasterio de Poonbeiro ha j.^a quintãa en Mateos que soija a seer iij. casaes e diu desses casaes davam ferro de fogo ... e ora nõ fazẽ ende foro a El Reij.» (PMH, p. 1218).

nº 39 — *Vale de Nogueiras* (S. Pedro de Vale de Nogueiras, Vila Real)

1220 — Inq. — Em *Sancto Petro de Valnogueira* regista-se que «... de uno casali de ista ecclesia dant j. ferro.» (PMH, p. 122).

nº 40 — *Constantim* (Constantim, Vila Real)

1258 — Inq. — Testemunha de Constantim de Panoias revelou que «... sabia que de Murães l?! e d'Arranães \? \ soijan a dar a El Reij ferros de fogo e ora no nos dam...» (PMH, p. 1233).

nº 41 — *Sabroso* (Folhadela, Vila Real)

1220 — Inq. — Em Santiago de Vila Nova (Vila Nova de Baixo ou Vila Nova de Cima, hoje lugares de Folhadela) lnº 42l regista-se que «... quidam dant ferros, et quidam non. Et omnes qui habitant in Soveroso dant singulos ferros, preter casale de Domna Maria et ij casalia de Templo, et solbant dare illos et modo non dant.» (PMH, p. 120).

1258 — Inq. — «... e disse que iij. casaes que a jgreia de Vila Nova lnº 42l ha en Soveroso que devẽ dar vida ao moordomo iij. vezes ao ano e senhos ferros de fogo e pectavã voz e coomha e davã xvij. dinheiros de pedida ao moordomo cada ano e en hũu desses casaes pousava o moordomo e ora El Reij ha ende nihil:» (PMH, p. 1232).

«... sabe que iij. casaes que a jgreia de Vila Nova ha en Soveroso que ora dã ferros de fogo que soija a dar vida ao moordomo e ora defendea Martim Anes do Vinhal e nõ fazẽ ende foro a El Reij.» (PMH, p. 1225).

Martim Anes do Vinhal, filho de Maria Pires de Aguiar (da Pena) e de João Gomes do Vinhal, viria a deter a tenência de Panoias em 1277 (cf. PMH, Leges, p. 734/736).

nº 42 — *Vila Nova* (Folhadela, Vila Real)

1220 — Inq. — Vidé referência já transcrita a propósito de Sabroso (nº 41).

1258 — Inq. — Para além de referência transcrita atrás (nº 41), registam-se outras nas mesmas Inquirições: «... o casal de Vila Nova que leixou Dona Marinha ao Monasterio de Tarouca en estes dez anos que devia ferro de fogo e pectava voz e

coomha e ora El Reij nō a ende ne migalha ...» (PMH, p. 1225); *«... oiju dizer a omeēs que sabiã que iij. casaes que essa jgreia a en Vila Nova davã ferros de fogo e vida ao moordomo e ora nō fazē en foro a El Reij.»* (PMH, p. 1225); *«... sabe que a Eigreia a j. casal ē Vila Nova que ora é despoblado e pousava y o mordomo e davalhi vida e pedida e ferro de fogo...»* (PMH, p. 1225); *«... a vinha que iaz no Cobal !?! que chaman do Convento da Egreja de Vila Nova foi regēega e ora nom fazem ende foro a El Reij e sabe que o casal que esta a par de essa vinha que era da jgreia de Vila Nova dava vida ao moordomo e ferro de fogo e pousava hj o moordomo...»* (PMH, p. 1226).

nº 43 — *Bustelo* (Folhadela, Vila Real)

1220 — Inq. — *«In Bostelo habet Templum ij casalia, et solebant dare singulos ferros de modo non dant.»* (PMH, p. 120).

1258 — Inq. — *«... o casal que ora ha Poonbeiro en Vila Nova a par de a Fonte de Mostalho que lhi leixou Pero Agulha cavaleiro que soija hj o moordomo a pousar e filhar condoito pera o ricomē e davã lhi pedida a luitosa e pectava voz e coomha e hija a troviscada e ao castelo e enfosado e dava ferro de fogo e portagē e ora nō fazē ende foro a El Reij...»* (PMH, p. 1226).

nº 44 — *S. Cibrão* (Andrães, Vila Real)

1220 — Inq. — *Em Sancto Jacobo de Andraes «... dixerunt quod regalengo de Sancto Cipriano dant vitam Maiordomo in eira et de fossadeira v. ferros.»* (PMH, p. 122).

Trata-se de S. Cibrão, a Oriente de Andrães.

nº 45 — *Anta* (S. Martinho de Antas, Sabrosa)

1220 — Inq. — *Em S. Martinho de Antas registou-se testemunho que revela que «... de Anta dant xj. ferros de fogo»* (PMH, p. 124).

Reporta-se a Anta, aldeia a Oeste de S. Martinho de Antas, a caminho de Constantim de Panoias.

1258 — Inq. — *Testemunhas de Constantim registam que «... o casal de Tareiga Perez ha ē Anta que era foreiro d'El Reij e pousava hj o moordomo e dava fferro de fogo e ora nō fazē ende foro a El Reij ...»* (PMH, p. 1232).

nº 46 — *S. Martinho de Antas* (S. Martinho de Antas, Sabrosa)

1258 — Inq. — *Dizem as Inquirições que «da vila de Bavães davã vj.*

ferros de fogo a El Rej e alçou os ende Dõ Vasco Mendiz e des entõ nunca os ende derõ a El Rej...» (PMH, p. 1239). Não conseguimos identificar *Bavães*.

O mesmo documento regista que «... *o casal que esta na herdade da jgreia sobre essa jgreia de Sam Martinho era pousa do moordomo e davan lhi vida e ferro de fogo e ora a jgreia hermou esse casal e ora nõ fazẽ ende foro a El Rej...»* (PMH, p. 1237).

nº 47 — *Poiares* (Poiares, Peso da Régua)

1220 — Inq. — Nesse tempo «... *dixerunt quod sunt in ista collatione xxij. casalia de quibus dabant Regis xvij. xvij. denarios pro ferro de fogo...»* (PMH, p. 123).

nº 48 — *Guiães* (Guiães, Vila Real)

1220 — Inq. — Em *Sancta Maria de Goiaes* diz-se que «... *dant eciam de Covelias vij. ferros»* (PMH, p. 122).

1258 — Inq. — «... *essa eigreia tẽ jº casal a par de a casa de Pero Soariz que soya a dar ferro de fogo e ora nono da...»* (PMH, p. 1245).

nº 49 — *Vilarinho de S. Romão* (Vilarinho de S. Romão, Sabrosa)

1220 — Inq. — Os inquiridores de Afonso II registaram que em *Sancto Romano de Vilarino* «... *dant de vj. casalibus vj. ferros de arado»* (PMH, p. 124).

1258 — Inq. — Trinta e oito anos mais tarde «... *o casal que Martim Rodrigujz vilão e Martim Pirez escudeiro an en Vilarinho soya a dar ferro de fogo e ora no no dan.»* (PMH, p. 1249).

O mesmo se passava com «... *o casal que Ermigo Mendiz ha en Vilarino»* que «*soya a dar ferro de fogo e ora no no da.»* (PMH, p. 1249). Um pouco adiante, os Inquidores esclarecem que «*o casal que Don Ermigo Mendiz haẽ Vilarinho que chaman do Pereiro...»* (PMH, p. 1250). Não conseguimos localizar Pereiro, mas anotemos que a Sudeste de Vilarinho de S. Romão, junto a Vilarinho das Covas, ainda hoje subsiste o microtopónimo «Vale de Mendiz».

nº 50 — *Passos* (Passos, Sabrosa)

1220 — Inq. — Em *Sancta Maria de Paazos* «... *est ibi unum casale de quo dant de fossadeira j. ferro et sunt ibi alia duo casalia de quibus dant singulos ferros.»* (PMH, p. 125).

1258 — Inq. — «... *o casal que está em Paaços no logar que chamã*

Concieyro soya a dar ferro de fogo e ora no no da.»
(PMH, p. 1250).

nº 51 — *Favaios* (Favaios, Alijó)

1258 — Inq. — «... o casal que Rodrigo Stevez ha en termho de Favayos que soya a dar ferro de fogo e ora no no da...» (PMH, p. 1265).

nº 52 — *Sanfins do Douro* (Stª Maria de Sanfins do Douro, Alijó)

1220 — Inq. — As Inquirições de Afonso II registam em *Sancta Maria de Sancto Felix* que «... dant de ista collatione portagem xx. ferros» (PMH, p. 121).

1258 — Inq. — Testemunhas de Vilar de Maçada dizem ter ouvido dizer «... a homens que sabiã que soyam a dar ferro de fogo do casal de San Fijs que esta no Outeiro e ora teno E(rmigo) Stevez de Tramires e non faz ende foro a El Rey.» (PMH, p. 1260).

Idêntico testemunho foi prestado em Favaios: «... o casal que E(rmigo) Stevez ha en San Fijs no Outeyro que soya a dar ferro de fogo e ora no no da a El Rey.» (PMH, p. 1264).

nº 53 — *Vilar de Maçada* (Vilar de Maçada, Alijó)

1220 — Inq. — Dizem-nos que «... dant de ista collatione profossadeira iij. bracales et medium, et iij. ferros de foco.» (PMH, p. 123).

nº 54 — *S. Lourenço de Riba Pinhão* (S. Lourenço de Riba Pinhão, Sabrosa)

1220 — Inq. — Em *Sancto Laurencio* regista-se que «... de ista collatione dant xx. ferros» (PMH, p. 122).

1258 — Inq. — Vários testemunhos asseguram-nos a presença de ferrarias: «... e sabe que essa dona T(areija) Veegas ha j. casal no lugar que chamam Pereira e Sã Lourenço que soya adar ferro de fogo e ora no no da...» (PMH, p. 1253); «... e disse que sabe que o monasterio de Caramos ha j. casal en San Lourenço que soya a dar ferro de fogo. e vida ao moordomo. e pactava voz e coomba e ore num fazoende foro al Rej.» (PMH, p. 1253); «... e disse que estava hi j. casal e dava ende ferro. e devia ende a seer o que hymorasse moordomo d'El Rej. e derriboou a egreia e nõ faz ende foro al Rej.» (PMH, p. 1256).

nº 55 — *Fundões* (Torre de Pinhão, Sabrosa)

- 1258 — Inq. — Testemunhas de S. Lourenço de Riba Pinhão referiam-se a um «... *casal que ha en Fondões que soyam a dar ferros de fogo e ora no nos dan e sabe que en Fondões ha dona T(areija) Veegas j. casal que foy da condessa Dona Elvira e soya a dar ferro de fogo e ora no no da...*» (PMH, p. 1254); «... *e sabe que da herdade que Poonbeiro e dona T(areija) Veegas e Sancha Lopit an en Fondões soyam a dar ferros de fogo e ora no nos dan...*» (PMH, p. 1256).

Terra de Aguiar da Pena

- nº 56 — *Tinhela de Cima* (Valoura, Vila Pouca de Aguiar)

1220 — Inq. — Os inquiridores de Afonso II registaram que «... *in Tiela de Susaa habent pro foro omnes ferrarii qui fundunt ferrum dant vij. vij. ferros, et cabanarii iij. iij. ferros et alii qui extraxerint ferrum dabunt singulos ferros...*» (PMH, p. 127).

Noutro passo das mesmas Inquirições revela-se que os homens de Tinhela de Cima quando iam a Valoura colher castanhas pagavam «*singulos ferros*» (PMH, p. 45).

lConc. de Moncorvol

- nº 57 — *Felgueiras* (Felgueiras, Moncorvo)

1436 — D. Duarte deu privilégio aos ferreiros da aldeia de Felgueiras que trabalhassem na extracção do ferro para não terem de servir em cargos concelhios: «... *na dita aldea de Felgueiras que tinha prevjlegios aue todollos moradores della que fezesem fero ou vivessem do officio de feraria que nom servjçem com nenhunos em cargos de conçelho...*» (doc. citado por Viterbo, *Elucid.*, II, p. 260, e transcrito por Maria A. Carqueja Rodrigues e Adriano Vasco Rodrigues, *op. cit.*, p. 21/22).

11447-14811 — Gama Barros refere uma exposição a Cortes, do reinado de D. Afonso V, do concelho de Torre de Moncorvo, reportando-se à actividade mineira (Gama Barros, *op. cit.*, VI, p. 122).

QUADRO I

Terra de Panoias — Situação em 1220 e 1258

Nº de Inv.	1220		1258	
	P.	N.P.	P.	N.P.
22	x	—	—	—
23	—	—	—	x
24	x	x	—	—
25	—	—	—	x
26	—	x	—	—
27	—	—	—	x
28	—	—	—	x
29	—	—	—	x
30	—	—	—	x
31	x	—	—	x
32	x	—	—	x
33	x	—	—	x
34	—	—	—	x
35	—	—	—	x
36	—	—	—	x
37	—	—	—	x
38	—	—	—	x
39	x	—	—	—
40	—	—	—	x
41	—	x	—	x
42	—	x	—	x
43	—	x	—	x
44	x	—	—	—
45	x	—	—	x
46	—	—	—	x
47	x	—	—	—
48	x	—	—	x
49	x	—	—	x
50	x	—	—	x
51	—	—	—	x
52	x	—	—	x
53	x	—	—	—
54	x	—	—	x
55	—	—	—	x
%	73, 7	26, 3	0	100

P. = Pagamento satisfeito

N.P. = Pagamento não satisfeito

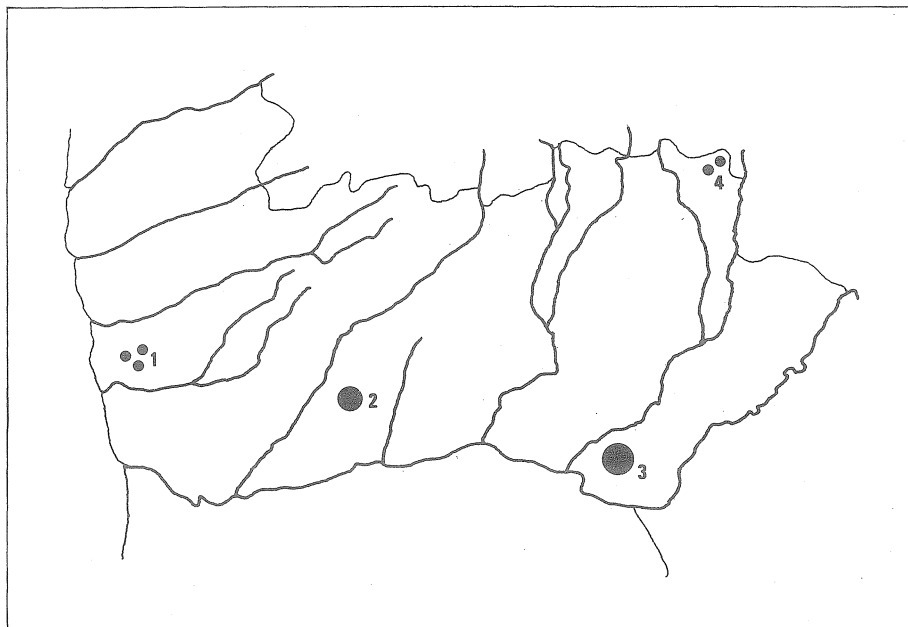
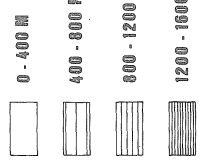
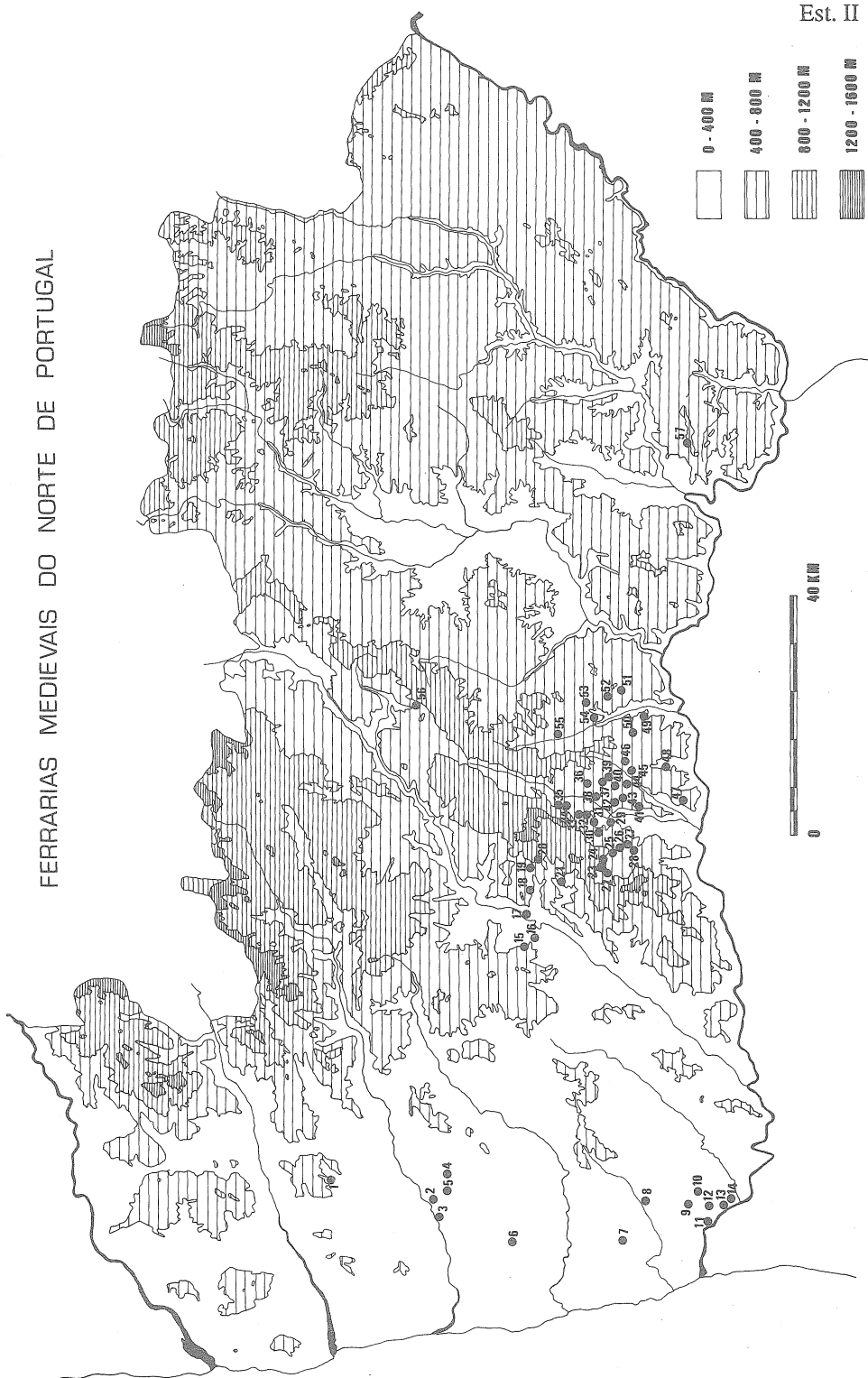


Fig. 1 — Afloramentos de Ferro do Norte de Portugal (adaptado da Carta Mineira de Portugal).

1. Área de Rates; 2. Faldas do Marão; 3. Torre de Moncorvo; 4. Guadramil.

FERRARIAS MEDIEVAIS DO NORTE DE PORTUGAL



Est. II

MJB

ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS DE DUME (S. MARTINHO) — resultados preliminares

por

Luis Fernando de Oliveira Fontes

1. INTRODUÇÃO

O achado de ruínas arqueológicas no subsolo da Capela de Nossa Senhora do Rosário, na freguesia de Dume, e a pretensão das entidades locais de fazer obras de ampliação na Igreja Paroquial, localizada junto à primeira, levaram os seus responsáveis a solicitar, em 1986, a intervenção do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte. Ao implicarem remeximentos do subsolo, os trabalhos de construção civil constituíam uma séria ameaça ao estudo e preservação futura de importantes vestígios arqueológicos de época romana e alto-medieval, que inúmeros achados e referências documentais atestavam para o local¹.

Neste sentido, o S.R.A.Z.N. e a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho implementaram um programa de escavações de emergência em Dume, a fim de se determinar a importância dos vestígios e promover a sua salvaguarda e estudo.

As escavações decorreram de Fevereiro a Dezembro de 1987², incidindo em áreas ameaçadas por obras já em curso, caso do interior da Capela de N. S.

¹ A localidade de Dume é conhecida, já desde o Séc. XVIII (ARGOTE 1747) pela abundância de vestígios arqueológicos de época romana, que trabalhos agrícolas ou de construção cívil foram casualmente colocando a descoberto. Por outro lado, inúmeras fontes documentais referenciaram para o local uma intensa ocupação medieval, associada sobretudo ao Bispado de Dume, sendo o túmulo do Bispo de S. Martinho a expressão material mais significativa que se conhece. Embora os achados se dispersem por toda a freguesia, é notável a sua abundância nas proximidades da igreja paroquial: praticamente em todas as casas e terrenos contíguos se encontram fragmentos de fustes e bases de colunas, cerâmica e telha, e mesmo epígrafes romanas (COSTA 1965; COUTINHO 1957; FREITAS 1890; LEAL 1874; MACIEL 1980; MARTINS 1987; SILVA 1919).

² Os trabalhos foram dirigidos pelo signatário sob a supervisão do Dr. Francisco M.S. de Sande Lemos (então director do S.R.A.Z.N.). Contamos ainda com a colaboração do Dr. Manuel L. Real, a quem agradecemos o acompanhamento dos trabalhos.

do Rosário (Sector B), e em áreas cuja ameaça se manifestaria a curto prazo, caso do adro a Sul da Igreja Paroquial (Sector A).

Os objectivos da escavação, condicionados pelo carácter de salvamento que a intervenção revestia, orientaram-se sobretudo para a confirmação, ou infirmação da existência de vestígios arqueológicos, avaliação da sua importância e extensão e, complementarmente, para a apreensão da sequência ocupacional do sítio.

Os resultados obtidos ultrapassaram as expectativas iniciais, justificando pois a sua divulgação, ainda que de um modo necessariamente sucinto e sem prejuízo de uma futura análise mais ampla e pormenorizada.

2. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

A estação arqueológica situa-se no lugar do Assento, junto à igreja paroquial de Dume, nos arredores de Braga.

As coordenadas geográficas do lugar, tiradas em relação à torre sineira da igreja,³ são:

Latitude — 41 33 18 N

Longitude — 0 41 25 E (meridiano Lisboa).

A estação localiza-se na chamada «ribeira de Dume», em pleno vale do Cávado e próximo do maciço montanhoso que limita a bacia hidrográfica a Sul, no início da planície que se estende até ao rio com um suave pendor para Oeste. A altitude média do local é de 90 metros.

O substrato rochoso granítico, granito porfiróide de grão grosso a fino⁴, e coberto por um espesso solo humoso abundantemente irrigado pelas linhas de água que descem das elevações a Sul (Montélios, Monte Crasto e Montariol), e que vão juntar-se na Ribeira de Gafos atravessando a planície em direcção ao Cávado.

A paisagem envolvente é marcadamente rural, de tipo «bocage», apresentando-se retalhada em pequenas propriedades intensamente agriculturadas, onde as culturas do milho, leguminosas, vinho e forragens constituem as principais produções.

O acesso à estação arqueológica pode fazer-se a partir de Braga, seguindo pela estrada E.M. 589 até ao seu cruzamento com a E.N. 205-4. Aí, virando à esquerda, e a cerca de 120 metros, encontra-se a Igreja Paroquial de Dume, construída sobre as ruínas do antigo templo.

³ Folhas n.ºs 56 e 70 da carta 1:25 000 dos S.C.E.

⁴ Folha 5D-Braga da carta 1:50 000 dos S.G.P.

3. ESTRUTURAS, ESTRATIGRAFIA E ESPÓLIO

Por razões de facilidade de exposição e limitação de espaço e tendo como vector orientador a sequência construtiva registada, faremos uma abordagem simultânea dos vestígios dos dois sectores escavados, integrando a caracterização das construções, a leitura estratigráfica e a análise do espólio exumado.

Fase 1 — Os vestígios mais antigos correspondiam, no Sector A, a um recorte aberto na arena granítica (estrutura A), de forma tronco-cónica invertida, com uma profundidade de 0, 60 m e 0, 70 m de largura máxima, que se estendia por toda a área escavada com uma orientação Noroeste/ Sudeste; no Sector B, correspondiam a dois muros que constituíam os limites Norte e Sul de uma ampla área pavimentada com «opus signinum» (estruturas A' e F'). Em alvenaria de pedra e fragmentos de tijolo, ligados por argamassa amarela, os muros revelavam nas suas faces um aparelho regular resultante do assentamento de paralelepípedos de granito, com a face externa afeiçãoada, em fiadas horizontais. Com cerca de 0,50 m de largura e uma orientação igualmente Noroeste/Sudeste, as paredes assentavam directamente na arena granítica, ligeiramente afeiçãoada para as receber. A ligação parede/pavimento era feita através de uma cinta de fragmentos de «tegulae», tipo rodapé.

A estrutura do Sector A, que interpretamos como vala de fundação, corresponderia a um muro que, pela sua orientação, se articularia com os do Sector B. O espólio recolhido nos enchimentos associados a esses vestígios, por ser exclusivamente de fabrico romano, reforça essa articulação.

As cerâmicas comuns são predominantes, limitando-se as cerâmicas de importação e alguns fragmentos de ânfora de formas indetermináveis e a 3 fragmentos de Sigillata Hispanica datável dos Sécs. I e II d.C.⁵ Recolheram-se também 3 fragmentos de vidro de cor verde-gelo, decorados com um fio relevado de vidro branco, de forma indeterminável, datável do Séc. I d.C. (ALARCÃO 1965).

Este conjunto de estruturas e camadas deverão corresponder aos vestígios de uma «villa» romana, cuja existência se presumia da abundância de epígrafes dessa época encontrados nas imediações⁶.

Fase 2 — A fase seguinte correspondia, no Sector B, a uma reutilização/adaptação de parte da «villa», revelada pela construção de uma nova parede (estrutura C') e novo pavimento que, mantendo embora a mesma orientação de base, terão definido novos espaços interiores.

⁵ Agradecemos a identificação da Sigillata à Dra. Manuela Delgado, que nos forneceu também indicações para caracterizar as cerâmicas.

⁶ Sintomaticamente, as datações apontadas por Alain Tranoy para algumas epígrafes de Dume (TRANOY 1981) concordam com a cronologia fornecida pelo espólio.

O novo pavimento, de terra batida, recobre o pavimento de «opus signinum» e encosta as estruturas 'A' e 'C'. Esta última, de alvenaria de granito e fragmentos de tijolo, com duas fases de 0,60 m de largura, apresenta um aparelho de excelente qualidade que aproveita silhares almofadados e pedras afeiçoadas de outras construções. Assenta no pavimento de «opus» através de um alicerce definido por uma fiada de blocos ligeiramente salientes em relação ao prumo da parede.

No Sector A, sobre os enchimentos da fase anterior foi construída a estrutura B, que se desenvolvia em arco de círculo definindo uma planta absidal em arco prolongado.

Assentando directamente na arena granítica, era formada por grandes silhares de granito almofadados, dispostos em duas linhas paralelas limitando um enchimento interior de cascalho, calhaus e argamassa de terra argilosa, totalizando uma espessura de 1,20 m. Montados em fiadas horizontais regulares, apresentavam as «almofadas» viradas para o exterior, definindo na face interna da parede uma superfície lisa e na externa uma superfície irregular.

Esta estrutura associava-se a vestígios de pavimentação interior, definida por uma fina camada horizontal de argamassa amarela, bastante consistente.

Tanto no Sector A como no B, as camadas associadas às construções descritas ofereceram espólio cerâmico relativamente abundante, predominando fabricos não romanos. Individualizou-se para esta fase um grupo de cerâmicas cinzentas, bem cozidas, com paredes pouco espessas e geralmente com superfícies alisadas, por vezes polidas. As pastas apresentam grãos de quartzo não boleados, por vezes de grandes dimensões, e abundantes elementos de micas. Aparece muito fragmentada.

Interpretamos a estrutura B do Sector A como um troço da ábside Sul da primitiva igreja de Dume, cuja configuração, atendendo ao traçado do alargamento posterior (ver Fase III), nos sugere uma planta absidal tipologicamente enquadrável na arquitectura pré-românica, adentro do período vulgarmente designado Suevo-Visigótico (ALMEIDA 1962; CABALLERO ZOREDA 1987; COUTINHO 1978; SCHLUNK 1978). Admitimos mesmo, que possa corresponder ao edifício que o Bispo S. Martinho sagrou sede da diocese de Dume, em 558, e cuja construção é expressamente referida em documento do último quartel do Séc. VI⁷.

Relativamente às estruturas do Sector B, o seu idêntico posicionamento estratigráfico relativo e a sua associação a cerâmica do mesmo tipo da proveniente do Sector A, levam-nos a colocá-las num momento cronológico próximo

⁷ S. Gregório Turonense, contemporâneo de S. Martinho de Dume nos «Miracula S. Martini», Livro IV, cap. 7, refere a existência de um templo em Dume, que teria sido construído cerca de 550: «... Erat enim eo tempore Miro Rex Civitate illa, in qua decessor ejus Basilicam Sancti Martini aedificaverat,...» (AMARAL 1803-4).

do da estrutura B do Sector A. Em termos de interpretação, afigura-se-nos plausível que correspondam a vestígios do célebre mosteiro de Dume, que as fontes documentais referem ter sido fundado pelo Bispo S. Martinho junto a igreja de Dume, «virado a Braga» (AMARAL 1803-8 e FERREIRA 1928-59), e que portanto teria sido construído aproveitando a «villa» romana pré-existente.

Fase 3 — Um conjunto de estruturas e camadas correspondentes ao alargamento da primitiva igreja, no Sector A, e a redução do espaço construído, no Sector B, definem o terceiro momento na ocupação do sítio.

O referido alargamento traduziu-se na desmontagem parcial do edifício anterior (estrutura B), ao qual se adossou, pelo lado externo, uma nova parede (estrutura C). O antigo templo ficou completamente soterrado pela nova construção, cujo traçado parece ter sido determinado pelo pré-existente conforme mostrava o acoplamento das paredes na ábside Sul.

De facto, a estrutura C surgia encostada à face externa da estrutura B, que envolvia em toda a sua extensão, prolongando-se ainda para Este e para Oeste, revelando os arranques respectivamente da ábside da cabeceira e do corpo da nave (?). Um pequeno troço desta estrutura foi ainda detectado a Norte da igreja paroquial, revelando a existência de uma ábside Norte.

Com uma largura média de 0,80 m, implantava-se solidamente na arena granítica através de uma vala de fundação ligeiramente mais larga que a parede. A construção era em alvenaria de pedra e fragmentos de tijolo, revelando as suas faces um aparelho regular e de boa qualidade, dispondo-se os blocos em fiadas horizontais. Ao nível do alicerce apresenta blocos de maiores dimensões, alguns com vestígios de «almofada», colocados espaçadamente e ligeiramente salientes em relação ao prumo da parede.

Na ábside Sul aparecia com um pavimento de excelente qualidade que se sobrepunha a estrutura B: era de argamassa feita com fragmentos irregulares de tijolo e pedra (granito e calcário), com cerca de 4 cm de comprimento médio, misturados com cal, areia e barro, formando uma espécie de betão extremamente compacto, com uma espessura média de 10 cm. Esta camada de argamassa assentava sobre uma camada de calhaus e cascalho, que funcionava como forro do pavimento propriamente dito, isolando-o do contacto com os sedimentos subjacentes. A superfície embora desnivelada, apresentava-se uniforme, revelando vestígios de uma fina camada superficial de barro vermelho.

No troço Oeste da ábside Sul, junto ao arranque do corpo da nave (?), apresentava uma entrada definida por uma soleira e um cunhal. Neste troço apresentava ainda uma espécie de rodapé exterior, formado por fragmentos de tijolos e de telhas e placas de ardósia, com uma largura aproximada de 0,40 m, e que na parte correspondente à soleira dava lugar ao que parecia ser um

degrau, formado por três tijolos com restos de mosaicos⁸.

O aspecto construtivo mais interessante da estrutura que temos vindo a descrever estava, porém, nos apêndices que arrancavam radialmente do topo da ábside Sul, e que interpretamos como contrafortes (estruturas C1, C2 e C3). Apenas um deles foi detectado em toda a sua extensão, apresentando as mesmas características construtivas da estrutura C, acima descritas. Tinha um comprimento de 2,30 m e 0,50 m de largura, terminando por um travamento em bloco de granito com a largura da parede.

A disposição dos vestígios revela uma planta cruciforme com os braços definidos pelas ábsides semicirculares prolongadas, sendo possível reconstituir a quase totalidade do seu traçado a exceção da parte que corresponderia a nave da igreja.

Factos históricos relatados pelas fontes escritas⁹, mais do que o espólio recolhido referenciável a esta fase, sugerem-nos uma cronologia que se poderá situar entre finais do Séc. IX e inícios do Séc. XII, correspondendo, grosso modo, ao período da Reconquista Cristã e de afirmação da nacionalidade.

No Sector B verificou-se uma redução do espaço construído, resultante do adossamento de novas paredes (estruturas B' e E') a face interna das estruturas mais antigas (A' e F'). Apenas com uma face, apresentavam um enchimento de calhaus e cascalho com terra, dispersos caoticamente, atingindo uma largura de 0,80 m. O aparelho era irregular, denotando uma construção pouco cuidada. Sem vala de fundação, assentavam em estratos subjacentes de abandono.

Embora o espólio cerâmico e a sequência estratigráfica nos permitam situar estas estruturas no mesmo momento ocupacional, verificamos existir uma nítida diferença de qualidade construtiva entre as estruturas do Sector A e as do Sector B: bem alicerçadas e com um aparelho cuidado no primeiro; de construção fruste e irregular no segundo. Esta discrepância técnico-construtiva revela-nos uma distinção entre o edifício religioso e as construções próximas, não sendo possível, porém, definir a função correspondente a estas últimas.

O enterramento (estrutura D) identificado no interior da ábside Sul, ter-se-ia efectuado num momento terminal da ocupação correspondente a esta terceira fase. A sua implantação traduziu-se no rompimento do pavimento da

⁸ Com uma temática decorativa geométrica, com paralelos nos mosaicos romanos do «Conventus Bracarenensis» (ACUNA CASTROVIEJO 1974), apresentam a particularidade de as «tesse-lae», com cerca de 1cm de lado, assentarem sobre tijolões com as dimensões médias de 30 x 40 x 10.

⁹ A doação de Dume ao Bispo de Mondonhede, S. Rosendo, em 877; a delimitação do termo de Dume e confirmação da doação anterior, em 911; o processo de restauração da Diocese de Braga que se desenvolveu por finais do Séc. XI; e finalmente, a devolução de Dume à Diocese de Braga, em 1103, constituem indícios seguros da movimentação de interesses religiosos, políticos e económicos em cujo contexto fará mais sentido a reconstrução da igreja (COSTA 1959 e 1965).

estrutura C e estratos inferiores, e na desmontagem e aproveitamento parciais da estrutura B. De forma trapezoidal alongada, ligeiramente mais estreita a Oeste e mais alargada a Este, apresentava paredes formadas por grandes blocos de granito afeiçãoados e fundo de terra. A cobertura era composta por uma grande laje de calcário e duas mais pequenas de granito. No interior encontravam-se restos osteológicos de um indivíduo, amontoados na parte centro-Oeste, posição que sugere ter sido alvo de violação.

Fase 4 — Nesta fase incluímos remeximentos, repavimentações, construção de anexos, enterramentos e abertura das primeiras vales de saque de pedra, que corresponderiam a definitiva desactivação da igreja e construções próximas, provavelmente já em ruínas.

Estas estruturas e enchimentos articular-se-iam, embora não tenha sido obtida uma relação estratigráfica evidente, com a construção de novos edifícios religiosos de concepção arquitectónica absolutamente distinta. Referimo-nos à actual igreja da paróquia e à capela de N. S. do Rosário, cujas edificações se terão realizado entre os Sécs. XVI e XVII.

Fase 5 — Corresponde aos revolvimentos e perturbações mais recentes, relacionado-se quer com a ampliação do corpo Este da actual igreja quer com a reconstrução da casa e jardim da propriedade que limita o adro do lado Sul. Estes revolvimentos provocaram significativos danos nas ruínas arqueológicas e simultâneamente na estratigrafia, dificultando a interpretação pormenorizada da sequênciã ocupacional do sítio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objectivo fundamental das escavações foi atingido, comprovando-se quer a existência de vestígios arqueológicos quer a sua importância e valor histórico-científico.

A área intervencionada, apesar de corresponder a uma pequena parte de área ameaçada, ofereceu bastante espólio cerâmico e revelou uma sobreposição de estruturas bastante significativa, atestando uma ocupação que se estende do Séc. I d.C. até aos nossos dias.

Reveste particular importância o que tudo indica ser a igreja e mosteiro alto-medievais de Dume.

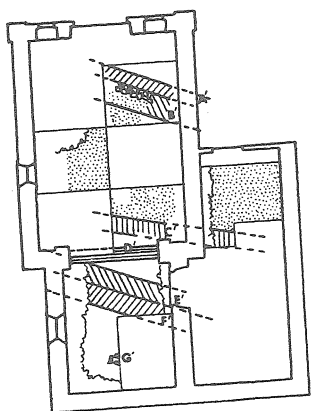
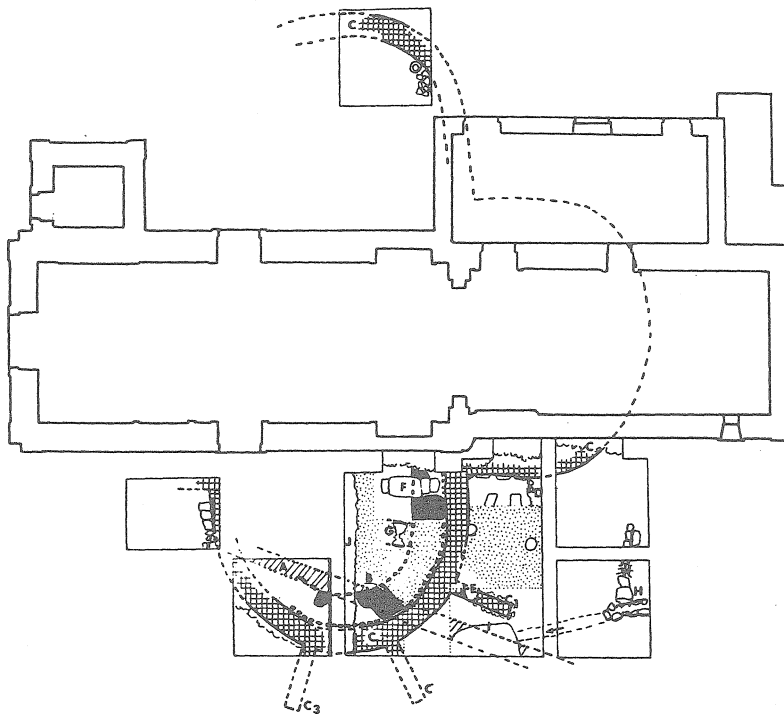
A potência estratigráfica existente, o relativo bom estado de conservação das ruínas e mesmo alguma monumentalidade, aliadas à rica sequênciã ocupacional cuja primeira e provisória leitura intentamos nas páginas precedentes, oferecem amplas perspectivas para o estudo desta estação: aspectos arquitectónicos-decorativos; estruturação do espaço envolvente e articulação

templo/mosteiro; tipologias e fabricos cerâmicos; evolução temporal e características da ocupação — são algumas das múltiplas questões que ficaram em aberto e que só futuras escavações arqueológicas poderão dar resposta.

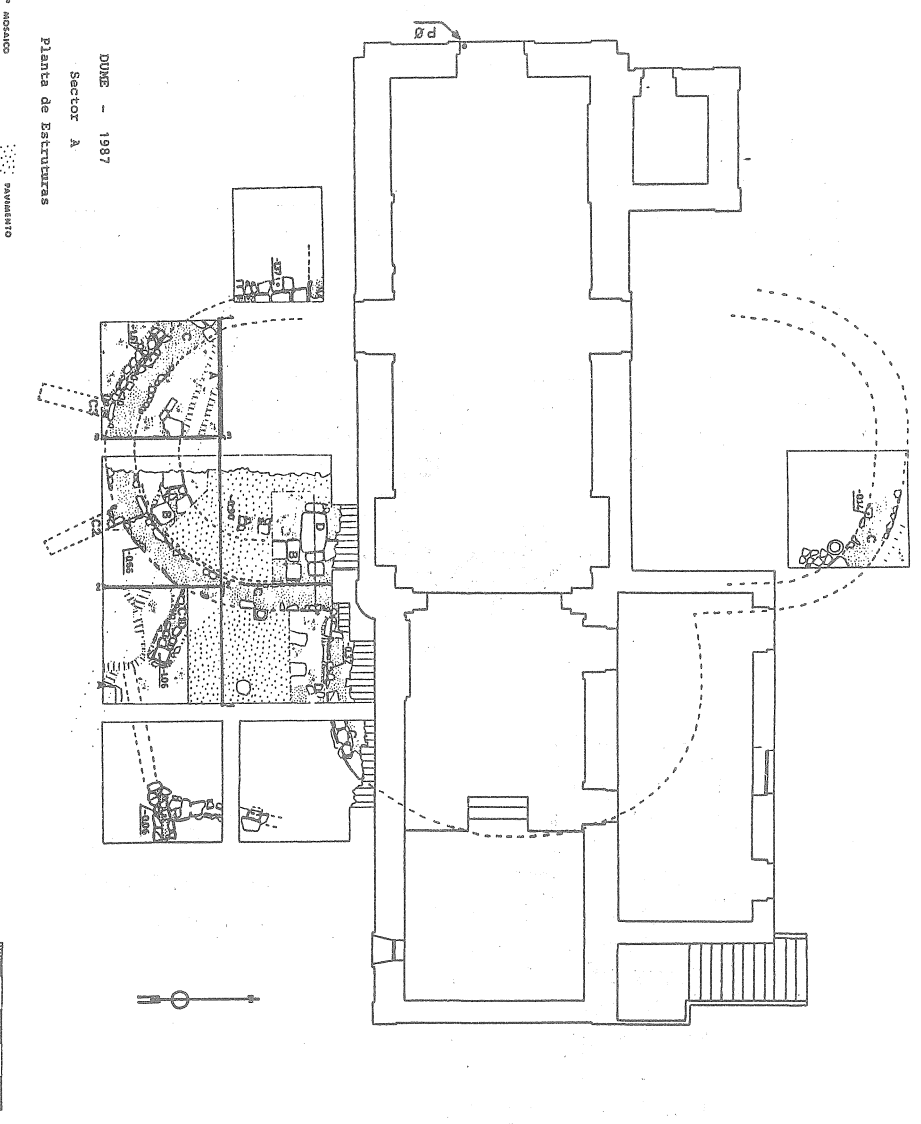
Braga, Setembro de 1988

BIBLIOGRAFIA

- ACUNA CASTROVIEJO, Fernando (1974) — «Mosaicos Romanos de Hispania Citerior, III», *Conventus Bracarenensis*. Santiago de Compostela.
- ALARCÃO, J. e A. (1965) — «Vidros Romanos de Conímbriga». Museu Monográfico de Conímbriga.
- ALMEIDA, Fernando de (1962) — «Arte Visigótica em Portugal», *O Arqueólogo Português*, Nova Série, IV, Lisboa.
- AMARAL, António Caetano do (1803) — «Vida, e opúsculos de S. Martinho Bracarense», Lisboa.
- ARGOTE, Jerónimo Contador de (1732) — «Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Braga», Lisboa.
- CABALLERO ZOREDA, Luis (1987) — Hacia una propuesta tipologica de los elementos de la arquitectura de culto cristiano de epoca visigoda (Nuevas iglesias de El Gatillo e El Trampal); «Arqueologia Medieval Española, II Congresso», I: Ponencias, Madrid.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1959) — «O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga», I, Coimbra.
- IDEM (1965) — «Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae», Braga.
- COUTINHO, João de Moura (1957) — Os Sarcófagos de Dume na Arte Pré-Românica. «Bracara Augusta», VIII, n.ºs 3-4 (37-38), Braga, pp. 283-294.
- IDEM (1978) — «As Artes Pré-Românicas em Portugal. S. Frutuoso de Montélios», Braga.
- FERREIRA, José Augusto (1928) — «Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga», I, Braga.
- FREITAS, Bernardino José de Senna (1890) — «Memórias de Braga», I, II, Braga.
- LEAL, Pinho (1874) — «Portugal Antigo e Moderno», 2, Lisboa.
- MACIEL, Manuel Justino Pinheiro (1980) — «O "De Correctione Rusticorum" de S. Martinho de Dume», Braga.
- MARTINS, Maria Manuela (1987) — «O Povoamento Proto-Histórico da Bacia do Curso Médio do Cávado», Braga (tese de doutoramento policopiada).
- SCHLUNK, Helmut e T. Hauschild (1978) — «Hispania Antiqua», Mainz an Rhein.
- SILVA, Manuel (1919) — «Dume e o seu primeiro Bispo», Póvoa de Varzim.
- TRANOY, Alain (1981) — «La Galice Romaine», Paris.



DUME-87
SECTORES A E B
PLT. ESQUEMÁTICA



DIME - 1987

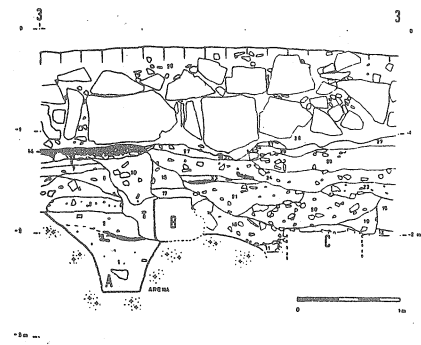
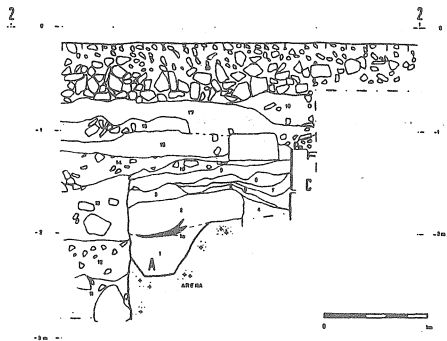
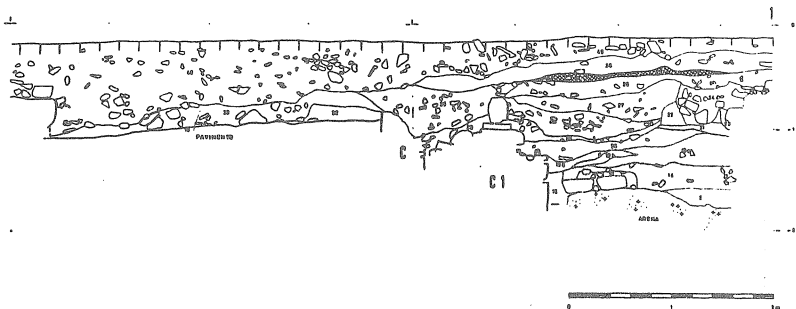
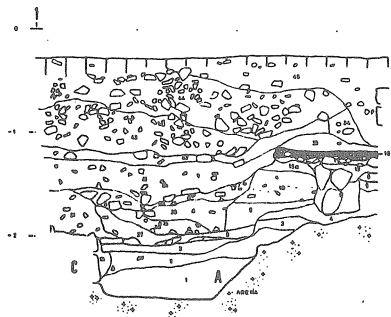
Sector A

Planta de Estructuras

• MOSAICO

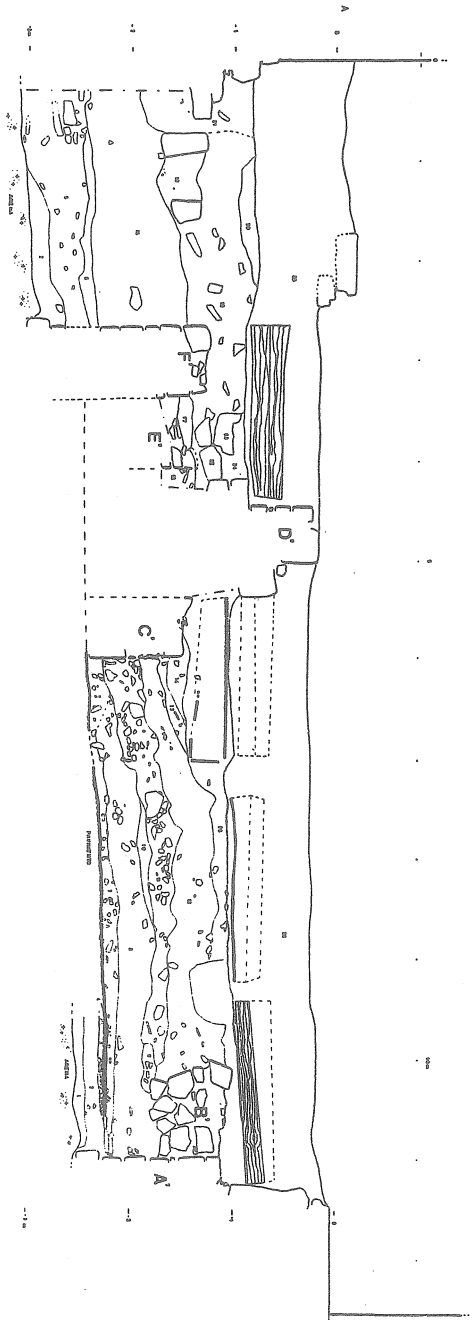
• PAVIMENTO





DUME-1987
Sector A

Leitura estratigráfica dos Cortes 1, 2 e 3



Leitura estratigráfica do Corte A - B

DUME-1987

Sector B

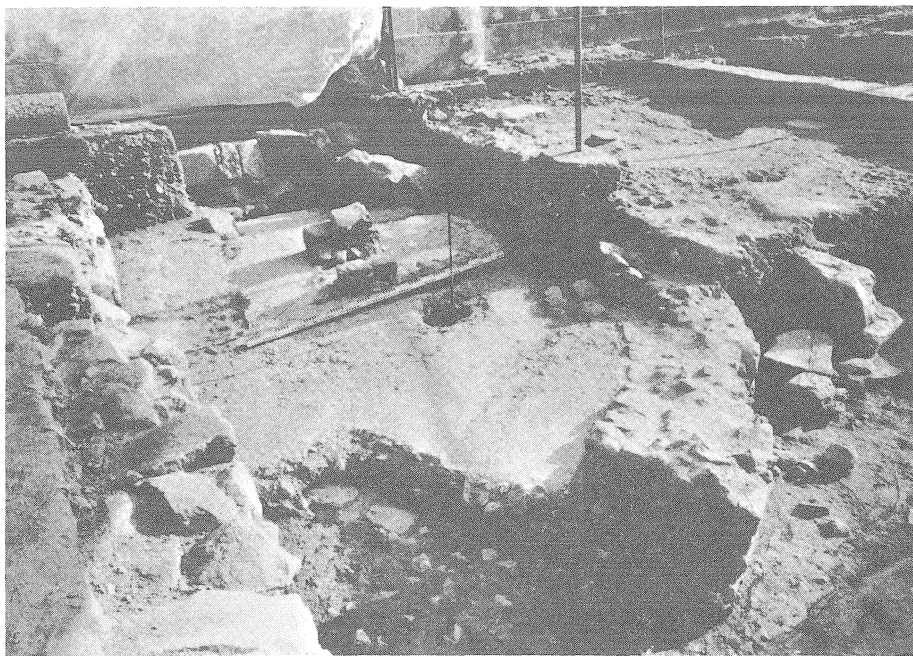


Foto 1 — Aspecto parcial da ábside Sul ao nível da FASE III.

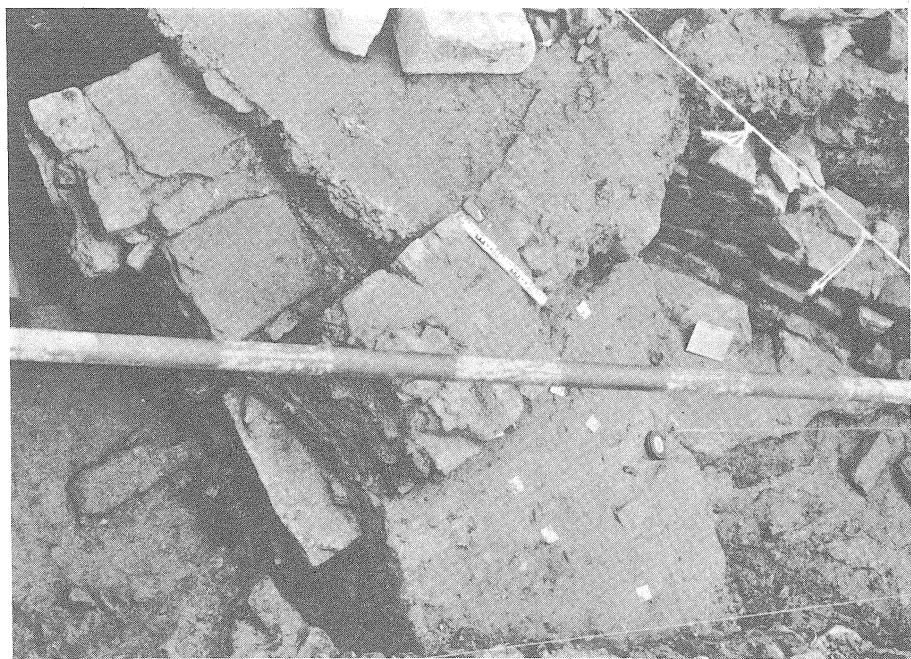


Foto 2 — Topo da ábside Sul. Pormenor do acoplamento das paredes e da contrafortagem.

FRAGMENTOS DE DOS PIEZAS CON DECORACIÓN VISIGODA DE SANTIANES DE PRAVIA (ASTURIAS)

por

Paloma García Díaz

Con motivo de los trabajos de prospección realizados en el otoño de 1987¹, tuvimos ocasión de acceder a los fondos arqueológicos de la iglesia de Santianes de Pravia, situados en la sacristía del edificio en un pequeño Museo.

El conjunto está formado por 182 piezas recogidas durante las obras de restauración del arquitecto Menéndez Pidal durante los años 1975 y 1976. Algunas de estas piezas se habían encontrado en unas obras de acondicionamiento efectuadas con anterioridad al comienzo de la citada restauración de la iglesia. Las piezas integrantes de dicho fondo, de marcado carácter visigodo², son fragmentos de arcos de herradura de ventanales decorados, restos de ventanas ultrasemicirculares, dovelas, columnillas con dibujos lineales, dos inscripciones, una placa con decoración arquitectónica, *tegulae*, ladrillos, dos fragmentos de cerámica, un pequeño candelero de bronce y varios fragmentos de piedra con decoración a bisel. De todos estos elementos, siete serán objeto de nuestro estudio por la posibilidad de ser analizados y reconstruidos dadas sus características comunes.

¹ Estos trabajos prospectivos forman parte del estudio arqueológico que estamos haciendo en el Concejo de Pravia para la realización de nuestra Memoria de Licenciatura.

Todos los dibujos están hechos por Carmen Arias Cabezudo. Agradecemos la ayuda prestada al Dr. Isidro Bango, director del Dpto. de Arte de la Universidad Autónoma de Madrid, a Carmen Fernández Ochoa, prof. titular del Dpto. de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid y a mis compañeros Asun Martínez Pleite, M^a del Mar Zarzalejos Prieto y Joaquín Aurrecoechea.

² FERNANDEZ CONDE, F. J., «La Corte Asturiana de Pravia. Influencias visigodas en los testimonios arqueológicos». *BIEA*, 122, Oviedo, 1987, p. 338-343, y «El visigotismo de la Corte de Pravia. Testimonios arqueológicos». *II Congreso de Arqueología Medieval*, tomo III, Madrid, 1987, p. 400-402.

Estos siete fragmentos aparecieron en el relleno de algunas paredes rehechas con anterioridad a nuestra centuria³, conservan aún restos del mortero de los muros y su estado de conservación no es excesivamente bueno. Los fragmentos 1, 2 y 3 parecen corresponder, según explicaremos posteriormente, a una pieza de ensamblaje y los 4, 5 y 7 a una placa de cancel. Dichas piezas consideramos que están íntimamente ligadas a las dos placas de cancel con pilastra lateral resaltada que a fines del s. XIX, colocadas a modo de iconostasis, separaban el presbiterio de la nave⁴. En 1894, al sustituir el retablo del altar por otro más ostentoso, apareció un ara claramente visigoda y junto a ella restos decorativos de iguales características de los aquí estudiados, recogidos en la publicación de F. de Selgas⁵ y actualmente desaparecidos.

DESCRIPCION DE LOS FRAGMENTOS

• Pieza 1

— Frag. 1 (Fig. 1):

Fragmento correspondiente a la parte superior de una posible pieza de ensamblaje de cancel, de piedra caliza blanca. Decoración de talla a bisel en el anverso, formada, de izquierda a derecha, por una rosácea de seis pétalos inscrita en un círculo, con doble moldura de *cyma* reversa, conseguida median-

³ La iglesia de Santianes de Pravia desde su fundación (774) hasta nuestros días ha sufrido numerosas remodelaciones: en el s. XVIII se transforma casi por completo. Para más información ver:

BANCES y VALDES, J., «Noticias históricas del Concejo de Pravia», *BRAH*, 58, Madrid, 1911, p. 240 y ss.

DE SELGAS, F., «Santianes de Pravia (Oviedo) y su Panteón regio». *Bol. Soc. Esp. de Excursiones*, 10, Madrid, 1902, p. 5-14/28-34/52-57.

FERNANDEZ CONDE, F.J., Cfr. «La Corte Asturiana...», p. 315 y ss. y «El visigotismo...», p. 294-403.

⁴ DE SELGAS, F., Op. Cit. nota 3, p. 33.

Hoy en día, dichas piezas se encuentran en la cripta de la iglesia Parroquial de El Pito — Cudillero — (Asturias). Al no haber podido estudiarlas directamente, todos los datos aquí recogidos, los hemos tomado de diversas publicaciones. Las medidas de F. DE SELGAS, Op. Cit. nota 3, p. 33, y la descripción e interpretación de H. SCHLUNK, «Arte visigodo», *Ars Hispaniae*, vól. II, Madrid, 1947, p. 328-329, por ser con las que estamos más de acuerdo. Otras interpretaciones en:

FERNANDEZ CONDE, F.J., Op. Cit. nota 2

CAMPS CAZORLA, E., «El Arte Hispanovisigodo», *Historia de España dirigida por R. Menéndez Pidal*, vól. III, Madrid, 1940, p. 510.

DIEGO SANTOS, F., «Arqueología Hispanovisigoda», *Historia de Asturias*, vól. III, Ed. Ayalga, Oviedo, 1977, p. 236.

⁵ DE SELGAS, F. Op. Cit. nota 3, p. 52.

te la intersección de semicírculos secantes. Uniendo los vértices terminales de los pétalos descritos aparecen sendos pétalos. A este grupo decorativo le sigue otro, compuesto por un círculo cuya disposición interna desconocemos dado el irregular estado de conservación de la pieza. Ambas roséas están separadas por una *pelta*. Transversalmente al eje mayor discurren dos molduras; las más próxima al campo decorativo es de *cyma* reversa y la otra lisa. El reverso del fragmento está alisado. En la parte superior presenta una acanaladura para encajar tableros. Tanto el reverso como el anverso tienen restos de mortero.

Dimensiones: — eje mayor 27 cm.
— eje menor 18 cm.
— grosor 20 cm.
— ancho de la acanaladura 4 cm.
— alto de la acanaladura 4 cm.

— Frag. 2 (Fig. 1):

Fragmento correspondiente a la parte superior de una posible pieza de ensamblaje de cancel, de piedra caliza blanca. Decoración de talla a bisel en el anverso, formada, de izquierda a derecha, por un círculo cuya disposición interna desconocemos debido al mal estado de la pieza. A este grupo decorativo le sigue otro compuesto por una rosácea de seis pétalos inscrita en un círculo con doble moldura de *cyma* reversa, conseguida mediante a la intersección de semicírculos secantes. Uniendo los vértices terminales de los pétalos descritos aparecen sendos pétalos. Ambos grupos decorativos están separados por una *pelta*. Transversalmente al eje mayor discurren dos molduras; la más próxima al campo decorativo es de *cyma* reversa y la otra lisa. El reverso del fragmento está alisado. En la parte superior presenta una acanaladura para encajar ableros. Tanto el reverso como el anverso tienen restos de mortero.

Dimensiones: — eje mayor 19 cm.
— eje menor 16 cm.
— grosor 20 cm.
— ancho de la acanaladura 4 cm.
— alto de la acanaladura 4 cm.

— Frag. 3 (Fig. 1):

Fragmento correspondiente a la parte superior de una posible pieza de ensamblaje de cancel, de piedra caliza blanca. Decoración de talla a bisel en el anverso, formada, de izquierda a derecha, por un círculo que encierra cuatro pétalos dispuestos paralelamente al mismo, éstos a su vez, parece, que inscriben otro pequeño círculo. Debido al mal estado de conservación de la pieza no podemos describir la decoración encerrada por este segundo círculo. Transversalmente al eje mayor discurren dos molduras; las más próxima al campo decorativo es de *cyma* reversa y la otra lisa. El reverso del fragmento está

fracturado. En la zona superior presenta una acanaladura, en parte fragmentada para encajar tableros. Tanto el reverso como el anverso tienen restos de mortero.

- Dimensiones:* — eje mayor 19 cm.
 — eje menor 13 cm.
 — grosor 19 cm.
 — ancho de la acanaladura 4 cm.
 — alto de la acanaladura 4 cm.

• **Pieza 2**

— **Frag. 4 (Fig. 1):**

Fragmento de una posible placa de cancel, de piedra caliza blanca. Decoración de talla a bisel en el anverso, formada de izquierda a derecha, por varias molduras de *cyma* reversa que componen un rectángulo, el cual inscribe tallos estilizados con forma liriforme, éstos a su vez encierran una flor de lis. A este grupo decorativo le sigue otro compuesto por un cuadrado formado por molduras de *cyma* reversa, en el que se inserta una gran roseta en cuyo interior aparece un aspa de cuatro brazos recubiertos con labor de trenzado, entre las aspas aparecen peltas. Transversalmente al eje mayor de la pieza discurre, delimitada por molduras de *cyma* reversa, una banda formada por tallos ondulantes terminados en estilizaciones vegetales. La moldura superior de la franja es de *cyma* lisa. El reverso del fragmento está alisado, así como la parte superior de la pieza. Todo el fragmento tiene restos de argamasa.

- Dimensiones:* — eje mayor 37 cm.
 — eje menor 28 cm.
 — grosor 13 cm.

— **Frag. 5 (Fig. 1):**

Fragmento de una posible placa de cancel, de piedra caliza blanca. Decoración de talla a bisel en el anverso, formada, de izquierda a derecha, por una rosácea geométrica, inscrita en un círculo con doble moldura de *cyma* reversa, compuesta de pétalos separados por rombos segmentados. A este grupo decorativo le sigue otro compuesto por un círculo cuya disposición interna desconocemos debido al precario estado de la pieza. Los espacios entre las rosetas están ocupados por flores de lis de doble voluta. Transversalmente al eje menor de la pieza discurre, delimitada por molduras de *cyma* reversa una banda formada por tallos ondulantes terminados en estilizaciones vegetales. La moldura superior de la franja es de *cyma* lisa. El reverso de fragmento está alisado, así como la parte superior de la pieza. Todo el fragmento tiene restos de argamasa.

Dimensiones: — eje mayor 32 cm.
— eje menor 30 cm.
— grosor 13 cm.

— Frag. 6 (Fig. 1):

Fragmento de esquina de una posible placa de cancel, de piedra caliza blanca. Decoración de talla a bisel en el anverso, formada, de izquierda a derecha, por una banda delimitada por tres molduras, las dos más próximas al campo decorativo de *cyma* reversa y la otra lisa en la parte superior y en la parte inferior por tres molduras de *cyma* reversa. Dicha banda está compuesta por tallos ondulantes terminados en estilizaciones vegetales. El reverso del fragmento está alisado, así como la parte superior. Todo el fragmento tiene restos de argamasa.

Dimensiones: — eje mayor 17 cm.
— eje menor 16 cm.
— grosor 13 cm.

— Frag. 7 (Fig. 1):

Fragmento de una posible placa de cancel, de piedra caliza blanca. Decoración de talla a bisel en el anverso, formada, de izquierda a derecha, por una banda delimitada en la parte inferior por tres molduras de *cyma* reversa. Dicha banda está compuesta por tallos ondulantes terminados en estilizaciones vegetales. A continuación de las molduras inferiores la piedra continúa sin trabajar. Su estado de conservación es malo. El reverso del fragmento está alisado. Toda la pieza tiene restos de argamasa.

Dimensiones: — eje mayor 18 cm.
— eje menor 10 cm.
— grosor 13 cm.

ESTUDIO DE LOS FRAGMENTOS

Al comenzar el análisis detallado de las piezas 1 y 2 encontramos un primer problema: el enorme desconocimiento de las tipologías de cancelos de época visigoda. Actualmente, no contamos con ningún cancel in situ, con excepción de alguna acanaladura o agujeros, que todavía se conservan en columnas, suelos o muros. Existen, sin embargo, algunos ejemplos reutilizados en iglesias posteriores y en estado fragmentario, como el de la iglesia de St^a Cristina de Lena (Asturias)⁶.

⁶ Entendemos por cancel una estructura que acota espacios dentro de un edificio, compuesto por placas y piezas de ensamblaje tanto en piedra, madera...

Otro segundo problema es que solo contamos actualmente con tres fragmentos de la pieza 1 y tres en la pieza 2, lo que dificulta una respuesta definitiva de su forma y uso haciéndonos considerar este estudio como una mera posibilidad o hipótesis en espera de posibles hallazgos dadas las actuales investigaciones que se realizan en la iglesia de Santianes de Pravia⁷, así como las que se pueden llevar a cabo en otros yacimientos coetáneos.

— Análisis de la Pieza 1 (Fig. 2)

Los fragmentos 1, 2 y 3 evidentemente formarían parte de la misma pieza debido a sus similitudes tanto estilísticas como formales: tipo de soporte — piedra caliza —, grosor — 13 cm. —, acanaladura superior, técnica de talla.

En cuanto a su función cabría pensar que se trata de una pieza de ensamblaje de un cancel por la acanaladura que presentan los tres fragmentos de la parte superior. Dentro de las piezas de ensamblaje podría tratarse de una jamba, de una pilastrilla o de un lecho de cancel⁸, pero pocos son los datos que tenemos para definir la pieza; contamos con la decoración, las dimensiones y la acanaladura.

La decoración no puede ser un rasgo definitorio del uso y forma de la pieza ya que los motivos de rosáceas inscritos en círculos es un tipo decorativo constante en el mundo visigodo tanto en frisos como jambas, pilastrillas, tableros, lechos, cimacios, etc...

Las acanaladuras clasifican una pieza dentro del ensamblaje pero no definen ni su lugar ni el uso dentro de un cancel, ya que una acanaladura podría presentar las mismas características en cualquiera de sus funciones.

Por último, la dimensión es el único dato que nos permite definir la pieza con cierta seguridad, aunque siempre dentro de la hipótesis. Según esto incluiríamos la pieza 1 dentro de los lechos de cancel por la similitud, en cuanto a dimensiones se refiere, que presenta con tres lechos de cancel recogidos en el Museo Arqueológico de Oviedo.

— Dimensiones de la pieza 1:

- Altura: 34 cm. aprox.
- grosor: 20 cm.

— Dimensiones de los lechos del Museo:

- a) Lám. XXVII, XXVIII y XXIX⁹
 - Altura: 33 cm.

VILLALON, C., *Mérida visigoda. La escultura arquitectónica y litúrgica*. Badajoz, 1985, p. 187-201.

⁷ Investigaciones dirigidas por el Dr. F.J.Fernández Conde.

⁸ Término utilizado por SCORTELL PONSODA, M., en *Catálogo de las Salea de arte prerrománico del Museo Arueológico de Oviedo*, Oviedo, 1978, p. 15-18.

⁹ IDEM, Op. Cit. p. 18.

- grosos: 32 cm.
- b) Lám. XXX¹⁰
 - Altura: 33 cm.
 - grosor: 31 cm.
- c) Lám. XXXI¹¹
 - Altura: 28 cm.
 - grosor: 19 cm.

— **Análisis de la Pieza 2 (Fig. 3)**

Los fragmentos 4, 5 y 7, dadas sus idénticas características técnicas y decorativas quedan incluidos en la pieza 2.

Los tres fragmentos están realizados en el mismo soporte (piedra caliza), tienen el mismo grosor (13 cm.), están alisados de igual forma por el reverso, realizados con técnica a bisel y presentan rodeando su campo decorativo molduras y una banda con idéntico diseño¹².

La reconstrucción de la pieza dos se ha basado en los tableros de cancel que F. de Selgas¹³ recogió a principios de siglo, ya que consideramos que nuestra pieza podría incluir-se dentro del tipo de una o dos placas de cancel en cuanto a su funcionalidad. Este basarnos en la pieza de Selgas responde a varios conceptos: dimensiones de las piezas, esquema compositivo similar y analogías decorativas de las dos placas con el famoso cancel de St^a Cristina de Lena (Asturias).

• *Dimensiones de las piezas:*

- Pieza de F. de Selgas: — ancho 0,95 m.
 - alto 0,95 m.
 - grosor 0,15 m.
- Pieza a estudiar: — ancho 0,84 m. aprox.
 - alto 1,16 m. »
 - grosor 0,15 m.

• **Esquema compositivo:**

Ambas piezas presentan dos franjas centrales decoradas con círculos con motivos florales y geométricos, y rodeando las mismas, una banda de tallos ondulantes con decoraciones vegetales.

• **Analogías con St^a Cristina de Lena:**

Cabe señalar que por analogías no nos referimos en ningún caso a que existan características comunes en los tres cancelos sino que se mantiene una

¹⁰ IDEM, Op. Cit. p. 18.

¹¹ IDEM, Op. Cit. p. 18.

¹² Ver descripción de las piezas.

¹³ DE SELGAS, F., Op. Cit. nota 3, p. 33.

relación análoga entre, por un lado, el cancel de St^a Cristina de Lena y las placas de F. de Selgas, y por otro, entre St^a Cristina y la pieza 2.

— Relación St^a Cristina de Lena — F. de Selgas: decoración de tallos ondulantes que inscriben racimos y hojas.

— Relación St^a Cristina de Lena — pieza 2: decoración de roseta del fragmento 4 de la pieza 2 que se repite en la parte central del cancel de St^a Cristina y similitud de la roseta del fragmento 5 de la pieza 2 con una de las rosáceas de las piezas laterales del cancel de St^a Cristina.

Los restantes motivos decorativos que aparecen en la pieza son propios de la época y se repiten frecuentemente. Por ejemplo, la flor de lis aparece representada en un fragmento procedente de St^a M^a de Bendones, en el cancel del grifo de San Miguel de Lillo¹⁴, o en San Pedro de la Nave¹⁵.

El fragmento 7, perteneciente también a la pieza 2 parece indicarnos, por el apéndice que posee en su parte inferior (probablemente más largo), que dicha pieza estaría encajada en el suelo, lo que nos pone de nuevo en relación con F. de Selgas¹⁶ que alude también a un largo «tizón» que tendrían sus tableros para ser clavados en el suelo.

Por todo lo expuesto anteriormente similitud en las medidas, mismo esquema compositivo, analogías decorativas en el cancel de St^a Cristina de Lena, técnica de talla y soporte similares, se podría pensar que ambas piezas fueron hechas por el mismo cantero.

En cuanto al fragmento 6, se trata de una pieza de iguales características a las de los fragmentos 4, 5 y 7 que creemos pertenece al mismo conjunto decorativo pero no a la pieza 2, debido a que el sentido de la decoración vegetal de la banda es contrario al de los otros tres fragmentos. Así mismo, F. de Selgas¹⁷ recoge otro fragmento de iguales características.

CRONOLOGIA

Desde un punto de vista cronológico, la pieza 2 puede fecharse en la misma época que las placas de cancel de Santianes de Pravia que actualmente se encuentran en el Pito (Cudillero), por tratarse como anteriormente explicamos, de parte integrante del mismo grupo decorativo. Dichos paneles están fechados, por unanimidad de los investigadores expertos en el tema Schlunk,

¹⁴ SCORTELL PONSODA, M., Op. Cit. nota 8, p. 29, Lám. CIX.

¹⁵ SCHLUNK, H., Op. Cit. nota 4, p. 298, fig. 315.

¹⁶ DE SELGAS, F., Op. Cit. nota 3, p. 33.

¹⁷ IDEM, Op. Cit. nota 3, p. 52. Basándonos en este fragmento hemos reconstruido la decoración de la banda externa en las esquinas invirtiendo el sentido de la ornamentación floral.

Camps Cazorla entre otros, en la segunda mitad del s. VII¹⁸.

Es frecuente que todo este tipo de piezas (placas, piezas de ensamblaje, columnillas, pilastrillas...) aparezcan reutilizadas en iglesias posteriores, llegando incluso hasta nuestros días, por ejemplo el citado cancel de St^a Cristina de Lena. En el caso que nos ocupa, ocurre algo similar ya que según las noticias recogidas por F. de Selgas, dichos tableros funcionaron a modo de cancel hasta fines del siglo pasado¹⁹.

En cuanto a la pieza 1, al aparecer en el mismo contexto que la anterior, tener técnica de trabajo y una decoración con marcado carácter visigodo, podríamos incluirla en la misma época cronológica que la pieza 1, hasta que nuevos datos ratifiquen o desmientan esta pequeña aportación al campo de la arqueología visigoda en la Península Ibérica.

Madrid, 1988

¹⁸ SCHLUNK, H., Op. Cit. nota 4, p. 328.

CAMPS CAZORLA, E., Op. Cit. nota 4, p. 510.

¹⁹ DE SELGAS, F., Op. Cit. nota 3, p. 33.

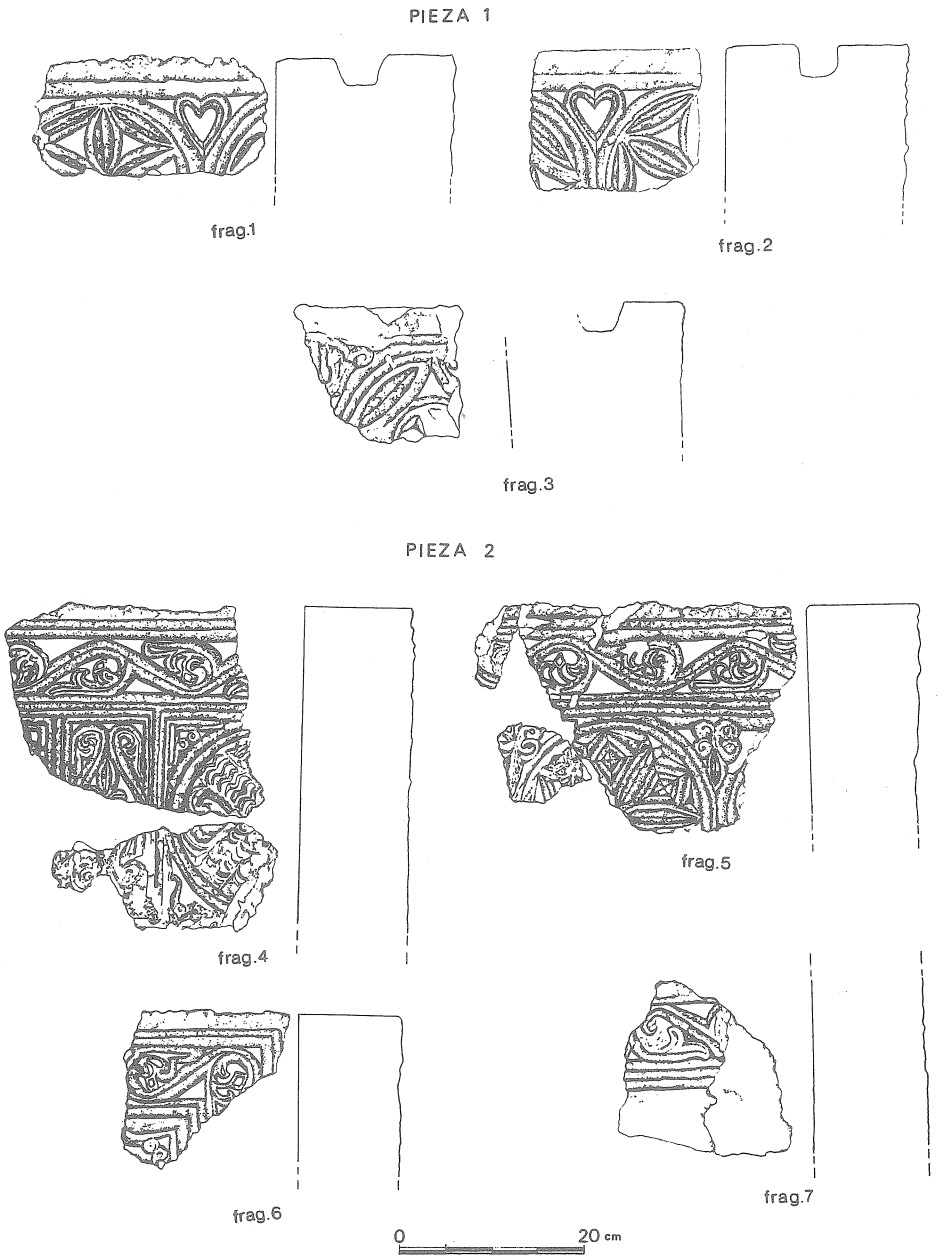


Fig. 1 — Fragmentos de las piezas 1 y 2.

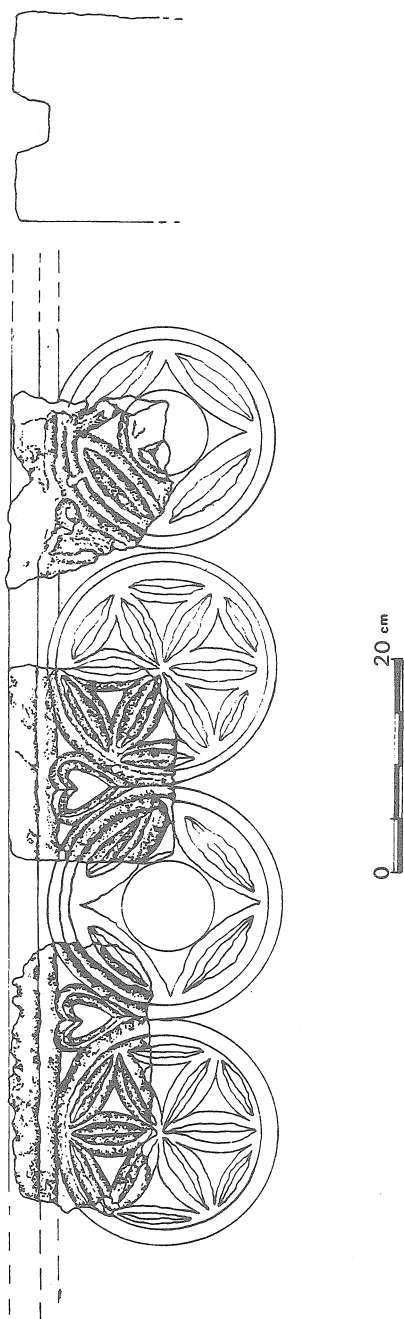


Fig. 2 — Reconstrucción de la pieza 1.

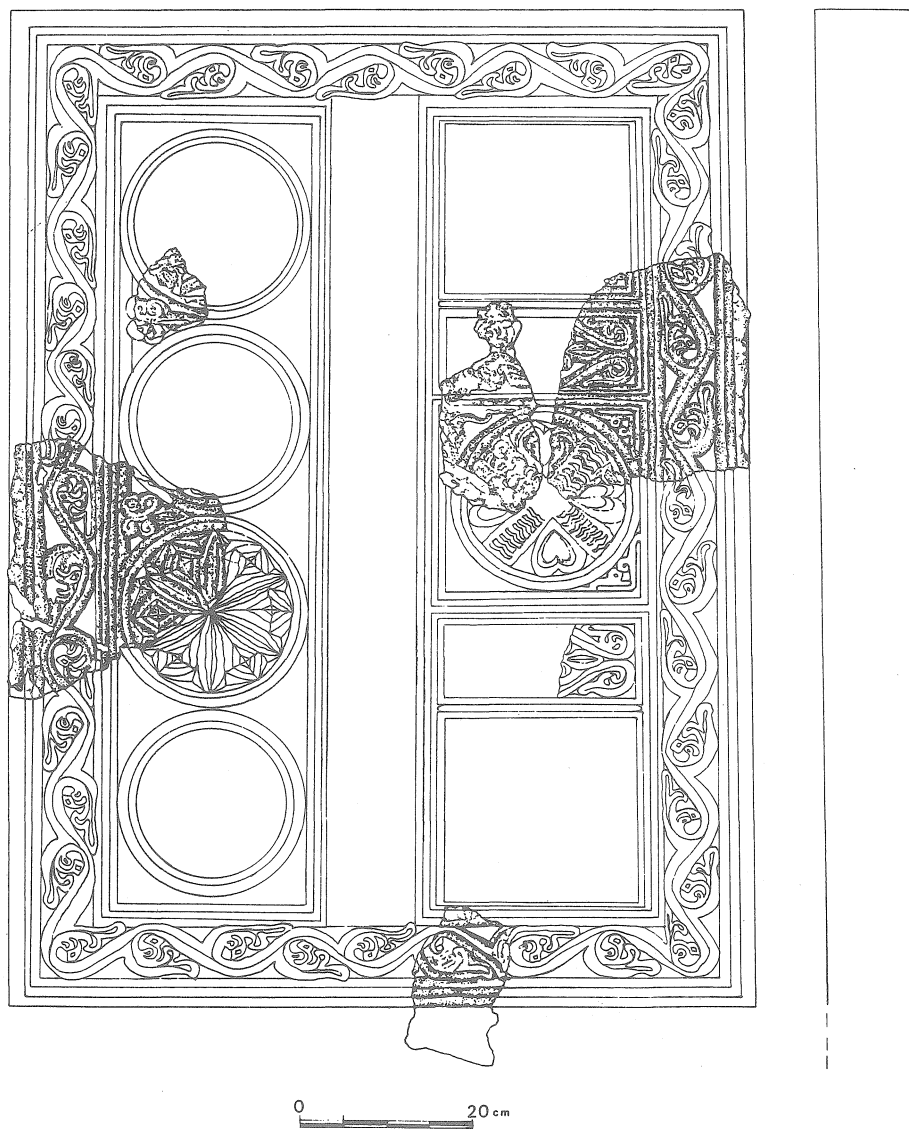


Fig. 3 — Reconstrucción ideal de la pieza 2.

DEBATE

Manuel Real — Queria antes de mais felicitar esta comunicação feita pela equipa do Dr. Nelson Rebanda, dado que se trata de um trabalho de extrema minúcia, feito com muita qualidade e que escolheu um caso muito interessante, a ligação do castelo roqueiro com o povoado e a sua igreja e a ocupação do vale. Queria era só alertar para um aspecto. Eu já conhecia parcialmente este trabalho, dado que parte da equipa uma vez se deslocou ao Porto e esteve a mostrar-me todo este material: no entanto, na altura ainda estava a igreja muito menos escavada e, já se via bem alguns aspectos da igreja românica. Agora a observação desta planta, já da segunda campanha, permite-me as seguintes considerações. Custa muito a crer que a igreja do séc. XII e mesmo posterior tenha tido um remate nesta zona, dado que a relação de volumes e a relação da área aqui é impossível quase dar-se com uma ábside deste tamanho e uma nave que venha só até. Neste caso concreto — eu agora não estou bem dentro de pormenores de escavação — vendo a planta, parece-me que esta estrutura aqui será uma estrutura anterior, provavelmente do templo que precedeu o templo românico. Chamo a atenção para a existência do castelo roqueiro, que poderá ser um castelo que tem ascendentes na própria Alta Idade Média; por outro lado, também a planta leva a pensar que assim seja. Para já parece ser uma igreja que termina sem porta do lado oeste; poderá ter um perímetro rectangular, seguindo um pouco por debaixo da capela-mor românica, e este tipo de planta rectangular é uma planta que se tornou relativamente frequente a partir do séc. IX, séc. X, etc. Existe em vários pontos da Europa, aparece na Inglaterra, França, suponho que na Bélgica e aqui na Península há vários casos que poderão ser citados. O mais conhecido é a Câmara Santa de Oviedo; também presumivelmente a primeira catedral de Compostela seria rectangular; no convento da Costa o segundo templo é um templo rectangular, portanto com a cabeceira e a ábside exactamente do mesmo tamanho. Lembro-me também de outro caso de uma igreja de que só apareceram os fundamentos escavados na rocha, em Cuya Cabras e é também rectangular, não tem porta do lado oeste e tem só uma porta lateral. A existência de portas laterais e a inexistência de porta do lado oeste é uma característica moçárabe, uma característica que aponta para o séc. X. Portanto, a dimensão e a proporção deste edifício julgo que mostram indícios de se tratar de um edifício anterior. E aliás ele mostra um processo que se vai verificando que se torna corrente na passagem do pré-românico para o românico, que é um alargamento das igrejas e com aproveitamento de parte dos alinhamentos anteriores, e alargando seja para norte, seja

para sul, para leste ou para oeste. Isto quando não há uma deslocação completa do templo para a zona exterior. E aqui há um outro indício muito interessante, é que as sepulturas mais antigas, estas sepulturas são anteriores a isto e estão no exterior desta parede. Havia nesta época, embora não com rigidez como se sabe, mas havia de qualquer modo algum respeito pelos enterramentos no interior das igrejas, que normalmente não eram feitos — havia disposições nesse sentido desde a época visigótica — e aqui temos um caso quase nítido em que não aparecem enterramentos no interior e logo encostados a este muro estão os primeiros enterramentos que são anteriores àquele. Portanto creio que estamos aqui com nítidos vestígios — e felicito-vos por isso — de mais uma igreja pré-românica e com uma planta que tem uma tipologia bem definida. Sobre a escavação de Dume gostaria de dar alguns apontamentos, mais, vincar aquilo que já foi dito sobre a planta do primeiro edifício e o segundo edifício que o segue mais ou menos. Isto aqui dá uma aparência de ferradura, não o será, mas isto apareceu ao nível dos alicerces, e os alicerces são sempre pouco regulares e portanto suponho que no exterior a igreja não apareceria com um ar de ser em ferradura. Por outro lado, julgo que é de vincar, na segunda fase, a manutenção da planta do primeiro período e fazer um bocado o ponto em relação ao que se conhece por ex. de S. Frutuoso de Montelius, embora já com um enquadramento maciço rectangular mas, no período da reconquista — e eu estou em sintonia com o Doutor. Carlos Alberto Ferreira de Almeida: S. Frutuoso, tal como hoje se vê, em grande parte será do período da reconquista, provavelmente séc. X; aqui talvez aponte para o séc. IX dada a estrutura do aparelho — mantém-se esse tipo de planta. Por outro lado também, nota-se aqui uma coisa: esta igreja foi demolida (a primeira), talvez por se achar que era pequena ou porque ela não permitia garantias de estabilidade suficiente. O que é certo é que na segunda fase fazem uns contrafortes contra a parede por falta de confiança. Não sei se tal falta de confiança será em relação à sustentação de ábsides circulares, que levou por ex. em S. Frutuoso e noutras igrejas moçárabes a fazer o enquadramento com uma estrutura pétreia rectangular. Também se pergunta como é que deveria ser — e julgo que o resto da escavação deveria tentar responder a isto — do ponto de vista já estrutural, que reflexos havia em superfície deste sistema de contrafortes. Eles só estavam a contrafortar a parte de baixo ou esse sistema prolongava-se para cima? Estou em crer que como o botarêu não deveriam ser. No entanto, há aqui um caso que não foi referido por falta de tempo, porque, como vêem, haveria muito a dizer; apareceu neste local, incrustada, uma base de coluna, e há aqui uma base invertida. Eu ponho a hipótese de termos aqui uma galeria; isto aqui seria o assentamento de uma outra base, porque aqui é *opus signinum*, e haveria uma galeria que ela própria funcionaria como uma estrutura arquitectónica de sustentação das pressões da abóbada da ábside. Na época não encontrei ainda grandes paralelos, sugere-me um pouco a solução que se conhece por ex. em Estói, em Milreu, para o templo que lá existe, com uma galeria no exterior, e que ela própria vai servir de

sustentação às pressões da ábside. Eu julgo que era extremamente importante que a escavação verificasse se por baixo existe, camuflado pelo *opus signinum*, este tipo de contraforte. Entretanto, eu já não vou há muito tempo a Dume e tive notícia de que a confraria avançou com obras um pouco à revelia das autoridades oficiais, embora isso fosse já anunciado há algum tempo, e começou a fazer uma empreitada que já destruiu parte das estruturas. Considero esta situação extremamente grave dado que que é o único templo suévico conhecido, datado com cronologia absoluta, numa zona próxima da capital dos Suevos e igreja construída pelo apóstolo dos Suevos. Quer dizer, o que se está a passar em Dume parece-me nesta fase extremamente grave, e há que ao menos tentar salvar o que ainda resta. Além disso, é uma estação, como viram, com uma estratigrafia fabulosa e em que os níveis suévidos estão quase intactos. E portanto havia uma oportunidade enorme de investigar isso, até porque é uma época que se desconhece completamente e parece-me extremamente importante realçar o aparecimento deste tal muro que o Dr. Luís Fontes acabou de referir, cuja estrutura de aparelho é exactamente idêntica a este (tenho a impressão de que haverá uma correlação entre ambos). E agora pergunta-se, o que é que será? Há duas hipóteses. Sabe-se que aqui foi construído um mosteiro. Poderiam ser restos da parte habitacional do mosteiro. Mas eu ainda me pergunto se não será uma outra coisa. Nós estamos aqui perante uma zona de sede episcopal; ora, as sedes episcopais normalmente tinham um sistema construtivo mais complexo. Hoje também de manhã foi isso referido pelo Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Havia a igreja baptismal e havia a igreja, por vezes, martirial (a basílica dos mártires); essencialmente eram essas duas. Ora acontece o seguinte: de facto pela tipologia deste documento ele segue uma planta que já é suficientemente conhecida, uma planta de tipo martirial. Não seria este um dos templos aqui existentes? (e nas redondezas encontrámos ainda restos de um outro templo). Isto é uma pergunta que eu levanto, dada a importância deste conjunto arquitectónico. Mesmo que sejam ou não sejam aqui restos de outro templo, há que avançar na investigação e tentar localizar o resto do mosteiro. Claro que não é fácil, há aqui construções, há no entanto aqui um jardim de buxo, e não sei até que ponto se poderá investigar nessa zona. Quanto à cerâmica, gostava só de aventar o seguinte: a definição do templo como sendo da Reconquista (esta segunda fase) deriva não só dos condicionalismos históricos, etc., e do que se conhece da documentação, mas creio que a estrutura do aparelho é já bastante clara nesse sentido; por outro lado também, apareceu cerâmica debaixo do *opus signinum* nitidamente da reconquista e com paralelo, por ex., nas escavações do convento da Costa. Este infelizmente não deu muita cerâmica, mas deu cerâmica suficientemente caracterizável e em níveis bem definidos. Foi talvez a primeira escavação que permitiu começar a conhecer o que era a cerâmica da reconquista. A finalizar lembraria o achado do mosaico e é provável que pertencesse a este primeiro templo; contrariamente à generalidade dos mosaicos romanos, não aparece

sobre uma estrutura de quase betão, mas aparece sobre tijolos. Haveria que investigar um bocado este tipo de técnica. Por outro lado o que acontece também é que não se encontra nenhum vestígio, aqui no interior, disso, mas há uma camada fina de terra muito bem regularizada. Das duas, uma: ou era o primitivo pavimento do templo, o que me custa a crer, ou então estes próprios tijolos assentariam nessa camada e portanto teríamos o pavimento da igreja suévica. Além disso, como material decorado, apareceu uma pedra de mármore trabalhada, muito pequena; não sabemos se de facto era um monumento faustoso, ou não, poderia ter elementos aqui bastante ricos, embora a cultura material da época seja uma cultura não tão rica como às vezes se possa supor. Um outro aspecto que eu gostava ainda de referir, a terminar, é que há notícia, suponho que do séc. XVIII, do achado de sepulturas cuja caracterização não é possível agora definir, mas com peças de ouro, etc. As sepulturas podem ter aparecido aqui, dado que a descrição dessa época já refere o templo com esta planta; portanto, ele esteve em parte a descoberto e daí as perturbações que foram encontradas e o aparecimento de sepulturas no interior poderia vir a confirmar a função martirial deste templo, onde aliás o S. Martinho de Dume veio a ser enterrado.

Luís Fernando Fontes — Só algumas considerações finais. As escavações em Dume, mais do que resolver questões relativamente às ocupações medievais, levantaram e deixam muitas questões em aberto, não só em relação aos aspectos da arquitectura e da decoração dos edifícios, mas também da articulação da igreja com o eventual mosteiro e da estruturação do espaço envolvente. Nós sabemos pelos vestígios e pela observação de superfície que as construções se estendem para leste e para sul, por baixo do adro, por baixo da estrada, para os quintais que estão à volta. De qualquer modo, os dados que se recolheram penso que não são suficientes para avançar com quaisquer outras conclusões relativamente ao tipo da construção e às suas componentes e pormenores. Talvez um pouco pela minha pouca experiência, eu preferi não avançar para essas considerações já que não posso fundamentar quaisquer interpretações que faça relativamente a isso. Um outro aspecto, e em que aproveito já a deixa do Dr. Manuel Real, a propósito da continuidade ou não das escavações em Dume: parece-me que neste momento é bastante difícil, problemático até, já que isso põe em questão uma série de encargos assumidos pelas entidades locais, etc. De qualquer modo penso que amplas perspectivas se abrem com estes vestígios que se encontraram até agora, pela potência estratigráfica, pela monumentalidade mesmo dos vestígios, mas penso que só daqui a alguns anos será possível completar os trabalhos, já que se criou uma situação quase de conflito (embora os arqueólogos sejam sempre estranhos a essas coisas, como é costume) com a paróquia, relativamente às possibilidades ou não de ampliação da igreja que eles estão a fazer.

ou não de ampliação da igreja que eles estão a fazer.

Nelson Rebanda — Em primeiro lugar, queria agradecer ao Dr. Manuel Real as referências elogiosas e o incentivo e encorajamento que dirigiu ao nosso grupo. Por outro lado, também pelo parecer que deu. No entanto, eu queria só referir quanto à interpretação que nós tínhamos feito, que não tinha sido exactamente essa, mas é uma hipótese de certa forma a considerar. Eu só me permitia fazer aqui uma pequena observação no que diz respeito a esta sepultura que surge neste local: está cortada pela parede; aqui aparecem-nos os ossos ao nível da bacia e portanto ela continuaria para aqui. Portanto parecemos que estas paredes estariam acima pelo menos de uma das sepulturas da necrópole. Outro aspecto é aqui um pequeno buraco de um gonzo de porta que tem inclusivamente polimento de ter girado e que tem como batente uma pedra. Foi isto que nos levou a pensar que a igreja românica ao ser deixada inconcluída, a partir de determinado momento as pedras, pelo menos deste lado Norte e Sul da nave, teriam sido levadas, teriam desaparecido, e então haveria um segundo momento em que as pessoas se adaptam, fazem estas construções e usam uma das pedras da fiada românica para estruturar aqui um gonzo e daí aqui a porta. Elemento ainda que nos fez pensar que estas construções, estas estruturas poderiam ser posteriores à construção românica, foi o facto de aqui, ainda na relação com a necrópole, existir a tal pequena estela grafitada que encosta ao ponto em que foi rematada a parede românica. Portanto, há aqui uma sepultura e que tem exactamente encostada uma estela e ela estrutura-se daí para cá.

M.R. — Julgo que de facto é uma hipótese perfeitamente plausível e agora com estas explicações talvez até adira mais depressa a essa conclusão, mas de facto só conhecendo bem as condições do achado, pois aqui foi apenas uma primeira visão. E há ali localização de sepulturas que de facto levantam um problema e penso que o Dr. Mário Barroca tem qualquer coisa a dizer sobre isso.

Mário Barroca — Só queria chamar a atenção para uma coisa. É que creio que vocês têm uma necrópole anterior e um templo românico posterior. E depois do templo românico têm esse muro em U. Porque há claramente aí sepulturas que é impossível terem estado, quer com o muro românico, quer com aquele muro em U que o Dr. Manuel Real entendeu ser pré-românico.

N.R. — Portanto, se bem entendi, há sepulturas que não podem ser contemporâneas do muro românico; mas são anteriores ou posteriores?

M.B. — Quer esta sepultura, quer esta que está no enfiamento do muro, são incompatíveis quer com a interpretação do Dr. Manuel Real, quer com o considerar-se esta necrópole como contemporânea disto. Claramente; esta sepultura então é flagrante. Esta sepultura é seguramente anterior ao próprio

templo românico. Eu não estive lá, e isto é um bocado confuso para uma pessoa que não está lá. Mas eu creio que vocês têm sepulturas quer de tipologia muito tardia, quer de tipologia relativamente antiga (estas ovaladas)... esta pode ser perfeitamente contemporânea da construção românica (isso é um problema que a estratigrafia pode resolver), pode ir até ao séc. XIII. Agora, estas, devem corresponder a uma fase anterior à construção românica. Portanto vocês têm uma estrutura românica que vai ser implantada numa zona de enterramento.

N.R. — Elas estão abertas ao afloramento, no qual assenta a parede românica também.

M.B. — Mas não é isso, é que uma sepultura destas pressupõe uma área envolvente para assentamento da tampa. E aqui não há espaço para esse assentamento.

N.R. — Bem, é uma hipótese a considerar. Talvez aqui o desenho não revele bem...

Não identificado (equipa de Moncorvo) — A campanha que deu origem a esta planta terminou há 15 dias. Aquelas duas sepulturas que estás a indicar não estão desenhadas ali. Aquilo é apenas uma mancha a indicar que existe uma sepultura naquela zona.

M.B. — Qual é a tipologia?

N.R. — Digamos que o afloramento aparece ali bastante desagregado e é nesse xisto desagregado que correm os restos osteológicos.

Fernando Real — Ao ouvir a vossa comunicação, verifiquei que havia diferentes materiais na constituição daquelas estruturas. Observei que numa havia frisos, noutra tampas de sepultura em calcário. A petroarqueologia é um dos temas que me toca, e eu queria só deixar este alerta para quem está a investigar. Em sítios onde aparece por ex. calcário numa região que é granítica, tem interesse determinar-se por ex. qual é a origem desse calcário, até porque ele não é local e isso poderá definir áreas de exploração dos recursos pétreos, ajudar a perceber circulações, fontes de matéria-prima, etc. Neste momento existe para o nosso país um catálogo (que ainda não está publicado, mas a que se pode ter acesso) muito pormenorizado da petrografia dos calcários em lâmina e portanto sempre de alguma destas rochas seja possível tirar uma lasca de 2 cm., pode-se determinar com grande exactidão o tipo de formação geológica de onde vieram. Isso para a área da Arqueologia também é possível fazer-se cá, porque há pessoas disponíveis para isso, por exemplo no Museu Nacional de Arqueologia.

Nota: quase todas as intervenções deste debate estão apoiadas na projecção de diapositivos ou acetatos, pelo que podem oferecer alguma dificuldade de interpretação ao leitor. Reportamo-lo para as comunicações respectivas.

Vitor Oliveira Jorge

A ÁREA DE ABASTECIMENTO DE RECURSOS PÉTREOS NA CULTURA CASTREXA: O CASO DO VAL DO DEZA

por

Luis Xulio Carballo Arceo
Manuel Lopez Cota

Este traballo inscruvesse na liña das análises do territorio de explotación e de captación de recursos, posto en práctica fundamentalmente por autores anglosaxóns (Bailey, Higgs, Jarman, Vita-Finzi, etc.), e máis recentemente por investigadores hispanos (Fernández Martínez, Mayoral, Ruiz Zapatero, etc.)¹.

No Noroeste este tipo de estudos non é novedoso. Hai anos Vazquez Varela e Vidal Romani (1975, 1979 e 1983) realizaron este tipo de traballos a traves de determinacións empíricas en xacementos de cultura castrexa. Tamén para o mundo megalítico as investigacións de Bello, Criado e Vazquez Varela (1987) seguiron criterios e métodos semellantes.

O obxectivo perseguido co noso estudo é determinar a distancia das fontes de abastecimento de materia prima dos materiais pétreos extraídos na excavación de cinco castros da Galiza central durante os anos de 1985 e 1986. Esa distancia, aínda que referida unicamente aos materiais pétreos, sera unha contribución — esperamos que importante — para a definición e delimitación da área de captación de recursos, globalmente entendida.

Os cinco castros excavados son os do Marco, Cartimil, Cortegada, As Orelas e Montaz (Carballo, 1986; 44-51). Encóntranse situados na vertente esquerda do val do río Deza (afluente do Ulla), ao Noroeste da provincia de Pontevedra (Fig. 1). Distan entre si 400 m. os máis próximos, e 3'2 Qm. os máis alonxados. Por tanto, ocupan unha pequena zona xeográfica, da que se excavaron a traves de sondeos a totalidade dos asentamentos castrexos. Administrativamente pertencen ao concello de Silleda.

¹ Sobre os conceptos «territorio ou área de explotación» e «área de captación», así como a súa problemática, véxase unha posta ao día nos traballos de Fernández Martínez e Ruiz Zapatero (1984), e Miranda, Meseguer e Ramírez (1986).

O máis importante a destacar para este estudo da excavación deses castros son os resultados cronolóxicos, que arrojan un ámeto bastante completo. En primeiro lugar, todos os xacementos presentan algun nivel de ocupación da fase III da cultura castrexa²; dous (Cortegada e Montaz) estaban habitados na fase II; e, unicamente, certos materiais do Castro Montaz permiten pensar con certa dúbida nun comenzo do povoamento da fase I.

Ao plantear o traballo, consideramos, como hipótese de traballo, que nun rádio inferior a 2 Qm. en torno a cada asentamento, deberían aparecer as fontes de suministro da materia prima dos artefactos, senon na súa totalidade, si na súa inmensa maioría. Xuzgamos acertada esta distancia porque os artefactos recollidos (pesas, muíños, etc.) presentan unha forma e función sinxelas, que faría innecesario un coste elevado de enerxía para a obtención da materia prima. Por outra parte, observouse, nunha primeira valoración estimativa, que as rochas empregadas eran vulgares na zona. En vista de talles suposicións, consideramos que a área de suministro podería estar englobada dentro do territorio de actividades subsistenciais, non influindo, ou influindo moi escasamente, outras variábeis (Ramos, 1984; 112-116).

Os recursos naturais estan en función, loxicamente, do grao de tecnoloxía alcanzado e da situación xeográfica dos mesmos. Para a obtención dos artefactos estudados, dada a escasa complexidade requerida, non é precisa unha tecnoloxía moi avanzada para o momento, polo que os habitantes dos castros non terían nengunha dificultade para resolver esa cuestión. De aí que a variábel sexa o único factor verdadeiramente significativo para a temática que nos ocupa.

O método empregado baséase en traballos semellantes realizados para zonas próximas e para a mesma época (Vidal e Vazquez, 1979, e Carrocera e Jordá, 1984). Primeiramente realizouse unha catalogación funcional da totalidade dos materiais pétreos extraídos na excavación dos cinco castros. A continuación iniciouse a localización no campo dos afloramentos comprendidos nun rádio de 2 Qm. en torno a cada castro, con cartografiado e exame macroscópico das rochas presentes nos mesmos³. Na prospección petrolóxica utilizouse como soporte cartográfico o mapa xeolóxico a escala 1:50.000 do Instituto Geolóxico y Minero de España, aínda que a localización de afloramentos e as revisións xeolóxicas fixéronse sobre o mapa topográfico a escala 1:10.000 da Consellería de Ordenación do Territorio da Xunta de Galiza. A principal dificultade estriba na imposibilidade de observar o Cuaternario,

² Empregamos a periodización formulada por Coelho (1986; 33-65).

³ Por necesidade de tempo e por outras circunstancias, que non é o caso mencionar, o traballo de prospección de afloramentos realizouse de maneira inversa a como sería o ideal, dado que primeiramente fixemos o traballo de campo e, posteriormente, a análise da materia prima dos artefactos. Isto tem como ventaxa a anotación de todo tipo de afloramentos, sen condicionantes previos, pero presenta como inconveniente un incremento dos recursos temporais e económicos.

posto que foi aproveitado como terreo cultivável.

Tras os traballos de campo, procedeuse a un exame visual da totalidade dos materiais arqueolóxicos e á clasificación petrolóxica dos mesmos. Por último, foi necesario elaborar cinco láminas delgadas e dúas difractometrias de raios X dos artefactos máis problemáticos para a identificación da materia prima⁴.

Para determinar o afloramento exacto de procedéncia serían precisas análises exhaustivas, que encarecerían enormemente o traballo, e o farían irrendábel en relación aos resultados. Por conseguinte, o único que pretendemos averiguar é a localización dos afloramentos máis próximos aos asentamentos, dos que, sen dúbida, tivo que ser extraída a materia prima, salvo casos excepcionais.

ANÁLISE DOS MATERIAIS ARQUEOLÓXICOS

A cantidade de materiais pétreos descubertos na excavación dos cinco castros é moi desigual, como pode observarse no Cadro 1.

CASTROS MATERIAIS	O Marco	Cartimil	Cortegada	As Orelas	Montaz	TOTAL
Muiño circular	2	2	1 3%	5 4%	2 8%	12 7%
Muiño barquiforme			1 3%	21 18%	31 13%	25 14%
Placa perforada		3	5 17%	4 3%	5 21%	17 9%
¿Pesa?			1 3%	1 1%	1 4%	3 2%
Afiadeira	1	4	8 28%	4 3%	2 8%	19 10%
Alisador/Pulidor		1	7 24%	6 5%	3 13%	17 9%
Canto rolado			6 21%	75 65%	8 33%	89 49%
TOTAL	3	10	29 100%	116 100%	24 100%	182 100%

Cadro 1: Clasificación funcional dos materiais pétreos aparecidos nos cinco castros excavados.

Estudáronse un total de 182 obxectos, aínda que máis da metade dos mesmos pertencen ao Castro das Orelas. Non obstante, esta primacia é devida fundamentalmente ao grande volume de cantos rolados descubertos, que

⁴ Moitas das pezas teñen unha capa externa de alteración que enmascara a estrutura, cor e aspecto, da rocha fresca, nunha análise macroscópica. Os efectos da alteración son particularmente notábeis nos xistos, chegando algunhas mostras a pulverizarse por simple frotamento.

representan un 65% dos materiais dese xacemento.

Desde un punto de vista funcional, as denominadas por nós placas perforadas, presentan sérios problemas de interpretación. Son placas de espesor inferior a 5 cm., realizadas sempre co mesmo tipo de rocha, e que nunca apareceron completas. Entre os anacos das mesmas quedan restos de buracos que atravesan a peza de lado a lado, en número nunca superior a dous, aínda que coñecemos fragmentos doutros castros con maior número de perforacións. Por outra parte, algunhas destas placas posúen pequenos buracos cónicos en número variábel (dous buracos nunha do Castro Montaz, e cinco nunha de Cartimil), que nunca chegan a atravesar a placa (Fig. 2). Son interpretadas como parillas de forno por algúns autores (Orero, 1988; 28), aínda que nós cremos que tal hipótese non é consistente por unha razón fundamental: que a práctica totalidade das placas non presentan sinais de lume (só un fragmento do Castro de Cortegada posúe fulixe aderido). Non planteamos nengunha interpretación alternativa, porque estamos convencidos que mentras non se recupere unha placa enteira ou «in situ», non se poderá aclarar realmente a súa función.

Do mesmo xeito, algúns obxectos de forma redondeada, que presentan unha única perforación, poderán ser, tal vez, pesas — en sentido lato —; pero o estado fragmentario das mesmas obriga a dudar de tal interpretación.

Dentro dos obxectos calificados como afiadeiras, existen exemplares de clara identificación, aínda que outros posúen sinais de uso macroscópicos moi confusos, que non permiten distinguilos con seguridade dos alisadores ou pulidores. Estes, tamén presentan entre si problemas de identificación, polo que optamos por englobalos nun mesmo apartado.

Por último, a maioría dos cantos rolados non presentan aparentemente sinais de uso. Quizais nunha lectura microscópica, algúns puideron ser recoñecidos como alisadores, etc.

A materia prima deses obxectos é granito, pegmaplita, xisto, gneis, cuarzo, cuarcita, anfibolita e talco-tremolita. A utilización en maior ou menor medida dun ou outro material varia lixeiramente dun castro a outro, segun se observa no Cadro 2.

En xeral, pódese apreciar que o granito de dúas micas e o cuarzo son as rochas máis utilizadas nos castros estudados, cun 32% dos obxectos no primeiro caso, e un 23% no segundo, mentras que pegmaplitas, anfibolitas e cuarcitas están moi escasamente representados.

Estas porcentaxes mantéñense en grandes liñas na análise parcial por xacementos, salvo nos casos dos castros do Marco e Cartimil, que, debido ao escaso número de obxectos pétreos descubertos, non ofrecen unha mostra estadística fiable. Unicamente chama a atención o forte incremento da talco-tremolita no Castro Montaz, que chega a converterse na rocha máis abundante, e a importante subida do xisto nos obxectos do Castro de Cortegada.

MATERIA PRIMA \ CASTROS	CASTROS					
	O Marco	Cartimil	Cortegada	As Orelas	Montaz	TOTAL
Granito 2 micas	2	2	9 31%	41 35%	5 21%	59 32%
Pegmaplita				2 2%	1 4%	3 2%
Xisto	1	4	7 24%	7 6%	3 13%	22 12%
Gneis		1	3 10%	19 16%	3 13%	26 14%
Anfibolita				7 6%		7 4%
Talco-tremolita		3	5 17%	4 3%	6 25%	18 10%
Cuarzo			5 17%	32 28%	4 17%	41 23%
Cuarcita				4 3%	2 8%	6 3%
TOTAL	3	10	29 100%	116 100%	24 100%	182 100%

Cadro 2: Cantidade de obxectos de cada castro, segun a materia prima empregada.

De calquer xeito, a análise anterior pode resultar enganosa, polo elevado número de cantos rolados (49%) presentes no conxunto, xa que, debido á hipotética simplicidade das súas funcións, non sería precisa unha selección tan rigurosa da materia prima. Xuzgamos, por tanto, moito máis significativa a relación de función e materia prima (Cadro 3).

MATERIA PRIMA \ OBXECTO	Muiño		Placa perforada	¿Pesa?	Afiadeira	Alisador / Pulidor	Canto rolado	TOTAL
	Circular	Barquiforme						
Granito 2 micas	12	20 80%			2 11%	8 47%	17 19%	59 32%
Pegmaplita							3 3%	3 2%
Xisto				2	14 74%	3 18%	3 3%	22 12%
Gneis		5 20%			2 11%	4 24%	15 17%	26 14%
Anfibolita						2 12%	5 6%	7 4%
Talco-tremolita			17	1				18 10%
Cuarzo							41 46%	41 23%
Cuarcita					1 5%		5 6%	6 3%
TOTAL	12	25 100%	17	3	19 100%	17 100%	89 100%	182 100%

Cadro 3: Asociación entre materia prima e obxectos arqueolóxicos.

En primeiro lugar, obsérvase que a totalidade dos Muiños circulares están realizados en granito de grao fino de dúas micas. Tamén os muiños barquiformes, así como as súas maos, empregan con preferencia o granito de dúas micas (un 80%), basicamente de grao fino, aínda que existe algun de grao

médio. O 20% restante dos muiños naviculares esta realizado en gneis; feito que unicamente se documenta no Castro das Orelas.

Por outra parte, a totalidade das placas perforadas mencionadas anteriormente, utilizan como matéria prima a talco-tremolita. As propiedades físicas máis destacábeis desta rocha son, por unha banda, a súa brandura, o que permite esculpila e perforala doadamente, e, por outra, o seu comportamento como péximo conductor da calor e como material infusível.

Sobre as supostas pesas, o único destacável é a elección dun material fácil de penetrar e traballar (xisto e talco-tremolita), que son as características esenciais esixidas a ese artefacto.

Nas afiadeiras o material máis utilizado é o xisto (un 74% dos exemplares), e, basicamente, os xistos nos que abunda o cuarzo, porque a dureza deste material é a que lle proporciona a capacidade de uso. Tamén se empregou granito de grao fino de dúas micas, gneis e cuarcita; pero, nestes casos, a interpretación como afiadeiras é duvidosa.

Para os alisadores ou pulidores usouse indistintamente granito, xisto gneis e anfíbolita, aínda que existe un predomínio do granito de dúas micas (un 47%) como matéria prima. Si resulta moi significativo, non obstante, que aproximadamente a metade dos alisadores ou pulidores son cantos rolados.

Por último, o conxunto de cantos rolados aos que non se lle atribuiu nengunha función concreta, son dun material moi variado (granito, pegmaplita, xisto, gneis, anfíbolita, cuarzo e cuarcita). Puidera ser expresivo da súa función o feito de que sete dos cantos rolados de cuarzo e cuarcita presenten sinais causados polo lume, aínda que o escaso número dos mesmos exclue calquer aserveración.

LITOLOXIA DA ZONA

Situación xeolóxica

Das cinco zonas paleográficas que Matte estableceu no NW. da Península, a nosa área localízase no límite occidental da zona IV, denominada «Galicia Média Tras-os-Montes».

Os materiais presentes pertencen ao domínio litotectónico da «Unidade de Lalin». Caracterízase, litoloxicamente, pola presenza de anfíbolitas, para e ortogneises, que estan intruidos por granitos hercínicos e inxectados por rochas filonianas que afectan tanto aos materiais típicos da unidade como aos granitos intrusivos, dominado pola súa abundancia as pegmaplitas. Os diques pegmaplíticos máis representativos adquiren dúas direccións principais: NE. — SW. e WNW. — ESE.

A área que nos ocupa está constituída por tres dos materiais do domínio

da Unidade de Lalin: xistos e paragneises, anfibolitas e ortogneises biotícos. Aparecen ademáis rochas prehercínicas (ortogneises de dúas micas), hercínicas (granito de dúas micas de grao fino e médio), filonianas (pegmaplitas e diques de cuarzo) e cuaternário aluvial (Fig. 3).

Afloramentos rochosos

Dado que unha grande parte dos obxectos estudados son cantos rolados, interesa non só a clasificación dos afloramentos rochosos dos que puido ser extraída a matéria prima, senon tamén o estudo dos aluviós cuaternários.

Seguidamente describíranse as características principais das rochas que afloran no sector asociado aos castros:

— **GRANITO HERCÍNICO**: Trátase dun granito de dúas micas con tamaño de grao fino a médio, equigranular, aínda que esporadicamente poden aparecer megacrístales centimétricos de feldespato. Os minerais esenciais son: cuarzo, feldespatos (microclina e plaxioclasa), moscovita e biotita.

Ao redor dos corpos graníticos principais aparecen un grande número de apófisis e inxeccións que se intrúen noutro tipo de rochas. Esta marcada tendéncia intrusiva provoca que todos os materiais da zona, con excepción do Cuaternário e rochas filonianas de orixe posterior, posúen inxeccións graníticas no seu seo, dando afloramentos abundantes (Figs. 3 e 4).

— **PEGMAPLITAS**: Preséntanse en forma de diques que afectan tanto aos granitos como ao resto das rochas. Os constituintes mineralóxicos esenciais son cuarzo, feldespatos e moscovita.

Os afloramentos de pegmaplitas son moi abundantes e de dimensións variábeis. A influencia desta clase de rochas na morfoloxía do terreo é considerábel xa que ofrecer maior resistencia á erosión que as rochas encaixantes, dan lugar a numerosos resaltes e promontórios, nos que con frecuencia afloran as pegmaplitas, xeralmente moi meteorizadas (Fig. 4).

— **XISTOS E PARAGNEISES**. Trátase dunha unidade definida por xistos e paragneises bimicáceos, con predomínio da biotita sobre a moscovita, e por unha gama de rochas de tipo intermedio que complican a determinación visual. Os minerais esenciais están formados por cuarzo, plaxioclasa, biotita e moscovita. É de destacar a presenza de granate e fibrolita (variedade da sillimanita).

A pesar de que a unidade dos xistos e paragneises comprende unha ampla zona do mapa (Fig. 3), os afloramentos son escasos, debido á súa grande alaterabilidade e á baixa resistencia, na marxe occidental do círculo correspondente ao Castro Montaz (Fig. 5).

— **ORTOGNEISES BIOTITICOS**: Somente aparecen na área asociada ao Castro do Marco, concretamente no sector Norte (Fig. 5).

Son ortogneises de grao fino-médio de composición granítica. É carac-

terística a presenza de megacristsais de feldespato, e tamén de cuarzo. Ambos tipos de cristais chegan a alcanzar dimensións da orde de varios centímetros. As micas estan dispostas en núcleos dispersos, con claro predomínio da biotita sobre a moscovita.

— **ORTOGNEIS DE DUAS MICAS PREHERCÍNICO:** Aparece unha franxa lobular situada ao Oeste e Suroeste do Castro de Cortegada, entre o lugar de Framiñan e o Monte Chamor (Fig. 5).

Son ortogneises bimicáceos de composición granítica nos que a moscovita predomina sobre a biotita. O tamaño do grao varia desde fino a medio. A presenza xeral de dúas micas, e, sobre todo, o predomínio da moscovita sobre a biotita, determinan as diferencias fundamentais entre os ortogneises prehercínicos e os ortogneises biotíticos.

— **ANFIBOLITAS:** A súa presenza na zona é máis ben escasa. Os únicos afloramentos estan situados no WSW. do Castro de Cortegada e ao ESE. do Castro das Orelas, da outra banda do río Deza (Fig. 6).

Trátase de interlacións concordantes entre os materiais da unidade de xistos e paragneises. Son rochas de grao fino, aspecto masivo, e moi alteradas. A composición mineralóxica fundamental está formada por anfíbol e plaxioclase.

— **CUARZO FILONIANO:** Son abundantes as veas e diques de pequeno espesor, que atravesan as rochas anteriores. Dada a súa pequena potencia resultan incartografiáveis, exceptuando o dique que fosiliza o tramo medio da falla, con dirección NNW. — SSE., transcorre no límite NE. do círculo do Castro de Cortegada. Son cuarzos leitosos moi puros, que varían desde opacos a translúcidos.

Nos aluviós cuaternários é frecuente a deposición de cantos rodados formados a partir dos materiais descritos.

RESULTADOS

Damos por sentado que os habitantes dos castros deberon empregar a materia prima pétreo máis próxima, dentro das posibles fontes coñecidas (afloramentos), en base a un menor coste de enerxía. Non obstante, hai que ter presente que algúns afloramentos rochosos puideron ser agotados na antigüidade, ou encontrarse cobertos na actualidade por terras de cultivo. Con esta premissa, resumimos na Cadro 4 as distancias a que se encontran os afloramentos máis próximos de cada tipo de materia prima.

En xeral, pode concluirse que a práctica totalidade da materia prima foi recollida a unha distancia inferior a 1 Qm. de radio, en torno a cada castro. Unicamente o cuarzo e, posiblemente tamén a cuarcita, dado que son cantos

CASTROS MATERIA PRIMA	O Marco	Cartimil	Cortegada	As Orelas	Montaz
Granito 2 micas	400	300	200	300	0
Pegmaplita	—	—	—	0	600
Xisto	900	600	300	100	700
Gneis	—	600	300	100	700
Anfibolita	—	—	—	800	—
Talco-tremolita	—	—	13. 000	15. 000	15. 000
Cuarzo	—	—	800	200	1. 300
Cuarcita	—	—	—	?	?

Cadro 4: Distância (en metros) a que se encontran as fontes de matéria prima máis próxima.

rolados en todos os casos, foran recollidos nos depósitos aluviais dos regatos que verquen ao río Deza, a unha distancia algo superior a 1 Qm. Compre tamén pensar nunha procedencia de aluviões para outros materiais (granito, gneis, etc.) rolados. Existe igualmente a posibilidade de aproveitamento de coluviões, que posteriormente fosen manipulados co fin de proporcionales a forma e o tamaño axeitados.

No caso de anfibolita dos materiais do Castro das Orelas, posto que case todos son cantos rolados, hai que pensar nunha procedencia do río Deza, máis que na extracción dos afloramentos rochosos situados na orella oposta do río (Fig. 6). Hai que ter en conta que, máis ao Sur, este río, ao igual que o seu afluente o Refoxos, atravesan unha franxa de terreo no que son moi abundantes as intercalacións de anfibolita.

Por último, non podemos esquecer que moitos soportes pequenos puideron ser obtidos na remoción das terras cos instrumentos agrícolas, antes de recorrer á extracción dun afloramento rochoso. En calquer caso, posuían os instrumentos imprescindibles para acometer tal tarefa.

Que as fontes de suministro da matéria prima se encontren a menos de 1 Qm. de rádio é lóxico, se pensarmos que, salvo os muíños circulares, todos os obxectos estudados son moi simples, e precisan de moi pouca manipulación.

Un caso aparte, que merece un comentáριο máis detido, é o dos artefactos fabricados en talcoxisto ou talco-tremolita. Aparecen en todos os castros estudados, salvo no do Marco, e presentan iguais ou semellantes características funcionais. A matéria prima empregada non existe na área que comprende o noso estudo nen das súas proximidades; por iso, hai que considerarlo como un material «alóctono».

Os xacementos coñecidos de talcoxisto ou talco-tremolita máis próximos

encóntranse a unha distancia de 13/15 Qm. ao NE., no entorno de Castrovite (xa no concello da Estrada), asociados ás rochas ultrabásicas do Domínio Externo. Compre preguntarse se tal material procede de suministro propio a longa distancia, ou, se contrariamente, responde a un acto de intercambio. Non temos resposta para iso; pero, de calquer xeito, do que non existen dúbidas é de que deberon ser moi específicas as propiedades esixidas a ese obxecto — do que, como xa dixemos, descoñecemos a súa función —, porque senon, non pode entenderse o rexeitamento doutras rochas máis próximas, como o xisto, que tamén poden ser perforadas con certa facilidade.

Outra conclusión que se desprende deste traballo é o exhaustivo coñecemento xeolóxico do home protohistórico do seu medio ambiente, e das propiedades das rochas existentes no mesmo. De acordo coas esixencias requeridas por cada artefacto, empregouse unha materia prima determinada. Así, a totalidade dos muíños circulares utilizan o granito de grao fino de dúas micas; nas afiadeiras emprégase preferentemente unha rocha de grao fino con moito cuarzo (algunhas variedades de xisto e gneis), debido á dureza dese mineral; xa acabamos de ver que as placas perforadas van sempre asociadas a talco-tremolita.

Os resultados deste traballo son, por tanto, coincidentes cos efectuados para outros castros de Galiza (Vazquez Varela, 1983, e Vazquez e Vidal, 1975), Ai, obsérvase, igualmente, que un determinado tipo de artefacto e unha materia prima concreta están case sempre asociados. As distancias das fontes de suministro da materia prima para eses asentamentos, encóntrase sempre a menos de 2 Qm., salvo unha porcentaxe moi reducida de artefactos que empregan rochas situadas até a 6 Qm. (Vazquez Varela, 1983; 99-100).

Tamén no caso do megalitismo galego se aprécia un aproveitamento das rochas máis próximas para a construción dos megalitos (Bello, Criado e Vazquez, 1987; 98). A distancia media entre as mámoas e os prováveis lugares de extracción está comprendida entre 50 a 200 m., aínda que existen casos excepcionais nos que se documenta unha distancia máxima de 1'5 Qm.

Se os datos da prehistoria os comparamos cos proporcionados polo segmento da sociedade galega actual, inmersa nunha economía precapitalista, obsérvanse resultados semellantes. Blanco Dopico (1979; 361-365), estudando a incidencia do medio xeolóxico na arquitectura rural da zona de Vimianzo (A Coruña), conclúe que a distancia a que se sitúan as canteiras ou os afloramentos dos que se extraiu pedras, non sobrepasa 1 Qm., salvo en casos concretos, nos que se chegan a alcanzar os 6 Qm.⁵

⁵ Este traballo foi subvencionado pola Dirección Xeral de Patrimonio Histórico da Xunta de Galiza dentro dos seus plans de investigación arqueolóxica do ano 1987.

BIBLIOGRAFIA

- BELLO DIEGUEZ, J. M^a; CRIADO BOADO, F. e VAZQUEZ VARELA, J.M. (1987): *La cultura megalítica de la provincia de La Coruña y sus relaciones con el marco natural: implicaciones socio-económicas*. A Coruña.
- BLANCO DOPICO, A. (1979): «Medio geológico y arquitectura rural en S. Martín de Castrelo, Vimianzo (La Coruña)». *Gallaecia*, vol. 3-4. Santiago; pp. 357-370.
- CARBALLO ARCEO, L.X. (1986): *Povoamento castrexo e romano da Terra de Trasdeza*. «Arqueoloxia/ Investigación», 2. Santiago.
- CARROCERA FERNANDEZ, E. e JORDA PARDO, J. (1984): «Aproximación al conocimiento del habitat y del territorio castreños». *Arqueología Espacial*, vol. 5. Teruel; pp. 7-20.
- COELHO FERREIRA DA SILVA, A. (1986): *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira.
- FERNANDEZ MARTINEZ, V.M. e RUIZ ZAPATERO, G. (1984): «El análisis de territorios arqueológicos: Una introducción crítica». *Arqueología Espacial*, vol. 1. Teruel; pp. 55-71.
- MIRANDA, J.M.; MESEGUER; J.S. e RAMIREZ, A. (1986): «Bases para el estudio de las relaciones entre el medio geográfico y los asentamientos humanos». *Arqueología Espacial*. vol. 7. Teruel; pp. 199-212.
- ORERO GRANDAL, L. (1988): *El castro «Coto do Mosteiro» (Carballiño, Ourense). Campañas: 1984-85*. «Arqueoloxia/Memorias», nº 10. Santiago.
- RAMOS MILLAN, A. (1984): «La identificación de las fuentes de suministro de un asentamiento prehistórico. El abastecimiento de rocas silíceas para manufacturas talladas». *Arqueología Espacial*, vol. 1. Teruel; pp. 107-134.
- VAZQUEZ VARELA, J.M. (1983): «La territorialidad de la cultura castreña: una primera aproximación metodológica». *II Seminario de Arqueología del Noroeste* (Santiago, 1980). Madrid; pp. 95-102.
- VAZQUEZ VARELA, J.M. e VIDAL ROMANI, J.R. (1975): «Prospecciones arqueológicas en el castro de Nostián: estudio petrológico». *I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas*, vol. I. Santiago; pp. 59-63.
- VIDAL ROMANI, J.R. e VAZQUEZ VARELA, J.M. (1979): «Conocimiento geológico del hombre prehistórico». *XV Congreso Nacional de Arqueología* (Lugo, 1977). Zaragoza, pp. 11-18.

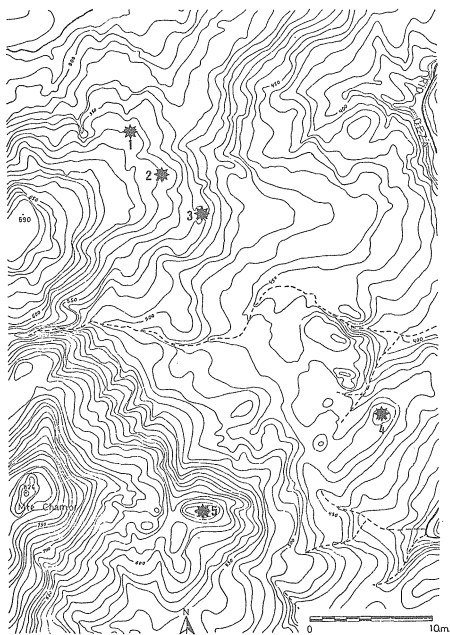


Fig. 1 — Localización topográfica dos castros do Marco (1), Cartimil (2), Cortegada (3), As Orelas (4), e Montaz (5).

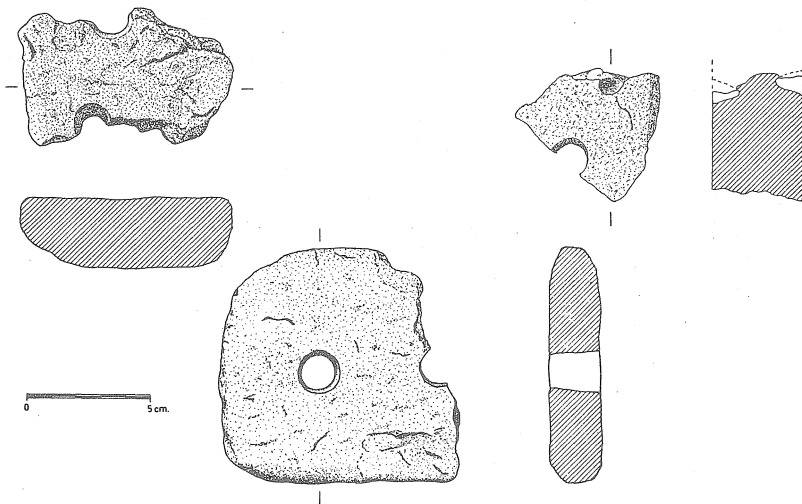


Fig. 2 — Placas perforadas do castro Montaz.

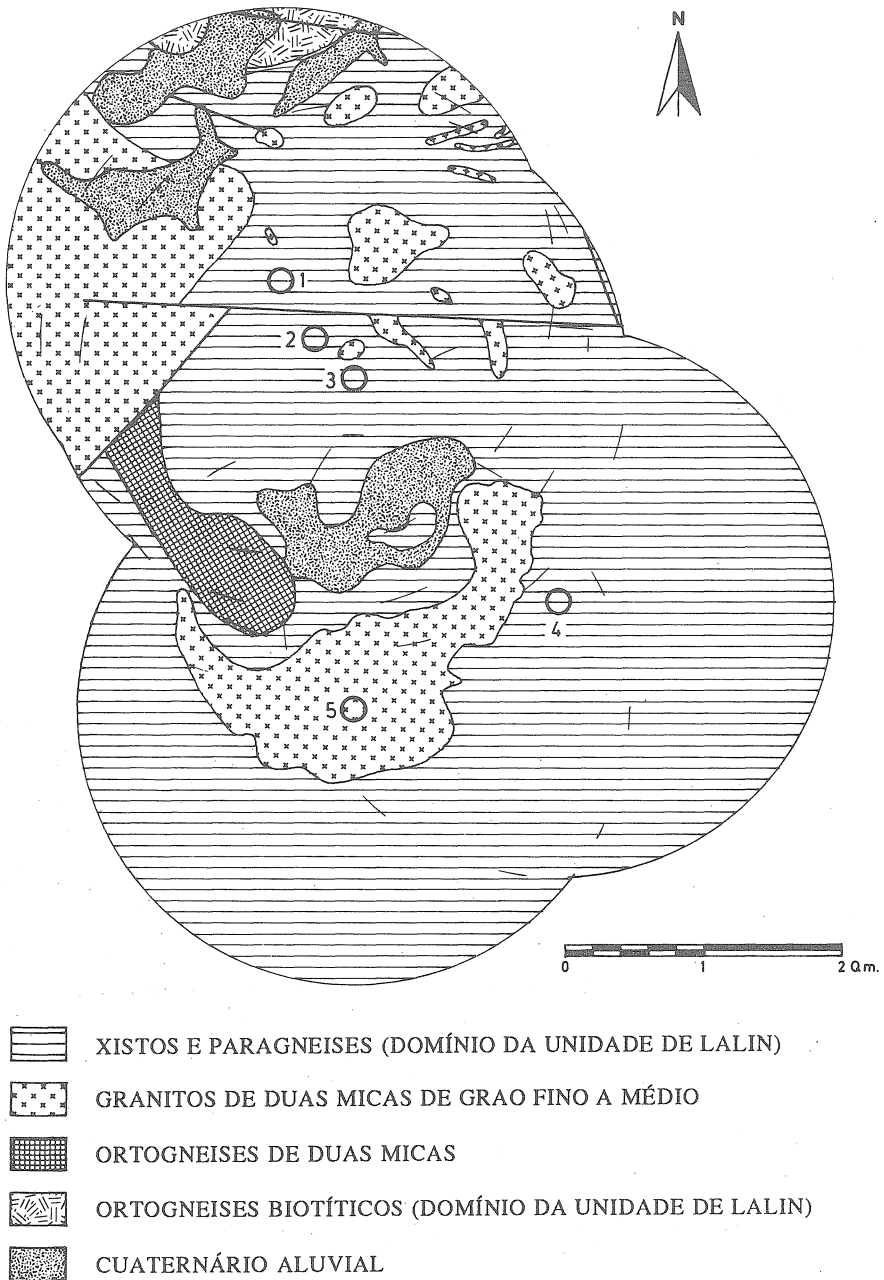
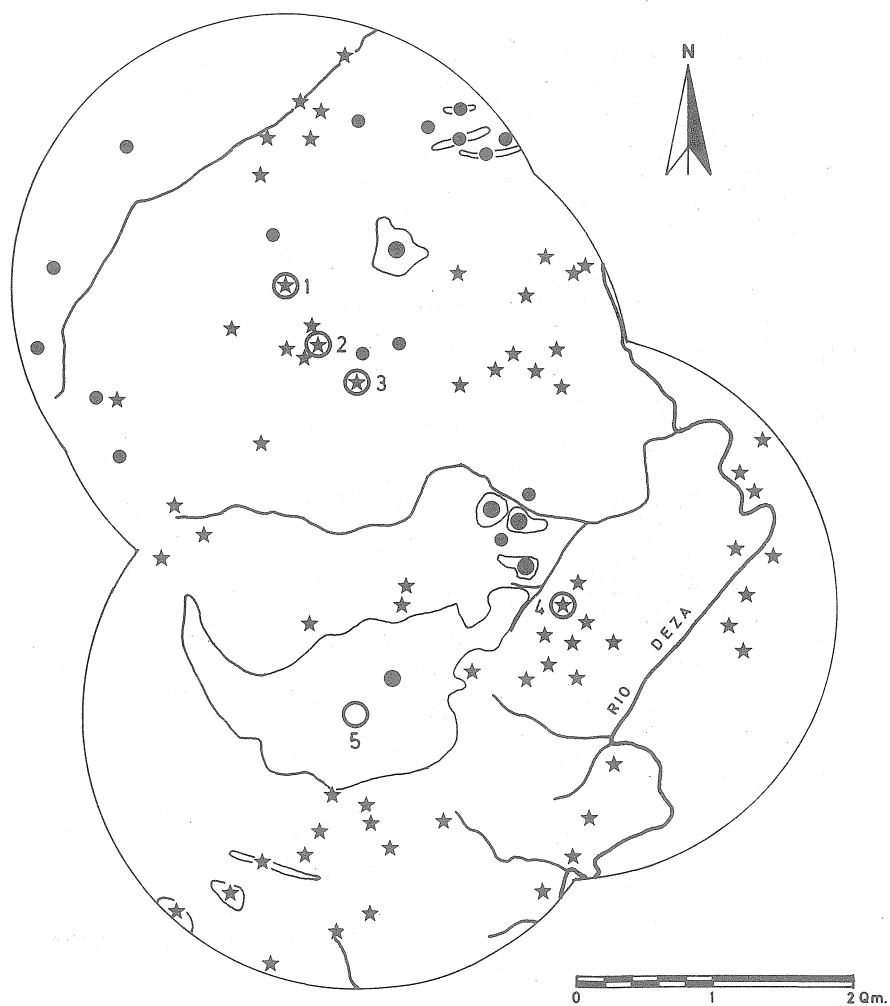


Fig. 3 — Mapa xeolóxico da área estudada.



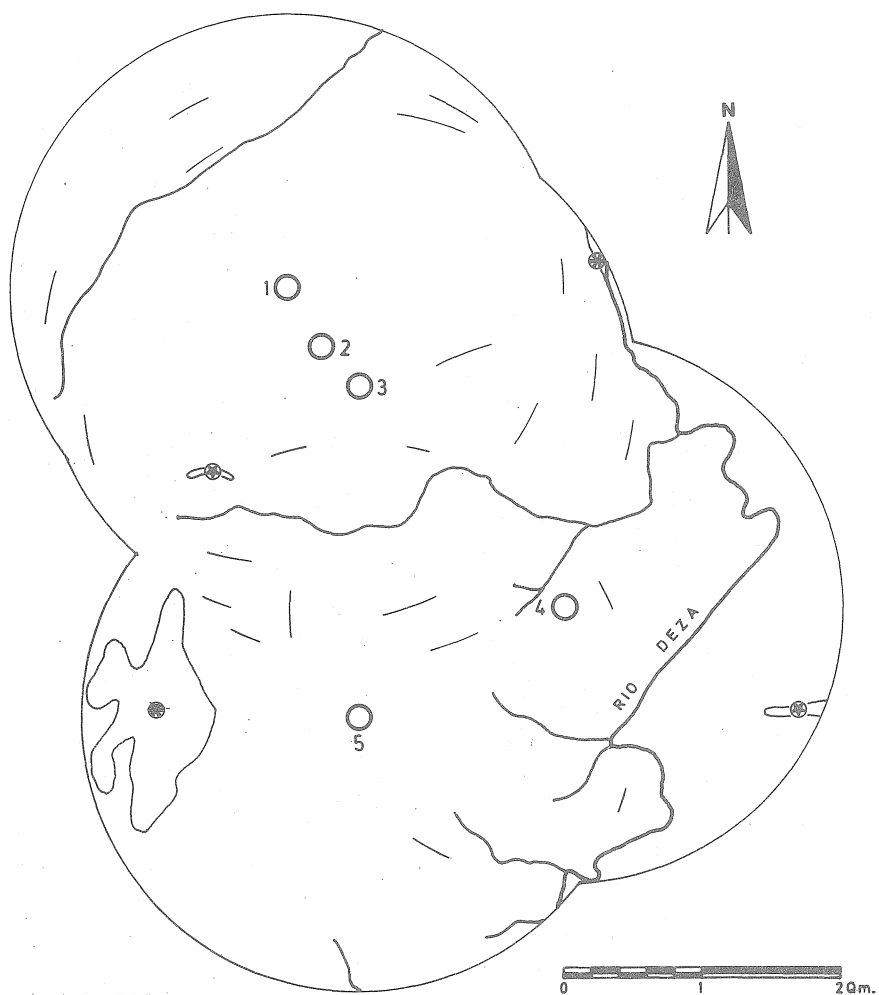
- ★ PEGMAPLITAS, APÓFISIS E INXECCÍONS DE GRANITOS DE DUAS MICAS HERCÍNICOS
- GRANITOS DE DUAS MICAS HERCÍNICOS EN STOCKS

Fig. 4 — Mapa de afloramentos rocosos de pegmaplita e granito.



- * XISTOS E PARAGNEISES
- ** ORTOGNEIS DE DUAS MICAS PREHERCÍNICO
- * ORTOGNEIS BIOTÍTICO

Fig. 5 — Mapa de afloramentos rochosos de xistos e gneises.



- ANFIBOLITA
- CUARZO FILONIANO

Fig. 6 — Mapa de afloramientos rochosos de anfibolita e cuarzo.

VÍA ROMANA NOS CONCELLOS DO PINO E BOIMORTO (Á CORUÑA — GALICIA): VESTIXIOS ARQUEOLÓXICOS E PROBABLE TRAZADO

por

Fermín Pérez Losada *

O principal obxectivo desta comunicación é dar a coñecer unha serie de xacementos e materiais arqueolóxicos inéditos ou deficientemente publicados que determinan con certa probabilidade a existencia dunha vía romana no interior sur da provincia da Coruña, cun trazado xeral que parece unir as cidades de Santiago e Lugo. Destacan esencialmente os xacementos de Santiso-Igrexa (Castrofeito, O Pino) e de Ponte Puñide (Gonzar, O Pino), ós que habería que engadi-lo marco miliario do barrio de Asientos en Boimorto. Procederemos en primeiro lugar a expoñer sucintamente estes datos para posteriormente tentar interpretalos dentro do contexto da vía onde se sitúan e así poder achegarnos á reconstrución do seu posible trazado¹.

OS XACEMENTOS

A primeira estación arqueolóxica da que imos falar atópase a uns 15 Qms. de Santiago, moi próxima ó Aeroporto de Lavacolla, á beira da estrada que leva a Curtis. A nivel cartográfico sitúase na follas 5-7 (95) escala 1: 50.000 da edición do *Servicio Geográfico del Ejército*. As súas coordenadas UTM son 29TNH487529 (vía e vestixios asociados) e 29TNH491524 (castro e necrópole); Altitude: 365 mts. (vía), 350 mts. (castro) e 333 mts. (necrópole). Administrativamente pertence á parroquia de St^a María de Castrofeito no Concello do Pino.

* (Depto. de Historia I, Fac. de Xeografía e Historia, Univ. de Santiago).

¹ A realización deste artigo non sería posible sin a colaboración prestada por G. Meijide Cameselle e E. Rey Seara no traballo de campo, de F. Acuña Castroviejo e A. Rodríguez Colmenero na lectura das inscricións e de X.M. Caamaño Gesto de J. Naveiro Lopez na interpretación xeral da vía. A todos eles as nosas grazias. A foto IV é da autoría de G. Meijide.

Nesta zona atopámonos cun área relativamente restrinxida que conta con importantes vestixios de romanización (Lam. 1). O surleste da actual estrada e da aldea de Santiso (tamén denominada Beis-Sada) sitúase o castro («A roda» na denominación popular) ocupando un pequeno espolón topográfico. As súas dimensións son considerables (eixo N-S: 100 mts. L-O: 80 mts.) e está protexido cum importante parapeto de terra por desgracia hoxe case totalmente destruído. Aparentemente non presenta ningún vestixio de romanización (no seu interior só foi posible atopar algúns anacos de cerámica común de tradición indíxena) aínda que conta cunha necrópole romano-medieval na súa aba sur-surleste e ademais o propio folklore popular o relaciona co xacemento romano de Santiso: «os mouros vivían na agra de Santiso, e na Roda era onde ían celebra-la feira», segundo nos dixo unha veciña de Santiso de avanzada idade.

Seguindo a caída natural do terreo cara ó surleste, nunha zona de suave pendente denominada «finca do Xuez» situada xa entre as primeiras casas do lugar de Igrexa, é onde debeu de localizarse a necrópole. Temos referencias do descubrimento por mor dunhas obras a carón da pista dunha tumba de inhumación de tipo trapezoidal con caixa e tampa de lousas de pedra e mais doutras semellantes existentes nas proximidades da «casa do Xuez». Na primeira foi atopado un pequeno fragmento de *terra sigillata* sin identificar² e espallados pola finca aínda son visibles algúns fragmentos de tégula. Onde a igrexa parroquial existe ademais un sartego pétreo de tipo antropomorfo. Consideramos que estes datos, aínda que escasos, son suficientemente indicativos da existencia dunha necrópole de inhumación na zona que provisionalmente datamos de época romana (*terra sigillata*, tégulas) e altomedieval (sartego antropomorfo) sen que sexa posible polo momento poder facer maiores precisións cronolóxicas.

Os vestixios arqueolóxicos de maior importancia para o noso propósito ubícanse sin embargo á outra banda da estrada xeral na zona denominada «agra de Santiso», nas inmediacións da capela do mesmo nome. As leiras e fincas desta agra dispóñense en estreitas franxas de terreo dirección aproximada noroeste-surleste, mais ou menos perpendiculares ó Camiño Real e á actual estrada. Todas elas están cruzadas polo que os veciños da zona denominan un «serrón», ou sexa, unha estreitísima franxa de terreo duns 5 mts. de anchura media e dirección aproximada suroeste-norleste onde non medran os cultivos dada a existencia no seu fondo dunha mistura de terra e pedras moi dura e compacta (segundo dñn os labregos) que é precisamente o que impide o normal crecemento dos mesmos. Este «serrón» é fácilmente discernible en superficie nunha lonxitude aproximada duns 250 mts., en especial nas leiras que están a

² Este fragmento foi referenciado nun pequeno traballo de Curso e examinado posteriormente polo Prof. Caamaño Gesto, quen confirmou que en efecto se trataba dun anaco de *terra sigillata*.

millo, pequeno e seco o da zona central, verde, forte e alto o das beiras, indicando claramente a presenza de cunetas que delimitaban e definían o antigo camiño agora soterrado³.

A evidencia deste «serrón» que segundo a nosa interpretación corresponde ó trazado dunha antiga vía romana ven confirmado polo achado ó seu carón de diversos vestixios arqueolóxicos romanos: con motivo da realización de obras para a construción dun chalet e mais dunha piscina ubicados na zona, o seu propietario atopou un muro de dirección sensiblemente paralela ó da vía, unha basa de columna granítica de considerables dimensións e multitude de fragmentos de cerámica común e de construción (tégulas e ímbrices) que aínda se poden ver na actualidade espallados polo chan. Noutra casa próxima aínda en construción se nos dixo que ó facerenllos cimentos tamén apareceren muros soterrados e mais unha continua «capa de escombros» (segundo a describían os albañiles) que contiña moitas pedras, anacos de cerámica e tégulas, que evidentemente debe corresponder ó nivel de derrube das edificacións romanas. Por último noutra leira adxacente tamén cruzada polo «serrón», inspeccionada en 1975 por Fernando Acuña Castroviejo e Xosé Manuel Caamaño Gesto, foron recollidos diversos fragmentos de tégula, ímbrice, cerámica común e incluso algún anaco de *terra sigillata*, ademais de dúas inscricións fragmentarias actualmente expostas no claustro da Facultade de Xeografía e Historia de Santiago e que pasamos a comentar a continuación.

Ámbolos dous epígrafes son votivos e están inéditos. De acordo co principal obxectivo e finalidade deste artigo — o estudo da vía — non pretendemos aquí facer unha análise epigráfica exhaustiva dos mesmos, que sin dúbida o merecen, senon sómentes presentalos sucintamente e tentar obter deles a maior cantidade posible de información que nos ilumine sobre da entidade e cronoloxía do xacemento onde foron atopados.

A primeira das aras mide 58 cms. de alto por 23 cms. de fronte e mais de fondo; o campo epigráfico é de 30 x 20 cms. As letras miden 7 cms. de altura media e 2 cms. os espazos interlineares. A grabado dos caracteres non é excesivamente bó, en parte debido a que o granito utilizado é de gran bastante groso. Presenta dúas molduras e dous *foculi* na parte superior, estando fragmentada toda a banda esquerda (Foto I).

Lectura e transcripción:

... ALE/ARCI (us)/V(otum) P(osuit)

³ Evidentemente é só na época de crecemento dos cultivos e especialmente antes da colleita cando mellor se pode apreciar a existencia do «serrón». Por desgracia carecemos dunha boa fotografía aérea oblicua a baixa altitude que poida denotalo fehacientemente, tal como a chamada «arqueoloxía aérea» ten demostrada noutras zonas do Imperio con grande éxito (D.R. WILSON: *Air photo interpretation for Archaeologists*, Londres, 1982; R. AGACHE: *La Somme pré-romaine et romaine*, Amiens, 1978).

A primeira liña corresponde claramente ó nome da divindade á que se adica a ara; infelizmente descoñecemos-la raíz do nome da mesma, o que nos impide identificala; soamente se podería apuntar que posiblemente sexa unha deusa, dada a terminación en — *e*, forma evolucionada da desinencia feminina — *ae*. O adicante da segunda liña case con total seguridade debe ser un *Arcius*, testemuñado nas localidades portuguesas de Vila Real (CIL II Sup. 5556) e Ninho do Açor na Beira Baixa (ILER 943), aínda que a súa forma mais corrente no Noroeste Peninsular é a de *Arquius* (ILER 659, 903, 5898 e 6283); o «I» final é dubidoso⁴. A fórmula adicatoria da última liña non é moi corrente na epigrafía latina, aínda que conta con paralelos na propia Hispania (CIL II Sup. 5706).

A segunda inscrición é un fragmento de *arula* de 28 cms. de alto, 20 cms. de fronte e 12 cms. de fonfo. As letras, moi ben grabadas, miden 4 cms. de alto e 2 cms. os espazos interlineares. A pedra, de granito de gran fino, presenta dúas molduras e tres *foculi* na parte superior (Foto II).

Lectura e transcripción:

L(aribus) V(ialibus)/VALO/...

Coincidimos con A. Tranoy en que a ara está adicada ós *Lares Viales*⁵, a pesar do problema que supón a súa excesiva abreviación dado que nos outros 19 epígrafes deste tipo detectados na *Gallaecia* o nome destes deuses sempre aparece transcrito por extenso⁶. Na segunda liña aparece o nome incompleto do adicante que probablemente continuaría na liña seguinte onde só é posible intuír as partes superiores de dúas letras inidentificables; posiblemente se trate dun *Valoddus* testemuñado en Sasamón (CIL II Sup. 5812) ou ben dun *Valonius* (SCHULZE 376). Os nomes de raíz *Valo* — son de tódolos xeitos moi pouco correntes na antroponimia latina.

A estes dous epígrafes hai que somar outro igualmente inédito hoxe tamén no claustro da Facultade de Xeografía e Historia de Santiago, e que foi entregado alí nos primeiros anos da década dos 70 por N. Ares Espada como procedente de Castrofeito⁷. Descoñecemos-lo lugar exacto onde foi recuperada a peza aínda que, dado que é de tipo funerario, é lícito supoñer que proveña da área da necrópole. (Foto III).

⁴ O Prof. Rodríguez Colmenero insinuounos a posibilidade de que o CI final desta liña poida ser lido como un Q, co que adicante sería un *Arquius*, aínda que esta hipótese é difícil de aceptar dado que os rasgos do C e do I non se chegan a unir no ángulo superior dereito.

⁵ A. TRANOY refêrencia esta inscrición como inédita no seu libro *Le Galice Romaine*, Paris, 1981, p. 211.

⁶ A máxima abreviatura que poidemos localizar é a da ara de Fragoso en Xeve (IRG III 26) que contén a fórmula LARIBUS V(ialibus). Sobre da entidade e características destas divindades no NO. véxase F. ACUÑA CASTROVIEJO: *Los Lares Viales en la Galicia Romana*, Actas do II Congreso Nacional de Arqueología, II, Coimbra, 1971, pp. 353-357.

⁷ Información verbal proporcionada por F. Acuña Castroviejo.

A inscrición está fragmentada na parte superior pero por sorte a fractura non afectou ó texto, que se conserva íntegro. A pedra mide 60 cms. de alto, 36 cms. de fronte e 20 cms. de fondo. O material é granito fino de boa calidade. As letras, do tipo capital cadrado, están moi ben grabadas e miden 6 cms. de media; espacios interlineares: 1 cm.

Lectura e transcripción:

D(iis) • M(anibus)/GRAPHĪ/CI • AUG(ustini ?)/
/DIDIA/GRAPHĪ/CE • F(ilio) • DUL(issimo)•

Traducida ó galego ven dici-lo seguinte: «Ós Deuses Manes de Gráfico Augustino (?); Didia Gráfica (puxo este monumento) ó seu fillo dulcísimo». Esta interpretación plantexa o problema da reconstituición do *cognomen* do difunto, testemuñado con esta mesma forma abreviada noutras inscricións (ILER 2265, 3592 e 3662) e que podería corresponder a *Augendus*, *Augurinus*, *Augustanius*, *Augustanus*, *Augustinos* ou *Augustus*, todos eles testemuñados en *Hispania*; optamos pola forma *Augustinus* simplemente por ser aquela que máis veces — cinco — está testemuñada na Península. Outra dificultade radica en que o *nomen Graphicus*, tomado, ó parecer, do *cognomen* da nai, non aparece testemuñado como tal en ningún repertorio de antroponimia latina dos consultados (CIL, ILAR, SCHULZE, KAJANTO, FORCELLINI, etc.) senón sempre como *cognomen*. A presenza de nomes gregos parece indicar claramente que nos atopamos cunha liberta e o seu fillo⁸. A suxestiva hipótese de que o AUG do fillo na terceira liña poida ser interpretado como AUG(usti) [L(iberti)] móstrasenos como imposible ó té-la nai *nomen e cognomen e*, polo tanto, non poder ser esclava; esta hipótese só podería ser aceptada no improbable caso de que o F • DUL da última liña estivese en nominativo concordando co nome de Didia Gráfica — DIDIA GRAPHICE F(Ilia) DUL(cissima) — sendo neste caso a filla quen adica a inscrición ó seu pai, o liberto imperial *Graphicus*.

A boa calidade do epígrafe (letras capitais cadradas moi ben grabadas, excelente ritmo e paxinación) unido ó emprego da fórmula *Dii Manibus* inclínanos a data-la inscrición no século II ou posterior. Unha datación semellante, ou quizais un pouco máis tardía, é a proposta para a ara comentada en primeiro lugar, con base no dato da perda da desinencia — *ae* e a súa simplificación en — *e*.

En conxunto, os datos que nos proporcionan estas tres inscricións sobre a entidade e características do xacemento de onde proceden é que nos encontramos nun medio fortemente romanizado (presencia de libertos) e que ademais o enclave é sin ningún tipo de dúbida claramente viario (ara ós *Lares Viales*)

⁸ I. CALABI LIMENTANI: *Epigrafia Latina*, Milano-Varesse, 1968, pp. 161-163. Véxase tamén J. MANGAS MANJARRES: *Esclavos y Libertos en la España Romana*, Salamanca, 1971.

como por outra parte confirman os restos topográficos e arqueolóxicos atopados. Non nos atrevemos a identificalo con algunha *mansio* importante, senón mais ben, a tenor da categoría dos achados e da relativamente reducida extensión dos vestixios, cunha *mutatio*⁹ ou, por empregar unha expresión moderna, un *relais routier* semellante ós excavados en Chameleux (Bélxica) ou Böckweiler (Sarre) estudados por Mertens¹⁰. Voltando ó plano de situación da Lam. I resulta moi interesante comprobar como os trazados da vía romana, o antigo Camiño Real e a actual estrada Santiago-Curtis manteñen idénticas direccións paralelas pero afastados uns 60 mts. un do outro demostrado, como si dunha «estratigrafía horizontal» se tratase, como o paso do tempo vai modificando a rede de comunicacións na procura de trazados mais cortos e axeitados ás necesidades dos tempos, pero sin esquece-la base que supón o primixenio sistema viario romano.

O segundo xacemento ó que faciamos referencia sitúase a uns 7 qms. de distancia do anterior, tamén á beira da estrada Santiago-Curtis, no lugar de Ponte Puñide, parroquia de Gondar, Concello do Pino, nun punto moi axeitado para face-lo paso do río Mera. Localízase na mesma folla 5-7 (95) da planimetría 1: 50000 do *Servicio Geográfico del Ejército*, a unha altitude de 260 mts. e cunhas coordenadas UTM de 29TNH544555.

A estación arqueolóxica está constituída por unha ponte antiga sobre o Mera (que foi precisamente á que deu nome ó lugar), polo Camiño Real ou dos arrieiros, que nesta ocasión coincide co trazado da vía romana, e mais por un asentamento romano na saída da ponte a ámbolos dous lados da vía no que se teñen recuperado importantes pezas arqueolóxicas. (Lam. 2).

Sen dúbida algunha o achado mais importante é o coñecido modio de bronce atopado en 1913 xustamente no punto indicado na Lámina. A peza foi estudada nos anos inmediatamente posteriores ao achado por eruditos como García Romero, Martínez Salazar ou Ureña, e xa mais recentemente e dun xeito mais exhaustivo e científico, por Alberto Balil nun excelente artigo¹¹. Non pretendemos aquí e agora repetir tódolos datos e conclusións obtidos neste traballo, senón soamente destacar algúns aspectos que nos poidan achegar información sobre da entidade do xacemento onde foi atopado.

⁹ Sobre da historia e significado latino desta palabra e a súa relación con outras (*mansio, statio*) véxase G. HUMBERT: voz *Cursus Publicus*, DS, I-2, pp. 1645-1672.

¹⁰ J. MERTENS: *Le relais routier de Cahmeleux*, *Archaeologicum Belgii Speculum* 1, Bruxelas, 1968.

¹¹ C. GARCÍA ROMERO: *El modio de Ponte Puñide*, BRAG, VII, 1914, pp. 273-287 e *El modio romano y el modio de Gonzar*, BRAG, VIII, 1915, pp. 34-43, 113-120 e 145-152; A. MARTÍNEZ SALAZAR: *El modio de Ponte Puñide*, BRAG, VII, 1914, pp. 170-184; R. GIL MIQUEL: *Modio romano, de bronce, hallado en Ponte Puñide*. *Adquisiciones en 1930. Nota descriptiva.*, Museo Arqueológico Nacional, Madrid, 1932; R. DE UREÑA: *El modio de Ponte Puñide*, BRAG, LXVI, 1915, pp. 485 ss.; A. BALIL: *El modio de Ponte Puñide (Gonzar, Pino, Coruña)*, Gallaecia, 7-8, 1984, pp. 179-186.

Como é ben sabido, o *modium* é unha medida romana de capacidade tanto para sólidos como para líquidos; o de Ponte Puñide posúe na parte superior da cara externa unha importante inscrición que é a que precisamente permite datalo con precisión no ano 369-370 d.C.:

MODII/ L(ex) IUXTA SACRAM IUSS [ON] NEM DDD (ominorum)
NNN (ostrorum) VALENTINIANI VALENTIS ET GRATIANI
INVICTISSIMRUM/PRINCIPUM IUBENTE MARIO ARTEMIO
V(iro) C(larissimo) AG(ente) VICAR(iam) P(raefecturam)
CUR(antibus) POTAMIO ET QUENTIANO PRINCIPALIBUS.

A *lex iuxta* á que se refire o texto non se conserva pero outras análogas aluden á colocación de xogos de pesas e medidas á disposición do público en *stationes*, e de *modii, sextarii et pondera* en *mansiones et singulae civitates*; o modio, polo tanto, tiña un carácter oficial en relación coa percepción de tributos (trigo, cebada ou viño). O conxunto destes datos infórmanos sobre o probable carácter estatal e oficial do asentamento, confirmanos que efectivamente este é de tipo viario, e ademais apuntannos a posibilidade de que esteamos fronte a unha *mansio*, segundo se desprende do contido da lei.

Nalgún punto non localizado deste mesmo xacemento tamén foi atopado en data descoñecida unha estatuíña broncea dun *genius* estudada por F. Acuña Castroviejo¹². A peza pertence á categoría dos xenios togados familiares e está datada de época Hadrianea.

Recentemente nos mesmos tivemos-la sorte de atopar en superficie no punto indicado na Lámina un mediano bronce de Traxano en excelente estado de conservación¹³ (Foto IV). A moeda pesa 26, 1 grs. e foi acuñada en Roma. No anverso ten a cabeza do emperador laureado ollando á dereita e a lenda seguinte: IMP(erator) CAES(ar) NERVAE TRAIANO AUG(usto) GER(manico) DAC(ico) P(ontifex) M(aximus) TR(ibunicia) [P(otestate) CO(n)S(ul) V(quinque) P(ater) P(atriae)]. No reverso aparece a *Concordia* sentada cara á esquerda facendo un sacrificio cunha *patera* sobre un altar encendido, e a lenda dí: S(enatus) P(opulus) Q(ue) R(omanus) OPTIMO PRIN- CIPI // S(enatus) C(onsultus)¹⁴. O numisma dátase nos anos 103-111 d.C., anos correspondentes ó quinto consulado do emperador Traxano¹⁵.

Outros restos arqueolóxicos relevantes exténdense a carón do antigo camiño, actualmente xa desaparecido a partir da súa saída da ponte. En diferentes visitas de campo nos mesmos puidemos recoller en superficie abundantes fragmentos de tégula, ímbrice e cerámica común, así como dous

¹² F. ACUÑA CASTROVIEJO: *Nota encol de dous xenios atopados en Galicia, Gallaecia*, 3-4, 1979, pp. 287-289.

¹³ Visita de campo realizada en Marzo de 1988 xunto con G. Meijide con motivo de elaboración dun informe para a Dirección Xeral do Patrimonio da Xunta de Galicia.

¹⁴ RIC, II, 496.

¹⁵ MIR, I, pp. 82-84.

abundantes fragmentos de tégula, ímbrice e cerámica común, así como dous pequenos anacos de cerámica romana, un deles pertencente a un prato de engobe vermello interior e o outro dunha peza de *terra sigillata hispánica* de forma inidentificable dado o seu reducido tamaño. García Romero no seu artigo de 1914¹⁶ tamén referencia que na súa visita de campo levada a cabo en Setembro do ano anterior puido ve-los cimentos dun muro de 50 cms. de ancho que rodeaba a finca, feito a base de pizarras e tégulas, multitude de ímbrices e tégulas espalladas polo terreo (das que realiza un pequeno estudio tipolóxico con base nos rebordos), moitas delas con dixitacións e incluso algunha con marcas R ou K, e anacos de cerámica común «de barro parduzco y negro», algunhas delas de forma semellante «a las tazas para el caldo».

Respecto á ponte, hoxe case totalmente sumerxida nas augas do pequeno encoro que forma a presa que hai augas abaixo, pódese dicir que está formada por dous arcos de medio punto que se elevan case 2, 5 mts. sobre o nivel actual do leito do río, e converxen nun pilar central protexido cun considerable tallamar de obra de forma sensiblemente triangular. A parte superior é plana, está pavimentada de pedras, e mide 17 mts. de longo por 3, 40 mts. de ancho. Todo o aparello constructivo é de pedras de xisto aínda que, segundo nos informou unha veciña dunha casa adxacente, na cara interna dun dos arcos existe un «letreiro» de granito que quizais poida ser unha inscrición romana reutilizada. A tenor da tipoloxía constructiva da ponte (arcos de medio punto, parte superior plana, etc.), o paso ben testemuñado dunha vía romana, e a existencia dun xacemento desta mesma época á súa saída, nada obsta para considera-la ponte como romana, aínda que na nosa opinión preferimos datala de época xermánica ou altomedieval, con base na posible inscrición romana reutilizada na súa construción e no propia orixe latina do topónimo Puñide que debe remontar ó xenitivo dun hipotético *Pugnitius*, característica forma xermánica e altomedieval de formación de nomes de lugar a partir de antropónimos¹⁷.

En conxunto atopámonos en Ponte Puñide cun establecemento viario importante que, a xuzgar polo contido e interpretación da inscrición do modio e pola propia categoría dos outros achados ben podería ser considerado unha *mansio*, aínda que a esta posibilidade parece opoñerse a reducida extensión de xacemento. A estación arqueolóxica témola ben datada gracias ós materiais arqueolóxicos que apuntan un horizonte cronolóxico que vai desde os comezos do século II (moeda, xenio) ata o segundo tercio de século IV d.C. (modio).

¹⁶ C. GARCIA ROMERO: *Otra nueva estación romana*, BRAG, VII, 1914, pp. 121-124.

¹⁷ O antropónimo *Pugnitius* non está testemuñado nos reportorios de antroponimia latina, pero si *Pugnus* (KAJANTO, 225) de onde debe ter derivado. Sobre o sistema e cronoloxía da formación de topónimos a partir da forma xenitiva de antropónimos latinos véxase o capítulo «La evidencia toponímica» pp. 42-104 de F. PEREZ LOSADA: *Aproximación al poblamiento rural romano del Conventus Lucensis*, Tese de Licenciatura inédita, Santiago, 1986.

○ MILIARIO

O miliario de Boimorto, ou mais estrictamente, o cipo ou columna honorífica de Boimorto (o epígrafe non ten indicación de millas) foi atopado por unha pá mecánica que explanaba terras á beira Norte da estrada urbana de Boimorto, á altura do barrio de Asientos-O Real (outra vez estamos na trazado do Camiño Real Santiago-Lugo por Sobrado dos Monxes) o día 5 de Abril de 1981. A pedra foi descuberta e estudiada en primeira instancia por Luis Monteagudo, quen a publicou o mesmo ano nunha nota de prensa¹⁸. Actualmente atópase colocada na parte traseira da nova Casa de Concello.

A pedra é unha columna circular de granito de 245 cms. de alto por 60 cms. de diámetro medio. Actualmente está en pé enterrado uns 70 cms. na base. A inscrición consérvase completa, aínda que é de moi dificultosa lectura dado que os surcos en U que definen as letras están moi esvaídos e en moitos casos claramente determinados polos grandes graos de cuarzo que ten a pedra. As letras teñen unha altura media de 6 cms., aínda que varían entre os 10 e os 5 cms. Espacios interlineares: superior 23 cms.; intermedios de 2 a 5 cms.; inferior 105 cms. (Lam. 3).

A transcripción do texto é a seguinte:

IMP (eratori) CAES (ari) G(aio) • IVL(io)
VEROM (a) [X]SIMO P(io)
FELICI • AVG(usto) • GERMA(nico) • M(aximo)
DACI (co) • M(a)X(imo) • SAR(matico) PONT(i)F(ici)
5 MAX(imo) • TRIBI (unicia) POTES(tate) • IMP(eratori)
VII(septies) • P(atri) • P(atriciae)CO(n)S(uli) PROCO(n)S(uli) ET
G(aio) IVL(io) VERO M(a)XSIMO
NOB (i)LICC(i)MO [CAES(ari)] • DACICVS
M(a)X(imus) • SAR[MA(tico)] PRINCIPE IV
10 [E]NTVTIS FILI(o) N(o)S(tri) D(omini)
G(aii) IVLI(i) [MA]XIM(i)NI
P(ii) F(elicis) AV[G(usti)]

A grabación do texto caracterízase por unha moi deficiente paxinación (as liñas son ondulantes e as súas lonxitudes varían entre os 55 cms. da nº 12 ata os 160 cms. da nº 8), multitude de *errata* (letras e palabras confundidas ou mal construídas) e un claro descoñecemento da gramática latina (anómalamente todo o texto está redactado en dativo — o normal sería o nominativo — e ademais na liña 8 salta repentinamente ó nominativo en *Dacicus* para inmediatamente voltar ó dativo na liña seguinte), fallos todos eles atribuíbles á impericia do lapicida e en parte tamén á mala calidade do granito, de graos de cuarzo

¹⁸ El Correo Gallego, 19-IV-1981, pp. 14-15.

tan grosos que impiden en moitos casos unha adecuada grabación dos caracteres.

Folga dicir que o cipo honorífico está adicado a Maximino e Máximo e que está datado no 238 d.C., ano en que o emperador recibe o título de *imperator VII*, morrendo o mesmo ano pouco tempo despois.

Comentario á transcripción:

Liña 1: Dificultades de lectura en CAES sobre todo no S final do que non se consegue aprecia-lo rasgo da curva inferior.

Liña 2: Dificultades de lectura en VERO. *Maximo* é un *erratum* por *Maximino* (liña 11). Reconstruímoslo con grafía XS por semellanza coa liña 7. Monteagudo lee MACSIMO.

Liña 3: *Germanico Maximo* en 236 d.C. Monteagudo le GERMAN, aínda que a interpunción está bastante clara.

Liña 4: *Dacico Maximo e Sarmatico (Maximo)* en 236-237 d.C. O lapicida esqueceu escribilo MAX calicativo de SAR(matico), tal como tamén acontece na liña 9. *Erratum* na grafía de PONTF onde o T aparece con forma de L.

Liña 5: *Erratum* e pésima grafía do TRIB(unicia) onde parece que o inhábil lapicida duplicou o I. Falta o número da potestade tribunicia, que debería se-lo V.

Liña 6: IMP(erator) VII en 238 d.C. *Erratum* na conxunción ET que aparece con grafía ER.

Liña 7: Grafía anómala de MXSIMO por MAXIMO.

Liña 8: Múltiples fallos na grafía de *nobilissimo*: as dúas S aparecen con forma C e ademais faltan os I pretónico e postónico (Monteagudo interpreta isto como «el primer documento gallego de la caída de las vocales protónica y postónica»). *Erratum* en *Dacico* que aparece escrito en nominativo.

Liña 9: Lectura dubidosa do X de M(a)X. Múltiples *errata* na grafía de PRINCIPE (N e P con grafía R). Monteagudo le N no final da liña; na nosa opinión se trata dun IV con nexo que concorda mellor co resto da palabra na liña seguinte.

Liña 10: A grafía IVENTUTIS por IVENTUTIS está testemuñada noutros

miliarios galaicos deste mesmo emperador¹⁹. A fórmula N(o)S(tri)D(omini) tamén é anómala por D(omini)N(ostri).

Liña 11: Problemas na lectura e reconstrucción de MAXIMINI.

Liña 12: Grafía errónea do F que aparece con grafía P. A reconstrucción de AVG(usti) parece clara por similitude con outros miliarios deste mesmo emperador que tamén rematan de igual xeito²⁰.

Este miliario eleva a 27 a cifra dos miliarios de Maximino e Máximo atopados na *Gallaecia*: 4 foron descubertos en Braga e os restantes pertencen ás vías XVII (1), XVIII (13), XIX (6), Chaves-Astorga (1) e Chaves-Ourense (1) segundo se recolle no cadro seguinte:

MILIARIOS DE MAXIMINO E MAXIMO EXISTENTES NA GALLAECIA

nº	Vía	Localización	Referencia
1	Braga	Braga	CIL II 4756
2	"	"	CIL II 4757
3	"	"	CIL II 4758
4	"	"	CIL II 4759
5	Vía XVII Braga-Astorga	Possacos	CIL II 4788
6	Vía XVIII Braga-Astoga	Foncuberta	IRG IV 45
7	" " " "	Zadagós	IRG IV 33
8	" " " "	Vilar de Santos	CIL II 4858
9	" " " "	Baños de Bande	IRG IV 30
10	" " " "	Torneiros	IRG IV 26
11	" " " "	Campo das Moruás	EE VIII 238
12	" " " "	" " "	EE VIII 240
13	" " " "	Portela do Homem	CIL II 4834
14	" " " "	" " "	CIL II 6222
15	" " " "	Albergaria	CIL II 4831
16	" " " "	Campo do Gerês	CIL II 4826
17	" " " "	" " "	CIL II 4828
18	" " " "	Dornelas	Martins 115-116
19	Vía XIX Braga-Lugo	Pontevedra	EE IX 240
20	" " " "	Ponte do Couto	IRG III 6
21	" " " "	Antas	CIL II 6228
22	" " " "	Berniandos	CIL II 4870
23	" " " "	Correlhã	CIL II 4874
24	" " " "	Fornelos	B. Almeida 144
25	Vía Chaves-Astorga	Vinhais	Barradas C-2
26	Vía Chaves-Ourense	Xinzo de Limia	IRG IV 32

¹⁹ Números 1, 2, 21 e 22 do cadro de miliarios.

²⁰ Por exemplo o nº 2 do cadro de miliarios.

A presenza dun número tan elevado de miliarios destes emperadores na *Gallaecia* compréndese, mais que por razóns honoríficas ou políticas, pola existencia dunha importante obra de restauración e conservación de vías e pontes levada a cabo por Maximino e Máximo dado o deficiente estado de conservación que estas presentaban desde a última etapa de construción e restauración de vías que remonta á época de Hadriano²¹. Supoñemos que tales traballos tamén deberon afectar á vía que nos ocupa, xa moi degradada desde a súa construción que provisionalmente datamos de comenzos do século II con base na cronoloxía dos vestixios arqueolóxicos atopados en Castrofeito e Ponte Puñide. As obras foron realizadas por Quinto Decio Valerino, *legatus Augusti*, tal como se recolle na fórmula *Vias rei pontes tempore vetustate conlapsos restituerunt curante Q. Decio Valerino leg(ato) Augg(ustorum) pr(o) pr(aetore)* grabada nun considerable número das columnas miliarias sinaladas (18 en total: n.ºs 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25 e 26).

Esquecéusenos apuntar que o miliario case con total seguridade foi atopado *in situ*, aínda que xa caído, segundo se desprende das circunstancias do achado (a finca onde se descubriu a columna non é nin escombeira nin terra removida senón terreo virxe) e mais do feito de se ubicar á beira do antigo Camiño Real Santiago-Lugo por Sobrado.

A VÍA ROMANA

Un feito común ós tres xacementos arqueolóxicos viarios que acabamos de expoñer (Castrofeito, Ponte Puñide e Boimorto) é que os tres están ubicados a carón do Camiño Real Santiago-Lugo por Sobrado. Esta triple coincidencia é a que nos permite afirmar coa seguridade suficiente que os trazados do Camiño Real e mais da vía romana son maioritariamente coincidentes. O sentido xeral desta última é, polo tanto, a comunicación das cidades de Santiago (onde hai restos romanos importantes, aínda que descoñecemos a qué tipo de asentamento pertencen) e da capital do convento *Lucus Augusti*.

Para a reconstrución do trazado da mesma ímonos guiar, a falta dunha prospección exhaustiva de campo que aínda está por facer, polas informacións contidas no coñecido Dicionario de Madoz, ó traveso das que se pode reconstruír parroquia por parroquia o percorrido da antiga «Vereda Real de Santiago a Lugo por Sobrado» segundo a define o propio autor²².

Saíndo de Santiago e ata chegar a Lavacolla, a «vereda» coincide co Camiño de Santiago. Pasado o actual aeroporto afástase do mesmo á esquerda

²¹ A. TRANOY: *Le Galice Romaine*, Paris, 1981, p. 398.

²² P. MADDOZ: *Diccionario Geográfico Histórico de España y sus Provincias de Ultramar*, Madrid, 1845. Foron consultadas todas as voces de parroquias polas que presumiblemente pasaba o camiño.

seguinto *grosso modo* o percorrido da actual estrada Santiago-Curtis pasando polas parroquias de Castroteito (xacemento de Santiso) e de Gonzar (xacemento de Ponte Puñide). Posteriormente, á altura de Marquiño, abandona a estrada de Curtis e continúa cara ó Leste pola banda sur das parroquias de Medín, O Campo (topónimo As Calles) e Mercurín (Capela da Mota) ata baixar a Boimorto (miliario; topónimos Real e Casa do Real). A vía prosigue o seu camiño polas parroquias de Boimil e Carelle (topónimo Pena do Real), pasa polo sur de Sobrado dos Monxes, e continúa por Codesoso ata o paso das Pías (topónimo Marco das Pías) por onde cruza a Serra do Bocelo, actual límite entre as provincias de Coruña e Lugo. A seguir descende polo val de Friol ó traveso das parroquias de Silvela (Madoz cita a existencia de dúas pontes de pedra antigas sobre o Cango nesta parroquia), Ramelle, Friol, Devesa, Cotá, Valalvite e Camoira, cruza o Miño pola ponte medieval do Hombreiro e sigue pola parroquia de Meilán ata unirse coa vía XX que desde *Brigantium* entraba en Lugo pola Porta Nova (Lam. 4). Boa parte do percorrido deste Camiño Real recollido por Madoz xa existía na época medieval, polo menos no seu tramo Lugo-Sobrado²³.

Se ben non existen grandes problemas á hora de reconstruí-lo antigo trazado da vía, si que existen maiores dificultades cando tentamos saber de que vía se trata. Na nosa opinión creemos que existen moitas posibilidades de que sexa a vía XIX do Itinerario de Antonino no seu tramo *Iria-Lucus* segundo se explica eazona a seguir.

Tradicionalmente a maioría dos investigadores adicados ó tema da rede viaria romana en Galicia veñen considerando que a unión entre as cidades de Iria e Lugo se levaría a cabo mais ou menos seguinto o transcurso, ou polo menos non moi lonxe, do medieval Camiño de Santiago (Blazquez, G. Arias, Monteagudo, Estefanía, Tranoy, etc.)²⁴, ó que sempre se lle supuxo unha orixe nunha vía romana preexistente. O enlace coa cidade de Lugo realizaríase, ou ben a partir de Melide por Vilouriz, Ponte Ferreira (mansión *Ponte Martiae* segundo N. Ares)²⁵, Retorta, Bacurín, Alto e A Ponte ó traveso do ramal do

²³ E. FERREIRA PRIEGUE: *Los caminos medievales de Galicia*, Anexo 9 do Boletín Auriense, Ourense, 1988, p. 242.

²⁴ A. BLAZQUEZ: *Vía romana de Braga a Lugo por el interior*, BCPMO, VI, 1918, pp. 111-115 e 133-136; A. BLAZQUEZ e A. DELGADO AGUILERA: *Vías de Sigüenza a Zaragoza, de Alhambra a Zaragoza, del Bierzo a Lugo, de Lugo a Betanzos, de Betanzos a Padrón, de Tuya a Padrón y de Padrón a Lugo*, Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades, 52, 1923, pp. 16-18; G. ARIAS BONET: *Los caminos del duumviro Lépido y otras vías romanas*, *El Miliario Extravagante*, 4, 1964, pp. 71-85; L. MONTEAGUDO: *Carta de Coruña Romana Emérita*, XIX, 1951, pp. 191-224, XX, 1952, pp. 467-490 e XXV, 1957, pp. 14-80; M.D.N. ESTEFANIA ALVAREZ: *Vías romanas de Galicia*, *Zephyrus*, XI, 1960, pp. 5-104; A. TRANOY: *Op. cit.*, p. 217.

²⁵ N. ARES VAZQUEZ: *La mansión romana de Ponte Martiae*, BCPML, X, 1977-78, pp. 3-7.

camiño de peregrinación a Santiago para os romeiros que viñan de Lugo²⁶, ou ben por Palas de Rei e Guntín coincidindo *grossa modo* co trazado da actual estrada xeral Santiago-Lugo. Os partidarios desta segunda hipótese (Barros Silvelo, Blazquez, Monteagudo, Estefanía)²⁷ baséanse na localización da mansión *Marcie* ou *Ponte Martiae* (segundo o Itinerario de Antonino e as tabletas de barro de Astorga respectivamente) na parroquia de Marzán (poucos qms. ó oeste de Guntín) aducindo argumentos de orde toponímica de escasa credibilidade²⁸. A primeira hipótese, pola contra, ten maiores visos de verosimilitude, xa que de S. Román de Retorta procede un miliario de Calígula recuperado a comezos deste século e datado no ano 40 d.C. (IRPL, 93). Tamén existen diferentes hipóteses explicativas do trazado da vía no seu enlace con Iria, resumibles en dous grupos principais: aqueles que creen que a unión se faría polo baixo val do Ulla por Pontevea, Gándara (de aquí procede outro coñecido miliario de Calígula — IRG, I, 2 — de idéntica datación có anterior) e Aixón (durante moito tempo considerado como a mansión *Asseconia*)²⁹, e aqueles outros que opinan que a vía sobe desde Iria polo val de Amaía ata Santiago onde enlazaría co Camiño Xacobeo³⁰.

A realidade é que en todo o percorrido do Camiño de Santiago ata Melide ou Palas de Rei non se ten atopado ata o momento, que nos saibamos, ningún tipo de vestixio arqueolóxico viario romano que demostre que a teoría tradicional é certa. Soamente podería ser considerado como romano o ramal secundario Lugo-Melide con base no miliario de Retorta, si é que consideramos que efectivamente foi atopado en S. Román de Retorta e que se encontraba *in situ*³¹. O trazado que nos propoñemos, polo contrario, conta con suficientes vestixios arqueolóxicos inequívocamente viarios, supón un percorrido mais lóxico, rectilíneo e doado de viaxar para a comunicación terrestre Santiago-Lugo, e existe ademais outro argumento que o pode apoiar: a cercanía do campamento romano de Cidadela, importante establecemento militar que evidentemente

²⁶ E. FERREIRA PRIEGUE: *Op. cit.*, pp. 242-243 e tamén N. ARES VAZQUEZ (nota anterior) p. 5

²⁷ Véxase nota 24. R. BARROS SILVELO: *Antigüedades de Galicia*, Coruña, 1875.

²⁸ Marzán deriva de *Martiani*, forma xenitiva dun *possessor Martius* ou *Marcus* (J.M^a PIEL: *Nomes de «possessores» latino-cristãos na toponimia asturo-galego-portuguesa*, Biblos, XXIII, 2, 1947, pp. 322-323). Véxase tamén a nota 17.

²⁹ M. LOPEZ FERREIRO: *Asseconia*, *Galicia Diplomática*, 46, 1883, pp. 337-339; M.D.N.ESTEFANIA ALVAREZ: *Op. cit.*, p. 52; G. ARIAS BONET: *Op. cit.*, p. 75.

³⁰ F. BOUZA BREY: *Prenotando tópicos para el estudio de las vías romanas de Galicia: Iria y Asseconia*, *El Miliario Extravagante*, 5, 1964, pp. 90-99; A. TRANOY: *Op. cit.*, p. 217.

³¹ A única referencia con que contamos para a súa localización é unha carta do Dr. Victoriano Sanchez Latas a M. Macías onde lle dí que o miliario apareceu na parroquia de S. Román de Retorta nun labradío á beira do Camiño Real Santiago-Lugo e que estaba reutilizado como base dun alpendre (M. MACIAS en BCPMO, IV, 1912, p. 172). Outra hipótese explicativa é que o miliario pertencese á vía Lugo-Ourense por Guntín e Chantada, onde xa teñen aparecido pedras miliarias en Entrambasaguas-Guntín (IRPL 96) e en Seteigreixas-Monterroso (IRPL 95).

precisaba de boas vías de comunicación para cumprir axeitadamente coa súa función e que en efecto ten vestixios dunha vía cara o sur³² que seguramente enlazaría coa nosa nalgún punto da zona de Sobrado; por outra parte, a cronoloxía proposta polo seu excavador para o período de ocupación do campamento — principios do século II ata finais do século IV d.C.³³... coincide plenamente coa que nos propoñemos para a vía que tamén neste tramo debeu de ser construída a comezos do século II e posteriormente reparada por Máximo e Máximo no século III. Polo que respecta ó enlace con Iria estamos convencidos de que este se debeu de realizar ó traveso de Santiago. Non hai que esquecer que a cidade conta cuns vestixios romanos importantes³⁴, que Iria se atopa xa algo adentrada no val do Sar e que o camiño natural de penetración cara ó interior é polo amplo e doado val de Amafa e non polo estreito e dificultoso val do Ulla no seu tramo final. Existen ademais vestixios arqueolóxicos antigos dun camiño que desde Padrón subía ata Santiago³⁵. Respecto ó miliario de Gándara non temos a seguridade de que fora atopado *in situ* e incluso as referencias antigas con que contamos para a súa localización orixinaria son incertas e pouco concretas³⁶; aínda aceptando que efectivamente estivese *in situ* consideramos moito mais lóxico e axeitado sumarmos á opinión de A. Tranoy de que pertence a unha vía secundaria Santiago-Ourense (xunto coa ara ós *Lares Viales* de Grava en Silleda — IRG, III, 24)³⁷, que non consideralo como pertencente á vía XIX. No que atinxe á localización das tres mansións comprendidas no traxecto entre Iria e Lugo (*Asseconia*, *Brevis* e *Marcie* ou *Ponte Martiae*) está claro que, tal como demostrou xa hai tempo F. Bouza Brey³⁸, *Asseconia* non é Aixón e que *Marcie* tampouco é Marzán; intuímos que a primeira efectivamente non debe andar lonxe de Santiago (si é que non é a cidade mesma), aínda que as hipóteses de situala en A Sionlla ou en Sigüeiro³⁹ parecennos un pouco fora da ruta indicada; polo demais, non nos

³² J.M. CAAMAÑO GESTO: *Excavaciones en el campamento romano de Ciudadela (Sobrado dos Monxes, Coruña)*, NAH, 18, 1984, p. 238.

³³ J. M. CAAMAÑO GESTO: *La Cohors I Celtiberorum y su campamento romano de Ciudadela (Sobrado dos Monxes-Coruña)*, CEG, XXXV, 1984-85, p. 76.

³⁴ Véxase J. GUERRA CAMPOS: *Exploraciones arqueológicas en torno al sepulcro del Apóstol Santiago*, Santiago, 1982.

³⁵ M. LOPEZ FERREIRO: *Historia de la S.A.M.I. Catedral de Santiago de Compostela*, Santiago, 1898, vol. I, pp. 143-144 e 246-247. Véxase tamén F. BOUZA BREY: *Op. cit.* (nota 30), pp. 92-93.

³⁶ Segundo LOPEZ FERREIRO (*Op. cit.* nota 29) o miliario foi atopado en 1876 «en los contornos de la parroquia de S. Verísimo de Sergude y entre los lugares de Gándara, Deseiro de Arriba y Deseiro de Abajo».

³⁷ A. TRANOY: *Op. cit.*, p. 217.

³⁸ F. BOUZA BREY: *La «villa de Aixón» y la presunta mansión romana de «Pria», Compostellanum*, XV, 1970, pp. 553-557.

³⁹ F. BOUZA BREY: (*Op. cit.* nota 30) e M. FERNANDEZ RODRIGUEZ: *La localización de Asseconia, Compostellanum*, VII, 1962, pp. 660-661.

atreveremos a facer, cos escasos datos con que contamos, ningunha localización hipotética de mansiónes que non deixarían de ser, novamente, hipóteses lanzadas ó ár pero sin ningún tipo de fundamento.

Santiago, Decembro de 1988

ABREVIATURAS

- | | |
|------------|--|
| B. Almeida | C.A. BROCHADO DE ALMEIDA: <i>A rede viaria do Conventus Bracaraugustanus</i> , Minia, 2ª Serie, 2(3), 1979, pp.61-63. |
| Barradas | L.A. BARRADAS: <i>Vias romanas das regiões de Chaves e Bragança</i> , Revista de Guimarães, LXVI, 1956, pp. 159-238. |
| BCPML | Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos de Lugo. |
| BCPMO | Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos de Ourense. |
| BRAG | Boletín de la Real Academia Gallega. |
| BRAH | Boletín de la Real Academia de la Historia. |
| CEG | Cuadernos de Estudios Gallegos. |
| CIL II | E. HÜBNER: <i>Corpus Inscriptionum Latinarum</i> , II, Berlín, 1869. |
| DS | CH. DAREMBERG e E. SAGLIO: <i>Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines</i> , Graz-Austria, 1969. |
| EE | Ephemeris Epigraphica. |
| FORCELLINI | A. FORCELLINI: <i>Lexicon totius Latinitatis. Onomasticon.</i> , vols. V-VI, Padua, 1940. |
| ILER | J. VIVES: <i>Inscripciones Latinas de la España Romana</i> , Barcelona, 1971. |
| IRG | AA. VV.: <i>Inscripciones Romanas de Galicia</i> , Santiago, 1949-1961 |
| IRPL | F. ARIAS VILAS, P. LE ROUX e A. TRANOY: <i>Inscriptions Romaines de la Province de Lugo</i> , Paris, 1979. |
| KAJANTO | I. KAJANTO: <i>The Latin Cognomina</i> , Helsinki, 1965. |
| MARTINS | M. MARTINS: <i>O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado</i> , Tese de Doutoramento inédita, Braga, 1987. |
| MIR | C.CASTAN RAMIREZ: <i>La Moneda Imperial Romana</i> , Valencia, 1985. |
| NAH | Noticiário Arqueológico Hispánico. |
| RIC | H. MATTINGLY e E.A. SYDENHAM: <i>The Roman Imperial Coinage</i> , Londres, 1968. |
| SCHULZE | W. SCHULZE: <i>Zur Geschichte Lateinischer Eigennamen</i> , Berlín, 1966. |

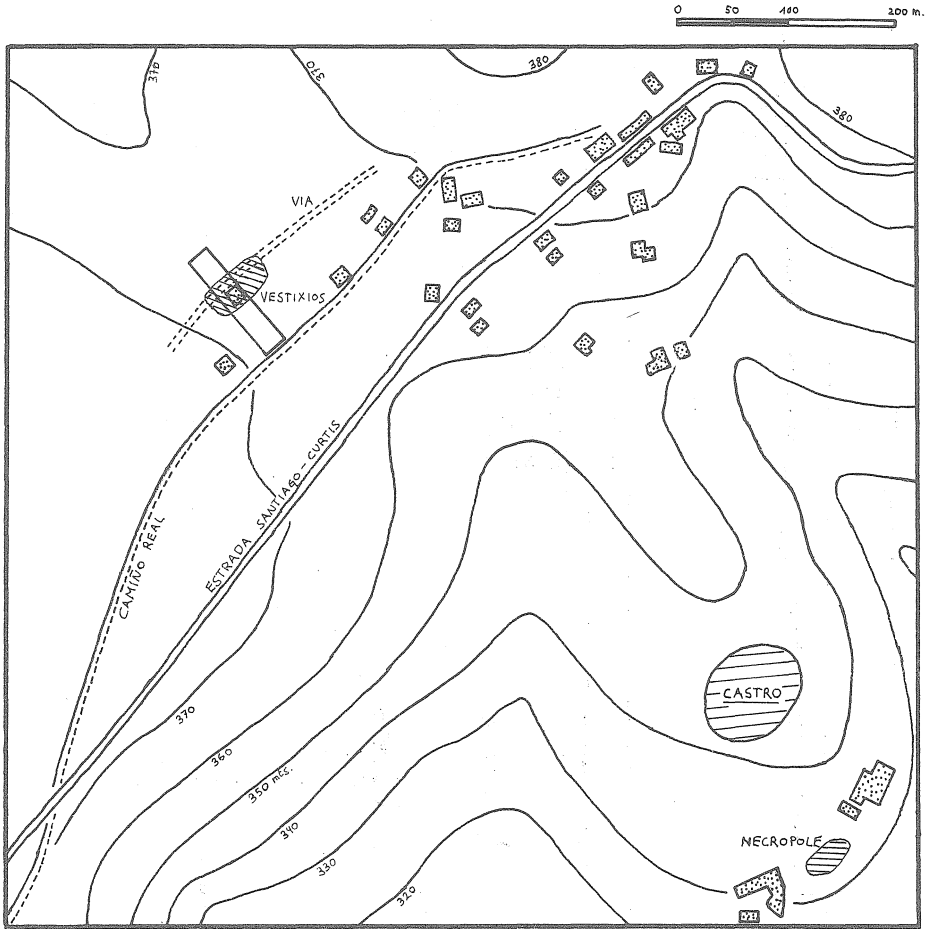


Fig. 1 — Santiso (beis-sada) — Castrofeito — O Pino.

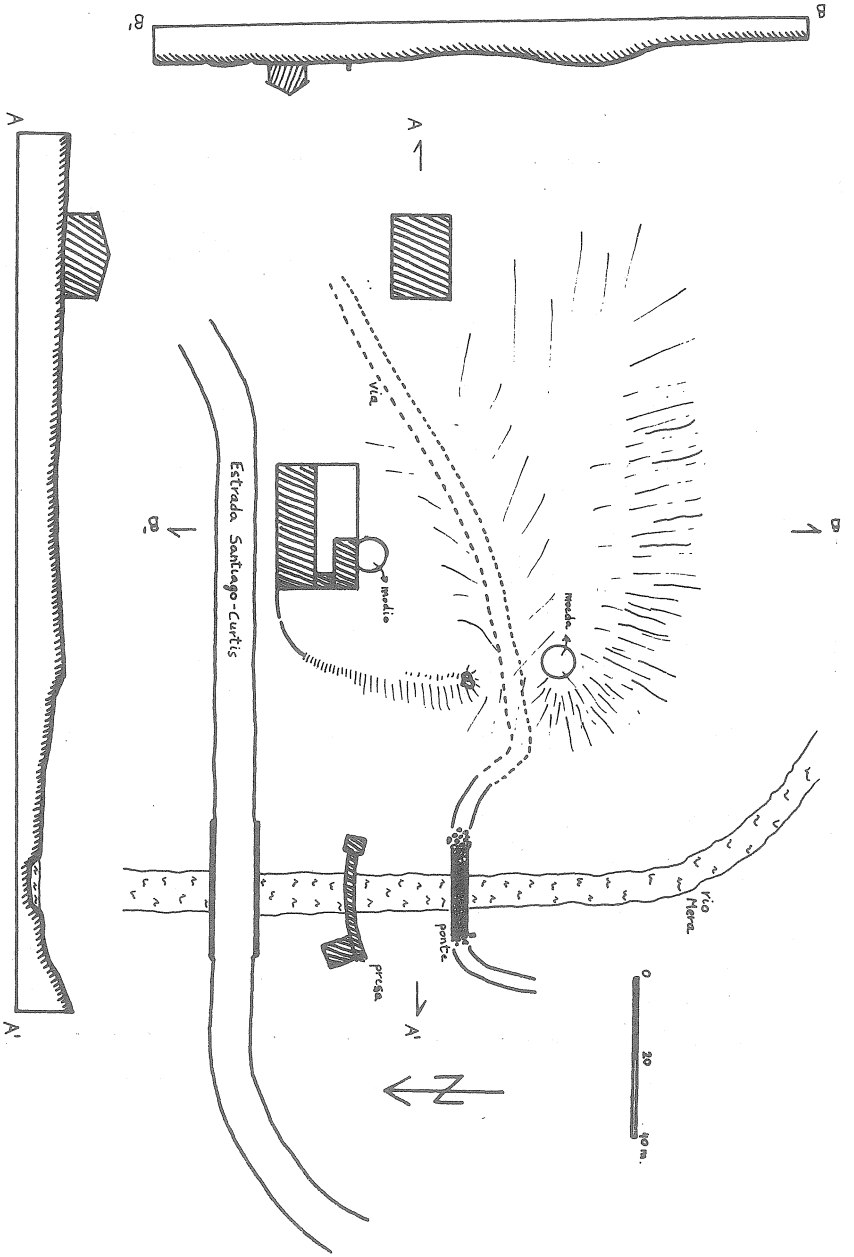


Fig. 2 — Ponte Puñide — Gonzar — O Pino.

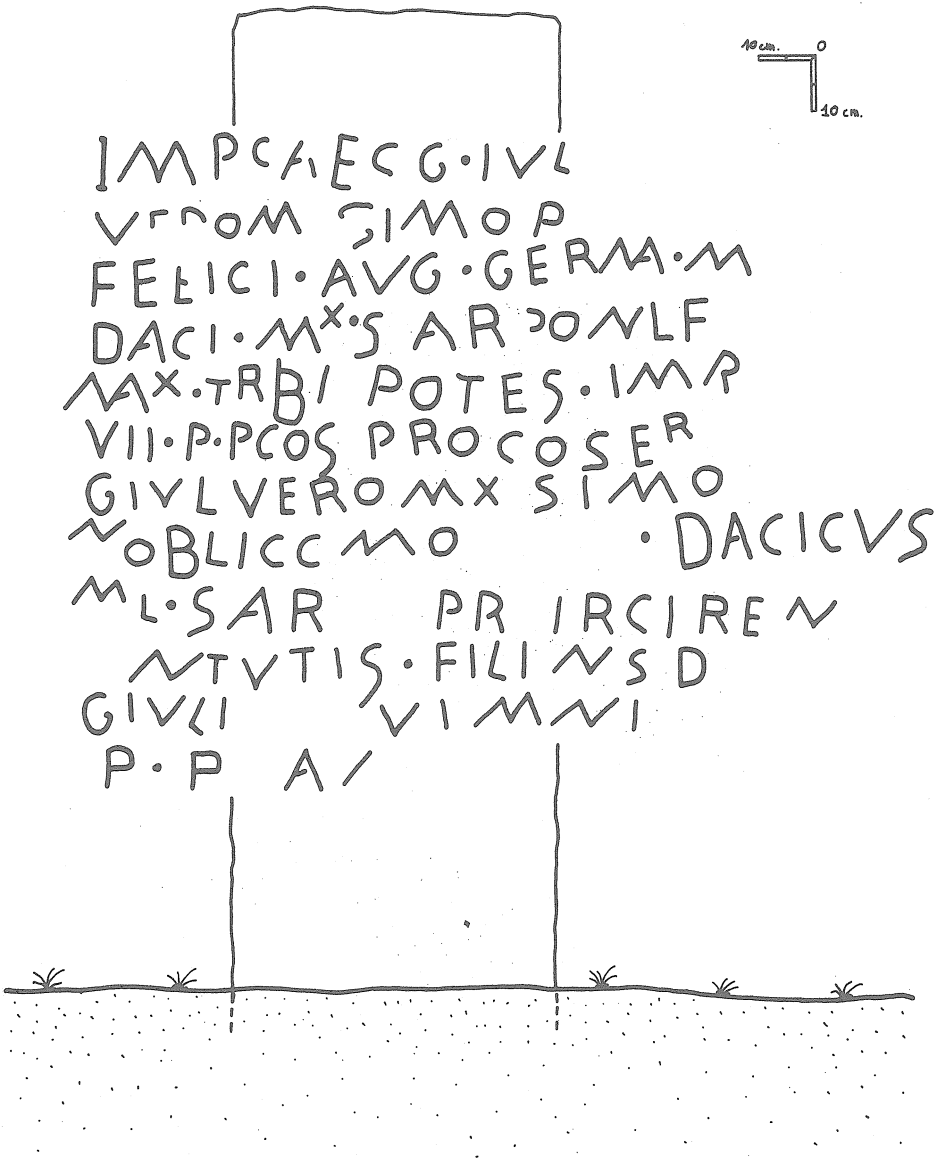
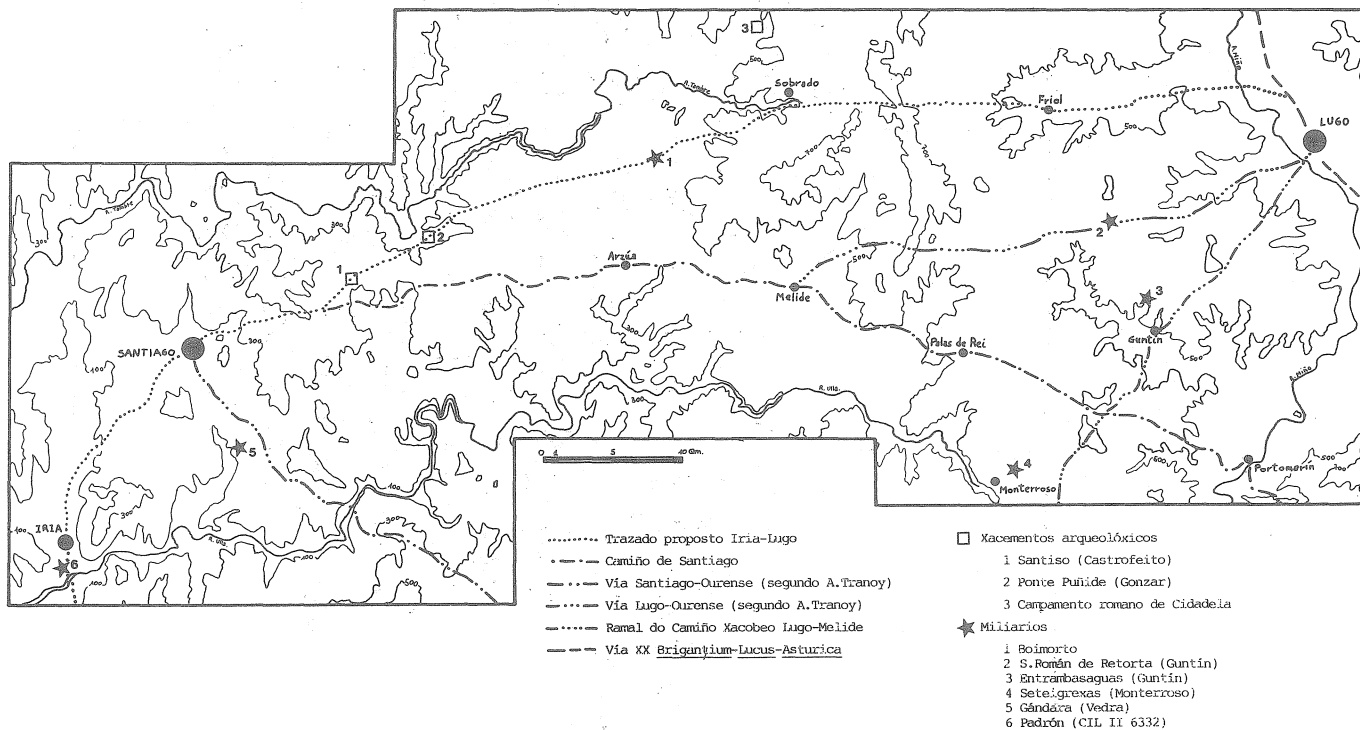


Fig. 3 — Miliário de Boimorto.



Vías Romanas no territorio entre Iria e Lugo

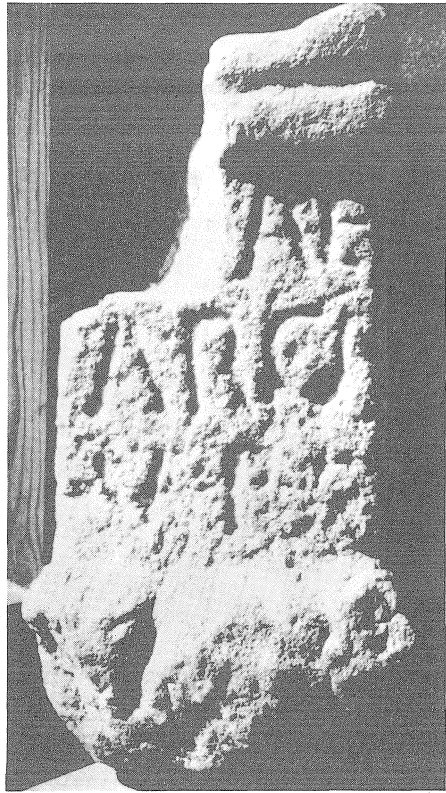


Foto 1 — Ara de Santiso (Castrofeito, O Pino).



Foto 2 — Ara ós Lares Viales (Santiso, Castrofeito, O Pino).



Foto 3 — Inscrição funeraria de Castroteito (O Pino).



Foto 4 — Anverso e reverso da moeda de Traxano (Ponte Puñide, Gonzar, O Pino).

PROSPECCION ELECTRICA EN ZONA URBANA: APLICACION AL ESTUDIO DEL TRAZADO DE LA MURALLA ROMANA DE GIJON (ZONA ESTE)

por

M. C. Hernández Lucendo *

M.E. Cámara Moral *

C. Fernández Ochoa **

P. García Díaz **

1. INTRODUCCION

Las excavaciones arqueológicas de la Muralla Romana de Gijón se vienen realizando desde 1982. Los restos de esta fortificación se localizan en el actual barrio Cimadevilla que se extiende a lo largo y ancho de la península llamada Cerro de St^a Catalina, en cuyas inmediaciones tuvo lugar un importante asentamiento de población en época romana.

No es posible determinar todavía la fecha exacta en que se fundó el establecimiento romano de Cimadevilla pero a fines del s. I d.C. o principios del siglo II d.C. se creó un nucleo poblacional que posiblemente adquirió importancia a medida que la perdía el viejo castro de Campa Torres donde los romanos debieron asentarse en un primer momento¹.

Durante el Bajo Imperio, la península de St^a Catalina se fortificó con una potente muralla construida a finales del siglo III d.C. o comienzos del siglo IV d.C. cuyos restos se están documentando en las sucesivas campañas de excavaciones realizadas hasta la fecha (Fig 1)². El perímetro de la muralla es de 1 Km.

* Universidad Complutense. Madrid.

** Universidad Autónoma. Madrid.

¹ MAYA, J.L., «Tres campañas de Excavaciones en la Campa Torres» en *Gijón Romano*, Madrid, 1984, pg. 60.

² FERNANDEZ OCHOA, C., «Excavaciones arqueológicas en el área urbana de Gijón (Asturias): descubrimiento de la Muralla Romana». *I Jornadas de Arqueología en ciudades actuales*, Zaragoza, 1983, pg. 143 y ss. (primera campaña). FERNANDEZ OCHOA, C. y OTROS «Excavaciones en la Muralla Romana de Cimadevilla» en *Gijón Romano*, Madrid, 1984, pg. 63 y ss. (segunda campaña). FERNANDEZ OCHOA, C. «Últimos resultados de las excavaciones en

aproximadamente y el espesor del muro de 4, 6 m., con un paramento formado por sillares de arenisca en su cara exterior y mampuesto de calizas en la cara interna. Las torres de la muralla son semicirculares con un ligero peralte y se distancian entre sí 18 m. aproximadamente. Se ha documentado también una secuencia estratigráfica de la muralla que permite fechar su construcción con posterioridad al siglo II d.C.

Por tratarse de una excavación en el casco urbano de la ciudad y en una zona densamente poblada, nos planteamos en diversas ocasiones la manera de obtener el mayor número de datos posibles que permitieran fijar el trazado exacto de la fortificación.

A partir de la campaña de 1985 pensamos que sería muy útil aplicar modernos métodos prospectivos que, sin alterar el estado de cosas existentes, es decir, sin esperar lentas expropiaciones o aparatosos levantamientos de calles, nos informara del discurrir de la muralla en diversos puntos que, siguiendo a los escritores tradicionales de Gijón como Somoza o Alvargonzález, eran asequibles para este tipo de investigación³.

2. APLICACION DEL METODO GEOELECTRICO

Como se ha dicho en el apartado anterior, el objetivo de este trabajo es localizar la muralla en algunas zonas accesibles y así poder determinar la trayectoria de la misma en la parte oriental de la península de Cimadevilla (Gijón).

Debido a las limitaciones que impone el trabajar en zona urbana, se eligió el método eléctrico en corriente continua en la modalidad de calicata.

Mediante una prospección geoelectrónica se estudia la distribución de resistividades bajo el área explorada. Para la localización de una estructura mediante el método eléctrico es necesario que exista un contraste apreciable entre la resistividad de la estructura y la propia del medio donde se encuentra inmersa. En el caso que nos ocupa la muralla es de piedra caliza y arenisca, mientras que el terreno en el que se encuentra está formado fundamentalmente

la Muralla Romana de Cimadevilla». *Actas I Congreos Internacional Astorga Romana*. Astorga, 1986, pg. 329 y ss. (tercera campaña). FERNANDEZ OCHOA, C. «Excavaciones en la Muralla Romana de Gijón». *Consejería de Cultura del Principado de Asturias* (cuarta campaña) (en prensa). Otras publicaciones relacionadas con la muralla: ENCINAS, M. y FERNANDEZ OCHOA, C., «Precisiones en torno a las cerámicas medievales de la muralla romana de Gijón». *I Congreso de Arqueología Medieval* (Huesca, 1985). Zaragoza, 1986, pg. 347 y ss. Una síntesis global del tema: FERNANDEZ OCHOA, C. y MARTINEZ DIAZ, B., «Gijón, fortaleza romana en el Cantábrico». *Homenaje al Prof. G. Nieto Gallo*. Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la U.A.M., nº 11-12, 1988.

³ La realización de este estudio geofísico ha sido financiada por el Dpto. de Arqueología del Ministerio de Cultura.

por arcillas. La resistividad eléctrica de las calizas y areniscas es mayor que la de la roca de caja, por lo que las zonas de interés deben corresponder con los máximos de resistividad aparente observada.

El equipo arqueológico facilitó información acerca de la posible trayectoria de la muralla, información que había obtenido de datos bibliográficos, visuales o derivados de campañas de excavación previas.

Conviene señalar las dificultades encontradas en la realización de algunas observaciones y que, por otra parte, son propias del trabajo en zona urbana⁴. Podemos citar, por ejemplo, el ruido debido a la existencia de conducciones subterráneas, ya sean de corriente eléctrica, de agua, sistema de alcantarillado, etc., que contribuyeron a que fueran difíciles de realizar, y hasta prácticamente imposibles, las medidas en algunas estaciones.

En la interpretación de los resultados hay que tener presente las limitaciones mencionadas en el párrafo anterior pues, de alguna manera, han contribuido, unas a enmascarar las anomalías producidas por las estructuras buscadas y otras a limitar el área explorada.

2.1. Metodo empleado

De entre los métodos geofísicos habituales de prospección se eligió el Eléctrico en corriente continua. Mediante una prospección de este tipo se obtiene información de la resistividad eléctrica de las capas que forman el subsuelo al hacer pasar, a través del terreno, una corriente eléctrica y, conociendo ésta y la respuesta del mismo, se puede llegar a determinar de forma bastante aproximada la distribución de resistividades bajo la zona estudiada.

El equipo instrumental utilizado está compuesto por: una fuente de alimentación de corriente continua (batería), un miliamperímetro, un voltímetro, electrodos y los cables necesarios para las conexiones. Con estos elementos se establecen dos circuitos (Fig. 2a):

- 1) El circuito de emisión, formado por la batería, que nos suministra una corriente eléctrica de intensidad I , medida por el miliamperímetro y que

⁴ Véase por ejemplo:

— HERNANDEZ, M.C. y CAMARA, M.E. «Métodos Geoeléctricos de Prospección en Arqueología». *I Jornadas sobre Teledetección y Geofísica aplicadas en Arqueología*. Madrid, mayo 1986 (en prensa).

— HERNANDEZ, M.C. y CAMARA, M.E. «Estudios Eléctrico y Magnético realizados en los yacimientos arqueológicos de Fosos de Bayona y de La Hinojosa». *Revista de Geofísica* (1986), nº 42, pg. 207-216.

— CAMARA, M.E., HERNANDEZ, M.C., MARTIN DE GUZMAN, C., ONRUBIA, J. «Prospección geoeléctrica en el complejo arqueológico de la Cueva Pintada (Gáldar, Gran Canaria). Resultados Preliminares e implicaciones arqueológicas». *II Jornadas sobre Teledetección y Geofísica aplicadas en Arqueología*. Mérida, octubre 1987 (en prensa).

es introducida en el terreno mediante dos electrodos A y B por los que entra y sale respectivamente.

- 2) El circuito de recepción, integrado por dos electrodos M y N y por un voltímetro electrónico de alta impedancia, que mide la diferencia de potencial existente entre dichos electrodos.

De la diferencia de potencial y la intensidad eléctrica se deduce la llamada resistividad aparente.

Hay distintos tipos de métodos geoelectricos, pero aqui sólo se va a comentar brevemente el que hemos aplicado en Gijón. Esta ha sido de «Campo artificial constante» (Corriente Continua) en la modalidad de Calicata Eléctrica⁵.

La información obtenida mediante una calicata eléctrica se distribuye a lo largo de un perfil dentro de un margen de profundidades aproximadamente constante. En el estudio realizado se hicieron calicatas de dispositivo simétrico tipo Wenner sobre los perfiles señalados en la figura 4.

Estas calicatas de tipo Wenner se caracterizan porque las distancias entre los electrodos son iguales $AM=MN=NB=a$. Los cuatro electrodos se desplazan conjuntamente a lo largo del perfil conservando sus distancias y posiciones mutuas, es decir, el dispositivo se traslada como un todo rígido (Fig. 2b). Se denomina «paso» de una calicata a la distancia entre dos estaciones consecutivas.

Una vez realizadas las medidas se efectúan los cálculos matemáticos precisos, que permiten obtener los valores de las resistividades aparentes. Los resultados encontrados se representan, para cada perfil, en un sistema de ejes coordenados sobre papel semilogarítmico. En el eje de abscisas, lineal, se sitúan las distancias del extremo del perfil a las sucesivas posiciones del centro del dispositivo y en el eje de ordenadas, logarítmico, el valor calculado de la resistividad aparente. A partir de la curva obtenida pasamos a la parte interpretativa propiamente dicha. Se estudia la forma de cada curva, los máximos y mínimos que aparezcan y se les da un sentido geofísico que más tarde se traducirá, en este caso concreto que nos ocupa, a términos arqueológicos.

En el estudio realizado en la zona de Cimadevilla se emplearon calicatas de dos tamaños: $a=1$ m y $a=2$ m dependiendo de la profundidad a la que se quería realizar la investigación, y se utilizaron dos tipos de electrodos:

- Barras rígidas de cobre (de 30 cm de longitud), que se introducen en el terreno.
- Electrodos blandos, diseñados y construidos para esta ocasión, con el fin de evitar los daños que el uso de los anteriores produjeran en la superficie

⁵ Véase ORELLANA, E., *Prospección geoelectrica en corriente continua*. Ed. Paraninfo, Madrid, 1982 (2ª ed.).

urbana a explorar.

Prácticamente todo el estudio geoelectrico se realizó con electrodos blandos, utilizándose únicamente los otros en los tramos de perfil que estaban sobre asfalto, pues éste es aislante.

2.2. Proceso de medicion y resultados obtenidos

En la figura 4 se señalan los perfiles realizados. La dirección de los mismos se elegía, en cada caso, transversal a la posible trayectoria de la muralla.

Con los valores obtenidos de intensidad de corriente y diferencia de potencial se calcula la resistividad eléctrica aparente mediante la expresión

$$Pa (\Omega. m) = k. \Delta v/I$$

siendo K un coeficiente que depende de las distancias interelectrónicas y que para el dispositivo utilizado, tipo Wenner, toma el valor $K=2. \pi. a$.

Se han representado gráficamente los valores de resistividad aparente para cada calicata. En la figura 3 se muestran algunas de las curvas obtenidas.

Conviene señalar que, en la modalidad de calicata utilizada, el punto de atribución de la información obtenida coincide con el centro del dispositivo electrodico. Por esta razón el área de la que se obtiene información es menor que el área prospectada. La diferencia entre las dos depende del tamaño del dispositivo utilizado. Así, con un dispositivo de $a=2$ m, la zona de la que se tiene información comienza a 3 m del inicio del perfil y termina 3 m antes del final del mismo. Si el dispositivo tiene un $a=1$ m, esta zona está comprendida entre 1.5 m. del inicio del perfil y termina 1.5 m. antes del final.

2.3. Interpretacion

Antes de elaborar la interpretación definitiva de los resultados se ha realizado un proceso de filtrado de los mismos⁶.

El P. 1 se realizó para confirmar la continuidad de la muralla y comprobar la bondad del dispositivo electrodico utilizado.

El perfil 38 se caracteriza por altos valores de resistividad aparente, existiendo en él dos zonas de máximo. Esto hace pensar que su dirección no es ortogonal a la muralla.

⁶ Tratamiento matemático que permite separar la señal del ruido.

Los perfiles 22 y 23 presentan un máximo en la zona de cruce, siendo mas amplio el del P. 22 (sito en la dirección de la muralla).

Los perfiles realizados en la Av.^{da} de la Salle han estado limitados en su longitud por la presencia de la tapia del Real Club Astur de Regatas, junto a la que aparecen los valores máximos. Las anomalías quedaban incompletas por esta razón. Solo se pudo solucionar este problema realizando el P. 40.

Algunas presentan un tamaño inferior al objetivo buscado, por lo que se deben considerar de menor importancia que aquellas cuyo tamaño sea mayor o igual a 4.5 m.

En la figura 4 se han señalado con trazo más grueso la situación de las posibles estructuras productoras de las anomalías.

3. EXCAVACIONES EN LA ZONA ESTE DEL CERRO DE ST.^a CATALINA (AREA DE LA FONTICA)

Dentro del plan de Recuperación de Cimadevilla propiciado por el Ayuntamiento de la ciudad, se iniciaron en 1987 los trabajos de acondicionamiento del Cerro de St^a Catalina para adecuarlo como parque y paseo de uso público. Las alteraciones continuas que estaba sufriendo la zona a causa de estas obras, nos obligaron a realizar una campaña urgente de excavaciones durante el mes de octubre de 1987⁷.

Habida cuenta de los resultados obtenidos en la prospección eléctrica practicada en el área Este de la península de Cimadevilla, iniciamos los trabajos arqueológicos al final de la Av.^{da} de la Salle limitando con el área SE. del cerro, siguiendo aproximadamente la dirección del muro de cierre del R.C.A. de Regatas donde las anomalías detectadas indicaban posiblemente la presencia de la muralla. El área de excavación se denominó Sector D y se extendía hasta el área colindante con el antiguo manantial de «La Fontica»⁸.

Se trazaron 4 cuadrículas siguiendo la dirección del muro de cerre del R.C.A. de Regatas y la orientación de la calle:

⁷ Se pudo llevar a cabo esta excavación gracias a una subvención especial del II.^º Ayto. de Gijón a cuyo alcalde D. Vicente Alvarez Areces deseamos expresar nuestra gratitud por su apoyo constante y su interés por la continuidad de las excavaciones. El equipo que realizó la excavación estuvo formado por: M. Encinas, A. Garcia Carrillo, P. García Díaz, M. García Vazquez, I. Seldas y M. Zorzalejos, Licenciados en Prehistoria y Arqueología.

⁸ Los eruditos gijoneses (Somoza, Alvargonzález, etc...), consideraron siempre «La Fontica» como un manantial muy antiguo, quizá de época romana, que abastecería las Termas de Campo de Valdés a través de una conducción que descendía por la actual Av.^{da} de la Salle hasta Campo de Valdés. Según Somoza esta conducción iba pegada a la Muralla y es de suponer que sería al lienzo intramuros. La excavación por ahora no ha aportado información al respecto ya que no hemos documentado restos de alcantarillas o desagües en la zona excavada (Cfr. Somoza, *Gijón en la Historia General de Asturias*, T. I, Gijón, 1965, pg 248).

Cuadrícula F - 1

Dimensiones: 7 x 5 m. Se rebajan dos niveles artificiales llegando a un metro de profundidad. Aparece la línea intramuros de la muralla en el nivel de cimentación que ocupa la mitad Este de la cuadrícula a muy pocos centímetros del asfalto. La técnica constructiva es la misma que hemos documentado en otras áreas de la muralla ya excavada: un relleno potente de piedras y argamasa formando la zapata que se hunde en la arcilla del suelo natural. No hay materiales salvo en el nivel 1 en que aparecen restos de hierros y cerámica moderna.

Cuadrícula F - 2

Dimensiones: 7 x 5 m. Se rebajan hasta tres niveles que llegan a 1,30 m. de profundidad. En el nivel 2 se delimita ya la cara de intramuros de la muralla y se aprecia parte del alzado formado por un mampuesto de calizas. En el nivel 3 aparece ya la zapata con los caracteres indicados en F-1. Se recogen fragmentos de cerámicas (sigillata hispánica y común romana).

Cuadrícula F - 3

Dimensiones: 7 x 5 m. Se rebajan 6 niveles llegando a los 2,50 m. de profundidad. Bajo un potente relleno que ocupa los cuatro niveles superiores, aflora la muralla en el nivel 5 de la que se conserva restos del cimiento sin que el alzado quede más que indicado en alguna zona. Los materiales aparecen mezclados con cerámica moderna, téglulas y fragmentos de terra sigillata hispánica tardía.

Cuadrícula F - 4

Se ubica a continuación de la F-3 hasta llegar al borde del acantilado. Dada su amplitud y ante la falta del tiempo, no se remata la excavación de este corte. No obstante se realizan pequeñas catas que ponen al descubierto la línea intramuros de la muralla en el nivel de los cimientos que llega al mismo límite del acantilado. El remate del lienzo aparece desfigurado por el derrumbe de tierras que ha afectado a esta zona del Cerro pero se atestigua que en este lugar se hallaba efectivamente el arranque (o el remate) de la muralla en la parte Este del Cerro tal y como indicaban a comienzos de siglo los escritores gijoneses. Hay que reseñar la aparición de cerámica romana, téglulas y restos de *opus*

signinum que podrían corresponder a un suelo sobre el relleno de la muralla o a un tipo de construcción aneja como por ejemplo, una conducción de agua o alcantarilla.

Así pues, y siguiendo los datos historiográficos y los resultados de la propección eléctrica, en la zona Este del Cerro se constata el trazado de la muralla romana al borde del acantilado en la zona llamada en los planos del siglo pasado «baterías de S. Pedro». La línea de la muralla sigue aproximadamente el trazado de la valla del R.C.A. de Regatas. La presencia de esta valla ha impedido avanzar en la excavación hacia la zona extramuros del lienzo donde la orografía del terreno permite suponer la presencia de una torre semicircular en el lugar donde en la actualidad se hallan instalaciones del gas del Club. Los materiales que aparecen en este Sector D son predominantemente de época romana aunque su número es reducido.

4. CONCLUSIONES GENERALES

Las limitaciones encontradas en la realización del trabajo geofísico son propias de una zona urbana:

La dirección y tamaño de los perfiles ha estado condicionada por el trazado urbanístico de la ciudad.

La red de conducciones subterráneas ha dificultado, y en algunos casos impedido, efectuar la observación e interpretarla.

Estas limitaciones se han presentado de una manera más acusada en los perfiles realizados en la zona de Campo de Valdés donde además ha influido la presencia de las termas, de las que desconocemos con exactitud la planta completa, ya que fueron excavadas sólo parcialmente.

A pesar de estas dificultades, en el resto de perfiles realizados ha quedado claramente definida la presencia de estructuras de tamaño superior a 4 m.

Desde el punto de vista de los resultados arqueológicos, es evidente que los datos suministrados por la Prospección Eléctrica han servido de guía para localizar la línea de la fortificación en el lugar adecuado. La continuidad de este proyecto conjunto nos permitirá investigar en nuevos puntos del barrio de Cimadevilla, en concreto, en la zona Oeste del cerro, donde el trazado del muro se encuentra particularmente enmascarado por las construcciones actuales.

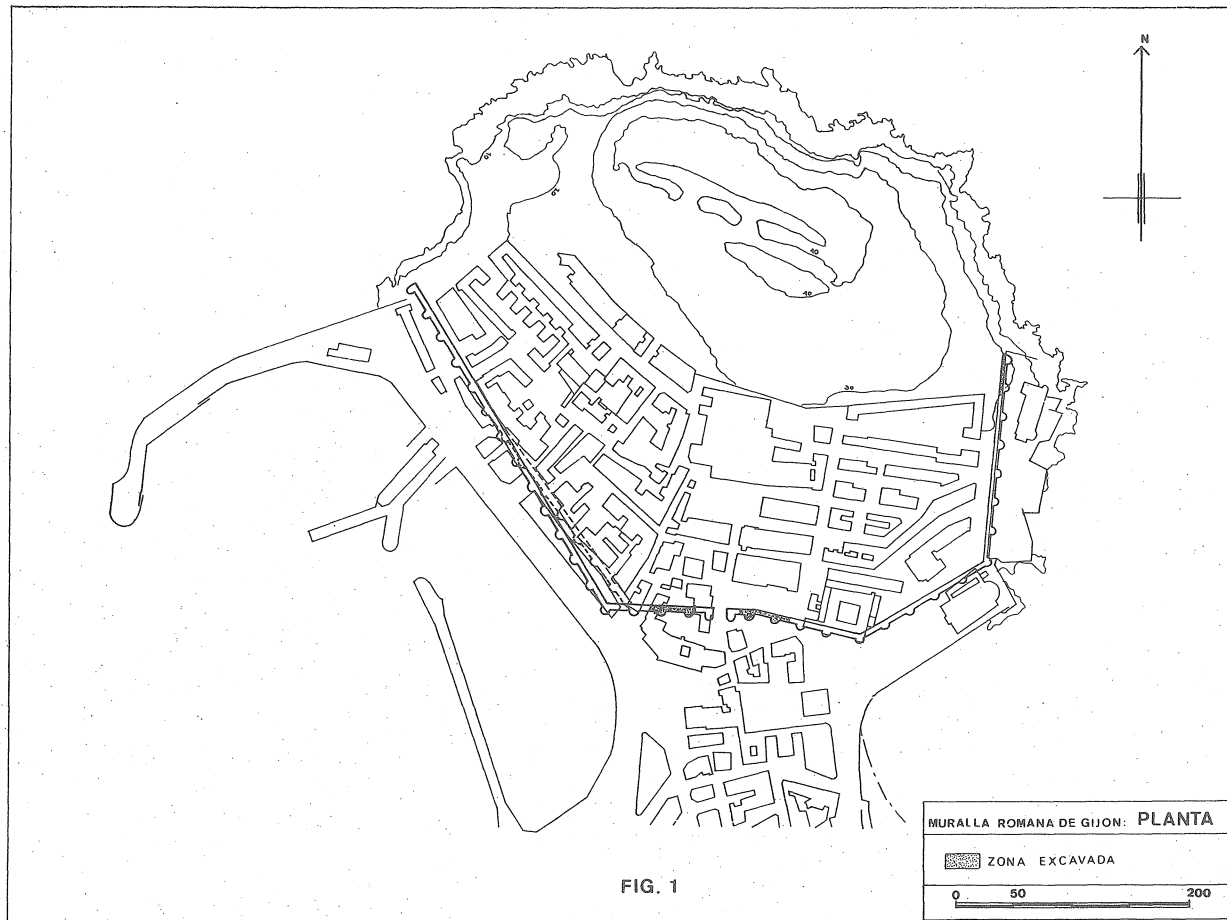


Fig. 1 — Reconstrucción hipotética de la planta de la muralla romana de Gijón (Asturias).

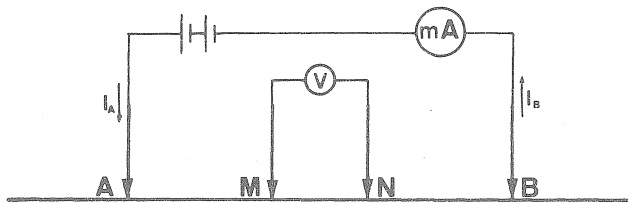


Fig 2 a — Esquema de los circuitos de emisión y recepción.

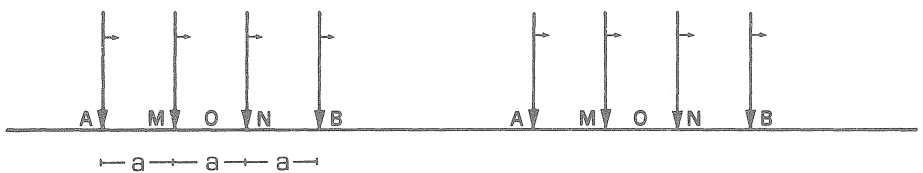


Fig. 2 b — Calicata Wenner. Esquema de realización de las medidas a lo largo de un perfil.

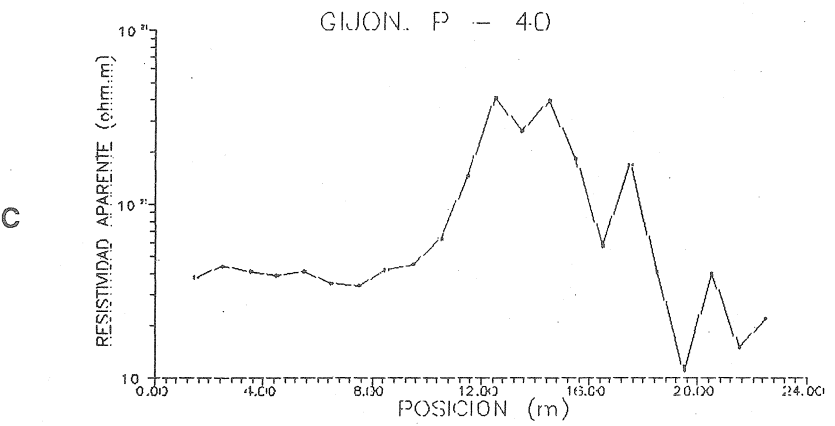
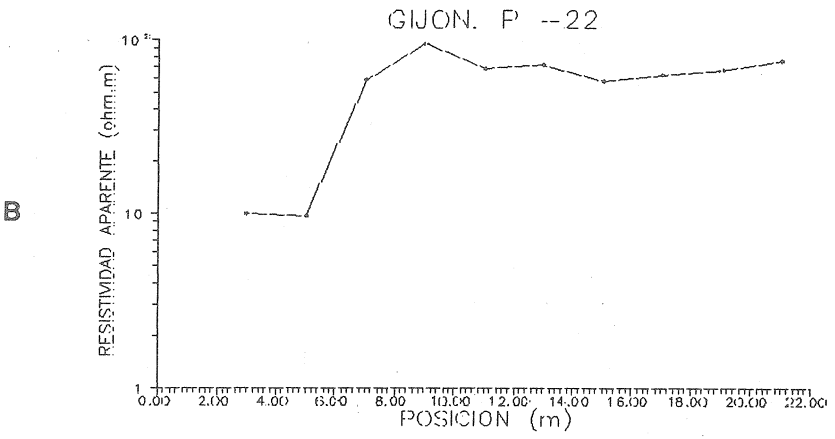
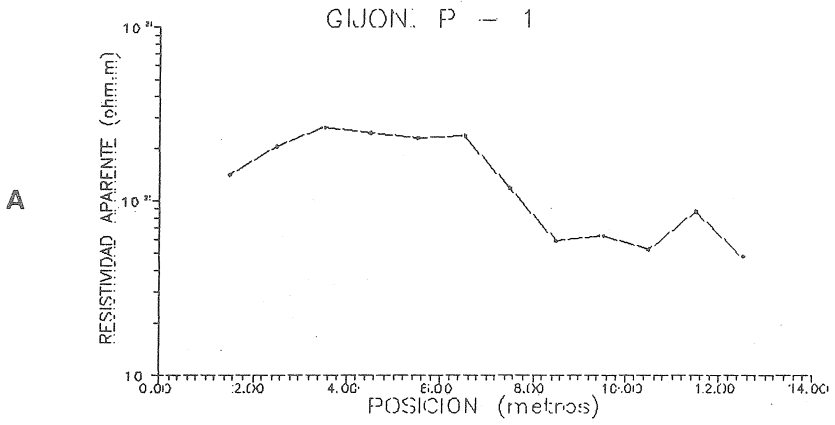


Fig. 3 — Curvas de resistividad aparente observada para algunos de los perfiles.

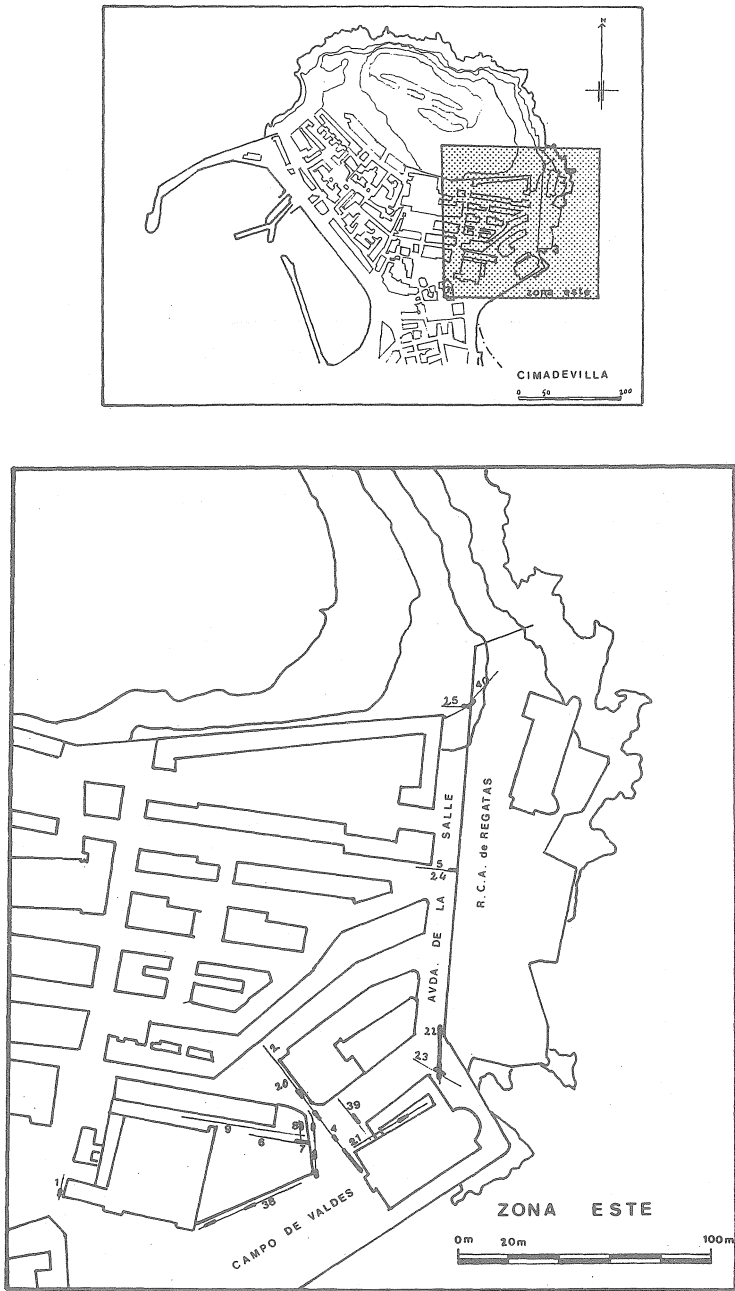


Fig. 4 — Zona Este de Cimadevilla. Situación de los perfiles realizados y de las zonas anómalas encontradas.

DATOS PALEONTOLÓGICOS SOBRE LA GANADERÍA DE LA CULTURA CASTREÑA EN GALICIA

por

Rafael Penedo Romero

1. INTRODUCCIÓN

El material óseo es una importante fuente de información arqueológica que aporta datos relativos a las actividades de subsistencia del hombre en el pasado. La paleontología entendida como la disciplina que estudia los restos óseos de origen animal utilizados por el hombre, nos permite establecer que especies animales eran aprovechadas, y por lo tanto, deducir, a través de éstas, el biotopo o biotopos explotados por las comunidades prehistóricas. Es decir, nos permite conocer la paleoecología en la que el hombre se desenvolvía, así como definir y diferenciar que especies eran cazadas (fauna salvaje) de aquellas no cazadas (fauna domesticada). En el caso de la domesticación nos permite establecer como tuvo lugar este proceso, que especies fueron seleccionadas para ello, y la forma en que fueron utilizadas. Por otra parte, también la tecnología nos permite conocer otras actividades como son la tecnología, la dieta, la culinaria o los modos de comer.

En el presente trabajo se presentan los resultados del análisis paleontológico de siete yacimientos castreños:

- A Lanzada.
- Castro de Borneiro.
- Castro de Meirás.
- Castro de Cabo de Cruz.
- Castro de Troña.
- Castro de Fozara.
- Castro de As Orelas.

2. METODOLOGÍA

El método que hemos seguido es el elaborado y utilizado por J. Altuna (1980) en sus estudios, y que se corresponde con el «análisis esencial» de Bernaldo de Quirós (1980: 3), consistente en el estudio de los restos óseos y su relación interna. Es decir, se parte de la información aportada por los restos en sí mismos: por un lado, la información proporcionada para cada yacimiento de forma individual y, por otro, reuniendo todos los datos por yacimientos se obtiene información colectiva para un período concreto.

Dicho método consta de varias fases o niveles de estudio:

1. Identificación de restos. — Se ha realizado siguiendo los trabajos de Schmid (1972) y Barone (1966).
2. Adscripción a especies zoológicas. — Completando los trabajos de Schmid (1972) y Barone (1966) hemos utilizado la obra de Boesseneck (1980) para la diferenciación entre la oveja (*Ovis Arie L.*) y la cabra (*Capra Hircus L.*).
3. Determinación de la edad. — Nos hemos basado en el trabajo de Silver (1980) y de Altuna (1980).
4. Cálculo del Número Mínimo de Individuos (NMI). — Hemos seguido el trabajo de Chaplin (1971) completándolo con la actualización de Altuna (1980).
5. Osteometría. — Para la recogida de datos biométricos se ha utilizado el trabajo de Driesch (1976), completándolo con el de Altuna (1980) para la medición de la longitud del M3 inferior en los ovicápridos.

3. YACIMIENTOS ESTUDIADOS

3.1. A Lanzada. (Tablas 1, 2 y 3)

Situado sobre una elevación rocosa del ayuntamiento de Sanxenxo, provincia de Pontevedra. En este yacimiento se han realizado varias campañas de excavación (EXCAVACIONES 1973), pero de su material osteológico se ha estudiado el correspondiente a un sondeo realizado en 1972 y publicados por Vazquez Varela (1973). Los materiales que aquí se estudian pertenecen a un sondeo realizado en 1983 por A. de la Peña Santos (inédito). El material arqueológico proporcionado por este sondeo es en su totalidad prerromano. En

la estratigrafía se han establecido cinco niveles que no muestran ninguna diferenciación arqueológica.

Los huesos proceden de los niveles 2, 3, 4 y 5 correspondiéndose el nivel 1 con el de tierra vegetal. Se han los restos de animales domésticos correspondientes a bóvidos (*Bos Taurus* L.), ovicápridos (*Ovis Aries* L. y *Capra Hircus* L.) y suidos (*Sus Domesticus* L.). De fauna salvaje solo se ha identificado un fragmento de rama mandibular de tejón (*Meles Meles*).

3.2. Castro de Borneiro (Tablas 4 y 5)

Situado en la parroquia de Borneiro, ayuntamiento de Cabana, provincia de La Coruña. En este castro se han realizado varias campañas de excavación (EIROA 1971 y 1973, ROMERO 1984 y 1987). El material estudiado por nosotros pertenece a la campaña de excavación de 1984 (ROMERO 1987). Los restos se localizaron al abrir una zanja en el sector NE del yacimiento, en el conchero ubicado en el interior del recinto amurallado.

Los materiales arqueológicos que ha proporcionado son prerromanos, encontrándose los restos paleontológicos mezclados con cerámica y conchas de moluscos marinos. Las especies domésticas identificadas en este yacimiento son los bóvidos y los ovicápridos.

3.3. Castro de Meirás (Tablas 6 y 7)

Este yacimiento se encuentra situado en el lugar de Meirás, parroquia de San Martín de Meiras, ayuntamiento de Sada, provincia de La Coruña, en el Km. 1 de la carretera St^a Cruz — Sada.

El castro fue excavado por Luengo (1950), perteneciendo los materiales osteológicos estudiados a esta excavación, procediendo todos ellos de niveles prerromanos. Los restos identificados son de animales domésticos una molar carnífera que creemos pertenece a un lobo (*Canis Lupus*) como se verá más adelante. Las especies domésticas presentes son bóvidos ovicápridos y suidos.

3.4. Castro de Cabo de Cruz (Tablas 8 y 9).

Se localiza sobre el lugar conocido como o Achadizo, elevándose unos 8 m. sobre el nivel del mar, en la parroquia de Cabo de Cruz, ayuntamiento de Boiro, provincia de la Coruña. En la actualidad se encuentra destruido.

Los restos aquí estudiados pertenecen a un sondeo realizado en 1984 por Vazquez Varela (inédito) en el conchero del castro. Se ha identificado la

presencia de ganado vacuno y ovicaprino mezclado con materiales cerámicos prerromanos.

3.5. Castro de Troña

Situado sobre el monte conocido como Dulce Nombre de Jesús, en la parroquia de St^a Mariña das Pias, ayuntamiento de Puentearreas, Provincia de Pontevedra.

En el se han realizado varias campañas de excavación arqueológica (PERICOT y LOPEZ CUEVILLAS 1931), aunque el material óseo estudiado pertenece a la campaña de 1984 (HIDALGO 1985) procedentes de un contexto prerromano.

Los restos paleontológicos son muy escasos y se encuentran muy fragmentados. Lo componen 10 fragmentos de dentición de ovicápridos.

3.6. Castro de Fozara

Conocido como a Cividá o Cidá de Caneiro (HIDALGO y COSTAS 1979), a orillas del río Tea, en la parroquia de San Bartolomé de Fozara, ayuntamiento de Puentearreas, provincia de Pontevedra.

Los materiales osteológicos de que disponemos pertenecen a un sondeo realizado en 1984 por Hidalgo Cuñarro (inédito) aparecidos en un contexto prerromano. Al igual que en el caso anterior son muy escasos y fragmentados, perteneciendo a la dentición de un bóvido (10 fragmentos).

3.7. Castro das Orelas

Situado a 500 m. del lugar de Marza en la parroquia de Oleiros, ayuntamiento de Silleda, provincia de Pontevedra.

Los restos estudiados pertenecen a un sondeo realizado en 1985 por X. Carballo Arceo (inédito). Los restos identificados son dos y pertenecen a un molar de bóvido y a un molar de ovicáprido procedentes de los niveles 3 y 7 respectivamente que aportaron materiales prerromanos.

4. CONCLUSIONES

Los resultados obtenidos están condicionados en su alcance por dos elementos: en primer lugar el reducido número de restos con que contamos

(227), y en segundo lugar, la falta de un registro arqueológico riguroso del material osteológico, ha imposibilitado la realización de un análisis espacial, es decir, el «estudio de la dispersión de los huesos sobre la superficie de un yacimiento» BERNALDO 1980: 24 que nos permitiría el establecimiento de áreas de actividad humana. Todo ello nos ha obligado a la elaboración de conclusiones en base a los restos óseos mismos e sus relaciones internas.

Del estudio de la muestra paleontológica con que contamos podemos definir cual era la composición de la cabaña ganadera de estos yacimientos que estaría compuesta por ganado ovicaprino (OVIS ARIES — CAPRA HIRCUS), vacuno (BOS TAURUS) y de cerda (SUS DOMESTICUS) según su importancia. Si comparáramos estos datos con los del País Vasco, proporcionados por Altuna (1980) y Mariezkurrena (1986) nos encontramos con el hecho de que allí a excepción del poblado de Cortes de Navarra ALTUNA 1980 la especie doméstica dominante es el ganado vacuno seguido del ovicaprino, situación inversa al caso gallego, donde el ganado vacuno es la segunda especie más representada después del ovicaprino. Este hecho queda confirmado con el trabajo de Vazquez Varela (1973) donde el NMI de ovicápridos es superior al del ganado vacuno. En este sentido es interesante la comparación de la variación de la fauna doméstica en diferentes épocas, pero esto no es posible en el estado actual de nuestros conocimientos para Galicia, siendo en cambio posible para el País Vasco ALTUNA 198), así mientras en época romana y vasco-romana se aprecia una continuidad en los espectros faunísticos, no ello no ocurre en la Edad del Bronce, donde se aprecia una inversión del espectro faunístico en relación con la Edad del Hierro y épocas posteriores, es decir, durante el Bronce el número de restos de ganado ovicaprino es superior al número de restos de vacuno, hecho este que Altuna señala sin darle ninguna importancia al decir que «en la Edad del Hierro sigue siendo importante el consumo de vacuno (...) disminuyendo el ovicaprino ALTUNA 1980: 38. Creemos que este cambio resulta significativo si lo ponemos en relación con el caso gallego aunque no podemos explicarlos dada la falta de material osteológico de otras épocas para Galicia.

Esta composición de los castros aquí estudiados coinciden con la de Vazquez Varela para otros yacimientos castreños de Galicia (1973) permitiéndonos esto generalizar la cabaña ganadera de la Cultura Castreña de Galicia compuesta por las especies por nosotros estudiadas.

El análisis de la edad a que era muerto el ganado nos proporciona más información acerca del uso al que era destinado. De los 17 ovicápridos presentes en nuestra muestra 16, el 91,4% fueron sacrificados jóvenes, antes de los 2 años, y solo uno fué muerto en edad adulta. Este hecho nos indica que el ganado ovicaprino era utilizado como fuente suministradora de carne.

Con el ganado vacuno se da una utilización inversa, así de los 9 bovidos

con los que contamos 8, el 88,8%, fueron sacrificados en edad adulta, más de 2 años, que nosotros interpretamos, al igual de Mariezkerruna (1986: 13) que era utilizado como fuente de aprovechamiento lácteo así como, posiblemente, fuerza del trabajo para labores agrícolas (13) y de transporte.

Los súidos, al igual que los ovicápridos eran aprovechados como fuente de carne y grasa, como lo atestigua el hecho de que de los 9 individuos con los que contamos 7 el 77,7%, fueron muertos antes ó a los 2 años de vida, los dos súidos de más de 2 años muy bien pudieran representar a las hembras utilizadas para la reproducción, aunque no podemos afirmarlo de forma categórica ya que, como hemos señalado anteriormente, no ha sido posible la identificación del sexo por no contar con el material osteológico necesario

En relación a la forma de cuidar el ganado, esta sería algo intermedio entre el estabulado en los castros y el estado en libertad en los alrededores de los yacimientos. En este sentido algunos autores (LOPEZ CUEVILLAS 1953, 1966 y 1980; SANTOS 1982 y 1984) han querido ver en los castros recintos destinados al encierro de los animales, pero estos datos proceden de excavaciones tomadas con mucha precaución.

Al contrastar los datos obtenidos mediante el análisis de las fuentes paleontológicas, con la información proporcionada por las fuentes literarias clásicas, llama la atención la proliferación de referencias sobre la abundancia y calidad del ganado caballar el N. y NW de la Península Ibérica (BASQUEZ 1957: 162-3 y 171-9), sobre todo para Galicia y Asturias, y su total ausencia paleontológica. Este hecho ya ha sido señalado por Altuna (1980: 51) para el País Vasco, aunque aquí se encuentra representada de forma muy escasa. La abundancia de alusiones a la presencia del caballo en épocas prerromanas en Galicia creemos que es real aunque no se encuentra representada entre los materiales paleontológicos de que disponemos en la actualidad. Esta ausencia sería explicable si consideramos, como hipótesis de trabajo a confirmar en el futuro, que los équidos no fueron utilizados como fuente de aprovechamiento cárnico y por lo tanto a su muerte fueron arrojados fuera del recinto castreño. Por otra parte, la cita de Estrabon donde señala que entre los pueblos del N. y NW. de la Península se sacrificaban los caballos al dios de la guerra, muy bien estos sacrificios pudieron tener lugar fuera de los castros en zonas en que la arqueología aun no ha localizado y que de existir, han de salir a la luz en el futuro.

Por otra parte, las especies domésticas que componen la ganadería castreña aportadas por la paleontología, contrasta y discrepa con la información que Estrabón proporciona sobre la ganadería, es evidente el uso intencionado que el geógrafo griego hace de los datos de que disponía distorsionándolos por motivos ideológicos y políticos, como ya ha señalado Bermejo Barrera (1982, 1983 y 1986) y que Vazquez Varela ha atestiguado en el plano arqueológico (1986) quedando aquí confirmados.

Para concluir señalar que futuras excavaciones arqueológicas y trabajos de investigación ya en curso habrán de confirmar o rectificar las conclusiones aquí expuestas, enriqueciendo, de todas formas, nuestro conocimiento sobre la Cultura Castreña de Galicia.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. *Estudios de Economía Antigua de la Península Ibérica*, Barcelona, Ed. Vicens Vives, 1968.
- ACUÑA CASTROVIEJO, F., «Panorama de la Cultura Castrexa en el NO de la Península Ibérica», In.: *Bracara Augusta XXXI*, 1977: 235-253.
- ACUÑA CASTROVIEJO, F. y CALO LOURIDO, «Cultura Castrexa», *G.E.G. T. 8*: 97-106, sin fecha).
- ALTUNA, Jesús, *Historia de la domesticación en el País Vasco desde sus orígenes hasta la romanización*, munibe 1-2, San Sebastian, 1980.
- BALIL, Alberto, «Indígenas y colonizaciones», In.: *Historia económica y social de España 1: la Antigüedad*, dirigida por V. Vazquez de Prada, Madrid. Confederación Española de Cajas de Ahorro, 1973: 165-173.
- BARONE, R., *Anatomie comparée des mammifères domestiques. 1: Osteologie*, Laboratoire D'Anatomie, École National de Veterinaire, Lyon, 1966.
- BERMEJO BARRERA, J.C., *Mitología y Mitos de Hispania Prerromana*, Madrid, Akal Editor, 1982.
- «Etnografía castreña e historiografía clásica», In.: *Estudios de Cultura Castrexa e Historia Antigua de Galicia*, 1983: 129-146.
- Mitología y Mitos de la Hispania Prerromana 2*, Madrid, Ed. Akal, 1986.
- «El erudito y la barbarie», In.: *Mitología y Mitos de la Hispania Prerromana 2*, 1986: 13-43.
- BERNALDO DE QUIROS, F., *Notas sobre la economía del Paleolítico Superior*, Santander, Centro de investigaciones y Museo de Altamira, monografías nº 1, 1980.
- BLANCO FREIJEIRO, A., «La cultura castreña», *Primer Symposium de Prehistoria de la Península Ibérica*, Pamplona, 1960.
- BLAZQUEZ, J.M., «La economía ganadera de la España Antigua a la luz de las fuentes literarias», *Eremita 25*, 1957: 159-184.
- «Economía de los pueblos prerromanos del área no ibérica hasta la época de Augusto», In.: *Estudios de Economía Antigua de la Península Ibérica*, 1968: 191-269.
- Historia económica de la Hispania Romana*, Madrid, 1978, Ed. Cristiandad.
- BOESSNECK, J., «Diferencias osteológicas entre las ovejas (*Ovis Aries* Linne) y las cabras (*Capra Hircus* Linne)», In.: *Ciencia en Arqueología*, 1980: 336-338.

- BROTHWELL, D. y HIGGS, E., (compiladores), *Ciencia en Arqueología*, Madrid, F.C.E., 1980.
- CALO LOURIDO, F. y SOEIRO, Teresa. *Castro de Baroña. Campaña 1980/84*. Santiago de Compostela. Xunta de Galicia. Servicio de Arqueoloxía. Memorias nº 6, 1986.
- CARBALLO ARCEO, L.X., *Poboamento castrexo e romano de Terra de Tras deza*, Santiago de Compostela. Xunta de Galicia, Servicio de Arqueoloxía, Investigación nº 2, 1986.
- CARO BAROJA, J., *Los pueblos del Norte de la Península Ibérica*, Madrid, C.S.I.C., 1943.
Los pueblos de España, Madrid, Ediciones Istmo, 1981, 2 vols. Tercera edición.
- CHAPLIN, Raymond E., *The study of animal bones from archaeological sites*, London, Seminar Press, 1971.
- DIAZ-FIERROS VIQUEIRA, F., TORRAS TRONCOSO, María L. y VAZQUEZ VARELA, J.M., «La evolución de la flora gallega durante el Holoceno», *Separata de Museo de Pontevedra XXXIII*, 1979: 53-59.
- DRIESCH, Angela von den, *A guide to the measurement of animal bones from archaeological sites*, Peabody Museum Bulletin 1, Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, Harvard University, 1976.
- EIROA, J.J., «Excavaciones arqueológicas en el castro de Borneiro, La Coruña (campaña de 1970)», *N.A.H.*, Prehistoria, XV, Madrid, 1971: 127- 143.
«Segunda campaña de excavaciones arqueológicas en el castro de Borneiro (La Coruña)», *N.A.H.*, Prehistoria 3, Madrid, 1973, 311-332.
«Excavaciones. A Lanzada (Sanxenxo, Pontevedra) 1972», *Museo de Pontevedra*, Vol. 27, 1973: 63-64.
- HIDALGO CUÑARRO, J.M., *Castro de Troña. Campaña 1983*. Santiago de Compostela. Xunta de Galicia, Servicio de Arqueología, Memorias nº 3, 1983.
- HIDALGO CUÑARRO, J.M. y COSTAS GOBERNA, F.J., «El Castro "A Cidade" de Caneiro, Fozara (Ponteareas)», *Separata de Museo de Pontevedra*, 1979.
- JATO RODRIGUEZ, María V. y VAZQUEZ VARELA, J.M., «Correlación entre los datos palinológicos y los hallazgos prehistóricos de Galicia», *Compostellanum Vol. XVIII nº 1-4*, enero-diciembre, 1972: 7-15.
- LOPEZ CUEVILLAS, F., *La civilización Céltica en Galicia*, Santiago de Compostela, Porto y Cia. editores, 1953.
«A economía nos tempos da cultura castrexa», *Grial nº 13*, 1966: 261-275.
«Prehistoria», In.: *Historia de Galiza*, dirigida por R. Otero Pedrayo, Madrid, Akal Editor, 1980, T. III.
- LOPEZ MONTEAGUDO, G., «Cabeza zoomorfa inédita del Castro de Santa Tecla», In.: *XXII C.N.A.*, Jaén 1971, Zaragoza 1973.
- LUENGO MARTINEZ, *Excavaciones arqueológicas en el Castro de Meirás y su necrópolis*, Madrid, Comisaria General de Excavaciones Arqueológicas, nº 23, 1950.
- MARIEZKURRENA, Koro, «La cabaña ganadera del Castillar de Mendavia», *Munibe* 38, San Sebastian, 1986: 119-169.
- OTERO PEDRAYO, R. (dir.), *Historia de Galiza*, Madrid, Akal Editor, 1980, T. III: Prehistoria.

- PEREIRA MENAUT, G., (edición y limiar), *Estudios de Cultura Castrexa e Historia Antigua de Galicia*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 1983.
- PERICOT GARCIA, L. y LOPEZ CUEVILLAS, F., *Excavaciones en la citania de Troña*, Madrid, J.S.E.A., nº 115, 1931.
- REY CASTIÑEIRA, J. «Estudio y catalogación de castros de la provincia de La Coruña», *Gallaecia* 7/8, 1986: 59-147.
- ROMERO MASIA, Ana, «Avance de la memoria de las excavaciones del Castro de Borneiro (Cabaña-Coruña) de 1981», N.A.H., nº 18, 1984: 211-231.
- SANTOS YANGUAS, N., «Organización social y económica de la Asturias castreña en época prerromana», *BIDEA*, nº 107, año XXVI, Oviedo, septiembre-diciembre, 1982: 785-817.
- «La arqueología castreña y el sector económico agropecuario», In.: *Población y poblamiento en el norte de la Península Ibérica*, Memorias de Historia Antigua VI, Universidad de Oviedo, Servicio de Publicaciones, 1984: 43-66.
- «La economía agropecuaria en la Asturias castreña prerromana», *BIDEA*, nº 112, 1984: 485-533.
- SCHMID, Elisabeth, *Atlas of animal bones*, London, Elsevir Publishing Company, 1972.
- SILVER, I.A., «La determinación de la edad de los animales domesticos», In.: *Ciencia en Arqueología*, 1980: 289-309.
- TABOADA CHIVITE, J., «El sector agropecuario de la economía castreña», In.: *Homenaje a Garcia y Bellido*, (RUM) III, Madrid, 1977.
- VAZQUEZ DE PRADA, V., (dir.), *Historia económica y social de España I: La Antigüedad*, Madrid, Confederación Española de Cajas de Ahorros, 1973.
- VAZQUEZ VARELA, J.M., «Bases paleontológicas para el estudio de la ganadería de la Cultura Castreña», *Compostellanum* vol. XVIII, nº 1-4, enero-diciembre, Santiago de Compostela, 1973: 309-316.
- «El conchero del Castro de Queiruga (La Coruña)», *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología*, XL-XLI, 1975: 500-503.
- «Estudio del conchero protohistorico de las Islas Cies. Vigo», In.: *Actas de las I J.M.A.C.H. vol I: Prehistoria e Historia Antigua*, 1975: 291-294.
- «Estudio de la fauna marina de los concheros de los castros de A Penda y Montealegre (Pontevedra)», *Gallaecia* 1: 142-146, 1975.
- «Hallazgo de bellotas en el Castro de Vixil: reflexiones sobre la agricultura castreña», *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos de Lugo*, T. IX, nº 81-84, 1975: 195/8.
- «Bases paleontológicas para el estudio de la pesca en la Cultura Castreña: una investigación preliminar», *Boletín Auriense*, VI, 1976, 83-86.
- «La ganadería de la Cultura Castreña en Galicia», In.: *XIV C.N.A.*, Vitoria, 1975, Zaragoza, Ed. Secretaria General de los Congresos Arqueológicos Nacionales, Universidad de Zaragoza, Seminario de Arqueología, 1977: 641-644.
- «La pesca en la Cultura Castreña de Galicia», BRAÑA, *Boletín de la Sociedad Gallega de Historia Natural*, nº 2, 1978: 79-90.
- «La economía castreña al Norte del Miño», In.: *Actas do Seminario de Arqueología do NO Penínsular*, Vol. II, Guimarães, 1980. 197-204.

«La alimentación y la cocina en la Cultura Castreña de Galicia». Separata de *STUDIA ZAMORIENSE*, nº 4, 1983: 392-398.

«Los testimonios económicos», In.: *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antigua de Galicia*, Santiago de Compostela, 1983: 147-158.

«Contribución al estudio de las faunas prehistoricas de Galicia: los ungulados del Holoceno», In.: *Petroloxía e estrutura das unidades de Cabo Ortegal, Ordes e complexo Antigo. Reunión de Xeoloxía e Minería do NO Peninsular (Nadal 1983)*, Cuadernos do laboratorio Xeolóxico de Laxe nº 7, Publicación do Seminario de Estudos Galegos, Area de Xeoloxía e Minería, Edicios do Castro, Sada-A Coruña, 1984: 217-220.

«Dieta real y dieta imaginaria», In.: BERMEJO BARRERA, *Mitología y mitos de la Hispania Prerromana 2*, 1986: 231-234.

VAZQUEZ VARELA y AIRA RODRIGUEZ Maria, J., «La economía de los pueblos prerromanos del Norte de Hispania según los testimonios palinológicos», In.: *Congreso Peninsular de Historia Antigua*, Santiago de Compostela, 1-5 de Julio, 1986.

Tabla nº 1

Distribución de los restos de A Lanzada por especies

	NR	%
BOS TAURUS	18	20,6%
OVIS ARIES y CAPRA HIRCUS	54	63,2%
SUS DOMESTICOS	12	14,9%
MELES MELES	1	1,1%
TOTAL	85	

Tabla nº 2

Distribución del material óseo de A Lanzada por niveles y especies

	Bos		Ovis		Sus		Meles		Tot.
	NR	%	NR	%	NR	%	NR	%	
Nivel 2	7	25,9	19	70,3	1	3,7			27
Nivel 3	6	20,6	15	51,7	6	24,1	1	3,4	29
Nivel 4	1	8,3	10	83,3	1	8,3			12
Nivel 5	4	21,5	10	57,8	4	21,5			19
TOTAL	18		54		12		1		87

Tabla nº 3

NMI y distribución por edades de la fauna de A Lanzada

Bos Taurus	NMI	Ovis Aries y Capra H	NMI	Sus Domesticus	NMI
6 meses	2	3- 6 meses	2	Menos de 6 meses	2
18-27 meses	2	Hacia 9 meses	3	20/24 meses	2
		9-15 meses	1	2-3 años	1
		15-24 meses	3		
TOTAL	4		9		5

Tabla nº 4

Distribución de los restos

	NR	%
BOS TAURUS	30	85,7
OVIS ARIES y CAPRA HIRCUS	5	14,2
TOTAL	35	

Tabla nº 5

NMI y distribución por edades del Castro de Borneiro

Bos Taurus	NMI	Ovis Aries y Capra Hircus	NMI
Más de 30 meses	1	9-15 meses	2
4 años o más	1		
TOTAL	2		2

Tabla nº 6

Distribución de los restos por especies

	NR	%
BOS TAURUS	38	42,6
OVIS ARIES y CAPRA HIRCUS	32	35,9
SUS DOMESTICOS	18	20,2
CANIS LUPUS	1	1,1
TOTAL	89	

Tabla nº 7

NMI y distribución por edades del Castro de Cabo de Cruz

Bos Taurus	NMI	Ovis Aries y Capra Hircus	NMI	Sus Domesticus	NMI
4 años o más	2	9-15 meses	1	20-24 meses	1
		15-24 meses	3	2 / 3 años	1
				2 años	2
TOTAL	2		4		4

Tabla nº 8

Distribución de los restos por especies

	NR	%
BOS TAURUS	2	11,7
OVIS ARIES y CAPRA HIRCUS	15	88,2
TOTAL	17	

Tabla nº 9

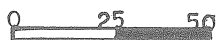
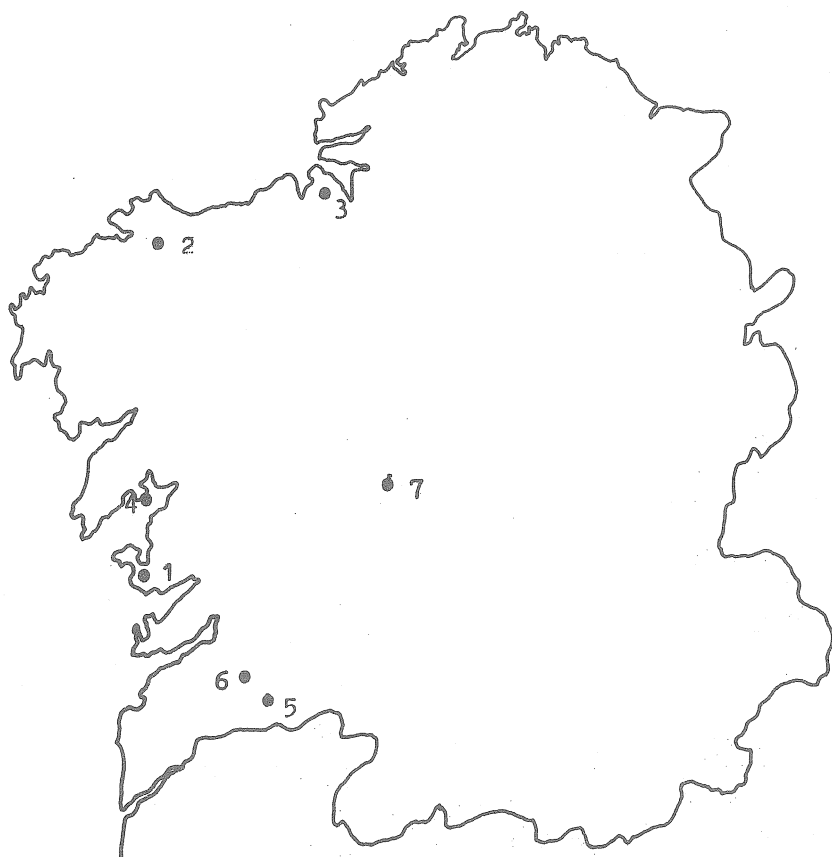
NMI y distribución por edades del Castro de Borneiro

Bos Taurus	NMI	Ovis Aries y Capra Hircus	NMI
30 meses o más	1	9-24 meses	3
		2 años	1
TOTAL	1		4

Tabla nº 10

Distribución de la fauna domesticada en los yacimientos estudiados

	Lanzada	Borneiro	Meirás	C. de Cruz	Tot.	%
Bos Taurus	18	30	38	4	90	41,2
Ovis aries y Capra Hircus	54	5	32	15	106	44,3
Sus	12		18		30	13,7
Meles	1				1	0,4
Canis		1			1	0,4
TOTAL	85	35	88	19	227	



Situación de los yacimientos estudiados:

1. Castro de A Lanzada; 2. Castro de Borneiro; 3. Castro de Meirás; 4. Castro de Cabo de Cruz; 5. Castro de Troña; 6. Castro de Fozara; 7. Castro de As Orelas.

ARQUEOSUB EN EL ATLANTICO: PROSPECCIONES SUBACUATICAS EN LA GALICIA MERIDIONAL

por

Javier Francisco Luaces Anca
Maria Cristina Toscano Novella

INTRODUCCION HISTORICA

La actividad arqueológica en lo que se refiere al medio subacuático en Galicia no ha tenido la evolución que era de esperar. Hay que tener en cuenta que la costa gallega alcanza un desarrollo total de aproximadamente 643 Km., lo que equivale a 1/5 del litoral español¹. Sin embargo son muchas las circunstancias y condicionamientos que hicieron que una actividad como ésta non alcanzase el desarrollo adecuado y necesario, lo que nos obliga a los dedicados a la arqueología subacuática a hacer una serie de planteamientos básicos y a enfrentarnos a un modo en el que prácticamente está todo por hacer, sobre todo teniendo en cuenta que las técnicas utilizadas en el Mediterraneo, centro básico de la arqueología subacuática europea e incluso americana, apenas tienen validez o son de muy difícil por no decir imposible aplicación.

Como es bien sabido la historia de la arqueología subacuática y, en general, la de la investigación submarina está muy ligada a la evolución tecnológica del buceo. Desde principios del II milenio (noticias en Perú) pasando por los bajorrelieves de Nínive y Egipto, referencias de Aristóteles, invenciones de época moderna (Vegetius, Blasco de Garay, Pedro de Ledesma, Borelli, etc.) y contemporánea (Drieberg, Roquayrol — Deynaurouse, Cousteau — Gagna, etc.) hasta llegar a la actualidad en que los sofisticados robots submarinos, los ROV (*remotely operated vehicles*), hijos en gran parte del *batiscafo* (FNRS-2) del inventor uizo Auguste Piccard, podrían contribuir, debido a sus características tecnológicas (sondas, *escanners* sonares,

¹ Haciendo un poco más de estadística diremos que a Galicia le corresponde 1 Km. de costa por cada 45, 7 Km², mientras que la media nacional es de 1 Km. por cada 159 Km².

TV-Video, fotografía, etc.) y a su gran autonomía (pueden permanecer sumergidos días e incluso semanas), a realizar una perfecta documentación del patrimonio sumergido.

Sin embargo este tipo de alta *tecnología* de la inmersión está al alcance de muy pocos y suele estar en manos de aquellos que buscan un beneficio económico que rentabilice tan alta inversión².

En Galicia los inicios de la arqueología subacuática están muy ligados a los buscadores de tesoros y, concretamente, al denominado *tesoro de Rande*. Ya Julio Verne en su célebre *20.000 leguas de viaje submarino* utiliza sus conocimientos y fantasía para pasearse, en compañía del capitán *Nemo*, por las profundidades de la Ría de Vigo en busca de los galeones hundidos en 1702³. Esta circunstancia histórica (hay que tener en cuenta que el lugar de destino de la flota en un principio era Cadiz y no Vigo) fué, dejando de lado otros análisis y las posibles influencias o repercusiones socio-económicas que este acontecimiento pudo causar en su momento⁴, lo que llevó a esa búsqueda o *expolio* que desde el siglo XVIII hasta la actualidad se viene desarrollando o intentando desarrollar⁵.

En los años 70 hay un intento de rescate de un pecio del siglo XVIII en las proximidades de la playa de la Lanzada (Pontevedra), a cargo de la denominada *Expedición Galatea* compuesta por miembros de la O.J.E. sobre el que no existe documentación. En la misma línea aparece el *Club Universitario de Actividades Subacuáticas* (C.U.A.S.) que trabaja en el río Ulla (Catoira) recuperando importantes restos cerámicos aunque sobre estos trabajos no hay constancia alguna.

En 1975 surge el G.I.R.A.S. (*Grupo de Investigación y Rescate Arqueológico Submarino*) vinculado al *Club del Mar* de la ciudad de la Coruña. Este grupo está coordinado en tierra por Felipe-Senén López, director del Museo de

² A pesar de que los ROV ya se utilizan desde la década de los sesenta (CURV, Scorpio, etc.) los adelantos en electrónica, comunicaciones y robótica permiten unas nuevas generaciones (Argo, RCV-225G, Super Scorpio, Triton, REV Epaulard, ARCS, EAVE-East, etc.) con mayor autonomía y complejidad en los trabajos. Tucker, J.B., 1986, pp. 50-57.

³ Sobre este tema hay abundante bibliografía destacando a G. Campos Ramos: «La Batalla de Rande», *Faro de Vigo*, 23-10-1951 y A. Rodríguez Elías: *La escuadra de la Plata*, Vigo, 1935.

⁴ Meijide Pardo, A., 1980, pp. 281-284.

⁵ Para la construcción del muelle de madera del puerto de Vigo (1875-1922) fueron utilizados restos de los galeones de Rande. Son conocidas, por los relatos de Stenuit, los *intentos* de rescate sobre todo el levado a cabo en la década de los 50 por el norteamericano Potter en la que el mismo Stenuit participa. Los restos que conservan y se conocen en nuestro país son una serie de cañones y anclas de hierro como adorno de jardines en Vigo y Pontevedra. Desde hace años hay numerosos intentos, tanto por parte de compañías profesionales como de particulares algunos de ellos con mucha insistencia, de realizar lo que algunos de ellos denominan con toda claridad *explotación*. Afortunadamente la Administración deniega permisos quedándoles solo la vía del furtivismo que desgraciadamente *se sigue utilizando*.

San Antón, pero la verdadera labor subacuática correrá a cargo del recientemente fallecido Rafael Mejuto García. Esta persona es fundamental en el desarrollo de la A.S. en Galicia siendo el que potencia la actividad y concienciación arqueológica subacuática dentro de la FEGAS (*Federación Gallega de Actividades Subacuáticas*) y de la Administración Autonómica. Gran conecedor de la legislación sobre patrimonio sumergido no duda en denunciar a particulares e incluso instituciones (Armada, Cruz Roja del Mar, etc.) por expolios submarinos (pecio de la Magdalena, pecio de Corcubión, pecio de Mera⁶).

Este grupo de trabajo (GIRAS) pretende elaborar la Carta Arqueológica de las costas gallegas y en este sentido, entre 1976 y 1979, se prospeccionan zonas en: Fisterra, Laxe (recuperados dos cañones de bronce), Centroña (en las proximidades de una vilae romana), Viveiro (restos del expolio de la fragata *Magdalena*) y en la bahía de A Coruña (restos de material prerromano, romano, medieval e contemporáneo)⁷.

Entre 1982 y 1983 se desarrolla un plan sistemático de prospecciones subacuáticas centrado en el litoral pontevedrés. Estos trabajos están dirigidos por António de la Peña Santos y en ellos participan miembros del *Club Calabaza* de Marín y de *Montañeros Celtas* de Vigo. Algunos de estos buceadores se integraron en el Grupo Arqueológico *Alfredo García Alén* formando su sección de Subacuáticas. Este grupo, con apoyo de arqueólogos en superficie (A. de la Peña, Ramón Patiño, Juan Naveiro, etc.) realiza trabajos en la Ría de Arosa (Catoira y Cortegada), Ría de Pontevedra (Lanzada, Portocelo y Piténs) y Ría de Vigo (Barra, Igreasiña, Limens y Cies) documentándose importantes hallazgos desde época romana al s. XVIII⁸.

Desde 1984⁹ se niegan los permisos por parte de la Xunta de Galicia aduciendo una carencia de *medios y de personal especializado*. En este sentido entre 1985 y 1986 se organiza un curso de buceo para arqueólogos, idea llevada a cabo entre la FEGAS (Departamento de Arqueosub) y la Xunta de Galicia (Dirección Xeral do Patrimonio) y financiada por esta última.

⁶ Es muy importante la labor desarrollada por R. Mejuto como presidente del departamento de ARQUEOSUB dentro de la FEGAS buscando siempre una íntima colaboración entre los *buceadores deportivos y arqueólogos* como forma de trabajo interdisciplinar, idea ésta que cuenta con muchos detractores entre los arqueólogos pero que nosotros consideramos básica y de muy alta rentabilidad científica y profesional. Desde estas líneas nuestro más sincero homenaje como amigos e como profesionales de la arqueología.

⁷ López Gómez, F.S., 1980, pp. 139-165.

⁸ Peña Santos, A. de la, 1985, pp. 205-238.

⁹ En 1985 se realiza la recuperación en la ría de Pontevedra de tres *cepos romanos*, de plomo e alma de madera. Este acontecimiento provocó una serie de conflictos de índole patrimonial. Estos restos se encuentran en el Museo de Pontevedra.

GALICIA MERIDIONAL: Campañas de 1987 y 1988

En Marzo de 1987 se inicia la primera campaña de la **Prospección Subacuática de las Rías de Vigo y Pontevedra**, comenzándose con el estudio de dos zonas concretas: **Cabo de Mar y Cala de Melide**. Tanto en esta campaña como en las siguientes se contó con el apoyo institucional de la Xunta de Galicia, la cual subvencionó la totalidad de los trabajos realizados hasta el momento, y del Museo de Pontevedra, que avaló las campañas de 1987 y 1988. Los resultados fueron diversos: en Cabo de Mar aparece una zona de concentración de material romano fechado hacia mediados del siglo I d.C. compuesto especialmente por fragmentos anfóricos, tégulae, y terra sigillata. Como un primer resultado podríamos hablar de la existencia de un pecio romano que creemos muy alterado consecuencia de la acción del mar, de las labores de marisqueo, así como por la acción de los furtivos.

La Cala de Melide aparece como una zona de gran concentración de material moderno, siendo necesario un estudio y seguimiento más intensivo de la zona, sobre todo si tenemos en cuenta que la movilidad de los fondos aquí es muy grande. Entre el material aparecido destacan unas anclas líticas de cronología incierta¹⁰ y un mosquete del siglo XIX muy concrecionado y todavía en fase de conservación. Tenemos referencias sobre la localización en Punta Subrido de cañones, balas de cañón, etc. y de un fragmento de porcelana inglesa que data de la primera mitad del siglo XIX¹¹.

Ese mismo año y durante el mes de Agosto, se efectuó una operación de arqueología subacuática de urgencia, llevándose a cabo la recuperación de dos cañones de bronce (siglos XVI-XVII) en **Cabo Silleiro** (Baiona). Se trata de dos piezas de artillería ligera con un sistema de retrocarga (uno de ellos conserva el cargador montado). Su estado de conservación es bueno y actualmente se encuentran en fase de consolidación en el Museo de Pontevedra.

En 1988 se realiza la campaña de prospección arqueológica de la Ría de Arosa centrada en la Illa de Cortegada. El proyecto abarcaba tanto el fondo marino como la superficie de la isla pero, al ser denegado el permiso por parte de los propietarios, este último aspecto quedó sin cubrir. Por una cuestión de tiempo, los resultados de esta campaña todavía están en fase de estudio, pero el interés arqueológico de la misma quedó evidenciado.

Este mismo año y durante el mes de Septiembre, se ha realizado un estudio subacuático en las proximidades de la Isla de Arosa integrado en un proyecto de arqueología experimental dirigido por Jose Manuel Rey.

Hasta el momento los resultados de la *Arqueosub* en Galicia han sido altamente positivos tanto por el elevado interés arqueológico de nuestras rías

¹⁰ Rodríguez Biempica, E., 1987, pp. 253-265.

¹¹ Luaces Anca, J.F., y Toscano Novella, M.C., 1987a, (en prensa).

como por la puesta en práctica de distintos métodos de prospección¹² que permitan llevar a cabo el trabajo arqueológico en el Atlántico¹³.

RESUMEN

Se pretende la realización de la carta arqueológica subacuática de las costas gallegas que, debido a sus características, creemos constituyen zonas de gran interés arqueológico. Los trabajos desarrollados entre 1987 y 1988 centran su interés en varios aspectos fundamentales: la recuperación de esta actividad en Galicia; la experimentación de técnicas y sistemas de prospección adecuados a las características del Atlántico; en los resultados obtenidos, ya que se han documentado puntos de interés arqueológico desde la *prehistoria* hasta épocas más recientes; y, por último, la protección del *Patrimonio Sumergido*.

BIBLIOGRAFIA

- LÓPEZ GÓMEZ, F.S., «Arqueoloxía Sobmariña: Os materiais procedentes de Badia Coruñesa», *Brigantium*, vol. 1, Coruña, 1980, pp. 139-165.
- LUANCES ANCA, J.F. y TOSCANO NOVELLA, M.C., *Prospección Arqueológica Subacuática de la Ría de Vigo. 1987* (a), (en prensa), Xunta de Galicia.
- LUACES ANCA, J.F. y TOSCANO NOVELLA, M.C., *Prospección Subacuática de las Rías de Pontevedra y Vigo. 1987* (b), (en prensa), Museo de Pontevedra.
- MEIJIDE PARDO, A., «Aspectos de la vida económica de Vigo en el siglo XVIII», *Vigo en su Historia*, Vigo, 1980, pp. 279-355.
- PEÑA SANTOS, A. DE LA, «Primeras Prospecciones Arqueológicas Subacuáticas en el litoral de la Provincia de Pontevedra», *Pontevedra Arqueológica I*, Pontevedra, 1985, pp. 205-238.
- RODRIGUEZ BIEMPICA, E., «Introducción a las técnicas de Prospección Arqueológica Subacuática experimentadas en el litoral Pontevedrés durante las campañas 1982-1983», *Pontevedra Arqueológica I*, Pontevedra 1985, pp. 239-244.
- RODRIGUEZ BIEMPICA, E., «Anclas Líticas en las Rías Bajas Gallegas», *Pontevedra Arqueológica II*, Pontevedra, 1987, pp. 253-265.
- TUCKER, J.B., «Encuentro con un robot en el fondo del mar», *Rev. Alta Tecnología*, nº 8, Noviembre:1986.

¹² Es de destacar en cuanto a investigación sobre tecnología y técnicas aplicables a la A.S. en el Atlántico la labor que están desarrollando E. Rodriguez y J.A. Suarez. Rodriguez Biempica, E., 1985, pp. 239-244.

¹³ Luaces Anca, J.F. y Toscano Novella, M.C. 1987a, (en prensa).

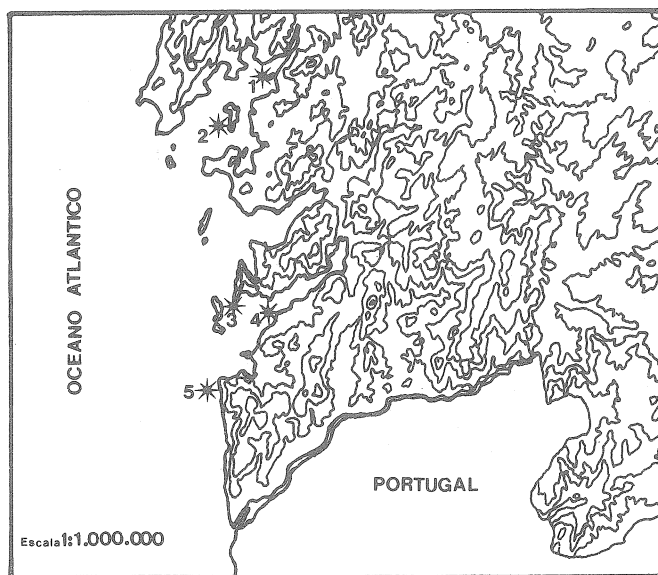
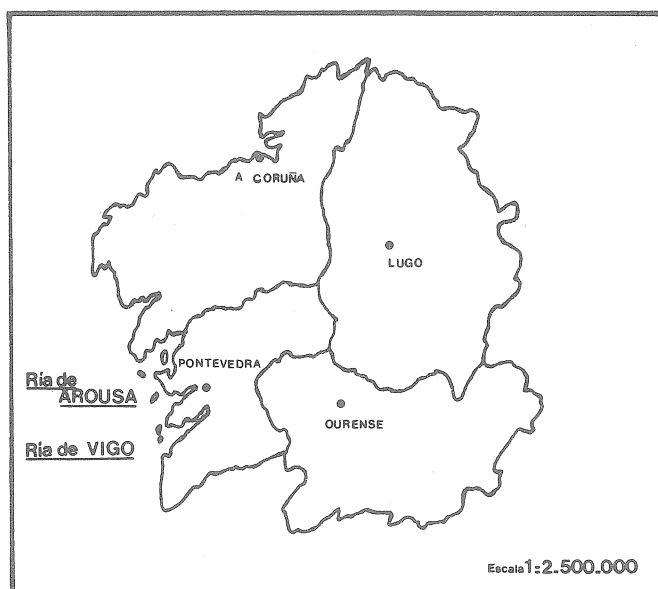


Fig. 1 — Zonas de Trabajo: 1. Cortegada; 2. Areoso; 3. Melide; 4. Cabo de Mar; 5. Cabo Silleiro.

DEBATE

Vítor Oliveira Jorge — Não sei se os autores da última comunicação conhecem um grupo de Arqueologia subaquática que se constituíu em Lisboa, no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia — e se por acaso têm contactos com esse grupo, que é dirigido por Francisco Alves.

M^a Cristina Toscano Novela — Sabíamos que estavam a trabalhar na foz de um rio, parece-me que a fazer uma escavação. No ano passado quisemos entrar em contacto com eles, mas a única coisa que soubemos é que este ano não fizeram uma campanha. Pelo menos essa foi a informação que nos deram, mas tínhamos muito interesse, sobretudo porque estamos a trabalhar no mesmo problema.

V.O.J. — Justamente por isso, era interessante harmonizar talvez os métodos e as formas de actividade de umas equipas e outras; e já agora acrescento que se trata de um grupo coordenado pelo director actual do M.N.A.E. em conjunção com o casal francês Blot, os quais fizeram já milhares de fichas de inventário relativas a achados na costa portuguesa. Posso-lhes facultar o endereço para entrarem em contacto.

PARTICIPANTES NOS DEBATES

(não conferencistas ou autores de comunicações)

Doutor Martin Höck — Professor da Universidade da Beira Interior;

Dr. Victor Polo Sánchez — Salamanca;

Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva — Professor auxiliar da Faculdade de Letras do Porto;

Dr^a Manuela Delgado — Directora do Museu D. Diogo de Sousa (Braga);

Dr. Fernando Real — Director do Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural.

Nota: Não tendo sido possível submeter aos intervenientes, para revisão, os textos resultantes dos debates, a transcrição destes, que se publica, é da responsabilidade do coordenador do presente volume.

Vítor Oliveira Jorge

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

ALOCUÇÃO

do

Doutor Vítor Oliveira Jorge

(Presidente da Comissão Organizadora do Colóquio)

O momento que estamos hoje a viver aqui em Baião tem para mim — e certamente para muitos dos presentes nesta sala, que ao longo do tempo deram ao projecto do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira o seu contributo — um grande significado. Comemoramos, com o Colóquio que agora se encerra, o fim de um primeiro ciclo de trabalho nesta região. Este Colóquio quis ser de algum modo o balanço do que aqui se fez, mas não um balanço voltado sobre si próprio, antes integrado nos enormes progressos que a Arqueologia do Noroeste realizou na última década, no âmbito dos quatro grandes temas para os quais a Aboboreira, ela própria, contribuiu: o megalitismo, a Idade do Bronze, a arqueologia dos castros e a arqueologia medieval. Quisemos que fosse aqui, na própria sede logística do Campo, e em estreita ligação com a autarquia que sempre nos apoiou, que se realizasse o único acto solene desta reunião científica. Desejámos estar perto, neste momento, dos sítios que nos proporcionaram os dados e os problemas, e das próprias colecções recolhidas, materializadas na mostra museológica patente no Museu Municipal e que acaba de ser inaugurada. Considerámos sempre ser nosso dever devolver às populações desta terra os conhecimentos que dela tentámos extrair; e aqui estamos, para, sem prejuízo do carácter festivo da ocasião, olharmos criticamente para o que se efectuou e perspectivarmos o muito que ainda pode e deve ser feito, se para tanto nos forem facultados os meios mínimos indispensáveis.

Em termos científicos, e mau grado as inúmeras publicações já produzidas, é evidente que falta ainda um estudo de conjunto sobre as mamoadas da região, que compendie e sintetize o vasto acervo de dados obtidos, dispersos

por imensos trabalhos de vária índole, cuja consulta se torna morosa. Por outro lado, importará publicar monografias dos povoados da Idade do Bronze de Monte Calvo, Lavra e Castelo de Matos, à semelhança do que já aconteceu com a Bouça do Frade. Monografias idênticas deverão também ser produzidas para o castro do Cruito e para Castelo de Matos medieval, além de que se imporá igualmente editar, sob uma forma agradável e prática para todos os utilizadores, a carta arqueológica de Baião, sumariada em trabalho que acabo de publicar no vol. 17 da revista *Arqueologia*, e exposta em placards do próprio Museu.

Para já não falar do Cruito e de Castelo de Matos — estações em que talvez seja de aconselhar um compasso de espera em termos de escavações, até que esteja pronto o estudo do que se observou até agora — interessará prosseguir trabalhos de campo nas mamoadas e no complexo da Bouça do Frade – Tapado da Caldeira – Alto da Caldeira, pois em ambos os domínios estamos longe de ter esgotado toda a informação disponível nesses locais. Uns e outros são hoje referências para toda a Pré-história recente do Noroeste peninsular, não só em termos da metodologia que aqui começou a ser ensaiada e agora se expande em todo o Norte de Portugal e na Galiza, mas também do ponto de vista dos dados que forneceram e certamente continuarão a fornecer, e cujo interesse, como todos sabem e mais uma vez este Colóquio provou, em muito transcende o mero âmbito local. Para além de tudo este Campo Arqueológico tem sido uma escola de escavações, basicamente organizada pelo G.E.A.P. e ligada à Faculdade de Letras do Porto, e não se vê que tal escola seja facilmente substituível, embora saudavelmente completada por iniciativas de outros colegas e de outras instituições, no que tem sido um autêntico movimento de arranque da pesquisa arqueológica moderna, que ficará a caracterizar os anos oitenta do nosso século. Trabalhos em curso no âmbito da Paleoecologia da região serão também decisivos para uma mais clara compreensão do seu passado, e terão de ser complementados com novos esforços — nomeadamente no domínio da Palinologia — que, no meu espírito, se articulam com a tentativa de constituir no futuro um Núcleo de Estudos Paleobotânicos na Universidade do Porto, que sirva este e outros projectos.

Os trabalhos individuais, motivados por necessidades de carreira e dinamizados pelo espírito de iniciativa de alguns investigadores, terão, de agora em diante, de ser substituídos por actividades e serviços em que Universidades, I.P.P.C. e autarquias se unam no estudo e defesa do património arqueológico, escorados num trabalho de equipa, com conjugação de meios e de capacidades e com um espírito novo, de plena assunção das responsabilidades que a todos cabem. Os elementos presentes nesta mesma sala — investigadores, estudantes, autarcas, técnicos e responsáveis do I.P.P.C. — animam-nos a pensar que tal colaboração não será uma utopia, mas se poderá ir implementando com realismo e determinação. A *Arqueologia*, nas suas vertentes de pesquisa,

patrimonial e de divulgação, não é uma actividade de fins de semana ou de férias, mas um trabalho técnico que exige preparação qualificada, e que portanto deve ser encarado por todos, tanto agentes como destinatários, com a dignidade que lhe é inerente. Essa dignificação da nossa profissão passa por uma maior consciencialização das populações, por um maior esforço das entidades locais em nos proporcionarem infra-estruturas condignas, enfim, por verbas mais significativas do que as que nos têm sido atribuídas, e que espantam qualquer dos nossos parceiros europeus pelo seu carácter simbólico, para não dizermos verdadeiramente ridículo, sobretudo quando as equacionamos com os resultados obtidos, que em muitos casos não ficam atrás do que de melhor se está fazendo noutros países nossos vizinhos. A aquisição de tais dados com plena penúria de meios é produto de um imenso voluntarismo, de um enorme entusiasmo e sacrifício das pessoas que conosco colaboram, e que trabalham em condições indignas de um país civilizado e, a prazo, impeditivas de conseguirmos novos progressos que se impõem, se quisermos manter o mesmo ritmo, passar, em suma, da fase do pioneirismo para a de uma actividade institucionalizada e coerentemente organizada. Instalar os arqueólogos e estudantes em edifícios concebidos para outros fins, como escolas, alimentá-los deficientemente, obrigá-los a operar em situações de exposição aos elementos naturais que nem os mais inqualificados trabalhadores manuais hoje suportariam, deslocá-los em transportes de carga sem quaisquer condições adequadas a seres humanos, não é só atentatório da nossa dignidade, é impeditivo de se obterem dados mais seguros e sérios, ou, por outras palavras, de se tirar todo o rendimento de acções que ou efectivamente são bem feitas, ou então dilapidam o património e não atingem os seus objectivos pedagógicos, desmotivando antes aqueles que por uma vez a elas se prestam. Neste sentido, estamos numa encruzinhada na Arqueologia portuguesa: ou se dá um salto qualitativo no que a condições de trabalho concerne, ou mais vale, pura e simplesmente, parar com esta actividade, cada vez mais respeitada e acalentada em todos os países.

No caso concreto da Aboboreira, torna-se indispensável dispor de um local permanente de trabalho, de uma base logística do Campo, em que se possa proceder a tarefas de lavagem, etiquetagem e outro tratamento dos materiais recolhidos, que só temporariamente, em casos excepcionais e por motivos de estudo, deveriam sair do concelho. Também se impõe a existência de um arquivo local de todos os materiais já estudados e não expostos no Museu, acompanhados da documentação que permita, no futuro, que novos investigadores retomem a pesquisa dos mesmos, como relatórios, cadernos de campo, fotografias, etc. É uma contrapartida que a Câmara, ou as Câmaras, devem legitimamente exigir aos trabalhos que financeira e logisticamente apoiam. A Arqueologia não desemboca só em colecções expostas e em publicações: esse material, em si mesmo fundamental, é apenas a «ponta do iceberg» dos dados que as prospecções e escavações potencialmente fornecem, e que poderão ser

mais convenientemente explorados no futuro, pelos nossos continuadores. Se toda essa informação não for correctamente centralizada e armazenada, perder-se-á nas vicissitudes dos espólios individuais de cada um. Isto para já não falar de pessoal minimamente preparado (necessariamente polivalente) que as autarquias deveriam localmente possuir para vigiar obras, verificar o estado dos monumentos, proceder, enfim a trabalhos de rotina que não podem ser assegurados sazonalmente por equipas exteriores, que vêm fundamentalmente fazer escavações.

Temos a esperança, finalmente, de que a partir de 1989 o I.P.P.C. e a autarquia, ou autarquias, concedam os meios financeiros e técnicos indispensáveis para se começar a proceder à protecção e restauro dos monumentos, que, integrados na sua paisagem envolvente, constituem um património insubstituível, em degradação desde há séculos, num processo que as escavações só vêm inevitavelmente acelerar.

Nada do que acaba de ser dito deve ser visto como uma atitude pessimista, ou como uma posição irrealista de exigência de meios que sabemos serem escassos, sobretudo neste concelho de Baião, tão carecido. Não quis porém deixar passar esta oportunidade única de acentuar um conjunto de ideias que, perspectivando o futuro, parecem evidentes para que o Campo Arqueológico possa continuar a cumprir os seus objectivos, em todos os planos. As dificuldades que temos sentido não nos fazem esquecer a gratidão que é devida a entidades que nos têm apoiado, como o Instituto Português do Património Cultural, o próprio Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis e a Câmara Municipal de Baião, que neste momento tão gentilmente nos recebe nesta sala, para já não referir outras instituições locais que, num momento ou noutro, connosco colaboraram. A todos o nosso obrigado e a certeza de que podem continuar a contar connosco, desde que nos sejam dadas condições mínimas para prosseguir um trabalho que tanto nos apela.

ALOCUÇÃO

do

Dr. Fernando Real

(Director do Departamento de Arqueologia do I.P.P.C.,
representando o Presidente do mesmo Instituto)

Gostaria em primeiro lugar de felicitar a Comissão Organizadora deste Colóquio e o Município de Baião pelo apoio dado à investigação científica que nos últimos anos tem vindo a ser desenvolvida nesta região pela Universidade do Porto e pelo Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto.

Face aos resultados já obtidos, à projecção nacional e internacional do Campo Arqueológico da Aboboreira e à enorme quantidade de espólio exumado nas escavações arqueológicas, é de grande oportunidade a existência da unidade museológica agora inaugurada, para acolher, conservar e tornar acessível ao público esses materiais e impulsionar a vida cultural e turística da região.

Estas colecções, integrando objectos que são fundamentais na Arqueologia Portuguesa, constituem uma riqueza de insubstituível alcance patrimonial e cultural neste momento aqui reunida e acessível para a fruição do público.

O Museu agora inaugurado, onde fermenta já uma actividade cultural, cumprirá plenamente os seus objectivos quando vier a ser um pólo de referência a todos os que, estando na região, e querendo conhecer a herança cultural desde a etnografia aos seus monumentos, partam com a grata recordação de uma visita.

Ao nível patrimonial, algo há ainda a fazer para a valorização dos monumentos arqueológicos megalíticos.

A defesa e salvaguarda do património arqueológico compete a todos (aos cidadãos e às instituições).

Muito trabalho há ainda que desenvolver. Nem tudo poderá ser feito em simultâneo. Só uma concentração de meios, humanos, técnicos e financeiros, poderá conduzir a resultados visíveis num prazo de tempo relativamente curto. É esta a nossa aposta, criando as condições para pôr de pé um programa de

valorização de sítios arqueológicos no qual o conjunto megalítico da Serra da Aboboreira está integrado. Prioritariamente importa definir o que se pretende fazer, através da elaboração de projectos de arquitectura e de integração paisagística em estreita ligação com os arqueólogos; em seguida, avaliar a qualidade desses projectos e finalmente passar à fase de obra.

O IPPC, como instituição vocacionada para a salvaguarda do património, apoiará a autarquia que V. Ex.^a representa, no sentido de serem encontradas as formas mais correctas e exequíveis, para que cooperando com a autarquia e com os arqueólogos que aqui trabalham, esta região venha a ser um ponto de referência para todos os que se preocupam com as nossas raízes como povo e como nação.

Tenho dito.

ALOCUÇÃO FINAL

pelo

Presidente da Câmara Municipal de Baião

Pretendeu a Comissão organizadora deste Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular honrar a Câmara Municipal de Baião com o privilégio de uma palavra de encerramento desta iniciativa de indiscutível interesse científico e cultural, não só para a região, para o país, para a península, como sobretudo para o melhor conhecimento da pré-história e da história que a toda a humanidade interessa.

Se bem interpretei a ideia, deve-se tal facto a duas ordens de razões:

- O Campo Arqueológico da Aboboreira, que ultrapassa os limites geográficos daquele planalto, dentro e fora do município de Baião, tem o seu núcleo e a sua área maior neste concelho;
- por outro lado, a circunstância de, desde a primeira hora, a Câmara de Baião, através das sucessivas vereações, ao longo destes dez anos ter acarinhado o projecto consciente da sua importância cultural e científica e de o ter feito apesar dos seus recursos muito escassos e inversamente proporcionais às múltiplas carências de que as populações ainda são vítimas.

O apoio financeiro e logístico que temos vindo a dispensar deveria ser muito superior e adequado à natureza dos trabalhos em curso e terá de ir aumentando significativamente à medida das nossas possibilidades e à medida da evolução e desenvolvimento do projecto, tanto mais que é nosso entender ser necessário passar a uma segunda fase dos trabalhos: não descurando a continuação das escavações e o esforço de sistematização dos numerosos estudos até hoje realizados, importa também encarar as questões de conservação e de restauro.

Esta tarefa, além de dispendiosa não será fácil dada a natureza de «Museu Vivo e ao ar livre» que constitui o conjunto de todos os monumentos inventariados, escavados ou por escavar.

É um problema difícil quando por exemplo, em relação a alguns conjuntos megalíticos, a simples construção de uma vedação tanto pode servir para

proteger como para estimular certos peritos em vandalismo para os seus costumados actos de destruição.

Pensamos, por isso, que esta experiência original de investigação arqueológica que já leva dez anos, ao contrário e complementarmente daquelas que se vão fazendo em áreas diversificadas e distantes estabelecendo paralelismos e diferenças, optando, neste caso, pelo estudo sistemático de uma única zona com perímetro alargado, a experiência que tem já ela própria uma história ou muitas histórias para contar, à qual não é alheio o contributo de investigadores de diversas Universidades do País — alguns dos quais aqui presentes a quem aproveito para saudar e felicitar — que se traduz num trabalho interdisciplinar a ultrapassar largamente o âmbito estrito da arqueologia, e que tem, além disso, constituído campo privilegiado para uma actividade pedagógica de que têm sido beneficiários centenas de estudantes nacionais e estrangeiros...

...pensamos, por isso, — dizia — que os próprios organismos da Administração Central aos quais compete a defesa e a promoção da cultura deverão ter na devida conta, o que quer dizer «em maior conta», o trabalho já realizado e aquele que urge continuar.

Julgamos mesmo que alguns apoios comunitários poderão e deverão ser para este empreendimento canalizados.

Pela nossa parte, vai ser entregue a Sua Ex^a a Senhora Secretária de Estado da Cultura um memorando sobre diversas preocupações neste sector, das quais o Campo Arqueológico da Aboboreira vem, naturalmente, em primeiro lugar.

Por outro lado, é nossa intenção transformar a interessante exposição hoje inaugurada sobre os dez anos de escavações da Aboboreira, presente no Museu Arqueológico de Baião, numa Exposição Permanente que irá sendo enriquecida ao longo do tempo e garantir a sua abertura ao público em geral, e não só às escolas, também aos sábados e domingos de tarde.

Vai também ser preparado um espaço para melhor arrecadação, estudo e catalogação de outro espólio complementar recolhido ou em estudo.

Finalmente, e aquando da publicação da «Monografia» sobre o concelho de Baião o que esperamos venha a acontecer ainda no corrente ano, dado que o texto está praticamente concluído, pensamos criar um «Gabinete de História Local» que se preocupe com todos os períodos da evolução histórica da região, que organize um «Arquivo Municipal» condigno/, e no qual deverão constar — também e logicamente — as dezenas de publicações já saídas a lume sobre o Campo Arqueológico da Aboboreira.

Para dirigir esse Gabinete sabemos, de antemão, que o currículo prestigiado de investigador de projecção internacional não impedirá o Dr. Vítor Oliveira Jorge de aceitar o nosso convite já que ele também sabe que para nós, autarcas, preocupados com muitas outras e diversificadas questões do dia-a-dia, a história não pode ser tarefa de amadores e curiosos, por mais precioso e indispensável que possa ser o contributo dos mesmos, e, sobretudo,

porque — conforme confessa na «Breve evocação da génese e dos objectivos de um projecto», o Dr. Vítor Oliveira Jorge ficou emocionalmente preso à região desde a primeira vez que a percorreu.

Este convite constitui também, uma homenagem modesta, da nossa parte, pelo trabalho desenvolvido ao longo destes dez anos como primeiro responsável pelo Campo e que sendo, como disse no início, de interesse supranacional, não deixa por isso de contribuir para maior e melhor divulgação destas Terras de Baião.

Nesta homenagem vai também o nosso reconhecimento a todos aqueles que, de um modo ou de outro têm colaborado com o Dr. Vítor Oliveira Jorge — e não vou enumerá-los para não correr o risco de esquecer alguém — para que os resultados dos trabalhos feitos sejam tão vastos quanto este colóquio e esta exposição vieram dar a conhecer.

Não queria terminar esta breve intervenção sem a referência a um projecto cujos contornos vêm ganhando forma cada vez mais nítida e que é o da criação do «Parque Nacional da Aboboreira», com esse estatuto ou, pelo menos numa primeira fase, com a designação de «Paisagem Protegida e de Interesse Cultural».

Do nosso ponto de vista, esta seria não só uma das formas de melhor se conseguir a protecção dos diversos monumentos megalíticos, como ainda de se partir para a elaboração de um «Plano de Desenvolvimento Integrado da Aboboreira», visando a melhoria das condições de vida das populações que ainda se mantêm na serra ou nas suas vertentes, e que teria componentes tão diversificadas e complementares como a pastorícia, a floresta, a apicultura, o turismo de montanha, o turismo religioso e o turismo cultural assumindo aqui a arqueologia uma função importante, que nem sempre os investigadores encaram da melhor maneira, mas que devidamente enquadrada e dentro de limites precisos, cumpre a sua função pedagógica ao corresponder à procura de muita gente com centros de interesse mais ou menos exigentes.

Para este efeito, é nosso intuito propor a extensão deste Plano Integrado a um âmbito intermunicipal, solicitando a colaboração dos municípios vizinhos de Marco e Amarante, para a elaboração de pormenor e execução posterior.

Há muitos milhares de anos viveram gentes no planalto da Aboboreira e nas suas imediações. Aos arqueólogos e aos historiadores em geral compete estudar a evolução da ocupação do solo e do modo de vida dessas gentes de há milhares de anos.

Aos autarcas compete ocuparem-se em primeiro lugar das gentes que hoje vivem nos mesmos ou em locais próximos.

O que eu gostaria de dizer, por fim, é que estes dois objectivos não são opostos mas pelo contrário, muito mais complementares do que à primeira vista possa parecer.

Na realidade, uma das melhores formas de compreender, prever e prover em relação ao futuro de uma planta é o conhecimento das suas raízes.

Por isso, em nome dos povos de Baião, muito obrigado a todos pelo que têm feito pelo estudo dessas raízes e por este colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular, comemorando os dez anos de escavação no Campo Arqueológico da Aboboreira.

E se mais profundamente quisermos compreender algo de tudo isto, se melhor intentarmos perceber «o que nos reúne aqui», eu peço licença para citar um arqueólogo-poeta, aqui presente:

*a terra que pisais é sagrada.
nestas chãs, nos dias de calor,
quando as ervas se erguem imóveis, negras,
extasiadas de luz
e o som das cigarras e dos ralos
se eleva no ar parado
num frenesim metálico,
erguem-se do chão montículos
onde respira a memória
daqueles que primeiro, aqui,
beberam o leite da cabra e da ovelha,
moeram o pão com simples pedras
e acreditaram viver para sempre
sob este chão, no interior destas rochas,
talvez transformados em silenciosos répteis
que ainda hoje nos fitam na sombra,
com o seu olhar hipnótico e eterno.
mas ao anoitecer, quando o sol se fecha
dentro das grandes bolas de granito,
podereis ouvir a chegada longínqua
das espadas e das lanças, o frémito dos cavalos.
é o momento em que os homens do bronze
voltam a colocar nos braços as suas jóias
para descerem sobre o vale em fogo.
as trutas argêntas, que se esquivam entre os limos
para esperar a noite, sabem talvez de onde eles vieram.
e quando a lua cheia passar sobre as tílias centenárias,
para pousar longamente no alto dos montes,
vereis o brilho das armaduras, dos que fazem ronda,
atentos aos passos que podem levantar o pó
dos caminhos há muito adormecidos.
o piar da coruja anuncia-nos a sua morte.*

*mas as giestas altas, nas madrugadas de vento
parecem ainda povoar de presenças
a solidão da serra.
e a juventude da manhã encerra, na desordem dos pássaros,
todas as nossas perguntas.
o olhar abre-se como o sol, segue o curso do arado,
volta-se de novo para a terra tentando saber.
eis o que nos reúne aqui, repetindo gestos simples.
este grande mistério.*

Disse.

Baião, 24 de Dezembro de 1988.

O Presidente da Câmara,

Artur Carvalho Borges.

ERRATA
do Vol. 28 (fasc. 1 – 2)

<i>pág.</i>	<i>linha</i>	<i>onde se lê:</i>	<i>deve ler-se:</i>
20	38	14 Nomeadamente nos monumentos...	14 Nomeadamente no dólmen 2 de Lameiras (freg. de Antas, Penedono).
31	24	(Mamoas de Chã de Parada)	(Mamoas 3 de Chã de Parada)
33	24	Bouquique	Boquique

«Trabalhos de Antropologia e Etnologia»

Preçário

Vol. XI (1-2), 1947	1.800\$00
Vol. XI (3-4), 1948	1.800\$00
Vol. XII (1-2), 1949	2.000\$00
Vol. XII (3-4), 1950	2.000\$00
Vol. XIII (1-2), 1951	1.800\$00
Vol. XIII (3-4), 1952	1.500\$00
Vol. XIV (1-4), 1953-54	1.800\$00
Vol. XV (1-2), 1955	1.500\$00
Vol. XV (3-4), 1955-57	2.000\$00
Vol. XVI (1-4), 1958	1.800\$00
Vol. XVII (1-4), 1959	2.500\$00
Vol. XVIII (1-2), 1960-61	600\$00
Vol. XVIII (3-4), 1961-62	600\$00
Vol. XIX (1), 1963	500\$00
Vol. XIX (2), 1963	500\$00
Vol. XIX (3-4), 1964	600\$00
Vol. XX (1-2), 1965-66	1.000\$00
Vol. XX (3-4), 1967-68	800\$00
Vol. XXI (1-4), 1969	1.500\$00
Vol. XXII (1), 1971	500\$00
Vol. XXII (2), 1973	Esgotado
Vol. XXII (3), 1973	»
Vol. XXII (4), 1975	1.200\$00
Vol. XXIII (1), 1977	800\$00
Vol. XXIII (2-3), 1978	600\$00
Vol. XXIII (4), 1980	1.200\$00
Vol. XXIV (1), 1981	600\$00
Vol. XXIV (2), 1982	600\$00
Vol. XXIV (3), 1983	600\$00
Vol. XXIV (4), 1984	500\$00
Vol. XXV (1), 1985	500\$00
Vol. XXV (2-4), 1985	600\$00
Vol. XXVI (1-4), 1986	1.200\$00
Vol. XXVII (1-4), 1987	1.600\$00
Vol. XXVIII (1-2), 1988	1.600\$00
Vol. XXVIII (3-4), 1988	2.000\$00
Índice geral dos vols. I a X	300\$00

Depositário: Livraria Sousa & Almeida, L.^{da}
Rua da Fábrica, 42
4000 PORTO — Portugal

